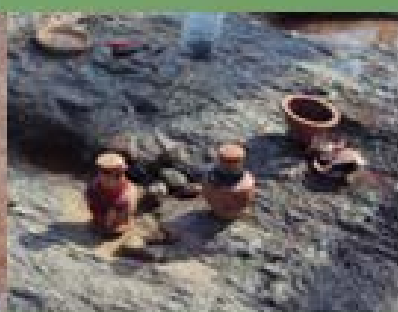
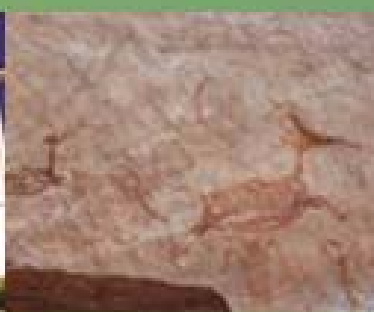


Cadernos do *Lepaaraq*

Vol. XI nº22 2014



*Textos de
Antropologia, Arqueologia e Patrimônio*



ISSN 2316 841



Cadernos do *Lepaaraq*

*Textos de
Antropologia, Arqueologia e Patrimônio*

Vol. XI | n°22 | 2014 | ISSN 2316 8412



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Reitor:

Mauro Augusto Burkert Del Pino

Vice-Reitor:

Denise Petrucci Gigante

Pró-Reitora de Graduação:

Alvaro Luiz Moreira Hypolito

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:

Luciano Volcan Agostini

Pró-Reitor de Extensão e Cultura:

Denise Marcos Bussoletti

Pró-Reitor Administrativo:

Antonio Carlos de Freitas Cleff

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento:

Luiz Osório Rocha dos Santos

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor:

Sidney Gonçalves Vieira

Vice-Diretora:

Lorena Almeida Gil

LABORATÓRIO DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA

Coordenador:

Rafael Guedes Milheira



Editora e Gráfica Universitária

R Lobo da Costa, 447 – Pelotas, RS CEP 96010-150

Fone/fax:(53)227 3677

e-mail: editoraufpel@uol.com.br

Ficha catalográfica: Aydê Andrade de Oliveira – CRB 10/864

Cadernos do LEPAARQ - Textos de Arqueologia, Antropologia e Patrimônio. Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia. Pelotas, RS: Editora da Universidade Federal de Pelotas, v.11, n.22,2014.

Semestral

ISSN impresso 1806-9118

ISSN eletrônico 2316-8412

1. Arqueologia - Periódico. 2. Antropologia - Periódico. 3. Patrimônio - Periódico. I. Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia.

CDD 930.1

EDITORIA – CADERNOS DO LEPAARQ

Editores Responsáveis:

Fábio Vergara Cerqueira

Rafael Guedes Milheira

Conselho Editorial:

Ana Maria Sosa Gonzalez (UFPel)

Carolina Kesser Barcellos Dias (UFPel)

Charles Orser Jr. (New York State Museum – EUA)

Francisco Pereira Neto (UFPel)

Helen Gonçalves (UFPel)

Lourdes Domínguez (Oficina del Historiador – Cuba)

Luiz Oosterbeek (Instituto Politécnico de Tomar – Portugal)

Maria Dulce Gaspar (Museu Nacional UFRJ)

Mariano Bonomo (Conicet – Facultad de Ciencias Naturales y Museo – Argentina)

Marisa Coutinho Afonso (USP)

Paulo Deblasis (Museu de Arqueologia e Etnologia USP)

Pedro Paulo Abreu Funari (UNICAMP)

Sandra Pelegrini (UEM)

Saul Eduardo Seiguer Milder (UFSM)

Conselho Consultivo:

Ana Inez Klein (UFPel)

Arno Alvarez Kern (PUC-RS)

Camila Alejandra Gianotti (CURE – Uruguai)

Claudia Turra Magni (UFPel)

Edgar Barbosa Neto (UFMG)

Gustavo Peretti Wagner (UFBA)

Mártin Cesar Tempass (UFPel)

Maria de Fátima Bento Ribeiro (UFPel)

Neiva Bohns (UFPel)

Nirce Saffer Medvedovski (UFPel)

Rafael Corteletti (USP)

Rafael Suárez Sainz (Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación – Uruguai)

Renato Pinto (UFPE)

Secretaria Editorial:

Rafael Guedes Milheira

Rosane Aparecida Rubert

Editores e Projeto Gráfico:

Chaiane Alves Quadrado

EDITORIAL

O volume 11, número 22 dos Cadernos do LEPAARQ vem recheado, mais uma vez, de diversidade. Os trabalhos envolvem uma heterogeneidade de temas, que vão desde a História romana, passando pelos paredões pitados da serra da Capivara, no Brasil; envolvem os cortiços pelotenses no século XIX, Arqueologia indígena, Arqueologia da morte, práticas museológicas no Piauí e a promoção turística da Amazônia.

O primeiro artigo trata da Domus romana e o papel da mulher nesse espaço. Através de fontes epigráficas e arqueológicas, Maricé Martins Magalhães evoca o mundo feminino e reflete sobre o e engajamento das mulheres nas atividades de administração familiar e no gerenciamento da vida escrava.

Vitor José Rampaneli Almeida apresenta um trabalho sobre as representações rupestres zoomorfas que remetem aos *Blastocerus Dichotomus* no Parque Nacional Serra da Capivara, no intuito de reconstruir as prováveis condições ambientais do período em que elas foram feitas.

O século XIX e XX da cidade de Pelotas é problematizado por Letícia Nörnberg Maciel, através da formação dos cortiços, tema pouco abordado na historiografia local e que remete ao processo de urbanização da cidade e seus processos ideologicamente determinados de higienização social.

Mariano Bonomo, Juan Carlos Castro e Carolina Belén Silva tratam do sítio arqueológico Cerro Tapera Vázquez (Parque Nacional Pre-Delta, República Argentina), que, pelas tecnologias e arqueofaunas estudadas, associadas às datações do holoceno tardio, sugerem que tenha sido um espaço ocupado para atividades de caça, pesca e horticultura de pequena escala.

Sob o viés da Arqueologia de contrato, Neli Galarce Machado, Patricia Schneider, Sidnei Wolf, Marcos Kreutz e Jones Fiegenbaum apresentam dados arqueológicos concernentes às ocupações pré-coloniais e históricas do Arroio Marrecas, que banha o município de Caxias do Sul, RS.

Mauro Alexandre Farias Fontes e Lucas Braga da Silva discutem padrões funerários do Sítio Toca do Alto do Capim, no Parque Nacional Serra das Confusões, Sudeste do Piauí, no intuito de refletir sobre os atos que constituíram as escolhas dadas aos corpos dos indivíduos no sítio.

A Arqueologia da morte também é o tema do trabalho de Celito Kesting e Gizelle Santos de Sousa, em que os autores abordam o tema do sítio Umbuzeiro dos Defuntos, localizado no município de São Lourenço do Piauí. Uma localidade que é historicamente conhecida como sendo o

palco de um massacre de quase quinhentos índios assassinados pelos portugueses na segunda metade do século XVII.

No mundo dos Museus, Ana Joaquina Oliveira e Abrahao Sanderson apresentam um artigo sobre a coleção de moedas do Rei Vittório Emanuele III, do Museu Dom Avelar Brandão Vilela. Os autores buscaram conhecer o processo formativo da coleção, inventariando e levantando seu potencial informativo.

No campo da extroversão do conhecimento, o sítio arqueológico amazônico “Gruta do Batismo”, recebeu um olhar a partir de seu potencial turístico no trabalho de Margaret Cerqueira de Souza e Edithe Pereira. Além de denunciar o descaso com a preservação desse sítio, as autoras ainda revelam a falta de diálogo entre os órgãos federais, estaduais, municipal e privado, responsáveis pela proteção do patrimônio arqueológico.

Destaca-se também na seção “Relatórios e notícias institucionais” o relatório de Taís Vargas Lima sobre a Pesquisa Arqueológica Pré-Colonial na Região Centro Serra do Estado do Rio Grande do Sul, o relatório de Marlon Borges Pestana sobre a Caracterização da ocupação e dos instrumentos líticos confeccionados sobre lascas e blocos de cristais de rocha no vale do rio Pium, TO e o relatório que apresenta as atividades do Laboratório de Estudos sobre a Cerâmica Antiga – LECA-UFPEL, por Carolina Kesser Barcellos Dias, Camila Diogo de Souza e Fábio Vergara Cerqueira.

Na seção “Resenhas” temos o trabalho de Keith Rutter, intitulado *Sylloge Nummorum Graecorum, Brasil I. Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro. Moedas gregas e províncias romanas* e a resenha de Bruno Leonardo Ricardo Ribeiro sobre o livro de autoria de Pedro Ignácio Schmitz: *Sítios de Pesca Lacustre em Rio Grande, RS, Brasil*.

Há também duas seções que inauguram nesse volume. A seção “projetos”, cujo primeiro trabalho reporta o projeto internacional formalizado entre Brasil e Inglaterra: “Paisagens Jê meridionais: ecologia, história e poder numa paisagem transicional durante o holoceno tardio”, de autoria de José Iriarte, Paulo DeBlasis, Francis Mayle, Rafael Corteletti, Michael Fradley, Macarena Lucia Cárdenas e Jonas Gregório De Souza. Também inaugura nesse volume a seção “ensaios visuais”, que traz o trabalho de Luiza Wolff sobre o Nascimento de Seres Materiais no Culto Nagô.

Esse volume dos Cadernos do LEPAARQ traz também um dossiê especial com os trabalhos apresentados na IIª Jornada de Estudos sobre Escravidão, Resistência e Pós-abolição, coordenado pela Profª. Drª. Rosane Rubert. Esse evento foi realizado pelo grupo de pesquisas do diretório CNPq “Cosmologias, lógicas de ação e manifestações expressivas de grupos afrodescendentes” e congregou na organização o Grupo Design, Escola e Arte (DEA), coordenado pela Profa. Rosemar

Gomes Lemos e o Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia da UFPEL, coordenado pelo Prof. Rafael Guedes Milheira. Além disso, contou com o apoio do Curso de Serviço Social da Universidade Católica de Pelotas, do Núcleo de Documentação Histórica (NDH) do Departamento de História da UFPEL e, especialmente, do aporte logístico da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS). Com esse tema plural, não poderia ser diferente, o evento envolveu antropólogos, historiadores, cientistas sociais, artistas, militantes, estudantes, enfim: estudiosos da temática Afro nas suas mais variadas dimensões.

Abrindo a sessão do dossiê um relatório de autoria de Rosane Rubert versa sobre a IIª Jornada de Estudos sobre Escravidão, Resistência e Pós-abolição, evento ocorrido na Universidade Federal de Pelotas, entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2013.

Boa leitura!

Dr. Rafael Guedes Milheira
Dr.^a Rosane Aparecida Rubert
Editores do volume 11, número 22 dos Cadernos do LEPAARQ

**PARTICIPAÇÕES FEMININAS NA VIDA PÚBLICA E NAS ATIVIDADES DA
DOMUS ROMANA: TESTEMUNHOS EPIGRÁFICOS ENTRE *SURRENTUM*,
STABIAE E *NUCERIA***

THE FEMININE ROLE IN THE PUBLIC LIFE AND IN THE HOUSEHOLD ACTIVITIES OF THE ROMAN
DOMUS: EPIGRAPHICAL TESTIMONIES AMONG *NUCERIA*, *STABIAE* AND *SURRENTUM*

Maricí Martins Magalhães

Vol. XI | n°22 | 2014 | ISSN 2316 8412



PARTICIPAÇÕES FEMININAS NA VIDA PÚBLICA E NAS ATIVIDADES DA DOMUS ROMANA: TESTEMUNHOS EPIGRÁFICOS ENTRE *SURRENTUM*, *STABIAE* E *NUCERIA*

Maricí Martins Magalhães¹

Resumo: O papel significativo da mulher casada de grau equestre na sociedade Romana, bem como a presença feminina de famílias senatoriais e imperiais nas municipalidades de *Nuceria*, *Stabiae* e *Surrentum*: suas honras e influência política, sua interação com a administração local e seus próprios negócios. O engajamento de tais mulheres nas atividades e na administração familiar, e nas atividades domésticas de seus próprios escravos e escravas. Alguns testemunhos epigráficos e arqueológicos.

Palavras chaves: Arqueologia, Epigrafia, História Romana, Participação Feminina.

Abstract: The significant role of married women of equestrian range in Roman society, as well as that of the feminine presence belonging to senatorial and imperial families in the municipalities of the Roman *Nuceria*, *Stabiae* and *Surrentum*: their honors and political influence, their interaction with the local administration, their own financial affairs. The engagement of these women in the family householding and its administration, and the domestic activities of their own female and male slaves. Some epigraphical and archaeological testimonies.

Keywords: Archaeology, Epigraphy, Roman History, Female Participation.

Diante de milhares de inscrições de, e sobre a presença e a participação feminina na Antiguidade, assim como as diversas formas e maneiras através das quais interagiram ativamente da sociedade Romana em época Alto-Imperial, decidi apresentar-lhes aquelas epígrafes que já publiquei, durante meus 16 anos de pesquisas e publicações na Itália, sobre as coleções epigráficas dos conhecidos centros Vesuvianos de *Surrentum*, *Stabiae* e *Nuceria*, na *Regio Campania*, junto ao Golfo de Nápoles, Península Itálica. Assim, iniciarei minha apresentação a partir do *municipium* de *Surrentum*, passando depois pelo *vicus* de *Stabiae* e finalizando com a colônia de *Nuceria* na região da Campânia, Itália Meridional, em época Romana (FIGURA 01).

Obviamente não pretendo aqui falar sobre os pormenores da administração pública das municipalidades aqui apresentadas, e ainda reflexões e debates sobre questões de caráter especificamente jurídico, que já foram longamente exploradas por outros colegas em outras sedes, às quais remeto. Antes de tudo, irei restringir minhas argumentações e exemplificações aos testemunhos de cultura material, neste caso específico às minhas epígrafes e dados arqueológicos², os quais estão em perfeita consonância com os

¹ Pesquisadora Visitante junto ao Setor de Numismática do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro - MHN, Brasil; como bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), Brasil; Professora Colaboradora do Especialização de História Antiga e Medieval da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CEHAM -UERJ), Brasil; e do Comitato per gli Scavi di Stabia (fondato nel 1950), Itália.

² Os textos das epígrafes servirão somente como documento comprobatório do quanto foi afirmado. Da mesma forma, não entrarei em considerações legais sobre o estatuto jurídico e direito sucessório dos personagens ou das propriedades aqui referidas. Sobre o assunto v., por exemplo, Pölonen (2002, p. 147-179).

dados históricos à nossa disposição. Em segundo lugar, serei menos abrangente, e farei um recorte para abordar somente as instituições sociais ligadas às inscrições e suas personagens.

I - Veremos assim a participação feminina na vida pública e privada do *municipium* de *Surrentum*³, e sobre seu território também produzi um catálogo com todo o seu *corpus* epigráfico em 2003⁴. Devido à proximidade de *Surrentum* à Ilha de *Capreae* - propriedade imperial desde Augustus e onde *Tiberius* viveu de 27 a 37 d.C. - tivemos a oportunidade de levantar a hipótese de que a *Familia Caesaris* teria possuído propriedades também na Península Sorrentina, dada a presença maciça de seus escravos e libertos em todas as necrópoles que circundam suas muralhas, e ao longo das vias que saem do centro urbano.

1 - Assim encontraremos, por exemplo, não só a presença de inúmeros outros libertos da imperatriz *Livia*⁵, esposa de *Augustus* e mãe de *Tiberius*, bem como uma ex-escrava muito particular e *sui generis* que eu mesma encontrei com o colega Mario Russo (FIGURA 02)⁶: chamada somente com o *cognomen Secunda*, tinham a função de *obstetrix*, ou seja, parteira das outras escravas, é claro. Eis o texto, inciso sobre lápide funerária em mármore branco, proveniente com muita probabilidade da chamada *Porta Parsano Nuovo*, a Sul. Falta a parte superior da lápide, onde haveria um perfil em forma de vulto humano, os chamados “cipós antropomorfos” (tipologia também chamada *columella*):

Secunda,
Aug(ustae) l(iberta), opste- (!)
trix, vix(it) ann(is) XXIV.

Aparato crítico – Linha 2: *opstetrix*, em vez de *obstetrix* (!).

A minha integração de "*Augusta*" dá-se ao fato que, de acordo com minha pesquisa, apenas as imperatrizes e outros membros femininos das casas imperiais tinham escravas responsáveis por funções exclusivamente "femininas" relacionadas à *domus*⁷. Obviamente é possível excluir da fórmula onomástica desta liberta a *gens Livia*, e sim integrá-la como *Iulia Secunda*: como se declara "*Augustae liberta*", isso teria acontecido somente em 14 d.C., quando a imperatriz foi adotada pelo marido *C. Iulius Caesar Octavianus* em

³ Ainda acrescento que tais abordagens arqueológicas, epigráficas e numismáticas são praticamente pioneiras no Brasil, e sobre o assunto envio a Candido (2012, p. 266-276), entre outras excelentes contribuições no volume.

⁴ MAGALHÃES, 2003: além de todas as inscrições do *Museo Correale di Terranova*, também apresentei a coletânea de todas as epígrafes Península Sorrentina.

⁵ PIR 2, L 301: *Livia Drusilla* ou simplesmente *Drusa*, viveu entre 59/58 a.C. e 29 d.C., foi imperatriz entre 27 a.C. e 14 d.C. e divinizada *post-mortem* pelo imperador *Claudius* em 42 d.C.

⁶ A inscrição inédita foi encontrada e publicada por Magalhães; Russo (2005, p. 408-421). Ali também são fornecidos outros dados como medidas da lápide, das letras, etc.

⁷ Le Gall (1970, p. 123-130), em particular na p. 127, onde menciona quinze *obstetrices*. Mais pontual é Treggiari (1976, p. 76-104), nas p. 86-87 mostra a listagem de obstetras médicas. V. ainda Treggiari (1975, p. 48-77), p. 48-49: 90% de escravos e libertos encontrados até agora nos *columbaria* pertenciam a *Livia*. Distinguem-se da seguinte maneira: antes de 14 a.C., são todos de *M. Livii* ou *Liviae* (de *Marcus Livius* ou de *Livia*); depois desta data, pertencem a *Iulia Augusta* (adoção de *Livia* por *Augustus*), e depois com a sua morte em 29 d.C. e a sucessiva deificação em 41 d.C., teriam pertencido à *Diva Augusta*.

testamento, e mudou seu nome para *Iulia Augusta*, herdando assim o gentílico dos *Iulii*. Assim, a inscrição de *Secunda* seria datada após 14 d.C., mas antes de 29 d.C., ou seja, na época de *Tiberius*: a imperatriz, morta em 29 d.C., recebeu o título de *Diva* em 41 d.C., por ordem de seu neto *Claudius*, e tal título não aparece no nosso texto. Enfim, observe-se que a liberta já foi manumitida antes dos 24 anos, quando faleceu; no entanto a idade “legal” para manumissões era de 30 anos. Assim podemos colocá-la na categoria dos chamados *Latini Iuniani*⁸, um privilégio concedido frequentemente, e comum também e principalmente entre libertos imperiais.

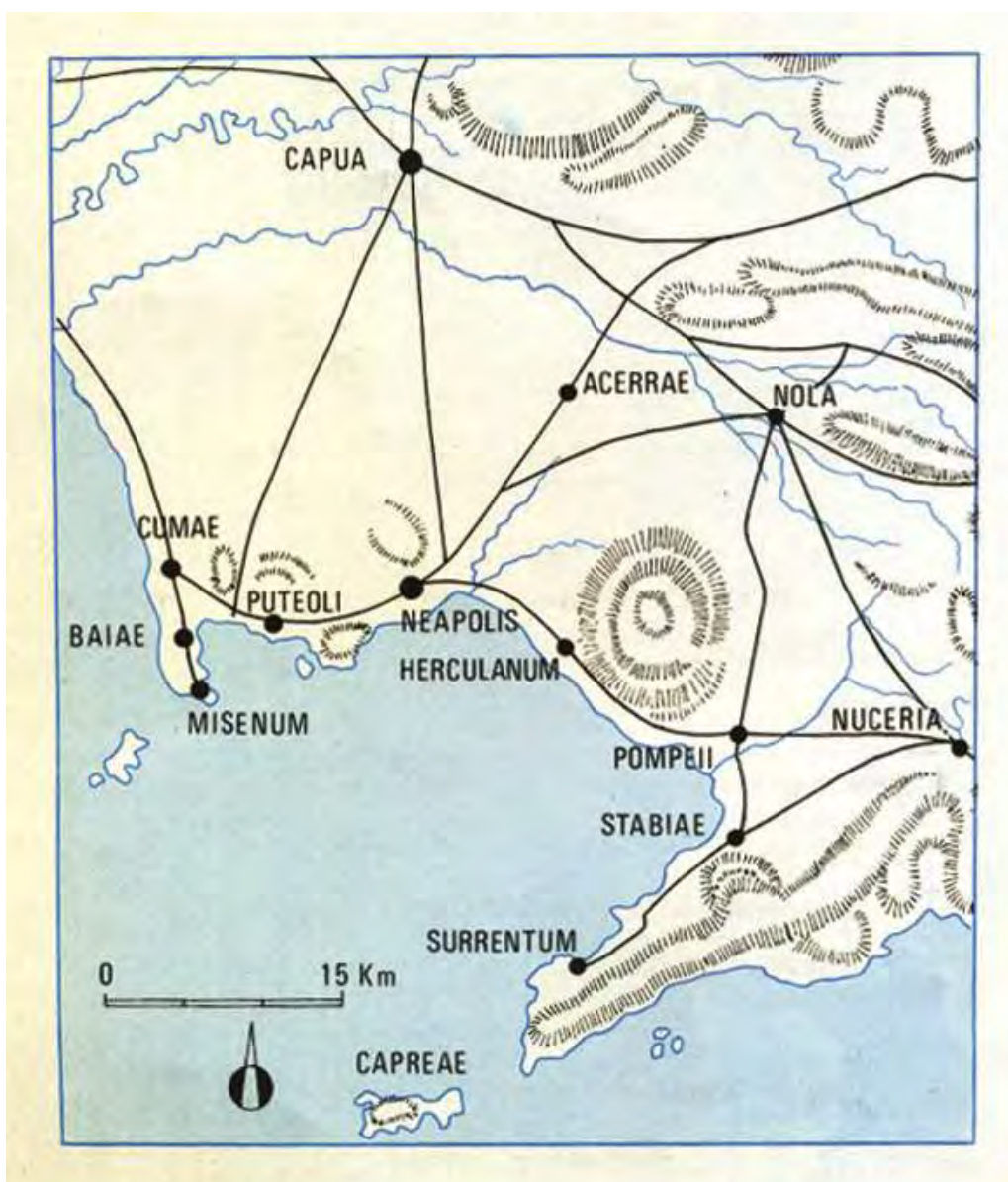


Figura 01: Mapa do Golfo de Nápoles (Itália), onde são mostrados os centros urbanos aqui mencionados – *Surrentum*, *Stabiae* e *Nuceria* (DE VOS, 1988, p. 3).

⁸ Sobre esta categoria especial dita *Latini Iuniani*, bem como todas as suas implicações jurídicas remeto, entre outros, a Barja de Quiroga (1998, p. 133-163).

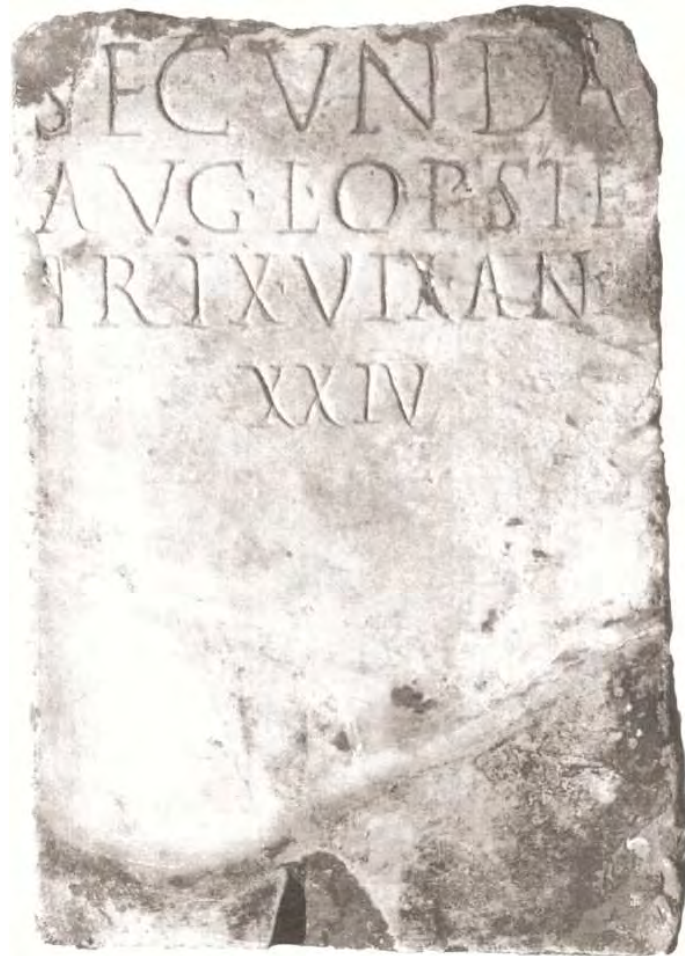


Figura 02: Epígrafe de *Secunda obstetrix*, liberta da imperatriz *Livia* (MAGALHÃES, RUSSO, 2005).

2 - Ainda no contexto de escravas imperiais, e certamente de uma imperatriz da estirpe Júlio-Cláudia, conhecemos o apógrafo de CIL X 709⁹, com o texto da lápide da serva chamada *Hedymele VENER* (FIGURA 03)¹⁰. Encontrada na necrópole de Chiommenzano a Sudeste, fora das muralhas urbanas, a lápide foi lida por Theodor Mommsen na época da confecção do volume X do CIL, depois desaparecida. Porém o apógrafo deixado por este estudioso nos diz:

Hedymele,
Aug(ustae?) vener(ia?),
vixit annis XXX.

Aparato crítico – Linha 2: VENER, seria VERNA ou de fato VENER (?).

⁹ Necrópole de Chiommenzano a SE, cf. Magalhães (2003, p. 66 e nota 178 e p. 267).

¹⁰ Para o texto completo da epígrafe v. Magalhães (2003, p. 69 e nota 201).

Para alguns, é simplesmente uma questão da transcrição negligenciada do vocábulo *verna*, que significa “escrava nascida em casa”¹¹, assim um erro do próprio lapicida. Certo que se trata de uma *serva* porque não há declaração de *libertinitas* no texto. Mas outros estudiosos, no entanto, avançam duas hipóteses igualmente convincentes: a) de que *Veneria* fosse, na verdade o desenvolvimento de *VENER*, colocando assim a escrava como responsável por um santuário ou *sacellum*, dedicado ao culto de *Venus*, na propriedade imperial; b) ou ainda um epíteto dado à profissão de *sage femme*, ou seja, epíteto atribuído a atividades de cura, equivalente às médicas, às obstetras, etc. No entanto, sempre uma *serva* de uma imperatriz ela será¹², e por essa razão decidi desenvolver a abreviatura AVG da epígrafe em *Augustae* e não *Augusti* (*serva* do imperador). Pelo formulário do texto, não hesitaria em datar esta inscrição em época Júlio-Cláudia.

**709 Surrenti rep. 1855 in fundo q. d. Chiom-
menzano.**

H E D Y M E L E
A V G · V E N E R
V I X · A N N · X X X

**Capasso Bullett. Nap. N. S. 5, 133.
2 Vener(ia), ut in Pompeiana infra edita.**

Figura 03: Apógrafo da inscrição de *Hedymele*, “*veneria*” de uma imperatriz Júlio-Cláudia (MAGALHÃES, 2003, p. 69).

3 - Sempre originária de *Surrentum* (FIGURA 04)¹³ provem a inscrição funerária do gladiador *scaeva mirmillo* (um mirmilão canhoto)¹⁴ chamado *Valerius*. A epígrafe, sobre um “cipo funerário antropomorfo” marmóreo (ou *columella*), foi encontrada na necrópole de Sottomonete a Leste fora das muralhas citadinas, e apresenta o seguinte texto:

¹¹ Sobre o *status* do *verna* e do escravo de escravo, v. Reduzzi-Merola (1990, p. 131-208). Para os *vernae*, especificamente, envio a Herrmann-Otto (1994), *passim* e particularmente p. 217.

¹² Le Gall (1970), especificamente na p. 127, onde menciona uma *Iulia Veneria*, a qual aparece em uma inscrição de CIL VI, 9722 (*Roma*). Sobre o papel da *serva* ou *ancilla* na *domus* Romana em seu aspecto econômico e social, v., entre outros, Saller (2003, p. 185-204).

¹³ Magalhães (2003, n. 51) explica que é provável que o gladiador fosse realmente canhoto. Mas não podemos descartar totalmente a hipótese de que *Scaeva* pudesse ser um *cognomen* do personagem.

¹⁴ A respeito de todas as inscrições e modalidades de gladiadores, inclusive os *mirmillones*, v., por exemplo, Sabbatini Tumolesi, 1988, em especial p. 71, 119 e 135.

*Valerius
scaeva mir-
millo.*

Uma das propostas de trabalho aceitáveis, no entanto com muita cautela, é que pudesse tratar-se de um liberto da imperatriz *Valeria Messalina*¹⁵, esposa do imperador *Claudius*, a qual possuía tal escola gladiatória, e uma propriedade na região. Por esse motivo usaria o *nomen* da *gens Valeria*, mas, no entanto escondendo a própria *libertinitas* e não se declarando um *libertus* no texto, ou estaria em condição de *liberus*, mas sempre usando o gentílico¹⁶. Tal proposta está em perfeita consonância com as características paleográficas das incisões, ou seja, época Júlio-Claudia, preferivelmente esta última. Note-se que o vocábulo *Scaeva* também foi registrado como um raro *cognomen* Romano, hipótese que não vai totalmente excluída.

4 - Passando agora para as famílias de grau eqüestre¹⁷, apresento o exemplo da inscrição de *Cursor* (FIGURA 05)¹⁸, um servo *dispensator*, isto é, administrador-superintendente de uma grande *villa* de *otium* da *domina* chamada *Claudia Capitolina*¹⁹, localizada a Oeste fora das muralhas urbanas. Eis o texto da inscrição em mármore branco acéfalo (tipologia *columella*):

*Cursor,
Claudia Capi-
tolinae disp(ensator),
vix(it) an(nis) XXIX.*

O primeiro dado importante para nosso conhecimento é a identidade da senhora, que é identificada justamente com a *Capitolina* de grau eqüestre, filha de *Ti. Claudius Balbillus*²⁰, *Praefectus Aegypti* em época Cláudia ou Neroniana. Primeiramente ela foi casada com *C. Iulius Antiochus Epiphanes*, filho de *Antiochus IV* (rei de *Commagene* na *Syria*), quando foi homenageada publicamente em *Pergamum*, com o título de *Basilíssa*²¹. Assim, podemos pensar em uma grande propriedade, onde *Cursor*, dentro da grande hierarquia servil da *domus* de *Capitolina*, exercesse o encargo de responsabilidade como *dispensator*,

¹⁵ FOS 774 : viveu entre 17-48 d.C., foi imperatriz entre 41-48 d.C. Bisneta de *Octavia* (irmã do imperador *Augustus*) e terceira mulher do imperador *Claudius*.

¹⁶ Alguns gladiadores não escravos seriam submetidos a uma especial condição jurídica, que também não os tornava totalmente libertos, por isso “quase libertos” ou sob a condição de “liberos” (libertos sob *mancipio*; GUARINO, 2001, p. 549).

¹⁷ Para muitos aspectos a respeito da “emancipação” da mulher Romana e o matrimônio envio, por exemplo, a Dixon (2003, p. 111-129).

¹⁸ Todas as explicações sobre o significado do *dispensator* na *domus* são fornecidas em Magalhães (2003, p. 20).

¹⁹ Sobre a biografia desta ilustre senhora, v. PIR 2, C 1086.

²⁰ Sobre a biografia do pai de *Claudia Capitolina*, v. PIR 2, C 813.

²¹ O título foi concedido antes de 113 d.C. Ela teve dois filhos: o rex *C. Iulius Antiochus Epiphanes Philopappus* e *Iulia Balbilla*. Após a morte do primeiro marido, casou-se com o cavaleiro *M. Iunius Mettius Rufus*, cônsul *suffectus* em 128 d.C.

com funções específicas de fazer a manutenção e o controle de seu caixa, bem como os registros da administração, fazer os pagamentos etc.²²



Figura 04: Epígrafe do gladiador *Valerius*, liberto da imperatriz *Valeria Messalina* (?) (MAGALHÃES, 2003).

²² Recordemos ainda o conhecido *Trimalchion* (Trimalquião) de *Petronius Arbiter* possuía um *dispensator* que fazia todos os seus pagamentos (*Satyricon* 30).



Figura 05: Epígrafe de Cursor, *dispensator* da *Basilissa Claudia Capitolina* (MAGALHÃES, 2003).

5 - Dignas de evidência são as inscrições de duas sacerdotisas públicas de um grande monumento funerário construído na área do *pomerium* numa porta a Leste de *Surrentum*. Sobre a inscrição da primeira lastra ou painel em mármore branco com veios cinza (FIGURAS 06 e 07)²³, da qual permaneceu somente o cognome *Magna*, só sabemos que era uma *sacerdos publica Veneris et Cereris*²⁴. Eis o texto da inscrição à esquerda do painel:

²³ Sobre o mesmo painel marmóreo estavam incisas outras duas inscrições, inclusive a de uma criança, encimadas por *clipei*, cf. Magalhães (2003, n. 17) (CIL X, 680).

²⁴ E ligada ao cavaleiro *T. Clodius C.f. C.n. Proculus*, legado de Augusto na província *Lusitania* como censor, considerando a proximidade dos *clipei* com os respectivos bustos.

[- c.6 -] *ae L. f(iliae) Magnae,*
[sacer]doti public(ae)
[Vener]is et Cereris.

Aparato crítico – Linha 1: impossível recuperar o gentílico de *Magna*, do qual restou um espaço para 6 letras.



Figura 06: Epígrafe da sacerdotisa pública de *Venus* e *Ceres*, *Magna* (MAGALHÃES 2003, n. 17).

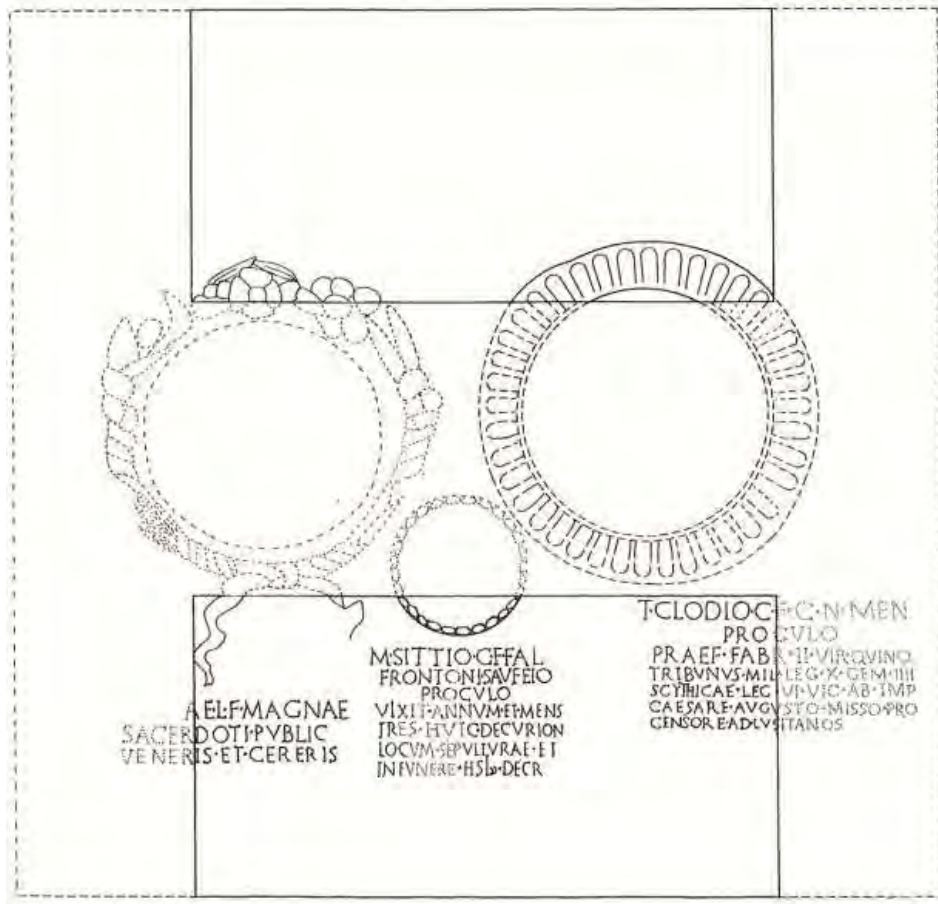


Figura 07: Apógrafo reconstrutivo da inscrição na figura 06.

No entanto, conhecemos um pouco melhor dados importantes sobre a inscrição no painel vizinho, onde aparece, sempre à esquerda, outra anônima *sacerdos publica Veneris et Cereris* (FIGURAS 08 e 09)²⁵, sepulta no mesmo monumento, cujo texto é:

[- c.13 - s]acerd(oti) public(ae) Vener(is)
 [et Cereris. H]uic matronae statuam
 [ex aere con]lato in aedem Veneris
 [ponendam cu]rauerunt. (hedera) Huic
 [decuriones p]ublice locum sepulturae et
 [in funere HS L] et statuam decreuerunt.

Aparato crítico – Linha 1: inicia comum *colum*, e como na anterior, o nome da sacerdotisa foi perdido, mas sabemos que poderia ser integrado com 13 letras; linha 4: uma *Hedera distinguens* decora a linha entre as palavras *curauerunt* e *Huic*; linha 6: o símbolo L com dois

²⁵ Sempre sobre o mesmo painel desta outra epígrafe feminina havia a inscrição de outro membro da Ordem Equestre, da *gens Cornelia*, cf. Magalhães (2003, n. 18) (CIL X, 688).

traços, equivalente a 5.000 sestércios, foi integrado tendo como base as despesas de outros funerais do mesmo gênero²⁶.

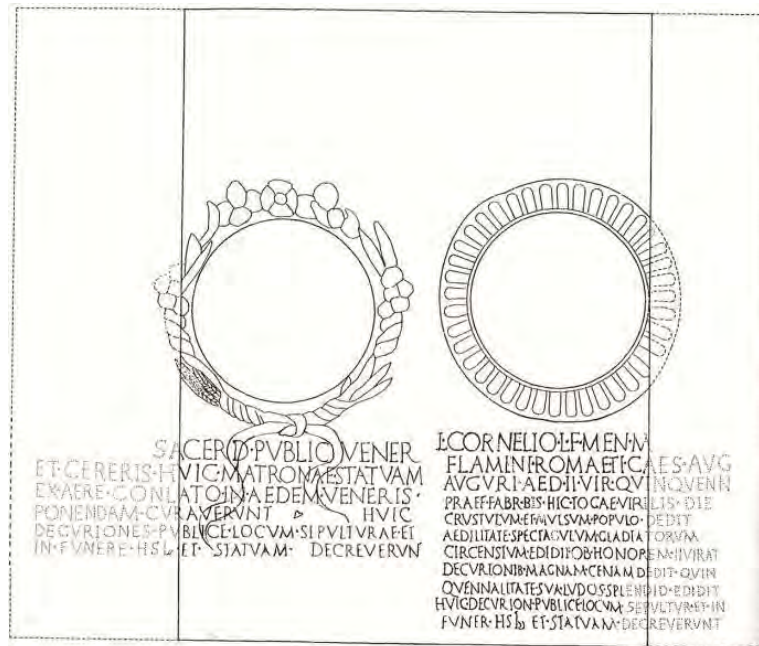


Figura 08: Epígrafe de outra anônima sacerdotisa pública de *Venus* e *Ceres* (MAGALHÃES, 2003).

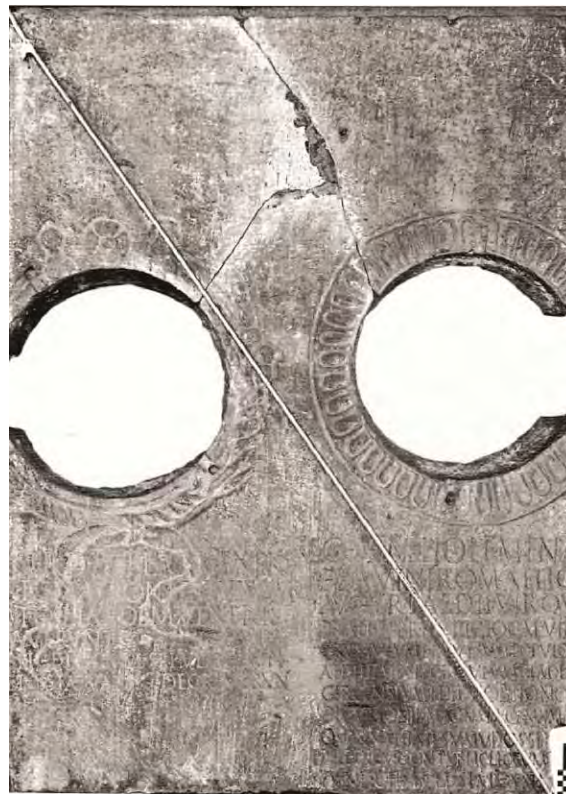


Figura 09: Apógrafo reconstrutivo da inscrição na figura 08.

²⁶ Muitas personagens semelhantes provenientes de *Pompeii*, com sacerdócios e funerais públicos ou não, são comentadas por SAVUNEN 1997, pp. 61, 129-141 e 152-159.

Esta senhora pertenceu ao tradicional colégio de *matronae* de *Ceres/Demeter*, ativo em muitas cidades da *Regio Campania*, e que fez escola em *Neapolis* com a importação de sacerdotisas Gregas de *Demeter*²⁷. Enfim deste colégio, a nossa (também) *matrona* recebeu uma estátua feita com o dinheiro arrecadado entre elas e colocada no templo de *Venus*. Além disso, ela foi homenageada por decreto da *Ordo Decurionum* com outra estátua, com o local de sepultamento em solo público (zona do *pomerium*) e 5.000 sestércios para as despesas de seu funeral²⁸. Dados alguns testemunhos epigráficos, tais senhoras de família eqüestre eram eleitas, em sua maioria: *sacerdos publica electa a splendidissimo ordine*²⁹. Assim sendo, também deveriam depositar uma *summa sacerdotum*, tendo em vista que se trata de um sacerdócio de caráter político, e que o termo "*matrona*", por si só, se refere à *Mater Colegiorum*, dignidade sagrada e cívica³⁰.

II - Agora vamos para *Stabiae* (sobre cujo território também publiquei um catálogo completo de inscrições 2006³¹), centro urbano independente que se tornou um *Vicus* após a Guerra Social, em 89 a.C., e foi incorporada ao território da colônia de *Nuceria*, da qual falaremos em breve.

6 - Através do estudo de uma necrópole que me foi confiada em *Stabiae*, pude constatar a presença de lápides cujas inscrições indicavam serem servos e libertos imperiais (FIGURAS 10 e 11)³², fato que me permitiu provar que outra grande imperatriz muito conhecida possuía uma *Villa* ou *praedium rustico* nos arredores: *Poppaea Sabina*³³, a segunda mulher de *Nero*. Dos onze sepulcros, apresento-lhes somente duas inscrições muito interessantes:

Q Poppaeus

Blastus.

O personagem era um liberto da *gens Poppaea*, pois seu *cognomen* grecânico não deixa a menor dúvida sobre sua anterior extração servil. Obviamente escondia a própria *libertinitas*, sem utilizar a fórmula "*Quinti libertus*", ou então seria um libertino, isto é, um descendente de liberto da família. Na inscrição da *columella* ("cipo antropomorfo") ao lado, lemos:

²⁷ Ulteriores explicações em Chirassi Colombo (1981, p. 421) e *passim*.

²⁸ A lacuna foi integrada após comparação com os montantes concedidos para outros funerais da *Ordo Equester* e sacerdotisas públicas.

²⁹ CIL X, 3920 (*Capua*; também publicada em AE 1979, 339 e AE 1982, 680); CIL X, 7352 (*Antia*); CIL VI, 2139 (Roma, uma *Vestalis*), etc. Sobre o sacerdócio público, v. também Guerra Gómez (1987, p. 314-320). Muito antes, já Henzen (1862, p. 160), fazia menção ao assunto, quando citou uma inscrição de *Lanuvium*, com o mesmo conteúdo.

³⁰ Com razão afirma Guerra Gómez (1987, p. 159; p. 314-320). Sempre pala ilustrar o poder dessas figuras femininas em colônias e municípios da *Regio Campania*, v. Torelli (1996, p. 153-178).

³¹ MAGALHÃES, 2006: não só inscrições lapidárias e brônzeas, mas também selos em terracota e anéis com sinetes.

³² Magalhães (1999, p. 224-235); Magalhães (2006). Todas as outras epígrafes da mesma necrópole estão reportadas neste volume, com os dados das escavações e achados arqueológicos.

³³ PIR 2, P 850. Viveu de 30 a 65 d.C. e foi imperatriz somente de 62 a 65 d.C. *Nero* foi seu terceiro marido: primeiramente havia se casado com o cavaleiro *Rufrius Crispinus* e, em segundas núpcias, desposou o futuro imperador *Othon*.

Poppaea Q(uinti)
l(iberta) Faus-
ta,
Blasti (uxor).

Poppaea Fausta, que foi manumitida por um *Q. Poppaeus*, parece ter sido mulher do mesmo *Q. Poppaeus Blastus*, cuja inscrição apresentei anteriormente, e cuja tumba era justamente ao lado da sua.

Ambas as epígrafes, em mármore branco com veios cinza, apresentam letras quadradas e interpunções triangulares entre palavras e abreviaturas. Além disso, a tipologia da lápide, a *columella* (em forma de vulto humano) e onde a inscrição foi incisa entre a cabeça e o ombro da pedra, não me deixaram dúvidas em datar as epígrafes em época Tiberiana. Acrescente-se que em outras duas tumbas foram encontradas moedas do período de *Augustus* e do início do principado de *Tiberius*, e duas ânforas que ajudam a confirmar esta datação³⁴.



Figuras 10 e 11: Epígrafe do libertado da imperatriz *Poppaea Sabina*, *Q. Poppaeus Blastus* (MAGALHÃES, 2006). Epígrafe da liberta da imperatriz *Poppaea Sabina*, *Poppaea Q.l. Fausta* (MAGALHÃES, 2006).

³⁴ Todo o material da escavação e os chamados “fósseis-guias” para algumas datações foram publicados por mim no mesmo artigo (MAGALHÃES, 1999, p. 224-235), entre os quais: moedas de *Augustus* e de *Tiberius*: RIC I, p. 78, n. 181 e RIC I, p. 96, n. 6; ânforas Dressel 18 (ainda em uso no início do I séc. d.C.) e Dressel 20 (época de *Tiberius*). Cf. Magalhães (1999, p. 233-234).

A propriedade foi certamente herdada ou pertencente à sua mãe homônima de *Poppaea Sabina*³⁵, a qual se casou em segundas núpcias com P. *Cornelius Scipio Lentulus*, cônsul em 24 d.C.³⁶. Talvez a mãe da *Augusta* e este *Lentulus* tivessem sido os proprietários da chamada *Villa "A" de Oplontis (Torre Annunziata)* e também tivessem interesses em *Herculaneum*, dada a presença lá de um Q. *Poppaeus Felix*, além da propriedade sobre as *Figlinae Arrianae em Pompeii*, gestida pelo *libertus communis P. Cornelius Poppaeus Erastus*³⁷: obviamente antes que a futura *Augusta* herdasse tudo isso.

III - Finalmente, concluímos com a colônia de veteranos de *Caesar*, assentados por *Octavianus* enquanto triúviro, e finalizada pelo mesmo já em vestes do imperador *Augustus*. Por isso a colônia recebeu o nome de *Nuceria Iulia Constantia*³⁸. Seu vasto território nos restituiu até agora pelo menos 232 epígrafes, constantes no meu catálogo praticamente terminado, mas ainda não publicado por questões operacionais³⁹.

7 - De *Nuceria* apresentarei somente uma demonstração muito significativa e sem confrontos, sobre a ativa participação feminina na vida pública e religiosa da colônia, datada ao IV séc. d.C. (FIGURA 12). Trata-se de uma inscrição funerária incisa sobre lápide em língua Grega⁴⁰ e pertencente a um membro feminino da comunidade judaica que floresceu na região desde a segunda diáspora. Comprova que a senhora e seu marido fossem membros da comunidade judaica, a *Menorah* (ou candelabro *heptalychnos* judaico) incisa sobre a pedra, no final de cada epígrafe. Eis a feminina:

Μύρινα πρεσβυτέρα [γ]υνή τοῦ Πεδωνίου

(*Menorah*).

O nome da personagem era *Mýrina*, e diz-se a esposa do *grammateús* (doutor nas Leis Judaicas) denominado *Pedônios*, e sepulto a seu lado. A senhora foi qualificada na epígrafe como uma *presbytéra*, e assim poderia tratar-se de um cargo ou atribuição "para-sacerdotal" na sinagoga⁴¹, dada a dignidade da personagem.

³⁵ PIR 2, P 849 . Casada em primeiras núpcias com o pai de *Poppaea*, T. *Ollius*, de grau senatorial e *quaestor* sob *Tiberius* (PIR 2, O 96).

³⁶ Mais detalhes sobre o personagem, v. Magalhães (2001, p. 234-235).

³⁷ Magalhães (2001, p. 235 e nota 39), que reporta Matteo della Corte, *Tabulae Herculanensis*, n. 61.

³⁸ Dados para a escavação em De'Spagnolis (1993, p. 243-251), Tav. LIX, 1-3: Tumba 17, epígrafe incisa sobre um bloco do lado NE, necrópole de S. Clemente a NE, fora das muralhas urbanas de *Nuceria*.

³⁹ Magalhães (2014, no prelo): constituída em dois volumes, o primeiro com a História, as instituições e a prosopografia; o segundo com o catálogo das inscrições às quais o Vol. I remete.

⁴⁰ Magalhães (2014, n. 127). Sobre a escavação desta necrópole e o achado das epígrafes, v. De'Spagnolis (1993, p. 251).

⁴¹ Assim penso eu, diversamente de De'Spagnolis (1993, p. 243-251), a qual prevê a possibilidade do título *presbytéra* ter sido conferido à senhora somente por ter sido casada com um membro da administração ou por ser anciã na comunidade. Sobre o debate e a oposição do *presbyter*, v. Leon, 1960, p. 80.

Em resumo, espero que essas poucas contribuições, os materiais baseados em documentação material escrita como as epígrafes, seus respectivos textos, e dados arqueológicos, tenham sido úteis para esclarecer um pequenino aspecto da participação das mulheres na vida pública, religiosa e nas atividades da *domus* em época Romana, no território a sul do *Mons Vesuvius*. Evidência visível de sua influência, respeito, importância e, eu diria mesmo "independência", não só no que diz respeito à vida social cidadina, mas também a seu mundo nem tão "restrito" assim, como erroneamente se pensava anteriormente.

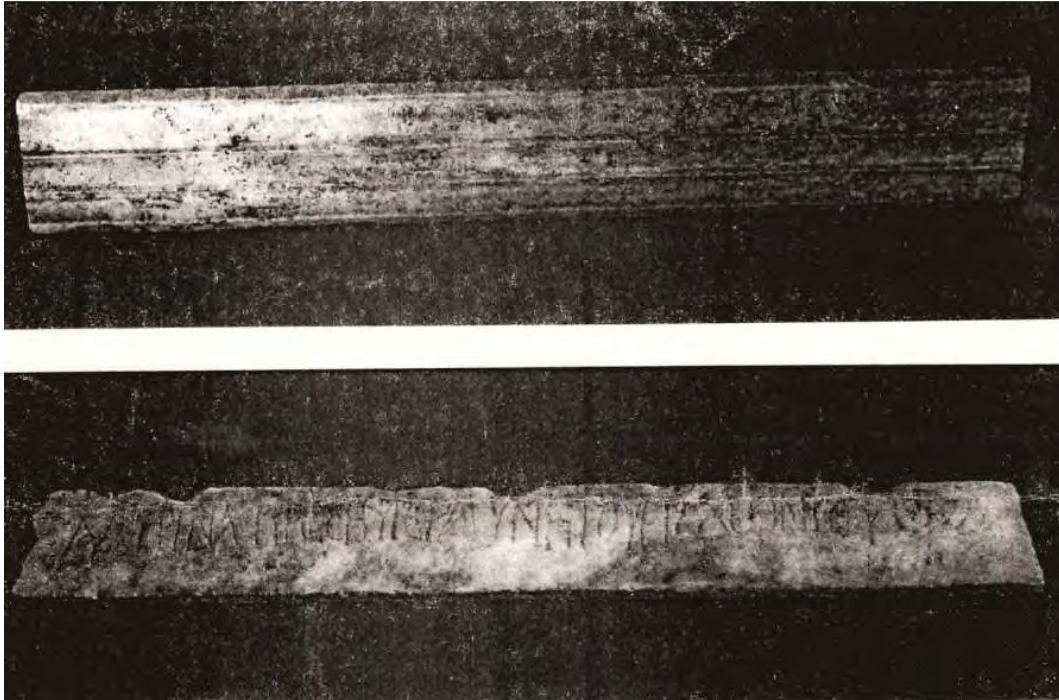


Figura 12: Epígrafe da *presbytéra* judaica *Mýrina* (MAGALHÃES, 2014).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AE. CORBIER, M.; LE ROUX, P.; DARDAINE, S. (org.). *Année Épigraphique*. Paris: CNRS-PUF, 1888-2014.
- BARJA DE QUIROGA, P.L. Junian Latins: status and number. *Athenaeum*, v. 86, Fasc. I, p. 133-163, 1998.
- CANDIDO, M.R. Refletindo sobre as possibilidades da Arqueologia de Gênero. IN: CANDIDO, M.R (org.). *Mulheres na Antiguidade: Novas perspectivas e Abordagens*. Rio de Janeiro: NEA/UERJ, p. 266-276, 2012.
- CHIRASSI COLOMBO, L. Funzioni politiche Ed implicazioni culturali nell'ideologia religiosa di Ceres nell'impero romano. *ANRW - Aufstieg und Niedergang der römischen Welt*, v. II, Fasc. 17.1, p. 403-428, 1981.
- CIL. MOMMSEN, T. (cur.); HENZEN, G.; DE ROSSI, I.B.; BORMANN, E.; HHUELSEN, C.; BANG, M. (col.). *Corpus Inscriptionum Latinarum*. v. VI, Berolini: Consilio et auctoritate Academiae Scientiarum Regiae Borussicae editum, 1876-1975.
- DE'SPAGNOLIS, M. Uma testimonianza ebraica a Nuceria Alfaterna. IN: *Ercolano 1738-1988 - 250 anni di ricerche archeologiche*. Atti Del convegno Internazionale (Ravello--Napoli-Pompei-Ercolano, 1988). Monografie SAP n. 6. Roma: L' Erma di Bretschneider, p . 243-251, 1993.
- DE VOS, A. *Pompeia, Herculano, Stabiae*. Guide Archeologiche Laterza. Bari: Laterza, 1988, p. 2
- DIXON, S. Sex and the Married Woman in Ancient Rome. IN: BALCH, D.L.; ISIEK, C. *Early Christian Families in Context*. An Interdisciplinary Dialogue. Michigan: Wn. B. Eerdmans Publishing Co., p. 111-129, 2003.
- FOS. RAEPSAET-CHARLIER, M.T. *Prosopographie des femmes de l'ordre sénatorial (Ier-IIIe siècles)*. Lovanii: Peeters Bvba, 1987.
- GUARINO, A. *Diritto privato romano*. XII Ed. Napoli: Jovene, 2001.
- GUERRA GÓMEZ, M. *El Sacerdocio Femenino* (en las religiones greco-romanas y en el cristianismo de los primeros siglos). Toledo: Instituto Teologico de San Ildefonso (Imprenta Aldecoa), 1987.
- HENZEN, H. *Lanuvium*. *Bullettino dell'Istituto di Corrispondenza Archeologica*, v. 34, p. 160, ago., 1862.
- HERRMANN-OTTO, E. *Ex ancilla natus*. *Untersuchungen zu den "hausgeboren" Sklaven und Sklavinnen in Western des Römischen Kaiserreiches*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1994.
- LE GALL, J. Métiers des Femmes au Corpus Inscptionum Latinarum. *Revue des Études Latines*, n . 47a, p. 123-130, 1970.
- LEON, H.J. *The Jews of ancient Rome*. Philadelphia: Jewish Society of America, 1960.
- MAGALHÃES, M.M. Le iscrizioni e l'area funerária dei Q. e C. Poppaei a Stabiae (loc. Calcarella di Privati). *Rivista di Studi Pompeiani*, v. X, p. 224-235, 1999.
- MAGALHÃES, M. M. *Storia, istituzioni e prosopografia di Surrentum romana*. La collezione epigrafica Del Museo Correale di Terranova. Castellammare di Stabia: Nicole Longobardi Editore, 2003.

- MAGALHÃES, M.M.; RUSSO, M. Iscrizioni inedite di *Surrentum*: un'*obstetrix* imperiale e um nuovo classario. *Epigraphica*, Periodico Internazionale di Epigrafia, v. LXVII, p. 408-421, 2005.
- MAGALHÃES, M.M. *Stabiae romana*. La prosopografia e La documentazione epigrafica: iscrizioni lapidarie e bronzee, bolli laterizi e sigilli. Castellammare di Stabiae: Nicola Longobardi, 2006.
- MAGALHÃES, M.M. *De Nuceria Alfaterna a Nuceria Constantia*: uma reflexão sobre as especificidades do domínio imperial Romano. Tese (Doutorado em História) - UFRJ, Rio de Janeiro, 2011.
- MAGALHÃES, M.M. *Ordo Populusque Nucerinus. Storia, istituzioni e prosopografia di Nuceria romana*. Castellammare di Stabia: Nicola Longobardi Editore, 2014, no prelo.
- PIR 2. WATCHER, K (cur. et ed.); HEIL, M.; STROBACH, A. (adj.). *Prosopographia imperii Romani, saec. I, II, III*. Editio secunda. Academiae Scientiarum Berolinensis et Brandenburgensis. Berolini-Novii Eboraci: Walter de Gruyter, 1989.
- PÖLÖNEN, J. The Division of Wealth between men and Woman in the Roman Succession (c.a. 50 BC – AD 250). IN: BERG, R.; HÄLIKKA, R.; KELTANEN, M.; PÖLÖNEN, J.; VUOLANTO, V. *Woman, Wealth and Power in the Roman Empire*. Acta Instituti Romani Finlandiae, v. 25, Rome: IRF, p. 147-179, 2002.
- REDUZZI-MEROLA, F. *Servo Parere*. Studi sulla condizione giuridica degli schiavi vicari e dei sottoposti a schiavi nelle sperienze greca e romana. Napoli: Jovene, 1990.
- SABBATINI TUMOLESI, P. *Epigrafia anfiteatrale dell'Occidente Romano. I. Roma*. Roma: Quasar, 1988.
- SALLER, R. Women, Slaves, and the Economy of the Roman Household. IN: BALCH, D.L.; ISIEK, C. *Early Christian Families in Context. An Interdisciplinary Dialogue*. Michigan: Wn. B. Eerdmans Publishing Co., p. 185-204, 2003.
- SAVUNEN, L. *Women in the Urban Testure of Pompeii*. Helsinki: University of Helsinki, 1997.
- TORELLI, M. Donne, domi nobiles Ed evergeti a Paestum tra La fine della Repubblica e l'inizio dell'Impero. IN: CÉBEILLAC-GERVASONI, M. (cur.). *Les élites municipales de l'Italie péninsulaire dès Gracques à Néron. Actes de la table ronde de Clermont-ferrand (28-30 novembre 1991)*. Rome: EFR, p. 153-178, 1996.
- TREGGIARI, S. Jobs in the Household of Livia. *Papers of the British School at Rome*, v. XLIII, p. 48-77, 1975.
- TREGGIARI, S. Jobs for Women. *American Journal of Ancient History*, v. I, p. 76-104, 1976.
- WEAVER, P.R.C. *Familia Caesaris*. A Social Study of the Emperor's Freedmen and Slaves. Cambridge: The University Press, 1972.

Recebido em:30/06/2014
Aprovado em:07/08/2014
Publicado em:03/10/2014

**A PRESENÇA DO BLASTOCERUS DICHOTOMUS NAS PINTURAS
RUPESTRES DO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA E SEUS
INDICADORES PALEOAMBIENTAIS**

THE PRESENCE OF BLASTOCERUS DICHOTOMUS IN CAVE PAINTINGS FROM THE
SERRA DA CAPIVARA NATIONAL PARK AND ITS PALEOENVIRONMENTAL INDICATORS

Vitor José Rampaneli de Almeida

Vol. XI | n°22 | 2014 | ISSN 2316 8412



A PRESENÇA DO BLASTOCERUS DICHOTOMUS NAS PINTURAS RUPESTRES DO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA E SEUS INDICADORES PALEOAMBIENTAIS¹

Vitor José Rampaneli de Almeida²

Resumo: No Parque Nacional Serra da Capivara – PNSC existe uma concentração muito grande de sítios arqueológicos que fornecem informações diversificadas sobre as primeiras ocupações humanas na América, pois retratam muitas características de sua existência nos diferentes ecossistemas da região. É possível reconhecer nas pinturas – a partir das variadas representações rupestres zoomorfas e suas prováveis interpretações – espécies inexistentes hoje na região e outras totalmente extintas; algumas são tão bem elaboradas, que é possível reconhecer o sexo do animal gravado, por meio da presença de galhadas e outras características determinantes de gênero nas espécies. A partir da identificação e do estudo aprofundado da fauna representada nas pinturas rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara, e das informações auferidas na literatura, busca-se reconstruir as prováveis condições ambientais do período em que elas foram feitas, tornando-se, assim, um confiável indicador paleoambiental.

Palavras chaves: Parque Nacional Serra da Capivara, Pinturas rupestres, Paleoambiente, Arqueologia, História ambiental.

Abstract: In Serra da Capivara National Park there is a wide range of archeological sites which provides diverse information about the first human settlements in America since it holds many characteristics from their existence in different ecosystems of the region. It is possible to identify in the paintings – from the various rock zoomorphic representations and their likely interpretations – species absent today in the region and others completely extinct; some are so well done that it is possible to identify the gender of the printed animal through antlers and other species gender determinant characteristics. Based on the identification and a deep study of the fauna pictured in the cave paintings of the Serra do Capivara National Park as well as on the information gathered from the literature, the aim is to rebuild the probable environmental conditions from the period when the paintings were made, thus becoming a reliable paleoenvironmental reference.

Keywords: Serra da Capivara National Park, Cave paintings, Paleoenvironment, Archeology, Environmental history.

INTRODUÇÃO

O PNSC (Parque Nacional Serra da Capivara) possui, hoje, a maior concentração conhecida de sítios arqueológicos e o maior acervo de pinturas rupestres do continente.

Segundo Guidon (2003), nas diversas gravuras encontradas na região é possível reconhecer, a partir das diversas representações rupestres de animais e suas prováveis interpretações, espécies inexistentes hoje na região, em função do clima semi-árido, e outras totalmente extintas.

¹ Este artigo é parte da dissertação de mestrado “Prováveis Significados Paleoambientais das Pinturas Rupestres Zoomorfas do Parque Nacional da Serra da Capivara - PI.”, defendida no departamento de Análise GeoAmbiental (MAG) na Universidade de Guarulhos - SP, Brasil. Orientador: Prof. Dr. Mario Lincoln De Carlos Etchebehere e Coorientador: Prof. Dr. Kenitiro Suguio

² Mestre em Análise GeoAmbiental pela Universidade de Guarulhos – UNG, Brasil. Endereço para acessar o C. Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/6672192893266731>>.

Mais de 50 espécies de fósseis de mamíferos foram coletadas dos sítios paleontológicos, alguns próximos aos arqueológicos, das quais 30 fazem parte da fauna atual vivente da América do Sul. Foram identificadas mais de 30 espécies de aves e, também, tartarugas, anfíbios e peixes. Partindo dessas informações, o presente trabalho tem como fonte inicial de estudo a identificação e a provável interpretação paleoambiental do *Blastocerus dichotomus*, espécie desaparecida da região Nordeste, mas presente em diversas vezes nas pinturas rupestres encontradas nos sítios arqueológicos do PNSC – representativa da fauna local em um dado momento do passado pré-histórico. Essa identificação foi posteriormente relacionada aos trabalhos já realizados na região, nas áreas de paleontologia, paleobotânica e paleoclima, com o intuito de estabelecer as prováveis condições geoambientais, principalmente paleoclimáticas, sob as quais esses animais viveram.

ÁREA DE ESTUDO

O PNSC localiza-se no sudeste do Piauí, entre as coordenadas 8º 26' 50" e 8º 54' 23" de latitude sul e 42º 19' 47" e 42º 45' 51" de longitude oeste.

Ocupa partes dos municípios de São Raimundo Nonato, João Costa, Brejo do Piauí e Coronel José Dias. Segundo Santos (2007), o parque (FIGURA 01) abrange uma área de 129.953 ha e o seu perímetro é de 214 km aproximadamente.

OBJETIVOS E METODOLOGIA

O estudo proposto neste trabalho visa identificar o *Blastocerus dichotomus* nas numerosas pinturas rupestres encontradas nos sítios arqueológicos do PNSC, estabelecendo-a como fauna representativa da época dos homens pré-históricos, que habitavam a região. Estudos paleontológicos e zoológicos, já realizados na área, foram consultados para as interpretações paleoambientais das pinturas rupestres, seguido do apoio de trabalhos de campo.



Figura 01: Localização do PNSC e dos municípios integrantes da área de estudo. Fonte: FUMDHAM (2011a).

Para alcançar os objetivos propostos, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- 1) Pesquisa bibliográfica a respeito dos temas relacionados ao trabalho pretendido e à área de estudo, buscando o entendimento do paleoambiente e do ambiente atual da região, por meio de

informações sobre pinturas rupestres; paleontologia; zoologia; paleoclima; geologia; palinologia e climatologia. As buscas dessas informações foram realizadas em bibliotecas de diversas universidades (dissertações de mestrado, teses de doutorado, monografias de cursos de especialização, trabalhos de conclusão de curso, livros, periódicos e até de reportagens em jornais), institutos de pesquisas (relatórios técnicos), museus de arqueologia e etnologia, bem como de zoologia da Universidade de São Paulo - USP, acervo e biblioteca da Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM), além de sites específicos na internet;

2) Com o intuito de compreender as relações entre as fitofisionomias e os paleoclimas da época em que viviam esses animais, outros estudos realizados, sobre paleobotânica, paleoclima e geologia do Quaternário, como o de Oliveira, Barreto e Suguio (1999) e Cristalli (2006), não propriamente na área de estudo, mas fitofisionomicamente semelhantes foram consultados para a interpretação paleoambiental, principalmente paleoclimática da região.

3) O levantamento de informações sobre as pinturas rupestres, essencialmente de animais selvagens representados nos sítios arqueológicos do parque, foi executado em duas viagens de campo à região, programadas a fim de registrar as pinturas *in loco* e também acessar os acervos fotográficos e bibliográficos da FUMDHAM; e

4) Para a identificação e confirmação do *Blastocerus dichotomus* nas pinturas, foram estabelecidos os seguintes critérios:

A. As pinturas zoomorfas desta espécie são representadas em quantidade considerável e em diversos sítios;

B. A morfologia destes cervos, representados nas pinturas rupestres, é compatível com a do *Blastocerus dichotomus*;

C. Após as preliminares identificações, registradas nas pinturas rupestres da região, o *Blastocerus dichotomus* só foi considerado, como objeto de estudo, porque fornece indicações de vestígios fósseis, estudados, datados e reconhecidos nos sítios paleontológicos das áreas do PNSC; e

D. Não existem vestígios fósseis de outra espécie de cervos na região e áreas adjacentes ao parque.

CLIMA E VEGETAÇÃO

O Sudeste do Piauí está incluído no assim denominado “polígono das secas”, que ocupa uma área de 950.000 km², correspondente a 58% do Nordeste brasileiro. As suas características hídricas, climáticas e botânicas o colocam numa zona de transição entre o clima semiárido e o tropical úmido (RIVAS, 1996).

Segundo Köppen (*apud* EMPERAIRE, 1994a), o clima do sudeste do Piauí pode ser classificado como semiárido quente em seca invernal, BShw.

O Estado do Piauí ocupa uma posição marginal em relação ao conjunto do Nordeste, é o último estado, no rumo noroeste, que apresenta características de zona semiárida, no Domínio da Caatinga, pois, no Estado do Maranhão, inicia-se a transição para a Amazônia. A distribuição das formações vegetais vincula-se aos fatores climáticos, sendo que os fatores geomorfológicos e edáficos tornam-se determinantes nas zonas de transição (EMPERAIRE, 1994b).

A principal característica das caatingas, especificamente na região sudeste do Piauí é de constituírem formações caducifólias (FIGURA 02a). Outras características, como a presença de espécies espinhosas, de cipós, de cactáceas e bromeliáceas, e a existência de um tapete herbáceo anual, ocorrem em função do grau de aridez, do tipo de solo e da ação antrópica (EMPERAIRE, 1980) (FIGURA 02b).

A vegetação do planalto sedimentar (chapadas, vales e ravinas que constituem a principal área do parque) distingue-se das formações vegetais dos terrenos pré-cambrianos (planaltos ou tabuleiros, vales, batólitos graníticos, maciços calcários e margens do rio Piauí).



Figura 02: a: Formações caducifólias. b: Vegetação espinhosa

Emperaire (1980) identificou as seguintes categorias de vegetação no PNSC: caatinga arbustiva alta densa; formações arbóreas; caatinga arbórea média densa; caatinga arbustiva baixa; caatinga arbustiva arbórea; e caatinga do tabuleiro estrutural, conforme pode ser observado na figura 03.

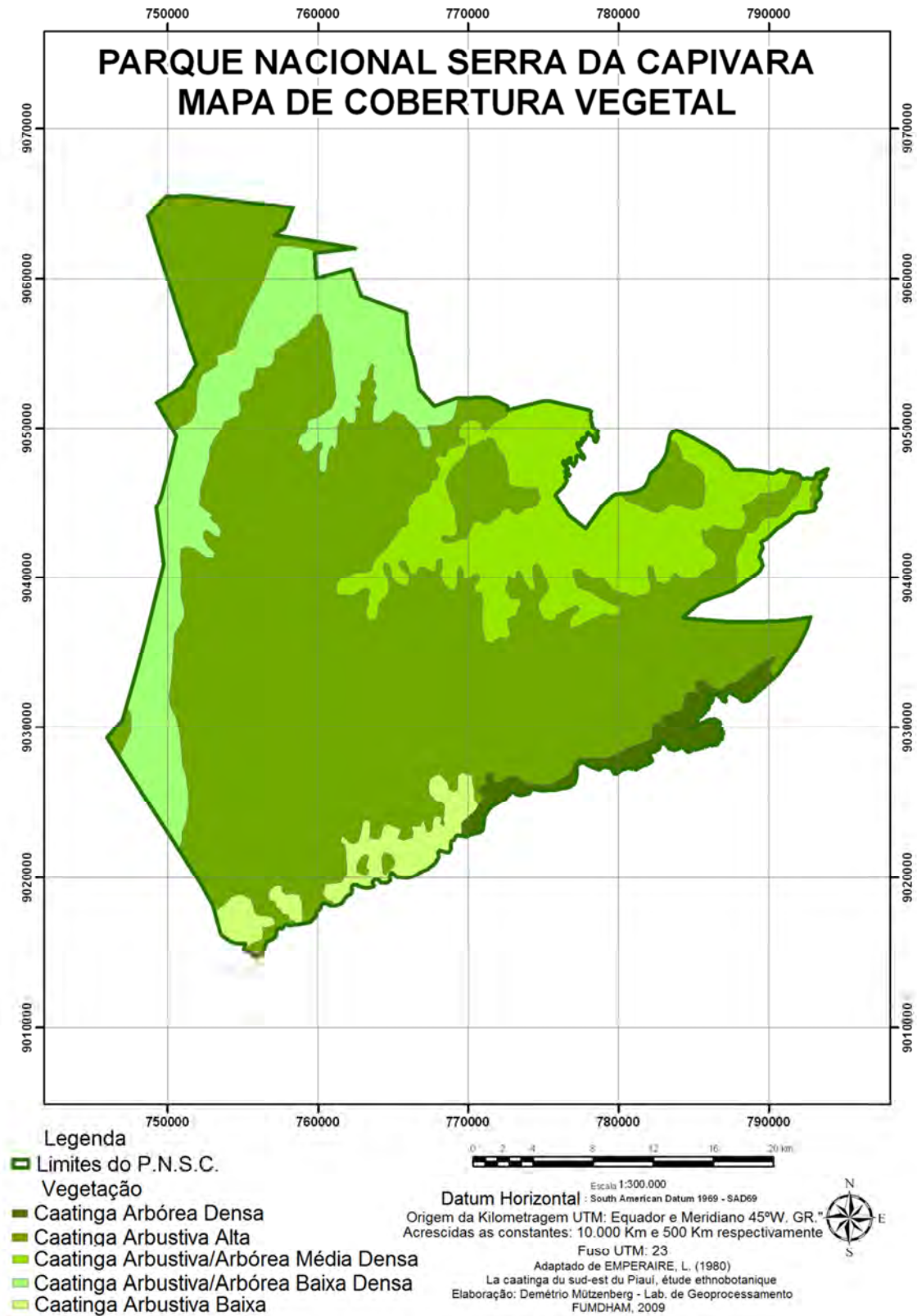


Figura 03: Mapa da Cobertura Vegetal. Fonte: FUMDHAM (2011b).

PALEOCLIMA E PALEOVEGETAÇÃO

Estudos recentes, realizados por Santos (2007), mostram que foi possível chegar às seguintes conclusões obtidas por meio das análises palinológicas dos sedimentos da vereda do Brejo do Piauí, quais sejam:

1. A presença de cascalheira na base do testemunho estudado, com seixos de quartzo bem arredondados, demonstra que havia água corrente, com força suficiente para transportar carga sedimentar seixosa. A posterior deposição indica a diminuição da energia da corrente pois, é basicamente formada de areia e areia muito fina. Os depósitos recentes de argila e argila orgânica indicam a presença de ambiente paludal (pantanosos) e ou lacustre.

2. Localizada em solos muito úmidos, a vegetação arbórea da vereda, é caracterizada pela palmeira *Mauritia flexuosa*, que teria surgido há pelo menos desde 5.130 anos A.P., sendo que esta era muito mais extensa que atualmente.

3. O Holoceno, como um todo, foi marcado por grandes oscilações na umidade, com a existência de épocas secas. Há cerca de 3.000 anos A.P., há indicações de paleoclima semiárido. O aumento nas concentrações de esporos de algas, típicas de solos úmidos nessa época, é tentativamente explicado pela cobertura vegetal muito escassa. Porém, apesar do aumento da semiaridez regional, ainda manteve o solo relativamente úmido.

4. Entre 5.130 a 3.300 anos A.P., o registro palinológico indica que houve grande desenvolvimento de *Mauritia flexuosa*, que ocorre essencialmente em áreas pantanosas, permanentemente inundadas. Nas baixadas úmidas de habitat pantanoso, Santos (2007) percebeu a proliferação de *Ludwigia*, espécie esta que caracteriza ambientes pantanosos. Grande concentração de esporos do tipo *Blechnum* indicariam também um clima úmido. Entre 3.300 a 950 anos A.P., deve ter ocorrido declínio de grãos de pólen de plantas arbóreas, principalmente da espécie *Mauritia flexuosa* e dos táxons arbustivos notando-se, também, a baixa concentração de *Ludwigia*, o que sugere um clima mais seco, pois as espécies encontradas vivem em solos mal drenados e francamente arenosos. Entre 950 a 137 anos A.P., caracterizados por baixa concentração principalmente de grãos de pólen de plantas arbóreas e arbustivas, o paleoclima teria sido mais seco, pois a *Mauritia flexuosa* estava praticamente ausente. De 137 anos A.P. até o Presente, houve aumento de *Mauritia flexuosa*, ervas aquáticas, esporos e algas, que sugerem uma recuperação de ambiente mais úmido, que possivelmente está relacionada à atual paisagem. A tabela 01, elaborada a partir dos dados levantados por Santos (2007), apresenta uma síntese do paleoclima e da paleovegetação da região.

Síntese do Paleoambiente			
	Período	Paleoclima	Paleovegetação
Holoceno	Entre 137 e a Atualidade	úmido	Aumento de <i>Mauritia flexuosa</i> , ervas aquáticas, esporos e algas.
	137 anos	úmido	Baixa concentração de pólen de plantas arbóreas e arbustivas (<i>Mauritia flexuosa</i> praticamente ausente).
	783 anos	úmido	Reaparecimento da <i>Mauritia flexuosa</i> .
	950 anos	seco	Declínio de pólen de plantas arbóreas (<i>Mauritia flexuosa</i>), nos táxons arbustivos e na concentração de <i>Ludwigia</i> .
	1.000 anos	seco	Expansão da caatinga e cerrado.
	3.000 anos	seco	Expansão da caatinga e cerrado.
	4.000 anos	seco	Expansão da caatinga e cerrado.
	4.240 anos	seco	?
	4.886 anos	úmido	Aumento na concentração de pólen de <i>Mauritia flexuosa</i> .
	5.130 anos	úmido	Vereda com predominância da palmeira <i>Mauritia flexuosa</i> .
	8.450 anos	úmido	Período com mais vegetação que nos dias atuais, com refúgios florestais.
	Entre 12.000 e 10.000 anos	Diminuição das chuvas	Caatinga, com vegetação espinhosa e sem estrato herbáceo.
	Pleistoceno	18.000 anos	Início do ressecamento
60.000 anos		úmido	Mata Amazônica em continuidade com a Mata Atlântica.

Tabela 01: Síntese do paleoclima e da paleovegetação da região (baseado em SANTOS, 2007).

BLASTOCERUS DICHOTOMUS

Descrito primeiramente em 1815 por Illiger, o *Blastocerus dichotomus* é a maior espécie de cervídeos na América do Sul (MIRANDA *et al.*, 2009). A tabela 02 apresenta uma síntese geral do *Blastocerus dichotomus*.

Na maioria das espécies da família Cervidae, os machos possuem galhadas, às vezes enormes e muito ramificadas. Geralmente, essas hastes são trocadas anualmente, aumentando assim, o seu tamanho. Essas ramificações são, na realidade, prolongamentos dos ossos frontais do crânio. As renas são os únicos entre os cervídeos em que machos e fêmeas possuem tais estruturas (STORER, USINGER, 1977).

Segundo Cartelle (1994), nos cervídeos só ocorrem dois dedos funcionais, que correspondem a metacarpos e metacarpos alongados e fundidos, o que permite a estes animais, excepcional capacidade para correr e pular.

Os Cervídeos atingiram a América do Sul após a elevação do istmo do Panamá, aqui se diversificando em numerosas espécies, algumas delas já extintas. No Brasil, foram encontrados fósseis das seguintes espécies, que ainda sobrevivem: *Blastocerus dichotomus*, *Ozotoceros bezoarticus* e *Mazama* (CARTELLE, 1994).

Como não é um animal de hábitos de mata, Cartelle (1994) deduziu que a floresta amazônica não era contínua naquela época, o que permitiu o deslocamento dessa espécie para o sul. O avanço da floresta amazônica, após o final do Pleistoceno, teria isolado as populações que viviam no planalto, as quais acabaram por se extinguir.

Síntese geral do <i>Blastocerus dichotomus</i>	
Filo	Chordata
Classe	Mammalia
Ordem	Artiodactyla
Família	Cervidae
Nome científico	<i>Blastocerus dichotomus</i>
Sinonímias	<i>Blastocerus paludosus</i> ; <i>B. palustris</i> ; <i>B. melanopus</i> e <i>Dorcephalus dichotomus</i>
Nome Vulgar	
Português	Cervo-do-pantanal, Guaçu-pucu, Suaçuapara e Cervo
Outros Idiomas	Marsh Deer, Cerf Des Marais, Ciervo De Los Pantanos, Ciervo Marismeño

Tabela 02: Síntese geral do *Blastocerus dichotomus* (baseado em MACHADO, DRUMMOND, PAGLIA, 2008).

CARACTERÍSTICAS E HABITAT

Segundo Miranda *et al.* (2009), as fêmeas do *Blastocerus dichotomus* podem atingir 100 kg (FIGURA 04a) e os machos alcançam o peso de até 150 kg. Segundo Fonseca *et al.* (1994), o comprimento da cabeça e corpo atinge a medida de 1,8 a 1,9 m; a cauda, de 10 a 15 cm, e, a altura, 120 cm.

Duarte (1996) descreveu que os espécimes masculinos possuem porte avantajado e impressionantes galhadas ramificadas, cujas hastes podem ultrapassar 60 cm de altura, sendo procurado, por muito tempo, como troféu de caça (FIGURA 04b).

O *Blastocerus dichotomus* possui uma coloração que varia de bruno - avermelhada até um tom castanho - rufo, podendo-se notar variações individuais no padrão de coloração negra nas patas e canelas. Há uma membrana na fenda dos cascos, unindo-os, denotando assim, uma adaptação para caminhar em solos encharcados (FONSECA *et al.*, 1994).

Segundo Machado, Drummond e Paglia (2008), o *Blastocerus dichotomus* parece ser particularmente sensível ao calor, possuindo um pelame lanoso, e a água passa a ser um mecanismo de termorregulação bastante eficiente.



Figura 04: a. *Blastocerus dichotomus* fêmea. b. *Blastocerus dichotomus* macho.

Foto: J. M. B. Duarte *apud* Miranda (2009).

Fonseca *et al.* (1994) caracterizam o *Blastocerus dichotomus* como podador/pastador, alimentando-se de arbustos, como as leguminosas *Aeschynomene* spp. e *Discolobium pulchellum*. Utilizam, ainda, com grande frequência, a macrófita aquática camalote-da-meia-noite (*Nymphaea* spp). Embora não haja competição direta por alimento com o gado doméstico, pois este último promove um efeito mecânico deletério sobre as forrageiras utilizadas pelo *Blastocerus dichotomus*, fundamentalmente por quebra de arbustos e pisoteio, reduzindo as áreas utilizadas para alimentação (FONSECA *et al.*, 1994).

A espécie em estudo ocupa preferencialmente habitats periodicamente inundados como várzeas, banhados, savanas e campinas sazonalmente inundadas, porém evita local com profundidade superior a 70 cm, sendo que, na maioria das vezes, podem ser encontrados em locais com nível d'água variando entre 20 e 50 cm (FONSECA *et al.*, 1994).

Segundo Machado, Drummond e Paglia (2008), o *Blastocerus dichotomus* ocupa também áreas de mata ciliar ou cordilheiras (Pantanal), onde busca abrigo. A várzea oferece aos cervos proteção contra o seu principal predador, a onça, pois nesse ambiente eles são mais velozes, além disso, a várzea proporciona

alimento durante todo o ano, minimizando as flutuações encontradas em outros ambientes (MACHADO, DRUMMOND, PAGLIA, 2008).

Para Duarte (1996), não há uma estrutura social bem definida; avistam-se geralmente machos solitários, acompanhando fêmeas no cio, prenhes ou com filhote. Podem-se encontrar grupos de machos e fêmeas nas mais diversas proporções (DUARTE, 1996). Segundo Fonseca *et al.* (1994), é comum encontrar aglomerações de animais próximas a cursos d'água, especialmente durante o período seco. Esses grupos, porém, são instáveis e não formam agregações coesas. O período de gestação é de aproximadamente nove meses, nascendo um filhote por ninhada. Não há uma estação de nascimento nítida. No Pantanal, eles ocorrem de maio a outubro, antes da estação chuvosa (FONSECA *et al.*, 1994).

No Brasil, originalmente, a área de ocorrência de *Blastocerus dichotomus* abrangia desde o sul da Floresta Amazônica, sudeste da região semi-árida da Caatinga, no Nordeste brasileiro, e oeste da região montanhosa da Mata Atlântica, no Sudeste e Sul do Brasil, até o sul e sudeste do Estado do Rio Grande do Sul, chegando, ainda à região de Pampas del Heath, no Peru, norte e leste da Bolívia, leste e sul do Paraguai, nordeste da Argentina e oeste e extremo norte do Uruguai (MACHADO, DRUMMOND, PAGLIA, 2008).

Atualmente, a distribuição da espécie encontra-se bastante reduzida e fragmentada, constituindo-se, em sua maioria, de populações residuais. As maiores concentrações atuais de *Blastocerus dichotomus* podem ser observadas apenas no Pantanal brasileiro (Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), na região da ilha do Bananal e rio Araguaia (Estados de Mato Grosso e Tocantins), no rio Guaporé (Estado de Rondônia) e nas várzeas remanescentes do rio Paraná (Estados de Mato Grosso do Sul, Paraná e São Paulo) (PERIN *et al.*, 2007).

As informações sobre o *status* das populações de *Blastocerus dichotomus* no território nacional são escassas. As informações mais pertinentes foram estabelecidas na década de 70, quando foram realizados levantamentos aéreos no Pantanal mato-grossense. Apesar das limitações metodológicas, obteve-se uma estimativa populacional variando de 5.000 a 6.000 indivíduos, podendo alcançar a cifra de 7.000, para uma região de aproximadamente 140.000 km² (FONSECA *et al.*, 1994).

PALEONTOLOGIA NO PNSC

Na Toca das Moendas foram reconhecidas, até agora, cerca de quinze espécies de grandes mamíferos. A característica mais notável desta fauna é a abundância de cervídeos que, no que concerne à frequência relativa, somente são ultrapassados por *Palaeolama major* (GUIDON *et al.*, 2009). Este é o primeiro sítio da região, no qual se encontra uma quantidade de cervídeos significativa, principalmente *Blastocerus dichotomus*, que já havia sido encontrado, alguns raros fragmentos, em outros sítios da área

(GUÉRIN *et al.*, 1996). Segundo Guidon (2009), esses estudos paleontológicos possibilita afirmar, sem dúvidas, a presença desse grande cervídeo na região. A descoberta de *Blastocerus dichotomus*, pela primeira vez em quantidade significativa, é notável, pois esta espécie (cervídeos caracterizados com galhadas com múltiplas ramificações) deveria ter um papel importante na vida do homem pré-histórico, pois foi constantemente representado nas pinturas rupestres, que não correspondem nem aos *Mazama*, cujas galhadas são simples, nem aos outros cervídeos do Quaternário da América do Sul (GUÉRIN, FAURE, 2009).

O tabela 03 apresenta as datações realizadas nos vestígios paleontológicos do *Blastocerus dichotomus*, encontradas na Toca das Moendas.

Descrição	Datação	Instituição	Método
Dentes de Cervídeo	22.000 +/- 2.000	Williams College	EPR
Dentes de Cervídeo	23.000 +/- 2.000	Fac. Fil, Ciências e Letras da USP – Ribeirão Preto	EPR

Tabela 03: Datações de vestígios *Blastocerus dichotomus* (baseado em GUIDON *et al.*, 2009).

JUSTIFICATIVA COMPARATIVA

A seguir, são apresentados alguns argumentos, que estabelecem a representação nas pinturas rupestres do *Blastocerus dichotomus* e o respectivo contato humano com essa espécie:

- A. São encontradas nas áreas do parque, diversas pinturas rupestres zoomorfas, caracterizadas com galhadas ramificadas e de morfologia idêntica ao do *Blastocerus dichotomus* (FIGURA 05).
- B. As proporções, comparadas a do ser humano, são compatíveis.
- C. Diversas pinturas desses cervídeos, caracterizados pelas galhadas ramificadas, comumente são representados com outros cervídeos, que não possuem galhadas, que representariam as fêmeas (FIGURAS 06 e 07).
- D. O único cervídeo encontrado em escavações paleontológicas, nas áreas adjacentes ao PNSC, que possuem galhadas com múltiplas ramificações, é o *Blastocerus dichotomus*.



Figuras 05 e 06: Cervídeo macho – Caitiu I. Cervídeos – Toca do Angical I.



Figura 07: Fileira de cervos - Toca do Arapuá do Gongo.

CONCLUSÕES

Os trabalhos de campo e as pesquisas realizadas no desenvolvimento deste artigo permitiram estabelecer que as pinturas rupestres, referentes ao *Blastocerus dichotomus*, encontradas no PNSC podem ser consideradas mais um instrumento na reconstrução de um ambiente, em tempos pretéritos. Essa afirmação pôde ser alcançada, primeiramente, por meio da identificação e das interpretações das pinturas rupestres zoomorfas, relacionando-as com os estudos paleoambientais, paleontológicos, suas respectivas datações, além da análise das características físicas e biológicas do cervo em estudo, contemplando assim, os objetivos inicialmente propostos na caracterização paleoambiental das áreas do parque.

A partir do levantamento biológico do *Blastocerus dichotomus*, identificadas e registradas nas pinturas rupestres do PNSC, foi possível reconhecer, por meio do levantamento bibliográfico, as condições ambientais em que esses animais viviam, e, consecutivamente, reconstruir alguns dos paleoambientes pelos quais a região passou.

Essas condições paleoambientais diferem bastante das atuais, podendo incluir climas mais úmidos e amenos; e ambientes caracterizados por várzeas, savanas e campinas sazonalmente inundadas alternâncias que foram vivenciadas por ocupações humanas pré-históricas.

As datações dos vestígios paleontológicos do *Blastocerus dichotomus* (dentes), apresentados na tabela 03, permitiram concluir que a região em estudo, entre 20 e 25 mil A.P. era bem mais úmida do que o atual, com várzeas e áreas inundadas. Essa caracterização paleoambiental confere com os dados do paleoclima e da paleovegetação estudados por Santos (2007) e apresentados na tabela 01, que estabelece que, há 18.000 A.P., inicia-se a retração das florestas úmidas.

Portanto, o registro de pinturas rupestres zoomórficas indica que a ocupação humana ocorreu em condições de vegetação mais aberta (campos e savanas), aparente, estabelecidos após 18.000 anos A.P.

As técnicas e as datações das pinturas rupestres realizadas nas áreas do PNSC, pelo questionamento de diversos pesquisadores, e por serem pouco conclusivas, foram desconsideradas, neste artigo, como indicadores de um determinado tempo ou período.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARTELLE, C. *Tempo Passado: Mamíferos do Pleistoceno em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Palco, 1994.
- CRISTALLI, P.S. *Macrofitofósseis em tufos calcários quaternários do norte da Bahia como indicadores paleoclimáticos*. Tese (Doutorado em Geociência) - Departamento IGC, Instituto de Geociências, USP, São Paulo - SP, 2006.
- DUARTE, J. M. B. *Guia de identificação de cervídeos brasileiros*. Jaboticabal: Editora Unesp, 1996.
- FONSECA, G. A. B. *et al. Livro Vermelho dos Mamíferos Brasileiros Ameaçados de Extinção*. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 1994.
- EMPERAIRE, L. *La caatinga du sud-est du Piauí (Brésil): Etude ethnobotanique*. 1980. 11-27 f. Tese (Doutorado de Terceiro Ciclo) - Université Pierre et Marie Curie, Paris, 1980.
- EMPERAIRE, L. *Plano de manejo: Parque Nacional Serra da Capivara*. Brasília: Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, p. 27-34, 1994a.
- EMPERAIRE, L. *Plano de manejo: Parque Nacional Serra da Capivara*. Brasília: Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, p. 46-129, 1994b.
- FUMDHAM. (São Raimundo Nonato - Piauí) *Mapa de localização do Parque Nacional Serra da Capivara*. 2011a. Disponível em: <http://www.fumdham.org.br/Mapas/01_Localização.jpg> Acesso em: 20/03/2011.
- FUMDHAM. (São Raimundo Nonato - PI). *Mapa da do Parque Nacional Serra da Capivara*. 2011b. Disponível em: <<http://www.fumdham.org.br/mapas/PNSCVegetacao.jpg>>. Acesso em: 25/01/2011.
- GUÉRIN, C. *et al.* The Pleistocene fauna of Piauí, Northeastern Brazil: Palaeoecological and biochronological implications. *Fumdhamentos*, São Raimundo Nonato, v. 1, n. 1, p. 55-103, 10 dez. 1996.
- GUÉRIN, C.; FAURE, M. Les Cervidae, Mammalia, Artiodactyla, du Pléistocène supérieur-Holocène anciende la région du Parc National Serra da Capivara, Piauí, Brésil. *Geobios*, Lyon, n. 42, p.169-195, 2009.
- GUIDON, N. *Arqueologia da região do Parque Nacional Serra da Capivara: Sudeste do Piauí*. São Raimundo Nonato, PI, 2003. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/arqueologia/irq10.shtml>>. Acesso em: 30/05/2009.
- GUIDON, N. *et al.* Toca das Moendas, Piauí-Brasil, primeiros resultados das escavações arqueológicas. *Fumdhamentos*, São Raimundo Nonato, n. 8, p. 71-85, 10 dez. 2009. Anual.
- MACHADO, A. B. M.; DRUMMOND, G. M.; PAGLIA, A. P. (Ed.). *Livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção*. Brasília: Fundação Biodiversitas, 2008.

- MIRANDA, C. L. et al. Mammalia, Artiodactyla, Cervidae, *Blastocerus dichotomus*, municipality of Barreiras do Piauí, State of Piauí, Northeastern Brazil: Distribution extension. *Check List: Journal of Species Lists and Distribution*, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 386-390, 10 ago. 2009.
- OLIVEIRA, P. E. de; BARRETO, A. M. F.; SUGUIO, K. Late Pleistocene/Holocene climatic and vegetational history of the Brazilian Caatinga: the fossil dunes of the middle São Francisco River. *Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology*, Amsterdã, v.152, p. 319-337, sep. 1999.
- PERIN, M. A. A. et al. Área de vida de cervos-do-pantanal (*Blastocerus dichotomus*) nascidos e reintroduzidos em uma várzea do nordeste do Estado de São Paulo (estação ecológica do Jataí), município de Luiz Antônio. IN: Congresso de ecologia do Brasil, 8., 2007, Caxambú. *Anais...* . Caxambú: SEB, 2007. p. 4 - 5.
- RIVAS, M. P. (Org.). *Macrozoneamento geoambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba*. Rio de Janeiro: IBGE, 1996. 111 p.
- SANTOS, J. C. *O Quaternário do Parque Nacional Serra da Capivara e entorno, Piauí, Brasil: morfoestratigrafia, sedimentologia, geocronologia e paleoambientes*. Tese (Doutorado em Geociência) - Curso de Pós-graduação em Geociências, Departamento de Centro de Tecnologia e Geociências, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2007.
- STORER, T. I.; USINGER, R. L. *Zoologia Geral*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

Recebido em:28/06/2014
Aprovado em:10/08/2014
Publicado em:03/10/2014

**A PROBLEMÁTICA DOS CORTIÇOS PELOTENSES ENTRE OS
SÉCULOS XIX E XX**

THE ISSUE OF PELOTAS' SLUMS BETWEEN THE 19TH AND 20TH CENTURIES

Letícia Nörnberg Maciel

Vol. XI | n°22 | 2014 | ISSN 2316 8412



A PROBLEMÁTICA DOS CORTIÇOS PELOTENSES ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX

Letícia Nörnberg Maciel¹

Resumo: O presente artigo trata da formação, expansão urbana e o surgimento dos cortiços no século XIX e início do século XX na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul. Desde o surgimento deste tipo de residência na segunda metade do século XIX até, pelo menos, os anos de 1920 – década final a qual esta pesquisa abrange – houve um grande esforço por parte do governo e das elites locais, permeado de preceitos originários das políticas higienistas, para que os mesmos fossem afastados para as periferias da cidade. A partir dos movimentos de expansão urbana, o centro da cidade, seus terrenos e edificações valorizaram em termos econômicos. Por tal motivo, os cortiços deveriam sair desta zona central tanto por questões estéticas quando para que houvesse uma maior valorização deste centro.

Palavras chaves: Cortiços, Política higienista, Expansão urbana.

Abstract: The following paper talks about the formation, urban expansion and the emergence of 19th and early 20th century slums at Pelotas city, Rio Grande do Sul state. Since the rise of this kind of residential building, during the second half of the 19th century up to, at least, the 1920s – the last decade covered by this research – government and local elites had been putting a great effort in order to move away these residences towards the outskirts of the city. All of this ideas were paved around hygienist ideals. Lots and edifications in downtown Pelotas had an increase in economic value because of the expansion of that area. That being said, it was important to force a migration of these slums, away from central areas, based upon aesthetic reasons and in order to increase even more the value of the area.

Keywords: Cortiços, Hygienist policy, Urban sprawl.

INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas, disciplinas como a Arqueologia e a Geografia buscaram compreender a formação da paisagem social. Em ambas as áreas isso se dá a partir do estudo sobre a sua formação organização, disputas territoriais e aproveitamento de recursos naturais em prol da sobrevivência física e simbólica de um indivíduo e de seu grupo. Entretanto, de forma pontual, alguns elementos associados a essas paisagens foram deixados de lado em detrimento a outros, como no caso do estudo de grupos minoritários do período histórico.

Foi pensando nas lacunas deixadas pelas pesquisas das últimas décadas no município de Pelotas que o presente artigo debruça-se, a partir de levantamentos historiográficos, em um estudo voltado para as minorias pretéritas. As elites pelotenses não se encontravam sozinhas, havia outros elementos que dividiram com elas os períodos iniciais de formação da cidade. Por tal motivo, não serão mencionados os cortiços presentes hoje na cidade, que, apesar de manterem um padrão semelhante de arquitetura e localização, fogem do período delimitado, o qual abrange aproximadamente o intervalo dos anos entre 1880 e 1920.

¹ Bacharel em Antropologia com linha de formação em Arqueologia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil.

Os cortiços, e seus moradores, foram considerados ao longo do tempo um incômodo para o poder público e para as elites da região. Diversas foram as tentativas de afastá-los do centro urbano, numa falsa perspectiva de que o afastamento dessas habitações populares resolveria de fato os problemas de infraestrutura enfrentado pelos seus moradores.

O SURGIMENTO DOS CORTIÇOS EM PELOTAS-RS

Ainda no período escravocrata e de expansão da cidade, a construção de casarões e de casas de aluguel era uma boa opção de investimento, sendo uma das opções de emprego da mão de obra escravocrata nos períodos de entressafra das charqueadas e nos momentos de baixa produção (GUTIERREZ, 2007). Tal atitude auxiliou no rápido desenvolvimento da malha urbana, que em poucos anos aumentou os traçados de quadras e ruas.

Conforme a arquiteta Roberta Santa Catharina (2012), os planos urbanísticos iniciais de Pelotas possuíam traçados reticulares de origens hispânicas para a valorização das praças - as quais seriam os centros das cidades - e seus entornos, que seriam compostos pelos principais edifícios de ordem oficial e religiosa. Este ambiente urbano se estabeleceu inicialmente a certa distância das charqueadas devido aos odores fétidos liberados por elas no verão, época em que o charque era produzido (SANTOS, 2012).

Os planos urbanísticos correspondem aos projetos de urbanização do primeiro, segundo e terceiro loteamento. O primeiro, executado pelo piloto de rumos Maurício Inácio da Silveira entre 1812 a 1815, pertencia a Antônio Francisco dos Anjos e possuía um traçado reticulado heterogêneo, com sete ruas no sentido leste-oeste e doze no sentido norte-sul; estas 84 quadras, de 273 braças de frente cada uma eram arrendadas e geravam 320 réis anuais por braças - sendo cobrados juros em cima desses pagamentos a partir de 1818 (CABRAL, 2012; MAGALHÃES, 2012). O segundo loteamento, de 1835, foi responsável pela expansão das ruas em direção ao sul, até o porto nas margens do canal São Gonçalo. No terceiro loteamento, de 1858, foi delimitado o crescimento da cidade em direção norte; neste momento, após a Revolução Farroupilha, Pelotas iniciava o processo de crescimento econômico. E, por último, o quarto loteamento, de 1870, foi feito na época em que Pelotas se encontrava no auge do crescimento econômico e social.

No início do século XX, a cidade era formada por 215 quadras, 41 ruas, 6 praças e duas avenidas. A seguir, novos loteamentos foram demarcados além da zona central da cidade, sendo criados os bairros Areal, a leste, Fragata, a oeste e Três Vendas, ao norte.

Paralelamente ao processo de expansão urbana, desenvolveram-se os cortiços², num contraposto que demonstra as desigualdades sociais neste núcleo urbano. Havia, assim, uma preocupação de ordem estética com o crescimento desordenado da cidade e, por outro lado, o Código de Construções e Reconstruções de Pelotas do ano de 1915, além de ser carregado de preceitos sobre o embelezamento da cidade, também fazia apontamentos da ordem da higiene (SOARES, 2001; CATHARINA, 2012). Uma vez que um alto número de governantes eram médicos, havia uma preocupação com as moléstias que se manifestavam subitamente, chamando atenção da opinião pública para questões ligadas à saúde e higiene: *“A guerra contra as casas insalubres, os cortiços e os cubículos, realizou-se sem tréguas através do discurso oficial, que se expressava na grande imprensa e através dos poderes de polícia”* (GILL, 2007, p. 136). Assim, ter como alvo principal as formas de habitação e moradia dava a estes governantes um controle maior da vida privada das populações mais pobres – isentando a real responsabilidade que eles tinham em oferecer melhores condições de vida àquela população.

Os cidadãos que residiam em cortiços foram os principais alvos destas políticas higienistas³, as quais ganharam destaque a partir da proclamação da República e junto a ela o triunfo dos postulados positivistas, como pode ser observado no trecho abaixo, citado e extraído pela historiadora Lorena Gill no seu livro *“O mal do século”* (2007), do relatório de 1916, apresentado ao Intendente Municipal Cypriano Corrêa Barcellos pelo Engenheiro Chefe Otacílio Pereira sobre o estado sanitário da cidade de Pelotas:

Há casas malsãs, cortiços que bem mereciam a demolição imediata e onde se albergam dezenas de entes macilentos em promiscuidade prejudicial e que, muitas vezes, são focos de tuberculose, onde ignorantemente estão a ela expostos mulheres, crianças e homens.

A partir das crises da pecuária, abolição da escravidão e conseqüente declínio das charqueadas entre o final do século XIX e início do século XX, ocorreu uma diversificação industrial na tentativa de recuperar a economia da cidade de Pelotas. Foi então incentivada a instalação de fábricas de sabão, velas, colas, graxas, tecidos, móveis, vidros e também a implementação de indústrias de cerveja, água mineral, gasosas e vinhos. Aliada a indústria de Rio Grande, as duas cidades transformaram a região em um polo industrial quase tão forte quanto o que vinha se formando em Porto Alegre. Esta movimentação industrial e

² O termo “cortiço”, inicialmente usado com intuito pejorativo, servia para definir as moradias coletivas de construção e conservação precárias, normalmente de um ou dois cômodos. Os cortiços foram a principal alternativa para as classes baixas da população urbana durante a expansão das cidades.

³ Entre a segunda metade do século XIX e início do século XX, chegou ao Brasil o movimento higienista – mediante reapropriações e reinterpretções –, um novo ideal que tinha como preocupação central a saúde, a exemplo da cultura grega e da medicina de Hipócrates. Suas propostas focavam na defesa da saúde pública e no ensino de novos hábitos que auxiliariam a conservar e melhorar a saúde individual e coletiva. Esse movimento tinha como ideia central a valorização da população como um bem e como capital. O discurso higienista podia ser considerado como um reflexo dos ideais das elites, uma vez que entendiam as populações pobres como atrasadas, inferiores e culpadas pela propagação dos miasmas, dentre outros adjetivos de cunho cultural-evolucionista e segregadores. Estas populações seriam então perseguidas pelos seus hábitos e suas habitações ditas insalubres (GÓIS JÚNIOR, 2007).

de serviços contribuiu para a atração de antigos trabalhadores rurais, ex-escravos de outras regiões e novos imigrantes através dos programas de estímulo promovidos pelo governo federal, gerando uma elevação de 114% na população urbana de Pelotas entre 1890 e 1920. Porém, apesar da expansão do comércio e chegada de instalação de novas fábricas, este alto fluxo de pessoas gerava uma demanda de empregos e moradias além daquelas oferecidas pela indústria e comércio locais, bem como valorização das zonas urbanas e consequente elevação no preço dos imóveis e aluguéis. Assim, uma das principais alternativas de moradia se constituiu nos cortiços (MOURA, 2006).

Apesar de a situação ter se agravado na virada do século, mesmo antes da abolição da escravidão, os cortiços eram uma das poucas opções de moradias financeiramente viáveis para ex-escravos. Segundo Gill (2007), este seria provavelmente um dos fatores que levaram o poder público a se posicionar contra tais habitações e seus moradores. Embora seja importante lembrar que a discussão sobre o fechamento dos cortiços não interessava apenas aos seus moradores, mas também a empresários que lucravam na construção de moradias para famílias de baixa renda, bem como em loteamentos. Por tal motivo, o discurso higienista sobre o ambiente insalubre das cidades seria bastante oportuno para o momento.

AS TENTATIVAS DE AFASTAMENTO DOS CORTIÇOS DO NÚCLEO URBANO

Um dos precursores dos problemas urbanos na maioria dos núcleos citadinos a partir da segunda metade do século XIX foram os surtos epidêmicos constantes, como a cólera, varíola, febre amarela, febre tifoide, tuberculose e outras. Entre o final do século XIX e início do século XX, o discurso higienista tinha como bandeira livrar a cidade de Pelotas da onda de tuberculose que a assolava sem trégua, aumentando abruptamente as estatísticas de óbitos do município⁴. Por tal motivo, o debate sobre as tentativas de impedir a proliferação de várias doenças envolveu médicos e engenheiros sanitaristas, tendo também o suporte do poder público a partir da realização de intervenções na estrutura da cidade – uma vez que o ambiente era considerado o principal responsável pela saúde dos indivíduos – e na vida dos moradores. Ou seja, ao higienizar o ambiente e a população, automaticamente os indivíduos se tornariam saudáveis e livres de qualquer tipo de moléstia que futuramente pudesse contaminar.

Para manter a cidade longe dos surtos e controlar aqueles que estavam em voga, era necessário mudar a sua realidade a partir da canalização dos esgotos, definir um local ideal para o descarte do lixo, recolher os fluídos domésticos, dentre outras coisas.

⁴ As estatísticas sobre mortalidade da cidade apontam que o número de óbitos decorrentes da tuberculose passou de 12,5% em 1891 para 19,4% em 1902 (GILL, 2007).

As críticas, até então predominantemente voltadas para o espaço público e o espaço privado externo das construções, avançaram pelo interior das moradias, especialmente a dos pobres, denunciando a péssima qualidade dos materiais com que eram construídas, a sujeira, a falta de ar e luz e suas pequenas dimensões frente ao grande número de habitantes. Assim, os hábitos dos moradores, suas características, as atividades com que se envolviam, misturaram-se com suas habitações, passando a fazer parte das críticas e alvo também das tentativas de controle organizadas pelo Poder Público (MOURA, 2006, p.53-54).

O principal alvo destes discursos eram as habitações sem ventilação e com pouca luminosidade, além daquelas coletivas onde facilmente uma pessoa infectada poderia transmitir a moléstia aos outros moradores – uma vez que os bacilos da tuberculose, uma das principais doenças que levavam ao óbito entre o século XIX e início do século XX e que era um grande alvo das políticas públicas de higiene, podem permanecer no ar horas após serem expulsos do corpo do infectado através da tosse e do catarro. Tendo as políticas higienistas como justificativas, um número elevado de cortiços era fechado todos os anos e seus moradores eram despejados (GILL, 2007).

Segundo a arquiteta Rosa Maria G.R. de Moura, em sua tese de doutorado defendida em 2006 sobre habitações populares em Pelotas, havia três tipos de construções que podiam ser definidas como cortiços em Pelotas: o galpão, o portão e o contrafeito. O primeiro se assemelhava a depósitos ou galpões, podendo servir para atividades comerciais, industriais e habitações; além disso, podia ser voltado tanto para o passeio público quando estiver localizado em fundos de terrenos. O portão era constituído por casas em fita⁵ de forma perpendicular ao passeio público, geralmente com uma pequena rua interna para o acesso às casas e onde normalmente se localizavam os banheiros e tanques de uso coletivo. Por último, o contrafeito era bastante diminuto, possuía um telhado constituído de um plano inclinado e geralmente tinha a frente voltada para o passeio público, porém afastado quatro metros do alinhamento da calçada (MOURA, 2006). Casas estilo cortiços raramente ficavam diretamente de frente para a rua, possuindo sempre um portão ou muro que impedia a sua exposição para os transeuntes.

Este tipo de habitação era normalmente construído em madeira ou alvenaria e podia comportar de uma a seis pessoas a depender do tamanho da família e valor do aluguel. Ainda conforme Moura, no ano de 1893 um operário pelotense ganhava, em média, 91\$000. Porém a média do valor dos aluguéis de pequenas residências oscilava na casa dos 20\$000, além disso, o gasto com a alimentação também era bastante elevado, chegando a quase 62\$000 por mês. Subtraindo estes 62\$000 e outros pequenos gastos com lenha,

⁵ As casas em fita são constituídas a partir da construção de duas ou mais residências que dividem proporcionalmente um mesmo terreno. Este tipo de construção seguiu em voga até meados da década de 1940, mas ainda é comum nos dias de hoje, podendo ser encontrado em bairros residenciais ou mesmo nos centros das cidades, ocupando por vezes terrenos em que a relação largura X profundidade é dada de forma que a segunda é desproporcionalmente maior. Não devem ser confundidas com casas geminadas que são construídas aos pares e com planta rebatida.

velas e outras eventuais necessidades dos 91\$000, não sobrava nada muito significativo para que fosse possível alugar uma residência de valor elevado - e conseqüentemente talvez com melhor estrutura. Porém este era o salário médio de um operário, logo autônomos e prestadores de serviços possivelmente juntassem menos que estes 91\$000 por mês, lhes restando então opções de moradias em situações precárias e/ou divididas entre um pequeno grupo de pessoas, como no caso de um cortiço com as dimensões de 2,60 X 3,10 m, localizado na esquina entre as ruas Bento Martins e Três de Maio que, em 1906, o aluguel de 16\$000 era dividido entre seis moradores.

Em 1905, o relatório do Dr. José Calero, delegado de higiene, apontava as medidas preventivas para o controle da tuberculose na cidade, dentre as quais eram a extinção ou o saneamento dos cortiços, corredores e habitações ditas insalubres, tidas como principais focos de irradiação da doença (SILVEIRA, 2009). Contudo, artigos publicados no jornal Opinião Pública de agosto de 1906 demonstram o descontentamento dos moradores para com estas medidas, uma vez que as construções há anos eram permitidas e pagavam altos impostos, alegando inclusive que as medidas tomadas eram imediatistas e não resolveriam os problemas de habitação e saneamento enfrentados pelos moradores, tais como infiltração de água, falta de ventilação e entrada de luz, excesso de umidade, buracos nas paredes e outros.

Segundo a arquiteta Aline Montagna da Silveira, em sua tese de doutorado sobre o sistema de abastecimento de água e as transformações na arquitetura residencial no final do século XIX em Pelotas (2009), a atuação da polícia sanitária em Pelotas era bastante intensa no início do século XX. No ano de 1906, quando da discussão acima destacada, 3120 visitas domiciliares foram realizadas, das quais resultaram em 21 multas, 548 intimações e 25 prédios interditados – um número bastante elevado considerando que naquele ano havia 5781 edificações na cidade (MOURA, 2006).

É difícil dar uma precisão sobre o número de cortiços em Pelotas na época, uma vez que não havia um controle rígido sobre a divisão e sublocação das residências. Segundo Gill (2007), no Boletim de Estatísticas de 1891, havia o registro de 124 cortiços com 758 fogos. Porém, provavelmente existisse um número muito mais elevado de cortiços, visto que no início do século XX muitos cortiços novos foram criados nas periferias da cidade, em bairros como o Fragata e Três vendas, devido ao aumento do valor do aluguel no centro da cidade.

Em 1881 foi determinada uma área livre de cortiços. Esta área era delimitada pelas ruas Paysandu, Santo Antônio, Jatahy e 7 de Abril - hoje, respectivamente, ruas Barão de Santa Tecla, Senador Mendonça, Gonçalves Chaves e Dom Pedro I. Em 1888, a área de proibição foi ampliada em mais cinco quarteirões ao sul (MOURA, 2006).

Ao serem criadas estas áreas livres de cortiços nas zonas de cota mais elevada do perímetro urbano, não se proibia a construção dos mesmos, apenas os afastava para as periferias, sendo eles empurrados para as zonas de enchentes e próximas a banhados. Ao mesmo tempo em que estes cortiços

eram excluídos da zona central, as construções de outros imóveis deixavam de lado os modelos coloniais e se adaptavam às novas linguagens ecléticas da arquitetura. As fachadas incorporaram esquemas de composições clássicas variadas derivadas da antiguidade greco-romana (CABRAL, 2012).

De qualquer forma, mesmo com o perímetro de proibição, as áreas com maior predomínio deste tipo de construção se concentravam na Rua Tiradentes e na várzea do arroio Santa Bárbara – provavelmente devido aos estabelecimentos industriais próximos a este curso d'água e na Avenida 20 de Setembro (MOURA, 2006). Com esta medida, aos poucos as moradias tradicionais foram sendo fechadas e demolidas, deslocando para áreas periféricas a segregação social cotidiana que parte da população já vivenciava.

Mesmo supondo que alguns cortiços fossem anteriores à lei, que muitos tenham conseguido escapar das visitas dos fiscais durante a construção, não é menos plausível pensar no poder de pressão dos proprietários junto ao poder público, tanto pelo seu grande número como pela possível presença entre eles de famílias tradicionais. Isoladamente ou reunidos a partir de 1905, em uma associação, conseguiram ser mais fortes que a lei e mantiveram seus imóveis precários e lucrativos ainda por muito tempo nas áreas mais próximas daquelas mais valorizadas (MOURA, 2006, p.78).

Com o afastamento de muitos cortiços da vista das elites e do poder público, era criada uma zona de valorização de imóveis dentro do perímetro de proibição. Assim, não só o preço de venda das casas era elevado, mas também o de aluguel, excluindo, aos poucos, aqueles que não tinham condições de pagar mensalmente uma quantia elevada por um imóvel. Pensa-se, então, em duas possibilidades: estas pessoas, ao se depararem com altos valores na zona central, saem em busca de imóveis mais baratos nas áreas periféricas da cidade, elitizando ainda mais o centro; ou dividiam os imóveis entre vários indivíduos subalugando peças das casas e, conseqüentemente, criando novos cortiços não fiscalizados em zonas proibidas.

Essa medida representou, pela primeira vez em Pelotas, o uso de uma incipiente legislação urbana como um instrumento capaz de auxiliar na construção dos limites entre os territórios da elite e o dos pobres. Correspondendo até hoje à área mais valorizada da cidade, é possível afirmar-se que começava ali a construção de uma fronteira de poder através de uma área potencialmente livre dos jeitos de morar dos populares (MOURA, 2006, p.57).

Dezesseis anos após a delimitação da área de proibição de construção de cortiços, uma nova medida radical foi tomada. Desta vez foi determinada a cobrança do imposto da décima urbana sobre cortiços. Este imposto já era considerado a maior fonte de renda do município, porém dos 10% cobrados

sobre o valor locativo dos prédios dentro do perímetro urbano, foram propostos 14% apenas para cortiços e estalagens dentro do mesmo perímetro, enquanto os outros tipos de imóveis seguiriam pagando os 10%. Três anos depois eram cobrados 20%, mantendo este valor até, pelo menos, 1936 (MOURA, 2006)

Não se trata apenas dos poderes públicos e elites tentarem de todas as formas livrar o centro urbano dos cortiços e os seus moradores acatarem a estas medidas de forma passiva. A partir de registros documentais, é possível enxergar a resistência das classes baixas. Elas pertenciam àquele cenário, usufruíam dele, eram a força de trabalho das indústrias – consequentemente auxiliando a aristocracia a crescer ainda mais – e queriam se mostrar presentes com indivíduos pertencentes ao meio urbano, e não à periferia distante e úmida.

A classe dos moradores de cortiços foi responsável pela delimitação de uma nova paisagem na antiga Pelotas. Incluem-se nela pequenos nichos entre as grandes e médias edificações, compostos através de galpões, portões e contrafeitos, quebrando a imponentia dos casarões que, por vezes, possuíam exageros na composição dos arranjos em suas fachadas, que mesclavam ao mesmo tempo frutas, anjos, arabescos, ninfas, galo dos ventos e outros elementos com inspiração no ecletismo historicista.

Uma vez que as residências humildes fugiam do padrão ecletista em vigor na época, uma alternativa seria escondê-las do público em geral, de forma que passassem invisíveis na paisagem – além dos muros, salienta-se o fato de que as casas no estilo contrafeito afastavam-se 4m do alinhamento da calçada com relação às demais casas. Tal ação não resolvia o problema, mas talvez fosse uma forma de amenizar a convivência tumultuada entre os diferentes grupos que compunham a paisagem, com um grupo na tentativa de controle do outro.

Na década de 1920, baseados no Código de Construções, o poder público incentivou a moradia salubre. Foi então projetado um conjunto habitacional voltado para os trabalhadores, a chamada vila operária. Esta se localizaria no longínquo Capão do Leão, idealizado como um bairro higiênico e de aspecto agradável, com banheiros públicos, escolas e outros serviços básicos. Para tal, seriam demolidas as antigas construções e construídas casas baratas e regulamentadas, as quais beneficiariam a cidade e seus habitantes a partir de um ponto de vista social, higiênico e arquitetônico (SOARES, 2001).

Ora, se anteriormente a tentativa foi de coibir as construções de cortiços em determinadas áreas e afastar os moradores para as periferias, o novo projeto consistia em afastá-los em quase 10 km do centro da cidade. De qualquer forma, é somente estudando e expondo estes dispositivos de poder, como a delimitação de áreas em que a construção é proibida, o afastamento das calçadas e dos centros e a construção de muros, é que conseguiremos gerar mudanças na sociedade atual por meio da não legitimação histórica do poder baseado nas condições econômicas dos indivíduos (ZARANKIN, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Pelotas e, conseqüentemente, seus cidadãos, são vítimas de uma representação excludente do passado. No qual não apenas fatos isolados foram diminuídos em detrimento a outros que foram julgados de maior importância, mas grupos sociais e étnicos inteiros perderam seu espaço por muitas décadas na historiografia oficial. Infelizmente esta prática é comum até os dias de hoje por parte de projetos da Prefeitura Municipal ou de iniciativas privadas que enaltecem e reforçam a ideia de que a antiga Pelotas era símbolo de opulência e ostentação resultantes da riqueza das elites. Deixam-se muitas vezes de lado os escravos e ex-escravos, o ex-trabalhador rural e imigrantes recém-chegados que abandonaram suas terras em busca de melhores condições de vida – diferente do que a maioria se deparou ao chegar na cidade – dentre outros grupos. Em outras palavras, os casarões – que predominantemente dominam o Centro Histórico – são ainda uma característica proeminente na paisagem pelotense reforçada por projetos de restauro, tombamentos pelo Instituto do Patrimônio Nacional e Artístico Nacional. Não menosprezo isso, apenas gostaria de salientar com esta breve pesquisa apresentada que existiram e ainda existem outras realidades que dividem espaço com estes imponentes casarões como foi o caso aqui apresentado dos cortiços.

Tal como as pesquisas históricas e arqueológicas dos últimos anos na cidade tem apontado, estes esquecidos pela História não se tratam de grupos invisíveis ou de número de habitantes inexpressivo, estas minorias se faziam presentes territorial e politicamente, deixando-nos registro documental e material que comprova este fato.

As disputas territoriais entre diferentes grupos sociais não são privilégio de sociedades distantes do meio urbano, como erroneamente ainda se julga. Este comportamento, com delimitação nesta pesquisa para os anos entre 1880 e 1920, ainda se faz presente na cidade de Pelotas a partir da cobrança de taxas do IPTU mais elevadas para determinados bairros do que para outros – muito embora recursos básicos como segurança, iluminação pública, esgoto não exposto a céu aberto, abastecimento de água e rotas de transporte público não sejam proporcionais ao pagamento do imposto.

Se de fato for possível fazer uma grande revisão das representações do passado de Pelotas, não seria também possível aproximar os atuais grupos minoritários deste conhecimento gerado pela academia e dar-lhes um pouco da força e incentivo necessários para a legitimação do de suas identidades e do seu espaço físico e simbólico? Imagino que seja esse o papel da Arqueologia hoje.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CATHARINA, R. T. S. *Ordenanças urbanas e ideia de cidade: o primeiro e o segundo plano diretor de Pelotas e os temas de urbanismo do século XX*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.
- CABRAL, G. H. Arquitetura da cidade de Pelotas e o imigrante construtor Guilherme Marcucci. IN: MARCUCCI, Guilherme. *Ecletismo na arquitetura pelotense (1860-1901)*. 2012. 298 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012, p. 178-216.
- GILL, L. A. *O mal do século: tuberculose, tuberculosos e políticas de saúde em Pelotas (RS) 1890-1930*. Pelotas: EDUCAT, 282p. 2007.
- GÓIS JÚNIOR, E. Movimento higienista e o processo civilizador: apontamentos metodológicos. IN: *X Simpósio Internacional: Processo Civilizador*, Campinas, UNICAMP, 2007. Disponível em <http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais10/Artigos_PDF/Edivaldo_Gois_Jr.pdf>. Acesso em 22/11/2013
- GUTIERREZ, E. J. B. (Org.). *Marcucci, Zanotta e Casaretto constroem o sul do Novo Mundo*. Santa Maria: Pallotti, 2007, 199p.
- MAGALHÃES, M. O. *Pelotas Princesa: livro comemorativo ao bicentenário da cidade*. Pelotas: Diário Popular, 150p., 2012.
- MOURA, R. M. G. R. *Habitação Popular em Pelotas (1880-1950): entre políticas públicas e investimentos privados*. 2006. 249p. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- SANTOS, C. A. A. Influências francesas na organização dos espaços verdes de Pelotas e nos edifícios da cidade: 1870-1931. *JURIS*, Rio Grande, n.17, p.153-171, 2012.
- SILVEIRA, A. M. *De fontes e aguadeiros à penas d'água: reflexões sobre o sistema de abastecimento de água e as transformações da arquitetura residencial do final do século XIX em Pelotas - RS*. 2009. 340 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SOARES, P. R. R. Modernidade urbana e dominação da natureza: o saneamento de Pelotas nas primeiras décadas do século XX. *História em Revista*, v.7, 2001.
- ZARANKIN, A. Corpos congelados: uma leitura metafórica de paredes e muros em Belo Horizonte, MG. IN: J. MACEDO; R. de ANDRADE; C. TERRA (Orgs.) *Arqueologia na paisagem: Novos valores, dilemas e instrumentais*. Rio de Janeiro: Rio Books, 2012. p.18-33.

Recebido em:25/06/2014
Aprovado em:05/08/2014
Publicado em:03/10/2014

**TECNOLOGÍA Y SUBSISTENCIA EN EL SITIO ARQUEOLÓGICO CERRO
TAPERA VÁZQUEZ
(PARQUE NACIONAL PRE-DELTA, REPÚBLICA ARGENTINA)**
TECHNOLOGY AND SUBSISTENCE AT CERRO TAPERA VÁZQUEZ ARCHAEOLOGICAL SITE
(PRE-DELTA NATIONAL PARK, ARGENTINA)

Mariano Bonomo
Juan Carlos Castro
Carolina Belén Silva

Vol. XI | n°22 | 2014 | ISSN 2316 8412



TECNOLOGÍA Y SUBSISTENCIA EN EL SITIO ARQUEOLÓGICO CERRO TAPERA VÁZQUEZ (PARQUE NACIONAL PRE-DELTA, REPÚBLICA ARGENTINA)

Mariano Bonomo¹
Juan Carlos Castro²
Carolina Belén Silva³

Resumo: En este artículo se presentan los estudios taxonómicos, anatómicos y tafonómicos de los materiales faunísticos y los análisis tecnológicos-decorativos y los remontajes de la alfarería del sitio arqueológico Cerro Tapera Vázquez (Nordeste argentino). El sitio está ubicado en un montículo sobre un albardón contiguo al arroyo El Ceibo, donde se excavaron 16 m² en el año 2008. Allí, se registraron abundantes materiales cerámicos lisos, incisos y modelados (asas y apéndices zoomorfos) y numerosos restos óseos de *Myocastor coypus* (taxón dominante), *Blastocerus dichotomus*, *Ozotoceros bezoarticus*, *Cavia aperea*, *Leopardus geoffroyi*, *Lycalopex gymnocercus*, *Hydrochaeris hydrochaeris*, aves y peces (Siluriformes y Characiformes). Salvo el cuis y el zorro, los restantes taxa muestran evidencias de procesamiento antrópico (huellas de corte, fracturas frescas y termoalteraciones). Se obtuvieron dos dataciones radiocarbónicas: 650 y 520 años AP. Los resultados alcanzados en este estudio permiten concluir que las poblaciones prehispánicas que ocuparon Cerro Tapera Vázquez a fines del Holoceno tardío eran grupos canoeros ribereños, con una compleja tecnología cerámica y cuya subsistencia se basaba en la caza de coipo, carpincho y cérvidos, en la pesca y la horticultura a pequeña escala.

Palavras chave: Tierras bajas sudamericanas, Nordeste argentino, Holoceno tardío, Registro arqueofaunístico, Alfarería.

Abstract: In this paper the results of the studies carried out on ceramic and bone materials recorded at Cerro Tapera Vázquez site (Argentinean Northeast) are presented. Taxonomic, anatomic and taphonomic studies of bone assemblages and technological-decorative analysis and refitting of pottery were undertaken. The site is located on a mound next to El Ceibo Creek, where 16 m² were excavated in 2008. Abundant smooth, incised and modeled pottery (handles and zoomorphic appendages) and numerous bones remains of *Myocastor coypus* (most frequent taxon), *Blastocerus dichotomus*, *Ozotoceros bezoarticus*, *Cavia aperea*, *Leopardus geoffroyi*, *Lycalopex gymnocercus*, *Hydrochaeris hydrochaeris*, birds and fish (Siluriformes and Characiformes) were recorded. Except *Cavia aperea* rodent and *Dusicyon gymnocercus* fox, all taxa show evidence of anthropic modification (cut marks, fresh fractures and burning). Two radiocarbon dates were obtained: 650 and 520 yrs. BP. The results reached in this study lead to the conclusion that the pre-Hispanic populations that occupied Cerro Tapera Vázquez by the end of the Late Holocene were riverine canoe peoples, with complex ceramic technology and subsistence based on hunting of coypu, capybara and cervids, fishing and small-scale horticulture.

Keywords: South American Lowlands, Argentinean Northeast, Late Holocene, Archeofaunal record, Pottery.

¹ Doctor en Ciencias Naturales, Licenciado en Antropología, Investigador del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), Argentina; División Arqueología del Museo de La Plata – Profesor de la Facultad de Ciencias Naturales, Argentina; y Museo de la Universidad Nacional de La Plata (Unlp), Argentina.

² Licenciado en Antropología, Facultad de Ciencias Naturales y Museo de la Universidad Nacional de La Plata (Unlp), Argentina -Museo de Ciencias Naturales y Antropológicas "Prof. Antonio Serrano", Argentina.

³ Licenciada en Antropología, becaria del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), Argentina; División Arqueología del Museo de La Plata, Facultad de Ciencias Naturales y Museo de la Universidad Nacional de La Plata, Argentina.

INTRODUCCIÓN

El río Paraná corre por más de 4200 km por la cuenca del Plata y forma un extenso delta en su curso inferior que clásicamente fue dividido en Delta Superior, Medio e Inferior (FIGURA 01). Este ambiente está constituido por numerosas islas rodeadas por cursos y cuerpos de agua y posee una gran biodiversidad renovada por las constantes crecidas del río. La gran riqueza de plantas y animales silvestres continúa siendo aprovechada hoy en día por pescadores, cazadores y puesteros rurales que viven dispersos en este amplio entorno fluvial. Durante los trabajos arqueológicos desarrollados en el Delta Superior se observó que la población isleña actual obtiene diversos recursos por medio de la pesca, la caza, la recolección y de pequeñas huertas. Capturan peces con redes, espineles y fijas para su consumo y comercio, nutrias y carpinchos con trampas, perros y armas de fuego para adquirir su cuero y carne o adoptarlos como mascotas, aves acuáticas para consumir su carne, lagartos para usar su cuero y extraer su grasa con fines medicinales, madera, paja y barro para construir las viviendas y elaborar objetos, leña, huevos de tortuga, miel, entre otros.

Pero el Paraná no solo provee sus abundantes recursos, sino que también ocasiona las grandes inundaciones que causan el abandono temporario o definitivo de los asentamientos por la destrucción de las viviendas, bienes y huertos. Para contrarrestar las subidas regulares del río las viviendas se localizan en terrenos elevados, muchas veces encima de montículos arqueológicos (cerritos) construidos con tierra y materiales arqueológicos por los indígenas que habitaron el lugar. El régimen del río que condiciona la ocupación contemporánea de las islas y la costa baja, así como la movilidad con embarcaciones, también lo hizo en el pasado reciente. Los relatos del siglo XVI documentados por Fernández de Oviedo y Valdés (1851-1855 [1546-1547]) señalan que los indígenas canoeros que vivían en las planicies del Paraná se trasladaban a tierra firme cuando crecía el río, mostrando un patrón que no cambió con la instalación de la población de origen europeo y criolla en el área.

Hace cinco siglos atrás la llanura aluvial del Paraná Medio e Inferior era habitada por distintas etnias emparentadas o subgrupos dentro de una misma etnia (mbeguá, chaná, chaná-mbeguá, chaná-timbú, timbú, quiloaza, colastiné, caracaraes, corondá, mocoretá, mepene) que genéricamente se los denomina chaná-timbú. Fueron utilizados múltiples etnónimos para referirse a estas “generaciones” en los documentos del siglo XVI, en parte debido a la falta de comprensión del idioma indígena, a ajustes fonéticos y errores de grafía, que con el avance de la colonización se reducen como consecuencia de un mejor conocimiento de los grupos, pero también por su rápida desaparición. Al igual que sucede en la actualidad, los chaná-timbú utilizaban canoas de gran porte para pescar, transportar cargas y desplazarse por el medio fluvial, construían sus residencias con palos y paja tejida y explotaban sistemáticamente los recursos que les ofrecía el Paraná. Allí, capturaban peces, aves, roedores (nutria, carpincho y cuis) y cérvidos con una

tecnología específica para ello como redes, lanzas, arpones, propulsores, arcos y flechas emplumadas. Esto era complementado con la práctica de la horticultura que incluía maíz, porotos y zapallo y con la recolección de miel y vainas de algarrobo.



Figura 01: Delta del Paraná y ubicación del sitio arqueológico Cerro Tapera Vázquez.

El presente trabajo se entronca entonces con una larga historia de manejo de recursos silvestres y domesticados y de transformación humana del paisaje deltaico y busca contribuir con la mayor profundidad temporal que brinda la escala arqueológica para entender este proceso adaptativo e histórico en el largo plazo. Específicamente, este artículo tiene como objetivo caracterizar la tecnología cerámica y la subsistencia

de las poblaciones humanas que a fines del Holoceno tardío ocuparon el sitio arqueológico Cerro Tapera Vázquez (CTV), localizado en la región del Nordeste argentino. Se presentan los resultados de los estudios taxonómicos, anatómicos y tafonómicos de los materiales arqueofaunísticos y de los análisis tecnológicos, decorativos y los remontajes de la alfarería. Cerro Tapera Vázquez (BONOMO *et al.*, 2011a) está ubicado en una isla fluvial dentro del Parque Nacional Pre-Delta, próximo a la ciudad de Diamante en la provincia de Entre Ríos. El Pre-Delta comprende la porción superior del complejo deltaico y fue de las primeras zonas en estar disponibles para la ocupación humana, luego de los 6000-5000 años AP cuando comienza a descender el nivel del mar y a establecerse el paisaje de islas fluviales.

El sitio arqueológico CTV se emplaza en la llanura de meandros adyacente al arroyo El Ceibo, tributario de baja jerarquía del río Paraná (FIGURA 01). Geomorfológicamente, el área se caracteriza por una sucesión de espiras de meandros y albardones generados por la migración lateral de este curso durante las crecidas regulares del Paraná (BONOMO *et al.*, 2011a). En este contexto, el sitio está constituido por un montículo de forma elíptica (ca. 34 x 22 m) que se eleva 1 m sobre el albardón adyacente al arroyo (FIGURA 02). La distribución del material arqueológico tiene una longitud de 102 m a lo largo del albardón, aunque fuera del montículo la densidad de materiales es mucho menor. Esto muestra que el sitio no se restringe únicamente a los límites del montículo.

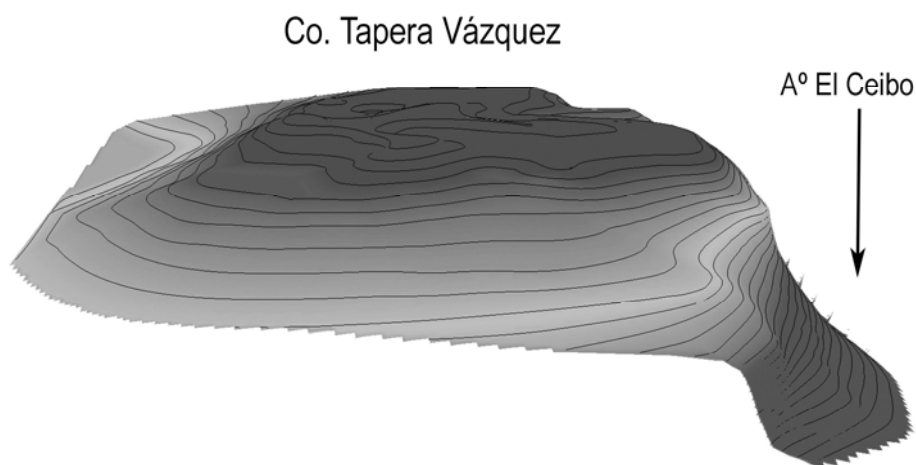


Figura 02: Planimetría del sitio arqueológico Cerro Tapera Vázquez.

En el año 2008 se excavaron 16 m² en la parte más elevada del montículo. Esteban Passegui (Centro de Investigaciones Científicas y Transferencia de Tecnología a la Producción –CICYTTP- CONICET, Diamante) realizó los estudios sedimentarios de los perfiles expuestos en la excavación, los sondeos y la barranca del albardón. El perfil de la excavación está conformado por depósitos aluviales con un incipiente desarrollo pedológico. Revelan en profundidad una sucesión de estratos de diferentes texturas en un patrón

granocreciente con una fuerte unimodalidad a nivel de limos gruesos, la cual desaparece progresivamente hacia la superficie en virtud de la creciente aparición de modas secundarias en grados de limos muy finos y arcillas.

En este sitio se dataron dos muestras de carbón vegetal de la cuadrícula 2 que arrojaron las siguientes edades radiocarbónicas: 650 ± 60 años AP (nivel: 1,25-1,35 m; LP-1989) y 520 ± 60 años AP (nivel: 1,50-1,60 m; LP-1993). Si bien se observa una inversión en las edades según su profundidad, los fechados son estadísticamente equivalentes según nos informó el LATYR (Laboratorio de Tritio y Radiocarbono, CONICET-UNLP) donde se procesaron las muestras. Estas edades semejantes a diferentes profundidades apuntarían a que el conjunto forma parte de un único componente arqueológico.

En un trabajo multidisciplinario previo (BONOMO *et al.*, 2011a) se estudiaron 17 muestras de microrrestos silíceos de la secuencia sedimentaria del sitio, en las que se pudo observar una elevada cantidad de fitolitos. Estos se asocian a espículas de espongiarios y en menor medida a diatomeas y estomatocistes de chrysostomatáceas. Las asociaciones fitolíticas muestran un aporte principal de origen graminoide. Aparecen vinculados a elementos de las subfamilias Danthonioides y Panicoides que indicarían climas templados a cálidos. En menor abundancia se registran morfotipos fusiformes asignables a la familia de las Podostemáceas, que contiene especies de plantas acuáticas que indicarían su acumulación natural por las inundaciones en concordancia con el ambiente de depositación del sitio. Además, se observan morfotipos diagnósticos de palmeras de la familia Arecáceas, recursos que han sido y siguen siendo intensivamente utilizados con fines alimentarios, medicinales y tecnológicos a lo largo de la cuenca del Plata (BONOMO, CAPELETTI, en prensa). Finalmente estos estudios fitolíticos, sumados a los análisis de almidones adheridos a una mano de mortero y en el interior de una “cuchara” de cerámica (BONOMO *et al.*, 2011b, en prensa), permitieron la identificación de maíz y porotos en Cerro Tapera Vázquez.

ESTUDIO DE LOS MATERIALES ARQUEOLÓGICOS

La distribución vertical del material arqueológico del sitio muestra en la parte superior de la secuencia estratigráfica los restos de un puesto isleño ocupado hasta mediados del siglo XX. Entre los 10 y 35 cm de profundidad se hallaron ladrillos, objetos de metal y vidrio y huesos aserrados de fauna introducida. Junto a estos materiales del puesto se registraron escasos materiales prehispánicos mezclados por efecto de la erosión y el pisoteo reciente. Los últimos 50 cm de la secuencia están constituidos por un importante volumen de materiales prehispánicos, que seguramente contribuyeron a la elevación artificial del montículo por acreción. Entre ellos se registran, en algunos niveles, escasos objetos de metal y vidrio de tamaño

pequeño. Esta migración vertical fue favorecida fundamentalmente por la bioturbación generada por la acción mecánica de las raíces de los árboles de la selva en galería que se desarrolla sobre el albardón.

En la tabla 01 se muestran los materiales abandonados durante la ocupación prehispánica del sitio. Se observa que predomina la cerámica, sobre los materiales faunísticos y líticos. Entre los escasos materiales líticos, el único instrumento recuperado es la mano de mortero antes mencionada que ha sido elaborada sobre arenisca y posee evidencias de uso en dos de sus caras.

Nivel	Cerámica	Lítico	Fauna	Carbón
115-120	87	0	4	0
120-125	430	0	6	0
125-130	571	1	19	5
130-135	526	0	65	5
135-140	470	1	43	7
140-145	318	0	51	19
145-150	200	1	38	8
150-155	201	1	75	7
155-160	104	0	28	9
160-165	40	0	20	0
165-170	11	0	3	0
Total	2958	4	352	60

Tabla 01: Materiales arqueológicos recuperados en planta en CTV.

Análisis faunístico

El conjunto arqueofaunístico analizado incluye el material recuperado en las plantas de excavación y durante el tamizado de la totalidad de los sedimentos con zaranda. Para la cuantificación de los datos se calculó la abundancia taxonómica y anatómica a partir de análisis cuantitativos: NISP, NMI, NME, MAU, MAU% (BINFORD, 1981, 1984; GRAYSON, 1984; LYMAN, 2008; MENGONI GOÑALONS, 1986, 1988, 1999). Los restos de *Myocastor coypus* (coipo, falsa nutria o *quiyá* en guaraní) se estudiaron con más detalle y se correlacionó su MAU% con los valores de densidad mineral ósea (DMO) para lepóridos (PAVAO, STAHL, 1999). Al carecer de estudios densitométricos sobre *Myocastor coypus* se utiliza la información disponible para la familia mencionada teniendo en cuenta la densidad máxima de cada elemento. Por último, se relevaron las siguientes variables tafonómicas: meteorización, depositación química, marcas de roedores, de carnívoros, de pisoteo, de raíces, huellas de corte, de impacto, termoalteraciones, aserrado perimetral y tipos de fracturas (ANDREWS, 1990; BEHRENSMEYER, 1978; GUTIÉRREZ, 2004, 2006; LYMAN, 1994; SALEMME *et al.* 1988, entre otros).

De un total de 1595 restos faunísticos, 783 especímenes se asignaron a alguna categoría taxonómica, ya sea Clase, Orden, Familia, Género o Especie. El resto corresponde a materiales

indeterminados (n = 812) y dentro de estos últimos el 92,2% (n = 749) son fragmentos óseos y dentarios muy pequeños, menores a 2 cm. Como se observa en la tabla 02, la mayoría de los especímenes identificados son de *Myocastor coypus* (NISP = 443), taxón que también presenta el mayor número de individuos (NMI = 24). Dentro de esta especie se registraron elementos del esqueleto axial y apendicular. En orden decreciente le siguen los peces óseos (NISP = 65), entre los cuales se determinaron restos de Siluriformes (*Pimelodus sp.* NISP = 4; Doridae NISP = 3) y Characiformes (NISP = 1). La mayoría de sus elementos son del esqueleto axial, sobre todo vértebras.

TAXÓN	Planta	Zaranda	NISP	NISP%	NMI	NME
MOLLUSCA	0	1	1	0,12	1	1
TELEOSTOMI	8	49	57	7,27	-	-
CHARACIFORMES	0	1	1	0,12	1	1
Doradidae	0	3	3	0,38	3	3
<i>Pimelodus sp.</i>	0	4	4	0,51	4	4
AVES	1	14	15	1,91	1	15
<i>Podiceps major</i>	2	1	3	0,38	1	3
MAMMALIA	116	88	204	26,05	-	-
<i>Cavia aperea</i>	0	5	5	0,63	2	2
<i>Hydrochaeris hydrochaeris</i>	6	10	16	2,04	2	15
<i>Myocastor coypus</i>	181	262	443	56,57	24	233
Carnivora	1	0	1	0,12	1	1
Canidae	0	1	1	0,12	1	1
<i>Lycalopex gymnocercus</i>	1	1	2	0,25	1	2
Felidae	0	1	1	0,12	1	1
<i>Leopardus geoffroyi</i>	2	0	2	0,25	1	2
Cervidae	4	3	7	0,89	1	6
<i>Blastocerus dichotomus</i>	4	3	7	0,89	1	7
<i>Ozotoceros bezoarticus</i>	1	1	2	0,25	1	2
<i>Homo sapiens</i>	0	8	8	1,02	1	2
Total	327	456	783	100	48	301

Tabla 02: Abundancia taxonómica en CTV.

Referencias: NISP = número de especímenes identificados; NMI = número mínimo de individuos; NME = número mínimo de elementos

Las aves están representadas por 18 especímenes óseos. Tres elementos (húmero, fémur, coracoides) fueron asignados a *Podiceps major* (macá grande), especie de hábitos acuáticos que es muy abundante en los bañados del área (ACEÑOLAZA *et al.*, 2004). El resto de los huesos de aves no pudo ser determinado más que a nivel de Clase: son nueve diáfisis de huesos largos, cinco epífisis de cúbito, radio, fémur y tarso-metatarso y una epífisis indeterminada. Los elementos identificados corresponden al miembro anterior (NME = 4), seguido por el miembro posterior (NME = 3) y un elemento de la cintura escapular (coracoides) (NME = 1); los restantes son huesos largos indeterminados (NME = 10).

Dentro de los grandes mamíferos identificados a nivel de especie se observan especímenes de *Hydrochaeris hydrochaeris* (carpincho o capibara) (NISP = 16), *Blastocerus dichotomus* (ciervo de los pantanos) (NISP = 7) y *Ozotoceros bezoarticus* (venado de las pampas) (NISP = 2). El carpincho está representado sobre todo por elementos del cráneo (NME = 10, incluyendo incisivos y molares), seguido por las extremidades (NME = 5). De ciervo de los pantanos hay elementos de los miembros anteriores y posteriores (NME = 6) y uno craneal (NME = 1). En cuanto al venado de las pampas los elementos (NME = 2) son de los miembros. Los elementos determinados como Cervidae (cuatro de los miembros y dos craneales), probablemente correspondan a *Ozotoceros bezoarticus* por sus características generales (gráciles), aunque no se descarta que algunos sean de *Mazama guazoubuira* que estuvo disponible en las tierras altas no inundables cercanas al sitio.

Se registró además la presencia de cuis (*Cavia aperea*) (NISP = 5), gato montés (*Leopardus geoffroyi*) (NISP = 2) y zorro gris (*Lycalopex gymnocercus*) (NISP = 2). Los elementos identificados para cuis son dos mandíbulas con molares, para gato montés un húmero y un fémur y para zorro gris un tercer molar inferior y la tercera vértebra cervical. Por último, es importante destacar el hallazgo de restos óseos humanos (NISP = 8), pertenecientes al cráneo (parte posterior del parietal derecho) y la mandíbula (porción de la rama ascendente derecha).

Dada la abundancia de especímenes de coipo (NISP% = 56,57%), se profundiza su análisis cuantitativo, se estiman las clases de edad y se correlaciona el MAU% con la DMO. La representación de las partes esqueléticas de este taxón (TABLA 03) muestra que predomina el esqueleto apendicular (NME = 136) sobre el axial (NME = 97). A su vez, dentro del primero dominan los elementos del miembro posterior (NME = 61), seguido por los anteriores (NME = 37) y, por último, las cinturas (NME = 9). También están presentes elementos del autopodio como metapodios (NME = 10) y falanges (NME = 19). Con respecto al esqueleto axial, la mayor frecuencia es para los elementos craneales sobre los post-craneales. Se encuentran ausentes las vértebras cervicales, lumbares, sacro, esternones, costillas, clavículas, metacarpos, patelas y fíbulas.

En cuanto a las frecuencias porcentuales de las unidades anatómicas, se observa que el MAU% más elevado para el esqueleto axial es el de las hemimandíbulas. El maxilar presenta un valor medio, mientras que el cráneo, las vértebras torácicas y caudales tienen un valor bajo. Para el esqueleto apendicular el MAU% más elevado corresponde al fémur, mientras que el húmero tiene un valor medio, y los elementos restantes poseen valores bajos (FIGURA 03 y TABLA 03).



Figura 03: Representación de partes esqueléticas de *Myocastor coypus* expresadas en MAU% (MAU% bajo= 0,0-33,3; MAU% medio= 33,4-66,6; MAU% alto= 66,7-100) y distribución de las huellas de corte sobre los distintos elementos anatómicos.

<i>Myocastor coypus</i>							
Elemento	Derecho	Izquierdo	Lat. Indet. / Ax.	NMI	NME	MAU	MAU%
Cráneo	3	0	0	3	3	3	12,5
Hemimaxilar	8	9	0	9	17	8,5	35,4
Hemimandíbula	24	20	4	24	48	24	100
Molares	0	0	58	-	-	-	-
Incisivos	0	0	110	-	-	-	-
Vértebra torácica	0	0	8	1	8	0,66	2,7
Vértebra caudal	0	0	20	1	20	0,83	3,4
Vértebra indet.	0	0	1	1	1	-	-
Hemipelvis	1	5	1	5	7	3,5	14,6
Escápula	1	1	0	1	2	1	4,2
Húmero	10	8	2	10	20	10	41,7
Radio	2	1	1	2	4	2	8,3
Cúbito	5	6	2	7	13	6,5	27,1
Fémur	13	17	2	17	32	16	66,7
Tibia	7	4	5	8	16	8	33,3
Astrágalo	3	2	0	3	5	2,5	10,4
Calcáneo	5	2	0	5	7	3,5	14,6
Metatarso	0	0	1	1	1	0,1	0,4
Falanges	0	0	19	1	19	0,31	1,3
Metapodio indet.	4	1	5	1	10	0,5	2,1
Total	86	75	239	100	233	-	-

Tabla 03: Representación anatómica de *Myocastor coypus* en CTV.

Referencias: Lat. = lateralidad; Indet. = indeterminado/a; Ax. = axial; NMI = número mínimo de individuos; NME = número mínimo de elementos; MAU = número mínimo de unidades anatómicas; MAU% = MAU estandarizado.

A partir del análisis de las mandíbulas y los maxilares se realizó una primera aproximación a las clases de edad de los individuos representados dentro del conjunto, siguiendo la propuesta de Rusconi (1930). De un total de 65 elementos (48 hemimandíbulas y 17 hemimaxilares), se pudo determinar que 7 corresponden al estadio 5 y 17 al estadio 6. Esto muestra la captura de individuos adultos y seniles, que son justamente los que proporcionan mayor cantidad de carne y pieles de mayor tamaño.

Con el fin de evaluar si la representación anatómica de coipo se encuentra condicionada por la preservación diferencial mediada por la densidad ósea, se aplicó un test de correlación Spearman entre el MAU% y la densidad mineral ósea(DMO). Los valores obtenidos para la correlación entre DMO y MAU% es positiva y significativa – n° de pares correlacionados = 20, $\rho_s = 0,69$, $p < 0,01$ - (FIGURA 04). Considerando los resultados obtenidos podemos sostener que el perfil esquelético de este taxón se encuentra mediado por la densidad mineral de los huesos.

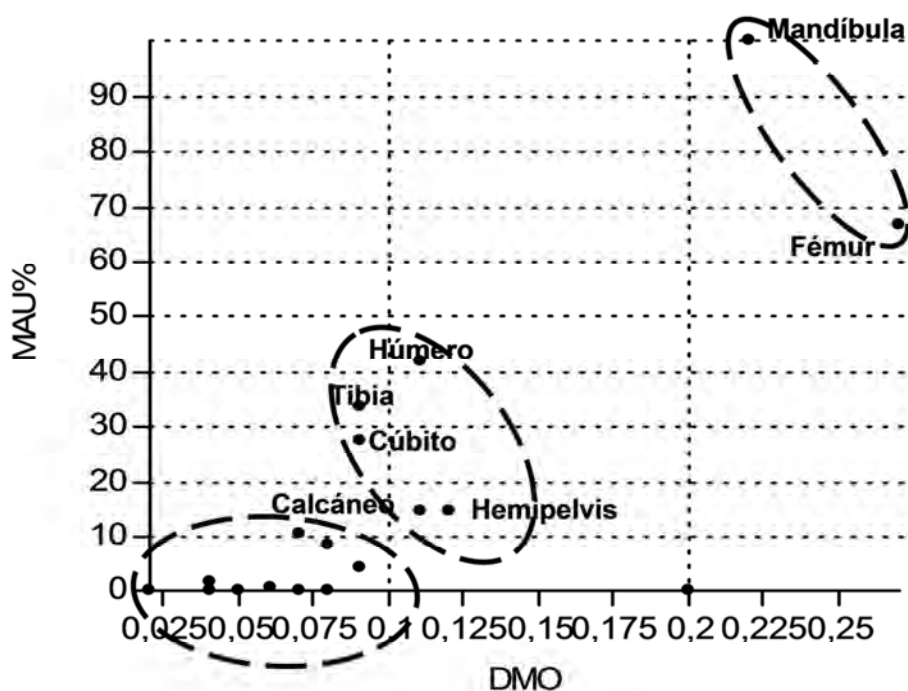


Figura 04: Correlación entre DMO y MAU% para *Myocastor coypus* en el sitio CTV.

Aspectos tafonómicos

La tabla 04 incluye las variables tafonómicas relevadas en los especímenes identificados a algún nivel taxonómico (NISP = 782). En el caso particular de la meteorización (*sensu* BEHRENSMEYER, 1978), la muestra analizada es igual a 694 especímenes, ya que se excluyeron los restos de peces (NISP = 65), de aves (NISP =

18) y de *Cavia aperea* (NISP = 5). Para la mayoría de la muestra (67,43%) el grado de meteorización corresponde al estadio 3, seguido por los estadios 2 y 4 con bajas proporciones. Esto indica que los restos estuvieron expuestos a las condiciones ambientales por un período considerable.

Variables tafonómicas	N	%
Meteorización 0	4	0,57
Meteorización 2	121	17,43
Meteorización 3	468	67,43
Meteorización 4	100	14,40
Meteorización 5	1	0,14
Óxido de Manganeso	745	95,26
Depositación de carbonato	12	1,53
Negativos de impacto	17	2,17
Aserrado perimetral	3	0,38
Alteración térmica	51	6,52
Huellas de corte	40	5,11
Marcas de raíces	11	1,40

Tabla 04: Representación de variables tafonómicas en CTV.

Un gran porcentaje (95,26%) de especímenes óseos presenta óxido de Manganeso sobre sus superficies, lo contrario ocurre con la depositación de carbonato de Calcio (1,53%). La abundancia de Manganeso puede asociarse con un contexto depositacional saturado en agua y/o con la descomposición de materia orgánica (DORN, OBERLANDER, 1981; GUTIÉRREZ, 2004; bibliografía allí citada). En tanto que el carbonato de Calcio está asociado a momentos de evaporación de soluciones acuosas, aunque la incidencia de este proceso fue mínimo como lo demuestra el escaso porcentaje de especímenes afectados. Un bajo porcentaje de la muestra (1,4%) presenta marcas de raíces, del total (n = 11) siete especímenes corresponden a los restos humanos, dos a aves, una mandíbula de coipo y un espécimen indeterminado. Por otro lado, no se registraron marcas generadas por carnívoros, roedores o de pisoteo.

Para el caso específico de los cérvidos se han registrado varios tipos de fracturas: helicoidal, columnar, irregular y transversal asociada a aserrado perimetral. Además se identificaron numerosas lascas óseas generadas sobre huesos largos de mamíferos de gran porte. Estas lascas son el resultado de algún golpe por percusión que ha fracturado el hueso en estado fresco. En el caso del coipo, 49 huesos largos presentan distintos tipos de fracturas en estado fresco (TABLA 05); siete de los cuales tienen dos fracturas combinadas (cilindros). Entre estas fracturas, seis de ellas evidencian negativos de impacto, doce tienen además huellas de corte y ocho termoalteraciones. Las fracturas intencionales sobre huesos largos en estado fresco de distintas especies regularmente son interpretadas como resultado de un procesamiento intensivo

de la fauna que incluye el consumo de médula ósea (véase por ej. SANTINI, 2009, 2011; para el Chaco argentino).

ELEMENTO							
Fractura	Tibia	Fémur	Cúbito	Húmero	Radio	Metapodio	N
H	2	2	1	3	1	1	11
T	4	6	2	3	1	2	17
O	3	1	2	2	0	1	9
I	1	1	0	1	1	0	4
C	0	0	1	0	0	0	1
Cilindro	Tibia	Fémur	Cúbito	Húmero	Radio	Metapodio	N
T-T	1	0	1	0	1	0	3
H-H	0	0	1	0	0	0	1
O-O	0	0	1	0	0	0	1
T-H	1	0	0	0	0	0	1
O-T	1	0	0	0	0	0	1
T	1	1	9	9	4	4	4
total	3	0					9

Tabla 05: Tipos de fracturas sobre elementos óseos de *Myocastor coypus* en CTV.

Referencias: H = helicoidal, T = transversal, O = oblicua, I = irregular, C = columnar.

Los negativos de impacto se registraron en 17 especímenes (hasta cuatro negativos en un mismo ítem). Este rasgo está presente en una hemimandíbula y ocho huesos largos de coipo (cúbitos, fémures, tibias y radio), un fémur y un húmero de gato montés, siete diáfisis de mamíferos indeterminados. Algunas fracturas con negativos de impacto, huellas de corte y aserrados perimetrales también son consecuencia de la producción de instrumentos óseos. Esto se observa en los cinco artefactos óseos registrados en el sitio. Tres de ellos poseen aserrado perimetral y consisten en una epífisis proximal de fémur y una epífisis distal de húmero de gato montés y un metapodio de cérvido. Se suman a ellos un artefacto con huellas de corte y evidencias de pulido que fue elaborado sobre una diáfisis de hueso largo de mamífero y un cóndilo de cérvido que podría ser un desecho de manufactura.

Las huellas de corte se registraron en 40 especímenes, lo cual representa un 5,11% del total. El 75% (n = 30) de los especímenes corresponden a *Myocastor coypus*, observándose un predominio de estas trazas en los elementos del esqueleto apendicular (véase FIGURA 03). Los atributos y la localización de las huellas en los huesos de esta especie reflejan actividades de cuereo, de desarticulación de las carcasas y de descarnar de los huesos (véase ESCOSTEGUY, VIGNA, 2010). Considerando el tamaño relativo del coipo y que el esqueleto se encuentra representado casi en su totalidad, se plantea que las presas ingresaron enteras al sitio, y que la mayoría de las huellas responden al trozado del animal antes de la cocción. El 25% restante de las huellas de corte se registra sobre un astrágalo y un radio de *Blastocerus dichotomus* (5%), un fémur y un

húmero (asociadas al aserrado perimetral) de *Leopardus geoffroyi* (5%), un fémur de *Podiceps major* (2,5%), un calcáneo de *Hydrochaeris hydrochaeris* (2,5%) y huesos largos de Cervidae (2,5%) y mamíferos indeterminados (7,5%). Además hay restos óseos quemados, carbonizados y calcinados: 26 especímenes de coipo, 5 de aves, 4 de peces, 1 de carpincho y 15 de mamíferos.

Análisis cerámico

En el sitio CTV se recuperaron 7164 materiales cerámicos, de los cuales 2958 se mapearon en planta y 4206 provienen del tamizado de los sedimentos e incluyen tiestos y masas de arcilla. Se analizó en detalle una muestra correspondiente a 1246 fragmentos cerámicos hallados en planta en las cuadrículas 1 a 7. El 97,43% son tiestos, en los que el 22,87% son bordes de vasijas. El 2,57% restante son masas de arcilla cruda y cocida. Cabe destacar también el hallazgo de un pequeño fragmento de pigmento rojo. En los tiestos se observa que el alisado es el acabado de superficie más frecuente (70,4%) y, en menor proporción, se observa pulido (21,2%). La atmósfera de cocción fue inferida a partir de la secuencia cromática de un corte transversal (FEELY, 2013; GARCÍA ROSELLÓ, CALVO TRÍAS, 2006; RYE, 1981; VITELLI, 1997), siendo la más abundante la oxidante incompleta (83,3%), seguida por la reductora/oxidante incompleta (12,6%) y la oxidante completa (3,7%). Esta tendencia estaría indicando: a) un corto período de exposición al fuego y/o una baja temperatura de cocción (inferior a los 500° C) y b) un alto porcentaje de materia orgánica en la materia prima.

Muchos fragmentos (31,6%) se encuentran abradidos en una o ambas superficies, en algunos de ellos se observa redondeamiento de sus bordes y el “efecto pedestal”, es decir, la exposición de las inclusiones debido a la remoción de las partes blandas de la pasta (SANHUEZA RIQUELME, 1998). Otras huellas de erosión como rayas y grietas pueden corresponder a alteraciones de uso o postdeposicionales. También se observaron evidencias de termoalteración, desde ahumados hasta gruesas adherencias de hollín, tanto en la superficie externa (n = 187) como interna (n = 73).

La decoración está presente en un 4,3% del conjunto. La principal técnica decorativa es el inciso -13 inciso continuo, 7 rítmico y 27 surco rítmico (CAGGIANO, 1985) - con motivos simples que incluyen puntos, líneas rectas, onduladas y en zig-zag, solas o combinadas. Los mismos se sitúan principalmente en las superficies externas de las piezas, en la parte superior del cuerpo, borde y/o labio. Las improntas generalmente son de forma cuadrangular y rectangular, encontrándose menos representadas las huellas triangulares y semicirculares. Asimismo, en un fragmento se identificó el particular diseño de “banderitas” (GONZÁLEZ, FRÈRE, 2010) combinado con líneas rectas paralelas (FIGURA 05). Cabe destacar algunos motivos no incluidos dentro de la muestra analizada: dos de tipo grecas, uno con trazos escalonados y otro

en donde se combinan líneas rectas, en zig-zag y chevrons; por otro lado, se observaron dos incisiones de punto simple (FIGURA 06). También se identificaron en siete piezas restos de aplicación de pigmento rojo, un borde recortado escalonado y tres fragmentos de modelados que incluyen un apéndice que puede interpretarse como la cabeza de un tapir. Fuera de la muestra estudiada también se hallaron dos fragmentos de asas y cuatro asas completas, un pendiente en forma de cabeza de cánido y una “figura recortada” zoomorfa (SERRANO, 1972) completa que corresponde a una cabeza de ave sobre el borde de un plato. Otros tres fragmentos podrían formar parte de una figura recortada, uno de ellos en forma de pequeño “pico” con incisiones y cuatro fragmentos con motivos incisos en la cara interna que acompañan el modelado del borde; estos últimos más cuatro apéndices macizos podrían representar colas de aves, tomando como referencia las formas completas presentadas por Serrano (1972, p. 40, fig. 28 bis).



Figura 05: Borde cerámico con diseño de “banderitas” hallado en CTV.

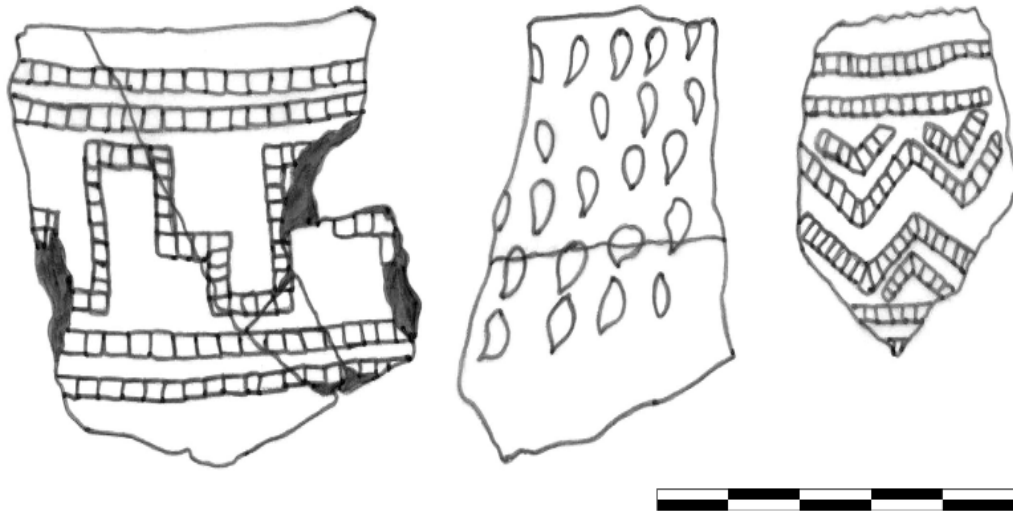


Figura 06: Fragmentos cerámicos con motivos incisos: grecas (a), puntos (b) y chevrons (c).

Se llevó a cabo el remontaje del conjunto cerámico con el fin de lograr una aproximación a las dimensiones, variedad y tipos de recipientes utilizados por las poblaciones que ocuparon el sitio. Para simplificar el proceso, los fragmentos -ya lavados y rotulados- se organizaron en categorías generales, incluyendo cuerpos/bases, bordes, asas y apéndices. A su vez, los tiestos se dividieron siguiendo el criterio de grupos de familia nuclear (*sensu* ORTON *et al.*, 1997) teniendo en cuenta sus características macroscópicas que permitieron asumir la pertenencia a una misma pieza: color de la pasta en superficie y núcleo, tratamiento de la superficie, presencia de adherencias, grosor de las paredes, medición del diámetro de boca, decoración, entre otras. Los fragmentos que remontaban se pegaron utilizando un producto reversible (pegamento al agua) para evitar el deterioro de la pieza y permitir análisis posteriores. Asimismo, se calcularon los diámetros a partir de fragmentos de bordes que representaban al menos el 5% del diámetro total ($n = 68$), a fin de brindar mayor confiabilidad al valor estimado.

Como resultado de los remontajes se asociaron 667 tiestos, lo que representa un 22,5% de la muestra hallada en planta. Las distancias vertical y horizontal entre fragmentos asociados son muy variables y oscilan entre 0-21,5 cm y 0-100 cm, respectivamente (TABLA 06); el remontaje de tiestos de distintos niveles artificiales muestra la asociación de materiales distribuidos a distintas profundidades de la excavación. La mayoría de los remontajes, 211 en total, comprenden uniones de dos ($n = 152$) o tres ($n = 33$) fragmentos; sin embargo, se obtuvieron uniones mayores de hasta 96 piezas, pudiéndose reconstruir gran parte de un recipiente y diferenciar en otros casos la forma y las partes representadas (bordes, cuerpos y bases). La reconstrucción más completa corresponde a una vasija de forma globular (FIGURA 07) de 22 cm de altura, 92 cm de perímetro máximo y un volumen aproximado de 7,5 lt, calculado por medio del método de “suma de cilindros” (RICE, 1987).



Figura 07: Remontaje y reconstrucción de una vasija globular cerrada.

Tiestos remontados	N	Total	DH (cm)	DV (cm)
2	152	304	0-65	0-21,5
3	33	99	0-50	0-4
4	12	48	0-27	0-8
5	2	10	18	1
6	3	18	30,5	1,5
7	2	14	-	-
8	1	8	40	2
12	1	12	93	6
13	1	13	51	15,5
15	3	45	20	1-9,5
96	1	96	100+	10
Total	211	667		

Tabla 06: Remontajes del material cerámico de CTV según cantidad de tiestos unidos y sus distancias vertical y horizontal.

Se pudo estimar un Número Mínimo de Vasijas (NMV) de 88, el mismo se obtuvo agrupando fragmentos remontados y tiestos aislados que pueden asignarse a una misma pieza, principalmente a partir de la decoración (según la técnica y el motivo decorativo), tipo de borde (según su forma, ángulo y tipo de labio) y medición del diámetro. De acuerdo a esta última variable, las bocas se clasificaron en: 31 pequeñas

(7-16 cm de diámetro), 30 medianas (17-26 cm) y 8 grandes (29-41 cm). Las formas que se han podido identificar incluyen cuatro recipientes globulares hemisféricos, tres fuentes bajas y dos platos playos (BALFET *et al.*, 1992). También se registraron fragmentos de bordes gruesos y diámetros pequeños que podrían corresponder a “campanas” (GASPARY, 1950) y una pequeña fuente de forma navicular (SERRANO, 1922, p. 88, fig. 6 bis; GASPARY, 1950, p. 33-34, fig. 23-24; SCHMITZ *et al.*, 1972, Lámina XXXIIIId). Uno de los recipientes reconstruidos presentaba gruesas adherencias de hollín, principalmente sobre la cara externa del borde. Por otro lado, ocho fragmentos poseían pequeñas perforaciones, probablemente para la suspensión o reparación. Finalmente, es de destacar el hallazgo de una “cuchara” (SERRANO, 1934, Lámina VII, 1950, fig. 27, 39; GONZÁLEZ, 1947, Lámina VI, fig. 9; GASPARY, 1950, fig. 38), pequeño recipiente de forma oval con un tubo lateral que se encontraba adyacente a un fogón, sobre la cual se llevó a cabo un análisis de ácidos grasos y de microfósiles que indican que esta pieza fue utilizada para la manipulación y contención de recursos vegetales (BONOMO *et al.*, en prensa).

La presencia de vasijas con formas globulares restringidas, fragmentos de campanas, una cuchara, modelados de apéndices zoomorfos macizos que representan cabezas de mamíferos, siluetas de figuras recortadas, decoración incisa con surco rítmico y en menor medida pintura roja son rasgos morfológicos y estilísticos recurrentes de la entidad arqueológica Goya-Malabrigo (CERUTI, 2003; POLITIS, BONOMO, 2012). Esta entidad se asocia a los grupos canoeros que habitaron la llanura aluvial del Paraná Medio y parte del Delta del Paraná desde el 2000 AP y que sobrevivieron en los primeros tiempos coloniales de fines del siglo XVI (CERUTI, 2007). A las ocupaciones más tardías de los sitios Goya-Malabrigo se las vincula con los chaná-timbú del siglo XVI.

DISCUSIÓN

En cuanto a la historia tafonómica de CTV, la meteorización es uno de los principales procesos que afectó los materiales del sitio. Gran parte de la muestra arqueofaunística presenta meteorización grado 3, a lo que se suma una importante fragmentación donde el 46,9% de la muestra total corresponde a especímenes indeterminados menores a 2 cm. A su vez, un tercio de los fragmentos cerámicos analizados presentan algún grado de abrasión. Esto indicaría que los restos estuvieron expuestos en la superficie del terreno por un período considerable, durante el que probablemente actuó la erosión del agua. La alta fragmentación del conjunto óseo es además la consecuencia del procesamiento antrópico de la fauna combinado con la acción posterior de agentes naturales como las raíces. La incidencia de las raíces de arbustos y grandes árboles fue observada durante las excavaciones y sin dudas han fragmentado el material óseo y la alfarería, favoreciendo a la vez su migración vertical. El considerable porcentaje de tiestos

remontados y la frecuente corta distancia que separa los fragmentos unidos hace pensar que su rotura ocurrió mayoritariamente *in situ*, luego de que los materiales habían sido abandonados.

A su vez, la mayoría de los especímenes óseos presentan depositación de óxido de Manganeso y hay escasos elementos con carbonato de Calcio. Esto es esperable en ambientes húmedos como el del emplazamiento del sitio, donde las fluctuaciones del nivel de agua del arroyo El Ceibo afectaron el conjunto y favorecieron la depositación de Manganeso. La baja representación de modificaciones producto de la actividad de roedores, así como la ausencia de marcas de carnívoros y de pisoteo animal, muestra que este tipo de agentes no han afectado el conjunto de manera significativa.

En CTV predomina el coipo, aunque también se han explotado el carpincho, gato montés, cérvidos, aves y peces. Estos animales muestran claros signos de procesamiento y consumo, tales como huellas de corte, fracturas helicoidales, termoalteraciones o aserrado perimetral. En el caso del carpincho es interesante mencionar un calcáneo con nueve huellas de corte subparalelas concentradas sobre la tuberosidad que, por el elemento y la ubicación de las mismas, habrían sido generadas durante la desarticulación de la porción distal del miembro posterior. Los restos de gato montés presentan fracturas transversales, evidencias de corte y aserrado perimetral en la diáfisis. Los cérvidos están representados sólo por unidades anatómicas de bajo rinde económico (radio, falanges, metapodios y cráneo), lo cual diferencia el patrón de procesamiento, transporte y descarte de estos mamíferos de gran porte con respecto al coipo.

A partir del perfil esqueletario del coipo se pudo determinar que los individuos de esta especie ingresaron enteros al sitio. Se observa una tendencia hacia la captura de individuos adultos, los cuales proporcionaban un mayor rendimiento económico. Una vez allí, se llevaron a cabo distintas actividades de procesamiento (cuereo, trozamiento y consumo). Situaciones similares a todos éstos aspectos mencionados ocurren en sitios de áreas cercanas (ACOSTA, SARTORI, 2011; SANTINI, 2011).

A los efectos de evaluar el grado de procesamiento de esta especie, Leon y Bonomo (2010) elaboraron los índices MUI% y GUI% para *Myocastor coypus* y los aplicaron sobre el conjunto óseo de Cerro Tapera Vázquez. A partir de los resultados obtenidos con estos índices observaron que los elementos de coipo (sobre todo fémur, húmero y tibia) que sufrieron un procesamiento más intensivo son justamente aquellos que tienen mayor volumen de carne y presentan médula ósea. En este sentido, estos elementos anatómicos se corresponden con los que poseen mayor cantidad de fracturas de probable origen antrópico (TABLA 05). En relación a esto, Santini (2011) también reconoce este tipo de fracturas en fémures y tibias, pero no registra atributos antrópicos asociados a las mismas. Por el contrario, en nuestro caso fueron identificados en asociación a las fracturas negativos de impacto y huellas de corte. Esto reforzaría la idea de que además del cuero y la carne, también se aprovechó la escasa médula ósea de esta especie. De este modo, el perfil esqueletario de coipo en el sitio es el resultado de una combinación de procesos tanto antrópicos como naturales ya que la representación de los elementos también aparece mediada por su

densidad mineral. Los procesos que más habrían afectado el conjunto parecen ser entonces la meteorización, la acción de raíces y del agua y el procesamiento antrópico ligado al cuereo y consumo.

Las evidencias de procesamiento humano están dadas por huellas hechas con filos de instrumentos líticos (no recuperados en el sitio) o de otro tipo de materia prima (madera, huesos de mamíferos o fibras vegetales resistentes). Las huellas se registran en 30 especímenes craneales y postcraneales, predominando sobre los elementos de los miembros, tanto en sus epífisis como diáfisis. Se suma la presencia de negativos de impacto, termoalteraciones y fracturas de probable origen antrópico en algunos elementos anatómicos.

La preparación del coipo para el consumo pudo ser realizada por medio del ahumado, asado o hervido/frito. En cuanto al primer método de preparación, la única evidencia disponible es indirecta y proviene de los estudios antracológicos efectuados en el sitio (BONOMO *et al.*, 2011a). Algunas especies arbóreas identificadas por Mariana Brea (CICYTTP- CONICET), como el ingá (*Inga uruguensis*), poseen maderas que producen gran cantidad de humo y que no generan brasas, por lo cual se cree que probablemente sirvieron para el ahumado de alimentos, procedimiento que es mencionado en las crónicas del siglo XVI (WIESER, 1908, p. 57). Otros carbones determinados muestran que en los fogones del sitio donde se cocinaba la comida se emplearon leñas duras de algarrobo (*Prosopis* sp.) y canelón (*Myrsine laetevirens*). Esto se relaciona con el segundo y el tercer método de preparación. Veintiséis especímenes óseos de coipo presentan termoalteraciones generadas posiblemente por la exposición al fuego durante el asado. El hervido ha sido una de las opciones propuestas para la preparación de coipo (ACOSTA, 2005; SANTINI, 2009). Para los coipos de CTV se observa un índice de fragmentación medio ($MNE/NISP = 0,53$) y un porcentaje de huellas de corte relativamente bajo (6,77%), lo cual podría deberse al bajo nivel de trozamiento que requieren las presas de este tamaño; también en áreas cercanas esta especie registra una relativa baja frecuencia de huellas de corte (ACOSTA, SARTORI, 2011; SANTINI, 2009, 2011). A lo anterior se le suma que en el sector excavado del sitio se han identificado contenedores abiertos de tamaño mediano a grande, algunos con gruesos depósitos de hollín; así como también fragmentos con perforaciones que podrían haber servido para suspender los recipientes sobre el fuego. Estas evidencias en conjunto señalan que el hervido (y quizás también el frito en grasa muy utilizado hoy por los isleños) ha sido uno de los métodos culinarios empleados en CTV, procedimiento que además permite un aprovechamiento integral de los nutrientes y una fácil remoción de los tejidos blandos (GIFFORD-GONZÁLEZ, 1993; LUPO, SCHMITT, 1997; WANDSNIDER, 1997; entre otros).

En CTV existe un elevado número de dientes de coipo, sobre todo incisivos completos y fragmentados ($n = 110$). Los incisivos generalmente se rompen para que no dañen la piel durante el cuereo del animal, tal como se lo ha observado entre los nutrieros, cazadores actuales dedicados a la captura de coipos (AMAYA, 1984; CERUTI, 1991; ESCOSTEGUY, VIGNA, 2010). En base a esta información actual se ha propuesto que las actividades de cuereo permiten explicar el registro de estos dientes de coipo de la

localidad arqueológica La Guillerma (GONZÁLEZ DE BONAVERI, 2002, p. 114) y posiblemente también la elevada frecuencia de incisivos fracturados en CTV. Los datos apuntan a que los coipos fueron cuereados en el sitio, una evidencia más de que estos roedores ingresaron completos a CTV. Los incisivos de coipo, además de servir para decorar la alfarería incisa (FRÈRE *et al.*, 2004) -lo cual podría ser el caso de CTV debido al predominio de improntas cuadrangulares y rectangulares similares a las generadas experimentalmente (OTTALAGANO, 2010)-, son dientes curvados que podrían haber sido enmangados para trabajar la madera, el hueso o los cueros. En este sentido, son importantes los datos brindados por el señor Blas Jaime (último Chaná parlante), quien señala que eran utilizados por los antiguos chaná para raspar los restos de músculo o grasa adheridos a los cueros durante su curtido (entrevista a B. Jaime, 2010).

Integrando los estudios arqueofaunísticos de CTV a una escala regional amplia, se observa que *Myocastor coypus* ha sido un recurso clave en la subsistencia prehispánica. Esto se observa en numerosos sitios arqueológicos que se extienden por un amplio espacio, desde la Depresión del río Salado en la región pampeana hasta el Chaco Húmedo en la confluencia de los ríos Paraná y Paraguay (LEON, BONOMO, 2010). Es el primer o segundo taxón (después de los peces o de *Cavia aperea*) más frecuente en varios sitios de las áreas de la Depresión del Salado (GONZÁLEZ DE BONAVERI, 2002) y Norte (ACOSTA, 2005) en la región pampeana, del río Uruguay inferior (CIONE *et al.*, 1977), del Delta del río Paraná (CAGGIANO, 1983, 1984; ARRIZURIETA *et al.*, 2010; BONOMO *et al.*, 2011c), del Paraná Medio (TONNI *et al.*, 1985; PÉREZ JIMENO, 2007) y del Chaco (SANTINI, 2009, 2011). En otros contextos del Paraná Medio (Cerro Aguará y Paraná Miní I) y el Chaco (El Cachapé Potrero IV A y B) su frecuencia es un tanto menor (tercer o cuarto lugar), generalmente después del cuis, el carpincho y los cérvidos (SCHMITZ *et al.*, 1972; SANTIAGO, 2004; SANTINI, 2009). Los peces, cérvidos y carpinchos también han sido explotados en CTV. Esta dieta fue suplementada con el cultivo de porotos y maíz, plantas domésticas que junto al zapallo se han identificado en varios sitios del Delta Inferior y Superior del Paraná (BONOMO *et al.*, 2011b; SÁNCHEZ *et al.*, 2013).

Retomando la alfarería de CTV, esta se compone principalmente de recipientes de paredes alisadas o pulidas, de cocción incompleta en una atmósfera oxidante; esta tendencia estaría indicando el uso de fogones a cielo abierto. La manufactura *in situ* puede inferirse por la presencia de masas de arcilla cruda y cocida y restos de pigmento rojo, aunque las evidencias de marcas de instrumentos son aún poco claras. Los recipientes abiertos, de baja altura y tamaño mediano a grande y formas globulares grandes, de paredes finas y bocas más cerradas, evidencian un uso destinado principalmente al procesamiento, servido, consumo y almacenaje de alimentos y líquidos. La presencia de restos de hollín en gran parte de los fragmentos, de agujeros de suspensión y de la “cuchara” con restos vegetales sustentan esta idea. La reconstrucción de un recipiente globular hemisférico de gran tamaño se asemeja a vasijas completas halladas en distintas localidades de Entre Ríos y Santa Fe en las márgenes del Paraná Medio e Inferior (IRIBARNE, 1937; SERRANO,

1972; CERUTI, 1980; SILVA, 2013), uno de ellos con restos de maíz en su interior (LARGUÍA DE CROUZEILLES, 1936).

La decoración se caracteriza por presentar motivos incisos (especialmente “surco rítmico”), modelados escultóricos y figuras recortadas zoomorfas. Dentro de los motivos incisos predominan combinaciones de líneas rectas, ondulados y en zig-zag. En el conjunto se destaca un diseño de “banderitas” el cual fue definido para sitios de la provincia de Buenos Aires (GONZÁLEZ DE BONAVERI, 2002) pero que tiene una amplia distribución geográfica. Se ha identificado también en Chaco, en el Paraná Medio, en sitios como Paraná Miní I y en Santa Fe “la Vieja” (CERUTI, 2007), y más recientemente en el sitio Laguna de los Gansos ubicado en el Delta del Paraná, en materiales de la Colección Almeida procedentes del río Uruguay Inferior (datos no publicados) y en sitios de Norpatagonia (véase discusión en Di Prado, en prensa).

La alfarería de Cerro Tapera Vázquez, con formas y decoraciones características, fue utilizada por grupos humanos que tenían una economía íntimamente asociada a los recursos del Paraná (peces, mamíferos acuáticos, cérvidos, moluscos). La vinculación de esta alfarería con un patrón adaptativo fuertemente orientado al entorno ribereño es un elemento distintivo de la entidad arqueológica Goya-Malabrigo. A esta entidad además se le asocian recurrentemente las construcciones monticulares de tierra, una tecnología especializada en la explotación de los recursos acuáticos, el cultivo en huertos domésticos, la existencia de jerarquías sociales, asentamientos de tipo aldeano, redes de intercambio pan-regionales y una nueva e intensa relación con la arcilla (POLITIS, BONOMO, 2012).

La presencia de restos óseos humanos, específicamente huesos de la cabeza, junto a los demás materiales descartados en el sitio es algo que también es característico de Goya-Malabrigo. Es frecuente su hallazgo en el mismo lugar donde se desarrollaron actividades domésticas y se desecharon los huesos de los animales consumidos y los recipientes cerámicos fracturados. Esto muestra por un lado la manipulación de los restos óseos humanos y por otro que algunos cuerpos no tuvieron un tratamiento especial como sucedía con otros individuos inhumados en otros sitios Goya-Malabrigo del área que fueron enterrados con ajuares, exhumados y preparados para su entierro secundario posterior, pintados sus huesos y transportados en paquetes funerarios hasta su entierro definitivo (CERUTI, 2013; CORNERO, 2009; GASPARY, 1950; GONZÁLEZ, 1947; POLITIS *et al.*, 2011).

CONCLUSIONES

Cerro Tapera Vázquez es un montículo en el que se aprovechó la elevación del albardón preexistente. En parte su elevación es antrópica, producto del crecimiento acrecional generado por el descarte de materiales durante la ocupación humana. La ocupación además posee una gran extensión a lo

largo del albardón con mayor densidad de materiales en el montículo que indicaría cierta diferenciación espacial de las actividades. El conjunto cerámico muestra el predominio de recipientes abiertos de tamaño mediano a grande y formas globulares grandes, de paredes finas y en algunos casos bocas más cerradas, de superficies alisadas o pulidas y cocción en una atmósfera oxidante. Las formas recuperadas constituyen una primera aproximación a la función de esta alfarería, considerando sus capacidades generales como contenedores de procesamiento, transporte y/o almacenamiento. La lectura de estos resultados de manera conjunta con otras fuentes de información como las evidencias de uso, análisis de residuos orgánicos y caracterización de las pastas permitirá sustentar su especificidad funcional y morfo-tecnológica. La presencia de apéndices zoomorfos (modelados escultóricos y “figuras recortadas”), decoraciones con surco rítmico, cucharas, ollas globulares con bocas cerradas y posibles fragmentos de campanas en Cerro Tapera Vázquez, junto con su edad de 520-650 años AP, su ubicación geográfica y especificidad ecológica entran dentro del rango de la entidad arqueológica Goya-Malabrigo. La alfarería con sus característicos apéndices zoomorfos muestra un correlato de cómo el universo animal era incorporado simbólicamente y materialmente dentro de la esfera cultural de las poblaciones indígenas que vivieron en el Delta Superior del Paraná.

El sitio refleja una economía prehispánica estrechamente asociada a los ambientes fluviales del Paraná y sus abundantes y diversos recursos acuáticos, de los cuales se explotaron sobre todo los mamíferos, junto con los peces y las aves. Al igual que en numerosos sitios que se distribuyen desde la depresión del Salado en Pampa hasta el Chaco Húmedo, en Cerro Tapera Vázquez predomina la explotación del coipo. Los abundantes restos de coipo abandonados con numerosas evidencias de modificación antrópica muestran que la ocupación del sitio estuvo principalmente orientada a la captura, procesamiento y consumo intensivo de este taxón. Esta orientación hacia la explotación de un determinado recurso, permite integrar al sitio dentro un sistema de asentamiento mayor compuesto por sitios con diferente función, jerarquía e intensidad de ocupación. Dentro de este sistema, Cerro Tapera Vázquez no era un asentamiento residencial principal (una aldea con ocupación semi-permanente), sino más bien un asentamiento de segundo orden con una ocupación menos intensa y duradera.

En suma, los indígenas que ocuparon este lugar del Pre-Delta hace más de cinco siglos atrás eran grupos canoeros ribereños, con una compleja tecnología cerámica y una simbología fuertemente vinculada al reino animal del entorno fluvial. Tenían una economía mixta que se basaba en diversos recursos silvestres y que era complementada con el cultivo de plantas. Al igual que sucede hoy en día, fueron estratégicas para la subsistencia la caza de coipos y carpinchos (así como de cérvidos, actualmente extinguidos en la zona) y la pesca. Estas prácticas culturales de manejo del rico medio acuático del río Paraná tienen una larga tradición que se remonta a los tiempos prehispánicos y se conecta con el presente.

AGRADECIMIENTOS

Esta investigación pudo ser realizada gracias a la gran colaboración de los miembros del Parque Nacional Pre-Delta (Reynaldo Zanello, Pablo Giorgis, Julián Alonso, Ariel Carmarán, Darío y Luis Ruíz Díaz). A Catriel Leon y Agustina Massigoge por la lectura crítica y valiosas sugerencias. A Gustavo Politis, Mariano Santini, Mariano Merino, Alberto Cione, Iván Pérez, Mariano Del Papa, Florencia Gordón, Francisco Prevosti, Leopoldo Soibelson y Juan Manuel Vesco por la ayuda brindada en distintas etapas de este estudio. Este trabajo se enmarca en los proyectos "Las estructuras monticulares del Delta Superior del Paraná" (ANPCyT, PICT 0665) y "Farming, Mound Building, and Social Complexity in the Upper Delta of the Paraná River" (National Geographic Society's Committee for Research and Exploration), dirigidos por M. Bonomo. Los únicos responsables de los contenidos son los autores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACEÑOLAZA, P.G.; POVEDANO, H.E.; MANZANO, A.S.; MUÑOZ, J.D.; ARETA, J.I.; RONCHI VIRGOLINI, A.L. Biodiversidad del Parque Nacional Pre-Delta. *Temas de la Biodiversidad del Litoral Fluvial Argentino*. San Miguel de Tucumán: INSUGEO, Misceláneas 12, p. 169-184, 2004.
- ACOSTA, A. *Zooarqueología de cazadores-recolectores del extremo nororiental de la provincia de Buenos Aires (humedal del río Paraná inferior, Región pampeana, Argentina)*. Tesis Doctoral Inédita. La Plata: Facultad de Ciencias Naturales y Museo, Universidad Nacional de La Plata, 2005.
- ACOSTA, A.; SARTOTI, J. Explotación de *Myocastor coypus* en el extremo meridional de la cuenca del Plata durante el Holoceno tardío. *Revista de Arqueología*, São Paulo: Sociedade de Arqueologia Brasileira, v. 24, n. 2, p. 10-29, 2011.
- AMAYA, L.E. Actividades tradicionales de los cazadores correntinos. EN: ROLANDI DE PERROT, D. *Cultura tradicional del área del Paraná Medio*. Buenos Aires: Fundación F. G. Bracht, 1984, p. 49-74.
- ANDREWS, P. *Owls Caves and Fossils*. London: Natural History Museum Publications, 1990.
- ARRIZURIETA, M.P.; MUCCILOLO, L.; MUSALI, J. Análisis arqueofaunístico preliminar del sitio Cerro Lutz. EN: BERÓN, M.; LUNA, L.; BONOMO, M.; MONTALVO, C.; ARANDA, C.; CARRERA AIZPITARTE, M. (Eds.) *Mamül Mapu: pasado y presente desde la arqueología pampeana I*. Ayacucho: Libros del Espinillo, 2010, p. 261-276.
- BALFET, H.; FAUVET-BERTHELOT, M.; MONZON, S. *Normas para la descripción de vasijas cerámicas*. México DF: Centro de Estudios Mexicanos y Centroamericanos, 1992.
- BEHRENSMEYER, A.K. Taphonomic and Ecologic Information from Bone Weathering. *Paleobiology*, Boulder: The Paleontological Society, v. 4, n. 2, p. 150-162, 1978.
- BINFORD, L. *Bones: Ancient Men and Modern Myths*. New York: Academic Press, 1981.
- BINFORD, L. *Faunal Remains from Klasies River Mouth*. Orlando: Academic Press, 1984.
- BONOMO, M.; CAPELETTI, L.E. Uso prehispánico de las palmeras *Syagrus romanzoffiana* y *Butia yatay* en el Nordeste argentino: aportes desde la etnografía y la biometría. *Revista del Museo de Antropología*, Córdoba: Museo de Antropología, Facultad de Filosofía y Humanidades, Universidad Nacional de Córdoba, en prensa.
- BONOMO, M.; COLOBIG, M.; MAZZIA, N. Análisis de residuos orgánicos y microfósiles silíceos de la 'cuchara' de cerámica del Cerro Tapera Vázquez (Parque Nacional Pre-Delta, Argentina). *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo: Universidade de São Paulo, en prensa.
- BONOMO, M.; COLOBIG, M.; PASSEGI, E.; ZUCOL, A.; BREA, M. Multidisciplinary studies at Cerro Tapera Vázquez site, Pre-Delta National Park, Argentina: The archaeological, sedimentological and

- paleobotanical evidence. *Quaternary International*, Oxford: Elsevier Science, INQUA, v. 245, n. 1, p. 48-61, 2011a.
- BONOMO, M.; ACEITUNO, F.J.; POLITIS, G.G.; POCHETTINO, M.L. Pre-Hispanic Horticulture in the Paraná Delta (Argentina): Archaeological and Historical Evidence. *World Archaeology*, London: Taylor & Francis, v. 43, n. 4, p. 557-579, 2011b.
- BONOMO, M.; POLITIS, G.; GIANOTTI, C. Montículos, jerarquía social y horticultura en las sociedades indígenas del Delta del río Paraná (Argentina). *Latin American Antiquity*, Washington D.C.: Society for American Archaeology, v. 22, n. 3, p. 297-333, 2011c.
- CAGGIANO, M.A. Caracterización y antropodinamia prehispánica en el N. E. argentino a propósito de los primeros fechados radiocarbónicos para el Delta del Paraná. *Relaciones*, Buenos Aires: Sociedad Argentina de Antropología, Tomo XV, Nueva Serie, p. 61-76, 1983.
- CAGGIANO, M.A. Prehistoria del noreste Argentino, sus vinculaciones con la República Oriental del Uruguay y sur de Brasil. *Pesquisas, Antropología*, São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, v. 38, p. 5-109, 1984.
- CAGGIANO, M.A. Problemática en torno a una técnica decorativa y su distribución espacio-temporal. El surco rítmico. *Sapiens*, Chivilcoy: Museo Arqueológico Osvaldo F. A. Menghin, 5, p. 107-124, 1985.
- CERUTI, C.N.; FONTANA, O.; LOPEZ, L.; VESCO, C. *Arroyo Arenal 4: un hallazgo arqueológico poco común*. Museo de Ciencias Naturales y Antropológicas de Entre Ríos, Comisión Municipal de Cultura de La Paz, 1980.
- CERUTI, C.N. Arroyo Las Mulas 1 (Departamento La Paz, Provincia de Entre Ríos): Relaciones hombre-medio ambiente en la actualidad y alteración del sitio por acción antrópica. *Revista de Antropología*, Buenos Aires: CATARI, año VI, n. 10, p. 34-45, 1991.
- CERUTI, C.N. Entidades culturales presentes en la cuenca del Paraná Medio (margen entrerriana). *Mundo de Antes*, Tucumán: Instituto de Arqueología y Museo, Universidad Nacional de Tucumán, n. 3, p. 111-135, 2003.
- CERUTI, C.N. La cerámica de Santa Fe “la Vieja”: hacia una revalorización del componente indígena. La macroetnia chaná-timbú. *Simposio Arqueología de las ciudades del siglo XVI*. XVIº Congreso Nacional de Arqueología Argentina. Jujuy, 2007.
- CERUTI, C.N. Indicios de complejidad social en un enterratorio de la entidad cultural arqueológica Goya-Malabrigo. Hernandarias, Dpto. Paraná, Provincia de Entre Ríos. Trabajo presentado en el 5º Encuentro de Discusión de Arqueología del Nordeste Argentino, Goya, 2013.
- CIONE, A.L.; RIZZO, A.; TONNI E.P. Relación cultura indígena-medio ambiente en un sitio de Rincón de Landa, Guleguaychú, Entre Ríos, República Argentina. Nota preliminar. V Encuentro de Arqueología del Litoral. Fray Bentos, 1977.

- CORNERO, S. Apuntes de arqueología de islas. Sitio El Castaño, boca de la Milonga, río Paraná. *Anuario de Arqueología*. Rosario: Escuela de Antropología, Facultad de Humanidades y Artes, Universidad Nacional de Rosario, v. 1, n. 1, p. 153-160, 2009.
- DI PRADO, V.S. Del interior a la superficie. Análisis de las pastas y las representaciones decorativas de la alfarería de Loma de los Muertos (Este de Norpatagonio). *Magallania* (Chile), Punta Arenas: Universidad de Magallanes, v. 41, n. 1, p. 285-302, 2013, en prensa.
- DORN, R.I.; OBERLANDER, T.M. Microbial Origin of Desert Varnish. *Science*, Washington: American Association for the Advancement of Science, v. 213, n. 4513, p. 1245-1247, 1981.
- ESCOSTEGUY, P.; VIGNA, M. Experimentación en el procesamiento de *Myocastor coypus*. EN: BÉRON, M.; LUNA, L.; BONOMO, M.; MONTALVO, C.; ARANDA, C.; CARRETA AIZPITARTE, M. (Eds.). *Mamül Mapu: pasado y presente desde la arqueología pampeana*. Ayacucho: Libros del Espinillo, 2010, p. 293-307.
- FEELY, A. Los modos de hacer las vasijas: elecciones técnicas y estilo tecnológico del oeste tinogasteño (Catamarca). EN: RATTO, N. (comp.). *Delineando prácticas de la gente del pasado: los procesos socio-históricos del oeste catamarqueño*. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Antropología, 2013, p. 69-130.
- FERNANDEZ DE OVIEDO Y VALDES, G. *Historia general y natural de las Indias, Islas y Tierra Firme del Mar Océano*, Libro XXIII. Asunción del Paraguay: Guaranía, 1851-1855 [1546-1547].
- FRÈRE, M.M.; GONZALEZ, M.I.; FRANCESE, A. Experimentación y diseño decorativo: Primeros ensayos. EN: GRADIN, C.; OLIVA, F. (eds.). *La Región Pampeana: su Pasado Arqueológico*. Buenos Aires: Laborde, 2004, p. 115-121.
- GARCIA ROSELLO, J.; CALVO TRIAS, M. Análisis de las evidencias macroscópicas de cocción en la cerámica prehispanica: una propuesta de estudio. *Mayurqa*, Palma de Mallorca: Estudio General Luliano, Departament de Ciències Històriques i Teoria de les Arts, Universitat de les Illes Balears, v. 31, p. 83-112, 2006.
- GASPARY, F. Investigaciones Arqueológicas y Antropológicas en un Cerrito de la Isla Los Marinos (Pcia. de Entre Ríos). *Publicaciones del Instituto de Arqueología, Lingüística y Folklore "Dr. Pablo Cabrera"*. Córdoba: Facultad de Ciencias Exactas, Físicas y Naturales, Universidad Nacional de Córdoba, Tomo XXIII, 1950.
- GIFFORD-GONZALEZ, D. Gaps in Zooarchaeological Analyses of Butchery: Is Gender an Issue? EN: HUDSON, J. (ed.). *From Bones to Behavior*. Ethnoarchaeological and Experimental Contributions to the Interpretation of Faunal Remains. Carbondale: Center for Archaeological Investigations, Southern Illinois University at Carbondale, 1993, p. 181- 199.
- GONZALEZ, A.R. *Investigaciones arqueológicas en las nacientes del Paraná Pavón*. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 1947.

- GONZALEZ DE BONAVERI, M.I. *Los cazadores-recolectores-pescadores de la cuenca inferior del Río Salado (Región Pampeana)*. Tesis Doctoral Inédita. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Nacional de Buenos Aires, 2002.
- GONZALEZ DE BONAVERI, M.I.; FRÈRE, M.M. *Diseños prehispánicos de la alfarería pampeana*. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 2010.
- GRAYSON, D.K. *Quantitative Zooarchaeology: Topics in the Analysis of Archaeological Faunas*. New York: Academic Press, 1984.
- GUTIERREZ, M.A. *Análisis tafonómicos en el área Interserrana (provincia de Buenos Aires)*. Tesis Doctoral Inédita. La Plata: Facultad de Ciencias Naturales y Museo, Universidad Nacional de La Plata, 2004.
- GUTIERREZ, M.A. Efectos, agentes y procesos tafonómicos en el área Interserrana bonaerense. *Relaciones*. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Antropología, TOMO XXXI, p. 201-228, 2006.
- IRIBARNE, E.A. Algunos vasos indígenas de las márgenes del Paraná Inferior. *Relaciones*, Buenos Aires: Sociedad Argentina de Antropología, TOMO I, n. 2, p. 181-190, 1937.
- LARGIA DE CROUZEILLES, A. Datos arqueológicos sobre paraderos indígenas de Santa Fe (Isla del Periquillo, Helvecia y Sauce Viejo). *Anales de la Sociedad Científica Argentina*, Buenos Aires: Sociedad Científica Argentina, Tomo CXXII, entrega IV, p. 22-30, 1936.
- LEON, C.; BONOMO, M. Índices de rendimiento económico de coipo (*Myocastor coypo*). Poster presentado en el Segundo Congreso Nacional de Zooarqueología Argentina. UNICEN, Olavarría, 2011.
- LUPO, K.D.; SCHMITT, D.N. Experiments in Bone Boiling: Nutritional Returns and Archaeological Reflections. *Anthropozoologica*, París: Muséum national d'Histoire naturelle, v. 25/26, p. 137-144, 1997.
- LYMAN, R. L. *Vertebrate Taphonomy*. Cambridge Manuals in Archaeology Series. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- LYMAN, R. L. *Quantitative Paleozoology*. Cambridge Manuals in Archaeology Series. New York: Cambridge University Press, 2008.
- MENGONI GOÑALONS, G.L. El estudio de huellas en arqueofaunas. Una vía para reconstruir situaciones interactivas en contextos arqueológicos: Aspectos teórico-metodológicos y técnicas de análisis. EN: HABER, A.; RATTO, N. (eds.). *De procesos, contextos y otros huesos*. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 1986, p. 17-28.
- MENGONI GOÑALONS, G.L. Análisis de los materiales faunísticos de los sitios arqueológicos. *XAMA*, Mendoza: Unidad de Antropología, INCIHUSA-CRICYT, vol. 1, p. 71-120, 1988.
- MENGONI GOÑALONS, G.L. *Cazadores de guanacos de la estepa patagónica*. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Antropología, 1999.
- ORTON, C.; TYERS, P.; VINCE, A. *La cerámica en arqueología*. Barcelona: Crítica, 1997.

- OTTALAGANO, F. Decoración experimental de cerámica aplicada al estudio de las técnicas incisas del área del Paraná. *Intersecciones en Antropología*, Olavarría: Facultad de Ciencias Sociales, UNCPBA, v. 11, n. 2, p. 237-247, 2010.
- PAVAO, B.; STAHL, P.W. Structural Density Assays of Leporid Skeletal Elements with Implications for Taphonomic, Actualistic and Archaeological Research. *Journal of Archaeological Science*, New York: Academic Press, v. 6, n. 1, p. 53-66, 1999.
- PEREZ JIMENO, L. *Investigaciones arqueológicas en el sector septentrional de la llanura aluvial del Paraná - margen santafesina-*: La variabilidad del registro arqueológico. Tesis Doctoral Inédita. La Plata: Facultad de Ciencias Naturales y Museo, Universidad Nacional de La Plata, 2007.
- POLITIS, G.; BONOMO, M.; CASTIÑEIRA, C.; BLASI, A.. Archaeology of the Upper Delta of the Paraná River (Argentina): Mound Construction and Anthropogenic Landscapes in the Los Tres Cerros Locality. *Quaternary International*, Oxford: Elsevier Science, INQUA, v. 245, p. 74-88, 2011.
- POLITIS, G.; BONOMO, M. La entidad arqueológica Goya-Malabrigo (ríos Paraná y Uruguay) y su filiación Arawak. *Revista de Arqueología*. São Paulo: Sociedade de Arqueologia Brasileira, v. 25, n. 1, p. 10-46, 2012.
- RICE, P.M. *Pottery Analysis*. A sourcebook. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.
- RUSCONI, C. Evolución craneodental de la nutria (*Myocastor coypus bonariensis*) a través de su desarrollo postembrionario. *Anales de la Sociedad Científica Argentina*, Buenos Aires: Sociedad Científica Argentina, v. 110, p. 5-31, 1930.
- RYE, O.S. *Pottery Technology: Principles and Reconstruction*. Washington D.C.: Taraxacum, 1981.
- SANCHEZ, J.O.; COLOBIG, M.M.; ZUCOL, A.F.; POLITIS, G.G.; BONOMO, M.; CASTIÑEIRA, C. Primeros resultados sobre el uso prehispánico de los vegetales en el sitio arqueológico Los Tres Cerros 1 (Victoria, Entre Ríos, Argentina): análisis del registro biosilíceo. *Darwiniana*, San Isidro: Instituto de Botánica Darwinion, Nueva serie 1, n. 2, p. 201-219, 2013.
- SANHUEZA RIQUELME, L. Antecedentes y proposición metodológica para el estudio de huellas de alteración en cerámica. *Conserva*. Santiago: Centro Nacional de Conservación y Restauración, DIBAM, v. 2, p. 69- 79, 1998.
- SANTIAGO, F. Los roedores en el “menú” de los habitantes de Cerro Aguará (provincia de Santa Fe): su análisis arqueofaunístico. *Intersecciones en Antropología*. Olavarría: Facultad de Ciencias Sociales, UNCPBA, v. 5, p. 3-18, 2004.
- SANTINI, M. *Prehistoria de la región meridional del Gran Chaco*. Aportes del análisis de restos faunísticos en la reconstrucción de las estrategias adaptativas de los grupos aborígenes. Tesis Doctoral Inédita. La Plata: Facultad de Ciencias Naturales y Museo, Universidad Nacional de La Plata, 2009.

- SANTINI, M. Aprovechamiento de *Myocastor coypus* (Rodentia, Caviomorpha) en sitios del Chaco Húmedo argentino durante el Holoceno tardío. *Intersecciones en Antropología*, Olavarría: Facultad de Ciencias Sociales, UNCPBA, v. 12, p. 195-205, 2011.
- SALEMME, M.; MIOTTI, L.; TONNI, E.P. La determinación sistemática de los mamíferos en el análisis faunístico. EN: HABER, A.; RATTO, N. (eds.) *De procesos, contextos y otros huesos*. Buenos Aires: Instituto de Ciencias Antropológicas Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires, 1988, p. 65-73.
- SCHMITZ, P.I.; CERUTI, C.N.; GONZÁLEZ A.R; RIZZO, A. Investigaciones arqueológicas en la zona de Goya (Corrientes) Argentina. *Dédalo*. São Paulo: Museu de Arte e Arqueologia, Universidade de São Paulo, año VIII, 15, p. 11-121, 1972.
- SERRANO, A. Arqueología de Las Tejas (Provincia de Santa Fe). *Revista Universitaria del Litoral*. Paraná: Universidad del Litoral, año 1, n. 12, p. 65-110, 1922.
- SERRANO, A. Noticias sobre un paradero indígena de la margen izquierda del arroyo Las Conchas (Departamento Paraná, Entre Ríos) contemporáneo de la conquista. *Actas y Trabajos Científicos del XXV Congreso Internacional de Americanistas*. La Plata: Coni, p. 165-172, 1934.
- SERRANO, A. *Los primitivos habitantes de Entre Ríos*. Paraná: Biblioteca Entrerriana "General Perón", Ministerio de Educación, Provincia de Entre Ríos, 1950.
- SERRANO, A. *Líneas fundamentales de la arqueología del litoral (una tentativa de periodización)*. Córdoba: Instituto de Antropología, Universidad Nacional de Córdoba, 1972.
- SILVA, C.B. Hallazgo de un "entierro aislado" en Las Cuevas (Dpto. Diamante, Entre Ríos). Trabajo presentado en el 5º Encuentro de Discusión de Arqueología del Nordeste Argentino. Goya, 2013.
- TONNI, E.P.; CERUTI, C.N.; IRIONDO, M.H. Los vertebrados del sitio Arroyo Arenal 1, Departamento La Paz, provincia de Entre Ríos (Argentina). *Revista de la Asociación de Ciencias Naturales del Litoral*, Santa Fe: ACNL, v. 16, 2, p. 157-167, 1985.
- VITELLI, K.D. Inferring Firing Procedures from Sherds: Early Greek Kilns. EN: RICE, P. (ed.). *Ceramic and Civilization VII. The Prehistory and History of Ceramic Kilns*. Ohio: The American Ceramic Society, 1997, p. 21-44.
- WANDSNIDER, L. The Roasted and the Boiled: Food Composition and Heat Treatment with Special Emphasis on Pit-hearth Cooking. *Journal of Anthropological Archaeology*, New York: Academic Press, vol. 16, p. 1-48, 1997.
- WIESER, F.R.. Die karten von Amerika in dem Islario General des Alonso de Santa Cruz cosmógrafo mayor des Kaisers Karl V. *Fur den XVI Internationaler Amerikanisten-Kongress*. Innsbruck: Wagner, 1908.

ARQUEOLOGIA DO ARROIO MARRECCAS - CAXIAS DO SUL, RS
ARCHAEOLOGY OF MARRECCAS STREAM – CAXIAS DO SUL, RS

Patrícia Schneider
Neli Teresinha Galarce Machado
Sidnei Wolf
Marcos Rogério Kreutz
Jones Fiegenbaum

Vol. XI | n°22 | 2014 | ISSN 2316 8412



ARQUEOLOGIA DO ARROIO MARRECAS - CAXIAS DO SUL, RS

Patrícia Schneider¹

Neli Teresinha Galarce Machado²

Sidnei Wolf³

Marcos Rogério Kreutz⁴

Jones Fiegenbaum⁵

Resumo: As pesquisas arqueológicas na região da Serra Gaúcha iniciam na década de 1960. Os estudos centram-se em sítios arqueológicos específicos como as estruturas subterrâneas, ligadas à ocupação pré-colonial, além de sítios históricos dos séculos XVIII e XIX. Além da pesquisa acadêmica, o desenvolvimento das pesquisas arqueológicas na região tem ficado a cargo da arqueologia de contrato, devido às demandas de crescimento socioeconômico. Assim, o objetivo desse texto é apresentar os dados das atividades de campo e laboratório do Programa de Resgate Arqueológico da área do Barramento do Arroio Marrecas no distrito de Vila Seca, no município de Caxias do Sul, RS, empreendimento realizado pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE.

Palavras chaves: Resgate Arqueológico, Estrutura Subterrânea, Sítio Histórico.

Abstract: Archaeological researches begins in the region of Serra Gaúcha in 1960. The studies focus on specific archaeological sites such as pithouses, linked to pre-colonial occupation, and historical sites of the eighteenth and nineteenth centuries. Besides academic research, the development of archaeological research in the region has been borne by the archeology contract due to the demands of socioeconomic growth. So, the aim of this paper is to present data from field and laboratory activities from Programa de Resgate Arqueológico da área do Barramento do Arroio Marrecas on district Vila Seca, Caxias do Sul, state of Rio Grande do Sul, development carried out by Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE.

Keywords: Archaeological Rescue, Pithouse, Historical Site.

INTRODUÇÃO

A preservação do patrimônio arqueológico está presente em vários projetos de lei desde 1936, em consequência, as pesquisas em torno deste tema têm crescido e se profissionalizado. Graças à promulgação e cumprimento das legislações patrimoniais em âmbito federal, estadual e municipal, pesquisas que visam à proteção do patrimônio arqueológico, histórico e cultural têm sido cada vez mais exigidas e realizadas por todo o país.

¹ Centro Universitário Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES), Brasil; Mestre, Coordenadora do Centro de Memória, Documentação e Pesquisa.

² Centro Universitário Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES), Brasil; Doutora, Programa de Pós Graduação em Ambiente e Desenvolvimento e coordenadora do Setor de Arqueologia do Museu de Ciências Naturais, Brasil.

³ Centro Universitário Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES), Brasil; Mestre, pesquisador do Museu de Ciências Naturais, Brasil.

⁴ Centro Universitário Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES), Brasil; Mestre, Pesquisador do Museu de Ciências Naturais, Brasil.

⁵ Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Brasil.

Paralelo à legislação em vigor no Brasil, a preocupação com relação à preservação do patrimônio histórico e arqueológico, deve-se, segundo Funari e Robrahn-Gonzáles (2008), em função da revolução tecnológica das últimas décadas, propiciando uma enorme disseminação de informações arqueológicas em todo o país.

O objetivo desse texto é apresentar os resultados das atividades de campo e laboratório, realizados em dois sítios: o sítio histórico Verza/Tapera Castilhos, RS - A - Marrecas 01 e o sítio arqueológico Suzin/Fazenda Ferradura - RS - A - Marrecas 02. Ambos vinculados ao Programa de Resgate Arqueológico da área do Barramento do Arroio Marrecas no distrito de Vila Seca, no município de Caxias do Sul, RS.

O Sistema Marrecas, localizado no Distrito de Vila Seca, Caxias do Sul, compreende um reservatório de água para o tratamento, adução e abastecimento da população do município. Esse empreendimento é composto do barramento do Arroio Marrecas, Estação de Bombeamento de Água Bruta (EBAB), Estação de Tratamento de Água (ETA) e adutoras de água tratada.

O barramento para o Arroio Marrecas está localizado aproximadamente 25 km na direção nordeste do centro urbano de Caxias do Sul. O Arroio Marrecas está inserido na Bacia Hidrográfica Taquari-Antas. O acesso à área do empreendimento pode ser feito a partir da Rodovia RST 453 - Rota do Sol -, percorrendo 10 km a partir do entroncamento desta com a Rodovia BR 116, em Caxias do Sul, direção a Lajeado Grande – São Francisco de Paula (ESTUDO, 2008).

O programa de salvamento foi realizado pelo Setor de Arqueologia do Centro Universitário Univates, cuja obra esteve sob a responsabilidade do Serviço Municipal Autônomo de Água e Esgoto, SAMAE, autarquia da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul.

As intervenções nos sítios identificados na área do barramento e alague em 2007, quando da etapa do Diagnóstico Arqueológico - Sítio Verza/Tapera Castilhos, RS - A - Marrecas 01, sítio histórico e o Sítio Suzin/Fazenda Ferradura - RS - A - Marrecas 02, sítio pré-colonial com estrutura subterrânea - permitiram a interpretação da ocupação humana no espaço a fim de contribuir com o conhecimento arqueológico regional.

OS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

As atividades foram realizadas em dois sítios arqueológicos, Sítio Verza/Tapera Castilhos, RS - A - Marrecas 01 e o Sítio Suzin/Fazenda Ferradura - RS - A - Marrecas 02, situados na área do reservatório de água formado a partir do Arroio Marrecas.

Sítio Verza/Tapera Castilhos, RS - A - Marrecas 01

O sítio, caracterizado como histórico em superfície localiza-se nas coordenadas UTM: N 6.785.993 – E 503.140 – Altitude 744 m. O material arqueológico e estruturas identificadas encontram-se na subsuperfície, em profundidades inferiores a 10 cm.

Em um primeiro momento realizou-se levantamento minucioso na área do sítio, procurando evidenciar material arqueológico na superfície. No entorno do sítio foram realizadas averiguações visando localizar afloramentos rochosos, identificando aqueles que porventura apresentassem sinais de exploração. Como resultado, na área de entorno e no sítio, não foram identificados afloramentos com indícios de utilização na formação do sítio histórico.

A área do sítio é utilizada como área de pastagem, havendo inclusive uma habitação demolida (a casa e seus destroços foram retirados pela equipe de desapropriação e pelos moradores). Seu entorno é formado por árvores de grande e médio porte, com ampla incidência da *Araucaria angustifolia*, arbustos, além de locais com inexistência de vegetação arbórea.

A área sofre constantes processos de antropização, tanto pela utilização como pastagem de equinos e caprinos, além da modificação do terreno para construção de habitação, áreas de lazer e estradas de circulação interna. A queima de galhos que se desprendem das árvores do local e folhagens impacta diretamente o material arqueológico e a interpretação de dados. O acúmulo de entulhos por parte dos moradores recentes também é percebida, sendo que essas reocupações dos espaços interferem diretamente no sítio.

Após percorrimento na área do sítio arqueológico realizou-se limpeza e coleta assistemática do material arqueológico na superfície. Em um segundo momento iniciou-se a abertura de sondagens, trincheiras e áreas amplas de escavação pré-definidas a partir das informações coletadas através dos relatos orais e observações realizadas durante a coleta superficial (FIGURA 01).

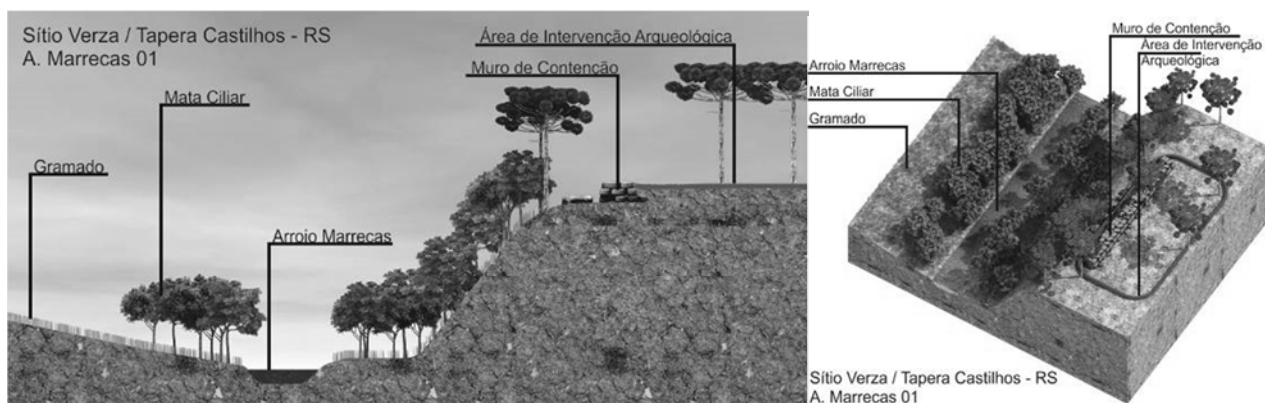


Figura 01: Croquis da área demarcada do sítio histórico. Fonte: Jeferson Arend, 2012.

Na área do sítio verificou-se a existência de um muro de contenção de 13,50 m de comprimento com 70 cm de altura e largura média de 1 m. Durante a realização da limpeza na estrutura foram localizados fragmentos de louças, vidros e metal, típicos de sítios históricos. Os materiais estavam fragmentados e em estado de deteriorização, depositados entre as pedras que compõe o muro (FIGURA 02).



Figura 02: Área do muro de contenção, após processo de limpeza e área do 5x3 m, ao fundo abertura de trincheira.

Fonte: Centro de Memória, Documentação e Pesquisa da Univates, 2012.

Delimitou-se sondagens em forma de trincheira (FIGURA 03) para um melhor aproveitamento do espaço. Essas trincheiras foram divididas, da seguinte forma: Trincheira Sul 1 e Trincheira Sul 3. Compondo o outro bloco, a Trincheira Norte 1 e Trincheira Norte 3. A Trincheira Sul 1 apresenta 3 m de comprimento por 1 m de largura, com profundidade máxima de 35 cm e mínima de 15 cm. Nessa intervenção foi evidenciado um “trilho de pedras” (rochas sedimentares). As rochas estão dispostas em pouca profundidade projetando-se como um trilho, uma espécie de caminho.

O material arqueológico (louças, vidros e metais) aparece nas primeiras camadas da escavação não ultrapassando 10 cm de profundidade, no mesmo nível das pedras do trilho, e raramente abaixo desse limite. A quantidade de material arqueológico diminui à medida que se aproximava do muro de contenção, em direção oeste. Percebendo essa dinâmica do material e acompanhando o trilho evidenciado, optou-se por continuar a escavação no sentido do “trilho de pedras”.

A dispersão do material arqueológico seguiu a mesma dinâmica da Trincheira Sul 1, aparecendo somente nos primeiros 5 cm de profundidade, geralmente associado as pedras que formam o trilho. Os blocos de rochas presentes nessa intervenção não apresentavam disposição indicando estruturas, podendo fazer parte do processo de degradação do muro de contenção o qual se encontra a 2 m de distância. Foram evidenciados fragmentos de louça e vidro nas camadas superficiais.

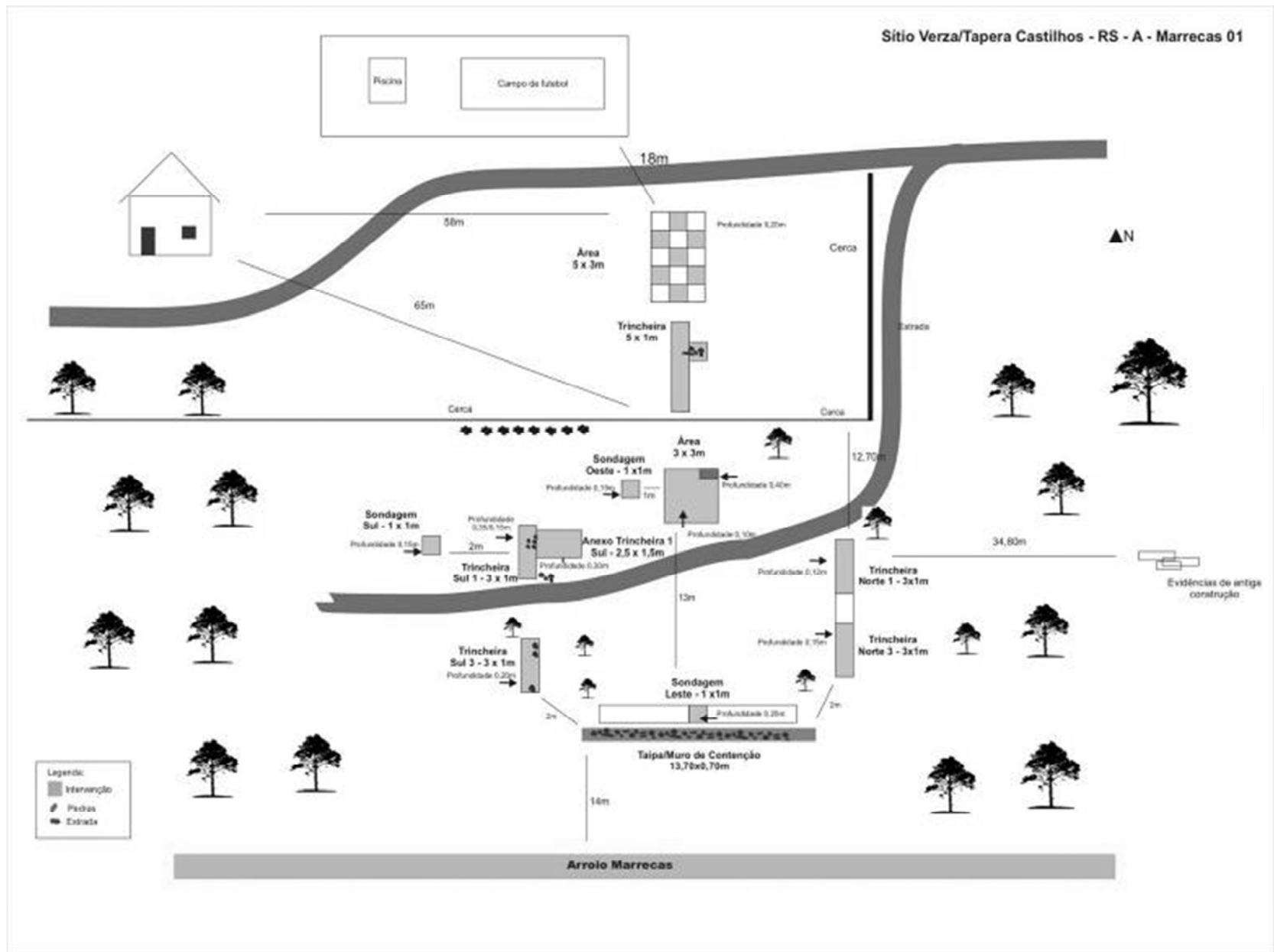


Figura 03: Croqui das intervenções no sítio histórico. Fonte: Elaborado pelos autores, 2012.

Optou-se pela atividade de escavação em área ampla visando o controle sincrônico da dispersão do material arqueológico, que poderia identificar possíveis estruturas e até mesmo a utilização dos espaços. Entretanto, não foram percebidas concentrações do material arqueológico que pudessem indicar a utilização da área. Nessa mesma área, evidenciaram-se algumas pedras de basalto lascadas que serviam como encaixes para o preenchimento do muro de contenção.

Seguindo as orientações das escavações anteriores realizadas no local, delimitou-se uma malha de 5 x 3 m em sentido leste - oeste que foi dividida em quadrículas de 1 m² com 20 cm de profundidade (FIGURA 02). As quadrículas foram escavadas alternadamente, pela técnica da decapagem, acompanhando os níveis naturais do solo, possibilitando a visualização da dispersão do material. A quantidade de material arqueológico evidenciada foi bem reduzida. Louças, vidro e metal (na maioria pregos) apareceram nas primeiras camadas do solo, com 5 cm de profundidade.

Em direção sul da área do 5x3 optou-se por abrir uma trincheira, seguindo alinhamento com a área do 3x3, onde já haviam sido evidenciadas rochas sedimentares (arenito) alocadas em linha reta, supondo ser um caminho ou trilho. Na área da trincheira foi registrado um aglomerado de rochas sedimentares (arenito) podendo ser a continuidade do trilho, ou até mesmo, fazendo parte de uma nova estrutura. No intuito de mapear a distribuição de material arqueológico na subsuperfície da área, bem como, delimitar as extremidades do sítio foram realizadas 3 sondagens em locais distintos do sítio histórico: Sondagem Sul, Sondagem Oeste e Sondagem Leste.

A Área 3x3 e a Trincheira Sul 1, apresentaram a maior quantidade de material, as duas localizadas a sudoeste do muro de contenção, aproximadamente a 20 m de distância.

Durante os procedimentos de salvamento foram constatados diversos processos de ação antrópica sobre o ambiente. Além de impactar a natureza contribuem para a deterioração e perturbação do sítio histórico existente. Tais processos também são as causas de fraturas e ou lascamentos não arqueológicos nas rochas e pela formação de ecofatos e geofatos. Na área do Sítio Verza/Tapera Castilhos - RS - A - Marrecas 01 apresentam processos de antropização recentes, como exemplo, uma residência que data da década de 1990. O processo de abertura das fundações, o remanejamento do solo e as terraplanagens impactaram diretamente o sítio arqueológico.

Outro aspecto são as estradas e aterros, pois a sua construção em terrenos inclinados favorece a erosão no solo. Na área do sítio existem caminhos, acessos e estradas, cujo processo de construção impacta diretamente o sítio prospectado. A constituição dessas vias altera a posição do material arqueológico, bem como, as estruturas e feições arqueológicas.

O sítio histórico está implantado em uma zona que no início do século XX, era uma grande propriedade que foi sendo desmembrada em razão de heranças. O local era conhecido por Terra dos Castilhos ou Arroio dos Irmãos, pois a família vivia e plantava na área. Conforme informações de uma

moradora e descendente dos primeiros proprietários, a Senhora Aura, afirmou e indicou que uma casa estava construída no local.

Apesar das intervenções realizadas e do “trilho” identificado não foi possível registrar fundamentos da estrutura de habitação. Duas hipóteses são levantadas a esse respeito. A primeira de que a estrutura de fundação da casa, se feita de pedra, poderia ter sido removida para limpeza da terra, para ocupações mais recentes. A segunda, de que a casa poderia ter sido construída de madeira, pela abundância dessa matéria prima na região e sem fundamento de pedra. Deste modo o tempo se encarregaria de destruir as evidências, tendo-se mais de 100 anos dessa primeira ocupação, juntamente com as alterações no terreno, poderiam ter destruído concentrações de manchas orgânicas.

Durante as atividades de salvamento e processos de curadoria em laboratório (lavagem, triagem, catalogação, análise e armazenamento) foram identificadas e classificadas 382 peças arqueológicas neste sítio. As peças foram separadas por tipo, louça, vidro, metal, lítico e cerâmica, preservando-se as informações sobre sua dispersão na espacialidade do sítio.

A composição do material encontrado remete a ocupação dos primeiros colonizadores da região. São louças e instrumentos de uso cotidiano como facas, colheres e vidros de remédio de produção artesanal, característicos do fim do século XIX e início do XX. Alguns vidros encontrados apresentam características de produção industrial e remetem a ocupação recente da área. Os metais como pregos remetem a atividade construtiva da habitação.

Associando os tipos de materiais e os locais onde foram encontrados pode-se supor que eles tenham sido intencionalmente descartados fora da habitação, mas em um espaço de circulação devido ao trilho e reutilizados na composição do processo construtivo. Alguns podem ter sido perdidos, no dia a dia da ocupação da área, como uma moeda, encontrada durante as atividades. No muro de contenção este material pode ter servido para preencher os espaços vazios entre as pedras, auxiliando na fixação destas.

As louças em um sítio arqueológico revelam importantes dados quanto às hábitos alimentares, bem como quanto ao comércio destes produtos, pois em alguns casos tratam-se de produtos específicos de difícil aquisição. Segundo Symanski (1998), eram compradas na maioria das vezes, fazendo-se uma escolha, diferente dos vidros de remédios, onde o objetivo é o remédio em si e não o recipiente.

As intervenções arqueológicas identificaram camadas contendo diversos vestígios correspondentes ao século XIX. As louças apresentam diversidade e quantidade somando 87, porém, poucas são passíveis de remontagem. Destas, 60 são classificadas como louças brancas, sendo 10 com motivo trígalo (FIGURA 05). O restante, 27 peças, apresentam algum motivo decorativo seja de paisagem, floral ou linhas/faixas.



Figura 05: Peças encontradas na coleta superficial. Peças apresentam Esmalte: *pearlware*, Técnica decorativa: *transfer printing*, Cena: chinesa, Estilo: *chinoiserie*, Padrão: *willow*, Cor: azul, Período de fabricação: 1780 a década de cinquenta do séc. XIX. Forma: prato. Peça encontrada na Trincheira Sul 1. Perna de boneca em porcelana branca, sem esmalte. Peça, encontrada na Trincheira Sul 1. Parte de malga. Louça branca com esmalte e duas finas faixas que circundam a peça na cor marrom. Alça de louça branca, provavelmente de uma xícara, encontrada na Trincheira Sul 1.

Fonte: Centro de Memória, Documentação e Pesquisa da Univates, 2012.

As análises demonstram que a maior parte dos fragmentos de louça segue padrão branco (60 peças), e de faixas (8 peças) o que, com base na escala de Miller (SYMANSKI, 2002), representa louça de menor valor. Um número bem menor de fragmentos está relacionado com louças que seguem padrões geométricos, paisagens chinesas, pintadas à mão, decalcadas, representando a mais cara louça produzidas no século XIX (BRANCANTE, 1981 *apud* PEIXOTO, VERGARA, 2006).

Tocchetto (2004) salienta que a qualidade do material evidenciado no registro arqueológico será reflexo do poder de compra do indivíduo. A partir das peças encontradas, supõe-se tratar-se de uma família de certa forma abastada. A maior parte do conjunto de louças é de baixo custo usado no dia a dia, entretanto, aparecem peças mais sofisticadas, que podem ter sido adquiridas no Brasil ou terem vindo do processo de imigração desta família.

Os objetos encontrados, não permitem a identificação de formas, devido ao tamanho dos fragmentos, mas a associação com peças que possuem o mesmo tratamento decorativo e catalogadas por Tocchetto em 2001, indicam algumas possíveis, como malgas, pratos, xícaras e urinol. Somente as 3 peças caracterizadas como *Willow* azul, apresentam a forma de prato. Em dois fragmentos que apresentam parte de um selo, não foi possível identificar o nome do fabricante, pois as informações eram insuficientes para encontrar a marca.

As louças encontradas neste sítio têm datas que variam considerando o período e fabricação, de 1780 ao início do século XX, indicando um provável período de ocupação que esta de acordo, com as informações históricas levantadas para a área. Nesse sentido, Tocchetto (2004) lembra que as louças podem atuar como indicadores cronológicos do período de ocupação do sítio em virtude da padronização, com momentos de produção específicos.

Quanto aos vidros encontrados, após o processo de limpeza foi iniciada a análise qualitativa e quantitativa dos artefatos. Qualitativamente, os vidros foram separados de acordo com a parte, o tipo e a cor do utensílio. Quantitativamente, o material foi contado e dividido em peças inteiras e em fragmentos conforme a coloração.

Dos 114 materiais classificados como vidro, 103 não permitem identificar a forma de algum recipiente, sendo a maior parte de vidros lisos e chatos, lembrando vidros de janelas. Os 11 restantes estão assim divididos: 02 são fundos de coloração verde, 03 gargalos, sendo um verde e dois incolores, um frasco verde manual/semi-automática composto de gargalo, parede e base, 02 frascos incolor, e 01 frasco verde, gargalo e base. Destaque para 02 peças uma de base e outra de parede que compõe o mesmo recipiente e apresenta inscrição em autorrelevo “Pílulas do Dr. Rocha”, medicamento de uso feminino, o qual era indicado para “[...] trata moléstia do útero, asma nervosa, peso, dores e cólicas no ventre, as perturbações e doenças da menstruação, anemia, palidez, amarelão”⁶.

O estudo também verificou o método de fabricação dos vidros: manual, semi-automático e automático. Nas 11 peças em que foi possível identificar a forma do recipiente, nota-se a predominância da presença de bolhas na massa vítrea, podendo as peças serem classificadas principalmente como manual/semi-automáticas. A finalidade principal dos recipientes era o acondicionamento de remédios. Quanto à cronologia sabe-se que a produção manual no Brasil inicia em finais do século XIX e já no início do século XX convive com a produção semi-automática, fechando com o período de ocupação do sítio.

Um recipiente de vidro inteiro (gargalo e base/parede), com coloração verde (FIGURA 06) encontrado, apresenta marcas de produção manual/semi-automática, com a linha vertical característica nas laterais e bolhas na massa vítrea.

Os materiais hialinos podem complementar os dados quanto a cronologia do sítio, bem como, revelar informações quanto as preocupações relacionadas à saúde do período, porém, a pouca quantidade de recipientes passíveis de análise, reduz as interpretações.

Em relação a coleção dos metais tem-se a totalidade de 79 peças. Destas, 51 são de pregos que podem ter sido usados no processo construtivo da antiga habitação e estruturas adicionais existentes, bem como durante as obras de construção das estruturas recentes existentes no local. Pois, os pregos apresentam cabeça arredonda, indicando produção mais recente. Não foi encontrado nenhum com cabeça quadrada ou cravos (FIGURA 07). O restante das peças apresenta variabilidade de materiais de uso cotidiano, como lata, cabo de ferramenta, concha de colher, cabo de talher, botão e moeda. A data da moeda compreende o provável período de ocupação do sítio, pela família Castilhos.

⁶ Disponível em: www.emaginedesign.com.br/pos.../silva_leicyfranciscada2003.pdf. Acesso em maio 2012.

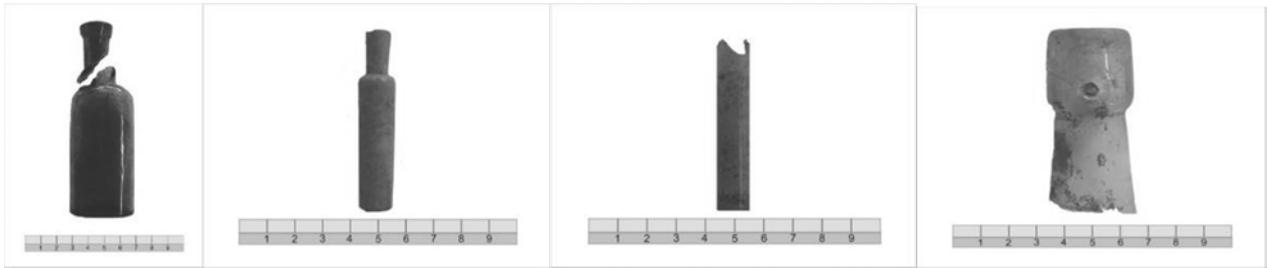


Figura 06: Recipiente inteiro, encontrado na Trincheira Sul 1. Este recipiente apresenta bolhas na massa vítrea e linhas verticais opostas nas laterais. Recipiente faltando o gargalo, de vidro muito frágil, encontrado na Trincheira Sul 3. Recipiente de produção automática, encontrado na área da Trincheira Sul 1. A peça apresenta uniformidade e não apresenta bolhas na massa vítrea. Gargalo com massa vítrea não uniforme e bolhas, de fabricação manual. A base que compõe o conjunto com esta peça apresenta marca de pontil no fundo. As peças foram encontradas na Trincheira Sul 1.

Fonte: Centro de Memória, Documentação e Pesquisa da Univates, 2012.

Os metais encontrados são objetos utilizados no cotidiano da residência, no âmbito familiar e doméstico, inclusive dos hábitos à mesa, deste modo, fazem parte do privado dos indivíduos, são talheres, acessórios e vestígios de vestimentas (THOMASI, MILDER, 2006).

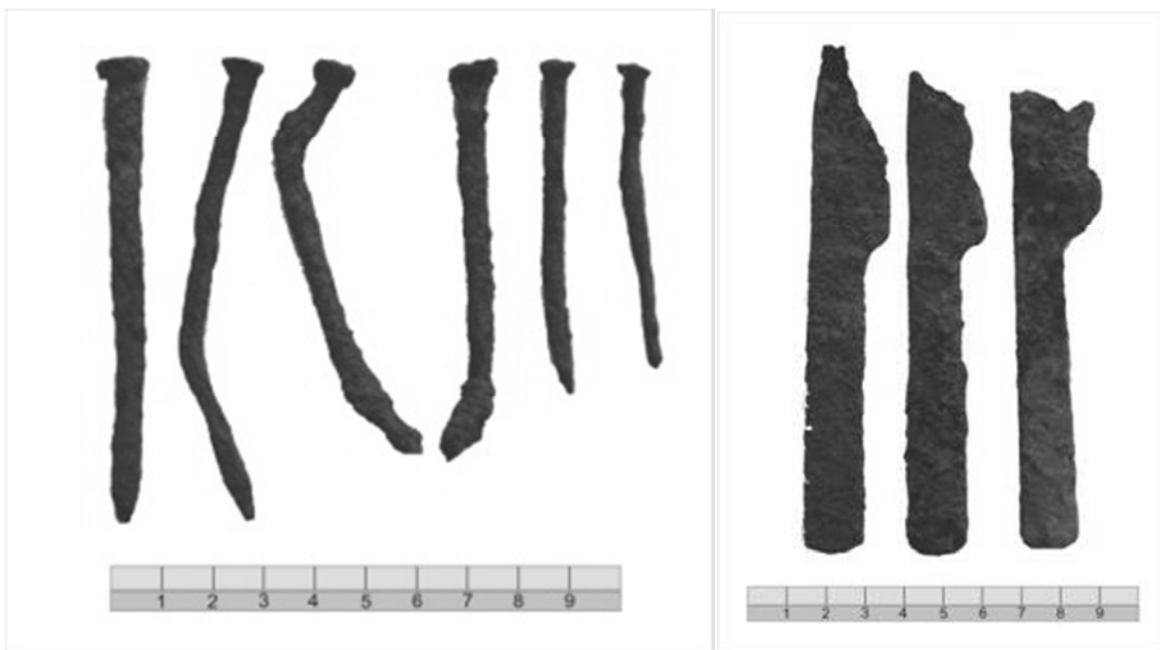


Figura 07: Exemplos de pregos e cabos de faca encontrados na Trincheira Sul 1. Fonte: Centro de Memória, Documentação e Pesquisa da Univates, 2012.

Quanto as peças líticas, os materiais apresentados somam 102 peças, sendo 79 de materiais líticos. Pela presença da taipa e os alinhamentos de pedra identificados, supõe-se que estas peças tenham sido

produzidas pelos ocupantes da área do período histórico, visando fazer o preenchimento dos espaços entre as pedras. Percebe-se a modificação de alguns materiais visando o encaixe dando a forma de cunhas.

A cerâmica colonial, telha e tijolo, somam 18 peças. A cerâmica colonial compreende partes de Garrafas de Grés, que acondicionavam bebidas alcoólicas. As telhas e tijolos são da ocupação recente, provavelmente do processo construtiva da casa “moderna” existente no local.

Sítio Suzin/Fazenda Ferradura - RS - A - Marrecas 02

O sítio é caracterizado como pré-colonial associado a “casas subterrâneas” contendo material arqueológico na superfície e na subsuperfície. Localiza-se nas coordenadas UTM: N 6.786.879 – E 502.331 – Altitude 759m. O sítio arqueológico está implantado em uma região conhecida como Região Fitoecológica Floresta Ombrófila Mista que ocupa grande parte do Planalto das Araucárias.

Em um primeiro momento realizou-se um levantamento criterioso, observando as condições do terreno e a visualização de evidências arqueológicas na área do sítio (FIGURA 08). Essa atividade contou com registro fotográfico e realização de croquis (FIGURA 09).

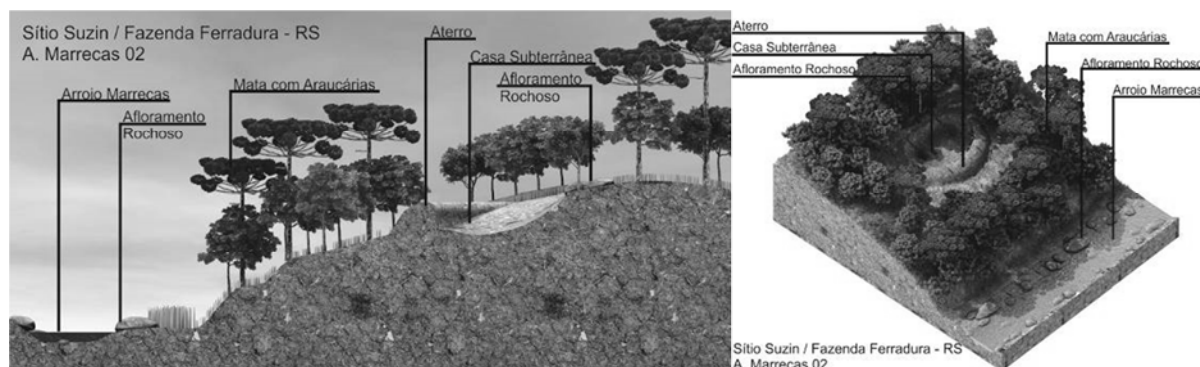


Figura 08: Croqui da área demarcada do sítio arqueológico. Fonte: JEFERSON AREND, 2012.

A primeira atividade realizada na área demarcada para o sítio, e nas suas adjacências, foi à limpeza do local. Essa atividade auxilia na melhor compreensão da totalidade da área a ser trabalhada e melhora a visibilidade das intervenções que serão realizadas.

No interior da estrutura optou-se por realizar uma trincheira que abrangesse ambas as extremidades. Delimitou-se a área de intervenção no sentido sul-norte, totalizando 8x1 m. Preocupou-se em acompanhar a topografia do terreno até uma profundidade de 15 cm. Na porção norte da trincheira identificaram-se rochas com negativos de exposição ao fogo, lascas de quartzo e rochas basálticas em decomposição nos primeiros 15 cm. A 80 cm do centro da estrutura no sentido norte e 10 cm de profundidade, encontrou-se nós de pinho, aglomerados numa área 25 cm². Pela concentração de raízes na extremidade da sondagem, optou-se por realizar perfil estratigráfico na parede leste.

O perfil revelou a seguinte estratigrafia da estrutura na porção norte (FIGURA 10): a 1ª camada teve 15 cm de solo arenoso e apresentou uma coloração escura, possivelmente associada a decomposição de matéria orgânica da superfície; a 2ª camada, com 10 cm de solo argilo-arenoso, apresentou coloração levemente avermelhada; a 3ª camada com aproximadamente 15 cm de solo argilo-arenoso apresentou coloração alaranjada, percebeu-se menor presença de argila em relação a camada anterior; a 4ª camada, com aproximadamente 50 cm de solo areno-argiloso, apresentou camada de solo natural da região com presença de material arqueológico.

A Sondagem 2 (1x1 m), foi aberta no sentido leste e a 1,5 m da estrutura subterrânea. Atingiu-se a profundidade de 15 cm e não foram evidenciados materiais arqueológicos. Observou-se a presença de solo escurecido a partir 2 cm até os 15 cm de profundidade.

A Sondagem 3 (1x1 m) atingiu 20 cm de profundidade evidenciando rochas basálticas em decomposição e solo escurecido. Não foram identificados materiais arqueológicos.

A Sondagem 4 (1x1 m) deu-se no sentido oeste da estrutura subterrânea. Atingiu-se 20 cm de profundidade, foram evidenciados rochas em decomposição, pinhão carbonizado e instrumento de basalto bifacial.

A Sondagem 5 (2x1 m) foi realizada em uma estrada, um caminho em precárias condições, no sentido sul a 22 m da estrutura subterrânea. Atingiu-se a profundidade de 20 cm, onde se evidenciou a presença de um artefato bifacial.

Durante as atividades de salvamento e processos de curadoria em laboratório (lavagem, triagem, catalogação, análise e armazenamento) foram identificadas e classificadas 156 peças arqueológicas. A primeira análise em laboratório contemplou a classificação tipológica, que consistiu na divisão das peças entre lascas, núcleos, fragmentos e instrumentos. Entendeu-se por fragmento qualquer tipo de rejeito estilha que foram produzidos durante o processo de lascamento. Por “instrumento”, uma terminologia bastante variável na arqueologia, peças com retoques.

Quanto aos instrumentos, peças que fornecem subsídios para uma análise aprofundada, foram produzidas a partir de seixos, o que exclui a debitage inicial (geralmente destinada a destacar o suporte volumétrico de um bloco).

Na intervenção realizada na trincheira, que atravessa a estrutura subterrânea, evidenciou-se um instrumento de arenito friável, um fragmento de basalto que apresenta fratura por ação térmica, podendo indicar associação a áreas de combustão no interior da estrutura e nós de pinho evidenciados na porção norte. Os nós de pinho (17) estavam agrupados, e acomodados numa mesma profundidade, aproximadamente 20 cm da superfície.

Entre os demais materiais evidenciados na trincheira destaca-se um instrumento bifacial. Ainda na trincheira, na sua porção central, realizou-se um aprofundamento onde foi evidenciada uma ponta de projétil quebrada em quartzo leitoso (FIGURA 11).



Figura 11: Ponta de projétil em quartzo leitoso, evidenciada na porção central da trincheira. Seixo de basalto lascado bifacialmente, material evidenciado na Sondagem 4, localizada no aterro da estrutura. Lasca em arenito silicificado com retoques, material evidenciado na área do 3x3 fora da estrutura. Fonte: Centro de Memória, Documentação e Pesquisa da Univates, 2012.

A matéria prima predominante explorada no sítio é o basalto. Os fragmentos de calcedônia e quartzo evidenciados no sítio podem identificar uma experimentação das demais matérias primas existentes no local, porém não foi verificado nenhum instrumento a partir desses. Os instrumentos obedecem alguns critérios já mencionados acima, são confeccionados a partir dos blocos existentes no local, sendo após sua utilização são abandonados. Não foi possível verificar na área alguma estrutura mais específica, onde pudesse ser realizado algum tipo de remontagem a partir de lascas, núcleos ou ainda, instrumentos.

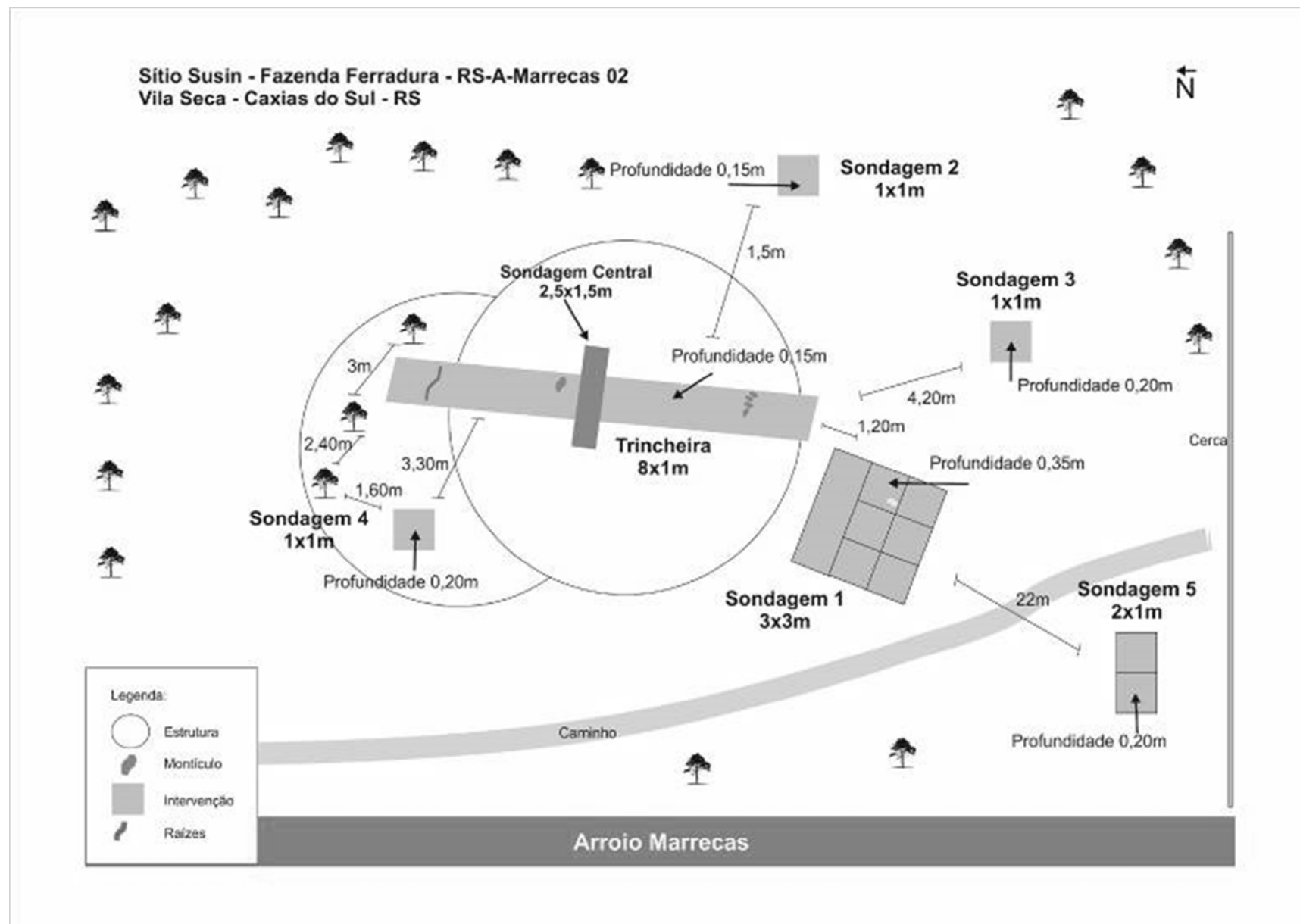


Figura 09: Croqui do sítio arqueológico. Fonte: Centro de Memória, Documentação e Pesquisa da Univates, 2012.

CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A PESQUISA

Os estudos e atividades realizados no sítio histórico, Verza/Tapera Castilhos, RS - A - Marrecas 01, e no sítio pré-colonial, Suzin/Fazenda Ferradura - RS - A - Marrecas 02 ocorreram em virtude de uma pesquisa de “contrato”, porém embasado em preocupações “acadêmicas” e científicas. Foram descritas as atividades metodológicas de campo e laboratoriais com as quais se tentou apresentar as duas unidades arqueológicas, inseridas em um processo histórico de ocupação da Serra Gaúcha.

Em relação ao sítio histórico, por meio dos dados levantados identificou-se sua ocupação desde o final do século XIX até o século XX. As 382 peças que compõe o acervo deste sítio demonstram atividades cotidianas. São objetos como as louças, vidros, metais que indicam rituais e momentos ligados à alimentação, vestimenta e preocupações com a saúde. No entanto, apesar da extensão das intervenções realizadas, pode-se considerar baixo o número de peças encontradas, o que remete a perturbação da área por ocupações recentes. Mesmo com estas limitações, os materiais resgatados contribuíram para complementar as informações sobre o sítio e o período de ocupação, no final do século XIX.

Já no sítio arqueológico pré-colonial, considerando o contexto regional e o potencial para esse tipo de ocupação, caracteriza a presença do grupo ameríndio construtor das estruturas subterrâneas, os Jês Meridionais, na área de estudo. Porém, é preciso ressaltar que a estrutura encontra-se isolada, sem a presença de outras no entorno.

Percebe-se que a maioria do material arqueológico identificado no sítio encontra-se fora da estrutura subterrânea. Assim, as atividades do cotidiano, estariam sendo realizadas em uma área de convívio social em espaço aberto, onde o material arqueológico foi localizado. Restando ao interior da estrutura a cultura material associada à área de combustão, lascas e a ponta de projétil.

A localização do sítio pode ser um ponto estratégico na paisagem do local, considerada topo de interflúvio, pois há a disponibilidade de matéria prima no local e fonte de recursos hídricos. O local também poderia ser utilizado como ocupação duradoura, ou até mesmo, servir como ponto de reabastecimento de matéria prima ou para confecção de instrumentos líticos. Porém, deve-se ter cautela nessas afirmações, pois alguns desses dados podem estar comprometidos tendo em vista os impactos que a área já sofreu por ação do homem ou da própria natureza.

A configuração desse tipo de sítio arqueológico faz parte de um processo de colonização indígena e de assentamentos Proto-Jê Meridionais. O material coletado deverá contribuir para complementações importantes sobre a história desses povos e de sua cultura material no extremo sul do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AREND, J. *Croqui da área demarcada do sítio arqueológico*. Lajeado: 2012, 01 ilustração.
- AREND, J. *Croqui da área demarcada do sítio histórico*. Lajeado: 2012, 01 ilustração.
- CENTRO de Memória, Documentação e Pesquisa da Univates. *Centro de Memória*. Lajeado: UNIVATES, 2012.
- ESTUDO de Impacto Ambiental da futura barragem do Arroio Marrecas. 2008.
- FUNARI, P.P.A.; ROBRAHN-GONZÁLEZ, E.M. Ética, capitalismo e arqueologia pública no Brasil. *História (São Paulo)*, v. 27, n. 2, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742008000200002&script=sci_arttext>. Acesso em: 14/03/2012.
- PEIXOTO, L.S.; CERQUEIRA, F.V. *Salvamento arqueológico do Centro histórico de Pelotas, RS, Brasil*. Anais do V encontro do Núcleo Regional Sul da Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB/Sul. 20 a 23/11/2006, Rio Grande, RS.
- SYMANSKI, L.C.P. *Espaço privado e vida material em Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: Edipucrs, 1998.
- SYMANSKI, L.C.P. Louças e auto-expressão em regiões centrais, adjacentes e periféricas do Brasil. In: ZARANKIN, A.; SENATORE, M.X. (Org.). *Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul*. Buenos Aires: Ediciones del Tridente, p. 31-62, 2002.
- TOCCHETTO, F.B. *Fica dentro ou joga fora? Sobre práticas cotidianas em unidades domésticas na Porto Alegre oitocentista*. Porto Alegre: PUCRS, 2004.
- TOCCHETTO, F.B.; SYMANSKI, L.C.P.; OZÓRIO, S.R.; OLIVEIRA, A.T.D.; CAPPELLETTI, A.M. *A faiança fina em Porto Alegre: vestígios arqueológicos de uma cidade*. Porto Alegre: EU/SMC, 2001.
- THOMASI, D.I.; MILDER, S.E.S. *Cotidiano de uma estância do século XIX através da cultura material: os metais da Estância Velha do Jarau*. Anais do V encontro do Núcleo Regional Sul da Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB/Sul. 20 a 23/11/2006, Rio Grande, RS.

Recebido em:28/06/2014
Aprovado em:01/09/2014
Publicado em:03/10/2014

QUEIMARAM OSSOS NA TOCA DO ALTO DO CAPIM
THE BURNED BONES IN TOCA DO ALTO DO CAPIM

Lucas Braga da Silva
Mauro Alexandre Farias Fontes

Vol. XI | n°22 | 2014 | ISSN 2316 8412



QUEIMARAM OSSOS NA TOCA DO ALTO DO CAPIM

Lucas Braga da Silva¹
Mauro Alexandre Farias Fontes²

Resumo: Práticas funerárias são atos realizados pelo grupo e/ou família ao corpo de um ou mais indivíduos após a morte. Relacionar os termos prática e funeral constitui admitir as intenções imediatas desta pesquisa. Ela tem como objetivo buscar nas evidências arqueológicas do Sítio Toca do Alto do Capim, no Parque Nacional Serra das Confusões (Piauí) os remanescentes materiais da práxis que envolveu a morte. O mesmo foi escavado em três campanhas nos anos de 2008 e 2009. Foram encontrados artefatos de pedra lascada e polida, ossos humanos e de animais com marcas de combustão, fogueiras e um enterramento de uma criança. Os resultados deste trabalho a partir das análises osteológicas e espaciais permitiram reconhecer o número mínimo de cinco indivíduos e três momentos cronológicos. No que diz respeito à prática funerária, foi possível o reconhecimento de cremação e de enterramento primário-direto.

Palavras chaves: Práticas funerárias, Toca do Alto do Capim, Serra das Confusões, Pré-história.

Abstract: Funerary practices are acts performed by a group and/or a family to the body of one or more individuals after death. Relating the terms funeral and practice is to admit the straight intentions of this research. By the way, it aims to search for archaeological evidence to attest the mortuary behavior in Toca do Alto do Capim, in the National Park of Serra das Confusões (Piauí). This site was dug up during three turns of research that happened in 2008 and 2009. The remnants that were found are summarized in artifacts of chipped and polished stones, human and animal bones with burning marks, fires and a burial of a child. The results of this research were reached through spatial and osteological analysis, which allowed identifying a minimum number of five individuals, three chronological moments of occupation, as well as practices of primary burial and cremation.

Keywords: Funerary practices, Toca do Alto do Capim, Serra das Confusões, Prehistory.

INTRODUÇÃO

O que levou o homem a estabelecer regras para as escolhas relacionadas ao fencimento do corpo de um indivíduo após a morte? De fato, o tom do questionamento nos remete a inúmeras possibilidades, entretanto, a ciência aponta algumas delas que estariam relacionadas à emergência das práticas que instituíram o funeral. Entre elas o odor fétido dos restos mortais e o horror causado pelos processos de decomposição seriam uma visão da escatologia e como efeito amenizador desse fenômeno, teriam desenvolvido preferências que levariam às escolhas dadas ao destino do corpo, como o enterro e/ou a cremação (MORRIN, 1988; RODRIGUES, 1983 *apud* LEITE, 2011).

Na história do desenvolvimento da Arqueologia, principalmente a partir do século XX, são dadas

¹ Arqueólogo e Preservação Patrimonial da UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO (UNIVASF), Brasil; Técnico/Arqueólogo da Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM) 2003-2014, Brasil; Bolsista PET/MEC Arqueologia Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) 2011-2013, Brasil; E-mail: viplucas@hotmail.com

² Professor Doutor do quadro permanente do curso de Graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Brasil. E-mail: mauro.farias@univasf.edu.br.

explicações às evidências das práticas funerárias de grupos humanos pré-históricos. Existem hoje métodos e técnicas, assim como propostas teóricas para a inferência interpretativa da cultura material desse objeto de estudo da arqueologia.

Esta pesquisa vem contribuir para os estudos das práticas funerárias na área arqueológica da Serra da Capivara e, sobretudo, no Parque Nacional Serra das Confusões, localizado no estado do Piauí, onde as pesquisas encontram-se incipientes. No país, esta temática encontra-se em desenvolvimento.

As pesquisas arqueológicas na área da Serra da Capivara tiveram início na década de 1970, com a chegada de uma equipe interdisciplinar em missão de pesquisa franco-brasileira, chefiada pela arqueóloga Niède Guidon. A preocupação inicial foi o cadastramento de sítios arqueológicos e posteriormente os estudos de arte rupestre (e/ou registro rupestre) seguido de escavações arqueológicas.

Mais de sessenta sítios arqueológicos foram escavados e/ou tiveram ações interventivas em subsuperfície, como sondagens, em toda a microrregião de São Raimundo Nonato (Piauí). Diversos artefatos foram coletados e analisados. Os resultados de pesquisas publicados. Pedra lascada, potes e/ou restos de utensílios de cerâmica fragmentados e desenhos na rocha motivaram pesquisadores a definirem esses elementos, de acordo com atribuições científicas estabelecidas pelas correntes teóricas dominantes do período histórico vigente, considerando particularidades pertencentes a cada categoria de vestígio arqueológico: indústrias líticas, cerâmicas, estilos e tradições culturais relacionadas a essas categorias e ao registro rupestre.

Tais modelos explicativos nos fazem pensar nos modos de vida dos grupos humanos antes da chegada do colonizador europeu. De maneira simples pensamos a ferramenta lítica como instrumento de corte, o registro rupestre como desenhos relacionados ao cotidiano desses grupos humanos, artefatos cerâmicos como recipientes utilizados para armazenar água e alimentos para o consumo. Aliás, esse último também foi utilizado pelos grupos humanos pré-históricos da Serra da Capivara como urnas funerárias, evidências constatadas em sítios abrigos e aldeias.

Este tema traz para a arqueologia regional discussões relacionadas à prática social e/ou às relações de indivíduos com seus grupos de referência. Para o Histórico-Culturalismo a materialidade ou cultura material, seria o reflexo da sociedade que a produziu, sendo esta a materialização da identidade étnica. Mas como discutir relações sociais no Histórico-Culturalismo se a materialidade é a sociedade? Para o Processualismo esses mesmos materiais ou cultura material seria o resultado de processos adaptativos ao ambiente, ou seja, o ambiente seria o catalisador das transformações do mundo material, sendo assim descartada a prática social e/ou as mudanças dessas práticas a partir das relações dos indivíduos que as constituíram. Por conseguinte, pretendemos com este trabalho trazer discussões relacionadas às práticas sociais e ações individuais como dimensões que concretizaram a cultura material como escolhas ideológicas

e, sobretudo, relacionando tais discussões à prática funerária na Toca do Alto do Capim, objeto deste estudo.

A consequência dos atos que dão sentido a prática funerária ou os significados das mesmas são resultados da interação social e de fato “*são práticas culturais que se constituem como práticas significantes, isto é, práticas de produção de linguagem e de sentido*” (SANTAELLA, 1983, p.30). Independente da classificação do tipo de prática funerária, essas formam um conjunto de sinais/evidências, provocadas por ações que foram definidas anteriormente ao acontecimento das mesmas estimuladas pela morte de um indivíduo membro do grupo.

Os atos que ocorrem dentro do processo da prática funerária reagem de acordo com as ações empregadas por eles. Isso nos faz pensar e indagar sobre as evidências presentes no sítio. Nessa linha de pensamento, realizamos os seguintes questionamentos:

É possível no contexto arqueológico da Toca do Alto do Capim recuperar os atos que foram desempenhados nas práticas funerárias? Quais práticas foram realizadas e o que as constituem?

O SÍTIO TOCA DO ALTO DO CAPIM

A Toca do Alto do Capim, está localizada no Parque Nacional Serra das Confusões, aproximadamente 100km do Parque Nacional Serra da Capivara e do município de São Raimundo Nonato, cidade polo regional (FIGURA 01).

O Sítio é uma caverna que mede aproximadamente 4m de largura por 12m de extensão (FIGURA 02). O mesmo se diferencia dos demais abrigos encontrados na região, devido ao fato de estar a aproximadamente 4m de altura da superfície externa atual com a configuração de uma gruta em rocha arenítica (FIGURA03).

A caverna possui pinturas na cor vermelha. A forma dos grafismos é, na maioria, geométrica e algumas representações zoomórficas. Na porção externa, encontram-se na altura da entrada do abrigo e na porção interna em todo o suporte rochoso.

Nos anos de 2008 e 2009 no PARNA Serra das Confusões, foram realizadas escavações em dois sítios arqueológicos – Toca do Enoque e Toca do Alto da Serra do Capim –, sob coordenação da Professora Dra. Gisele Daltrini Felice e a MSc. Fátima Luz. Os trabalhos foram realizados com o apoio técnico, administrativo e logístico da Fundação Museu do Homem Americano – FUMDHAM sob direção da professora Dra. NièdeGuidon.

Na Toca do Alto da Serra do Capim, as escavações evidenciaram uma diversidade de evidências materiais e vestígios negativos associados a ossos humanos e animais com marcas de combustão, assim como o enterramento de uma criança (CUNHA, 2011).

As escavações ocorreram em três campanhas. A primeira (outubro e novembro de 2008) teve como objetivo, abrir uma área pequena de escavação/sondagem, na porção mais profunda da caverna, para a verificação do potencial arqueológico em subsuperfície. Foram evidenciados nessa área escavada, artefatos líticos, fragmentos de placas desagregadas do suporte rochoso com pinturas, óxidos de ferro, um fragmento de crânio humano, coprólitos e evidências de marcas de combustão. A escavação se estendeu até a base rochosa, tendo continuidade *a posteriori*. Nesse primeiro momento, foi verificado que o pacote sedimentar da gruta teria uma profundidade inesperada, assim como os artefatos e vestígios evidenciados, tendo em vista que essa primeira fase deu suporte informativo do potencial arqueológico para que as pesquisas tivessem continuidade.

Na segunda e terceira campanha (janeiro a março e junho a agosto de 2009 a escavação foi ampliada), abarcando aproximadamente 80% da área do sítio não escavado, tendo como objetivo, a evidenciação de um testemunho para a visualização do perfil estratigráfico. Nesta campanha foram evidenciadas grandes quantidades de óxidos de ferro, fragmentos de ossos humanos associados à madeira, artefatos líticos, fogueiras, coprólitos, capim e fibras trançadas. Além do mais, ao longo das escavações foram percebidas 13 estruturas de capim de formas arredondadas e côncavas. Na cova 13 foi encontrado um esqueleto de uma criança com evidências de que houve uma preparação do corpo para que o mesmo fosse enterrado (FIGURA 04).

A última campanha finalizou a escavação em sua totalidade, evidenciando todas as estruturas de capim, gravuras, ossos e fogueiras entre outros. No final, foi percebido que a base rochosa do abrigo continha marmitas por toda a base rochosa do abrigo (FIGURA 05; TABELA 01).

Mapa da Serra das Confusões e Serra da Capivara

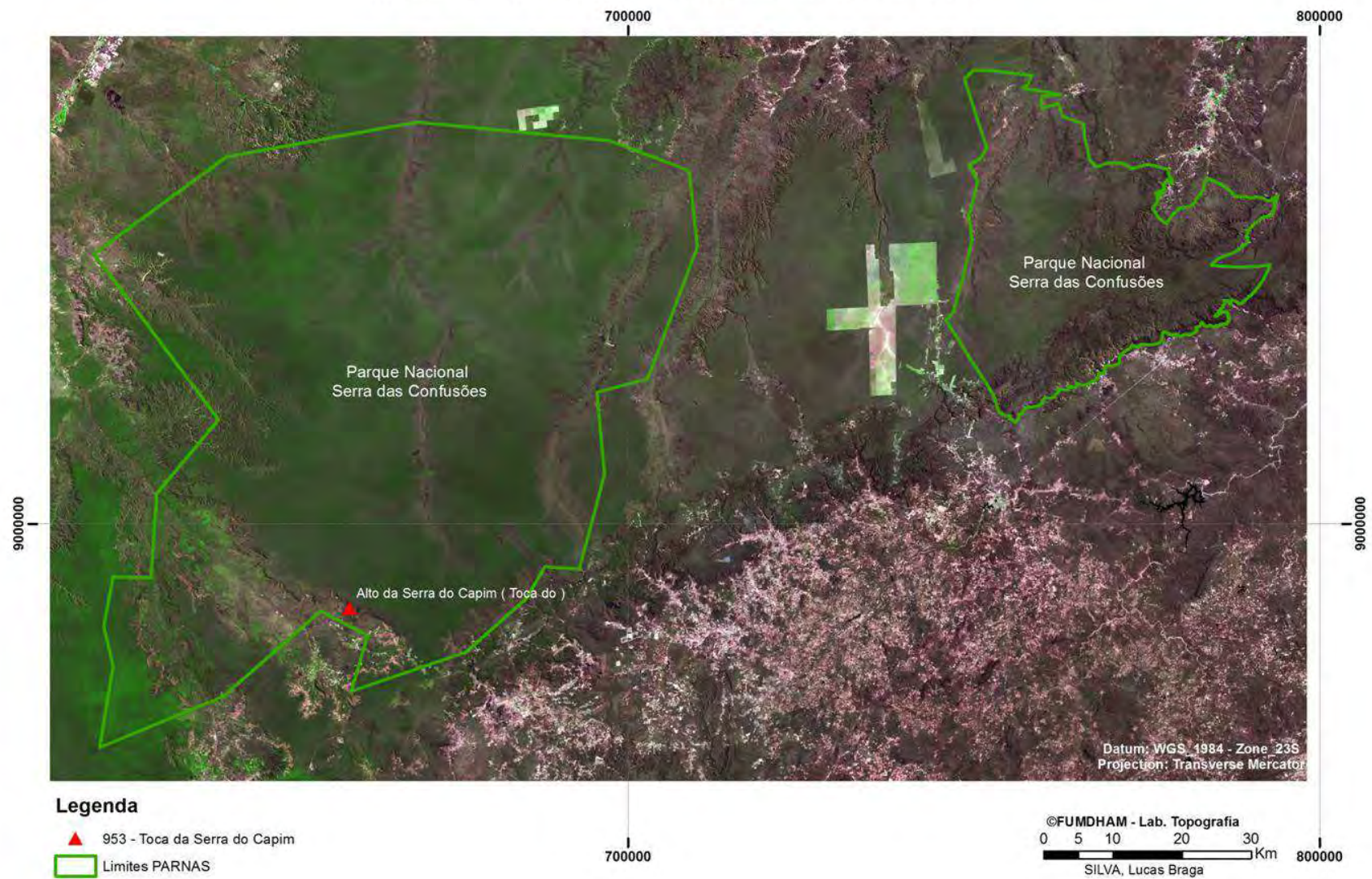
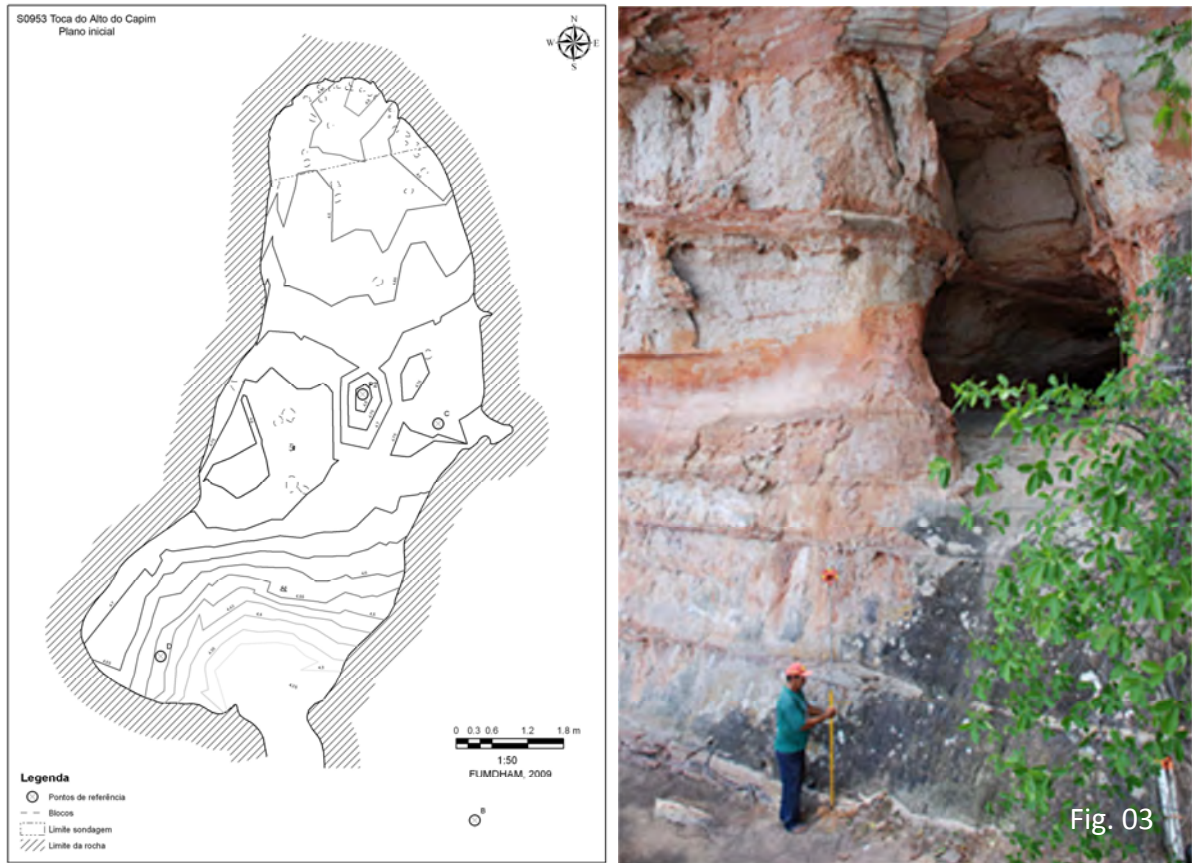


Figura 01:Localização da Toca do Alto do Capim. Fonte: Arquivo FUMDHAM



Figuras 02 e 03: Plano inicial com curvas de nível. Vista da gruta. Fonte: Arquivo FUMDHAM.



Figura 04: Cova 13 e esqueleto. Fonte: Arquivo FUMDHAM.

Materiais	Dec.1	Dec.2	Dec.3	Dec.4	Dec.5	Dec.6	Dec.7	Dec.8	Dec.9	Dec.10	Dec.11	Dec.12	Dec.13	Dec.14	Dec.15	Dec.16	Dec.17	Dec.18	Dec.19	Dec.20	Dec.21	Dec.22	Dec.23	Dec.24	Dec.25	Dec.26
	Lítico	12	21	16	14	14	5	13	15	11	12	21	47	45	6	2	2	5	6	3	7	6	1	0	2	1
Carvão	3	10	11	39	29	40	31	29	42	37	35	40	39	48	32	36	35	31	28	16	14	8	4	4	1	1
Madeira	1	2	1	8	9	10	9	9	15	8	15	19	11	12	11	9	15	6	6	8	2	2	1	1	0	0
Óxido de ferro	4	6	1	19	23	21	21	24	21	17	29	48	35	42	53	42	37	20	29	91	66	31	18	10	4	3
Osso	8	17	26	33	26	59	55	31	24	27	18	17	16	8	6	3	6	4	4	1	3	6	4	1	0	0
Dente	0	0	0	0	0	0	1	2	0	0	3	1	0	1	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Semente	3	14	7	8	9	15	9	6	12	11	19	20	12	12	9	12	10	6	8	4	1	0	1	0	0	0
Capim	0	3	0	2	1	15	7	8	9	32	11	17	12	12	3	3	5	8	20	7	1	0	0	0	0	0
Fibra	0	0	1	3	0	3	2	1	1	2	1	0	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Coprólitos	0	0	0	1	1	1	0	3	5	4	2	1	2	1	1	3	4	2	3	2	1	2	0	0	1	0
Fragmento de crânio	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Folha	0	0	0	0	3	1	1	1	3	0	0	2	0	2	0	1	3	0	0	3	0	0	0	0	0	0
Concha	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Orgânico (?)	0	0	0	0	0	6	3	0	0	0	0	0	0	3	0	1	1	0	1	1	0	0	0	1	0	0
Cabaça	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Siltito	0	0	0	0	0	0	0	0	3	1	0	1	1	5	8	3	2	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Bloco gravado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Unha	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vegetal (?)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bloco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	6	0	1	0	0	0	0	0
Placa com pintura	2	2	2	9	9	10	13	3	4	9	3	2	7	1	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0
Seixo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Salitre	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pena	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sedimento	0	0	1	6	5	28	7	4	9	5	14	4	7	15	10	9	14	13	11	12	8	7	6	4	7	3
N.I	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0

Na página anterior **Tabela 01**: Materiais coletados na escavação da Toca do Alto do Capim, por decapagem. Fonte dos dados: FUMDHAM.

A partir dos dados arqueológicos coletados nas escavações, foram realizados gráficos estatísticos em curvas (FIGURA 06) para se ter compreensão no que diz respeito à deposição desses materiais ao longo da escavação por níveis artificiais.

Essas representações gráficas possibilitam visualizar a deposição dos materiais tanto no sentido da escavação, da primeira para a última decapagem, quanto no sentido da deposição. Apesar do mesmo demonstrar a distribuição quantitativa por decapagem, ou seja, nível artificial ainda assim é possível perceber nuance da distribuição dos materiais que de certa forma indicam concentrações entre decapagens que podem ser indicativos de camadas de ocupação e, sobretudo, áreas de maior concentração de atividades ou ainda áreas perturbadas onde ocorreram atividades associadas à prática funerária dentro da caverna.

No gráfico da figura 06, são perceptíveis três áreas de picos representados pelas decapagens 4 a 10, 11 a 14 e 15 a 26. Essas áreas com maior representatividade de materiais provenientes das escavações dão indicativos da ocupação do espaço no que diz respeito à manutenção de práticas associadas à combustão de ossos humanos com presença de outras evidências como o ocre, o lítico, capim e sementes. A decapagem 20 é representada pelo maior pico de óxido de ferro.

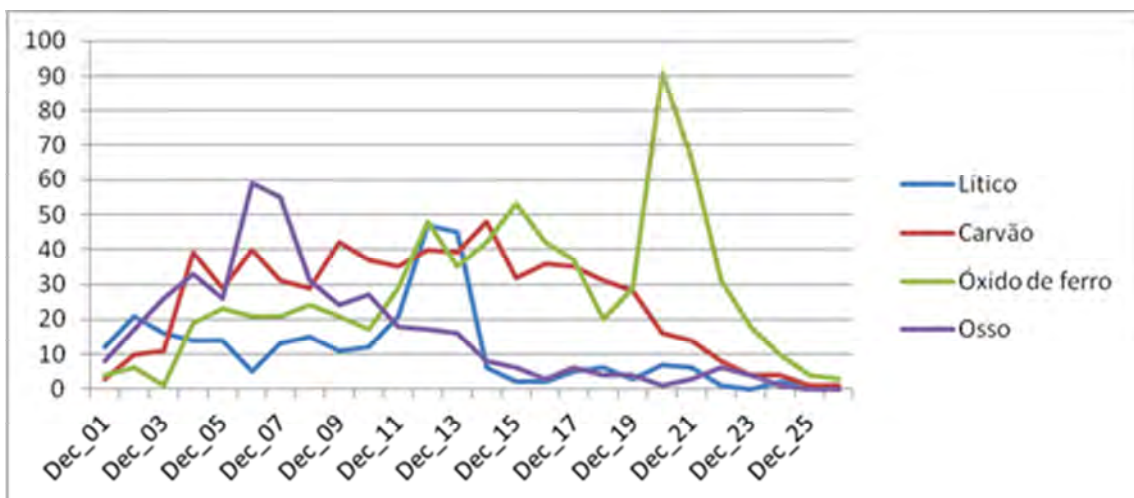


Figura 06: Distribuição das evidências materiais arqueológicas em curvas por decapagem: líticos, amostra de carvões, óxido de ferro e fragmentos de ossos.

No gráfico da figura 07 são representados outros materiais em menor quantidade. Tais resultados devem-se o fato de serem evidências com menor resistência no que diz respeito a sua conservação. Entretanto, associando esses dados ao gráfico da figura 08 percebe-se a diversidade de evidências materiais que corroboram para inferências relacionadas aos materiais utilizadas nos atos praticados no abrigo. Torna-

se necessário uma discussão desses dados.

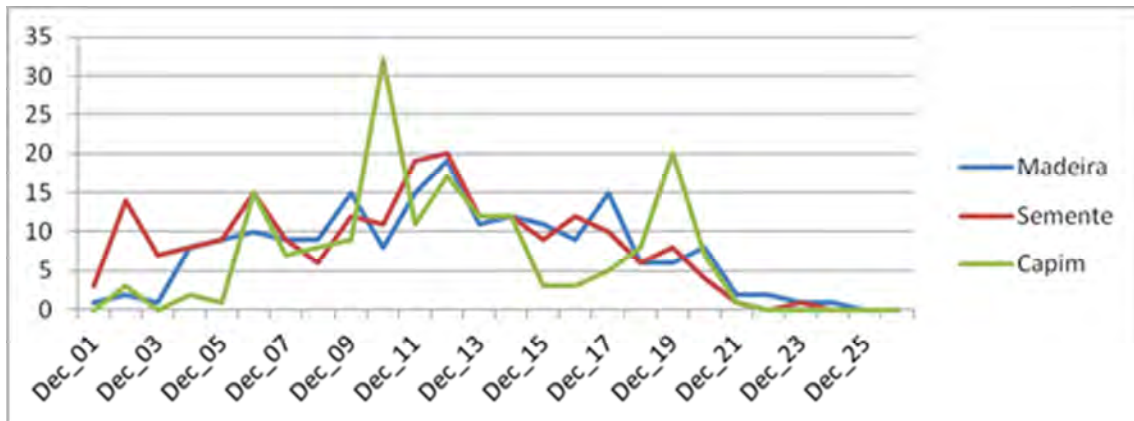


Figura 07: Distribuição dos materiais em curvas: fragmentos de madeira, amostras de sementes e amostras de capim.

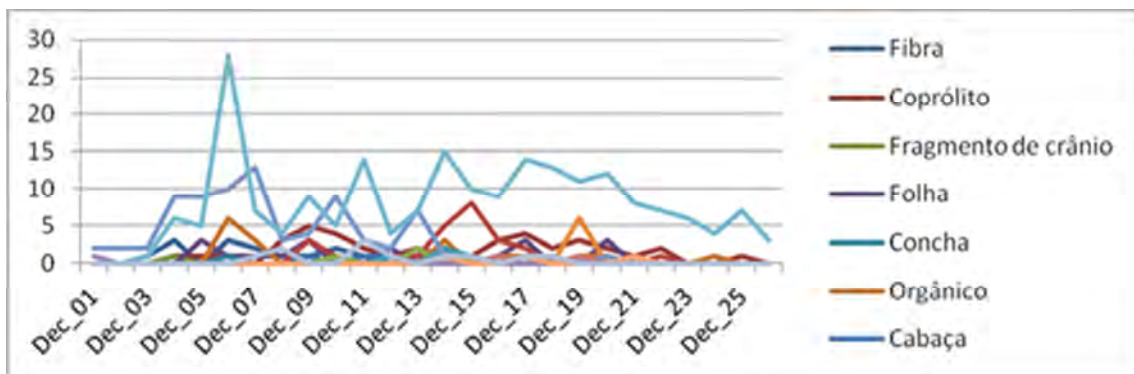


Figura 08: Distribuição das evidências materiais arqueológicas em curvas por decapagem: fibra, coprólitos, fragmento de crânio, folha, concha e orgânico.

A diversidade de evidências arqueológicas e a presença delas no contexto em que se apresentam, associadas à combustão, indicam que as camadas foram alteradas. Associando o enterramento da criança encontrada na cova 13 às demais evidências dadas, percebe-se que o enterramento não foi submetido à combustão. *A priori* acredita-se que esta cova não teria sofrido alterações pós-deposição. Com relação à cronologia, tem-se até o momento, cinco datações (FIGURA 09) realizadas em amostras de carvões coletadas:

- Decapagem 04 (4000 +/- 50 BP, BETA-253379);
- Decapagem 14 (6330 +/- 50 BP, BETA-265696 / 6210 +/- 50 BP, BETA-258021)
- Decapagem 20 (4250 +/- 40 BP, BETA-286741)
- Decapagem 24 (8600 +/- 60 BP, BETA-265695)

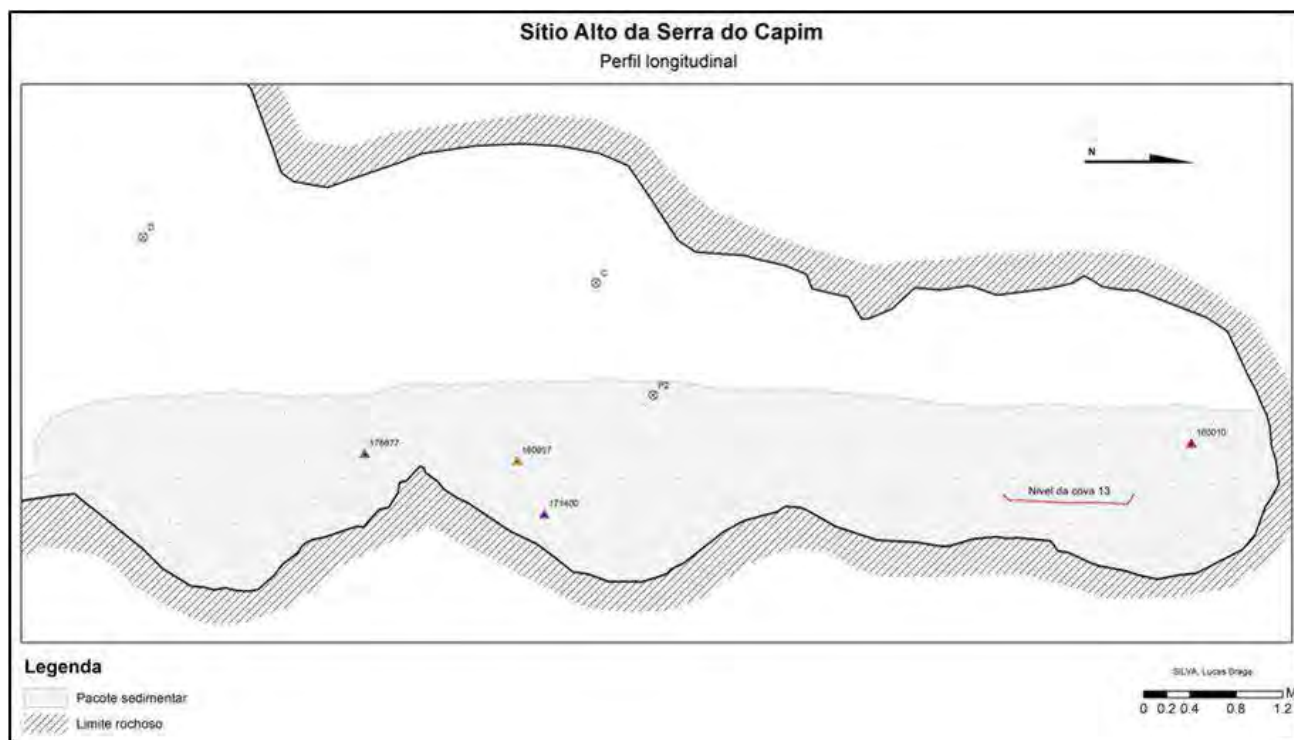


Figura 09: Perfil topográfico com distribuição de amostras de carvões datadas. Fonte: Arquivo FUMDHAM.

Na figura 09, no perfil topográfico, é possível visualizar a localização vertical das amostras de carvões datadas. A amostra de carvão 160010 representa o nível da decapagem 04 onde foi encontrado o primeiro fragmento de crânio na primeira campanha de escavação. As amostras 176877, 160957 representam o nível da decapagem 14 associados a ossos humanos e o machado polido. A amostra 171400 representa o nível da decapagem 24. Essa amostra está associada a materiais líticos, ossos e óxido de ferro.

No gráfico da figura 6 podemos visualizar os quatro tipos de evidências arqueológicas com maior representatividade no que diz respeito à quantidade: artefatos líticos, amostras de carvões, óxido de ferro e fragmentos de ossos. Tais evidências aparecem em todas decapagens, desde o início da deposição sedimentar.

Nas curvas, percebemos que há um aumento gradativo e que cada tipo de evidência apresenta picos em momentos diferentes, no entanto, em um único momento há uma homogeneidade de óxido de ferro, fragmento de ossos e carvões. Esses se apresentam entre os níveis das decapagens 12 e 14. Esse encontro de dados nas curvas nos faz abrir um questionamento relacionado à prática funerária de cremação e ainda relacionando tais dados com a análise preliminar dos ossos realizada em laboratório, percebemos que de 1318 ossos observados na análise, 7% ou 101 fragmentos apresentam marcas de ocre.

Foram encontrados fragmentos de ocre na cova 13 junto ao esqueleto da criança. Seria indicativo de que esse material teria sido utilizado também na prática funerária dos outros indivíduos representados

pelos ossos dispersos e queimados?

São percebidos quatro momentos distintos nas camadas sedimentares, a camada superficial seria uma camada perturbada por animais de pequeno porte e por ocasião de caçadores do período histórico que teriam utilizado a caverna como abrigo.

O segundo momento é representado por capins, artefatos líticos a maior quantidade de óxido de ferro, a menor quantidade de fragmentos de ossos, fragmentos de madeira e o enterramento da criança.

O terceiro momento representado por grandes quantidades de carvões, ocre, ossos queimados, deslocamento da parede rochosa com pinturas, restos de capim, artefatos líticos, vestígio malacológicos e cabaça, entre outros.

O quarto momento é representado pela porção mais profunda das camadas, finalizando entre as decapagens 21 e 22. É neste nível onde foram observados fragmentos de ossos sem marca de combustão. Nele os tipos de evidências que aparecem se diferenciam quantitativamente e tipologicamente em relação aos outros níveis.

Com relação à cronologia o que se têm são cinco datações (TABELA 02), que indicam três momentos distintos cronologicamente. A data mais recente 4000 +/- 50 BP representa o nível da decapagem 04, 4250 +/- 40 BP para o nível da decapagem 20, 6330 +/- 50 BP e 6210 +/- 50 BP para o nível da decapagem 14 e 8600 +/- 60 BP para o nível da decapagem 24.

O que temos até aqui são dois tipos de dados cronológicos que contribuem com as inferências aos momentos distintos de ocupação do sítio. Os dados materiais, segundo sua deposição, apontam para quatro momentos distintos, levando em consideração a camada superficial. E as datações, três momentos cronológicos.

Outro dado que contribui para inferir sobre as camadas perturbadas é a datação da amostra de carvão coletada na cova 13 na decapagem 20. Na figura 09, referente ao perfil topográfico é possível visualizar a localização, em plano longitudinal, a base dessa cova na decapagem 20, assim como as amostras da decapagem 14. No entanto, as datações das amostras do nível superior são mais recuadas que aquelas do nível inferior. As evidências da área central do sítio com datação mais recuada apontam para a prática de cremação e a amostra com datação mais recente da decapagem 20, na área mais ao norte da caverna, aponta para a prática de enterramento, ou seja, o que se têm são dois tipos de práticas funerárias. A prática de cremação com cronologia de 6.330 anos AP e a prática de enterramento por volta dos 4.250 anos AP.

Ainda na decapagem 20, relacionado ao ocre, tem-se a maior quantidade de evidências arqueológicas representadas por esse material. Seria esse o momento do início ou ainda o ápice da prática pictórica na Toca do Alto da Serra do Capim? Esse nível sedimentar está datado em 4490 +/- 40 BP, pela

amostra de carvão da cova 13. Com relação aos estudos de registro rupestre o que se tem atualmente sobre essa prática é que esta teria surgido por volta de 12 mil anos AP na região da Serra da Capivara, estas representações segundo Pessis (2003) seriam da Tradição Nordeste que teria perdurado até 6.000 anos AP.

As formas representativas do registro rupestres da Toca do Alto do Capim são em sua maioria formas geométricas com representação de zoomorfo. Com relação ao grupo estilístico e também a tradição cultural seriam necessários estudos mais aprofundados sobre essa prática tanto nesse sítio quanto na área do Parque Nacional Serra das Confusões a fim de buscar compreender tais representações no atual contexto dos estudos de registro rupestres.

ANÁLISE OSTEOLÓGICA

A osteologia é uma área da antropologia física que tem como objetivo estudar os ossos humanos. Semelhante à arqueologia, a osteologia também é interdisciplinar. É usada em áreas de conhecimento com fins de utilidade pública forense (WITHE; FOLKENS, 2005). Deriva dos termos gregos: *osteon* que significa osso e *logos*, estudo, por tanto, osteologia é o estudo dos ossos.

A aplicação da osteologia no estudo dos ossos humanos em contexto funerário pré-histórico traz para a arqueologia dados que contribuem para a compreensão de ações realizadas em rituais funerários. O destino do corpo de um morto tem sentidos que estão relacionados às cosmovisões da sociedade em que o mesmo esteve inserido. Neste sentido, podem-se relacionar essas questões culturais à maneira como o corpo de um membro de um grupo pré-histórico foi trabalhado no ritual funerário. Não se pretende aqui entrar no mérito de questões relacionadas às escolhas que levaram um grupo a realizar determinados tipos de práticas funerárias. Quer-se identificar os efeitos dessas ações no contexto arqueológico e, neste caso, ao local onde ocorreu o ritual funerário. Essas evidências relacionadas ao contexto funerário e, sobretudo, aos ossos humanos são percebidas pela osteologia. Ela dá suporte para atribuição de inferências relacionadas às práticas funerárias dos tipos, primário e secundário.

Os enterramentos podem ainda, ser primários ou secundários. Os primários correspondem ao primeiro ritual com o corpo, quando este é acondicionado ou depositado em covas. Estipula-se uma posição para o corpo, frequentemente em decúbito dorsal ou decúbito lateral.

Os enterramentos secundários correspondem a um novo tratamento do corpo, desta vez constituído apenas pelos tecidos duros (ossos), quando o corpo é retirado do ambiente onde foi previamente acomodado e transportado para outro espaço. Esse enterramento

pode ser individual, com apenas as ossadas de um indivíduo, ou múltiplo, com as ossadas de vários indivíduos. A conexão anatômica nesse caso inexistente; embora foi observada em alguns grupos uma deposição organizada dos ossos (CISNEIROS, 2003, p. 23).

Para a análise osteológica deste trabalho, foi realizada uma ação preliminar em 1318 fragmentos de ossos. Observou-se o número mínimo de indivíduos, o estado de conservação dos ossos e quais se encontram mais preservados. Outras categorias de entrada utilizadas para a análise foram o reconhecimento segundo a forma dos ossos, como também a sua disposição topográfica no estudo osteológico. Isso se explica devido à grande quantidade de ossos em desarticulação, espalhados por aproximadamente 80% da área do sítio arqueológico. A maioria encontra-se fragmentada e queimada. Portanto, torna-se necessário o reconhecimento mínimo dos ossos humanos e animais para a compreensão do contexto arqueológico.

Salutar que a análise osteológica foi associada à topografia na distribuição espacial dos artefatos e vestígios para compreensão da dinâmica de ocupação do espaço.

A observação dos ossos em laboratório teve como objetivo a identificação de ossos humanos e de outros animais. Ao longo das análises foram observadas outras questões que não tinham sido consideradas. Essas são importantes, considerando o contexto do sítio como também na temática deste trabalho. Além da identificação dos ossos foram realizadas as seguintes observações:

- marcas incisivas;
- marcas avermelhadas (provavelmente ocre);
- marcas de combustão;
- não identificados
- de animais
- humanos

Foram observados ossos de 272 etiquetas e/ou tombos. A maioria apresentava mais de um fragmento de osso, dando um total de 1318 fragmentos observados. Deste total, 30% foram identificados como ossos humanos, 4% de outros animais e 66% de ossos não identificados (FIGURA 10). A maior porcentagem de ossos não identificados é compreendida como o resultado da fragmentação dos mesmos pela prática de cremação.

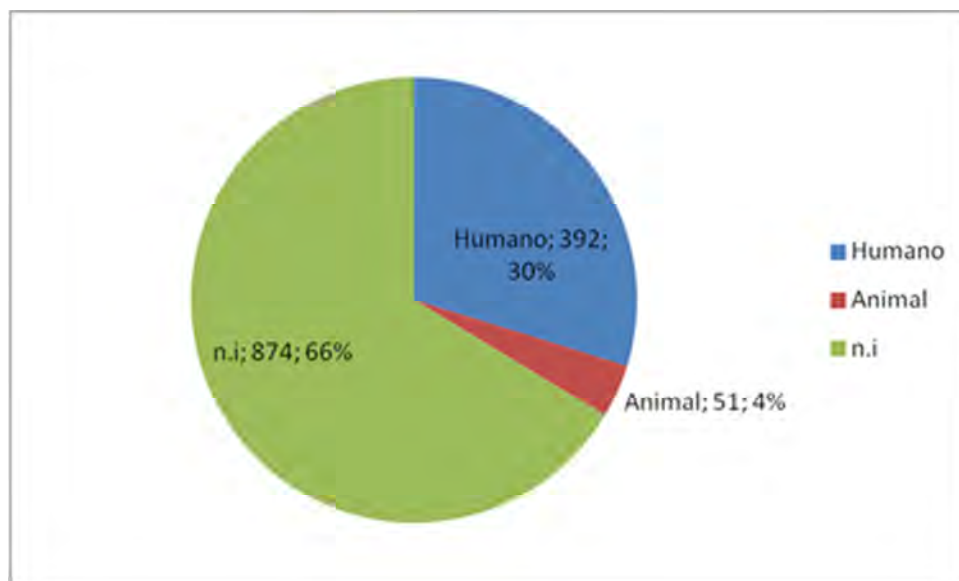


Figura 10: Gráfico de identificação dos ossos.

Com relação aos ossos humanos, foi possível a identificação de algumas partes do esqueleto humano. A identificação foi realizada utilizando como referência ossos da coleção existente no laboratório de orgânico da Fundação Museu do Homem Americano - FUMDHAM e de acordo com BROTHWELL, 1993, CAMPILLO; SUBIRÁ, 2004, e WITHE; FOLKENS 2005. Os ossos identificados foram:

Ossos e fragmentos do esqueleto axial:

- dentes;
- crânio;
- costela;
- coluna vertebral.

Ossos e fragmentos do esqueleto apendicular superior

- escápula;
- clavícula;
- ulna
- rádio
- carpo;
- metacarpo;
- falanges;

Ossos e fragmentos do esqueleto apendicular inferior

- osso do quadril;
- fêmur;
- patela
- tíbia;
- fíbula
- tarso;
- metatarso;
- falanges;

Com relação aos ossos humanos, segundo a topografia do esqueleto, o que se tem em porcentagens são: 60% de fragmentos de ossos do esqueleto axial, 15% de ossos do esqueleto apendicular superior e 25% de ossos do esqueleto apendicular inferior (FIGURA 11).

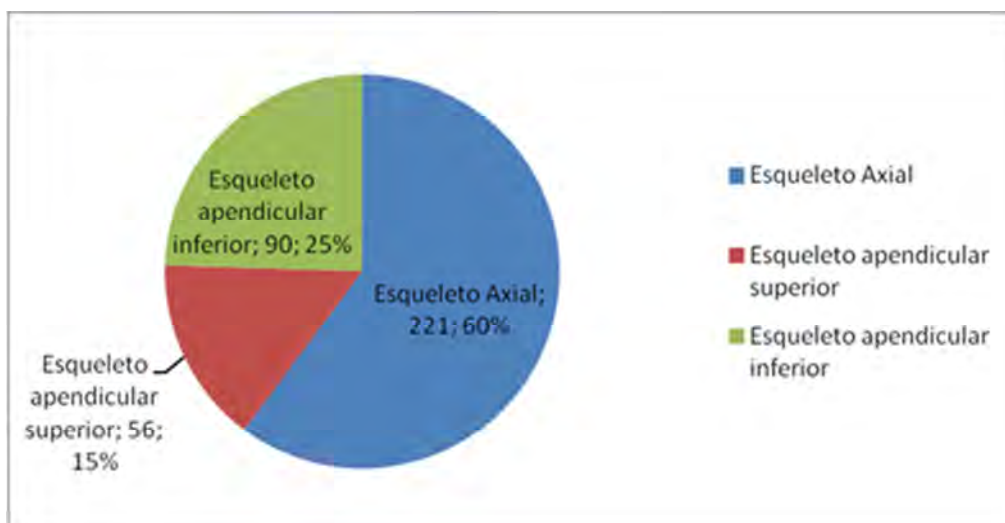


Figura 11: Gráfico dos ossos segundo a disposição topográfica.

Percebe-se que há uma maior representatividade de ossos do esqueleto axial. Isso se explica devido a grande quantidade de fragmentos de ossos do crânio. Com relação aos tipos de ossos identificados no gráfico a seguir, podemos ver que separadamente temos outra configuração no que diz respeito ao esqueleto, nos dando *a priori* dados para inferências relacionadas à prática de cremação.

Quanto ao estado de conservação observa-se que se encontram mais conservados os ossos irregulares pertencentes aos da coluna vertebral e aos membros posteriores do esqueleto axial superior e inferior. Ossos do tarso, metatarso e falanges dos membros superiores e inferiores. Os ossos das mãos e dos pés são os mais preservados (FIGURA 12).

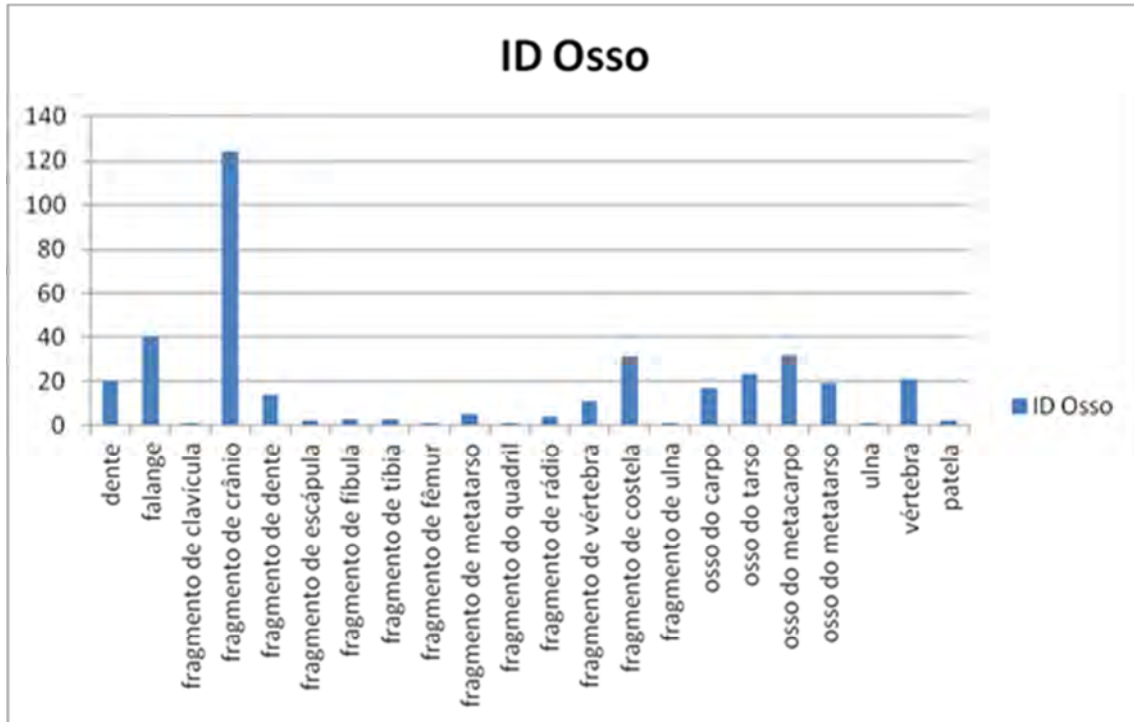


Figura 12: Gráfico dos ossos identificados.

Os dados da análise osteológica preliminar nos trazem alguns elementos que podemos relacionar com prováveis ações que foram realizadas dentro da prática de cremação como a provável utilização do ocre.

Para uma melhor compreensão desses dados torna-se necessário a distribuição espacial dos mesmos em planos topográficos ortogonais e transversais para ter visualizações da distribuição dos mesmos com finalidade de compreender como se deu a dinâmica no espaço (FIGURAS 13 e 14).

Nos dois planos pode-se visualizar na área interna do sítio onde se concentraram as ações relacionadas à prática de cremação. Na área mais profunda da caverna não foram encontrados fragmentos de ossos. Relacionando estes planos à figura 09, percebe-se que esta área é aquela onde foi encontrada a cova 13, ou seja, o enterramento da criança no nível da decapagem 20. Dentro dessa discussão acreditamos que esta área tenha sido realizada posteriormente à prática de cremação.

A distribuição dos fragmentos de crânio demonstra que os mesmos encontravam-se espalhados pela porção sudeste e central da caverna em maior quantidade assim como as vértebras, enquanto que os ossos do carpo, metacarpo, tarso e metatarso estão presentes apenas na porção central da gruta. Além do mais, há os fragmentos não identificados que se apresentam em maior quantidade espalhados pela porção sudoeste e central.

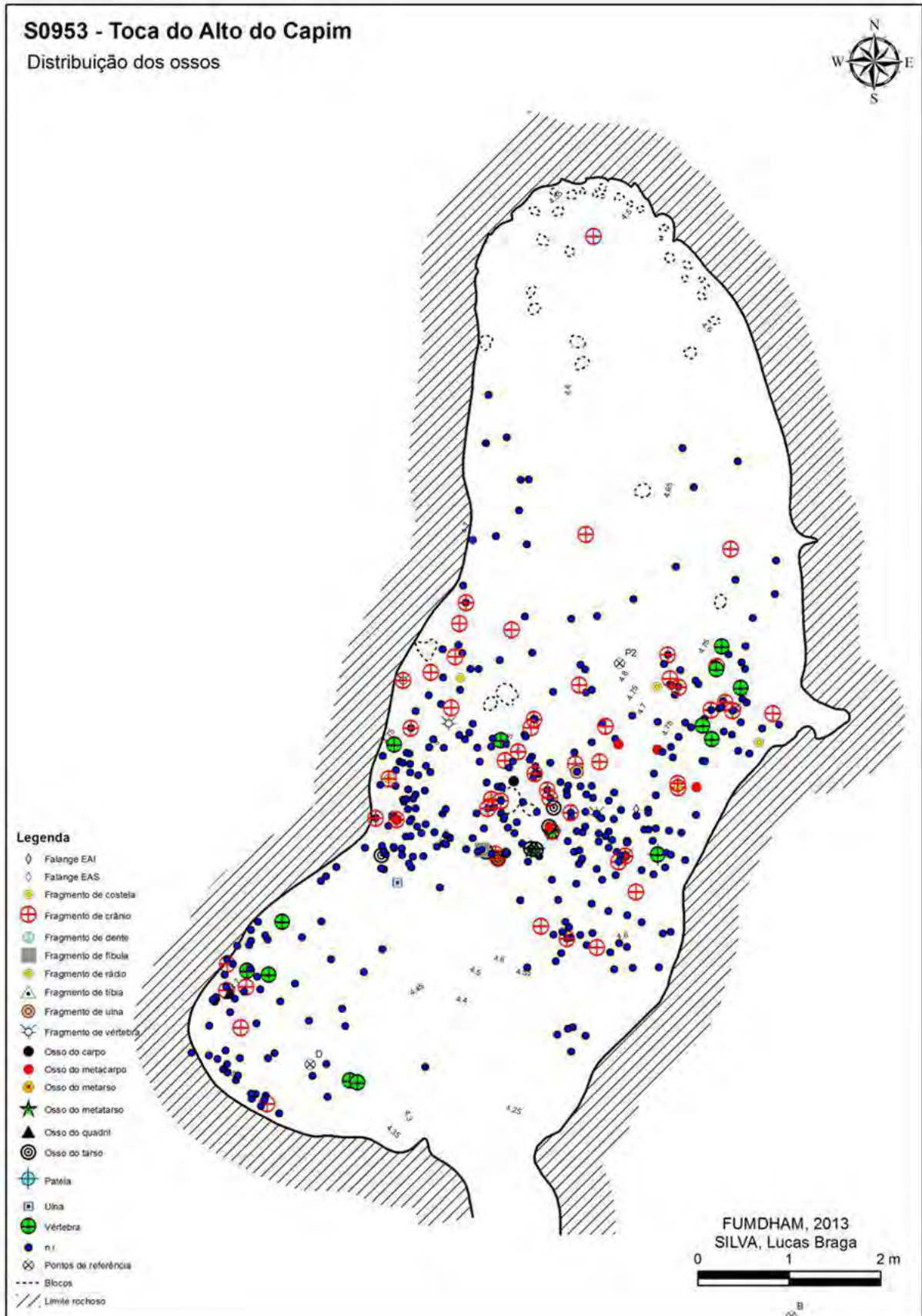


Figura 13: Distribuição do material ósseo analisado em plano topográfico. Fonte: Arquivo FUMDHAM.

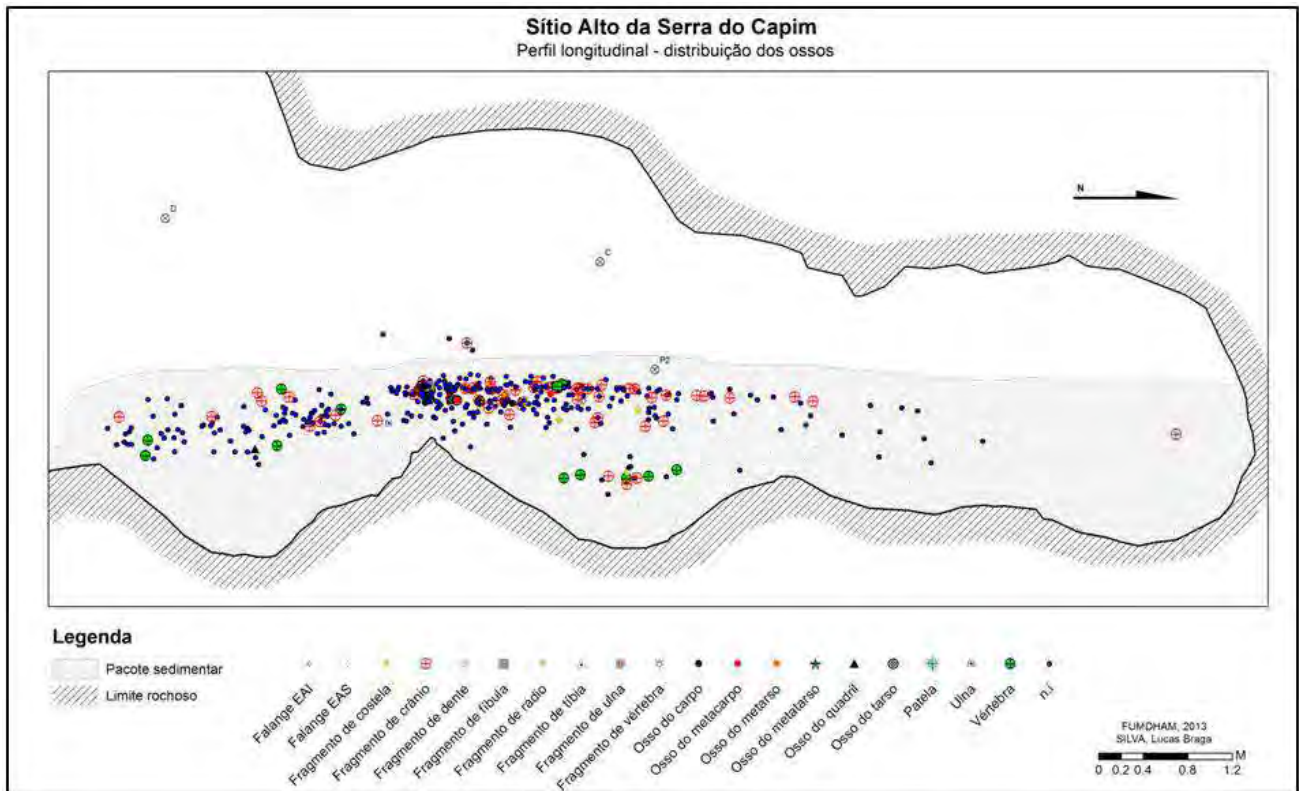


Figura 14: Distribuição do material ósseo analisado em plano longitudinal. Fonte: Arquivo FUMDHAM.

Com relação ao número mínimo de indivíduos, pode-se inferir a partir da quantidade de ossos do corpo humano, dentro daqueles identificados, que temos 32 ossos do metacarpo e mais 05 fragmentos, tendo em vista que o cálculo de ossos dos membros inferiores posteriores no esqueleto humano são 5x2. Por tanto, a partir dos fragmentos são compreendidos em quatro, o número mínimo de indivíduos dos fragmentos analisados e mais um indivíduo representado pelo enterramento da cova 13: sendo cinco, o número mínimo de indivíduos presentes na Toca do Alto do Capim até o momento (CAMPILLO, SUBIRÀ, 2004, p. 72).

RESULTADOS

Os primeiros resultados das análises indicam até o momento duas práticas funerárias: cremação e enterramento. De acordo com os conceitos relacionados aos tipos de enterramentos e a partir da análise realizada por CUNHA (2012), pode-se dizer que o enterramento da criança da estrutura 13 (Figura 14) é um enterramento indireto-primário. Em seu relatório, a autora diz que não foi possível a realização da análise para a diagnose sexual.



Figura 14 - Estrutura 13 do enterramento da criança. Toca do Alto do Capim. Fonte: Arquivo FUMDHAM.

Ao longo de pouco mais de 8.600 anos, datação mais recuada no sítio, temos indicativos de que a prática funerária não teria tido a utilização do fogo na incineração óssea, inferência constatada nos fragmentos ósseos encontrados a partir da decapagem 22 sem marcas de combustão.

Em 6.330 anos, seria provavelmente o período cronológico e de ocupação associados à emergência e/ou período de manutenção da prática de cremação visto que foram encontrados as maiores concentrações de ossos fragmentados com marcas de combustão e os mesmos encontravam-se espalhados pela porção central da caverna. Essa configuração encontra-se ao nível da decapagem 14.

Em 4.250 anos, ao nível da decapagem 20, temos a prática de enterramento primário-indireto da criança encontrada na estrutura 13.

Em uma perspectiva histórica e arqueológica percebe-se que o início da prática funerária na Toca do Alto do Capim é estruturado provavelmente por enterramento direto, seguido da prática de cremação e posteriormente a prática de enterramento indireto-primário.

A incineração ou a cremação são práticas funerárias que consistem na queima total do corpo do morto. Pode culminar com a ingestão das cinzas ou com o acondicionamento destas em recipientes. Tal prática é bastante difícil de ser localizada com o recuo da cronologia, visto que seus vestígios materiais são escassos e de difícil detecção. É possível

distinguir entre um processo de cremação e a ação do fogo; como a presença de fogueiras por cima de um enterramento. A ação do fogo deixa os ossos apenas parcialmente queimados, às vezes modificando sua coloração do branco para o cinza. Já o processo de cremação, quando não decompõe por completo a matéria, a cor dos ossos é transformada de branco para cinza bastante escuro ou preto, além de provocar fissuras profundas nos ossos restantes (CISNEIROS, 2003, p. 24).

Há 4.250 anos, percebem-se mudanças na utilização dos materiais evidenciados, associados a cada período cronológico, identificado pelas datações e pela presença de duas práticas funerárias, no mesmo sítio, com estruturas materiais do enxoval funerário semelhantes.

Há duas estruturas que definem os tipos de práticas funerárias: cremação e enterramento indireto-primário. Mesmo com diferenças que definem os tipos de prática funerária é percebido que os materiais utilizados em ambos são semelhantes. A permanência dessa estrutura que é reconhecida pelos materiais utilizados dentro das práticas funerárias estaria relacionada provavelmente à manutenção das tradições culturais associadas às cosmovisões do grupo social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As observações osteológicas realizadas nos fragmentos tiveram um caráter preliminar. Elas contribuíram, porém, para compreender o contexto dos ossos espalhados. Contudo, torna-se necessário a continuidade deste trabalho, visto que não se pretende aqui concluí-lo. É salutar que o mesmo abra novos questionamentos.

Há três momentos cronológicos distintos na Toca do Alto do Capim. Esses momentos se diferem na maneira como foram realizados. Os atos que instituem cada um estão relacionados à classificação dos mesmos. Os materiais utilizados são semelhantes, como o ocre, o capim, as sementes, os adornos e os artefatos líticos. Mas é percebido que há uma dinâmica que difere tanto nos materiais, quanto no resultado final da prática. O enterramento da criança teria sido diferenciado pela mudança da prática funerária? A criança teria um significado diferenciado para esses povos pré-históricos? Porque não queimaram os ossos?

A partir da aplicação metodológica, consideram-se resultados obtidos como positivos, visto que por meio das análises osteológicas e espaciais conseguimos traçar inferências que respondem parcialmente a questão inicial deste trabalho. Contudo, são traçados também novos questionamentos surgidos a partir dos resultados da aplicação metodológica.

Conseguimos perceber alterações provavelmente antrópicas em alguns dos fragmentos ósseos, desde as marcas de combustão como também marcas incisivas e as marcas de ocre. Com relação às marcas incisivas abre possibilidades interpretativas relacionadas ao canibalismo, devido à configuração em que apresentaram os ossos.

Porém não levamos em consideração esta questão para esta pesquisa, devido ao número de dados levantados não serem suficientes para tais inferências. No entanto, análises bioquímicas podem ser realizadas nos coprólitos encontrados. Se confirmada a mioglobina, haveria, portanto, a prática de canibalismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BROTHWELL, D.R. *Desenterrando huesos: la excavación, tratamiento y estudio e restos Del esqueleto humano*. Madrid. Fondo de Cultura Económica, 1993.
- CAMPILLO, D.; SUBIRÀ, M. E. *Antropología física para arqueólogos*. Barcelona. Ariel, 2004.
- CASTRO, V. *Marcadores de identidades coletivas no contexto funerário pré-histórico no Nordeste do Brasil*. Tese (Doutorado em Arqueologia)-Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.
- CHAUÍ, M. *Convite à Filosofia*. Ed. Ática. São Paulo, 2000.
- CUNHA, E. *Relatório antropológico de 15 esqueletos Região do Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí, Brasil*. CENCIFOR. Coimbra, 2014.
- CISNEIROS, D. *Práticas funerárias na pré-história do Nordeste do Brasil*. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.
- FONTES, M.A.F. *Enterramentos e lugares de memória pré-históricos da área arqueológica Serra da Capivara, Piauí*. Tese (Doutorado em Arqueologia)-Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.
- GASPAR, M. *Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro*. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- GUIDON, N. *et al*. Toca das Moendas, PIAUÍ – BRASIL, primeiros resultados de escavações arqueológicas. *Fundamentos: publicação da Fundação Museu do Homem Americano*, v. 1, n. 9, 2010.
- GUIDON, N.; LUZ, M.F. Sepultamentos na Toca do Enoque – Serra das Confusões. *Fundamentos: Publicação da Fundação Museu do Homem Americano*, v. 1, n. 9, 2009.
- LIMA, T.A. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas*, v. 6, n. 1, p. 11-23, jan.-abr. 2011.
- LEITE, L.S.S. *O perfil funerário do sítio pré-histórico Toca da Baixa dos Caboclos*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)-Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.
- PESSIS, A. *Imagens da Pré-História*. Parque Nacional Serra da Capivara. Images de la Préhistoire; Images from Pre-History. FUMDHAM/PETROBRAS, 2003.
- POPPER, K.R. *A Lógica da Pesquisa Científica*. Tradução – Leonidas Herenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo, Cultrix Ed., 1972.
- SANTAELLA, L. *O que é semiótica*. Coleção primeiros passos. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1983.
- TRIGGER, B.G. *História do Pensamento Arqueológico*/ Bruce G Trigger: tradução Ordep Trindade Serra. São Paulo: Odysseus, 2004.
- WHITE, T.D; FOLKENS, P.A. *Human Bone Manual*. United State of America. Elsevier Academic Press, 2005.

Recebido em:04/07/2014
Aprovado em:09/09/2014
Publicado em:03/10/2014

**UMBUZEIRO DOS DEFUNTOS:
UM MARCO NA HISTÓRIA DE SÃO LOURENÇO DO PIAUÍ**
UMBUZEIRO DOS DEFUNTOS: A MILESTONE IN HISTORY OF SÃO LOURENÇO DO PIAUÍ

Celito Kesting
Gizelle Santos de Sousa

Vol. XI | n°22 | 2014 | ISSN 2316 8412



UMBUZEIRO DOS DEFUNTOS: UM MARCO NA HISTÓRIA DE SÃO LOURENÇO DO PIAUÍ

Celito Kesting¹
Gizelle Santos de Sousa²

Resumo: O presente relatório refere-se a uma pesquisa que se faz junto ao umbuzeiro dos defuntos, marco histórico do município de São Lourenço do Piauí. Sabe-se pela história oral que, próximo a um frondoso umbuzeiro, foram enterrados muitos índios que não aceitaram ser escravos nas fazendas da região Sudeste do Piauí. Formula-se a hipótese de que ali foram sepultados quase quinhentos índios assassinados pelos portugueses na segunda metade do século XVII, conforme relato do padre Martinho de Nantes. Entrevistaram-se pessoas idosas da cidade de São Lourenço para resgatar fragmentos da tradição oral a respeito do umbuzeiro dos defuntos e da origem da atual cidade de São Lourenço. Não se encontraram informações da hecatombe narrada pelo missionário franciscano, porém, indicativos de que ali jazem os corpos de muitos índios mortos em situação de extremo desespero. Diz-se que o alto stress vivido no instante de seu assassinato se conserva e se manifesta em assombrações que se traduzem, regionalmente, como aleivosias. Espera-se que, com a abertura de sondagens e escavações, encontrem-se restos orgânicos e da cultura material que corroborem a hipótese que se formula no estágio atual da pesquisa.

Palavras chaves: Umbuzeiro dos defuntos, Tradição oral, Cultura material, São Lourenço do Piauí.

Abstract: This article refers to research that is done by the umbuzeiro dos defuntos, landmark of the municipality of São Lourenço do Piauí. It is known by the oral history that, next to a leafy umbuzeiro were buried many Indians who refused to be slaves on the farms of southeastern Piauí State. On formulates the hypothesis that there were buried nearly five hundred Indians killed by the Portuguese in the latter half of the seventeenth century, as reported by Priest Martin de Nantes. Interviews were conducted with elderly people in the city of São Lourenço to rescue fragments of oral tradition about umbuzeiro dos defuntos and the origin of the present city of São Lourenço. Information did not match the catastrophe narrated by Franciscan missionary however indicate that there lie the bodies of many dead Indians in a state of utter despair. It is said that the high stress experienced at the time of his murder is preserved and manifested in hauntings that translate regionally as aleivosias. It is hoped that with the opening of polls and excavations, meet organic remains and material culture to corroborate the hypothesis that on formulates in the current stage of research.

Keywords: *Umbuzeiro dos defuntos, Oral tradition, Material culture, São Lourenço do Piauí.*

¹ Licenciado em Filosofia, Psicologia e Sociologia pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL - 1974), Brasil; bacharel em Agronomia pela Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco (FAMESF - 1980), Brasil; mestre em Pré-história (2001) e doutor em Arqueologia (2007) pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil; Professor adjunto 3 e Tutor do grupo PET – Arqueologia; E-mail: celito.kestering@gmail.com

² Estudante do Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Brasil. Rua João Ferreira dos Santos, S/N; Bairro Campestre; São Raimundo Nonato – PI; CEP: 64.770-000. E-mail: gizellesantoss@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Em São Lourenço do Piauí mantem-se a tradição oral de que o seu território era, originalmente, habitado por índios tapuias. Conta-se que eles viviam da caça, da pesca, coleta de frutas e raízes da caatinga e de pequenas roças cercadas com estacas e ramas entrançadas que chamavam de caiçaras, nas terras margeantes do Rio São Lourenço. Fala-se que uma tribo tapuia de nome ignorado pela população atual ocupava a região da nascente desse rio, desde as lagoas do Exu, do Arroz e da Onça, na divisa dos atuais municípios de Campo Alegre de Lourdes – BA e Fartura do Piauí. Diz-se que há muitas evidências da ocupação desses nativos em toda a extensão do rio São Lourenço quais sejam, fragmentos de cerâmica e artefatos da indústria lítica em sílex. Dos vestígios da presença da tribo de nativos nessa região tem maior destaque a história oral referente ao umbuzeiro dos defuntos onde teriam sido enterrados muitos índios mortos pelos portugueses quando se implantaram a primeiras fazendas de gado na região sudeste do Piauí.

É por isso que se definiu o tema desta pesquisa como **Umbuzeiro dos Defuntos: um marco na história de São Lourenço do Piauí**. Acresce-se a curiosidade pessoal brotada das muitas histórias contadas pelas pessoas mais velhas a respeito desse umbuzeiro e da origem da cidade. Com esse trabalho pretende-se registrar e divulgar essas informações sobre a origem da cidade de São Lourenço e a memória do seu povo. Se isso não for feito, as novas gerações não terão acesso a um fragmento do mapa cognitivo que norteava as ações dos seus ancestrais.

SÃO LOURENÇO DO PIAUÍ

A cidade de São Lourenço do Piauí situa-se a aproximadamente 550 km da capital Teresina. Localiza-se na região sudeste do estado, onde o clima é semiárido e a vegetação pertence ao bioma da caatinga. Limita-se ao norte com o município de São Raimundo Nonato - PI, ao sul com o município de Dirceu Arcoverde - PI, a leste com o município de Coronel José Dias - PI e a Oeste com o município de São Raimundo Nonato – PI e Fartura do Piauí. Possui uma área de 672.709 km² onde habitam 4.427 pessoas. A sede do município de São Lourenço localiza-se nas coordenadas UTM23L 769829, UTMN 8985557, a 336 metros de altitude (FIGURAS 01 e 02).

Segundo a tradição oral, o processo de ocupação recente da área da atual cidade de São Lourenço aconteceu por volta do ano 1915. A população da antiga fazenda São Lourenço aumentou muito durante os dois grandes conflitos que ocorreram nas suas imediações, quais sejam, a Guerra da Telha no atual município de Dirceu Arcoverde – PI, de 1927 a 1930 (SANTANA, NASCIMENTO, 2013) e a Guerra do Pau de Colher no atual município de Casa Nova – BA, em 1937 e 1938³. Diz-se que muitos fugitivos do cenário das guerras, instalaram-se às margens do riacho São Lourenço. Fala-se que entre eles havia uma mulher

³ Pesquisa em fase de execução por membros do Grupo PET – Arqueologia / UNIVASF

influyente, natural de São João do Piauí, que se chamava Maria Lourença, mão direita de José Lourenço, um dos líderes no conflito do Pau de Colher que ficou conhecido regionalmente como a Guerra dos Caceteiros.



Figura 01: Localização de São Lourenço no estado do Piauí. Fonte: Wikipédia, 2013, adaptado pelos autores.



Figura 02: Cidade de São Lourenço do Piauí. Fonte: Google Earth, 2013.

São Lourenço passou à categoria de povoado do município de São Raimundo Nonato quando tinha apenas cinco casas. Nelas residiam as famílias de José Joaquim de Santana, Malaquias Ribeiro, José Caetano, José Cornélio e Raimundo Tibério. Todas elas foram edificadas nas proximidades do riacho onde se tinha

acesso fácil à água e onde se cultivavam milho, feijão, melancia e abóbora. O costume de se localizarem as fazendas junto aos riachos, onde era farto o pasto mimoso, remonta ao século XVII, quando se implantaram as primeiras sesmarias na região Sudeste do Piauí. Segundo Knox (1986), *“no começo do processo de doação destas terras, observava-se a extensão de 10 léguas em quadro cujo limite ou ‘frente’ era sempre a margem de um rio”*.

Os locais com fartura de água e pasto mimoso situavam-se em terrenos planos, próximo a baixadas e brejos onde havia árvores frondosas como juazeiros e oitis em cujas sombras a temperatura era mais branda. Às vezes localizavam-se em terrenos salobros, próximo a lagoas ou mesmo nas margens dos rios intermitentes. Em função da aglomeração de gado que se arrebanhava, estabelecia-se nela um curral, um roçado para subsistência e um casebre que, não poucas vezes, se transformava em sede de fazenda (MOTT, 1985).

Muita gente afirma que, desde o início da povoação de São Lourenço do Piauí, homenageava-se o padroeiro São Lourenço. Há quem diga, porém, que Maria Lourença foi a entronizadora da devoção a São Lourenço no antigo povoado. Conta-se que, ao fugir da Guerra do Pau de Colher, ela trouxe consigo uma imagem desse santo. Para atender um pedido seu, o padre Francisco Freire, ao chegar à pequena vila, achou por bem denominá-la com o nome do santo da devoção de Maria Lourença. Em homenagem ao santo da devoção de Maria Lourença, Malaquias Ribeiro, um dos primeiros moradores da vila, construiu uma capela. Até então se celebravam as missas na residência de José Joaquim Vilanova. O pequeno templo edificado por Malaquias Ribeiro passou, então, a sediar as missas celebradas nas desobrigas dos padres da paróquia de São Raimundo Nonato – PI. A velha capela passou por várias reformas e ampliações até se transformar na atual igreja matriz da cidade de São Lourenço.

O objetivo principal da presente pesquisa é registrar uma versão da história que poucas pessoas conhecem a respeito dos primeiros habitantes da cidade de São Lourenço do Piauí. Pretende-se evitar que se perca, na esteira do tempo, a história e a memória transmitidas de geração em geração até os mais velhos. Quer-se garantir o acesso das gerações mais novas à saga dos pioneiros da região Sudeste do Piauí, os índios tapuias.

Para levantar dados concernentes ao tema da pesquisa, faz-se uso da história oral. Com esse método pode-se documentar experiências vivenciadas por muitas pessoas do meio popular que a historiografia oficial não contempla. Serve-se dela para registrar e compartilhar biografias, testemunhos, vivências, lembranças, impressões, interpretações e/ou versões de fatos. Dessa forma, se produz conhecimento rico, dinâmico e colorido de situações que, de outra forma, nem sequer se fariam conhecidas. Preserva-se, assim, a memória e a história de heróis que a historiografia oficial, de caráter elitista e excludente, não contempla.

O método da história oral começou a ser utilizado no Brasil, a partir da década de 1970. Uma das primeiras experiências aconteceu no Museu da Imagem e do Som de São Paulo. Mais tarde surgiu o interesse por ela no Museu do Arquivo Histórico da Universidade Estadual de Londrina – PR. No ano de 1975, a Universidade Federal de Santa Catarina implantou um laboratório específico de História Oral. Foi, porém, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), implantado no Rio de Janeiro, também em 1975, que se obteve o maior êxito com esse método.

O conceito de história oral relaciona-se com o de memória. É pelas lembranças e pela comunicação que as pessoas a preservam. Com ela, produz-se a história contada porque toda pessoa lembra-se de fatos derivados da sua experiência. Com base nesses pressupostos, coletam-se e analisam-se depoimentos das pessoas mais velhas da cidade para extrair o máximo de informações conservadas em suas lembranças.

Na primeira etapa da pesquisa, procuraram-se pessoas que soubessem de informações sobre o umbuzeiro dos defuntos. Em seguida, formulou-se um questionário direcionado à obtenção do máximo de informações, mesmo que fragmentadas, sobre o referido umbuzeiro e a história de São Lourenço. Fez-se, então, a pesquisa de campo. Coletaram-se depoimentos das pessoas mais idosas da cidade e realizou-se uma prospecção nas adjacências do umbuzeiro. Nessa prospecção procuraram-se, preferencialmente, vestígios de ocupação colonial e pré-colonial.

RESULTADOS

O umbuzeiro dos defuntos, objeto da presente pesquisa, fica a aproximadamente dois quilômetros a leste do centro da cidade de São Lourenço. Segundo se sabe, esse nome foi dado pelos primeiros habitantes dessa cidade. As pessoas mais velhas dizem que, junto a esse umbuzeiro, os índios que habitavam área da fazenda que deu origem à cidade sepultaram muitos de seus mortos, colocando matacões sobre as covas para marcar, assim, o local do enterramento.

Depoimento de Maria Belém Vilanova Santos

Sobre o imbuzeiro dos defuntos, meus avós e bisavós falavam que era lugar de índio. Devido às fileiras de pedras, eles diziam que era lá onde eles (os índios) enterravam os mortos, por isso o nome. Lá tinha umas aparências e assombrações como luzes, pessoas conversando, barulho de cavaleiros com seus cavalos. As pessoas até se recusavam a passar lá durante a noite. Eu, inclusive, passei por lá nestes dias e vi que as pedras ainda estavam lá, meio enterradas. No riacho da pedrona também tinha marcas que meus avós falavam ser de índios devido às cercas de pedra. Pode ser que eles usavam pra marcar terras. Com o tempo não tem mais não, mas tinha. No tempo das enchentes a água carregou.

Depoimento de Florinda Ferreira dos Santos

Lá tem um morro de pedra. O povo diz que lá era lugar de índio, onde eles enterravam os seus mortos. Lá tinha e tem ainda assombração. A finada tia Josefa um dia passou por lá com uma cesta de mandioca. Aí, num sopapo, derrubaram a cesta. Engraçado era ela falando que as mandiocas dela eles não iam levar não. Ela fez um tição de fogo para alumiar e pegou todas as mandiocas. Lá é mesmo lugar de índio. Meus avós e bisavós sempre falavam. Não é só nesse lugar que tem restos de índios. No salãozinho, debaixo do juazeiro, também acharam ossos que pareciam ser de gente. Falavam que eram de índios.

Depoimento de Andreilino Farias Damasceno

Antigamente tinha uns lajedos de pedra que o povo falava que eram de índios. Eles moravam lá. O nome (Umbuzeiro dos Defuntos) eu acho que é porque o povo falava que tem aleivosia lá onde eles enterravam os seus mortos. Chamam também de imbuzeiro das almas. É lá por aquelas bandas de lá que era o centro de São Lourenço. Meu pai dizia que aqui tinha uma geração de índios que foram corridos daqui e ficaram poucos.

Prospecção

Para levantar dados mencionados nas entrevistas, bem como verificar se há, no local, artefatos e outros vestígios arqueológicos coloniais e pré-coloniais fez-se uma prospecção não interventiva nas proximidades do aludido umbuzeiro dos defuntos. Constatou-se que, a dois quilômetros à jusante do centro da cidade de São Lourenço do Piauí existem, de fato, muitas evidências que corroboram os depoimentos.

Há, ali, muitos ossos humanos, fragmentos de cerâmica e artefatos da indústria lítica, junto a um centenário juazeiro (*Ziziphus juazeiro*) na margem esquerda do rio São Lourenço. Há, também, fragmentos de ossos humanos, cerâmica, louça e talheres, espalhados na superfície do terreno nas proximidades de um lajedo de granito que aflora nas duas margens do mesmo rio. Um pouco afastado dali, nas adjacências de dois frondosos umbuzeiros do terraço fluvial antigo, na margem direita do rio há concentração de matacões, ossos humanos e carapaças de tatu.

A concentração de ossos humanos junto ao juazeiro e a abundância de fragmentos de potes de cerâmica pré-colonial indicam terem sido sepultados ali, em urnas funerárias, muitos corpos de índios (FIGURAS 03 E 04). Há, também em profusão, artefatos da indústria lítica em sílex no entorno próximo dos ossos humanos, bem como nas duas margens e no leito do rio São Lourenço (FIGURA 05).



Figura 03: Ossos humanos na superfície do terreno, junto a um juazeiro, na margem direita do rio
Foto: Celito Kesting, 2013.



Figura 04: Fragmento de cerâmica pré-colonial Foto: Celito Kesting, 2013.



Figura 05: Artefato da indústria lítica em sílex. Foto: Celito Kesting, 2013.

Na superfície do afloramento de granito, há vários pilões em rocha (FIGURAS 06 a 08). Eles são indicativos de que, em períodos coloniais e pré-coloniais, praticava-se agricultura de subsistência nos férteis solos aluviais das margens do rio São Lourenço. É muito provável que nesses pilões trituravam-se alimentos, quais sejam milho e mandioca cultivados pelos índios em pequenas roças que chamavam de caiçaras.

Nas proximidades do afloramento rochoso, há ainda, restos da cultura material colonial. Identificaram-se cabos de talher (FIGURA 09), fragmentos de louça (FIGURA 10) e restos de uma barragem edificada com matacões de granito rejuntados com argila (FIGURAS 11 e 12). A população local atribui a sua construção aos índios tapuias. Com base na técnica construtiva, estima-se, contudo, que ela tenha sido construída pelos colonizadores portugueses quando, na segunda metade do século XVII se implantou a Fazenda São Lourenço. Não se descarta a probabilidade de, na sua edificação, ter-se utilizado a mão de obra de índios escravizados.

Junto aos dois umbuzeiros a que se referiram os entrevistados e onde disseram que se veem e ouvem aleivosas há concentrações de matacões (FIGURAS 13 e 14). Esses aglomerados contrastam com a dominância de seixos e calhaus que jazem na superfície do terreno do entorno (FIGURA 15). Próximo a eles há ossos humanos e de outras espécies animais, carapaças de tatu e restos de uma casa de taipa cuja cobertura era de telha (FIGURA 16).



Figura 06: Afloramento rochoso. Foto: Celito Kesting, 2013.



Figura 07: Pilão em rocha. Foto: Celito Kesting, 2013.



Figura 08: Pilão em rocha. Foto: Celito Kesting, 2013.



Figura 09: Cabo de colher que se presume ser do período colonial. Foto: Celito Kesting, 2013.

UMBUZEIRO DOS DEFUNTOS:
UM MARCO NA HISTÓRIA DE SÃO LOURENÇO DO PIAUÍ



Figura 10: Fragmentos de louça. Foto: Celito Kesting, 2013.



Figura 11: Restos de uma barragem no leito do rio São Lourenço. Foto: Celito Kesting, 2013.



Figura 12: Matações da antiga barragem rejuntados com argamassa de argila. Foto: Celito Kesting, 2013.



Figura 13: Umbuzeiro dos Defuntos. Foto: Celito Kesting, 2013.



Figura 14: Concentração de matações junto ao umbuzeiro dos defuntos. Foto: Celito Kesting, 2013.



Figura 15: Calhaus e seixos dominantes na superfície do terreno. Foto: Celito Kesting, 2013.



Figura 16: Ossos humanos e de outras espécies animais junto ao umbuzeiro dos defuntos. Foto: Celito Kesting, 2013.

Discussões

Os depoimentos e os dados obtidos na prospecção induzem a pensar que o umbuzeiro dos defuntos seja o lugar onde foram assassinados e sepultados quase quinhentos índios mortos na segunda metade do século XVII, conforme relata Martinho de Nantes (1708, p. 53):

Dessa praia, atravessaram diante de nós o resto do rio e, temendo que nós os seguíssemos, se continuassem pela margem do rio, enveredaram pelos matos, para alcançarem um certo pequeno lago, a seis ou sete jornadas desse lugar.

Depois dessa expedição, havia que prover às necessidades urgentes de nossa gente, que nas últimas trinta e seis horas só havia feito uma refeição insuficiente e estava muito cansada. Procurou-se algum gado, que se matou durante a noite. No dia seguinte, atravessou-se o riacho Dosré e acharam-se, no campo do inimigo, muitos bois mortos e retalhados e muitas cabras, algumas já meio assadas. Mas, como tudo isso já tinha um dia de permeio e ficara exposto ao sol, tudo apodrecera e deixara emanações, que dificultavam a nossa presença. Fomos, então, a três léguas daí, a uma fazenda que os inimigos haviam incendiado depois de haver matado o dono e um negro, de que vimos os cadáveres. Encontramos muitos bois, que matamos e fizemos secar, para poder seguir o inimigo.

Depois de cinco dias de descanso, atravessou-se o rio, os portugueses em pequenas canoas que encontraram e os índios e cavalos a nado. Acompanhamos as pegadas do inimigo, que foi encontrado nesse pequeno lago, ou brejo, no interior da terra. Estava quase sem armas e morto de fome. Renderam-se todos, sob condição de que lhes poupassem a vida. Mas os portugueses, obrigando-os a entregar as armas, os amarraram e dois dias depois mataram, a sangue frio, todos os homens de arma, em número de quase quinhentos, e fizeram

escravos seus filhos e mulheres. Por minha felicidade, não assisti a essa carnificina; não a teria suportado, por injusta e cruel, depois de se haver dada a palavra de que lhes seria poupada a vida.

Com base em experiências pessoais de prospecção arqueológica, sabe-se que, na região semiárida, uma jornada equivale à distância média de 30 km. Com fundamento nesse conhecimento empírico, propõe-se, em nível hipotético que, depois de atravessarem o rio São Francisco, três léguas à montante do rio Salitre, provavelmente junto à ilha de Santana do Sobrado, próximo à Fazenda Tatauí, os portugueses caminharam de 180 a 210 km, até alcançarem e assassinares os índios fugitivos. Estima-se que tenham atravessado o rio naquele ponto porque, segundo relatos da população ribeirinha, ali a travessia do rio era relativamente fácil porque havia outras ilhas e muitos ilhotes nos quais se podiam descansar várias vezes até alcançar a sua margem esquerda.

Com apoio nessa hipótese (premissa 1), aferiu-se a distância entre a atual cidade de Sobradinho - BA, localizada na antiga fazenda Tatauí e a cidade de São Lourenço do Piauí em cartas e imagens aerofotogramétricas de hoje. Constatou-se que a distância entre as duas cidades é de 196 km, em linha reta (premissa 2). Deduziu-se, então, em caráter também hipotético, que os portugueses teriam matado os quase quinhentos índios, nas proximidades do umbuzeiro dos defuntos junto a lagoas ou brejos que, nos períodos chuvosos, se formam no leito e nas margens do rio São Lourenço (FIGURAS 17 a 19).

É provável que os perseguidores e os índios fugitivos tenham seguido um caminho utilizado pelos pimenteiras para se deslocarem do Sudeste do Piauí à desembocadura do rio Salitre, no atual município de Juazeiro – BA (DANTAS, SAMPAIO E CARVALHO, 1992, *apud* KESTERING, 2013). Da mesma forma, dado a acessibilidade, é bastante provável que, na segunda metade do século XVII, os portugueses tenham utilizado o mesmo caminho quando implantaram as primeiras fazendas de gado nessa região (FIGURA 20).

Com base na cartografia atual, em imagens de satélite e nas estradas pelas quais se faz o menor percurso do atual povoado de Santana do Sobrado, próximo à antiga ilha homônima, hoje submersa, obtém-se o traçado hipotético do caminho utilizado, originalmente pelos índios pimenteiras e pelos colonizadores portugueses no século XVII. Reforça-se essa hipótese com relatos da história oral sobre o caminho dos tropeiros que, no início do Século XX, ainda faziam o mesmo percurso para venderem produtos agrícolas e agropecuários em Juazeiro – BA onde compravam gêneros alimentícios e outros produtos para comercializarem nas feiras de São Lourenço e São Raimundo Nonato – PI (FIGURA 21).

UMBUZEIRO DOS DEFUNTOS:
UM MARCO NA HISTÓRIA DE SÃO LOURENÇO DO PIAUÍ



Figura 17: Figura de um brejo em cuja paisagem destaca-se a carnaúba (*Copernicia cerifera*). Fonte: Google, 2013.



Figura 18: Brejo de São Lourenço do Piauí. Fonte: Google Earth, 2013, modificada pelos autores.



Figura 19: Brejo de São Lourenço do Piauí, próximo ao umbuzeiro dos defuntos. Foto: Celito Kesting, 2013.



Figura 20: Provável caminho utilizado por índios e portugueses no final do século XVII.

Fonte: Carta de W. Faden (1807), modificada pelos autores.

UMBUZEIRO DOS DEFUNTOS:
UM MARCO NA HISTÓRIA DE SÃO LOURENÇO DO PIAUÍ



Figura 21: Provável caminho onde os portugueses perseguiram os índios fugitivos.

Fonte: Google Earth (2013), modificado pelos autores.

Umbuzeiro dos defuntos: aleivosia ou *poltergeist*

Há quem diga que as aleivosias do umbuzeiro dos defuntos não passam de fantasias criadas por pessoas emocionalmente fragilizadas. Quando assim se fala, além de se manifestar o preconceito contra o conhecimento popular revela-se a ambiguidade conceitual do cientista preconceituoso. É oportuno que se discirna, por isso, o significado dos termos aleivosia e *poltergeist*. Ambos caracterizam-se como ruídos ou deslocamentos de objetos ocasionados por agentes ignotos. Diferem-se no fato de o *poltergeist* estar sempre relacionado a um indivíduo e ter curta duração, enquanto que a aleivosia estende-se por muitos anos e manifesta-se a diferentes pessoas, sempre na mesma área.

No caso do umbuzeiro dos defuntos, a aleivosia teima em se manifestar a muitas pessoas, durante séculos, como que lembrando ao povo de São Lourenço e de toda a região semiárida, que ali jazem os últimos índios livres do sertão piauiense. Depois deles, as mulheres e as crianças sobreviventes amargaram a condição de escravos nas lides pastoris.

Observa-se que o umbuzeiro dos defuntos e as aleivosias a ele relacionadas são atributos da identidade coletiva da cidade de São Lourenço do Piauí. Entende-se por atributo cada uma das propriedades qualitativas ou quantitativas que possibilitam distinguir-se um indivíduo ou uma classe deles de um

conjunto. Diz-se, por isso, que atributo é uma característica que faculta o reconhecimento de uma entidade coletiva ou individual.

Atributos que permitem o reconhecimento de identidades coletivas são peculiaridades comuns, perceptíveis nos padrões físicos e da cultura material ou imaterial de um grupo. Um conjunto de indivíduos que compartilha atributos materiais e imateriais constitui, assim, uma identidade coletiva. Pode-se, por isso, reconhecer a identidade de grupos pré-coloniais, coloniais e pós-coloniais, nos atributos conservados na cultura material, imaterial e de memória da qual fazem parte o umbuzeiro dos defuntos e as aleivosias a ele relacionadas.

A transmissão de atributos físicos e culturais envolve processos diferentes. Os atributos biológicos são transmitidos nas estruturas genéticas do DNA e os culturais, no processo de ensino aprendizagem. Apesar da característica comum da transmissão de atributos genéticos e culturais, as espécies biológicas diferentes não se cruzam e, quando o fazem, produzem descendentes estéreis, enquanto os atributos culturais resultam de cruzamentos férteis de toda espécie (GALLAY, 1983; BASALLA, 1991, *apud* KESTERING, 2007).

Na construção das identidades atuam agentes conservadores como a tradição, o poder e a própria estrutura genética que uniformizam e perpetuam padrões de memória e de comportamento dos indivíduos e dos grupos. O próprio processo de ensino – aprendizagem envolve estruturas físicas dependentes dos sistemas nervoso e hormonal responsável pelas relações dos indivíduos com o ambiente e com os outros membros da espécie. O sistema nervoso é constituído por um conjunto de neurônios que se conecta e transmite mensagens do mundo externo ao cérebro. No cérebro, as mensagens são interpretadas e assimiladas. Os atributos culturais dos grupos, como as aleivosias, estão por isso, ligados a coordenações profundas dos genomas dos indivíduos de uma comunidade como a da cidade de São Lourenço do Piauí. Enquanto alguns genes regulam respostas adaptativas ao ambiente, outros agem na renovação de metabolismos que mantêm a estrutura do conjunto (PIAGET, 1996, *apud* KESTERING, 2007).

No processo de aprendizagem, a assimilação da realidade externa para a produção de conhecimentos depende, fundamentalmente, da estrutura genética dos indivíduos e da estrutura mnemônica dos grupos. As estruturas mnemônicas são arquivos de memória pelos quais se reconhecem os traços essenciais e funcionais dos objetos ou fatos. Assim, a capacidade de perceber e reproduzir imagens e sons das aleivosias depende, em última instância, de disposições físicas e de potencialidades desenvolvidas pelos indivíduos, no contexto social e ambiental. Vê-se o que se está condicionado a ver. Percebe-se e incorpora-se aquilo que se associa com as estruturas mnemônicas. Por estarem estreitamente relacionadas com a estrutura genética e mnemônica, as manifestações culturais como as aleivosias preservam atributos caracterizadores da identidade da cidade de São Lourenço do Piauí.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os poucos dados da história oral que se obteve foram contados por apenas três entrevistados. Existem, contudo, na cidade de São Lourenço, muitas outras pessoas que sabem, contam e repetem milhares de vezes ao longo de suas vidas, as mesmas histórias sobre o umbuzeiro dos defuntos. Propõe-se, por isso, que esse umbuzeiro seja um marco histórico com função mnemônica (marcador de memória) da cidade de São Lourenço do Piauí. É muito provável que boa parte do povo que nela habita seja descendente das mulheres e dos filhos sobreviventes na hecatombe relatada por Frei Martinho de Nantes. Não se quer, por isso, esquecer jamais, o quanto foram tiranos os curraleiros e missionários colonizadores que implantaram as primeiras fazendas de gado na região sudeste do Piauí.

Constatou-se que há grande interesse dos entrevistados em que se prossiga a pesquisa sobre o umbuzeiro dos defuntos e sobre os índios da região sudeste do Piauí. Eles próprios se dispõem a contribuir com tudo o que estiver ao seu alcance para o desvendamento das origens da cidade que habitam. Propõe-se, por isso, que as escolas do município e as universidades com *campus* na região sudeste do Piauí desenvolvam pesquisas voltadas para a resistência dos antigos ocupantes das terras de São Lourenço do Piauí. Pesquisadores e educadores despertarão e fortalecerão, assim, nos educandos o sentimento de pertença e autoestima por descenderem, talvez, dos valorosos índios que sucumbiram na defesa do seu direito à vida e à liberdade plenas.

Sugere-se a realização de novas prospecções, sondagens e escavações, com a efetiva participação da população local. Propõe-se que se construa na cidade de São Lourenço um memorial, administrado pela própria comunidade, onde se acondicionem e se exponham a visitantes e turistas os restos mortais e os artefatos dos seus ancestrais nativos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BREJO. Disponível em: <<http://goo.gl/Jlkc9X>>. Acesso em 25/10/2013.
- FADEN, W. *Colombia Pima or South America: from the Original Manuscript of this Excellency Chevalier Pinto*. 1807.
- GOOGLE EARTH. US Dept of State Geographer. Inav / Geosistemas SRL. MapLink. Data SIO, NOAA, U.S. Navy, NGA, GEBCO. 2013.
- KESTERING, C. *Identidade dos Grupos Pré-históricos de Sobradinho – BA*. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Universidade Federal de Pernambuco, 2007.
- KESTERING, C. *Índios da Área de Sobradinho – BA*. Disponível em: <<http://goo.gl/CHlmuK>>. Acessado em 05/11/2013.
- KNOX, M.B. *O Piauí na primeira metade do século XIX*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1986.
- MOTT, L.R.B. *Piauí Colonial – População, economia e sociedade*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.
- NANTES, F.M. *Relação de uma Missão no Rio São Francisco*. Disponível em <<http://www.brasiliana.com.br/obras/relacao-de-uma-missao-no-rio-sao-francisco>>. Acesso em 24/10/2013.
- SANTANA, T.M.C.; NASCIMENTO, P.M.S. Guerra da Telha: Memória, História, Arqueologia e Patrimônio. IN: KESTERING, C. (Org.). *Escavando a História de São Raimundo Nonato – PI*. 2013, p. 195-255.
- SÃO LOURENÇO DO PIAUÍ. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Piaui>>. Acesso em 19/10/2013.

Recebido em:02/07/2014
Aprovado em:05/09/2014
Publicado em:03/10/2014

**O POTENCIAL INFORMATIVO DA COLEÇÃO ARQUEOLÓGICA DO MUSEU
DOM AVELAR BRANDÃO VILELA: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DA
SÉRIE DE MOEDAS DO REI VITTÓRIO EMANUELE III**

THE INFORMATIVE POTENTIAL OF ARCHEOLOGICAL COLLECTION AT THE MUSEUM DOM AVELAR
BRANDÃO VILELA: A STUDY OF CASE STARTING FROM THE SERIES OF COINS OF KING VITTÓRIO
EMANUELE III

Ana Joaquina da Cruz Oliveira
Abrahão Sanderson Nunes Fernandes da Silva

Vol. XI | n°22 | 2014 | ISSN 2316 8412



O POTENCIAL INFORMATIVO DA COLEÇÃO ARQUEOLÓGICA DO MUSEU DOM AVELAR BRANDÃO VILELA: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DA SÉRIE DE MOEDAS DO REI VITTÓRIO EMANUELE III

Ana Joaquina da Cruz Oliveira¹
Abrahão Sanderson Nunes Fernandes da Silva²

Resumo: O presente artigo busca discutir a relação de abandono que foi construída com as coleções arqueológicas, de forma específica com a coleção arqueológica do museu Dom Avelar Brandão Vilela, tanto por pesquisadores quanto pela sociedade, bem como, demonstrar que coleções arqueológicas podem ter um aproveitamento científico. Para isso buscou-se conhecer o processo formativo dessa coleção, inventariá-la e levantar seu potencial informativo. Com isso foi possível perceber que as informações contidas nos objetos que compõe essa coleção podem trazer contribuições em diversos campos da arqueologia.

Palavras chaves: Museu, Arqueologia, Coleções, Patrimônio.

Abstract: The present article to argue the abandonment relationship that was constructed with the archaeological collections, specifically with the archaeological collection at the Museum Dom Avelar Brandão Vilela. As well as demonstrating that archaeological collections at the museums have can scientific research. For this it searched to know the process formative of this collection and considered the inventory of the same one searching to raise its informative potential. With this it was possible to perceive that the information contained in the objects that this collection composes can bring contributions in diverse fields of archaeology.

Keywords: Museum, Archaeology, Collections, Heritage.

INTRODUÇÃO

O Museu Dom Avelar Brandão Vilela é um museu comunitário localizado na cidade de Teresina, Piauí. Possui um vasto e eclético acervo em meio ao qual se destaca uma expressiva coleção arqueológica composta por cerca de cinco mil peças, a maioria dessas são moedas que perpassam por vários períodos históricos, desde a Antiguidade até ao século XX. Apesar do potencial informativo que possui, essa coleção compartilha uma situação comum a outras coleções arqueológicas depositadas em vários museus, que é o abandono das mesmas, tanto por parte do público quanto dos pesquisadores.

Com relação ao público a questão principal observada por alguns pesquisadores (BRUNO, 1995; CÂNDIDO, 2004; SILVA, 2005), é a falta de laços de pertencimento e herança³ entre as pessoas e os objetos que compõe tais coleções. Já em relação aos pesquisadores este abandono, de maneira geral, está ligado,

¹ Graduada em Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre pelo Centro de Ciência da Natureza da Universidade Federal do Piauí (CCN/UFPI), Brasil.

² Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Brasil; Especialista em História do Campo e da Cidade pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Brasil; Mestre e Doutor em Arqueologia pelo Programa de Pós Graduação do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP), Brasil; Professor do Bacharelado em Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre e do Programa de Pós Graduação em Arqueologia, ambos da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Brasil.

³ “consciência da existência de patrimônio, assumido enquanto um conjunto de signos que permitem a identificação do indivíduo em relação a si mesmo e ao grupo a que pertence, no tempo e no espaço” (BRUNO, 1996: 31).

principalmente, ao fato de que muitas dessas coleções são fruto do trabalho de colecionadores privados os quais, na maioria das vezes, possuem informações limitadas acerca do contexto arqueológico das peças e as organizam, com frequência, de acordo com concepções estéticas e não com preocupações científicas. Consequentemente a maioria dessas coleções é tida como inviável para o estabelecimento de uma sequência cultural, foco principal de muitas das pesquisas realizadas no campo da arqueologia no Brasil.

Uma valorização extremada do contexto arqueológico⁴ e dos objetos advindos de escavações renega, muitas vezes, o potencial informativo vasto e importante guardado pelas coleções arqueológicas espalhadas em museus do país inteiro, fazendo com que alguns arqueólogos nem sequer as considere enquanto patrimônio arqueológico.

Em síntese, podemos dizer que todas as coleções são indicadores de memória e, de acordo com a linha de trabalho, podem servir para a **“construção e releitura sobre o passado e mesmo ajustar e dinamizar o presente”** (BRUNO, 1996, p. 22 - grifo da autora). As coleções são compostas por bens culturais⁵ e, portanto, podem ser consideradas como patrimônio, entendendo-se patrimônio como *“o conjunto de bens fruto das relações do Homem com o meio ambiente e com os demais homens, assim como a interpretação dessas relações”* (BRUNO, 1996, p. 22).

Neste contexto, é evidenciada uma área de pesquisa que reside na interface entre museologia e arqueologia, a qual vem evidenciando uma *“uma estratigrafia do abandono”*⁶ desses bens culturais ao longo do século XX e em alguns casos propondo estratégias de reversão do quadro. Embora tal situação venha, aos poucos, sofrendo alterações, não podemos dizer que esse processo de melhoria esteja sendo compartilhado ao mesmo tempo nos vários recantos do país.

Buscando contribuir para a reversão desse quadro de abandono das coleções arqueológicas presentes em museus, especialmente nos museus particulares, foi executado, dentro do Programa de Iniciação Científica Voluntária da Universidade Federal do Piauí, ICV/UFPI, no período de julho de 2009 a julho de 2011 o projeto de pesquisa intitulado *“Estudo do potencial informativo/comunicativo do acervo de arqueologia existente no Museu Dom Avelar Brandão Vilela”*.

Esse projeto de pesquisa teve como objetivos: (1) conhecer o processo de formação do acervo arqueológico do Museu Dom Avelar Brandão Vilela; (2) compreender os fatores que determinaram a situação de abandono dos bens culturais que lá existem e (3) realizar um levantamento do potencial

⁴ Uma das definições sobre o que seria o contexto arqueológico mais comumente utilizada é a de Schiffer (1972), que o define enquanto todos os materiais encontrados em um sítio arqueológico, os quais são produto de sistemas culturais, e que são objeto de investigação dos arqueólogos.

⁵ *“toda produção humana, de origem emocional, intelectual e material, independente de sua origem, época ou aspecto formal, bem como a natureza, que propiciem o conhecimento e a consciência do homem sobre si mesmo e sobre o mundo que o rodeia”* (ORÍÁ, 2002, p. 132).

⁶ *“uma estratigrafia que sufocou e fossilizou os vestígios pré-coloniais, enquanto indicadores da nossa memória cultural”* (BRUNO, 1995, p.8).

informativo dos objetos para que se pudesse pensar em estratégias de socialização do conhecimento arqueológico.

O presente artigo é um dos frutos do trabalho realizado durante esses dois anos de pesquisa com a coleção de arqueologia do Museu Dom Avelar Brandão Vilela e apresenta discussões e resultados, advindos das seguintes atividades: pesquisa documental e bibliográfica, fichamento de obras, realização de inventário e análise dos dados coligidos.

O COLECIONISMO E O SURGIMENTO DOS MUSEUS

O colecionismo, ato de guardar, organizar, selecionar, trocar e expor diversos itens por categoria e em função de interesses pessoais foi um fenômeno que se firmou entre os séculos XVI e XIX. Por conta disso é atribuída a esse período sua origem. No entanto, a atitude de identificação e retirada de objetos do uso cotidiano, para expô-los à contemplação dos deuses, dos mortos ou dos outros homens é comum às sociedades desde a Antiguidade, possivelmente, desde a Pré-História.

Pomian (1984) argumenta que esses objetos *coleccionados* seriam *semióforos*, isto é, objetos expostos ao olhar que não sofrem manipulação, são dotados de significado e representam o invisível.

No entender de Pomian, este complexo universo das coisas e dos semióforos que está nas entranhas das coleções e dos museus, significa o esforço dos homens para superarem a transitoriedade humana, na medida em que esses objetos permitem a relação do mundo visível com o invisível (BRUNO, 1999, p. 37).

O colecionismo, ou colecionamento, foi durante muito tempo um hábito da nobreza e durante o Renascimento Europeu contribuiu para a formação dos “Gabinetes de Curiosidade”, lugares onde:

a côte dès antiquités et des pièces historiques, ils rassemblent de nouveaux types d’objets: curiosités naturelles, ou artificielles, raretés exotiques. Fossiles, coraux, “petrifications”, fleurs ou fruits venus des mondes lointains, animaux monstrueux ou fabuleux, objets virtuoses d’orfèvrerie ou de joaillerie, pièces ethnographiques ramenées par les voyageurs, toutes les bizarreries de la création sont réunies, pour que le collectionneur ait à portée du regard ce que veut desconfinis du monde connu , et à quoi il attribue souvent des pouvoirs magiques (SCHAER, 2000, p. 21-23).

Os objetos arqueológicos desempenharam um papel relevante nesses acervos que estão na origem de vários museus e foram responsáveis pelo desenvolvimento de um campo do conhecimento que abarca

várias áreas. Particularmente, foi a partir das ciências naturais que surgiu uma tentativa de classificação desses acervos, segundo uma ordem racional de mundo. Desse modo, no século XVII notou-se nos gabinetes de curiosidade:

uma ruptura com a 'cultura da curiosidade' e com sua disposição aparentemente caótica dos objetos, em proveito de uma nova ordem das coisas que acompanha a especialização dos saberes. Não apenas as coleções de objetos da natureza passam a ser ordenados segundo uma reconstituição sem lacunas da grande cadeia dos seres, pela comparação e classificação das espécies, mas também se impõe, pouco a pouco, às coleções artísticas uma nova apresentação, especializada e histórica (BREFE, 1998, p. 296).

Os objetos de coleções pertencentes a acervos formados sob a perspectiva do colecionismo refletem o tipo de postura que o colecionador tem diante dos bens, podemos, segundo BRUNO, identificar diversos e hierárquicos gêneros de colecionadores:

Primeiro, pode-se destacar os “curiosos”, identificados em especial no século XVI por aqueles que se interessavam por tudo, pelas coisas raras e insólitas. Em seguida, ainda a partir do mesmo período, apareceram os “amadores”, que escolhiam e preservavam os objetos belos, sobretudo para seu prazer. Estes últimos configuraram, especialmente, o que pode ser chamado de uma subcategoria de colecionador, que é o colecionador-amador-mecenas (BRUNO, 1999, p. 38).

Outro aspecto que deve ser levado em conta ao analisarmos os perfis dos colecionadores e das coleções são as influências que impulsionaram a criação das mesmas, no caso:

Foi marcante a influência religiosa no perfil das coleções que se estabeleceram a partir do século XVII. Por um lado, católicos submeteram-se ao controle papal que ditava, inclusive, a orientação da produção artística e do próprio mercado de antiguidades. Por outro lado, os protestantes se orientaram pela liberdade individual do artista e do consumidor. Estas características foram determinantes, por exemplo, para o crescimento das coleções holandesas e configuraram o perfil das coleções dos países católicos que se viram impedidos de receber certas obras protestantes. A influência das Igrejas deveu-se, sobretudo, em função de suas ações relacionadas ao poder estatal (BRUNO, 1999, p. 42).

A partir do exposto podemos notar que *“estudar os museus é também estudar essa relação dos homens com os artefatos, que no passado está muito ligada ao fenômeno do colecionismo, mas que nos dias*

da contemporaneidade têm os museus como espaço privilegiado dessas relações” (SILVA, 2008, p. 37). É preciso olhar os museus enquanto lugar de memória social tendo em vista que:

as várias transformações de que o museu foi alvo ao longo deste século, sua multiplicação em diversos países do mundo e principalmente, a abrangência praticamente ilimitada de objetos que engloba indicam que ele é um dos lugares chave para se entender as sociedades modernas e a forma pela qual elas se fazem representar (BREFE, 1998, p. 315).

OS MUSEUS E A ARQUEOLOGIA NO BRASIL

O surgimento de museus no Brasil está intimamente relacionado com desenvolvimento institucional de várias ciências, dentre elas a antropologia e a arqueologia. O contexto de formação dessas instituições é o século XIX, época áurea dos museus europeus e do desenvolvimento das Ciências Naturais. No Brasil, o fim do período colonial é um momento decisivo para sua afirmação enquanto nação. É *“o apogeu de um tipo de instituição que passou a cumprir papel cada vez mais relevante enquanto local de ensino e produção científica” (SCHWARCS, 1989, p. 21).*

Em um primeiro momento essas instituições e a maioria de seus pesquisadores eram estrangeiros, portanto os museus reproduziram modelos internacionais e as pesquisas desenvolvidas aqui seguiam a base do pensamento europeu que na época estava baseado principalmente no evolucionismo. Essa influência dentro dos acervos de arqueologia contribuiu para que as primeiras coleções fossem formadas, em sua maioria, dentro das perspectivas enciclopédica e classificatória.

Dentre as atividades promovidas por essas instituições estavam às expedições científicas que, entre outros objetivos, realizavam a coleta de material para compor seus acervos. O objetivo era documentar, colecionar culturas exóticas em eminente extinção, como nos afirma Schwarcz, *“a palavra de ordem era salvar o que mais se pudesse, uma vez que imperava a ideia de que essas culturas se extinguiriam, estando os ‘vestígios’ mais preservados nos museus metropolitanos” (SCHWARCS, 1993, p. 69).*

No Brasil podemos citar três importantes instituições no campo da arqueologia dentro desse contexto: o Museu Nacional, o Museu Paraense Emílio Goeldi e o Museu Paulista. No entanto;

Apesar das similaridades, entre essas três instituições estruturadoras das ideias e imagens que se tem até hoje neste país sobre museus científicos - muitas diferenças marcaram suas distintas atuações. O Museu Nacional contou com grande apoio do Império, inclusive recebendo doações de coleções estrangeiras. O Museu paraense Emílio Goeldi dedicou-se a uma abordagem regional, atuando como uma porta para a compreensão da região

amazônica. O Museu Paulista reuniu coleções ecléticas com o objetivo de agradar as exigências de uma elite local (BRUNO, 1995, p. 82).

Além disso, temos outro aspecto embutido na implantação de museus no Brasil, que é o de demonstrar um progresso regional. O museu paraense Emilio Goeldi em função do ciclo da borracha e o Museu Paulista enquanto um dos produtos gerados por São Paulo e pelos cafeicultores. "*O domínio sobre a região, a partir dos museus, significou, sobretudo, a sua relevância em relação à nação*" (BRUNO, 1995, p. 100).

Porém, os museus dessa época também serviram para legitimar o pensamento da elite dominante ao eleger alguns objetos enquanto representantes de uma identidade nacional, excluindo outros setores da sociedade como os negros e negando o passado nativo. Dessa forma, por não retratar o cotidiano da sociedade brasileira os museus acabaram por construir com essa sociedade uma relação distante e uma visão de museu enquanto local que abriga, em termos pejorativos, objetos do passado e não, como local de preservação da memória.

A partir das especializações científicas, algumas áreas das Ciências Naturais tornaram-se autônomas, como foi o caso da geologia, da botânica, entre outras. A antropologia passou a ter como objeto de estudo as sociedades indígenas ainda existentes. E as coleções arqueológicas iniciaram seu processo ostracismo dentro dos museus brasileiros. Essa situação foi agravada pelo movimento nacionalista brasileiro e pelo incentivo à criação e proliferação dos museus históricos e de artes nos anos trinta do século passado.

Nos anos 1950, lentamente outros museus foram criados e a partir da introdução de novos pesquisadores estrangeiros no país, principalmente franceses e ingleses, grandes intervenções arqueológicas foram executadas em algumas áreas. No entanto, o tratamento e a comunicação dos vestígios recuperados não foram considerados prioridade (BRUNO, 1995).

É também a partir desse momento que as universidades vão passar a abrigar ou criar instituições arqueológicas. Porém, conforme afirmou De La Penha (*apud.* BRUNO, 1995, p. 122),

À medida em que os arqueólogos e etnólogos tornavam-se mais acadêmicos e tendiam às recém estabelecidas universidades, observamos o início do esvaziamento dos museus e o conseqüente desprestígio das coleções científicas. Essa guinada para as universidades ocorreu acompanhada por mudanças teóricas resultando na abertura de novas áreas de estudo, muitas vezes com maior visibilidade e status científico.

Todos esses anos de ostracismo para com as coleções arqueológicas foram revelados no que Bruno considera como *estratigrafia do abandono*, "*que revelou camadas de relações que foram estabelecidas para*

com esses artefatos, evidenciando um processo que destaca o isolamento e o esquecimento deles enquanto elementos constituintes das memórias locais, regionais, ou nacionais" (SILVA, 2008, p. 15).

Segundo Bruno (1995, p. 97) *"a estreita vinculação entre o desenvolvimento da pesquisa arqueológica e das instituições museais não tem sido uma preocupação dos arqueólogos"*, por isso, pesquisas que busquem a interface entre a museologia e arqueologia são tão escassas. Contudo:

cabe salientar que a Museologia oferece à Arqueologia uma oportunidade especial de aproximação sistemática com a sociedade presente, uma vez que vincula suas principais preocupações em dois níveis, a saber:

1º) identificar e analisar o comportamento individual e/ou coletivo do homem frente ao seu patrimônio;

2º) desenvolver processos técnicos e científicos para que, a partir dessa relação, o patrimônio seja transformado em herança e contribua para a construção das identidades.

Os vestígios das sociedades que correspondem ao interesse de estudo da Arqueologia, são, também, elementos da herança patrimonial, tratados e comunicados pela Museologia (BRUNO, 1995, p. 141-142).

A arqueologia enquanto um campo de conhecimento inter e multidisciplinar permite a associação com diversas áreas do conhecimento dentre eles a museologia. E, a associação com a museologia nos permite perceber um olhar complementar dessas duas disciplinas:

a arqueologia evidencia facetas das sociedades, descobre peculiaridades de um passado às vezes esquecido e faz aflorar os indicadores da memória, mas não tem potencialidades efetivas de comunicar – se em larga escala com a sociedade presente. Já a Museologia se estrutura como área do conhecimento específica para viabilizar essa comunicação, mas depende, evidentemente, da produção de conhecimento próprio às áreas que estudam os indicadores da memória, como é o caso da arqueologia (BRUNO, 1995, p. 142).

Contudo ao se propor a desenvolver estudos que possuam esse objeto de estudo é preciso levar em conta que:

ao lidar com artefatos de coleções museológicas é necessário, por outro lado, ter em vista que eles não são meros objetos ilustrativos de uma cultura exótica, de um passado remoto e saudosista, ou espécimes bizarros ou curiosos. Enfoques teóricos, com os quais compartilho, procuram conferir aos objetos de museus o "status" de documento (BARCELOS NETO, ANO??, p. 241).

Esses documentos, verdadeira herança, se encaixam no que pensamos aqui enquanto patrimônio, *“o conjunto de bens, fruto das relações entre os homens e os recursos naturais; entre os homens em sociedade; e as interpretações que são elaboradas a partir destas relações”* (BRUNO, 1995, p. 333) e herança, *“a consciência da existência desse patrimônio, assumido enquanto conjunto de signos que permitem a identificação do indivíduo em relação a si mesmo e ao grupo a que pertence, no tempo e no espaço”* (BRUNO, 1995, p. 333).

Ao perceber o museu como algo distante de suas memórias individuais e/ou coletivas, a sociedade também passa a não considerá-lo enquanto patrimônio. Ideia compartilhada também por alguns arqueólogos que restringem o patrimônio arqueológico *“ao que é encontrado em sítios arqueológicos e que é, portanto, passível de escavação”* (SILVA, 2008, p. 17) e esquecendo, dessa maneira, que o estudo de coleções arqueológicas remete a uma relação mais próxima entre a sociedade e o patrimônio cultural (MARTINS, BREDAS, 2001/2002).

O MUSEU DOM AVELAR BRANDÃO VILELA

O Museu Dom Avelar Brandão Vilela foi criado no ano de 1970 pelo padre Pedro Biondan Maione, jesuíta italiano, a partir de sua coleção pessoal de numismática iniciada ainda na infância, por incentivo da educação clássica que os pais lhe conferiram. As outras coleções hoje existentes no museu foram sendo formadas a partir da contribuição de pessoas da comunidade, onde o Dom Avelar está inserido, e amigos do padre Pedro, tanto brasileiros quanto estrangeiros. A razão principal para a criação de um museu na comunidade, segundo o padre, era a contribuição que ele poderia trazer para a formação cultural não só das pessoas que faziam parte do bairro Cristo Rei como também da cidade de Teresina.

A criação do museu foi a primeira iniciativa para a instalação de um centro cultural no bairro, o Centro de Cultura Amoipirá. Esse centro foi criado em setembro de 1971, com sede no Centro Social Cristo Rei. Além do museu, o centro cultural possuía uma biblioteca e desenvolvia diversas atividades no campo da cultura, como aulas de música, cursos de idioma, cinema, teatro dentre outros.

Em 1974, em parceria com os governos estadual e municipal, o Centro de Cultura Amoipirá promoveu a primeira semana de Cultura do Estado do Piauí, em meio a qual foram realizadas uma conferência sobre arqueologia, uma exposição de numismática e um passeio a sítios arqueológicos:

O encerramento está previsto para o dia 21, domingo, com uma excursão de todos os seus participantes ao Monumento do Jenipapo e às **Sete Cidades**. [...] A Exposição de

Paleontologia, Geologia, **Numismática** e Filatelia, será aberta às 9 horas do dia 17, na Biblioteca Pública [...] (JORNAL O DIA, p. 5, grifo nosso).

O projeto de criação e desenvolvimento sócio cultural do bairro Cristo Rei teve início no ano de 1959, quando o mesmo fazia parte da zona periférica da cidade de Teresina e era conhecido apenas como *estrada para a Catarina*, uma senhora bastante conhecida na região. Assim como outras áreas da cidade, o bairro Cristo Rei foi alvo de um projeto da Ação Social Arquidiocesana (ASA), uma entidade ligada à igreja católica que até hoje *“cria, incentiva, apoia e é parceira de projetos sociais, fazendo com que milhares de pessoas sejam beneficiadas com ações transformadoras das duras realidades e tenham a oportunidade de vida digna”* (ASA, 2011).

O primeiro contato que o padre Pedro Maione teve com a comunidade foi em março de 1964, um domingo de Páscoa, ocasião em que havia faltado um padre para celebrar a missa. Recém chegado a Teresina como professor do colégio São Francisco de Sales (Diocesano) e desejoso de desenvolver trabalhos sociais, padre Pedro logo passou a frequentar a comunidade nos fins de semana. Nas férias escolares, dedicou-se a conhecer toda a área do bairro e do seu entorno, buscando entender o modo de vida das pessoas, suas necessidades e desejos. Em 1968, com a criação da paróquia de Cristo Rei, assumiu como pároco e se instalou de fato no bairro.

Inicialmente, sua atenção se voltou para os problemas sociais que comunidade possuía. Foi construído então o Centro Social Cristo Rei que oferecia à comunidade uma escola primária, um consultório médico-odontológico, cursos profissionalizantes e pequenas fábricas que funcionavam em regime de cooperativa. A base de todo trabalho era o diálogo com a comunidade, eram realizadas reuniões semanais onde todas as decisões eram tomadas em conjunto, a população participava ativamente de todas as etapas dos projetos desenvolvidos.

Com o Museu Dom Avelar Brandão Vilela e o Centro de Cultura Amoipirá não foi diferente. Segundo padre Pedro *“era interessantíssimo quando nos reuníamos no sábado à noite e as pessoas traziam coisas para o **nosso** museu”*. No entanto, por motivos de ordem religiosa, o padre Pedro foi transferido e seus sucessores na paróquia não conseguiram dar continuidade aos trabalhos, resultando no fechamento do museu por um longo tempo. Como consequência, os laços iniciais que a comunidade manteve com a instituição foram desfeitos.

Apesar da distância, o padre Pedro ainda buscou manter seu trabalho no bairro. Para tanto, no ano de 1990, com a ajuda de amigos e familiares, ele inaugurou a Fundação Cultural Cristo Rei (FIGURA 01), uma organização não governamental sem fins lucrativos que tem como objetivo oferecer trabalhos tanto na área social quanto na área cultural aos moradores do bairro. A Fundação passou a abrigar o Museu Dom Avelar Brandão Vilela e a biblioteca Padre Gabriel Malagrida, gentilmente cedidos pela paróquia.



Figura 01: Fundação Cultural Cristo Rei e Museu Dom Avelar Brandão Vilela. Foto Pedro Gaspar.

O museu atualmente possui em seu acervo as seguintes coleções: arqueologia, mineralogia, conchiliologia, animais taxidermizados, paleontologia, etnografia e artes visuais. A coleção arqueológica conta com cerca de seis mil itens, onde cerca de cinco mil são numários, sendo o restante, objetos da antiguidade clássica, cerâmica marajoara, líticos lascados e polidos e materiais cerâmicos construtivos.

A partir de algumas parcerias e doações, continuam sendo ofertadas atividades de promoção social aos moradores do bairro, como cursos profissionalizantes e reforço escolar, dentre outros. No entanto, apesar do esforço, a ruptura dos laços entre a comunidade e o museu se manteve. Esse fato somado a falta de recursos financeiros e estruturais resultaram na situação atual de abandono em que o museu se encontra.

A COLEÇÃO DE ARQUEOLOGIA

O levantamento da coleção arqueológica foi realizado enquanto primeira etapa do projeto de iniciação científica voluntária e nos permitiu quantificar a coleção (TABELAS 01 e 02), bem como separar os elementos associados a ela que não são considerados bens arqueológicos. Esse levantamento nos possibilitou verificar também que a coleção, dentro do próprio espaço do museu, se encontrava dividida em duas partes, a primeira composta por duas estantes contendo basicamente cerâmica e material construtivo e outra com vinte e seis expositores contendo a coleção de numismática, que conta com cerca de cinco mil moedas.

LOCAL	TIPO DE OBJETO	QUANTIDADE
Itália, região da Magna - Grécia.	Fragmentos de construções	122
	Fragmentos de cerâmica utilitária	112
	Ponta de projétil	03
	Vasos cerâmicos utilizados como enxoval funerário	12
	Pesos de tear	22
Brasil	Fragmentos de cerâmica Marajoara	33
	Lâminas de machado polidas	04
	Ponta em quartizito	01
	Tembetá	01
Peru	Fragmentos de cerâmica incaica	11

Tabela 01: Coleção Arqueológica – Seção 01.

Coleção de Numismática	
Continente	Quantidade
ÁFRICA	130
AMÉRICA	840
ÁSIA	515
EUROPA	2917
OCEANIA	24
TOTAL	4426

Tabela 02: Coleção Arqueológica – Seção 02.

Um estudo acerca do processo formativo dessa coleção também foi realizado e permitiu verificar que a maior parte da coleção foi adquirida mediante doações de parentes, amigos, padres jesuítas e membros da comunidade local. Como exemplo, podemos citar os fragmentos de cerâmica marajoara que foram doados ao museu pelo padre Giovanne Gallo, que possuía um museu na ilha de Marajó - PA. A dificuldade em lidar com essas fontes reside principalmente na ausência de documentação escrita a respeito dessas doações, todo o trabalho tem de ser realizado com o padre mediante questionários e vídeos.

A documentação oral, recolhida, foi analisada à luz da noção de que o processo que produz lembranças, que leva à escolha dos acontecimentos a serem recordados, produz ao mesmo tempo o

esquecimento de outras recordações. Isso porque toda lembrança é dotada de um caráter grupal, familiar e social e, assim sendo, se baseia em interesses do tempo presente de determinados grupos da sociedade (MOTTA, 1988), ou seja, "*entendendo que a memória é seletiva, atende a interesses e que também é dotada de diferentes níveis*" (SILVA, 2008, p. 21).

Diante da ausência de um inventário dessa coleção foram confeccionadas fichas de inventário que contemplaram diversos aspectos das peças, como por exemplo, local de origem, dimensão, função, além do levantamento fotográfico visando conhecer de forma específica cada objeto que integra a coleção para a confecção de um banco de dados que facilite o acesso a essas informações. Essas fichas foram divididas em dois tipos, tendo em vista a vultuosidade do acervo numário e a própria localização da coleção dentro do espaço do museu.

A primeira ficha adotada foi a mesma utilizada por Silva (2008) e contempla os objetos arqueológicos em geral, com campos destinados à caracterização das peças mediante a localização, descrição, dimensões e fotografias (FIGURA 02). A segunda ficha foi produzida ao longo do projeto, tendo sido confeccionada especialmente para as moedas (FIGURA 03). A partir dessas fichas um banco de dados começou a ser elaborado, tendo em vista facilitar o acesso a essas informações.

O levantamento do potencial informativo dessa coleção, mediante o preenchimento das fichas, nos permitiu perceber uma vasta e diversa quantidade de informações que podem contribuir muito em diversos campos da arqueologia. Tendo em vista que a coleção possui um grande número de peças e que o tempo de realização da pesquisa não permitiu uma análise detalhada de todas, escolhemos apenas uma série de moedas para a realização de um estudo de caso.

O objetivo desse estudo de caso foi demonstrar que, apesar de ser fruto de uma coleção particular e de ter perdido algumas informações importantes, é possível extrair desses artefatos informações que podem ter aproveitamento científico. Para tal estudo, foi escolhida a série de moedas referentes ao rei Vittorio Emanuele III, da Itália.

A escolha dessa série de moedas foi devido à qualidade de preservação, o que permite uma boa visualização de seus atributos e da mudança que Vittorio Emanuele causou na cunhagem das moedas ao introduzir novos caracteres. Esses caracteres variaram de acordo com as mudanças políticas que afetaram o seu reinado, como a Primeira Guerra, o Fascismo e a Segunda Guerra.

Outro fato que incita o estudo dessa série de moedas é o de que o rei foi um colecionador de moedas e deixou como legado à Itália a maior coleção de numismática até agora conhecida no país, com cerca de 130 mil peças, Vittorio Emanuele III contribuiu para o desenvolvimento da Numismática, com uma obra sobre o assunto composta por vinte volumes e intitulada *Corpus Nummorum Italicorum*.

Ficha de Inventário (SILVA, 2008: 22)

Dados da Instituição: Instituição: _____	Pesquisador Responsável pelo Inventário Nome: _____	Dados do Artefato Categoria: _____
Pessoa Responsável: _____	Área de Atuação: _____	Tombo: _____
Endereço: _____	E-mail ou Telefone: _____	Modo de Aquisição: _____
Contato (tel.): _____	Data: _____	Data da Aquisição: _____
Data: _____	Local: _____	Nº no Inventário: _____

CARACTERIZAÇÃO

Origem em Contexto Arqueológico: Sim Não

Localização/Sítio: _____

Localidade: _____ UF: _____

Descrição	Dimensões da Peça (milímetros)		
_____	Dímetro (bojo/boca): _____		
_____	Circunferência: _____		
_____	Espessura da Parede: _____		
_____	Borda: _____		
_____	Altura: _____		
_____	Comprimento: _____		
_____	Largura: _____		
_____	Espessura: _____		
_____	OBS.: _____		
_____	FOTOS: <table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td style="width: 50px; height: 50px;"></td></tr></table> <table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td style="width: 50px; height: 50px;"></td></tr></table>		

Figura 02: Ficha adotada por Silva, 2008, e utilizada no presente trabalho.

Projeto de Pesquisa "Estudo do Patrimônio Arqueológico presente no Museu Dom Avelar Brandão Vilela"		
Instituição: _____		
Responsável pelo acervo: _____		
Contato: _____		
Ficha de Análise da Coleção Numária		
Responsável pelo preenchimento da ficha: _____		
Data: _____	Peça nº: _____	Denominação: _____
Cunhagem (Local/Ano): _____		Dimensões: _____
Peso: _____	Estado de Conservação: _____	
Fotografias do Anverso (1) e do Reverso (2):		
Descrição do Anverso: _____		
Descrição do reverso: _____		
Observações: _____		

Figura 03: Ficha utilizada para caracterização de objetos numários existentes no acervo do Museu Dom Avelar Brandão Vilela.

A COLEÇÃO DE MOEDAS ITALIANAS PERTENCENTES AO REINADO DE VITTORIO EMANUELE III

O Rei Vittorio Emanuele III nasceu em Nápoles no ano de 1869, era filho do Rei Umberto I e de Margherita di Savoia. Sua ascensão ao trono ocorreu prematuramente em 1900, por ocasião do assassinato de seu pai por um anarquista no mesmo ano. No início de seu reinado era adorado pelo povo italiano, mas ao apoiar o regime fascista na Itália, deixando que Benito Mussolini assumisse o poder, perdeu o apoio popular. Por isso, com o fim do regime fascista na Itália o rei se viu obrigado a abdicar do trono e se exilar em Alexandria, Egito, onde morreu em 1947.

Na coleção de numismática do museu Dom Avelar Brandão Vilela a primeira moeda relativa ao Rei Vittorio Emanuele III data de 1901 e conserva as características básicas das moedas de seus antecessores, o anverso é composto pelo busto do rei voltado para a esquerda com a inscrição: *Vittorio Emanuele III Re D' Italia*, enquanto o reverso é composto pela inscrição do valor e o ano, rodeados por uma coroa de ramos de louro e carvalho.

As moedas do Reino da Itália referentes aos antecessores de Vittorio Emanuele III possuíam tipos comuns que foram alterados em seu reinado. No caso do Rei Vittorio Emanuele II, existiam dois modelos básicos, no primeiro o anverso era composto pelo busto do rei seguido da frase *Vittorio Emanuele II Re D'Italia* e o reverso composto pelo valor, o ano, uma coroa de louros e a frase: *Regno D'Italia*. A variação desse primeiro modelo no anverso era a orientação do busto do rei que podia estar voltado para a esquerda ou para a direita e no reverso a coroa de louros podia ser substituída pelo Brasão da Casa de Savóia (FIGURA 04).

O segundo modelo possuía no anverso o busto do Rei, o ano e a frase "*Vittorio Emanuele II*" e o reverso composto pela inscrição do valor, um ramo de louro e a frase "*Regno D'Italia*". A variação desse modelo estava na orientação do busto do rei no anverso e da presença do Brasão de Savóia no reverso. Esses tipos básicos de moedas foram mantidos, com exceção da coroa de louros que ganhou um ramo de carvalho.

A novidade dentre as moedas de seus sucessores ocorreu em 1894 durante o reinado de Umberto I com a emissão da moeda de vinte centavos. Essa moeda foi a primeira a ser cunhada em um metal que não era a prata, o níquel. Elas possuíam no anverso a coroa real no centro, abaixo dela o ano e em volta uma coroa de ramos de louro e carvalho seguindo o contorno da moeda, o reverso era composto pelo número 20 envolto por um círculo de pérolas e pelas frases *Regno d' Italia* e *20 centesimi*, separadas por duas estrelas de cinco pontas. Essas moedas foram retiradas de circulação em 1909 já no reinado de Vittorio Emanuele III e foram reutilizadas no fim da primeira guerra mundial (FIGURA 05).

A primeira moeda da coleção que demonstra as mudanças ocorridas nos caracteres das moedas do Reino da Itália, durante o reinado de Vittorio Emanuele III, data de 1901 e apresenta o valor de uma lira, a

alteração reside no reverso que é composto por uma águia heráldica com o Brasão da Casa de Savóia, o ano, o valor e a inscrição *Regno D'Italia* (FIGURA 06).

Com a Primeira Guerra mundial veio a escassez de níquel e as moedas de vinte centavos do Rei Umberto I foram reutilizadas para emissão de moedas no mesmo valor, porém com caracteres diferenciados, sendo o anverso composto pelo escudo da Casa de Savóia, coroado entre ramos de louro e carvalho, além da inscrição *Regno D'Italia*, o anverso era composto por um hexágono rodeado por uma coroa de louros, com a inscrição *Cent. 20* e o ano 1919 dentro do hexágono (FIGURA 07).

Em 1922 Benito Mussolini assumiu como primeiro ministro Italiano e começou a instaurar o regime fascista neste país, embora ainda de maneira não formalizada. Em 1923 é emitida a moeda *Buono da Lire 2* no valor de duas liras, essa moeda traz no anverso o busto do rei com uniforme militar voltado para a direita e a inscrição *Vittorio Emanuele III Re D'Italia* e no reverso a inscrição *Buono da Lire 2*, o ano e o *fascio*, símbolo do fascismo representado por um feixe de varas com um machado unido a ele (FIGURA 08).

Outra moeda da coleção do museu Dom Avelar Brandão Vilela que faz menção ao fascismo pertence ao ano de 1928, no valor de cinco Liras, essa moeda começou a ser produzida a partir de 1926 e traz no reverso da moeda uma águia semelhante às águias romanas, com o corpo voltado para frente, as asas abertas e a cabeça voltada para o lado direito e apoiada sobre o “fascio” (FIGURA 09).

Em 1936 há uma renovação da maioria das moedas, as de cinco centavos continuam a fazer menção ao fascismo, o reverso dessas moedas traz novamente uma águia apoiada em um fascio lembrando as águias romanas, mas em um modelo diferente daquela utilizada nas moedas de cinco liras, traz o brasão de Savóia abaixo do fascio e a inscrição do ano fascista em romano, XIV, ao lado do ano no calendário gregoriano (FIGURA 10).

A partir do mesmo ano são as moedas de 10 centavos que trazem no seu reverso o “fascio” ao fundo com o brasão coroado de Savóia sobreposto com uma espiga de trigo à direita e dois galhos de carvalho à esquerda, essa moeda também traz a inscrição do ano fascista em algarismo romano. A moeda de 5 liras nesse ano ganha uma versão conhecida como “a família”, por trazer no reverso uma alegoria da fertilidade, uma figura feminina amamentando duas crianças e cercada por outras duas, com a inscrição *Itália* na parte superior da moeda, o valor *L.5* na parte inferior, à esquerda o brasão da Casa de Savóia e o ano no calendário gregoriano e, à direita, o “fascio” e o ano da era fascista em romano (FIGURA 11).

As moedas de vinte centavos também sofrem alterações e embora na coleção do museu o exemplar mais antigo seja de 1939, sua cunhagem tem início em 1936. Essa moeda traz em seu reverso o rosto de uma mulher voltada para a direita representando a Itália, o “Fascio” encontra-se sobreposto a ela, a inscrição *Itália* se encontra à esquerda seguindo o contorno da moeda e abaixo a inscrição do valor com o ano comum à direita e o fascista à esquerda (FIGURA 12).

As moedas de 50 centavos ganham em seu reverso uma águia em posição lateral com o corpo voltado para a direita e a cabeça para a esquerda, está apoiada sobre o “fascio”, à direita o ano no calendário gregoriano com o ano fascista abaixo e na parte final da moeda a inscrição do valor e do brasão da Casa de Savóia. A moeda de uma Lira traz no reverso uma águia sobreposta a um “fascio” em posição semelhante às moedas romanas, traz a inscrição “Itália” na parte superior da moeda, abaixo, à esquerda, o ano no calendário gregoriano e à direita o ano fascista e, na parte final da moeda, a inscrição do valor e o brasão da Casa da Savóia (FIGURA 13).

Ao analisar a simbologia presente nos caracteres da série de moedas do rei Vittorio Emanuele III nos foi possível perceber, primeiramente, uma grande quantidade de símbolos que remetem ao Império Romano. O primeiro destes é a águia, com modelos tipicamente romanos, que simbolizam coragem, poder, soberania. O segundo é o *fascio* que era empregado pelos romanos como símbolo dos magistrados, denotando o poder do Estado e a unidade do povo, tal símbolo foi adotado por Benito Mussolini como representação do regime *Fascista*. Além disto, temos a presença dos algarismos romanos para representar o *ano do Fascismo*, tal representação, por exemplo, nos permite perceber em que momento esse regime deixou de ser velado e passou a ser majoritário enquanto doutrina no poder político da Itália.

Podemos observar também o uso de alegorias para a transmissão e afirmação dos ideais fascistas como, por exemplo, o nacionalismo expresso pela figura feminina que representa a Itália e que está sob o fascio, denotando sua submissão ao regime. Outra alegoria é a da família, observada sob dois aspectos, tanto legitimando sua importância enquanto instituição social, como representando a Itália no sentido de mãe, de nação acolhedora e fértil. Por fim podemos observar a inserção do Brasão da Casa de Savóia como forma de lembrar que a Itália ainda era governada por um monarca dessa dinastia. Desse modo ao analisarmos os caracteres presentes nessas moedas, nos foi possível percorrer alguns dos momentos políticos relacionados ao período de emissão da série de moedas estudada, observando transformações relacionadas ao então reino da Itália.



Figura 04: Moeda pertencente ao reinado de Vittorio Emanuele II. Foto Ana Oliveira.



Figura 05: Moeda pertencente ao reinado de Umberto I. Foto Ana Oliveira.



Figura 06: Moeda pertencente ao reinado de Vittorio Emanuele III. Foto Ana Oliveira.



Figura 07: Moeda pertencente ao reinado de Vittorio Emanuele III. Foto Ana Oliveira.



Figura 08: Moeda pertencente ao reinado de Vittorio Emanuele III que apresenta o *fascio*. Foto Ana Oliveira.



Figura 09: Moeda pertencente ao reinado de Vittorio Emanuele III que apresenta uma variação no emprego do *fascio*.

Foto Ana Oliveira.



Figura 10: Moeda que apresenta o Brasão da Casa de Savóia associado ao *fascio*. Foto Ana Oliveira.



Figura 11: Moeda pertencente ao reinado de Vittorio Emanuele III, conhecida como "a família". Foto Ana Oliveira.



Figura 12: Moeda que apresenta o *fascio* sobreposto a uma alegoria da Itália. Foto Ana Oliveira.



Figura 13: Moeda que apresenta uma variação no emprego da águia associada ao *fascio*. Foto Ana Oliveira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da coleção arqueológica do Museu Dom Avelar Brandão Vilela nos permitiu observar que ela compartilha uma situação de abandono vivenciada por outras coleções arqueológicas presentes em outros museus brasileiros. Essa situação é corroborada pela ausência de pesquisas que busquem o aproveitamento científico dessas coleções bem como a realização de ações de socialização do conhecimento junto à comunidade, visando estabelecer laços de pertencimento e herança entre a sociedade e as coleções. Por isso a necessidade de estudos que adotem a perspectiva das coleções como objetos de estudo.

A partir do trabalho de pesquisa anteriormente citado conseguimos avaliar o quanto é grande e diverso o potencial informativo dessa coleção. O estudo de caso referente à série de moedas italianas pertencentes ao reinado de Vitório Emanuele III nos permitiu perceber a diversidade de pesquisas que podem ser feitas com apenas séries dessa coleção. No caso, foi possível identificar as diferentes situações políticas relevantes pelas quais passou o seu reinado, como Primeira Guerra Mundial, o Fascismo e a Segunda Guerra Mundial, que culminaram na sua renúncia e no fim da monarquia na Itália, isto, percebido também através da análise dos caracteres das moedas.

Outras associações podem ser feitas ainda dentro do mesmo assunto, tendo em vista que moedas da Albânia relativas ao período de ocupação italiana também pertencem a Vitório Emanuele III e, também possuem caracteres que comparados àqueles adotados pelas moedas italianas de mesmo período podem nos oferecer diversas informações sobre essas sociedades. Dessa forma podemos perceber a necessidade de serem propostas outras análises específicas a partir da coleção de arqueologia do Museu Dom Avelar Brandão Vilela.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARCELOS NETO, A. Coleções etnográficas do auto Xingu: 1984 – 1998. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo: EDUSP, n. 9, 1999.
- BREFE, A.C.F. *O Museu Paulista: Affonso de Taunay e a memória Nacional, 1917 – 1945*. São Paulo: EDUNESP, 2005.
- BRUNO, M.C.O. *Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema*. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Programa de Pós-Graduação Interdepartamental em Arqueologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo/USP, 1995.
- BRUNO, M.C.O. Museologia: algumas ideias para a sua organização disciplinares. *Cadernos de Sociomuseologia: Centro de Estudos de Sociomuseologia*, Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, n.9, 1996.
- BRUNO, M.C.O. Musealização da Arqueologia. *Cadernos de Sociomuseologia: Centro de Estudos de Sociomuseologia*, Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, n. 17, 1999.
- CÂNDIDO, M.M.D. *Arqueologia musealizada - Patrimônio Cultural e preservação em Fernando de Noronha*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Programa de Pós Graduação em Arqueologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo/USP, 2005.
- O Dia* – Ano XXII – nº3956 / 13 de Julho de 1974, pág. 5.
- MARTINS, D.C.; BREDI, J. I. Pa-salv-cb: divulgação museal. *Revista da SAB*, n. 14/15, São Paulo: SAB, 2001/2002 b.
- MOTTA, M.M.M. História e Memórias. In: *História – Pensar é fazer*. Laboratório Dimensões da História. Rio de Janeiro: UFF, 1988.
- ORIÁ, R. Memória e ensino de história. IN: BITTENCOURT, C. (Org.). *O saber histórico na sala de aula*. Ed.7. São Paulo. Contexto, 2002.
- SAVOIA, V.E.F.M. *Corpus Nummorum Italicorum: primo tentativo di un catalogo generale delle monete medievali e moderno coniate in Italia o da italiani in altri paesi*. v.1. Roma: Forni, 1910.
- SCHAER, R. *L'invention des Musées*. 2.ed. Paris: Gallimard, 2000.
- SCHWARCS, L.M. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SILVA, A.S.N.F. *Musealização da Arqueologia: diagnóstico do patrimônio arqueológico presente em museus potiguares*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade de São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia: Programa de Pós-Graduação em Arqueologia.
- ASA: <http://www.asateresina.org.br/> acessado (Acesso em: 15 em 10/11/2011).

**ARQUEOTURISMO NO ESTADO DO AMAZONAS – DA TEORIA À PRÁTICA:
O CASO DA GRUTA DO BATISMO**
ARCHAEO TOURISM IN AMAZONAS STATE – FROM THEORY TO PRACTICE: A CASE STUDY AT GRUTA
DO BATISMO

Margaret Cerqueira
Edithe Pereira

Vol. XI | n°22 | 2014 | ISSN 2316 8412



ARQUEOTURISMO NO ESTADO DO AMAZONAS – DA TEORIA À PRÁTICA: O CASO DA GRUTA DO BATISMO

Margaret Cerqueira¹
Edithe Pereira²

Resumo: Diferentemente da Europa, onde há uma tradição consolidada, o arqueoturismo no Brasil ainda está em construção. No Amazonas, o potencial arqueológico é grande. Sítios e materiais arqueológicos vêm sendo registrados desde as expedições dos primeiros naturalistas e viajantes até os dias atuais. No entanto, são incipientes as pesquisas voltadas para o aproveitamento do patrimônio arqueológico como atrativo turístico por meio de ações planejadas que possam vir a contribuir com a preservação do bem cultural. Este artigo, sem a pretensão de um aprofundamento bibliográfico, apresenta o sítio arqueológico Gruta do Batismo, para o qual foi feito o planejamento como atrativo turístico – nunca efetivado – e que vem sendo depredado ao longo dos anos revelando a falta de diálogo entre os órgãos federais, estaduais, municipal e privado, responsáveis pela proteção do patrimônio arqueológico.

Palavras chaves: Turismo Arqueológico, Patrimônio Cultural, Arqueoturismo.

Abstract: In contrast to Europe, where there is a consolidated tradition of archaeotourism, this practice is under construction in Brazil. The archaeological potential of the Amazon is great. Sites and archaeological material have been identified from early expeditions of naturalists up through the present. However, research is incipient on the use of Brazilian archeological heritage as a tourist attraction that, through coordinated actions, can contribute to the preservation of this cultural asset. This article focuses on the archaeological site Gruta do Batismo where a cultural tourism project was planned but never implemented and which suffers from constant degradation. We document the evident lack of communication between the parties - the federal, state, and local governments and the private sector - responsible for the protection of this archaeological heritage.

Keywords: Archaeological Tourism, Cultural Heritage, Archaeotourism.

INTRODUÇÃO

O interesse pelo passado da humanidade esteve sempre presente entre os diferentes grupos com capacidade cognitiva que se sucederam na escalada evolutiva. Nesse contexto, desenvolve-se também uma simpatia pela apropriação de objetos representativos para os diferentes grupos humanos, dando origem aos colecionadores e como desmembramento, ao conceito de preservação, no sentido de ter a posse e garantir a manutenção daquele bem, mesmo que este conceito ainda não tivesse sido cunhado. De qualquer forma, este conceito, mesmo que não estivesse claro e cientificamente definido, fazia parte do inconsciente dessas pessoas que se apropriavam de um bem, apenas pelo fato de lhes proporcionar prazer.

Uma das primeiras definições do conceito de arqueologia³ se associava apenas ao segmento pré-histórico, possivelmente pela necessidade de responder a questões existenciais, a exemplo: quem sou eu?

¹ Arqueóloga Graduada pela Universidade Estadual do Amazonas (UEA), Brasil, e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas (PPGAS/UFAM), Brasil.

² Arqueóloga – Museu Paraense Emílio Goeldi, Brasil. Pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil.

De onde venho? Que sempre permearam a mente do homem anatomicamente moderno, o *Homo sapiens sapiens*.

A arqueologia busca conhecer os processos culturais que constituem a história das sociedades do passado e sua relação com as sociedades contemporâneas, por meio dos testemunhos arqueológicos que são encontrados em diferentes níveis de conservação. Para Childe, “os dados arqueológicos são constituídos por todas as alterações no mundo material resultantes da ação humana, ou melhor, são os restos materiais da conduta humana” (1977, p.10).

Na esteira do conhecimento arqueológico foram surgindo outros segmentos ou outras denominações: arqueologia histórica, que no Brasil surgiu por volta dos anos de 1960, muito embora na Europa já estivesse em franca expansão; arqueologia pré-colonial, emergente no Brasil na década de 1990, por se entender que o prefixo “pré” antecederia a história admitida somente após o surgimento da escrita, dentre outros.

Certo é que nas experimentações de acertos ou erros, instaurou-se um campo propício para vários enfoques nos estudos arqueológicos como o estudo da Cultura Material (vasos, utensílios líticos, casas ou estrutura de casas, arte rupestre); dos restos humanos e/ou práticas funerárias (como eram e viviam, presença de doenças, dieta alimentar e processos de sepultamento); e da população em geral (estrutura da sociedade e outros).

Os diversos enfoques da pesquisa arqueológica possibilitam cada vez mais conhecer o passado da humanidade, o que torna ainda mais fascinante os lugares onde as antigas populações viveram ou deixaram o registro da sua passagem. Esses lugares – os sítios arqueológicos – constituem hoje um atrativo turístico em diversas partes do mundo. As pirâmides do Egito, a cidade Inca de Machu Picchu, no Peru, as Grutas Paleolíticas da Europa, os sítios com a arte rupestre da Serra da Capivara no Brasil são alguns exemplos de lugares que recebem visita pública.

Para Souza e Corrêa (1998), o turismo científico vai subsidiar uma das primeiras abordagens de visita a sítios arqueológicos, depois turismo cultural (onde a arqueologia se inscreve), seguido pelo turismo arqueológico cuja denominação variou ao arqueoturismo, sendo essa última terminologia difundida nos anos 2000. O arqueoturismo caracteriza-se pelo interesse do turista em procurar as áreas com evidências materiais de sociedades pregressas que trazem informações objetivas e/ou subjetivas acerca de suas dinâmicas culturais. Para Manzato (2005), o turismo arqueológico é um processo proveniente do interesse e permanência do visitante nos sítios arqueológicos que permitam a visita terrestre ou aquática, sejam eles pré-históricos ou históricos.

Nessa linha, Pereira e Figueiredo (2005), em uma análise aos sítios arqueológicos dos municípios de Monte Alegre e São Geraldo do Araguaia, no Estado do Pará, discorrem sobre a necessidade de estudos

³ Vocábulo de origem grega cuja decodificação: archaios = antigo + logos = estudos, tratado etc., ou seja, o estudo do antigo.

multidisciplinares prévios para subsidiar as ações planejadas para o aproveitamento do patrimônio arqueológico como atrativo turístico.

As primeiras experiências de visitação pública a sítios arqueológicos no Brasil data do final da década de 1970, no sítio arqueológico Sambaqui do Forte, município de Cabo Frio, no Rio de Janeiro. O projeto foi coordenado pela arqueóloga Lina Maria Kneip, do Museu Nacional, que desenvolveu uma campanha de sensibilização quanto à preservação do patrimônio arqueológico junto aos moradores, visto que eles coletavam os objetos arqueológicos provenientes do Sambaqui⁴ e os descartavam no mar ou em lugares incomuns. Durante as escavações no Sambaqui do Forte, a arqueóloga sugeriu que esses objetos fossem depositados na igreja por ser um lugar comum a todos. Assim, a igreja local que já era alvo de visitação turística passou a agregar o patrimônio arqueológico como atrativo turístico. Na sequência, o próprio sítio Sambaqui do Forte foi aberto para visitação sendo monitorada pela arqueóloga Lina Maria Kneip (informação pessoal de Arminda Mendonça de Souza).

No Brasil, os estudos sobre arqueoturismo ainda são incipientes e a maior parte das informações encontra-se dispersa, o que dificulta a sua consulta. Alguns estudos apresentam quantificações não consensuais de sítios arqueológicos abertos à visitação pública.

A título de introdução sobre o tema do arqueoturismo no Brasil é possível apresentar três quadros que discutem o patrimônio arqueológico como atrativo turístico e posterior produto: Andrade (2007) trata sobre o turismo arqueológico na Amazônia, particularmente no Estado do Pará; Thomaz e Ferreira (2012) na perspectiva da analogia entre o aproveitamento para visitação dos Parques Arqueológicos da Espanha e do Brasil; e Guimarães (2012) acerca do turismo arqueológico em Iranduba, no Estado do Amazonas. Todos partem do entendimento de que atrativo turístico é todo e qualquer patrimônio passivo de sofrer intervenções planejadas com vistas a promover o fluxo de turistas, por meio de infraestrutura que possibilite o acesso do turista e a garantia da preservação do bem cultural.

A pesquisa de Andrade (2007) identificou no Brasil 152 sítios arqueológicos considerados como atrativos turísticos e que recebem visitação pública. Foram considerados os sítios pré-históricos e os históricos classificados por meio das ações “planejadas” e “não planejadas”. Em análise por região, a autora identificou para o Centro-Oeste (GO, MS e MT) 6 sítios, para o Nordeste (BA, CE, PB, PE, PI, RN e SE,) 87 sítios, para o Norte (AP, PA, RO, RR) 20 sítios, para o Sudeste (MG, RJ e SP) 28 sítios, e para a região Sul (PR, RS e SC) 11 sítios. Logo, esse quadro apresenta as cinco regiões do Brasil com potencial para o arqueoturismo, muito embora nem todos os Estados fossem considerados dotados com ações “planejadas” para a prática do turismo.

Thomaz e Ferreira (2012) embasam seus trabalhos em uma perspectiva relacional entre os Parques Arqueológicos da Espanha e do Brasil buscando entender o tratamento do patrimônio arqueológico como

⁴ Sambaqui é a denominação usada para sítios arqueológicos formados por conchas univalves e/ou bivalves, onde é recorrente os vestígios de sepultamento. Muito comum no litoral, mas havendo também os sítios sambaqueiros fluviais, como em Rondônia.

atrativo turístico. Com isso, identificaram quatro parques na Espanha, organizados pela Rede Galega do Patrimônio Arqueológico da Galícia (RGPA): Parque Arqueológico do Megalitismo, Parque Arqueológico de Arte Rupestre, Parque Arqueológico da Cultura Castreña e o Parque Arqueológico do Mundo Romano. Nesses, o patrimônio cultural trabalhado como atrativo turístico tem sido promissor para a preservação e para o progresso comunitário. No Brasil foi identificado somente o Parque Nacional Serra da Capivara, no Estado do Piauí, criado em 1979 e inscrito na UNESCO, em 1991, como Patrimônio Mundial, com mais de 600 sítios com arte rupestre⁵.

Esse quadro evidencia como os inúmeros sítios identificados no Brasil podem se beneficiar com o arqueoturismo, a partir da perspectiva de preservação do patrimônio arqueológico e promoção da autogestão comunitária, a exemplo da Serra da Capivara que vem mantendo alguns programas por meio da prática de visitação monitorada aos seus sítios arqueológicos de arte rupestre.

Adriana M. Guimarães (2012), em sua tese de doutorado, trata especificamente do aproveitamento turístico do patrimônio arqueológico no município de Iranduba, Estado do Amazonas. Essa autora apresenta uma proposta para trabalhar os atrativos arqueoturísticos de três sítios na cidade de Iranduba: o Hatahara (proposta de musealização de sítio a céu aberto em área urbana), Paricatuba (proposta de interpretação e sinalização da Vila de Paricatuba), e Lago do Limão (proposta de um Centro de Artesanato e Réplicas do Lago do Limão, para a comercialização de réplicas de cerâmica arqueológica entre outros). Essa proposta surgiu como resultado das pesquisas que subsidiaram sua tese a partir da discussão de que o patrimônio arqueológico, como atrativo turístico, pode servir como complementariedade a outros recursos naturais e culturais no âmbito do turismo. Pois, no Brasil, ainda não há tradição do uso do sítio arqueológico como atrativo turístico.

O POTENCIAL ARQUEOLÓGICO DO ESTADO DO AMAZONAS

O potencial arqueológico do Estado do Amazonas vem sendo registrado desde o século XIX por naturalistas e viajantes, a exemplo do brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira⁶ (2008) e do etnólogo alemão Theodor Koch-Grünberg⁷ (2005). Em momento posterior aos naturalistas, há os registros dos arqueólogos Paul Hilbert, no final da década de 1950, passando por Mário Ferreira Simões, nos anos de 1970 e 1980⁸,

⁵ De acordo com acesso ao Wikipédia. Disponível em: <http://es.wikipedia.org/wiki/Parque_Nacional_da_Serra_da_Capivara>. Acessado em 08/02/2013.

⁶ Baiano de nascimento foi mandado estudar em Portugal, obtendo as bênçãos da coroa é mandado ao Brasil com a incumbência de proceder à coleta de espécimes da flora e fauna, bem como, exemplares da cultura material dos grupos étnicos contemporâneos, criando um grande acervo dos índios Tikuna.

⁷ Etnólogo que empreendeu uma expedição ao noroeste Amazônico pelo rio Amazonas, na fronteira da Colômbia e Venezuela, entre os anos de 1903 e 1905, registrando visualmente a cultura indígena, detendo-se em especial ao entendimento das sinalações rupestres ao longo do alto rio Negro e seus afluentes.

⁸ No âmbito do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas - PRONAPA e do seu sucedâneo Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica - PRONAPABA.

chegando ao conturbado resgate arqueológico do Programa de Salvamento do Patrimônio Cultural e Arqueológico na Área do Reservatório da UHE, Balbina – SAUHEB⁹ -, no final da década de 1980.

As pesquisas do Projeto Amazônia Central (PAC)¹⁰, realizadas entre 1995 e 2012 contribuíram fortemente para evidenciar o patrimônio arqueológico do Estado do Amazonas e ampliar as informações sobre a ocupação pré-colonial desse Estado (GUIMARÃES, 2012).

Além desses, projetos voltados para a arqueologia histórica do centro de Manaus (ZANETTINI *et al.*, 2002) e para o conhecimento de novas áreas nas regiões do médio e baixo rio Amazonas (informação pessoal de Helena Lima Pinto) vem evidenciando ainda mais o patrimônio arqueológico do Estado¹¹. No entanto, nenhum deles tem como foco ou desmembramento o arqueoturismo, apesar de alguns aceitarem a visitação turística como experiência de viabilidade, mas não com ações planejadas específicas. Dentre elas destacam-se os desenvolvidos pela Secretaria de Estado da Cultura – SEC, focados no segmento da arqueologia histórica, no centro de Manaus, um dos quais, coordenado por Paulo Eduardo Zanettini e outro no sítio da catedral, pela equipe da SEC.

Atualmente, algumas centenas de sítios arqueológicos estão registrados no Amazonas, o que torna evidente o potencial do Estado para o arqueoturismo. Vários desses sítios poderiam receber estudos de viabilidade para o seu uso, não só pela sua importância no contexto da história da Amazônia, mas também porque parte deles já recebem visitas não planejadas. Essas visitas ocorrem pelo fato de os sítios¹² estarem localizados próximos a áreas com atrativos naturais - como cachoeiras (locais onde é comum a presença de arte rupestre) - e, culturais - representados pelas zonas rurais, onde é comum a ocorrência de sítios cerâmicos.

Diante dessa situação, Guimarães (2012, p. 127) questiona o fato de não se considerar oficialmente a existência de um turismo arqueológico no Norte do País. Tomando como base o Amazonas, a autora embasa tal afirmativa a partir dos quatro principais destinos turísticos desse Estado elencados pelo Ministério do Turismo e que são: Barcelos com o ecoturismo, a pesca esportiva e a aventura; Manaus com o ecoturismo e turismo cultural, náutico, pesca, negócios e eventos; Parintins com o ecoturismo, o turismo cultural e o de pesca; Novo Airão, pontualmente, com o Parque Nacional das Anavilhanas, com cerca de 500 ilhas, cachoeiras, gravações rupestres entre outras atrações.

Guimarães (2012) informa, ainda, que recentemente houve a inserção de outros municípios com potencial turístico – Iranduba, Manacapuru, Itacoatiara, Novo Airão (incluindo outros atrativos), Autazes, Careiro, Careiro da Várzea, Silves, Rio Preto da Eva, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira,

⁹ Programa coordenado por Armanda Mendonça de Souza.

¹⁰ Projeto que ocorreu entre os anos de 1995 até meados de 2012, e coordenado por Eduardo Góes Neves, James Petersen e Michael Heckenberger.

¹¹ Há outros projetos em andamento nas regiões do médio e baixo rio Amazonas e na área da Estação Caldeirão da EMBRAPA / IRANDUBA-AM, coordenados por Eduardo Góes Neves e Helena Lima.

¹² Sítios com gravuras rupestres em Airão/AM, e os sítios Açutuba e Hatahara – Iranduba/AM, sendo este último divulgado em material impresso da prefeitura de Iranduba como atrativo turístico.

mas nenhum deles direcionado para o arqueoturismo. Talvez, baseado nestes dados a autora tenha proposto formatar os três sítios de Iranduba citados anteriormente, como produtos arqueoturísticos¹³.

O município de Presidente Figueiredo, no Amazonas, é conhecido pelas suas cachoeiras e cavernas, dentre outros atrativos que alavancaram o turismo local e promoveram um fluxo intermitente de turistas. O potencial arqueológico desse município foi evidenciado durante os trabalhos de salvamento arqueológico dos sítios que seriam afetados diretamente pela UHE- Balbina. Foram identificados 147 sítios arqueológicos, muitos dos quais impactados pela supressão vegetal para a abertura de ruas ou mesmo de acesso às áreas de empréstimo (informação pessoal de Arminda Mendonça de Souza). Um único sítio com pinturas rupestres foi identificado e ficou a salvo por estar localizado na Vila de Balbina, estando fora da área de impacto direto da hidrelétrica¹⁴ (SOUZA, 1995). Pelo menos 21 sítios com gravuras rupestres nos rio Uatumã, Pitinga e Santo Antônio do Abonari ficaram submersos. Numa tentativa de salvar algumas gravuras foram retiradas do seu local original - o sítio Cachoeira Balbina (AM-UR-47) - 4 blocos, cada um com uma gravura (FIGURA 02), e transportados para o Centro de Proteção Ambiental – CPA (FIGURA 01) que no ano de 1987 ainda estava em construção. Atualmente, o CPA está fechado e em ruínas (FIGURA 03).



Figura 01: Centro de Proteção Ambiental em 1994. Foto: Arminda Mendonça.

¹³ Em linguagem do segmento do turismo, “produto turístico” implica, entre outros, dispor de campanha de mídia capaz de despertar o interesse do turista para conhecê-lo, além de toda a infraestrutura necessária básica de qualidade, saneamento etc., despertando no turista a vontade de voltar ao lugar.

¹⁴ Sobre o quantitativo de sítios, há divergência nas informações: em Souza (1995), em trabalho acadêmico de mestrado impresso em papel timbrado do Conselho Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Amazonas.

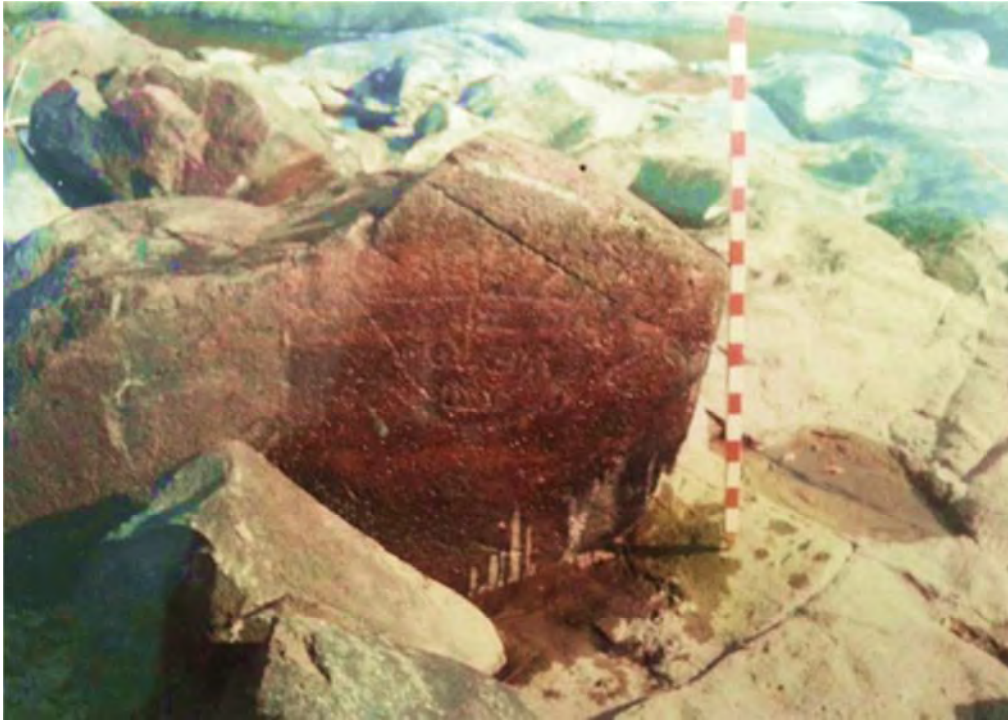


Figura 02: Bloco com gravura rupestre em área submersa pela Hidrelétrica e que foi levado ao CPA, em 1987.

Foto: Hamilton Salgado.



Figura 03: Interior do CPA e o bloco com gravura rupestre (FIGURA 02), cujo teto está sobre o suporte de uma tora em madeira improvisada, registrado em 2010. Foto: Margaret Cerqueira.



Figura 04: Registro feito em 1992 de um dos painéis da Gruta do Batismo antes do seu deslocamento parcial.

Foto: Marcus Vinícius Corrêa.

O único sítio que não foi atingido diretamente com a construção da UHE-Balbina foi a Gruta do Batismo, localizada na Vila de Balbina¹⁵. O maior impacto que este sítio sofreu e vem sofrendo, está relacionado com a visitação pública no local, sem que o mesmo esteja preparado para tal. A denominação do sítio foi mantida pelos pesquisadores em respeito a existência de uma “bica” (queda d’água) localizada antes da “Gruta”, como local de batismo evangélico. Além dessa atividade religiosa, a Gruta foi utilizada até o início de 2012 por caçadores para assar caça ou como abrigo no período das chuvas.

O avanço da degradação de um dos painéis do sítio é constatado a partir da comparação do registro fotográfico realizado pelo arqueólogo Marcus Vinícius Corrêa, em 1992 (FIGURA 04) e do registro realizado por alunos do curso de bacharelado em arqueologia da Universidade do Estado do Amazonas, no ano de 2010, em visita técnica ao sítio arqueológico (FIGURA 05).

¹⁵ A Vila de Balbina está localizada no município de Presidente Figueiredo e foi criada para abrigar os funcionários que trabalhavam na construção da UHE-Balbina e moradores da área. Atualmente, vivem cerca de 3,5 mil pessoas, mas somente 450 tem emprego. Sendo empregados da hidrelétrica e servidores municipais e estaduais, segundo a Associação de Moradores da Vila de Balbina.

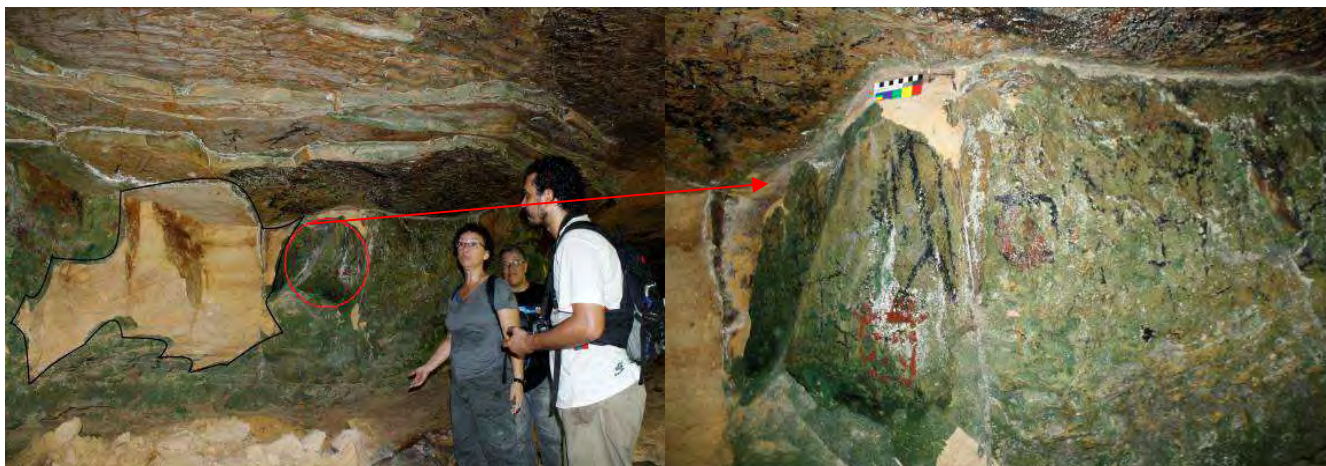


Figura 05: A área tracejada em vermelho corresponde ao painel com pinturas apresentada na figura 04. A área tracejada em preto corresponde ao deslocamento da rocha registrado em 2010. Foto: Margaret Cerqueira.

Houve o deslocamento de uma grande parte do suporte rochoso situado ao lado e abaixo de painéis com pinturas rupestres. A causa pode ter sido oriunda da ação humana (visto as marcas encontradas no suporte) ou da ação natural (visto que a rocha é friável), porém não foram realizadas análises que confirmassem tais hipóteses.

O reconhecimento da Gruta do Batismo como atrativo turístico foi formalizado com a elaboração de um plano de manejo específico para o local, produzido em 2005 pela empresa Ecosystema Consultoria Ambiental a pedido do Governo do Estado do Amazonas, por meio da Empresa Estadual de Turismo – AMAZONASTUR.

A GRUTA DO BATISMO

A Gruta do Batismo está localizada na Vila de Balbina, em Presidente Figueiredo-AM (FIGURA 06), e está a 107 km em linha reta da cidade de Manaus. O acesso ao sítio é fácil, sendo feito desde Manaus pela BR-174 adentrando a rodovia estadual AM-240, no entroncamento do km 102 desta BR.

A Gruta do Batismo (FIGURA 07) está registrada no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) com a sigla AM0010.

As pesquisas arqueológicas realizadas nesse sítio (QUADRO 01) se limitaram ao registro das pinturas rupestres através de fotos, filmagens e por decalque utilizando plástico transparente e informações em fichas próprias. Nenhuma escavação arqueológica foi feita na época do SAUHEB (Programa de Salvamento do Patrimônio Cultural e Arqueológico na Área do Reservatório da UHE, Balbina), em razão desse sítio não ser afetado diretamente pela implantação da Usina Hidrelétrica. A sua pesquisa foi realizada durante a segunda etapa do SAUHEB, em 1988, sob a nova coordenação do arqueólogo Adilson Rodrigues da Silva (informação pessoal de Arminda Mendonça de Souza). Com relação às pinturas rupestres, as informações

não são consensuais. Arminda Mendonça de Souza, arqueóloga responsável pelo preenchimento da ficha do CNSA, informou que existiam nas paredes internas da Gruta 22 sinalizações em três cores (vermelha, preta e amarela). No entanto, Corrêa (1994), responsável pelo estudo dos sítios com arte rupestre do SAUHEB, afirmou existir 24 sinalizações nas cores preta e vermelha.

A GRUTA DO BATISMO COMO ATRATIVO TURÍSTICO

A Gruta do Batismo é usada também para fins recreativos por parte dos comunitários porque em suas proximidades há uma pequena queda d'água e um lago. Avaliando a exposição da Gruta às ações antrópicas e naturais Corrêa (1994, p.110) afirma que: *“em função desta frequência, a gruta encontrava-se bastante depredada, com desenhos em carvão de antropomorfos junto às pinturas rupestres e gravações de nomes, tanto em carvão quanto em sulcos. Este fato era agravado por ser a gruta escavada em arenito”*.

Após ter sido identificada em 1986 como sítio arqueológico, a Gruta do Batismo teve um aumento significativo de visitação por parte de populares, em termos de fluxo turístico.

As agências de viagens desconheciam as pinturas rupestres ali existentes, não incluindo em seus pacotes, exceto as que faziam parte do Núcleo de Gerenciamento do Programa de Ecoturismo para a Amazônia Legal – PROECUTUR (NGP), sendo requisito para participar deste Programa os municípios que tivessem sítios arqueológicos, unidades de conservação (Ucs) e grupos étnicos indígenas (FIGURA 08).

Por preencher esses requisitos, Presidente Figueiredo foi um dos primeiros municípios escolhidos pelo PROECUTUR, em 1998, para compor o NGP. O seu destaque se deu principalmente por possuir até aquela data o único sítio com pinturas rupestres registrado no Amazonas, pois no âmbito das gravuras rupestres, a maioria dos municípios selecionados preenchia o requisito (informação pessoal de Arminda Mendonça de Souza¹⁶). Como resultado das ações de implementação do NGP, houve tão somente a tentativa de ordenar o seguimento turístico por meio da organização dos proprietários de cachoeiras e de áreas com outros atrativos turísticos.

Em decorrência dessa tratativa, a Gruta foi alvo de visitação turística, mas sem infraestrutura de acesso e que foi dificultada pela grande quantidade de resíduos sólidos depositados na entrada do acesso principal. Por esse motivo, segundo informação de moradores, a Gruta voltou a ser procurada apenas por caçadores ou por jovens que praticam caminhadas. Apesar da diminuição do número de visitantes, os problemas de conservação persistiram e se agravaram em decorrência dos diferentes depósitos de alteração e deslocamento do suporte rochoso favorecido por ser um arenito bastante friável. Mesmo com os

¹⁶ Arminda Mendonça de Souza, Diretora Técnica de Desenvolvimento Turístico da AMAZONASTUR.

problemas de conservação apontados por Corrêa em 1994 e que foram também enfatizados no Plano de Manejo do sítio em 2005, nenhuma ação foi feita no sentido da conservação do sítio até o ano de 2013.

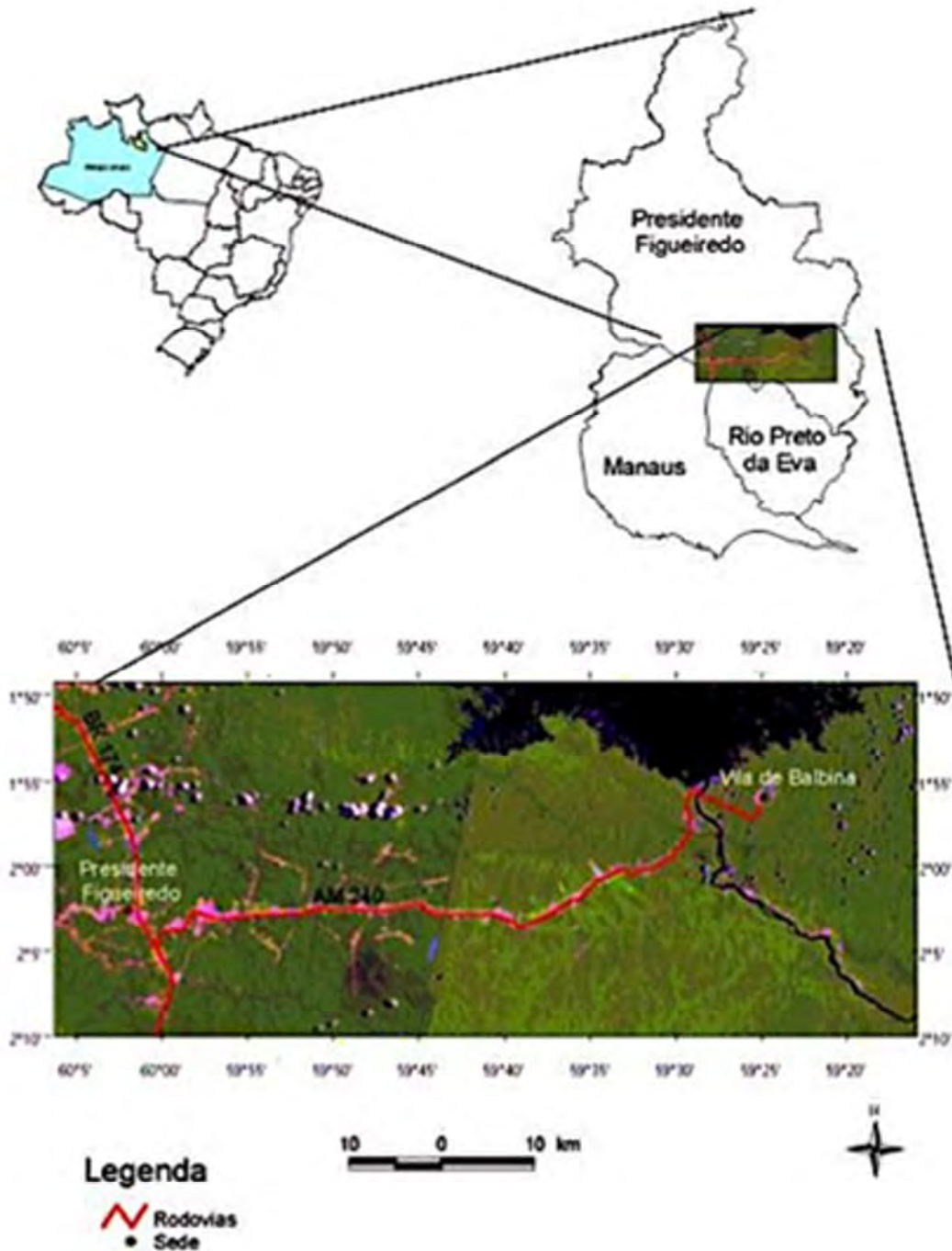


Figura 06: Localização do Município de Presidente Figueiredo e da Vila de Balbina. Fonte: Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Ciências Exatas, Departamento de Geociências. GIRÃO, F.E. (2004).

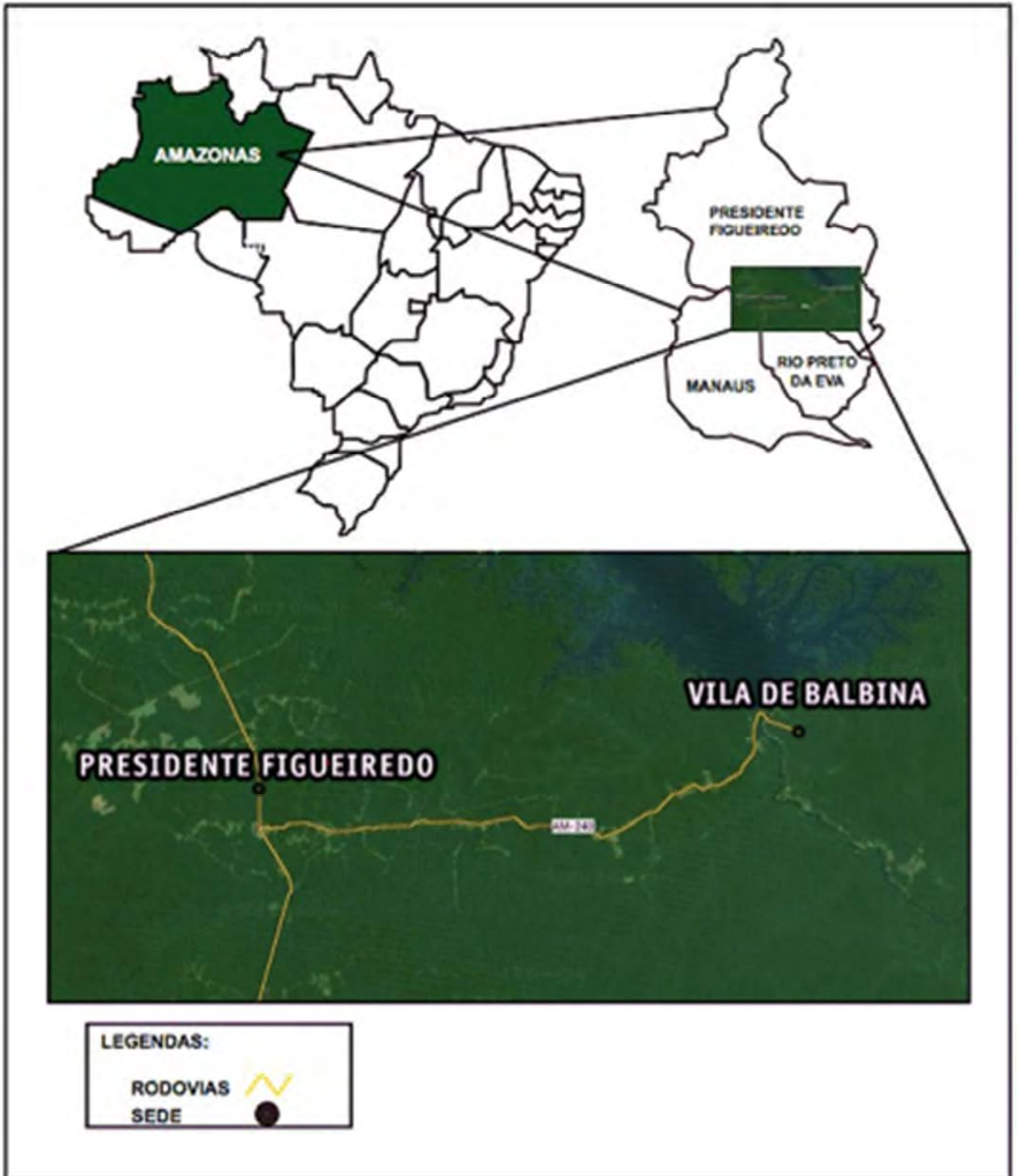


Figura 07: Imagem adaptada de GIRÃO, F.E. 2004. Mapa de Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Ciências Exatas, Departamento de Geociências.

ATIVIDADE	INSTITUIÇÃO	E/OU	ANO	E/OU	RESULTADOS
	PESQUISADOR (A)		PERÍODO		
Programa de Salvamento do Patrimônio Cultural e Arqueológico na Área do Reservatório da UHE- Balbina e seu entorno (SAUHEB).	Arqueóloga	Arminda Mendonça de Souza.	1986		Identificação do sítio.
Programa de Salvamento do Patrimônio Cultural e Arqueológico na Área do Reservatório da UHE- Balbina e seu entorno (SAUHEB).	Arqueóloga	Arminda Mendonça de Souza, Marcus Vinícius Corrêa, Walter Castilho da Rocha e Adilson Silva.	1987/1988		Levantamento das pinturas rupestres.
Plano de Manejo Espeleológico e Projetos Específicos de Infraestrutura e Sinalização do Sítio Arqueológico Gruta do Batismo, Presidente Figueiredo-AM.	Ecosistema Ambiental	Consultoria	2005		Indicação da Gruta como Unidade de Conservação na categoria Patrimônio Natural com uso restrito à contemplação do bem arqueológico e estudo de capacidade de carga para o arqueoturismo.
Curso de formação de Monitores em Ecoturismo para a Gruta do Batismo.	CETAM	Instrutor: Ronisley Martins.	2007		Formação técnica direcionada aos comunitários à luz do Plano de Manejo da Gruta.
Curso de formação de Guia para a Gruta do Batismo	CETAM	Instrutor: Ronisley Martins.	2008		Formação técnica aberta a alunos do Estado à luz do Plano de Manejo da Gruta.
Atividade extraclasse dos alunos do curso de bacharelado em Arqueologia.	Universidade do Estado do Amazonas	Professores: Doutora Edithe Pereira e Msc. Raoni Valle.	2010		Observação da Gruta e constatação da degradação, possivelmente, por ações antrópicas e naturais.
Atividade extraclasse dos alunos do curso de bacharelado em Turismo	Universidade do Estado do Amazonas	Professora: Msc. Arminda Mendonça de Souza.	2010		Análise da Gruta e seu entorno na perspectiva do Ecoturismo.

Quadro 01: Atividades realizadas na Gruta do Batismo entre os anos de 1986 e 2010.

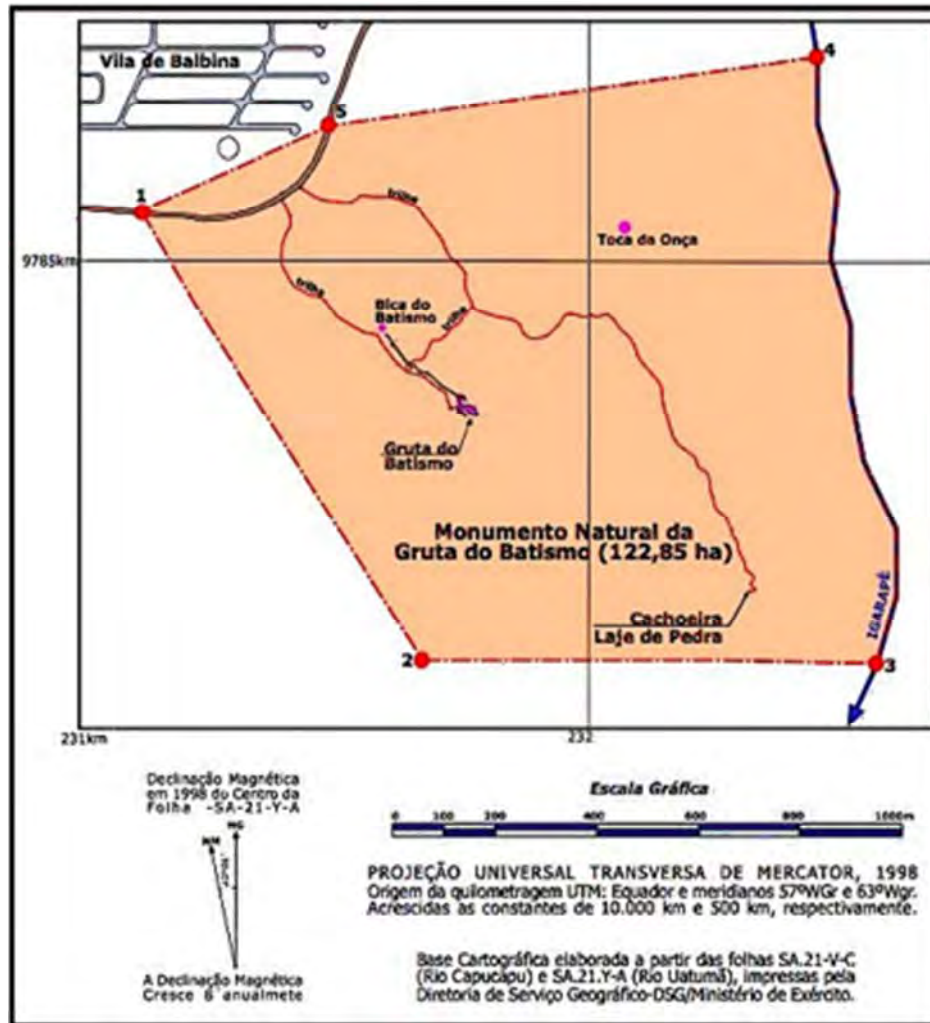


Figura 08: Localização da Gruta do Batismo na Área sugerida para a Unidade de Conservação. Fonte: Plano de Manejo Espeleológico e Projetos Específicos de Infra-Estrutura e Sinalização do Sítio Arqueológico Gruta do Batismo, Presidente Figueiredo / AM. (2005).

PLANO DE MANEJO DA GRUTA DO BATISMO

Plano de Manejo é um mecanismo ordenado e oficial de zoneamento das Unidades de Conservação, com técnicas de planejamento ecológico capazes de elaborar propostas de desenvolvimento físico a partir de diretrizes básicas para o manejo da Unidade (IBAMA, 1996).

O Plano de Manejo Espeleológico e Projetos Específicos de Infraestrutura e Sinalização do Sítio Arqueológico Gruta do Batismo, Presidente Figueiredo-AM foi elaborado no final de 2005 pela empresa Ecosystema Consultoria Ambiental¹⁷.

¹⁷ Sob coordenação geral da Bióloga MSc. Gisele Cristina Sessegolo, tendo como contratante a Empresa Estadual de Turismo (AMAZONASTUR), por meio do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo da Amazônia Legal (PROECOTUR) e do Ministério do

Os estudos contemplados nesse plano de manejo levaram em conta não apenas a Gruta, mas também o seu entorno, por entender que não seria suficiente sugerir ações de manejo turístico voltadas somente para a Gruta. Com isso, houve a indicação para transformação em Unidade de Conservação Integral na categoria Monumento Natural¹⁸ com uso restrito à contemplação do sítio arqueológico de arte rupestre e estudo de capacidade de carga para o arqueoturismo, em consonância com o Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC).

A indicação dessa categoria partiu do entendimento de que não haveria como compatibilizar as diversas atividades realizadas na Gruta e seu entorno, com as ações promotoras da conservação do bem cultural e uso sustentável do local.

De acordo com o Plano de Manejo, sendo a área de instalação do sugerido Monumento Natural de domínio da Eletronorte, haveria, ainda, a possibilidade de uma gestão compartilhada com a prefeitura municipal de Presidente Figueiredo. A proposta veiculada no Plano de Manejo foi resumida no quadro 02.

1. Regularizar a atividade pertinente ao uso dos atrativos turísticos (capacidade de suporte);
2. Prática de atividade na localidade;
3. Prestação de serviços;
4. Recolhimento de tributos públicos e gestão da atividade;
5. Políticas públicas Municipais adequadas para o desenvolvimento da atividade;
6. Incentivar a organização social para o desenvolvimento da atividade turística na Gruta do Batismo.

Quadro 02: Propostas do Plano de Manejo

CONSIDERAÇÕES FINAIS: DA TEORIA À PRÁTICA?

Discorrer sobre qualquer “prática” voltada a minimizar os danos ao sítio arqueológico de arte rupestre Gruta do Batismo é difícil. Isto porque todos os dados levantados que subsidiam este artigo nos levam a crer que pouco ou quase nada foi feito para salvaguardar o patrimônio arqueológico. Haja vista que se tem uma cronologia de fatos que deveria convergir para o manejo sustentável do único sítio de pinturas rupestre registrado e conhecido no Amazonas¹⁹.

Nesse contexto, conclui-se que o Plano de Manejo está caracterizado como a parte teórica de todo o processo e que a parte prática consistiu tão somente nos trâmites restritos aos órgãos competentes, sendo

Meio Ambiente (MMA), atualmente esse Programa integra a pasta do Ministério do Turismo (MTUR). O aporte financeiro veio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

¹⁸ Entende-se como Monumento Natural, conforme o previsto no art. 12 da Lei nº 9985/200, os sítios naturais raros e com singularidades ou grande beleza.

¹⁹ Há informações orais acerca da existência de outros sítios de pinturas rupestres, mas esses dados não estão disponíveis.

eles a Empresa Estadual de Turismo (AMAZONASTUR), a Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), a Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo, a Gerência de Energia da Amazonas Energia, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o Instituto Chico Mendes (ICMBIO), que não ganharam maiores proporções quanto à efetiva preservação do patrimônio brasileiro. Entre os meses de março e julho de 2011, esses órgãos procederam a uma discussão sobre a preservação do sítio localizado em Área de Proteção Ambiental – APA de Presidente Figueiredo, após terem sido provocados pelo IPHAN mediante denúncia acerca da falta de proteção ao sítio arqueológico.

Como resultado desse imbróglia houve uma portaria municipal proibindo a visita à Gruta e o estabelecimento de vigilância 24h por dia até a recuperação das agressões sofridas, a retirada de três placas de sinalização que indicavam o acesso ao sítio e a tentativa de se criar uma Lei Municipal de Interdição da Gruta do Batismo até que fosse definida a infraestrutura adequada de visita. Importante ressaltar que as placas foram colocadas por iniciativa da AMAZONASTUR frente aos atrasos das decisões Municipais de Presidente Figueiredo e da necessidade de dotar de infraestrutura turística os municípios, sendo que o aporte financeiro foi proveniente do Ministério do Turismo destinado à implantação de sinalização turística. O que demonstra a falta de afinidade entre os discursos Estadual e Municipal.

De forma imparcial é possível inferir que a ação prática prevista na Constituição Federal Brasileira, artigo 216, inciso V, que trata dos “sítios de valor histórico, paisagístico e arqueológico”, bem como em seu parágrafo 1º, quando enfatiza que o “poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação” não saiu da teoria, mesmo com um diagnóstico técnico-científico que foi o Plano de Manejo da Gruta. Lamentavelmente esse Plano de Manejo nunca foi implementado porque a Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo não dispunha de recursos financeiros para executá-lo (informação pessoal de Francisco Everardo Girão²⁰). Dessa forma fica evidente a falta de diálogo entre os órgãos públicos municipal, estadual e federal, bem como uma provável falta de compromisso de empresas construtoras que cumprem minimamente as leis para poderem construir e que após a obra concluída esquecem as responsabilidades para com o patrimônio resgatado.

O investimento do dinheiro público do Governo Federal e do Estado do Amazonas no Plano de Manejo e o reconhecimento da latente necessidade de criar ações planejadas para o uso da Gruta encerraram-se no reflexo das ações degradantes e do uso sem planejamento do sítio arqueológico por turistas e comunitários. Sendo essa conclusão corroborada na perspectiva do turismo de Guimarães (2012, p.129) que diz:

²⁰ Geógrafo e Chefe de Departamento de Programas e Projetos da Empresa Estadual de Turismo do Amazonas – AMAZONASTUR.

O que acontece no município de Presidente Figueiredo é emblemático. Devido à existência de grutas com pinturas rupestres, o aproveitamento turístico do patrimônio arqueológico segue a mesma lógica imediatista descrita anteriormente: insere-se no mercado turístico aquilo que poderá atrair facilmente, mesmo sem planejamento e estruturação para tal. Uma lógica perigosa, que aponta para a necessidade absoluta de mudanças na mentalidade política local.

Com isso, tem-se essa problemática exposta que demanda a retomada emergencial das discussões de preservação do sítio arqueológico da Gruta do Batismo, que poderá ter danos irreversíveis caso não haja ações fluidas voltadas à sensibilização dos órgãos gestores do bem público para consolidar a interdição da Gruta do Batismo pelo IPHAN, e restringir seu uso às pesquisas científicas devidamente autorizadas por instâncias responsáveis pela sobrevivência do patrimônio arqueológico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRANDÃO, A. *A viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira à Amazônia*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas/Secretaria de Estado da Cultura e Turismo, 1999. Segunda Edição, Manaus: Valer, 2008.
- CHILDE, V. G. *Introdução à Arqueologia*. Lisboa: Publicações Europa, s/d.
- CORRÊA, M.V. *As gravações e pinturas rupestres na área do reservatório da UHE Balbina/AM*. Dissertação (Mestrado em Arte), Escolas de Belas Artes da UFRJ, Rio de Janeiro, 1994.
- ECOSISTEMA CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA. *Plano de Manejo Espeleológico e Projetos Específicos de Infraestrutura e Sinalização do Sítio Arqueológico Gruta do Batismo/AM*. Manaus: AMAZONASTUR, 2005.
- FERREIRA, A.R. *Viagem Filosófica pelas capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Matogrosso e Cuiabá*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.
- FIGUEIREDO, S.L.; PEREIRA, E. *Turismo e Arqueologia na Amazônia - Brasil: aspectos de Preservação e planejamento*. IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. UAM/ANPTUR, 2007.
- GIRÃO, F.E. *Aspectos geomorfológicos do Município de Presidente Figueiredo-AM: Um Estudo de Caso no Trecho das Rodovias BR 174 e AM 240*. Dissertação (Mestrado em Geociência) - Instituto de Ciências Exatas do Programa de Pós-Graduação em Geociências da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2005.
- GUIMARÃES, A.M. *Aproveitamento Turístico do Patrimônio Arqueológico do Município de Iranduba/AM*. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.
- KOCH-GRÜNBERG, T. *Dois anos entre os Índigenas - Viagens no noroeste do Brasil (1903-1905)*. Edição Comemorativa dos 100 anos da viagem de Grünberg. Manaus: Faculdade Salesiana Dom Bosco/Editora: Universidade do Amazonas, 2005.
- LIMA, H.P. *Informação Pessoal do Sítio Escola Caldeirão/EMBRAPA, Iranduba/AM*, Julho de 2011.
- MANZATO, F. *Turismo Arqueológico – Diagnóstico em Sítios Pré-Históricos ou Históricos no Estado de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Rio Grande do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2005.
- MILLER, E.T. *Arqueologia nos empreendimentos hidrelétricos da Eletronorte; Resultados Preliminares*. ELETRONORTE – Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. Brasília, 1992.
- MORAIS, J.L. *Arqueologia e Turismo*. IN: IMFGHARI, P.P.A.; PIMSKYM, J. (ORG) *Turismo e Patrimônio Cultural*, São Paulo: Contexto, 2001, p. 95-103.
- PERREIRA, E. *Arte Rupestre na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi; São Paulo: UNESP, 2003.
- SCATAMACCHIA, M.C.M. *Turismo e Arqueologia*. São Paulo: Aleph Editora, 2005.

SIMÕES, M.F.; ARAÚJO-COSTA, F. *Áreas da Amazônia Legal Brasileira para Pesquisa e Cadastro de Sítios Arqueológicos*. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi (Publicações Avulsas nº 30) 1978.

SOUZA, A.M.; CORRÊA, M.V. *Turismo: Conceitos Definições e Siglas*. Manaus: Valer, 1998.

TOMAZ, R.C.C.; FERREIRA, T.A. *O Uso Do Patrimônio Arqueológico Como Atrativo Turístico*. 5º Congresso Latino – Americano de Investigação Turística, 2012.

ZANETTINI, P.E.; NEVES, E.G.; ROBRAHN-GONZÁLEZ, E.M. *Projeto de Arqueologia Urbana - Arqueourbs - de Manaus*. Relatório Final de Pesquisa, Manaus, 2002.

Recebido em:05/07/2014

Aprovado em:05/09/2014

Publicado em:03/10/2014

**PESQUISA ARQUEOLÓGICA PRÉ-COLONIAL NA REGIÃO CENTRO SERRA
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

PRECOLUMBIAN ARCHAEOLOGICAL RESEARCH IN THE HIGH ALTITUDE AND
CENTRAL REGIONS IN RIO GRANDE DO SUL STATE

Taís Vargas Lima
Sérgio Célio Klamt

Vol. XI | n°22 | 2014 | ISSN 2316 8412



PESQUISA ARQUEOLÓGICA PRÉ-COLONIAL NA REGIÃO CENTRO SERRA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Taís Vargas Lima¹
Sérgio Célio Klamt²

Resumo: Este texto versa sobre as pesquisas arqueológicas pré-coloniais para a implantação de uma Linha de Transmissão de Energia pela AESul - Distribuidora Gaúcha de Energia Ltda entre os anos de 2007 a 2008. A área abrange a SE de Candelária (E: 328118789 e N: 6715101940) e a SE Centro Serra (E: 30340000 e N: 6742628420) no município de Sobradinho, numa extensão de 41 km. Este empreendimento atingiu parcialmente os territórios dos municípios de Candelária, Passa Sete e Sobradinho. Foram identificados novos sítios arqueológicos podendo vir a ser associados a Tradição Umbu, Tradição Taquara e Tradição Tupiguarani.

Palavras chaves: Arqueologia pré-colonial, Resgate arqueológico, Cultura material.

Abstract: This academic paper is about pre-colonial archaeological research for the implementation of a transmission line effectuated by AESul – Rio Grande do Sul Energy Distribution Company Limited in the years 2007 and 2008. The area encompasses Candelária SE (E: 328118789 and N: 6715101940) and the Central and High Altitude Regions SE (E: 30340000 e N: 6742628420) at Sobradinho municipality in an area stretching 41km. This enterprise partially encompassed the territories of the following municipalities: Candelária, Passa Sete and Sobradinho. New archaeological sites have been identified and may prove to be associated with umbu Tradition, Tradition and Tradition Taquara Tupiguarani.

Keywords: Precolumbian archaeology, Archaeological rescue, Material culture.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é o resultado de dois anos de monitoramento e salvamento arqueológico em uma área destinada a implantação de um empreendimento. O projeto teve a provação pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional – IPHAN através do processo nº 01512.000189/2007-16. Para o desenvolvimento desta pesquisa tivemos a participação dos seguintes arqueólogos: Dra. Taís Vargas Lima coordenadora do projeto arqueológico, do Dr. Sérgio Célio Klamt, e do Ms. Ademir José Machado que muito colaboraram para que os objetivos desta pesquisa se concretizassem.

¹ Pós-Doutora em Arqueologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Brasil; e pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil. Docente e Pesquisadora do Campus Universitário de Alegrete do Centro Universitário da Região da Campanha (URCAMP), Brasil; e Coordenadora do Núcleo de Ensino e Pesquisas Arqueológicas (NEPA) do Museu de Arqueologia e Artes: Dr. José Pinto Bicca de Medeiros, Brasil.

² Doutor pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Brasil. Docente e Pesquisador da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Brasil; e Coordenador do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (CEPA) da Universidade de Santa Cruz, Brasil



Figura 01: Localização de Santa Cruz do Sul. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Cruz_do_Sul>.

Acesso em 07 /04/2013.

O empreendimento situou-se na região central do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, entre as regiões fisiográficas chamadas Depressão Central e Planalto, ou, mais especificamente, dentro da Microrregião Fumicultora de Santa Cruz do Sul.

O trabalho dividiu-se como na obra de Santa Cruz a Sinimbú (Vale do Rio Pardinho) entre vários momentos, quanto ao acompanhamento mensal; educação patrimonial e a busca por informações na área de impacto direto e indireto do empreendimento.

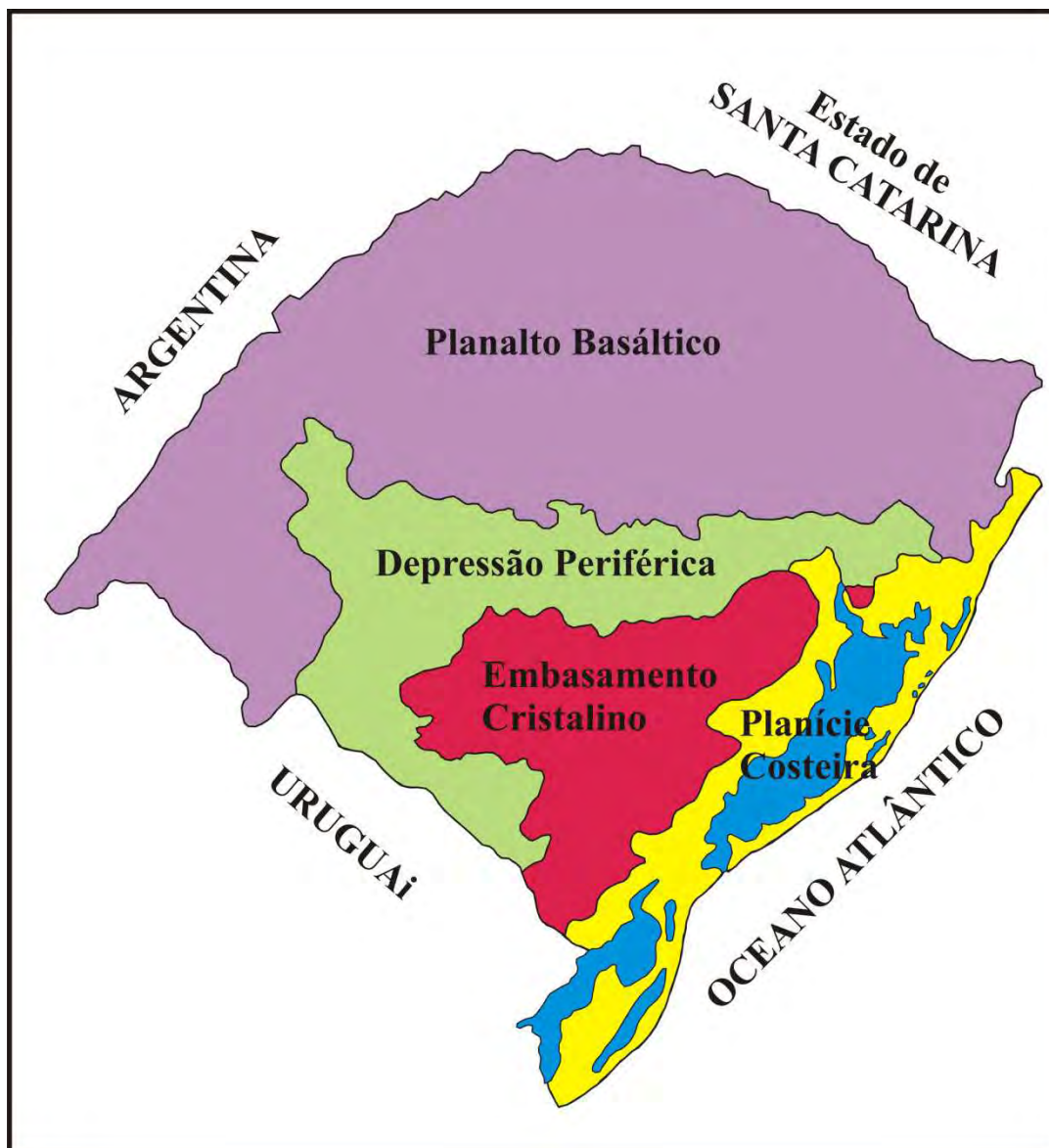


Figura 02: Mapa Geomorfológico do Rio Grande do Sul: a Planície Costeira corresponde à porção emersa da Bacia de Pelotas, o Embasamento Cristalino ocupa o centro do estado e o Planalto Basáltico e a Depressão Periférica correspondem à Bacia do Paraná. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/paleotocas/RioGrandedoSul.htm>>.

Acesso em 07/04/2013.

PLANEJAMENTO DA PESQUISA E CONCEITUAÇÃO

O objetivo central da pesquisa fora o de estudar os nove sítios arqueológicos pré-coloniais encontrados, visando a preservação e uso para fins científicos, culturais e educacionais. Teve-se por base a seguinte sequência de atividades: a) Consulta ao cadastro de sítios arqueológicos do Iphan e de instituições que desenvolvem pesquisa arqueológica no Rio Grande do Sul; b) Vistoria em superfície dos locais sem vegetação com probabilidade de ocorrência de sítio arqueológico ao longo do traçado da Linha de

Transmissão; c) Contatos com os moradores proprietários de terras ao longo do trecho da Linhas de Transmissão; d) Orientações aos funcionários da empreiteira sobre identificação de vestígios arqueológicos e os procedimentos a serem adotados; e) Acompanhamento das diferentes etapas das obras: demarcação e abertura de buracos para implantação das estruturas; implantação das estruturas e abertura de vias de acesso; f) Nos locais confirmados como sítio arqueológico foi delimitada a área de dispersão do material; elaborado croqui e ficha de sítio; coleta de material e documentação fotográfica; g) No laboratório o material foi limpo, catalogado, classificado, quantificado e amostra relevante foi fotografada.; i) As atividades foram documentadas em fotos coloridas, que fazem parte do presente relatório; j) Todos os vestígios da cultura material remanescente coletada nos sítios arqueológicos durante as atividades de campo foram quantificados, estando os mesmos armazenados sob a responsabilidade do Laboratório de Arqueologia da Universidade Regional da Campanha-URCAMP, Campus de Alegrete.

Com base em fontes bibliográficas, três grupos associados às tradições arqueológicas Umbu, Tupiguarani e Taquara habitaram a área do empreendimento.

Mais ao sul, principalmente no município de Candelária, predominam os sítios associados à tradição Umbu e Tupiguarani. Mais ao norte, no município de Passa Sete e Sobradinho, estão registrados sítios associados à tradição Taquara e Umbu. Os sítios arqueológicos pesquisados são os confirmados a partir dos indicativos apresentados no Relatório Preliminar de Vistoria Arqueológica, bem como aqueles que foram localizados durante os trabalhos de campo na área de abrangência do empreendimento ou nos locais com indicativos apresentados pelo supracitado parecer.

Na prática se confirmou alguns indicativos das fontes bibliográficas, ou seja, foram localizados predominantemente sítios associados a Tradição Arqueológica Umbu e tradição Arqueológica Taquara ao longo do trecho.

RELAÇÃO DOS SÍTIOS E MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS

Durante as atividades de campo foram identificados seis sítios arqueológicos conforme segue na tabela 01.

A seguir são apresentados a relação do material arqueológico recolhido em campo e informações sobre seu acondicionamento e estocagem, assim como indicação precisa do responsável pela guarda e manutenção do material. O material arqueológico recolhido está acondicionado em caixas tipo arquivo morto no Núcleo de Ensino e Pesquisas Arqueológicas do Campus Universitário de Alegrete da Universidade Regional da Campanha e tem a responsável pela guarda e manutenção dos mesmos.

Nº	Número de Catálogo	Nome	Registro	Localidade	Município
01	15	Bruno Ruff	RS-RP:270	Linha do Rio	Candelária, RS
02	16	Neusídio Zach	RS-RP:271	Arroio Grande	Candelária, RS
03	17	Rudi Hibner "A"	RS-RP:272	Arroio Grande	Candelária, RS
04	18	Rudi Hibner "B"	RS-RP:272	Arroio Grande	Candelária, RS
05	19	Rudi Hibner "C"	RS-RP:272	Arroio Grande	Candelária, RS
06	20	Hilário Heinze	RS-RP:273	Arroio Grande	Candelária, RS
07	21	Maria O. Knak	RS-RP:274	Arroio Grande	Candelária, RS
08	22	Genésio Rech	RS-RP:275	Pitingal	Passa Sete, RS
09	23	Aristides R. Franceschett	RS-RP:276	Pitingal	Passa Sete, RS

Tabela 01: Lista de sítios localizados.



Figura 03: Acondicionamento do material individualmente em papel.



Figura 04: Acondicionamento do material em caixas tipo arquivo-morto acompanhado de ficha de identificação.

Sítio Bruno Ruff RS-RP: 270		Catálogo: 15
Cerâmica: é um sítio lítico associado a grupo caçador-coletor.		
Número de fragmentos: 0	Número de vasilhas: 0	
Lítico:		
Talhador: 02	Peça em confecção: 04	
Lascas: 03	Detritos de lascamento: 02	
Outros:		
Total: 11		

Sítio Neusidio Zachí RS-RP: 271		Catálogo: 16
Cerâmica: é um sítio lítico associado a grupo caçador-coletor.		
Número de fragmentos: 0	Número de vasilhas: 0	
Lítico:		
Talhador: 01	Peça em confecção: 03	
Fragmento de Implemento: 01	Lasca com retoque: 01	
Outros:		
Total: 06		

Sítio Rudi Hibner "A" RS-RP: 272		Catálogo: 17
Cerâmica: é um sítio lítico associado a grupo caçador-coletor.		
Número de fragmentos: 0	Número de vasilhas: 0	
Lítico:		
Peça em confecção: 02	Lasca com retoque: 01	
Lascas: 04	Detritos de lascamento: 08	
Outros:		
Total: 15		

Sítio Rudi Hibner "B" RS-RP: 272		Catálogo: 18
Cerâmica: é um sítio lítico associado a grupo caçador-coletor.		
Número de fragmentos: 0	Número de vasilhas: 0	
Lítico:		
Talhador: 03	Raspador: 03	
Núcleo: 04	Peça em confecção: 06	
Lasca com retoque: 04	Lascas: 30	
Detritos: 14	Seixo: 01	
Outros:		
Total: 65		

Sítio Rudi Hibner "C" RS-RP: 272		Catálogo: 19
Cerâmica: é um sítio lítico associado a grupo caçador-coletor.		
Número de fragmentos: 0	Número de vasilhas: 0	
Lítico:		
Talhador: 03	Núcleo: 02	
Peças em confecção: 09	Lascas com retoque: 02	
Lascas: 15	Detrito: 03	
Fragmento de ponta: 01		
Outros:		
Total: 35		

Sítio Hilário Heinze RS-RP: 273		Catálogo: 20
Cerâmica: é um sítio lítico associado a grupo caçador-coletor.		
Número de fragmentos: 0	Número de vasilhas: 0	
Lítico:		
Núcleo: 04	Peças em confecção: 05	
Lascas com retoque: 02	Lasca: 09	
Detrito: 03		
Outros:		
Total: 23		

Sítio Maria Ondina Knak RS-RP: 274		Catálogo: 21
Cerâmica: é um sítio lítico associado a grupo caçador-coletor.		
Número de fragmentos: 0	Número de vasilhas: 0	
Lítico:		
Núcleo: 03	Bíface: 01	
Lasca com retoque: 01	Peça em confecção: 03	
Lasca: 03	Detritos de lascamento: 08	
Outros:		
Total: 19		

Sítio Genésio Rech RS-RP: 275		Catálogo: 17
Cerâmica: é um sítio lítico associado a grupo caçador-coletor.		
Número de fragmentos: 0	Número de vasilhas: 0	
Lítico:		
Fragmento de implemento: 01	Lasca: 01	
Lasca com retoque: 03	Detrito de lascamento: 01	
Outros:		
Total: 06		

Sítio Aristides R. Franceschett RS-RP: 276		Catálogo: 18
Cerâmica: é um sítio lítico associado a grupo caçador-coletor.		
Número de fragmentos: 0	Número de vasilhas: 0	
Lítico:		
Peça em confecção: 02	Lascas: 03	
Outros:		
Afiador em caneleta: 01		
Total: 06		

**IMAGENS SOBRE OS TRABALHOS DESENVOLVIDOS E IDENTIFICAÇÃO
DAS ÁREAS DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS**



Figura 05: Em primeiro plano a rodovia RS/400 e o local da torre. Em segundo plano (fundos) o local do sítio arqueológico RS-RP:270.



Figura 06: Local da torre em primeiro plano e ao fundo o local do sítio RS-RP:270.



Figura 07: Vista panorâmica do sítio RS-RP:271.



Figura 08: Vista Aproximada do sítio RS-RP:271.



Figura 09: Vista aproximada do sítio RS-RP:72 "A".



Figura 10: Vista panorâmica do sítio RS-RP:72 "A".



Figura 11: Vista panorâmica do sítio RS-RP:72 "B". Atividades de cultivo no local.



Figura 12: Vista aproximada do sítio RS-RP:72 "B".



Figura 13: Vista panorâmica do sítio RS-RP:72 "C".



Figura 14: Vista aproximada do sítio RS-RP:72 "C".



Figura 15: Vista panorâmica do sítio RS-RP:73.



Figura 16: Vista aproximada do sítio RS-RP:73.



Figura 17: Em primeiro plano a localização do sítio RS-RP:74 e ao fundo (esquerda) local da torre.



Figura 18: Vista aproximada do sítio arqueológico RS-RP:74.



Figura 19: Em primeiro plano o local da torre e ao fundo local do sítio RS-RP:74.



Figura 20: Vista panorâmica do local com dispersão de vestígio arqueológico RS-RP:75. Está no contexto de outras duas linhas de transmissão já existentes. A nova LT vai ser paralela às já existentes.



Figura 21: Vista aproximada do local com vestígios arqueológicos no sítio RS-RP:75.



Figura 22: Vista panorâmica do local dom vestígios arqueológicos no sítio RS-RP:76. Está no contexto de duas linhas de transmissão já existentes. A nova LT será paralela às já existentes.



Figura 23: Vista aproximada do local com dispersão de vestígios do sítio RS-RP:76.

ILUSTRAÇÃO DOS MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS



Sítio RS-RP:270



Sítio RS-RP:271



Material Relevante
LT Candelária / Sobradinho
RS-RP:272 "A" Catálogo: 17

Sítio RS-RP: 272 "A"



Material Relevante
LT Candelária / Sobradinho
RS-RP:272 "B" Catálogo: 18

Sítio RS-RP: 272 "B"



Material Relevante
LT Candelária / Sobradinho
RS-RP:272 "C" Catálogo: 19

Sítio RS-RP: 272 "C"



Material Relevante
LT Candelária / Sobradinho
RS-RP:273 Catálogo: 20

Sítio RS-RP: 273



Material Relevante
LT Candelária / Sobradinho
RS-RP:274 Catálogo: 21

Sítio RS-RP: 274



Material Relevante
LT Candelária / Sobradinho
RS-RP:275 Catálogo: 22

Sítio RS-RP: 275



Material Relevante
LT Candelária / Sobradinho
RS-RP:276 Catálogo: 23

Sítio RS-RP:276

RESULTADOS PARCIAIS

Realizado o levantamento e acompanhamento arqueológico na área ao longo da linha de transmissão entre o município de Candelária e Sobradinho, passando por Passa Sete, RS, constatou-se a inexistência de danos ao patrimônio arqueológico. Com o desenvolvimento da pesquisa foi possível localizar 09 (nove) sítios arqueológicos dos quais 01 (um), pela cultura material pode ser associado a uma tradição ceramista-horticultora denominada de tradição Taquara e 08 (oito) a um grupo caçador-coletor denominado de tradição Umbu, associado a fase Rio Pardinho, os quais de acordo com fontes bibliográficas predominou na ocupação de toda região no passado.

Entre os principais remanescentes encontram-se fragmentos e instrumentos líticos característicos da tradição arqueológica Taquara e vestígios líticos característicos da tradição arqueológica Umbu. A análise tecno-tipológica dos implementos ainda esta em desenvolvimento e deverá ser de caráter quantitativo e qualitativo, e terá como base uma lista de atributos para o material lítico (Cf. DIAS, HOELZ, 1997; LAMMING-EMPERAIRE, 1967).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BROCHADO, J.J.P.; MONTICELLI, G.; NEUMANN, E.S. Analogia etnográfica na reconstrução gráfica das vasilhas guarani arqueológicas. *Véritas*, Porto Alegre: EdUPUCRS, v.35, n.140, 1990, p.727-743.
- BRASIL. Lei n.3.924 de 26 de julho de 1961. Trata sobre monumentos arqueológicos em todo território nacional. Brasília, Diário Oficial de 26.07.1961.
- DIAS, A.S.; HOELZ, S.E. Proposta metodológica para estudo da indústria lítica no sul do Brasil. *Revista do CEPA*, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, v.21, n.25, 1997.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro: IBGE, Folhas SH22, SH21 e SI22, 1986.
- HOELTZ, E.S. *As Tradições Umbu e Humaitá: Releitura das Indústrias Líticas das fases Rio Pardo e Pinhal através de uma proposta alternativa de investigação*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.
- HOELTZ, E.S. *Artesãos e Artefatos Pré-Históricos do Vale do Rio Pardo*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC. 1997.
- IPHAN. *Cadastro de Sítios Arqueológicos no Rio Grande do Sul*. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>>.
- KLAMT, S.C. A Ocupação Pré-Colonial no Vale do Rio Pardo, RS. IN: VOGT; SILVEIRA (orgs.). *Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, p.11-39, 2003.
- LA SALVIA, F.; BROCHADO, J.J.P. *Cerâmica Guarani*. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.
- POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J.; BARTH, F. *Teorias da Etnicidade. Seguido de Grupos Étnicos e Suas Fronteiras*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.
- RIBEIRO, P.A.M. *Pré-história do Vale do Rio Pardo: a história dos primeiros habitantes*. Santa Cruz do Sul: Gráfica Kist, 1993.
- RIBEIRO, P.A.M. Casas subterrâneas no planalto meridional, município de Santa Cruz do Sul, RS. *Revista do CEPA*, Santa Cruz do Sul, v.9, 1980.
- RIBEIRO, P.A.M. O Tupiguarani no Vale do Rio Pardo e a Redução de Jesus Maria. *Revista do CEPA*, Santa Cruz do Sul, v. 10, 1981.
- SCHMITZ, P.I. (Org.). *Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil. Documentos*, São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, n.5, 1991.
- SCHMITZ, P. I. Uma Aldeia Guarani. Projeto Candelária, RS. *Documentos*, São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, n. 4, 1990.
- SCHMITZ, P.I. (Org.). *Fichas de Sítios Arqueológicos Existentes no Instituto Anchieta de Pesquisas*. São Leopoldo: IAP, 1983.
- SOARES, A. L. R.; KLAMT, S. C. *Antecedentes Indígenas: Pré-História Compacta do Rio Grande do Sul*. Martins Livreiro, 2005.

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL. Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas. *Cadastro de Sítios Arqueológicos*. Santa Cruz do Sul, 1974-2001.

WILLEY,G.; PHILLIPS,P. *Method and theory in american archaeology*. University Press, 1958.

Recebido em:29/06/2014
Aprovado em:22/08/2014
Publicado em:03/10/2014

**CARACTERIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO E DOS INSTRUMENTOS LÍTICOS
CONFECCIONADOS SOBRE LASCAS E BLOCOS DE CRISTAIS DE ROCHA NO
VALE DO RIO PIUM, TO.**

CHARACTERIZATION OF SETTLERS AND TOOLS ON CRISTAL LITHIC ARTIFACS AND FLINT
RHINESTONES IN THE VALLEY OF THE PIUM RIVER, TO.

Marlon Borges Pestana

Vol. XI | n°22 | 2014 | ISSN 2316 8412



CARACTERIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO E DOS INSTRUMENTOS LÍTICOS CONFECCIONADOS SOBRE LASCAS E BLOCOS DE CRISTAIS DE ROCHA NO VALE DO RIO PIUM, TO.

Marlon Borges Pestana¹

Resumo: O relatório é uma breve notícia sobre a indústria lítica da região do rio Pium, Estado do Tocantins, que é rica em exemplares líticos complexos, que usam como suporte o cristal de rocha. As pesquisas identificaram artefatos com uso e forma definida, auxiliando na compreensão do povoamento pré-colonial do vale do rio Javaés e região sudeste do Estado do Tocantins.

Palavras chaves: Arqueologia, Instrumentos líticos, Pium.

Abstract: This report is a simple report about the lithic assemblage from Pium river region. The area is rich in complex flint stones with use as support the crystal rock. The researches identify many instruments with defined forms and use and they could be helpful on the understanding of Javaes River pre-historical peopling of southwest Tocantins State.

Keywords: Archaeology, Lithic assemblage, Pium.

INTRODUÇÃO

O município de Pium está localizado na região sudoeste do Estado do Tocantins (FIGURA 01). Existem projetos de fruticultura nessa região, num dos quais a Empresa Documento Ltda. atuou para o registro e identificação de sítios arqueológicos com objetivo de mitigar os impactos causados por empreendimento. Os resultados das atividades de campo serviram para os estudos de diagnóstico de uma porção do vale do rio Javaés, tendo como principal recorte geofísico o rio Pium.

Este artigo é um resultado parcial do projeto de pesquisa de autoria e coordenação de Robrahn-González (2008) encaminhado ao IPHAM em 2008.

No mês de junho deste ano foram identificados 07 sítios arqueológicos e 04 áreas de ocorrência. O estudo destes assentamentos mostrou que o modelo de povoamento (DILLEHAY, 2000) é característico de grupos que estariam explorando recursos líticos de afloramentos rochosos, de origem vulcânica, expostos pela ação da erosão e de intempéries climáticas. O padrão de mobilidade destes grupos representaria uma movimentação forrageira, valorizando ambientes ricos em caça de pequeno porte e árvores frutíferas do cerrado.

¹ Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil. Aluna do Programa de Pós- Graduação em Antropologia. É graduada em Ciências Sociais (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil. Atualmente está vinculada ao Instituto Federal Sul-ograndense, campus Bagé, Brasil; onde atua como técnica veiculada ao Departamento de Pesquisa, Ensino e Extensão.



Figura 01: Localização da área de pesquisa. Fonte: ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2008.

A observação das características técnico-tipológicas do instrumental lítico registrado aponta para peças formais, com desbastes e reavivamento de gumes, além de fragmentos de pontas de projétil. Os artefatos mais característicos são os micro-raspadores ungueais e os raspadores plano-convexos. O lascamento é por percussão direta e pressão, ocorrendo eventualmente os bipolares. Em alguns instrumentos é possível visualizar o desgaste e o polimento no gume, indicando uso intenso e reaproveitamento do suporte.

O objetivo deste artigo é ilustrar parcialmente a indústria lítica registrada no sudoeste do Estado do Tocantins, em particular na região cristalífera (FIGURA 02), incluindo os municípios de Pium, Lagoa da Confusão e Cristalândia (DE BLASIS, ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2000).

ASPECTOS DA PAISAGEM

O município do Pium está localizado no sudoeste do Estado de Tocantins, possui uma economia baseada na pequena produção pecuária. A sede do município está afastada 130,0 km da capital, Palmas (FIGURA 01). Foram contabilizados aproximadamente 7,6 mil habitantes na região segundo último censo. Os

municípios vizinhos são Cristalândia, Lagoa da Confusão e Paraíso do Tocantins, nestas localidades a economia é a semelhante, variando apenas na horticultura do abacaxi e da piaçaba.

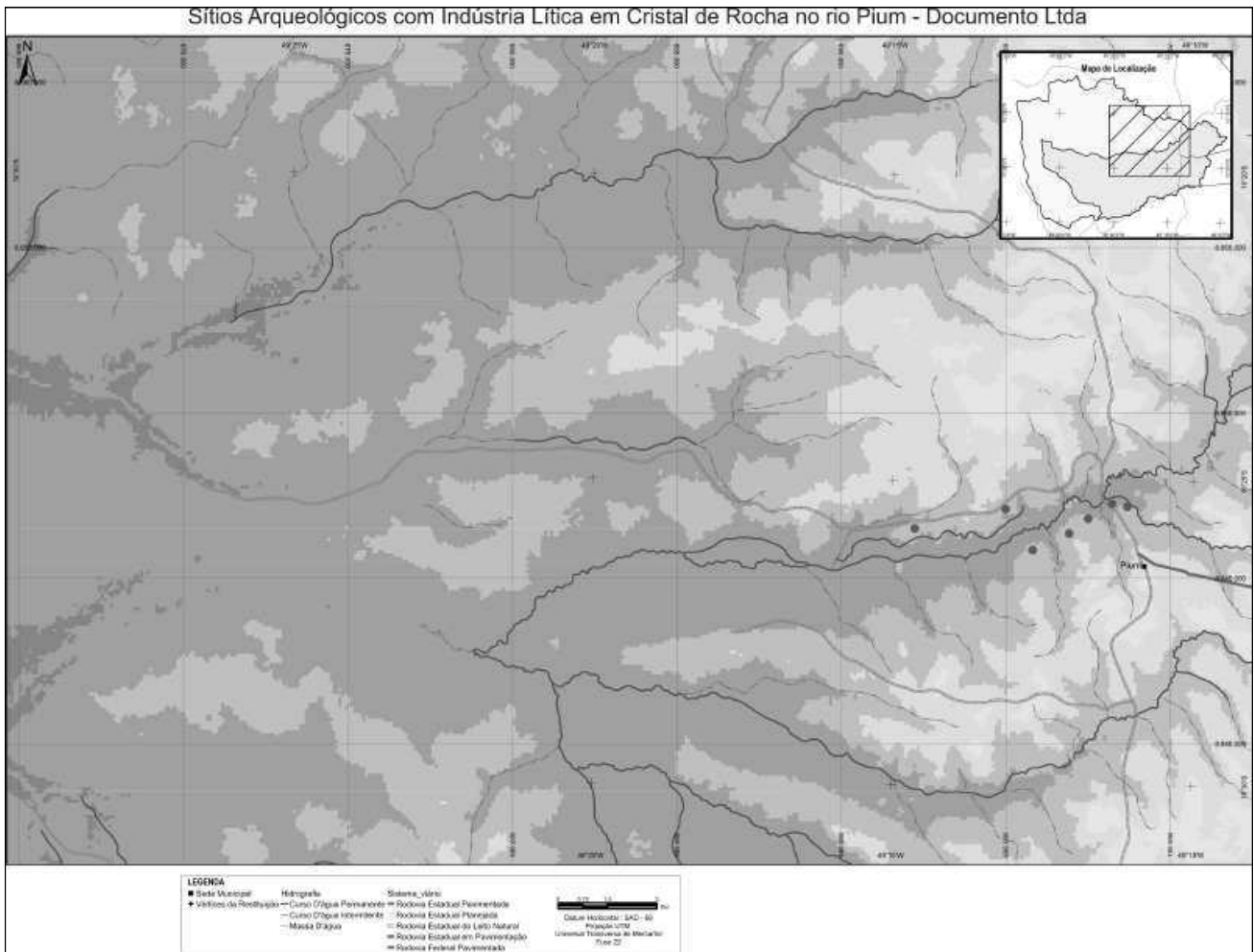


Figura 02: Imagem de satélite com a indicação dos sítios arqueológicos no vale do Pium.

Fonte: ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2008.

Os rios que cercam o município fazem parte da bacia hidrográfica do rio Javaés que possui menor porte hídrico em relação às maiores bacias hídricas do rio Tocantins e Araguaia. O rio Pium é um dos contribuintes do rio Javaés e representa o maior formador de sua bacia de drenagem, juntamente com o rio Riozinho (FIGURA 02).

O clima possui duas estações características o verão, entre abril e outubro, quando predominam as secas e o inverno entre outubro e maio, quando os rios estão cheios devido à precipitação pluviométrica. A vegetação predominante é a de savana semi-estéptica e aberta, contando com poucos bolsões de savana arbórea densa e mista.

O solo é caracterizado essencialmente por dois tipos: o latossolo dos altos platôs e a areia quartazarênica da planície de inundação. A composição do primeiro é heterogênea e irregular, podendo-se

identificar quartzo leitoso, óxidos ferruginosos (pedra canga), diorito, riolito e granitóides indefinidos. O solo se mostra relativamente bom para o plantio da mandioca e do abacaxi.

Trata-se de uma região com alta tensão ecológica entre as matas de cerrado e a bacia amazônica, uma zona de confluência e irregularidade, onde não existe padrão entre as comunidades vegetais e geográficas (encraves e ecótonos). São marcantes os “varjões” que são as áreas periodicamente inundadas no inverno (segundo concepção da comunidade local), esses alagamentos são característicos de savanas densas ainda vinculadas com rios da bacia amazônica e se confundem sobre meandros abandonados pelo interior do cerrado. A paisagem onde está instalado o rio Pium representa os extremos desta confluência ecológica misturando inclusive biomas distintos nas demais áreas.

MATERIAL E MÉTODO

O diagnóstico contou com a vistoria da porção de uma área do futuro reservatório da barragem de irrigação de Pium, as caminhadas sistemáticas privilegiaram espaços abertos altos e nas proximidades do rio e do varjão. À medida que as áreas percorridas evoluíam realizavam-se poços-teste para verificação de vestígios abaixo da superfície, nestes casos a profundidade alcançou medidas entre 0,45 e 1,60 m, encontrando laje de rocha ao término de cada perfuração.

As caminhadas e prospecções de superfície contaram com o apoio de nove pessoas entre profissionais e auxiliares, afastados em linhas de 50,0 m a partir do limite da barragem, tal como o terraço do barranco, por exemplo. Os poços-teste foram aplicados de acordo com o compartimento da paisagem ou em áreas que ofereciam maiores indicadores de ocupação seja pré-histórica ou colonial. Os diferentes setores da paisagem foram visitados separadamente: varjão, terraço fluvial e cerrado. A metodologia aplicada é conhecida e nacionalmente aceita (MENTZ RIBEIRO, 2004, p. 14).

As intervenções foram aplicadas nas áreas de maior potencial arqueológico. Próximas de córregos perenes e a borda dos terraços de antigos meandros. Foram distribuídas em ambas as margens do rio Pium, na área que cobre o reservatório. O sedimento dos poços-teste foi revisado, as perfurações foram medidas e fotografadas e tomada posição em GPS.

OS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DO RIO PIUM

Piauzinho I: Localizado aos 22L 0698715E 8847380N na propriedade do Sr. Valdir Rabelo de Pontes, setor Piauzinho. Sítio cerâmico localizado nas margens do córrego Piauzinho, contribuinte do rio Pium, o sítio mede 12,0 x 10,0 m, é formado por uma camada de ocupação de 10,0 m a partir da superfície. A cerâmica

encontrada foi associada à tradição Uru, o sítio tem uma camada de ocupação de 10,0 cm a partir da superfície.



Figura 03: Lascas retocadas em cristal de rocha na superfície do sítio Pium II, vale do Pium, Tocantins.

Piauzinho II: Localizado aos 22L 0698702E 8847156N na propriedade do Sr. Valdir Rabelo de Pontes. Sítio lítico de superfície a céu aberto de amplas dimensões, com 60,0 x 45,0 m, nas margens do córrego Piauzinho, diferencia-se dos outros por estar próximo a uma mina de cristal de rocha, por este motivo encontramos diversos núcleos esgotados e instrumentos inconclusos. Foram observadas 155 peças líticas entre inteiras e fragmentadas, dispostas regularmente numa área circular.

Pium I: Localizado aos 22L 0695320E 8847244N na propriedade do Sr. Valdomiro Marques dos Santos, Associação Provi. Sítio cerâmico localizado no terraço fluvial do rio Pium, junto à associação do Provi. A cerâmica encontrada em superfície foi associada à tradição Uru, 75 fragmentos.

Pium II: Localizado aos 22L 0697546E 8846590N na propriedade do Sr. José de Mendonça Tomas Filho. Sítio lítico de superfície a céu aberto localizado sobre o terraço fluvial do rio Pium em sua margem esquerda. O acampamento de caçador-coletores mede 16,0 x 13,0 m, é composto de núcleos, lascas retocadas, pontas-de-projétil, raspadores ungueais, micro-raspadores, facas e instrumentos plano-convexos, a indústria lítica tem por matéria-prima o cristal de rocha. Foram observadas 46 peças dispostas circularmente de forma regular em superfície.

Pium III: Localizado aos 22L 0697173E 8846602N na propriedade do Sr. José de Mendonça Tomas Filho. O sítio lítico de superfície a céu aberto mede 15,0 x 12,0 m e foi vinculado a caçador-coletores e caracterizado como um acampamento estacional para forragem. Composto do mesmo instrumental do sítio Pium II, afastado 1.200 m deste. Foram observadas 26 peças líticas distribuídas regularmente na superfície (FIGURA 03).

Pium IV: Localizado aos 22L 0696774E 8846570N na propriedade do Sr. José de Mendonça Tomas Filho. Sítio lítico de superfície a céu aberto é o que mais representa a cultura do cristal lascado, com uma indústria bastante característica, não possui profundidade estratigráfica como os sítios anteriores. Foram observadas 80 peças líticas lascadas distribuídas homogeneamente numa área circular numa área de 36,0 m². Entre elas pequenos raspadores, lâminas, lascas retocadas, lascas utilizadas de cristal de rocha, núcleos em prismas, estilhas utilizadas e núcleos esgotados.

Luiz Pinto: Localizado aos 22L 0694348E 8846778N na propriedade do Sr. Luiz Pinto. Sítio multicomponencial localizado no terraço fluvial na margem direita do rio Pium apresenta tanto material lítico lascado em cristal quanto fragmentos cerâmicos associados à tradição Uru em superfície, aparente sobreposição. Foram observadas 65 lascas retocadas e trabalhadas, os fragmentos cerâmicos estavam dispostos na horta de mandioca, o que pode ter trazido a tona e misturada e vice e versa, com o material lítico. O material arqueológico encontra-se distribuído numa área de 24,0 m² e distribui-se homogeneamente na superfície do sítio na forma circular.

Foram registradas, ainda, 04 áreas de ocorrência arqueológica, todas elas representadas por conjuntos de lascas líticas em quartzo hialino na superfície. São áreas pontuais com menos de 5,0 m² em que foram encontradas lascas e estilhas que provavelmente foram descartadas após o reavivamento de instrumentos de corte durante o descarte da caça (ARAUJO-COSTA, 1983).

CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS LÍTICOS

A matéria-prima usada como base foi o quartzo hialino ou cristal de rocha, em particular presentes em aflorações rochosas que expõe espículas internas dos geodos. A debitagem característica parte de espículas cristalinas usadas como suporte, retiradas da porção interna dos geodos. Através da percussão direta, destacaram-se lascas finas (ARAUJO, 1992), translúcidas e cortantes possuindo, às vezes, mais de um gume cortante. Os indícios de reavivamento da lâmina podem ser observados nas peças com sinais de uso que, posteriormente, receberam micro desbastes no gume ativo.

As lascas de cristal de rocha são tão ou mais cortantes quanto o vidro, no entanto, não foi constatado sinais de encabamento ou prensão por couro na extremidade proximal. Os artefatos formais são

compostos por núcleos, lascas retocadas, raspadores ungueais, micro-raspadores, facas, pontas-de-projétil e instrumentos plano-convexos, nesta ordem de ocorrência. Nos instrumentos refinados foi observado lascamento por pressão, no caso das pontas de flecha e, a bipolaridade de lascamento, no caso dos artefatos plano-convexos. Foi observada certa variabilidade (SCHIFFER, SKIBO, 1997) nos instrumentos, tendendo ao lascamento por pressão.



Figura 04: Raspadores com reavivamento do gume e lascas retocadas do sítio Pium II.

Para a finalização das peças o artesão poderia ter usado couro e madeira rígida ou então chifre de veado. As peças inconclusas indicariam que a matéria-prima, apesar de ser abundante na região, é difícil de ser acabada com objetivos de prensão, uma vez que pertencem a espículas internas de geodos naturalmente alongadas. Segue uma breve descrição dos instrumentos encontrados.

Núcleos: esgotados, no formato cubóide ou octogonal de faces contrapostas. Ocorrem em todos os sítios identificados, mas são abundantes nos sítios Pium IV e Piauzinho II, associados a detritos e estilhas. Dimensões aproximadas: 3,6 x 2,8 x 2,2 cm.

Lascas retocadas: destacamentos de núcleos, podendo possuir mais de um gume cortante. Possuem uma zona de prensão da extremidade proximal (Figura 04). Os sítios Pium II e Pium IV possuem

exemplares de lascas com desgaste de uso e reavivamento de gume. Dimensões aproximadas: 5,6 x 3,6 x 0,7 cm (Figura 04).

Raspadores ungueais: formato característico de unha de polegar, base proximal plana com gume arredondado e retocado. Os exemplares significativos foram encontrados no sítio Pium II. Foram observadas marcas de desgaste e polimento adquiridos através do uso. Dimensões aproximadas: 2,1 x 1,8 x 0,6 cm.

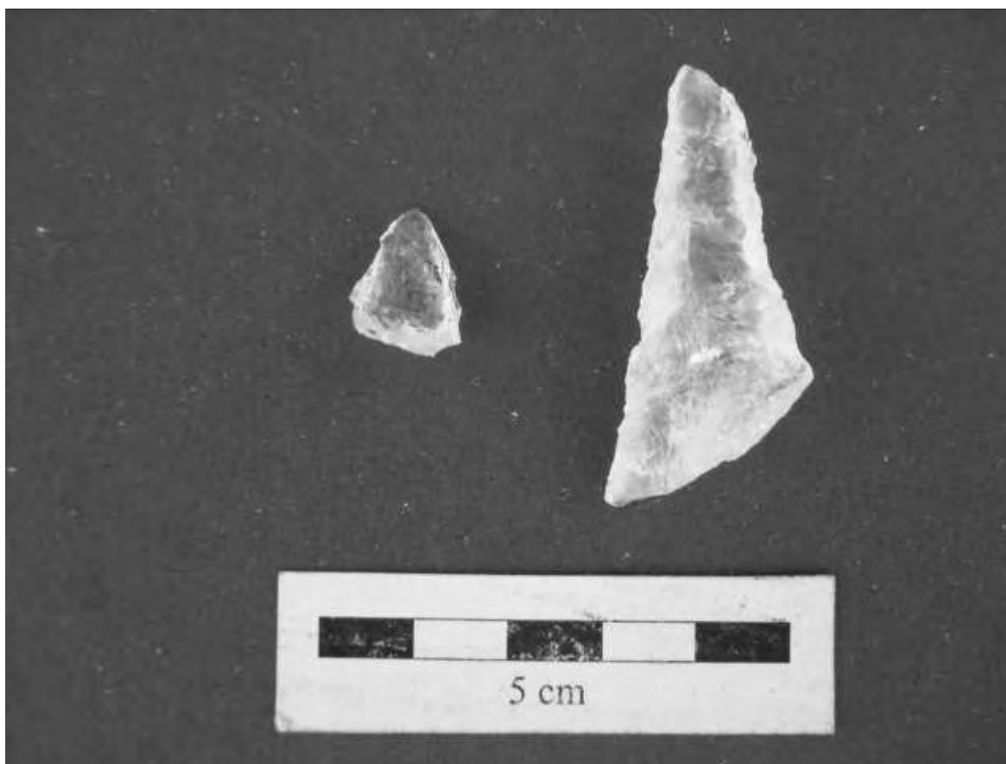


Figura 05: Pontas de projéteis ou perfuradores fragmentos com evidência de lascamento por pressão.

Micro-raspadores: pequenas lascas retocadas na extremidade distal junto ao bordo ativo. Ocorreram em todos os sítios identificados. Sua função estaria ligada ao descarte da caça de pequeno porte. Dimensões aproximadas: 1,4 x 0,8 x 0,3 cm.

Facas: ocorre em lasca unifacial possuindo um gume ativo num dos bordos do instrumento. A característica principal é a extensão da extremidade proximal que poderia ter servido para preensão ou encabamento. Ocorre apenas no sítio Pium IV. Dimensões aproximadas: 8,0 x 3,4 x 1,6 cm.

Pontas-de-projétil: instrumento bifacial, finamente retocados e lascados por pressão, sessão triangular. Foram registrados dois fragmentos de ponta e uma ponta fragmentada nos sítios Pium II, Pium III e Pium IV (Figura 05). Dimensões parciais aproximadas: 4,3 x 1,1 x 0,4 cm.



Figura 06: Raspador com lascamento bifacial, sítio Pium IV.

Plano-convexos: são as típicas *lesmas*, apresentam lascamento em praticamente todo o bordo perimetral. Observou-se a extração de uma lasca dorsal e aprofundamento proximal (Figura 06). São instrumentos performáticos que poderiam estar associados à tradição Itaparica. Ocorre no sítio Pium II. Dimensões aproximadas: 4,5 x 2,9 x 1,5 cm.

Os instrumentos líticos, principalmente as extremidades distais das pontas-de-projétil em quartzo hialino já foram identificadas em outros sítios de regiões vizinhas (BUENO, 2005, p. 47). É possível que a apropriação desta matéria prima esteja ligada a sua tenacidade e seus formatos associados à coleta de raízes e frutos, além da caça de pequenos mamíferos.

RESULTADOS: OS CAÇADORES-COLETORES DO RIO PIUM

Entre os resultados do diagnóstico arqueológico na barragem do rio Pium está a vasta produção de dados, tais como mapas indicativos, plantas-baixa dos sítios, croqui, fichas de poços-teste, fotografias e desenhos do material arqueológico, relatório semanal e fichas de sítio modelo CNSA IPHAN.

O rio Pium teria sido ocupado a partir do Holocênio final por grupos de caçadores especializados, portadores de instrumentos formais de cristal, para o descarte de presas de pequeno porte e vertebrados,

tais como o mocó e outros pequenos roedores estando de acordo com pesquisas recentes realizadas nas proximidades da área piloto (BUENO, 2005).

A indústria lítica em cristal de rocha representa de forma definitiva uma cultura baseada na caça de pequenas presas e coleta de frutos, raízes e sementes na área de transição entre cerrado e floresta densa. Os instrumentos e artefatos em cristal de rocha ou quartzo hialino são representados por lascas produzidas através do *lascamento por pressão* ou micro-lascamento.

O conjunto tecno-tipológico identificado nos instrumentos pode ser caracterizado por instrumentos formais diferenciando-se daqueles assentamentos líticos com predominância de lascas com gumes reavivados sem forma definida. Este padrão se encaixaria na interpretação de Schmitz (1979) para o Planalto Central, em particular na região de Serranópolis (SCHMITZ *et alli*, 1974), que indicaria a produção de artefatos formais até o Holoceno final. Por serem os sítios basicamente superficiais não foram encontradas fogueiras com carvão para definições radio-carbônicas.

Os assentamentos arqueológicos do rio Pium estariam representando acampamentos de forrageiros distribuídos por estações periódicas e sazonais. Estes ambientes seriam capazes de fornecer a fonte proteica suficiente para a subsistência das formações sociais de pequena escala (FOLEY, 1977; ELLEN, 1982). Além destas hipóteses poderia ser mencionada a proximidade com a floresta amazônica e a ampla ocupação dos abrigos sob rocha do planalto central.

Os sítios arqueológicos da tradição Uru, descritos neste artigo, são apenas contextuais para mostrar as diferenças culturais que cercaram o rio Pium em momentos diversos no tempo. É provável que o povoamento do rio Pium tenha se originado num período mais seco que o atual, indiciado pela preferência de caças de pequeno porte em detrimento de peixes e animais anfíbios.

Essas informações foram obtidas através de um breve levantamento arqueológico. Sugerem-se mais pesquisas no vale do rio Pium. Área promissora, já que se afigura ali uma potencial zona de dispersão de caçadores pré-históricos. Para que se possa comparar, no futuro, a indústria de cristal da área do Pium, com as outras indústrias líticas sobre cristal de rocha que se manifestam pelo país.

Este trabalho é, portanto, sintético e não tem a pretensão de contribuir significativamente, mas é um incentivo a outros pesquisadores desviarem a atenção para o Estado do Tocantins, importante território de dispersão do patrimônio arqueológico em material lítico lascado.

AGRADECIMENTOS

À Dra. Erika Marion Robrahn-González que incentivou diariamente a nossa produção científica. A empresa DOCUMENTO – Patrimônio Cultural, Arqueologia & Antropologia Ltda pelo apoio financeiro durante o mês de atividades no vale do rio Pium.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAUJO-COSTA, F.H.J.C. *Projeto baixo Tocantins: salvamento arqueológico na região de Tucuruí (Pará)*. 77 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983.
- ARAUJO, A.G.M. As propriedades físicas dos arenitos silicificados e suas implicações na aptidão ao lascamento. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, v. 2, p. 63-74. 1992.
- BUENO, L.M.R. *Variabilidade Tecnológica nos sítios líticos da região do Lajeado, médio rio Tocantins*. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Programa Interdepartamental de Pós-Graduação da FFLCH/MAE, Universidade de São Paulo, 2005.
- BUENO, L.M.R. As indústrias líticas da região do Lajeado e sua inserção no contexto do Brasil Central. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 15-16, p. 37-57, 2005-2006.
- DILLEHAY, T. *The Settlement of the Americas*. New York: Basic Books, 2000.
- DE BLASIS, P. A.; ROBRAHN-GONZÁLEZ, E.M. *Diagnóstico arqueológico da UHE Peixe, Estado do Tocantins*. Documento Arqueologia SC Ltda., São Paulo (relatório interno INVESTCO S.A. / IPHAN), 2000.
- ELLEN, R. *Environment, subsistence and system: the ecology of small-scale social formations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982. 324 pg.
- FOLEY, R. Space and energy: a method for analyzing habitat value and utilization in relation to archaeological sites. In: CLARK, David. *Spatial Archaeology*. London: Academic Press Inc., 1977. p. 163-186.
- MENTZ RIBEIRO, P.A. Metodologia da Pesquisa Arqueológica. In: MENTZ RIBEIRO, P. A. *Arqueologia na cidade do Rio Grande*. Coleção Pensar a História Sul-Rio-Grandense, n. 26, Rio Grande: Editora da FURG, p. 7-44, 2004.
- ROBRAHN-GONZÁLEZ, E.M. *Programa de Diagnóstico e Prospecção Arqueológica no rio Pium e Lagoa da Confusão, Município de Cristalândia, Tocantins*. Impresso. 2008.
- SCHIFFER, M.B.; SKIBO, J.M. The Explanation of Artifact Variability. *American Antiquity*, 62 (1), p.27-50, 1997.
- SCHMITZ, P. I.; MOEHLECKE, S.; BARBOSA, A. S. Sítios de petroglifos nos projetos alto-Tocantins e alto-Araguaia, Goiás. *Pesquisas (Antropologia)*, São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, n. 30, 1979.
- SCHMITZ, P. I.; WÜST, I.; BARBOSA, A. S.; BECKER, I. I. B. Projeto alto Tocantins, Goiás (comunicação prévia). *Anuário de Divulgação Científica*, Goiânia: Universidade Católica de Goiás, n. 1-2, p. 1-21, 1974/75.

Recebido em:30/06/2014
Aprovado em:26/08/2014
Publicado em:03/10/2014

LABORATÓRIO DE ESTUDOS SOBRE A CERÂMICA ANTIGA – LECA-UFPEL

Carolina Kesser Barcellos Dias
Camila Diogo de Souza
Fábio Vergara Cerqueira

Vol. XI | nº22 | 2014 | ISSN 2316 8412



LABORATÓRIO DE ESTUDOS SOBRE A CERÂMICA ANTIGA – LECA-UFPEL

Carolina Kesser Barcellos Dias¹

Camila Diogo De Souza²

Fábio Vergara Cerqueira³

Resumo: Neste relatório apresentamos um histórico das atividades desenvolvidas pelo Laboratório de Estudos sobre a Cerâmica Antiga da Universidade Federal de Pelotas – LECA-UFPEL, desde sua concepção em 2011 até o momento, e apontamos as atividades e perspectivas futuras.

Palavras chaves: Cerâmica, Laboratório, Pesquisa, Universidade Federal de Pelotas.

Abstract: In this report we present the activities of the Laboratório de Estudos sobre a Cerâmica Antiga da Universidade Federal de Pelotas – LECA-UFPEL, from its creation in 2011 up to now, and we also point out its future activities and perspectives.

Keywords: Ceramics, Laboratory, Research, Pelotas Federal University.

APRESENTAÇÃO

O caráter incipiente dos programas de estudo, ensino e pesquisa acerca da cerâmica antiga no Brasil – considerando aqui “antigo” como contexto mediterrânico e médio-oriental – não faz jus à importância documental deste material, à riqueza de interpretações que o favorece e à tradição secular de pesquisas que o acompanha.

O crescente número de especialistas brasileiros dedicados ao estudo da cerâmica antiga e o interesse de instituições estrangeiras em apoiar e integrar pesquisas brasileiras em estudos clássicos esbarram constantemente na escassez de organismos dedicados aos estudos ceramológicos. Ademais, o fomento de cooperação internacional, a divulgação dos trabalhos científicos na área, e o estímulo a novos estudos dependem de um núcleo que possua tais atribuições.

Até 2011, não havia no país um laboratório dedicado exclusivamente aos estudos do material cerâmico antigo, e a produção científica brasileira dedicada à cerâmica se restringia aos programas de pós-graduação e especialização, sobretudo por meio de esforços individuais dos pesquisadores que

¹ Doutora e pós-doutora em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP), Brasil; pós-doutoranda e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, (UFPEL), Brasil; bolsista do Programa de Bolsas de Fixação de Doutores da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (DOCFIX – FAPERGS-CAPEs), Brasil. Coordenadora e pesquisadora associada do Laboratório de Estudos sobre a Cerâmica Antiga da Universidade Federal de Pelotas (LECA-UFPEL), Brasil.

² Doutora em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP), Brasil; pós-doutoranda em Arqueologia pela UMR 7041 / CNRS / MAE / Paris X, Paris, França, bolsista CNPq. Pós-doutoranda em Arqueologia no MAE-USP. Coordenadora e pesquisadora associada do Laboratório de Estudos sobre a Cerâmica Antiga da Universidade Federal de Pelotas (LECA-UFPEL), Brasil.

³ Doutor em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP), Brasil. Professor do curso de Licenciatura e Bacharelado em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil; Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em História da UFPEL, e do Programa de Pós-graduação em Memória e Patrimônio Cultural da UFPEL. Bolsista Produtividade CNPq– PQ2. Professor Visitante da Universidade de Heidelberg, Alemanha. Bolsista CAPES Humboldt “Pesquisador Experiente”. Coordenador Responsável do LECA – UFPEL.

complementavam sua formação em programas, museus e institutos do exterior. Assim, o Laboratório de Estudos da Cerâmica Antiga (LECA) foi concebido tendo como principal objetivo promover um espaço para que as pesquisas sobre a cerâmica antiga pudessem ser desenvolvidas no país em conjunto com demais pesquisadores de instituições nacionais e estrangeiras. O LECA foi estabelecido como um Projeto Permanente de Extensão baseado no Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas – ICH – UFPel, e teve suas atividades iniciadas em outubro de 2011.

METODOLOGIAS

O objetivo geral do laboratório é o estudo sistemático do material cerâmico, sua classificação e caracterização tipológica e cronológica, por meio das diversas abordagens metodológicas pertinentes à Ceramologia: tecnologia, iconografia, iconologia, análise contextual, entre outras possibilidades.

O LECA tem como principal meta o desenvolvimento desse campo de estudo no quadro acadêmico brasileiro, promovendo um espaço de interlocução entre especialistas da cerâmica – inclusive aqueles que trabalham com o material em outros contextos (arqueologia pré-histórica e histórica brasileira, mesoamericana, entre outros), ampliando seu campo de atuação, e proporcionando o apoio à formação de pesquisadores por meio da pesquisa, ensino e extensão, com a participação de docentes, pesquisadores associados e membros discentes, e suas respectivas pesquisas. Intercâmbios de projetos e pesquisadores de centros universitários brasileiros e estrangeiros, a organização de simpósios temáticos, conferências e minicursos vêm sendo realizados ao longo das atividades do laboratório como meios de estabelecer essas ligações, e promover o fomento à pesquisa dedicada ao material cerâmico antigo.

Em linhas gerais, os principais projetos desenvolvidos pelo laboratório contemplam a classificação e caracterização do material cerâmico, e a criação de Bancos de Dados que poderão ser abordados segundo as seguintes perspectivas metodológicas:

Iconografia e iconologia: Arqueologia da imagem, estudos de iconografia comparada, percursos iconográficos, relações imagem-suporte, usos da imagem;

Análise contextual: estudo do material cerâmico proveniente de contextos habitacionais, de contextos funerários e contextos sagrados;

Atribuição: estudos das oficinas, técnicas de produção, relações entre artistas, história da arte;

Tecnologia: processos de confecção do objeto, processos de confecção da decoração;

Interdisciplinaridade: contribuições e diálogos com outras áreas do conhecimento para o estudo do material cerâmico: petrografia (por exemplo, análise da argila para estudos específicos de proveniência), zooarqueologia e antropologia física (por exemplo, para análise contextual), estudos comparados entre

suportes diversificados da cultura material (estatuária, mosaicos, lápides, plaquetas, selos, artefatos de metal, figurinhas de terracota, entre outros), etnografia.

ATIVIDADES REALIZADAS EM 2011

Como evento de abertura das atividades do LECA em outubro de 2011, foi ministrada a palestra “Fontes materiais, iconográficas e literárias para o estudo das oficinas produtoras de vasos no período arcaico”, pela coordenadora e pesquisadora associada⁴ do laboratório Dr. Carolina Kesser Barcellos Dias, em que foram apresentadas considerações sobre a organização das oficinas cerâmicas na Atenas do período arcaico a partir do estudo dos vasos áticos de figuras negras, contrapostos e/ou complementados pelos dados locais e geográficos - baseados nas escavações de áreas interpretadas como de produção - e pelos dados epigráficos e literários sobre o status dos artistas na sociedade antiga.

No período inicial das atividades, foi estabelecido o Grupo de Estudos do LECA (GELECA), em que foram apresentadas comunicações introdutórias sobre a cerâmica grega, e coordenadas discussões de textos escolhidos pelos coordenadores como parte das atividades sistemáticas dos discentes associados ao laboratório.

O Laboratório de Estudos sobre a Cerâmica Antiga – LECA recebeu em 2011 o prêmio do Edital SAB/2011 para criação de um site. O site teve sua construção iniciada em 2013 pela empresa N2 Agência Web, e pode ser acessado no link <<http://leca.ufpel.edu.br>>.

O site tem como proposta organizar e divulgar as atividades de pesquisa, ensino e extensão do LECA, e servir como base para os Bancos de Dados do material cerâmico estudado, o Banco de Desenhos, banco de textos, e biblioteca virtual. O site deverá ser continuamente alimentado com as produções dos colaboradores do laboratório (pesquisas, publicações, projetos), divulgação de atividades (eventos), e links importantes para a pesquisa nas diversas áreas da Antiguidade Clássica.

⁴ A estrutura base do LECA compreende membros distribuídos em quatro categorias fundamentais: (1) docentes pesquisadores vinculados à UFPel; (2) pesquisadores associados; (3) discentes; e (4) colaboradores, correspondente aos docentes e pesquisadores de instituições nacionais e estrangeiras, associados a projetos de pesquisas do LECA. A equipe de coordenadores que compõe o Colegiado do LECA é constituída por pesquisadores doutores em Arqueologia Clássica, fundadores do LECA, sendo o coordenador responsável docente da UFPel, nomeado por acordo comum entre os coordenadores-fundadores (2011-2013 Prof. Dr. Pedro Luis Machado Sanches; atual Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira), e duas coordenadoras / pesquisadoras associadas (Dra. Camila Diogo de Souza e Dra. Carolina Kesser Barcellos Dias). Ver Estatuto, Cap. III, Arts. 8º e 9º, disponível para consulta em <<http://leca.ufpel.edu.br/estatuto>>.

ATIVIDADES REALIZADAS EM 2012

O curso “Introdução aos Estudos sobre a Cerâmica Antiga”, criado no final de 2011 pelas coordenadoras/pesquisadoras associadas do LECA, configura-se como um ‘produto’ oficial do laboratório a ser oferecido e ministrado em outras unidades de ensino no país. De caráter introdutório, pode ser adaptado para as necessidades específicas dos programas de ensino e extensão das instituições, e é ministrado pelos coordenadores e pesquisadores colaboradores do LECA. O curso tem como objetivos apresentar e discutir a produção de vasos gregos desde a proto-história até o período helenístico. Por meio de uma abordagem historiográfica dos estudos dos vasos, são discutidas questões pertinentes ao conhecimento atual da cerâmica grega: discussões sobre as técnicas de produção, cronologias, contextos, formas dos vasos, nomenclatura, estilo, decoração, iconografia, identificação de artistas, que possibilitam o reconhecimento das diversas abordagens do material, promovendo, assim, as perspectivas de estudo do material cerâmico grego no LECA.

Em abril de 2012, o curso de curta duração “Introdução aos Estudos sobre a Cerâmica Grega” foi promovido pelo laboratório, e ministrado por seus coordenadores na Universidade Federal de Pelotas. A palestra “A Cerâmica como ‘fóssil diretor’. Alguns dados cronológicos do santuário de Hera em Delos (Cíclades, Grécia)” foi apresentada pela Prof. Dr. Haiganuch Sarian do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo – MAE/USP, encerrando o curso, e as atividades desenvolvidas no período.

Em setembro de 2012, o projeto de pesquisa de Pós-Doutorado “Cultura Material e Sociedade: a Contribuição do Material Cerâmico e suas Interfaces para o Estudo da Sociedade Antiga Grega” foi contemplado pelo Edital nº 09/2012, Programa de Bolsas de Pós-Doutorado - DOCFIX, FAPERGS/CAPES, e vem sendo desenvolvido pela pesquisadora Dr. Carolina Kesser Barcellos Dias no Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal de Pelotas com supervisão do Dr. Fábio Vergara Cerqueira. O projeto tem como objetivo principal contribuir para o fortalecimento e desenvolvimento de pesquisas sobre a Antiguidade Clássica, com enfoque principal nas linhas de pesquisa que favoreçam a interlocução entre fontes textuais e materiais. A execução deste projeto de pesquisa junto ao LECA ocupa os primeiros quatro anos de atividade do laboratório, caracterizando o ponto inicial de criação e organização do espaço de pesquisa e formação que auxiliará, dessa forma, conforme os resultados obtidos, a consolidar o laboratório como um centro permanente de pesquisas sobre a Antiguidade no seio da Universidade Federal de Pelotas.

ATIVIDADES REALIZADAS EM 2013

Em 2013, o curso do LECA “Introdução aos Estudos sobre a Cerâmica Antiga” foi ministrado como minicurso na Universidade Federal de Rondônia – UNIR⁵, nos dias 15 e 18 de março, pelo pesquisador colaborador Dr. Gilberto da Silva Francisco e pela coordenadora/pesquisadora associada Dr. Carolina Kesser Barcellos Dias. Para este minicurso promovido pelo LECA aos alunos de graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Rondônia, foi feito um recorte que permitisse a apresentação aos estudos sobre a cerâmica grega e aos estudos específicos de determinadas técnicas e cronologias. Nas aulas, foram discutidos os aspectos formais, estilísticos e decorativos dos vasos áticos de figuras negras e vermelhas, e apresentadas certas especificidades das possíveis abordagens em ceramologia, como a atribuição, a iconografia, e a epigrafia.

Nos dias 1, 3 e 5 de julho, o curso foi ministrado no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, MAE-USP⁶ pelos pesquisadores acima citados, e pela coordenadora/pesquisadora associada Dr. Camila Diogo de Souza. Na qualidade de curso de extensão, as aulas seguiram as mesmas diretrizes das edições anteriores (UFPEL, 2012 e UNIR, 2013), e foram complementadas com etapas de laboratório e análise de vasos em sala de aula. O MAE conta com um importante acervo de vasos gregos e de tradição grega, o que possibilitou aos alunos a experiência de observar os objetos e analisar seus aspectos técnicos, tecnológicos, decorativos e iconográficos.

No XIX Congresso da SBEC “O Futuro do Passado”, realizado entre os dias 8 e 12 de julho de 2013, em Brasília, DF, foi montado o Painel “LECA – Laboratório de Estudos da Cerâmica Antiga”, idealizado pelos coordenadores do LECA, e coordenado no evento pelo Dr. Pedro Luis Machado Sanches. O Painel teve como principal objetivo divulgar as atividades promovidas pelo LECA, e discutir os projetos desenvolvidos pelos coordenadores, a saber: “Acervos Imagéticos Circunstanciados: técnica, estética e métodos de abordagem em recepção das tradições artísticas greco-romanas”, desenvolvido e coordenado pelo Dr. Pedro Luís Machado Sanches (Universidade Federal de Pelotas); “Representações iconográficas de instrumentos musicais na pintura dos vasos ápicos: relações interculturais greco-indígenas na Magna Grécia (séculos V e IV a.C.)”, desenvolvido e coordenado pelo Dr. Fábio Vergara Cerqueira (Universidade Federal de Pelotas); “Características crono-tipológicas do material cerâmico dos túmulos geométricos de Argos (Argólida, Grécia, entre 900 e 700 a.C.)”, desenvolvido e coordenado pela Dr. Camila Diogo de Souza (Université de Paris X); “Cultura Material e Sociedade: A Contribuição do Material Cerâmico e Suas Interfaces Para o Estudo da Sociedade Antiga Grega”, desenvolvido e coordenado por Carolina Kesser Barcellos Dias (Universidade Federal de Pelotas).

⁵ Minicurso oferecido pelo LECA, com apoio do Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Rondônia – DARQ/UNIR, a convite da Prof. Valéria Cristina Ferreira e Silva.

⁶ Curso de Extensão oferecido pelo LECA, com apoio do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo – MAE/USP.

De 15 a 19 de junho, foi promovida a I Semana de Atividades do LECA, na Universidade Federal de Pelotas. Nesta Semana, foram ministradas aulas e palestras dedicadas aos Estudos Clássicos, com a participação da Dr. Camila Diogo de Souza e do Dr. Gilberto da Silva Francisco: em 15.07, os pesquisadores ministraram uma atividade de análise do material cerâmico proveniente da coleção Mediterrânea do MAE/USP, aos discentes do Grupo de Estudos do LECA (GELECA); nos dias 16-17.07 foi promovido o minicurso "Tradição Clássica no Brasil Contemporâneo. Elementos da arquitetura clássica em São Paulo e Pelotas" ministrado pelo Dr. Gilberto da Silva Francisco; em 18.07, foi promovida a mesa redonda "A Ceramologia Grega no Brasil", com os Drs. Camila Diogo de Souza e Gilberto da Silva Francisco na 11ª Edição do Café Arqueológico do LEPAARQ, e a palestra "A morte e as interpretações arqueológicas: contextos funerários na Grécia da Idade do Ferro", ministrada pela Dr. Camila Diogo de Souza. No dia 19.07, os pesquisadores participaram de uma atividade prática com material cerâmico grego durante a aula aberta da disciplina optativa do curso de História, Arqueologia II⁷ (docentes responsáveis: Dr. Fábio Vergara Cerqueira e Dr. Carolina Kesser Barcellos Dias). A palestra de encerramento das atividades promovidas pelo LECA foi ministrada pelo Dr. Gilberto da Silva Francisco, de título "Ânforas panatenaicas nos períodos helenístico e romano".

Nos dias 22 e 23 de outubro, foi organizado um Programa de Palestras⁸ ministradas pelo pesquisador colaborador Me. Marcio Teixeira Bastos. Em atividade promovida pelo LECA, o estudioso ministrou a palestra "Petrografia Cerâmica: uma introdução ao método", em que foram apresentados os princípios básicos de análise em Petrografia Cerâmica, o campo de estudos que contempla o exame e a interpretação da seleção de matérias-primas, tecnologia cerâmica e determinação de proveniência e que pode ser definida como a descrição sistemática de materiais cerâmicos, suas composições e organização sob análise de microscopia de luz polarizada, essencialmente através de lâminas de pó (material granulado) ou lâminas delgadas (thin-sections).

ATIVIDADES REALIZADAS EM 2014 (1º SEMESTRE)

Nos dias 10 e 11 de abril de 2014, ocorreu o I Colóquio Discente do LECA "Projetos de Pesquisa em Antiguidade Clássica", com a apresentação das pesquisas desenvolvidas pelos colaboradores discentes do LECA na Universidade Federal de Pelotas, a saber: "Identidade e etnicidade no mundo grego: nomenclaturas em Esparta e a revolta do Sícelo Ducetius", de Marcello de Albuquerque Maranhão (mestrando no Programa

⁷ Ver a seguir no tópico "Integração com a Graduação e Pós-graduação na Universidade Federal de Pelotas".

⁸ O Programa de Palestras inclui ainda os trabalhos: "Estudos Clássicos no Brasil: Arqueologia Romana em Israel", atividade promovida pelo POIEMA e "Arqueologia Romana em Israel: pesquisas atuais", apresentada na 13ª Edição do Café Arqueológico, promovida pelo LEPAARQ.

de Pós-Graduação em História); “Diversidade cultural e o estudo da cerâmica antiga: apontamentos sobre a relação entre Ática e Etrúria”, de Otília Malloñ Bastos (bacharel em Antropologia/Arqueologia); “A Guerra no mundo antigo: um ensaio sobre as influências bélicas nas instituições políticas gregas do século V ao IV a. C.”, de Ricardo Barbosa da Silva (Graduando em História - Licenciatura); “O projeto de pesquisa *Representações Iconográficas de Instrumentos Musicais na Pintura de Vasos Ápulos: Relações Interculturais Greco-Indígenas na Magna Grécia (Séculos V e IV a. C.): contribuições e comentários*”, de Andréia da Rocha Lopes (Graduanda em História - Bacharelado, bolsista de Iniciação Científica CNPq); “A Iconografia de Eros no Universo Feminino: reflexões acerca do papel de Eros no gineceu na Grécia dos séculos V e IV a. C.”, de Fernanda Gabriele Barcellos de Martins (Graduanda em História - Licenciatura, bolsista de Iniciação Científica FAPERGS); “Variações da imagem de Apolo Citarado nas cerâmicas grega e de Influência grega produzidas em diferentes áreas do mundo grego entre os séculos V e III a. C.”, de Lidiane Carolina Carderaro dos Santos (mestranda no Programa de Pós-Graduação em História, bolsista CNPq); “Breves considerações sobre o *Filoctetes*, de Sófocles, e Atenas clássica”, de Matheus Barros da Silva (mestrando no Programa de Pós-Graduação em História, bolsista CNPq).

Em 2014, o LECA associou-se ao POIEMA – Polo Interdisciplinar de Estudos sobre o Mediterrâneo Antigo, projeto de extensão e pesquisa coordenado pelos Profs. Drs. Deivid Valério Gaia e Fábio Vergara Cerqueira. O POIEMA iniciou suas atividades em 2013, e oferece um espaço de estudos e debate em diferentes atividades voltadas à atualização, aprofundamento e capacitação nos estudos da Antiguidade, por meio das Jornadas de História Antiga, dos Ciclos de Palestras, e de cursos e grupos de estudo voltados às línguas antigas. O POIEMA abriu seu espaço de trabalho para as atividades do LECA, compartilhando com o laboratório sua sala no prédio do Instituto de Ciências Humanas da UFPel – ICH-UFPEL.

Entre os dias 9 e 11 de junho, o LECA apoiou o minicurso ministrado pelo colaborador Dr. Pedro Luis Machado Sanches, “Introdução à Peritagem de Cerâmica Antiga de Figuras Vermelhas”, curso breve destinado a apresentar aspectos fundamentais dos diferentes métodos de peritagem de obras de arte por meio de exercícios práticos (desenho de esboços e pormenor), em contato indireto (reproduções fotográficas) com material cerâmico grego antigo.

O GRUPO DE ESTUDOS

O Grupo de Estudos do LECA (GELECA) caracteriza-se por reuniões periódicas com discentes, em atividades com carga horária de 2h/semana para a leitura e discussão de textos teórico-metodológicos sobre História Antiga, História da Arte, Arqueologia, Ceramologia. O Grupo de Estudos é composto pelos discentes já ligados ao laboratório, e é aberto a novos interessados de outros cursos e núcleos de pesquisa da UFPel. As

atividades do GELECA ocorrem periodicamente desde 2012 na Universidade Federal de Pelotas, sob supervisão da Dr. Carolina Kesser Barcellos Dias.

Em andamento desde abril do corrente ano, as reuniões do GELECA têm se dedicado ao projeto do Banco de Desenhos do LECA, e têm promovido leituras e discussões sobre os aspectos metodológicos da descrição científica e da confecção de desenhos do material arqueológico de maneira a compreender “como o desenho participa no entendimento, organização e comunicação de referentes concretos, enfatizando a interação entre desenho, sujeito, aprendizagem cultural e o sentido de comunidade” (LIMA, 2007, p. 17⁹). Nas reuniões, além da leitura e discussões sobre textos teóricos, promove-se exercícios práticos de análise de material, e debates acerca das metodologias empregadas para a confecção das bases de dados da documentação cerâmica trabalhada.

Em junho, o GELECA convidou a mestranda do Programa de Pós-Graduação em História, Diana Silveira de Almeida, para ministrar a palestra “Interpretação de Imagens: problemas e métodos”, em que a autora discutiu os aspectos teórico-metodológicos da interpretação de imagens com um viés particular da História da Arte, o que contribuiu para as discussões feitas ao longo dos encontros, e reforçou o aspecto interdisciplinar dos projetos do LECA.

INTEGRAÇÃO COM A GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

O LECA dá apoio a disciplinas relacionadas à Arqueologia Clássica e à Ceramologia antiga nos cursos regulares de graduação e pós-graduação do ICH. No primeiro semestre acadêmico de 2013, foi ministrada pelos coordenadores do LECA, Dr. Fábio Vergara Cerqueira e Dr. Carolina Kesser Barcellos Dias uma disciplina optativa no curso de História (bacharelado e licenciatura). A disciplina “Arqueologia II - Introdução à Arqueologia do Mediterrâneo (“Arqueologia Clássica”)", teve como objetivo proporcionar um panorama sobre a diversidade da cultura material remanescente da Grécia Antiga, com foco central no material cerâmico, combinado porém a uma apresentação de diversas tipologias de artefatos (estatuária, relevos, metais, etc.) e contextos arqueológicos gregos (santuários e templos, necrópoles e túmulos, entre outros).

No primeiro semestre de 2014, foi oferecida a disciplina optativa “Seminário Especial I: Diversidade de Fontes para o estudo de fronteiras e identidade na Antiguidade Clássica”, ministrada pela Dr. Carolina Kesser Barcellos Dias, para os alunos do Programa de Pós-Graduação em História da UFPel. A disciplina teve por objetivos apresentar e discutir as fontes disponíveis para o estudo das fronteiras e da formação de identidades étnicas e culturais na Antiguidade Clássica. Por meio de estudos de caso, foram discutidos os possíveis diálogos entre fontes documentais, materiais, literárias, entre outras, em determinados períodos e

⁹ LIMA, L. C. F. *O desenho como substituto do objeto*. Descrição científica nas imagens do desenho de materiais arqueológicos. Dissertação de mestrado. Faculdade de Belas Artes, Universidade do Porto, 2007.

espaços do mundo antigo clássico. Participaram das atividades os alunos regulares do mestrado e alunos especiais, alguns que haviam cursado a disciplina optativa e os cursos de extensão durante a graduação. Nota-se assim que a disciplina de graduação obteve sucesso em sua missão de fomentar o interesse de novos pesquisadores pelos estudos da Arqueologia Clássica, com ênfase na ceramologia grega antiga.

O LECA dá apoio às pesquisas¹⁰ de iniciação científica, orientações de TCC em História e Antropologia/Arqueologia, e orientações do Mestrado em História. As atividades de divulgação científica do LECA já frutificaram em termos de atratividade de estudantes de outras regiões do país, que se direcionaram à UFPel para realizar pesquisa de mestrado relacionada à ceramologia grega antiga.

ATIVIDADES FUTURAS

As atividades permanentes do laboratório – reuniões periódicas do GELECA, a pesquisa e a elaboração de Bancos de Dados – serão desenvolvidas em conjunto com a promoção de eventos, minicursos, oficinas e atividades práticas com o material cerâmico, como proposto desde o início dos trabalhos do LECA.

Para o segundo semestre de 2014, são previstos cursos e minicursos voltados ao estudo sobre a cerâmica: o curso introdutório do LECA deverá receber uma nova edição na Universidade Federal de Pelotas; serão ministrados dois minicursos específicos, um de desenho do material cerâmico, e um sobre a criação e alimentação de Banco de Dados em Filemaker¹¹, todos com participação de pesquisadores colaboradores do laboratório.

Ainda, é previsto um primeiro evento nacional promovido pelo LECA, com a participação de pesquisadores de outras instituições; este evento deverá ocorrer junto às atividades da XV Jornada de História Antiga, promovida pelo LECA-POIEMA no final do segundo semestre de 2014.

Em fase de estruturação, o LECA desenvolve um projeto de extensão, de caráter multidisciplinar, que conta com a participação de docentes e pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em História, e de pesquisadores das áreas de Arqueologia, História da Arte, Cinema, Letras, Filosofia, entre outros, e aberto a demais interessados. O projeto denominado “Pipoca Clássica” tem como objetivos produzir estudos sistemáticos sobre produções cinematográficas inspiradas em temas da Antiguidade Clássica, a fim de discutir questões relativas à recepção da Antiguidade, ao uso da historiografia antiga e moderna em um

¹⁰ Ver no tópico “Atividades realizadas em 2014 (1º semestre)”, as informações sobre os bolsistas participantes do I Colóquio do LECA.

¹¹ O software FileMaker constitui um recurso de grande importância entre aqueles que trabalham com banco de dados. Na área da Arqueologia, tal programa constitui um instrumento de sistematização da cultura material essencial ao processo analítico e interpretativo, fomentando de maneira precisa e metódica o acesso às informações para futuras investigações sobre um mesmo material. O FileMaker se mostra de fácil acesso e possui características que seguem o conceito *user-friendly*, o que significa que sua interface se dá pela maneira mais intuitiva possível, e trata-se de uma base de dados que viabiliza a inter-relação das informações, possibilitando novas e diferentes leituras do material, possibilitando, por exemplo, análises estatísticas.

veículo específico de informações. Prevê-se a organização de ciclos temáticos para a projeção de filmes, sempre acompanhados de um debate e da produção de resenhas críticas a serem publicadas no site do LECA. Para a primeira sessão do Pipoca Clássica, de caráter experimental, foi escolhida a produção norte-americana de 1981 “Clash of the Titans” (Fúria de Titãs). A partir desta primeira experiência, serão organizados os ciclos temáticos assim como a agenda das próximas sessões que deverão ocorrer no segundo semestre de 2014. Espera-se que esse projeto promova o diálogo entre diferentes áreas de pesquisa e fortifique o caráter interdisciplinar das atividades desenvolvidas pelo LECA, assim como tenha alcance público, resultado esperado em projetos de extensão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação e a implementação do LECA, cujos propósitos e atividades foram elencados nas páginas anteriores, demonstram a relevância de um núcleo de pesquisa, ensino e extensão dedicado aos estudos da cerâmica antiga no quadro acadêmico brasileiro. A documentação pesquisada é sistematizada e organizada em Bancos de Dados que constituem instrumentos imprescindíveis para o desenvolvimento de pesquisas em ceramologia. Os Bancos de Dados serão disponibilizados para a comunidade acadêmica a fim de viabilizar o acesso aos diferentes aspectos do material cerâmico e, dessa forma, possibilitar novas perspectivas e abordagens para os estudos das sociedades do Mediterrâneo Antigo.

Outrossim, o LECA configura-se como um espaço interdisciplinar de trabalho, reuniões e discussão a respeito da cerâmica antiga, e dos estudos clássicos em geral. Age, fundamentalmente, por meio da formação de novos pesquisadores, da divulgação científica das pesquisas conduzidas pelos membros do laboratório, e ainda, por meio de atividades didáticas, como o oferecimento de oficinas, minicursos, reuniões do GELECA, sessões de cinema, e realização de simpósios e palestras.

Evidentemente, ainda há um longo caminho a ser percorrido pelo laboratório, questões a serem respondidas e dificuldades a serem superadas no que diz respeito aos estudos ceramológicos. Todavia, é exatamente este aspecto dinâmico da produção heurística do conhecimento que faz da pesquisa um domínio promissor, incessante e perpetuamente revelador e original.

Recebido em:01/07/2014
Aprovado em:29/08/2014
Publicado em:03/10/2014

**SYLLOGE NUMMORUM GRAECORUM, BRASIL I.
MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, RIO DE JANEIRO.
MOEDAS GREGAS E PROVÍNCIAIS ROMANAS**

SYLLOGE NUMMORUM GRAECORUM, BRASIL I.
NATIONAL HISTORICAL MUSEUM, RIO DE JANEIRO.
GREEK COINS AND ROMAN PROVINCIAL COINS.

Keith Rutter

Vol. XI | n°22 | 2014 | ISSN 2316 8412



SYLLOGE NUMMORUM GRAECORUM, BRASIL I. MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, RIO DE JANEIRO. MOEDAS GREGAS E PROVÍNCIAIS ROMANAS

Keith Rutter¹

The numismatic collection of the Museu Histórico Nacional in Rio de Janeiro is the largest in Brazil. It contains 131,000 specimens from all regions and historical periods, of which many are informatively and handsomely displayed in a permanent exhibition in the museum. This volume of the *Sylloge Nummorum Graecorum*, the first of a Brazilian collection, catalogues 1,750 of the coins that count as Greek. The descriptions and details of the coins are presented in the form that is usual for *SNG* volumes, with plentiful bibliographical referencing, in particular to other volumes of *SNG*. The catalogue is introduced by two essays: one, by the author Maricé Martins Magalhães on the development of the collection and the work of cataloguing it, the other by Professor Luiz Aranha Corrêa do Lago, curator of the permanent exhibition. The title of the exhibition is “As moedas contam a História” (Coins tell the [Hi]story), and Professor do Lago here provides for readers an authoritative account of the development of Greek coinage as it is extensively illustrated in the volume. In terms of chronological spread he is able to refer to coins from the very early days of coining in Asia Minor (nos. 1271-2, electrum and silver coins respectively of Lydia) right through to the later stages of the Roman provincial series in Alexandria (Maximianus Herculeus, nos. 1726-37); the geographical spread covers an area running from the Straits of Gibraltar in the west to Afghanistan in the east.

The catalogue is divided into three parts: 1) Europe (nos. 1-1207); 2) Asia (nos. 1208-1387); 3) Africa (nos. 1388-1747). Within these broad geographical areas coverage naturally varies. As might be expected the Iberian peninsula is well covered (nos. 1-183), as is Gaul and Gallic-related coinage in general: there is a good number of coins of Massalia (nos. 185-202), and also of issues of several Gallic tribes both in Gaul and on the Danube and even in one case a coin of the Iceni of Britain (no. 217). The early coinage of Rome is well represented (nos. 233-81). When it comes to Italy (and several other parts of the collection) it would be interesting to know the reasons (whether deriving from chance or from deliberate choice) that led, for example, to the collection of a varied array of coins of Taras (nos. 353-446), or the fuller representation of incuse coins of Metapontum (nos. 456-66) and Croton (nos. 567-77). There is a good range of coins of Sybaris and Thurii (nos. 493-517) and also of Hyele/Elea (nos. 518-39); the latter include coins signed by *Kleu* (*dorus*) (no. 529) and *Philistion* (530). In Sicily, the mint of Syracuse takes pride of place (nos. 682-810), with a particular strength in the bronze of all periods. Sometimes, a more accurate dating could have been

¹ Emeritus Professor of Classics and Honorary Professorial Fellow in University of Edinburgh.

presented. For example, a group of coins of Gela (nos. 644-9) is dated “Antes de 405 a.C.”, though references are made to Jenkins, *The Coinage of Gela*, which would have allowed a closer dating.

Moving eastwards, from the Black Sea area there are examples of “arrow head” and “dolphin” money from Istrus and Olbia respectively (nos. 908, 915) as well as a varied selection of silver and bronze coins. The history of Macedonia can be traced through the coins of many settlements there, with a particularly valuable series of coins of the Macedonian kings (nos. 984-1050). Mints of mainland Greece represented include those of Thessaly, Epirus, Acarnania, Locris, Phocis, Boeotia, Euboea, Corinth, Aegina, Sicyon, Elis and Lakonia/Messenia. The development of an elaborate denominational system can be observed through the coinage of Athens (nos. 1116-29) and for the Hellenistic period it is good to have coins from both the Achaean and Arcadian Leagues (nos. 1170-80, 1185-6 respectively). In the Asian section city coinages, for example of Amisus (no. 1209), Sinope (no. 1214), Cyzicus (no. 1220), Miletus (nos. 1240-1), Aspendus (no. 1281) and Rhodes (nos. 1257-69) are interspersed with coins of the Hellenistic kings of Bithynia (nos. 1215-17), Pergamum (no. 1225), Cappadocia (nos. 1288-98) and Syria (nos. 1303-19), and also with Roman provincial coins. The Achaemenid empire is here with a daric (no. 1363) and a siglos (no. 1364), while the eastern reach of Greek or Greek-influenced coins is illustrated by coins of several Parthian kings (nos. 1369-80), a coin of the Sassanid king Shapur I (no. 1381) and a group of Bactrian and Indo-Greek coins (nos. 1382-7) that includes a square silver drachma of king Apollodotus (no. 1385). In the African section the main focus is on Egypt, of course, with good runs of coins both of the Ptolemaic dynasty (nos. 1388-1459) and of coins minted in Alexandria from the early to the later Roman empire (nos. 1460-1737).

The above brief survey conveys something of the breadth and richness of this collection. It has already proved its worth as a teaching resource both for students and for the wider public who visit the Museu Histórico Nacional. Both the museum authorities and the authors are to be congratulated for achieving its publication and dissemination to an even wider audience.

Recebido em:02/07/2014
Aprovado em:02/09/2014
Publicado em:03/10/2014

**RESENHA: SÍTIOS DE PESCA LACUSTRE EM RIO GRANDE, RS, BRASIL
PEDRO IGNÁCIO SCHMITZ, 2011**

Bruno Leonardo Ricardo Ribeiro

Vol. XI | n°22 | 2014 | ISSN 2316 8412



RESENHA: SÍTIOS DE PESCA LACUSTRE EM RIO GRANDE, RS, BRASIL PEDRO IGNÁCIO SCHMITZ, 2011

Bruno Leonardo Ricardo Ribeiro¹

A obra em análise é, ainda hoje, referência primordial no que tange o estudo de grupos caçadores-coletores-pescadores *cerriteiros* na costa do Rio Grande do Sul e regiões adjacentes, e sua reedição é parte integrante do segundo volume da série “Clássicos da Arqueologia”, promovida pela Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB) e lançado durante a realização do XVI congresso da SAB em conjunto com o XVI congresso Mundial da UISPP, em Florianópolis/SC. Cabe também salientar que esta obra se trata de uma versão condensada da tese apresentada pelo autor em 1976 para obtenção do título de Livre-docente na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS.

Além de contar com apresentação de Rossano Lopes Bastos, então Secretário Geral do evento e prefácio de Jairo Henrique Rogge, onde ambos ressaltam a importância deste autor não só para a construção do pensamento Arqueológico Brasileiro, mas também seu papel fundamental no estabelecimento da disciplina no Brasil como tal, o livro é estruturado em nove capítulos que abarcam desde uma introdução ao objeto de pesquisa, a uma proposta de caracterização dos sítios escavados. Os três primeiros capítulos da obra são dedicados as descrições ambientais, histórico das pesquisas desenvolvidas na região e as culturas dentro do escopo do projeto; o quarto capítulo, à apresentação dos sítios estudados. Os capítulos cinco a oito, por sua vez, são dedicados a apresentação dos vestígios arqueológicos recuperados e toda sua variabilidade: cerâmicos, líticos, malacológicos e faunísticos, além dos restos alimentares.

Finalmente, no capítulo nove o autor apresenta uma proposta de caracterização para os sítios estudados em sua totalidade, por ele entendidos, em sua maioria, primariamente como assentamentos de pesca sazonal ocupados durante a primavera e o verão, uma vez que a grande maioria dos vestígios alimentares remete à predação de peixes dessas estações, mas sobretudo, assentamentos de múltipla função, diante do longo espaço de tempo durante os quais foram recorrentemente ocupados e pelas diferentes ocorrências de vestígios arqueológicos verificados ao longo destas ocupações.

De acordo com o autor, as datações obtidas por C_{14} garantem à área pesquisada uma antiguidade que remete a mais de 2.000 anos A.P, e se encerraria com a chegada do Europeu na região entre os séculos XVII e XVIII, então ocupada por grupos indígenas Guarani, Minuano e Charrua. A saber, o período mais antigo, pré-cerâmico, atestado pela presença de artefatos líticos lascados e polidos/picoteados nos extratos mais baixos, além de instrumentos elaborados sobre ossos e conchas, se iniciaria em meados do último milênio antes da era cristã e se encerraria com o início desta, dando lugar então às primeiras ocupações

¹ Graduando do curso de Bacharelado em Antropologia/Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil. Pesquisador Associado ao Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas (LEPAARQ – UFPel), Brasil.

ceramistas, que perdurariam até a conquista. Quatorze foram os sítios abarcados no projeto e nenhum deles teria se apresentado exclusivamente pré-cerâmico (lítico) nem apresentado elementos associáveis a culturas europeias.

Como dito anteriormente, o autor procura, nos capítulos iniciais de sua tese, contextualizar a pesquisa desenvolvida na região de Rio Grande/RS, e é quando são apresentadas densas descrições das características geomorfológicas e ecológicas da área pesquisada. Ênfase é dedicada às variações climáticas e ambientais verificadas durante a transição pleistoceno/holoceno e seu impacto sobre a fauna e a flora local, assim como entre os diferentes terraços relacionados a estes períodos. As rotas de migração e a presença sazonal de aves, peixes, frutos e outros vegetais na região também não escaparam ao escrutínio, objetivando identificar a já citada variabilidade de recursos alimentícios disponíveis aos grupos humanos que primeiro ocuparam a região ao longo do ano. Ainda, é neste momento que o autor apresenta toda uma revisão histórica da presença ibérica, iniciada no século XVII, e bibliográfica, não só das pesquisas já realizadas na região, mas também dos grupos indígenas que ali residiam quando da chegada dos povos europeus.

Ainda, são apresentados os aportes teórico-metodológicos utilizados pelo autor, fortemente marcados por uma perspectiva histórico-culturalista, embasada na elaboração de seriações de fundamento tecno-tipológicas dos vestígios arqueológicos identificados, visando à inserção destes sítios dentro de sequências culturais já estabelecidas, as ditas *tradições* e/ou *fases* culturais. Para tanto, os métodos de escavação se restringiram a realização de sondagens teste e/ou cortes estratigráficos escavados por níveis artificiais e coletas superficiais, sempre objetivando a obtenção da maior quantidade possível de vestígios e informações de valor amostral. A pesquisa realizada partiu de estudos iniciados durante o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) – cujo objetivo era a elaboração de um panorama geral e sistemático da história dos povos autóctones anteriores à conquista ibérica, partindo exatamente do levantamento de dados amostrais – portanto, foi fortemente influenciada pelo “*métier*” norte-americano.

Em relação à morfologia dos sítios, são em sua maioria de forma arredondada ou elíptica, de área entre 800 e 11.000m², e altura atual variando entre 30 e 125cm. Quanto à caracterização e constituição destes montículos, o autor os define da seguinte forma:

[...] pequenos cômoros, acumulados pelo homem, constituídos de sedimentos arenosos, escuros, com grande quantidade de restos de alimento de origem animal, em menor quantidade de origem vegetal, localizados sobre os terraços holocênicos da margem ocidental da Lagoa dos Patos, na parte mais próxima à sua barra. Excepcionalmente se encontram os mesmos sítios sobre o barranco do Pleistoceno [...]. Os sítios sobressaem do terreno circundante, razão por que são localmente conhecidos como *cerritos* [...] (SCHMITZ, 2011, p.81).

Devo ressaltar que, com o avanço das pesquisas relacionadas a sítios arqueológicos sobre *cerritos* nas últimas décadas, tem se questionado se tais montículos seriam resultado apenas do produto residual destas longas e constantes reocupações, como propõe o autor, ou construções idealizadas pelos grupos que deles faziam uso, compondo projetos monumentais relativos a espaços funerários; Se seriam uma resposta à variação do nível d'água na Laguna dos Patos, ao longo das estações do ano, ou marcadores territoriais e simbólicos, além de outros tantos questionamentos (mais detalhes em MAZZ, BRACCO, 2010²). Todavia, tais discussões não cabem aqui. Fato é que sobre estes montículos a grande maioria dos vestígios culturais identificados foi cerâmica, com baixa representatividade de vestígios líticos e ósseos, os últimos de tão baixa frequência que o autor não se dispõe a ir além de uma simples descrição das peças resgatadas e apenas em alguns casos, inferir sobre prováveis usos ou funções para tais. Ossadas e indícios de sepultamentos humanos, quando identificados, não foram suficientes para incutir, no autor, ideias sobre possíveis usos simbólicos para os referidos sítios.

Para a análise dos vestígios cerâmicos a metodologia adotada por Schmitz teve por enfoque o exame de características morfológicas e tecnológicas, através da qual pretendia verificar a presença de culturas/sociedades diferentes ou mesmo a apropriação de técnicas culturais externas, através do contato entre sociedades distintas. Assim, além do estudo de bordas de potes e extrapolação de possíveis formas, traços como textura e elementos constituintes da argila; coloração do núcleo das paredes e tipo de queima aplicada; características das superfícies internas e externas dos potes, como coloração, tratamento superficial e aplicação ou não de motivos decorativos também foram levados em consideração.

Diante dos resultados obtidos através destas análises, aplicadas a todas as coleções, o autor estabeleceu dois grandes grupos de vestígios cerâmicos. O primeiro deles, verificado em níveis mais inferiores, é composto por vasilhames pequenos e pouco profundos, de contornos simples e pasta apresentando elementos antiplásticos minerais, em sua grande maioria sem indícios de maior dedicação aos acabamentos de superfície e poucos motivos decorados plásticos ou pintados, salvo algumas exceções. O segundo grupo, verificado em camadas mais superficiais das escavações e em apenas alguns sítios, apresenta vasilhames de tamanhos mais variados e formas e contornos mais complexos. Além dos antiplásticos minerais, nestas cerâmicas também é recorrente o acréscimo de cacos moídos de outros potes cerâmicos e a presença de motivos decorados nas paredes são mais frequentes, com padrões mais imbricados, alisamentos mais finos e maior recorrência de decorações pintadas e plásticas, como impressão de dedos, unhas, além de outros.

O primeiro grande grupo, de acordo com as designações estabelecidas pelo PRONAPA, se enquadra na dita Tradição Vieira, subtradição Vieira e pode ser dividida, ainda, em outras duas fases apenas por

² MAZZ, J.M.L.; BRACCO, D. *Minuanos. Apuntes y notas para la historia y la arqueología del territorio Guenoa-Minuan* (Indígenas de Uruguay, Argentina y Brasil). Montevideo: Linardi y Risso, 2010.

variações pontuais: Fase Torotama (mais escassa e verificada imediatamente acima, ou associada à camada pré-cerâmica) e Fase Vieira (mais frequente e presente em níveis mais superiores). O segundo grupo se enquadra na Tradição Tupiguarani, subtradição Corrugada, Fase Camaquã, com datações que remetem a chegada desta tradição cerâmica à região em algum momento próximo ao fim do primeiro milênio A.D. O autor não dedica muitas páginas de seu livro a esta nova população a adentrar o território, mas deixa claro que em sua opinião, este grupo – já dominante da horticultura e de organização social e padrões de assentamento bem diferenciados em relação aos grupos em foco – manteve contato direto e prolongado com os produtores da cerâmica da Fase Vieira, e exerceram influência direta sobre eles.

Difusionista, Schmitz associa à chegada e ao contato com estes povos uma intensificação da horticultura na região e certo grau de “refinamento” na produção cerâmica da Fase Vieira, ressaltando que após o contato com os Tupiguarani surge um novo padrão decorativo dentre estas cerâmicas, que ele denomina negativo de cestaria. Especula também sobre certa imposição de restrições espaciais aos *cerriteiros*, partindo da premissa que com os Tupiguarani vieram novos saberes, mas também novos limites territoriais que restringiriam o uso do espaço e dos recursos locais pelos grupos associados à cerâmica Vieira, por ele entendidos, até então, como organizados em pequenos bandos de alta mobilidade territorial, agora forçados à intensificação de práticas hortícolas e certa reorganização social.

A cerâmica, na ótica adotada pelo autor, é entendida como o principal vestígio cultural de determinada sociedade. De caráter puramente tecnológico e indicador de estágios evolutivos da tradição Vieira, caracterizada como “sociedade marginal”. Sequer é aventada, nas profundas análises realizadas pelo autor, a relação entre possíveis funções ou representações associadas a estes potes cerâmicos. Para ele, a simplicidade verificada nas técnicas de produção e nas formas das cerâmicas da Fase Torotama, por exemplo, assim como a manutenção de certas características por longo período temporal, seriam reflexo de uma sociedade dotada de um sistema cultural simplista e estático.

Parece-lhe escapar a possibilidade que, talvez, o nível de complexidade presente nos grupos produtores das cerâmicas da Tradição Vieira estivesse testemunhado em outras formas de cultura material, como nos próprios *cerritos*, e que neste contexto a cerâmica não desempenharia mais que papel secundário. E há de se destacar, por fim, que a tese de Schmitz (defendida em 1976), passou a ser a principal referência teórica e o modelo interpretativo mais robusto sobre as ocupações dos grupos construtores de *cerritos* do pampa, tendo forte impacto sobre a arqueologia do Mercosul. Dessa forma, foi o principal alvo de críticas, sobretudo da Arqueologia uruguaia, quando essa se reoxigenou sob um viés processualista, ao longo dos anos 1990, o que demonstra a grandiosidade da obra, discutida e rediscutida nos últimos 40 anos.

**PAISAGENS JÊ MERIDIONAIS: ECOLOGIA, HISTÓRIA E PODER NUMA
PAISAGEM TRANSICIONAL DURANTE O HOLOCENO TARDIO**
SOUTHERN JÊ LANDSCAPES: ECOLOGY, HISTORY AND POWER IN A TRANSITIONAL LANDSCAPE
DURING THE LATE HOLOCENE

Jose Iriarte
Paulo DeBlasis
Frank Mayle
Rafael Corteletti
Michael Fradley
Macarena Lucia Cardenas
Jonas Gregório de Souza

Vol. XI | n°22 | 2014 | ISSN 2316 8412



PAISAGENS JÊ MERIDIONAIS: ECOLOGIA, HISTÓRIA E PODER NUMA PAISAGEM TRANSICIONAL DURANTE O HOLOCENO TARDIO¹

Jose Iriarte²
Paulo DeBlasis³
Frank Mayle⁴
Rafael Corteletti⁵
Michael Fradley⁶
Macarena Lucia Cardenas⁷
Jonas Gregório de Souza⁸

QUESTÕES DE PESQUISA

Arqueólogos que estudam o período Formativo nas Américas e o Neolítico no Velho Mundo há muito tempo estão preocupados com o estudo das funções econômicas, sociais e ideológicas associadas ao surgimento de monumentos funerários e da criação de paisagens sagradas construídas. Tradicionalmente, o debate centrou-se em como esses processos refletem mudanças na subsistência, o crescimento da população, a territorialidade e o surgimento e desenvolvimento das distinções sociais. Mais recentemente, a discussão voltou-se para aspectos relacionados com a percepção, a memória, a ideologia e os princípios e os significados das paisagens monumentais estruturais subjacentes. Vários autores têm enfatizado a importância da paisagem como um meio de encapsular e transmitir a memória histórica, bem como um fator crucial na formação política associada com as estruturas sociais mais complexas e a apropriação de novos territórios (BRADLEY, 1998; DILLEHAY, 2007; THOMAS, 1999).

Os grupos Jê do sul do Brasil nos fornecem uma oportunidade única para avaliar a transformação a longo prazo da organização social e política materializada na estrutura da paisagem construída, devido à sua continuidade histórica na região ao longo dos últimos dois mil anos. Por exemplo, há os rituais mortuários associados à construção de montículos registrados em relatos de cronistas entre os séculos XVII e XIX e investigados por etnógrafos durante o século XX entre os Jê Meridionais - grupos Kaingang e Xokleng (VEIGA, 2006). Como em outras regiões das terras baixas da América do Sul, os proto-Jê meridionais foram por muito tempo retratados como sociedades dispersas de pequena escala, que diferem pouco na organização das sociedades indígenas recentes e tiveram um impacto insignificante no meio (STEWART, FARON, 1959;

¹ Projeto de pesquisa financiado por Arts and Humanities Research Council (AHRC), UK; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de S. Paulo (FAPESP), Brasil; e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Brasil; no triênio 2014-2017.

² Department of Archaeology, University of Exeter (UK).

³ Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP), Brasil.

⁴ Department of Geography and Environmental Sciences, University of Reading (UK).

⁵ Departamento de Antropologia, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil.

⁶ Department of Archaeology, University of Exeter (UK).

⁷ Department of Geography and Environmental Sciences, University of Reading (UK).

⁸ Department of Archaeology, University of Exeter (UK).

STAHN, 2004). No entanto, novas pesquisas arqueológicas e reavaliações das fontes etnohistóricas e etnográficas dos grupos Jê Meridionais contemporâneos sugerem que os proto-Jê Meridionais eram numerosos, organizados regionalmente em sociedades hierárquicas que construíram paisagens variadas e altamente estruturadas em diversos ambientes. Em particular, estudos recentes mostram que o período ao redor de 1000 dC foi um marco caracterizado por transições culturais e mudanças climáticas. Durante este período, a região testemunhou um aumento dos locais de habitação, a chegada da arquitetura cerimonial/funerária nas terras altas, o desenvolvimento de solos antropogênicos (terra preta) na escarpa com mata atlântica, e o aparecimento de padrões funerários Jê ao longo da costa. Significativamente, estas mudanças culturais são amplamente contemporâneas com a expansão abrupta da floresta de Araucária dentro de aproximadamente 100 anos, a rapidez e o momento em que ocorre levanta a possibilidade de uma causa antropogênica (IRIARTE, BEHLING, 2007; IRIARTE *et al.*, 2008; FARIAS, 2005; PROUS, 1992)

Apesar dos grandes avanços na arqueologia da região ao longo dos últimos quarenta anos (NOELLI, 2005; COPÉ, 2007), um grande obstáculo para o entendimento sobre o surgimento e a transformação das paisagens dos proto-Jê Meridionais é o conhecimento fragmentado de como essas sociedades eram organizadas - tanto a nível regional e local. A maioria dos projetos de pesquisa têm sido demasiadamente localizados e esporádicos, e, como resultado, a grande quantidade de informação disponível está dispersa e, conseqüentemente, difícil de acessar ou sintetizar. Da mesma forma, a escassez de pesquisa paleoecológica na maioria das áreas, a baixa resolução cronológica e a falta de integração com sequências culturais conhecidas, nos impediu de investigar o papel potencial que a ação humana pode ter desempenhado na formação dessas paisagens, bem como o legado do uso dessas terras dentro dos ecossistemas atuais. Até agora, as estratégias e objetivos de pesquisa geralmente díspares e desconexos de arqueólogos, paleoecologistas e etnógrafos na região têm dificultado significativamente o entendimento desses padrões e processos potencialmente complexos no contexto da história de longo prazo dos grupos Jê Meridionais. Ao concentrarmos a grande massa de dados arqueológicos desta região, e integrá-los de forma sistemática com dados paleoecológicos e etnográficos, existirá uma oportunidade inigualável para explorar o enorme potencial para a compreensão dos papéis sinérgicos de ecologia, história e poder na criação e transformação da cultura e paisagens dos Jê Meridionais.

CONTEXTO DA PESQUISA

Evidências arqueológicas relacionadas a grupos proto-Jê Meridionais datam desde o primeiro século A.C., ocupando um território extenso e ecologicamente diverso, desde a costa atlântica até o rio Paraná, que engloba os estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do

Sul, bem como a província argentina de Misiones (NOELLI, 2005). A parte leste deste território expõe um ambiente com uma gradiente ecológico vertical, ou seja, com zonas ecológicas muito próximas e muito diferentes em função da variação de altitude. Especificamente no estado de Santa Catarina, a zona do litoral Atlântico caracteriza-se por um complexo de lagoas do Quaternário, dunas e praias. Progressivamente mais para o interior, a escarpa da Serra Geral (0-700m de altitude) é caracterizada por vales dissecados de arenito dominados pela Mata Atlântica, um dos *hotspots* de biodiversidade da Terra (MITTERMEIER *et al.*, 1999). O planalto (700-1850m de altitude) é dominado por campos de altitude e floresta mista de araucária. Mais para oeste, a elevação diminui na área das bacias do Paraná-Uruguaí (150m de altitude), caracterizada pela ocorrência da floresta ombrófila semi-decídua.

Os grupos proto-Jê Meridionais são amplamente identificados pela cultura material compartilhada, conhecida como tradição Taquara/Itararé, e por diferentes tipos de sítios arqueológicos diagnóstico, incluindo aldeias de casas subterrâneas, sítios litocerâmicos, montículos funerários e recintos complexos para rituais funerários (danceiros), grutas com sepultamentos e inscrições rupestres. Esses traços característicos dos proto-Jê Meridionais são articulados de forma diferente em toda a gama de ecossistemas que abrangem o seu território. Estes grupos praticavam uma economia mista, combinando caça, pesca, coleta e agricultura de roça (IRIARTE, BEHLING, 2007), como comprovam os estudos arqueobotânicos realizados a partir da análise de grãos de amido e de fitólitos encontrados em material cerâmico coletado nas escavações do Sítio Bonin, Urubici, SC. Estas análises permitiram, pela primeira vez no Sul do Brasil, registrar o consumo de plantas domesticadas como mandioca (*Manihot esculenta*), milho (*Zea mays*) e abóbora (*Cucurbita* sp.), e o consumo de plantas possivelmente coletadas como o feijão (*Phaseolus* sp.) e inhame (*Dioscorea* sp.) (CORTELETTI, 2012).

Apesar de existirem mais de dois mil sítios arqueológicos proto-Jê Meridionais registrados em projetos acadêmicos locais, durante os últimos quinze anos houve uma proliferação da arqueologia de contrato nesta região de rápido desenvolvimento do Brasil, e infelizmente esses dados arqueológicos extensivos ainda não foram sintetizados e compilados em um formato padronizado e de fácil utilização. Além disso, um dos problemas mais recorrentes na arqueologia da região é a percepção amplamente difundida, até recentemente, de que essas sociedades eram de pequena escala, igualitárias, e incapazes de construir aldeias bem planejadas e elaborar arquitetura pública/cerimonial. Conseqüentemente, sítios arqueológicos eram vistos como de curta duração, ou seja, como ocupações não planejadas - uma mentalidade que inevitavelmente resultou na redução da análise arqueológica das casas subterrâneas ou túmulos como unidades individuais e desconexas. Estudos com foco em organizações comunitárias e nas paisagens foram, portanto, raros. Por exemplo, a falta de mapas topográficos detalhados do trabalho de arquitetura/engenharia de terra nas casas subterrâneas ou nos recintos mortuários/cerimoniais impediram os arqueólogos de examinar diferenças de tamanho, padrões comunitários e *layout* da arquitetura

encontrada nas diferentes zonas ecológicas. Trabalhos arqueológicos recentes nas regiões de Pinhal da Serra, RS (IRIARTE *et al.*, 2013) e Urubici, SC (CORTELETTI, 2012) sugerem a construção de uma paisagem complexa e altamente estruturada na qual encontramos sítios de ritual funerário (danceiros) associados com grandes e bem planejadas aldeias de casas subterrâneas, além de sítios litocerâmicos a céu aberto e sítios de arte rupestre. Nestas regiões, a organização destes diferentes tipos de sítio parece indicar a presença de comunidades locais. Os danceiros foram posicionados em locais escolhidos com cuidado, revelando recorrentes oposições pareadas, e mostrando potenciais alinhamentos e orientações com outros tipos de sítios arqueológicos, além de grande visibilidade em nível regional. O mapeamento topográfico detalhado de aldeias de casas subterrâneas também sugere que estas são complexos habitacionais projetados, com evidências de terraceamento, rotas de deslocamento interno e alinhamentos diretos com outras estruturas arquitetônicas construídas em terra (IRIARTE *et al.*, 2008; IRIARTE *et al.*, 2013). Apesar destes avanços, a organização espacial interna das áreas de habitação e a natureza dos danceiros, bem como as relações cronológicas dentro destes agrupamentos, têm permanecido praticamente especulativas.

Da mesma forma, a natureza e a escala do impacto humano no passado nesses ambientes ainda não foi explorada. Pesquisas paleoecológicas anteriores indicam que a floresta de Araucária expandiu sobre os campos de altitude no planalto em torno de 1000 dC, segundo os autores como uma resposta ao aumento da precipitação (BEHLING, PILAR, 2007). No entanto, o pinhão era um produto importante na dieta dessas culturas e a araucária era utilizada em festividades dos Kaingáng, como o ritual do *kiki*. Historicamente, os chefes regionais tinham o controle territorial sobre grandes áreas florestais de Araucária (MABILDE, 1988) e festas coletivas eram programadas para o tempo do amadurecimento do pinhão, quando havia abundância de alimento (VEIGA, 2006). É concebível, portanto, que essa expansão do pinheiro do Paraná ocorreu, não apenas por causa da mudança climática, mas também em função da atividade humana, uma vez que promover a expansão deste recurso alimentar era importante em uma série de sentidos, fossem econômicos, políticos ou ritualísticos. Ainda não é possível avaliar as influências relativas dos seres humanos em relação às mudanças climáticas na condução dessa expansão da floresta de araucária, porque: (I) a maioria das reconstruções de vegetação tem resolução cronológica insuficiente para este período; (II) a maioria das colunas de sedimentos de banhados foram obtidas nos mais altos lugares do planalto, longe de sítios arqueológicos (BEHLING, PILAR, 2007); e (III) há muito poucas reconstruções de paleo-vegetação na bacia Paraná-Uruguaí e na escarpa da Serra Geral com Mata Atlântica. Como resultado, ainda não é possível determinar características dos assentamentos locais, regionais dos Jê arqueológicos e seu desenvolvimento, *vis-à-vis* a transformação e, possivelmente, antropização de ambientes do planalto sul.

Estudos linguísticos e arqueológicos sugerem que os descendentes históricos dos proto-Jê Meridionais, os grupos Kaingang e Xokleng, do tronco linguístico Macro-Jê, migraram para o sudeste a partir do Brasil Central durante o Holoceno Tardio (NOELLI, 2005). Hoje, esses grupos apresentam organização

social dual caracterizada por metades exogâmicas, patrilineares e assimétricas. Significativamente, a etno-história e etnografia dos rituais mortuários e organização política regional dos grupos Kaingang mostra padrões na organização do espaço social em oposições duais, pontos cardeais (Leste - Oeste) e topografia (lugares baixos e altos) que dão pistas para uma investigação de longo prazo dos princípios Jê de organização sócio-espacial subjacente. No entanto, até agora, os etnógrafos e arqueólogos têm trabalhado em separado, o que dificulta uma avaliação mais holística e de longo prazo do Jê Meridional.

Para resolver estes problemas, nós montamos uma equipe internacional, multi-disciplinar com o objetivo principal de compreender a criação e transformação das paisagens Jê do Sul e sua relação com o surgimento da complexidade social durante os últimos dois milênios em todo o gradiente ecológico de seu território no centro-sul Atlântico (FIGURA 01).

Através de uma estreita integração da arqueologia, paleoecologia e etnografia, vamos abordar as seguintes questões:

(I) Como os grupos proto-Jê do sul organizavam-se em escala regional entre as diferentes zonas ecológicas do seu território? Mais especificamente, eles viviam em assentamentos dispersos ou em aldeias nucleadas? Será que eles viviam em assentamentos autônomos ou estavam integrados em uma hierarquia de assentamento regional? Qual é a relação entre os sítios de habitação e os sítios de ritual funerário? Que papel o aspecto da arquitetura cerimonial desempenhou na definição das hierarquias sociais e liderança de grupos proto-Jê do sul? Em um nível supra-regional, em todo o território Jê, há áreas centrais e periféricas? Podemos reconhecer organizações políticas distintas em todo o território Jê?

(II) Qual papel desempenhou o uso da terra pelos proto-Jê Meridionais vs mudanças climáticas na rápida expansão da floresta de araucária? A expansão florestal foi impulsionada em grande parte por uma mudança para condições climáticas mais úmidas (Behling e Pilar 2007; Iriarte e Behling 2007), ou o uso da terra por grupos proto-Jê desempenhou um papel significativo, e de que forma? Que tipo de uso da terra e gestão de recursos os grupos proto-Jê do sul praticaram nos diferentes ambientes ao longo de seu território?

(III) Outra questão importante é metodológica: que potencial existe para integrar a arqueologia, etnografia e etno-história? A integração dos registros arqueológicos e etnográficos nos permitirá responder a seguinte questão: há princípios comuns de organização social e espacial dos grupos Jê? Se sim, como eles se materializaram através da criação de paisagens construídas nos diferentes ambientes em todo o território Jê? Como é que estes padrões espaciais evoluíram ao longo do tempo na medida em que esses grupos se tornaram mais complexos socialmente?

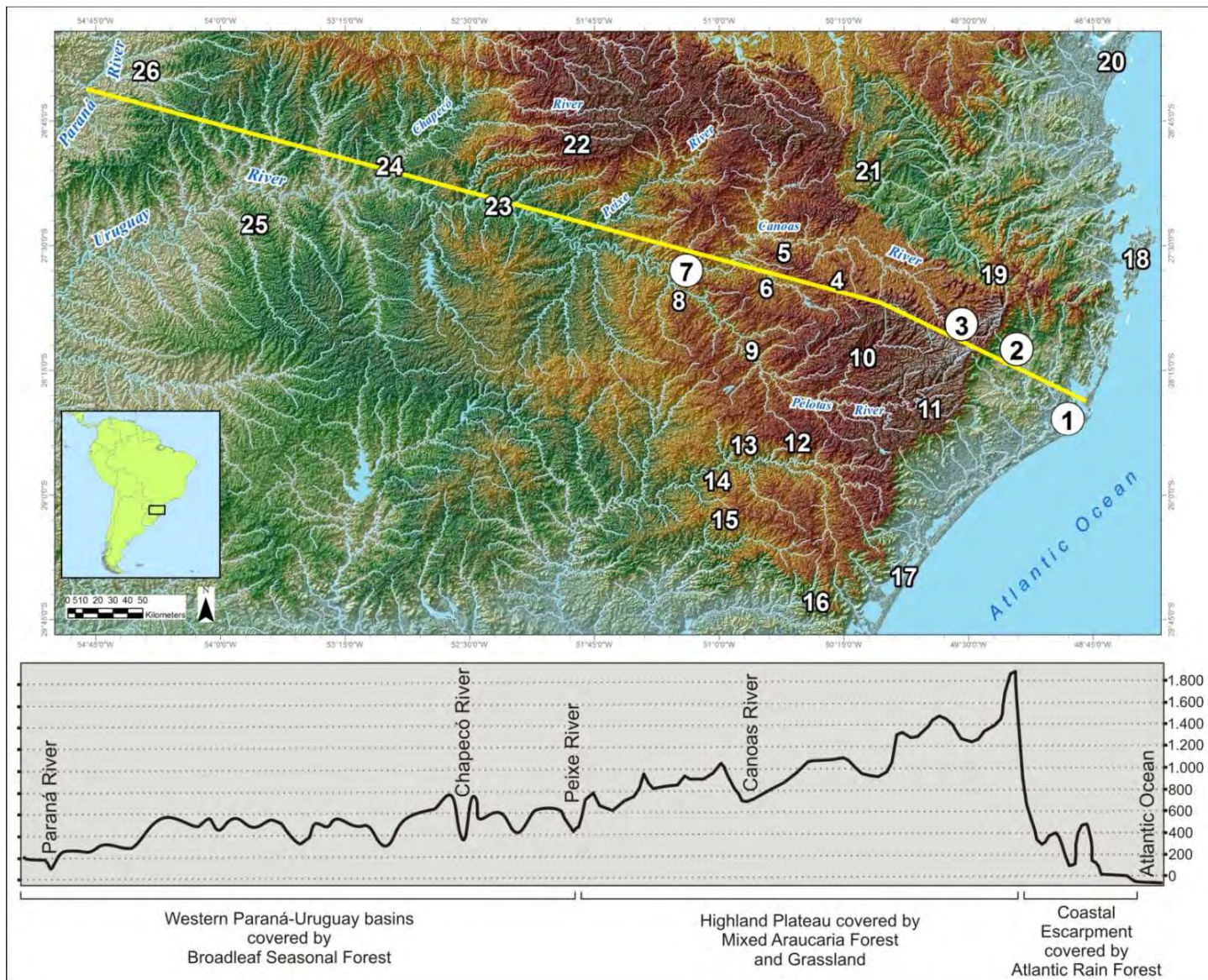


Figura 01: A linha amarela representa o *transect* MSA. Os círculos brancos estão indicando as 4 áreas de pesquisa intensiva do projeto e os demais pontos indicam áreas de pesquisa já conhecidas. Sendo 1. Jaguaruna, 2. Rio Facão, 3. Urubici, 4. Lages, 5. São José do Cerrito, 6. Campo Belo do Sul, 7. Confluência Pelotas-Canoas, 8. Pinhal da Serra, 9. Rio Pelotas, 10. São Joaquim, 11. Bom Jardim da Serra, 12. Bom Jesus, 13. Vacaria, 14. São Marcos, 15. Caxias do Sul, 16. Alto Rio dos Sinos, 17. Arroio do Sal, 18. Florianópolis, 19. Alfredo Wagner, 20. Baía de Babitonga, 21. Taió, 22. Ponte Cerrada, 23. UHE Itá, 24. UHE Foz do Chapecó, 25. Tenente Portela, 26. Misiones (Argentina).

Para responder estas questões, vamos realizar as seguintes atividades de pesquisa ao longo de um *transect* no centro-sul Atlântico (MSA *transect*), abrangendo completamente o gradiente ambiental desde o litoral Atlântico até o Rio Paraná: a) integrar, pela primeira vez, todos os dados arqueológicos dos proto-Jê Meridionais em um banco de dados GIS; b) realizar pesquisa mais intensiva - levantamento topográfico detalhado com engenharia de terra, e pesquisa do subsolo, via GPR e magnetômetro, em regiões selecionadas; c) realizar escavações em sítios de habitação e/ou funerários nas três regiões selecionadas; d) recuperar colunas de sedimentos de lagos/pântanos e amostras de solo para reconstruir a história da vegetação e do fogo dessas regiões, pelo menos, nos últimos 2 milênios para desembaraçar o que foi natural dos fatores antrópicos na expansão da floresta de Araucária (que ocorreu durante o último milênio) e reconstruir as práticas de manejo da terra; e) investigar arquivos etno-históricos e de dados etnográficos, em busca de princípios subjacentes comuns da organização social e espacial Jê, que nos ajudem a interpretar o registro arqueológico. Baseado nas universidades de São Paulo (USP), Exeter e Reading (UK), o projeto tem ligações com outras quatro universidades brasileiras, parceiras do projeto: UNISUL (Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina), UFPR (Universidade Federal do Paraná), UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e UNICAMP (Universidade de Campinas), que têm programas de pesquisa ativos na arqueologia da escarpa atlântica, na região de Urubici, na região de Pelotas-Canoas, e com a etnografia e etno-história do Jê Meridional, respectivamente.

MÉTODOS DE PESQUISA

(I) Trabalho de pesquisa arqueológica em arquivos

A construção de um mapa de distribuição dos proto-Jê Meridional. O trabalho de pesquisa arqueológica em arquivos será realizado durante o Ano 1 para recolher todos os dados dos proto-Jê Meridionais que estão dispersos em diferentes projetos acadêmicos (como os de Schmitz et al 2010, 2013a, 2013b em São José do Cerrito, SC) e de arqueologia de contrato na região abrangida pelo MSA. Todos os dados, incluindo tamanho de sítio, forma e arquitetura em terra e cultura material, sempre que possível, serão organizados, re-avaliados e processados através da construção de um novo banco de dados integrado em um SIG (ArcGIS), utilizando mapas geo-referenciados digitalizados da NASA / METI e IBGE / EPAGRI com informações em alta resolução da topografia, unidades de vegetação, drenagem, geologia e potencial agrícola. Fotografias aéreas de 1965-1978 também serão usados para examinar as mudanças modernas na paisagem.

(II) O trabalho de campo

Tamanho de sítio, forma, elaboração de arquitetura monticular, e sua história ocupacional são aspectos importantes para explorar o espaço social e sua relação com o surgimento da complexidade social, ideologia e hierarquias incipientes em sociedades complexas iniciais. As regiões selecionadas também refletem a diversidade ambiental do *transect* MSA: Laguna, na costa atlântica, Rio Facão na encosta da mata atlântica e Urubici e Campo Belo do Sul, no planalto. Foram selecionadas três regiões para mais estudo arqueológico intensivo, com base em nossos projetos anteriores, que compreenderam mapeamento de sítios, levantamentos topográficos e geofísicos preliminares e escavações de pequena escala: Rio Facão (FARIAS, 2005), Urubici (CORTELETTI, 2012) e Campo Belo do Sul (planalto). Dados de arqueologia acadêmica e de contrato serão coletados na área ocidental da bacia Paraná-Uruguai, incluindo grandes projetos de salvamento arqueológico em barragens no rio Uruguai. Também serão utilizados dados de um trabalho anterior, em Misiones, Argentina (IRIARTE *et al.*, 2008). A ocupação Holoceno Tardio Jê na costa do Atlântico vai ser exercida a partir do projeto de longo prazo e *Sambaqui e Paisagens* nesta região (DEBLASIS *et al.*, 2007).

Mapeamento, topografia detalhada da engenharia de terra e geofísica em regiões selecionadas. A alta visibilidade de aglomerados de casas subterrâneas e complexos de recinto e montículo e sua própria planta baixa prestam-se ao estudo de sua organização espacial interna e, portanto, para o estudo da sua origem, manutenção e transformação da organização da comunidade através do tempo. Nessas áreas selecionadas, durante o Ano 1, vamos realizar: a) pesquisa para obter dados de alta resolução sobre os padrões de assentamento regionais; b) mapeamento topográfico detalhado utilizando a tecnologia de GPS diferencial eficiente para avaliar a variação dos tamanhos, escala da engenharia de terra e elaboração estrutural destes diferentes locais; c) pesquisa de subsuperfície via GPR e magnetômetro em locais selecionados.

Escavação em sítios selecionados. Com base nos resultados do Ano 1, durante os Anos 2 e 3 vamos realizar: a) escavações de poços-teste (1 x 2 m) em sítios recém documentados, e b) abertura de trincheiras e escavações em sítios de habitação (aglomerados de casas subterrâneas e solos antropogênicos escuros) e sítios de ritual funerário como os complexos de recinto e montículo. A definição e análise espacial de recursos e artefatos, relações estratigráficas e datas de radiocarbono associados nos permitirá elucidar a história ocupacional e funcional desses sítios. Um total de vinte datas de radiocarbono serão feitas para cada uma das três regiões sujeitas à arqueologia intensiva.

Análises e produção. O projeto irá produzir, pela primeira vez, um mapa básico de distribuição sítios para o *transect* MSA, com informações padronizadas sobre o tamanho dos sítios, forma e dimensão da engenharia de terra. Inspeção visual e análise estatística desta base de dados em nível sub-continental nos permitirá explorar modelos sócio-políticos alternativos de organização para os proto-Jê Meridionais (por

exemplo, hierárquicos, descentralizados ou heterárquicos), testar a presença zonas nucleares vs zonas periféricas, bem como a existência de possíveis territórios. É importante ressaltar que este mapa irá fornecer a base para a compreensão dos princípios estruturais subjacentes de como os Jê construíram paisagens através das diferentes zonas ambientais do *transect* MSA. Em nível regional, vamos produzir mapas de distribuição local detalhados, incluindo zonas de recursos, drenagem, tipos de solo e localizações topográficas, a fim de realizar correlações estatísticas entre localização de sítios (medido por fatores como a posição topográfica, a distância à água, etc.), estrutura do sítio (tamanho, forma) e articulação com outros sítios (proximidade de outros sítios). Isso vai nos permitir avaliar: a) como as variáveis locais podem ter influenciado a localização dos assentamentos, a organização comunitária e as coleções de cultura material; e b) explorar a padronização espacial de aglomerados de assentamentos, incluindo de sítios de habitação e sítios de ritual funerário, incluindo alinhamentos, orientações, análises de visibilidade cumulativa, cálculo de rotas potenciais de trânsito utilizando técnicas reconhecidas de geoprocessamento para modelagem cartográfica. Os dados recolhidos a partir de novas escavações nos permitirão ordenar cronologicamente sítios e compreender as suas funções/usos. Medições detalhadas da topografia e geofísica, juntamente com escavações em locais particulares, vão nos permitir determinar a construção da história funcional dos lugares e entender os padrões das comunidades.

(III) O trabalho paleoecológico Integrativo

Técnicas multivariadas de pesquisa paleoecológica (pólen, carvão vegetal, macrofósseis) e arqueobotânica (fitólitos) serão aplicadas a colunas de solo/sedimento/turfa coletadas em lagos/pântanos ao longo do *transect* MSA, a fim de obter datas de radiocarbono em alta resolução da escala local e regional da mudança ambiental da paisagem e uso do solo em toda a região de estudos. Coletas em pequenas bacias de lago/pântanos (<0,25 km²), e coletas em *transects* de amostras de solo próximas dos sítios arqueológicos (a poucos quilômetros) possibilitarão uma combinação entre os dados paleoecológicos e arqueológicos e, assim, permitirão que os impactos ambientais (por exemplo, o desmatamento, queimadas) e uso do solo (por exemplo, a agricultura), realizados por esta cultura sejam efetivamente explorados. Esta abordagem integradora, inter-disciplinar, através de métodos paleoecológicos para responder perguntas arqueológicas, tem sido empregada com sucesso por nosso grupo de pesquisa em outros lugares na América do Sul (IRIARTE *et al.*, 2012; MAYLE, IRIARTE, no prelo). Sempre que possível, as colunas de solo/sedimento/turfa também serão extraídas de grandes bacias de lagos/pântanos (> 2 km²) na área de estudo, para permitir que o significado dessas mudanças ambientais em escala local sejam exploradas dentro de um contexto de escala regional, e dessa forma, permitir examinar qual a possível influência de eventos de grande escala tais como as alterações climáticas. Quatro datas de radiocarbono de cada um das cinco colunas de

solo/sedimento/turfa selecionadas de cada uma das quatro áreas de estudo ao longo do *transect* nos proporcionará alta resolução cronológica para o Holoceno Tardio.

(IV) A pesquisa etnográfica e etno-histórica

O projeto irá realizar a pesquisa etnográfica e etno-histórica que irá determinar os princípios elementares da cosmovisão dos Jê Meridionais que são explicitados nas narrativas míticas, práticas rituais, cultura material e na configuração espacial das aldeias e complexos cerimoniais de recinto e montículo. Vamos realizar pesquisa de arquivo para criar uma compilação completa de textos escritos históricos e obras etnográficas sobre os Jê Meridionais, com base em trabalhos anteriores (VEIGA, 2006). Para este fim, os materiais relacionados com a etno-história e etnografia regional que já foram recolhidos serão combinadas com a nova documentação inédita, como as anotações de campo do antropólogo Jules Henry sobre os Xokleng, realizadas entre 1933 e 1959, que estão com curadoria da Universidade de Washington em St. Louis (EUA). Será dada particular atenção às narrativas sobre o mito de origem, práticas mortuárias, a configuração espacial das aldeias e centros cerimoniais, bem como a configuração política das paisagens. A pesquisa etnográfica, através de entrevistas em comunidades Jê do sul selecionadas, será realizada com o objetivo de relacionar as fontes históricas e da arqueologia proto-Jê Meridional com história oral e desenvolver estratégias significativas para a arqueologia pública e para o desenvolvimento da educação indígena local.

DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO

O principal resultado do projeto será de duas monografias de c. 100.000 palavras, idealmente publicados em Português e Inglês. Intitulada "*Southern Jê Landscapes: Ecology, History and Power in a Transitional Landscape during the Late Holocene*" (Paisagens Jê Meridionais: Ecologia, História e Poder numa Paisagem Transicional durante o Holoceno Tardio), esta monografia irá sintetizar toda a pesquisa arqueológica, etnográfica e paleoecológica ao longo do *transect* MSA. Os resultados do projeto também serão publicados em pelo menos 6-9 artigos em jornais internacionais que refletem a natureza interdisciplinar do projeto, incluindo, por exemplo: *Antiquity*, *Journal of Archaeological Science*, *Journal of Field Archaeology*, *Current Anthropology*, *American Anthropologist*, *Environmental Archaeology* and *The Holocene*. Os resultados também serão publicados em revistas latino-americanas, tais como: Revista Arqueologia SAB, Revista Arqueologia MAE, Boletim de Ciências Humanas, Revista Brasileira de Linguística Antropológica e Revista Tellus. Nós também iremos apresentar as descobertas do projeto em conferências nacionais e internacionais, tais como: a *Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB)*, *Sociedade de Arqueologia Americana (SAA)*, os bi-anuais *UCL South American Research Seminars*, *Reunião Brasileira de Antropologia*,

Reunión de Antropologia del Mercosur e o *Encontro Macro-Jê*. O *web-site* do projeto terá atualizações regulares, incluindo resumos de trabalho de campo e relatórios. Além disso, o projeto produzirá uma versão editada da "Festa da Kikikoi" filmado na comunidade Kaingang de Xapecó em 1996 com legendas em Inglês e Português. Com base nesses materiais também iremos produzir materiais bilíngües especiais de divulgação pública para escolas primárias Kaingang e Xokleng e universidades regionais com a participação de estudantes dessas comunidades étnicas.

Os resultados também serão divulgados de forma a aumentar a consciência pública, em estreita colaboração com os nossos parceiros do projeto não-acadêmicos: Parque Nacional São Joaquim, Instituto Serrano de Conservação da Natureza e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional através da educação ambiental e patrimonial, incluindo atividades didáticas pedagógicas, apresentações e uma exposição itinerante nos municípios envolvidos. O Grupo de Pesquisa Arqueológica e Educação Patrimonial (GRUPEP) da UNISUL, que tem vasta experiência em gestão do patrimônio, irá projetar e desenvolver as atividades públicas de sensibilização nas escolas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEHLING, H.; PILLAR, V.D.P. Late Quaternary vegetation, biodiversity and fire dynamics on the southern Brazilian highland and their implication for conservation and management of modern Araucaria forest and grassland ecosystems. *Philos T Roy Soc B*, 362, p. 243-251, 2007.
- BRADLEY, R. *The Significance of Monuments: On the Shaping of Human Experience in Neolithic and Bronze Age Europe*. London: Routledge, 1998.
- DEBLASIS *et al.* Sambaquis e paisagem: Dinâmica natural e arqueologia regional no litoral do sul do Brasil. *Arqueología Suramericana*, 3, (1), p. 29-61, 2007.
- DILLEHAY, T.D. *Monuments, Empires, and Resistance: the Araucanian Polity and Ritual Narratives*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- COPÉ, S. El uso de la arquitectura como artefacto en el estudio de paisajes arqueológicos del altiplano sur brasileño, Rio Grande do Sul. *Revista de Arqueología*, 2, p. 15–34, 2007.
- CORTELETTI, R. *Projeto Arqueológico Alto Canoas – PARACA: um estudo da presença Jê no Planalto Catarinense*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, USP, Brasil, 2012.
- FARIAS, D.S.E. *Distribuição e padrão de assentamento: propostas para os sítios da tradição Umbu na encosta de Santa Catarina*. Tese (Doutorado em História) - PUCRS, Brasil, 2005.
- IRIARTE, J.; BEHLING, H. The expansion of *Araucaria* forest in the southern Brazilian highlands during the last 4000 years and its implications for the development of the Taquara/Itararé Tradition. *Env. Arch*, 12, p. 115-127, 2007.
- IRIARTE, J. *et al.* Monumental burial and memorial feasting: An example from the southern Brazilian highlands. *Antiquity*, 82, p. 947-961, 2008.
- IRIARTE, J. *et al.* Fire-free land use in pre-1492 Amazonian savannas. *PNAS*, 109, p. 6473-6478, 2012.
- IRIARTE, J. *et al.* Sacred landscapes of the southern Brazilian highlands: Understanding the grammar of the southern proto-Jê mound and enclosure complexes. *J. Anth. Arch.*, 2013.
- MABILDE, A.P.T. O índio Kaingáng no Século XIX. Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil. *Documentos*, São Leopoldo: IAP – UNISINOS. p.141-172, 1988.
- MAYLE, F.E.; IRIARTE, J. Integrated palaeoecology and archaeology: a powerful approach for understanding Pre-Columbian Amazonia. *J. Arch. Sci.*
- MITTERMEIER, R.A.; MYERS, N.; MITTERMEIER, C.G.; GILL, P.R., Hotspots: Earth's biologically richest and most endangered terrestrial ecoregions. CEMEX S.A., Mexico DF, 1999.
- NOELLI, F.S. Rethinking stereotypes and the history of research on Jê populations in South Brazil: An interdisciplinary point of view. IN: FUNARI, P.; ZARANKIN, A.; STOVEL, E. (eds.). *Global Archaeological Theory Contextual Voices and Contemporary Thoughts*, New York: Springer, p 167-190, 2005.

- PROUS, A. *Arqueologia Brasileira*. Editora da Universidade de Brasília, Brasília, 1992.
- SCHMITZ, P.I. *et al.* Casas Subterrâneas no Planalto de Santa Catarina – São José do Cerrito. *Pesquisas, Antropologia*, São Leopoldo: IAP – UNISINOS, 68, p. 7-78, 2010.
- SCHMITZ, P.I. *et al.* Rincão dos Albinos um grande sítio Jê Meridional. *Pesquisas, Pesquisas, Antropologia*, São Leopoldo: IAP – UNISINOS, 70, p. 65-131, 2013^a.
- SCHMITZ, P.I. *et al.* Boa Parada: um lugar de casas subterrâneas, aterros-plataforma e 'danceiro'. *Pesquisas, Antropologia*, São Leopoldo: IAP – UNISINOS, 70, p. 133-195, 2013b.
- STAHL, P. Greater expectations. *Nature*, v. 432 (7017), p. 561-563, 2004.
- STEWART, J.H.; FARON, L.C. *Native Peoples of South America*. New York: McGraw-Hill, 1959.
- THOMAS, J. *Understanding the Neolithic*. Routledge. 266p, 1999.
- VEIGA, J. *Aspectos Fundamentais da Cultura Kaingang*. Campinas: Editora Curt Nimuendajú, 2006.

Recebido em:29/06/2014
Aprovado em:01/09/2014
Publicado em:03/10/2014

NASCIMENTO DE SERES MATERIAIS NO CULTO NAGÔ - PELOTAS/RS
BIRTH OF MATERIAL BEINGS IN NAGÔ CULT - PELOTAS / RS

Luiza Spinelli Pinto Wolff

Vol. XI | n°22 | 2014 | ISSN 2316 8412



NASCIMENTO DE SERES MATERIAIS NO CULTO NAGÔ - PELOTAS/RS

Luiza Spinelli Pinto Wolff¹

Resumo: Neste ensaio visual, proponho, por meio de uma abordagem etnoarqueológica, analisar os objetos envolvidos no ritual de iniciação de Manu Pontes, no *Ilé Asè Nàgó Oluorogbo* (Casa de axé Nagô cuja força vem dos Orixás das chuvas), em Pelotas/RS, que constituirão, no fim do processo ritual, seres materiais fontes de *asé* (força vital). Assim, busco construir uma etnografia dos objetos envolvidos no ritual seguindo a abordagem do novo animismo, construindo novas perspectivas sobre os objetos no culto nagô.

Palavras chaves: Etnoarqueologia, Novo animismo, Nação nagô, *Ilé Asè Nàgó Oluorogbo* (Pelotas/RS).

Abstract: In this visual essay, I propose, through an ethnoarchaeological approach, to analyze the objects involved in the initiation ritual of Manu Pontes in *Ilé Asé Oluorogbo Nago* (the house of Axé Nagô whose strength comes from Orishas of rain) in Pelotas / RS, which will form, at the end of the ritual process, material beings sources of *asé* (life force). Thus, I seek to build an ethnography of the objects involved in the ritual following the approach of the new animism, building new perspectives on the objects in nagô cult.

Keywords: Ethnoarchaeology, New animism, Nagô nation, *Ilé Asè Nàgó Oluorogbo* (Pelotas/RS).

O ensaio visual é parte da pesquisa etnoarqueológica realizada no *Ilé Asè Nàgó Oluorogbo* – traduzido por *Casa de axé Nagô cuja força vem dos Orixás das chuvas* –, onde o trabalho de campo foi desenvolvido tendo como principal interlocutor o *Babalorixá* Eurico *Kejaiye*, zelador de orixá do *Ilé* (casa), e os demais integrantes. As fotografias deste ensaio abarcam o ritual de iniciação de Manu Pontes ao culto dos orixás, ocorrido em novembro de 2012, nas margens do rio Piratini sob a Ponte do Império, entre os municípios de Cerrito e Piratini/RS. O ritual de iniciação é composto por outros dois rituais: o "*bori*" e a "*feitura da cabeça*". Busco compreender a importância dos objetos nos ritos do *Ilé* (casa), por meio do diálogo entre a Antropologia Social e a Arqueologia, utilizo a abordagem do ator-rede (LATOUR, 2012) e o novo animismo (ALBERTI, BRAY, 2009; BROWN, EMERY, 2008; HABER, 2009; INGOLD, 2006, 2012b; MILLS, FERGUSON, 2008; SEGATA, 2011; VANPOLL, NEWSOME, 2012) para problematizar as interações entre humanos e mundo material, entre indivíduos e objetos rituais. Seguindo as propostas de Latour (1994, 2002, 2012) e Ingold (2006, 2012a, 2012b) observo os elementos materiais dentro do *Ilé* como seres que têm agência, que estão vivos, e compõem redes sociais (LATOUR, 1994), na qual humanos e não-humanos interagem. Proponho, então, uma interpretação dos objetos rituais além da representação, compreendendo o mundo material em suas características intrínsecas, descentralizando a análise do papel dos humanos na produção dos significados, para pensar estes últimos como resultados de relações entre pessoas e coisas (MESKELL, 2005; FAHLANDER, 2008; GONZÁLEZ RUIBAL, 2012).

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Agronomia da Universidade Federal de Pelotas (PPGA/UFPEL), Brasil; bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), Brasil.

Os seres humanos e não-humanos formam campos relacionais, onde não existe uma divisão entre o dentro e o fora e diversos seres se entrelaçam, formando uma malha de relações. O mundo anímico é entendido em constante fluxo. Na perspectiva animista, não-humanos podem ter atribuições humanas - como personalidade, sentimentos, fome, sede - e também estabelecer relações sociais - relações de status, hierarquia social -, que são imanentes a determinados seres materiais (SEGATA, 2011). O mundo anímico é entendido em constante fluxo, os seres existem em um movimento contínuo, porque o que se move está vivo (INGOLD, 2006).

No ritual de iniciação observado, a criação dos seres materiais ocorreu por meio da transformação e da associação de elementos heterogêneos em uma rede de relação entre os humanos e não-humanos, produzindo ritualmente novos seres. Seguindo Latour (2012), os elementos em posição de igualdade são conectados na rede ritual. Partindo de uma perspectiva animista, observei que, dentro do *Ilé*, os seres materiais tem espírito e estão vivos, porque eles influenciam e são influenciados pelos seres humanos, se movimentam, necessitam se nutrir e se hidratar. Neste ensaio visual, o objetivo é demonstrar como alguns elementos dos seres materiais em interação com humanos compõem uma rede de relações, resultando no nascimento de seres materiais.

O *Bori*, que significa oferenda à cabeça, foi o primeiro ritual realizado. Tem como objetivo equilibrar e nutrir a cabeça do iniciado que receberá o orixá. Deste ritual, resultam seres materiais: 1) *Igbá-ori*, feito em um pote de vidro transparente ("para afastar espíritos", segundo o *Babalorixá*) com tampa e pedestal (geralmente bombonieres compradas em lojas de artigos domésticos e decoração); 2) "quartinha", pequena moringa de cerâmica comprada em lojas de artigos religiosos; 3) "guia", comprada, também, em lojas de artigos religiosos. As fotografias² 1 a 3 retratam os elementos materiais e fragmentos do ritual. Na fotografia 4, o *Igbá-ori* está pronto e o ritual do *Bori* finalizado. A guia branca, que esteve no pescoço do iniciado durante o ritual, foi colocada no pescoço da moringa, explicitando o vínculo entre ambos. O *Igbá-ori* e a quartinha pequena foram para o *Ilé*, onde serão nutridas, hidratadas e louvadas para a circulação do *asé* (energia vital).

A feitura da cabeça do iniciado (referente às demais fotografias de 5 a 10) é o ritual onde os orixás do indivíduo são assentados; e o vínculo de *asé* entre o iniciado e os orixás são firmados em seixos rolados, que são chamados após o ritual de *otás*. *Esú* sempre é assentado para todos os iniciados (Fotografias 5 e 6), posto que todos os humanos tem um *Esú* vinculado ao seu corpo físico. O iniciado é filho de *Òssóssi*, sendo assim assentado em um *otá* (Fotografias 7 e 8). Quando o ritual de feitura da cabeça fora finalizado, a quartinha de *Esú* foi tampada e o seu pescoço ornamentado com a guia vermelha do orixá. A quartinha de *Òssóssi* também foi tampada e ornamentada com a guia azul (Fotografia 9). Os *otás* dos orixás foram para o

² Todas as imagens estão devidamente autorizadas pelos envolvidos no ritual etnografado.

Ilé, assim como as *quartinhas*. No fim do processo ritual poderemos dar boas vindas aos seres materiais:
Mojubá, seres materiais!

As características observadas destes seres materiais e dos seus nascimentos somente podem ser observadas mediante as performances rituais, que se alteram ao longo do tempo, resultando em seres materiais distintos, com diferentes histórias. Podemos notar, assim, a importância das epistemologias locais para as interpretações arqueológicas e como um diálogo estreito dentro das ciências sociais podem produzir uma disciplina relevante politicamente para a desconstrução da violência epistêmica e valorização das alteridades. Concluo que explorar as perspectivas êmicas na interpretação dos artefatos pode “re-animar” a arqueologia e, assim, contribuir para a discussão teórica geral sobre o animismo e outras teorias alternativas (WOLFF, 2014).



Fotografia 01: Nas margens do rio Piratini, o *Babalorixá* organiza a área de preparação da cabeça do iniciado. Sobre o pano branco, em primeiro plano, estão dispostos os elementos para a feitura do *Bori*.



Fotografia 02: Início do ritual com o *Babalorixá* ao centro, os objetos sobre o pano branco e o iniciado em primeiro plano, à direita na foto.



Fotografia 03: Momento após o sacrifício do casal de pombas brancas. Observar o topo da cabeça do iniciado, onde está o obi (noz de cola vinda da África e importante portador de asé) banhado em ejé (sangue dos animais ritualizados) e as penas de pombo. No pescoço, a guia branca, também banhada em ejé.



Fotografia 04: No centro, o Igbá-ori e a quartinha adornada com a guia branca. Ao redor deles, a grande moringa do banho de Abô (considerado pelo Babalorixá uma “transusão de sangue” que serve como proteção ao iniciado), os animais sacrificados, velas, fósforo, mel e a pequena lata de alumínio com cera de ori (cera de karité vinda da África e vendida em lojas de artigos religiosos).



Fotografia 05: Início do ritual onde a guia de Esú e os pés do iniciado recebem banho de dendê.



Fotografia 06: Ejé do galo branco despejado sobre os objetos de Esú.



Fotografia 07: Ejé vertendo sobre o topo da cabeça do iniciado e sobre a guia azul.

Fotografia 08: Ejé vertendo sobre o otá (seixo rolado ritualizado) de Òssósi.





Fotografia 09: Os seres materiais adornados no final do ritual de feitura do iniciado.



Fotografia 10: No prato vermelho de cerâmica, à esquerda e abaixo na foto, estão os otás dos orixás, o otá menor da esquerda é de Òssóssi e o maior da direita é o de Esú.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, B.; BRAY, T.L. Animating Archaeology: of Subjects, Objects and Alternative Ontologies. *Cambridge Archaeological Journal*, n. 19, v.3, p. 337-343, 2009.
- BROWN, L.A.; EMERY, K.F. Negotiations with the Animate Forest: Hunting Shrines in the Guatemalan Highlands. *Journal Archaeol Method Theory*, v. 15, p. 300–337, 2008.
- FAHLANDER, F. Differences that matter. Materialities, material culture and social practice. IN: GLØRSTAD, H.; HEDEAGER, L. (eds). *Six essays on the Materiality of Society and culture*. Lindome: Bricoleur Press, p. 127-154, 2008.
- GONZÁLEZ RUIBAL, A. Hacia outra arqueologia: diez propuestas. *Comptum*, n. 2, v. 23, p. 103-116, 2012.
- HABER, A.F. Animism, Relatedness, Life: Port-Western Perspectives. *Cambridge Archaeological Journal*, n.19, p. 418-430, 2009.
- INGOLD, T. Caminhando com Dragões. IN: STEIL, C.A; CARVALHO, C.M. *Cultura, percepção e ambiente: diálogo com Tim Ingold*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012a, p. 15-29.
- INGOLD, T. Rethinking the animate, re-animating thought. *Ethnos: Journal of Anthropology*, n. 71:1, p. 9-20, 2006.
- INGOLD, T. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 25-44, jan./jun. 2012b.
- LATOUR, B. *Jamais Fomos Modernos: Ensaio de antropologia simétrica*. São Paulo: Editora 34 Ltda, 1994.
- LATOUR, B. *Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches*. Bauru: Edusc, 2002.
- LATOUR, B. *Reagregando o Social: uma introdução à teoria do Ator-Rede*. Salvador: Edufba; Bauru: Edusc, 2012.
- MESKELL, L. Introduction: object orientations. IN: *Archaeologies of Materiality*. Oxford: Ed. Blackwell Publishing Ltd, p. 1-17, 2005.
- MILLS, B.J.; FERGUSON, T. J. Animate Objects: Shell Trumpets and Ritual Networks in the Greater Southwest. *Journal Archaeol Method Theory*, 15, p. 338–361, 2008.
- SEGATA, J. Pessoas, coisas, animais e outros agentes, sobre os modos de identificação e relação entre humanos e não-humanos. *Revista Caminhos*, On-line, “Dossiê Humanidades”, Rio do Sul, a. 2, n. 1, jan./mar., p. 87-119, 2011.
- VANPOOL, C.S.; NEWSOME, E. The Spirit in the Material: a cases study of animism in the American Southwest. *American Antiquity*, v. 77, n. 2, p. 243-262, abril/2012.
- WOLFF, L.S.P. *Mojubá. Seres Materiais! Novas perspectivas sobre os objetos no culto nagô*. 2014. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Antropologia, formação em Arqueologia) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

Cadernos do *Lepaarq*

II JORNADA DE ESTUDOS SOBRE
ESCRAVIDÃO, RESISTÊNCIA E PÓS-ABOLIÇÃO
Territorialidades, cosmologias e relações étnico-raciais



VAMOS
TRANSFORMAR



design
escola
arte



Grupo de pesquisa CNPq "Cosmologias, lógicas de ação e manifestações
expressivas de grupos afrodescendentes"

Grupo de trabalho sobre "Questões Étnico-raciais -
Curso de Serviço Social UCPel"

UM ESPAÇO PARA A REFLEXIVIDADE SOBRE A PRESENÇA NEGRA EM PELOTAS E REGIÃO

Este volume dos Cadernos do LEPAARQ está contemplando um dossiê contendo alguns dos textos que foram originalmente apresentados durante a II Jornada de Estudos Sobre Escravidão, Resistência e Pós-Abolição, que aconteceu de 09 a 12 de dezembro de 2013 no Auditório da Faculdade de Educação, prédio do ICH/UFPEL, sob a chamada Territorialidades, Cosmologias e Relações Étnico-raciais.

A Jornada de Estudos Sobre Escravidão, Resistência e Pós-Abolição foi organizada pela primeira vez no primeiro semestre de 2011, atendendo a demanda de vários estudantes que demonstravam interesse no tema. Estes reclamavam por um espaço específico de discussão e reflexão sobre a escravidão no RS, especialmente na região das antigas charqueadas, assim como sobre os processos e estratégias de resistência a este regime. As inquietações abarcavam ainda os diferentes rumos que ganharam segmentos diversos de afro descendentes no período pós abolição, suas formas de inserção sociocultural e de luta por cidadania.

O projeto congregou, na época, além de professores pesquisadores do Instituto de Ciências Humanas, o GT Etnias da Sindicato dos Funcionários da UFPEL e o Clube Cultural Fica Ahi Pra Ir Dizendo, além de contar com o apoio da 5ª Coordenadoria Regional de Educação. Esta primeira Jornada foi organizada na modalidade de encontros quinzenais, perfazendo um total de 14 palestras, proferidas sempre nas segundas-feiras de tarde, totalizando 42 horas de formação. O acolhimento do evento no Auditório da ASUFPEL gerou a participação regular e ativa, além de estudantes, de funcionários da universidade, em sua maioria afrodescendentes.

Já em sua primeira edição, que teve como chamada Leituras sobre a presença negra no RS, o evento primou por uma perspectiva multidisciplinar, apresentando temas de interesse da História, Antropologia, Museologia, Sociologia, dentre outras áreas do conhecimento. Alguns clássicos e pioneiros na pesquisa sobre escravidão em Pelotas foram apresentados na forma de leituras orientadas, como Fernando Henrique Cardoso e Mário Maestri. Outros pesquisadores de destaque foram convidados(as) a apresentarem diretamente as suas pesquisas e obras, como por exemplo, os historiadores Luis Augusto Ebling Farinatti (UFSM), Paulo Roberto Staudt Moreira (UNISINOS), Beatriz Ana Loner (UFPEL) e Caiuá Cardoso Al-Alam (UNIPAMPA). Sobressaíram como temas abordados, além das visões clássicas sobre o processo escravocrata no estado, o associativismo negro na passagem da escravidão para o pós-abolição, processos de resistência no

espaço urbano, as confluências entre regime escravocrata e constituição da estrutura fundiária, comunidades remanescentes de quilombos. Mesmo com o caráter de um grupo de estudos ampliado, o evento desde os seus primórdios envolveu, portanto, pesquisadores de diferentes instituições do RS.

A segunda edição do evento foi articulada pelo grupo de pesquisas do diretório CNPq “Cosmologias, lógicas de ação e manifestações expressivas de grupos afrodescendentes”, o qual reúne pesquisadores de várias unidades acadêmicas da UFPEL e também de outras instituições, os quais possuem diferentes níveis de inserção no âmbito da pesquisa e extensão. Este grupo visa subsidiar a constituição de um espaço institucional específico de formação e debates sobre temas relacionados à presença negra na sociedade regional. O evento congregou, no entanto, outras instâncias acadêmicas que não haviam se envolvido na primeira edição do evento, como o Grupo Design, Escola e Arte (DEA), coordenado pela Profa. Rosemar Gomes Lemos, e o Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia da UFPEL, coordenado pelo Prof. Rafael Guedes Milheira. Além disso, contou com o apoio do Curso de Serviço Social da Universidade Católica de Pelotas, do Núcleo de Documentação Histórica (NDH) do Departamento de História da UFPEL e, especialmente, do aporte logístico da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS).

Nesta 2ª edição, a Jornada teve um formato diferenciado, passando das discussões quinzenais com painelistas e indicação bibliográfica prévia, que caracterizou a I Jornada, para uma atividade de quatro dias consecutivos. Nestes quatro dias, foram forjados diálogos em forma de mesas temáticas, mediadas por um(a) debatedor(a), contando também com espaço cultural e a constituição de um ambiente de apresentação e compartilhamento de resultados de pesquisas para discentes e pesquisadores na forma de comunicações orais. A abertura dos trabalhos contou com uma performance do Griô Dilermando Freitas, que declamou, sob o som do pandeiro e palmas dos presentes, a poesia Encontrei Minhas Origens, do poeta negro Oliveira Silveira. As mesas temáticas foram realizadas nos turnos da tarde e noite e as apresentações de comunicações, em três sessões, durante duas manhãs.

Com o intuito de valorizar as pesquisas sobre a presença negra na região, a abertura acadêmica do evento ocorreu com uma mesa-temática de apresentação do livro *Os Calhambolas do General Manoel Padeiro: práticas quilombolas na Serra dos Tapes (RS, Pelotas, 1835)*, de autoria de Paulo Staudt Moreira (UNISINOS), Caiúá Cardoso Al-Alam (UNIPAMPA) e Natália Garcia Pinto (PPGH/UFRGS). Esta obra é constituída da transcrição integral de documentos relacionados a este

importante quilombo itinerante que sacudiu a região das charqueadas na primeira metade do século XIX, além de contar com um ensaio interpretativo sobre estes eventos de autoria dos pesquisadores envolvidos. Uma síntese deste processo de pesquisa, seus objetivos e resultados, é apresentada neste volume do Cadernos do LEPAARQ.

Assim como na primeira edição do evento, primou-se na segunda edição pela multidisciplinaridade, expressa, por exemplo, na segunda Mesa Temática ocorrida no dia 10 de dezembro, no turno da tarde. Nela a Profa. Rosemar Lemos, responsável pelo Grupo DEA e pela organização da Semana da Consciência Negra de Pelotas (SECONEP), relatou as atividades de extensão realizadas nas escolas da cidade direcionadas para a aplicação da Lei 10.639, que institui a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nos currículos escolares. A historiadora Carmem Burget Schiavon (CDH/FURG) relatou, por sua vez, os resultados preliminares de uma pesquisa sobre a aplicação desta lei nas escolas públicas do município de Rio Grande. Já a assistente social Denise Yashodhan Freitas Dornelles coordenadora da Organização Morada da Paz expôs experiências de (re)educação das relações étnico-raciais por meio de vivências. A Comunidade Morada da Paz (Compaz) é uma organização fundada em 2002 no município de Triunfo(RS) e autorreconhecida como "kilombola, sustentável, ecológica e espiritual", e agora também, como Ponto de Cultura Omorodê. A organização trabalha com ações e projetos intergeracionais nas áreas de educação popular, saúde, meio ambiente e cultura afro-brasileira.

A Mesa Temática Imprensa, Campo Artístico e Intelectuais Afro-gaúchos, ocorrida também no dia 10 no turno da noite, possibilitou a exposição de duas pesquisas sobre o tema: a desenvolvida pelo historiador José Antonio dos Santos durante seu doutorado na área, a qual abordou a formação de grupos de intelectuais no RS que atuavam na chamada imprensa negra; a que estava em fase de desenvolvimento pela antropóloga Santa Júlia da Silva, sobre a trajetória do poeta e ativista gaúcho Oliveira Silveira. O antropólogo Cristian Jobi Salaini, que iria expor sua pesquisa sobre artistas plásticos negros teve sua presença inviabilizada por motivos de força maior. As reflexões de Santa Júlia da Silva, e a apresentação de resultados parciais da sua etnografia, também objetivadas em texto que compõe este dossiê.

A diversidade não apenas de abordagens disciplinares, mas também temática, acompanhou o desenrolar das discussões. De forma que a Mesa Temática Trabalho e Inclusão no Pós-abolição, realizada no dia 11, turno da tarde, apresentou um diálogo entre as áreas de Sociologia e História sobre o assunto. A apresentação geral da abordagem deste tema por parte da sociologia brasileira, exposta pelo sociólogo Marcus Vinicius Spolle, foi acompanhada pela

exposição de pesquisas empíricas por parte das historiadoras Ana Paula do Amaral e Fernanda Oliveira da Silva: a primeira discorreu sobre o trabalho doméstico no município de Rio Grande, no processo de transição da escravidão para o pós-abolição, tema de pesquisa de seu mestrado já concluído e a segunda, sobre as interfaces entre associativismo negro para fins lúdicos e o universo do trabalho na região platina, tema que vem sendo objeto de sua pesquisa de doutorado.

A quinta Mesa Temática do evento, realizada no dia 11 no turno da noite, se caracterizou pela predominância de uma perspectiva antropológica sobre o universo das religiões de matriz africana. O antropólogo do PPGAS/UFRGS Emerson Giumbelli problematizou as novas modalidades de interface entre religiões afro-brasileiras e poder público, por meio dos processos de patrimonialização. As antropólogas Marília Floor Kosby e Carla Silva de Ávila apresentaram suas respectivas pesquisas de mestrado realizadas sobre o tema na cidade de Pelotas, a primeira com o foco na dimensão ritual e cosmovisão destas expressões religiosas; a segunda, nos fluxos e relações entre religiosidade e ativismo político.

As Mesas Temáticas do dia 12 de dezembro foram integralmente dedicadas ao tema comunidades quilombolas. No turno da tarde, abordou-se este tema sob o recorte geográfico local, por meio da apresentação de resultados de pesquisa do projeto “Territórios negros na região central e na região das antigas charqueadas do RS: fluxos de memórias e fronteiras étnicas em uma perspectiva comparativa”, coordenado pela Profa. Rosane A. Rubert, por meio do qual foi estabelecido Convênio com a Superintendência Regional do INCRA designado Elaboração de relatórios antropológicos de caracterização histórica, geográfica, econômica e sociocultural nas comunidades remanescentes de quilombos de Fazenda Cachoeira, Moçambique e Monjolo. Rosane Rubert procedeu ao relato sobre as pesquisas realizadas por meio deste Convênio, detendo-se em questões de ordem étnica e metodológica. A geógrafa Solange de Oliveira explanou sobre a pesquisa que realizou na comunidade de Maçambique, a qual, além de atender ao objetivo de elaboração de relatório técnico, culminou em uma dissertação de mestrado, na qual enfoca os sistemas de cultivo da comunidade. Patrícia dos Santos Pinheiro, doutoranda na área de Desenvolvimento Rural (CPDA/UFRRJ) e também colaboradora no projeto supracitado, discorreu sobre sua pesquisa de doutorado, a qual aborda comunidades quilombolas do município de São Lourenço do Sul, suas trajetórias e suas relações com políticas públicas e programas governamentais.

Finalizando o evento, a abordagem de comunidades quilombolas transcendeu o contexto regional e se estendeu para outros estados e países. Bethânia Zanatta, doutoranda do

PPGAS/UFRGS, expôs pesquisas realizadas em comunidades do Espírito Santo, sinalizando para a importância das expressões culturais nos processos de auto reconhecimento. Janaína Lobo, também doutoranda PPGAS/UFRGS, apresentou a facetas da realidade de vilarejos negros equatorianos, nos quais realizou etnografia, e sua tensa relação com poderes governamentais e com o narcotráfico. Rogério Brittes Pires, que vem desenvolvendo seu doutorado no Museu Nacional (RJ), se deteve em aspectos rituais de comunidades quilombolas do Suriname.

As comunicações orais ocorreram em três sessões, no turno da manhã, as quais procurou-se organizar, na medida do possível, em eixos temáticos. Nesse sentido, a Sessão 1, coordenada pela historiadora Ana Paula do Amaral, concentrou pesquisas desta área do conhecimento, e contou com a presença de pesquisadores cujo nível de formação variou da graduação ao pós-doutoramento. Chamou a atenção, nesta Sessão, a presença de pesquisadores de instituições variadas: USP, UERJ, UFRJ, UNISINOS, e UFPEL. A estrutura da posse de escravos, a reconstituição mítica da memória da escravidão, a presença negra nos espaços urbanos e a participação dos segmentos negros na constituição da classe trabalhadora foram alguns dos temas abordados.

A Sessão 2 de comunicações orais aglutinou pesquisadores em formação (graduandos e mestrandos) que atuam em um espectro mais regional, no âmbito das instituições UFPEL, FURG e UCPEL. A relação de comunidades quilombolas com políticas públicas, os impasses que acompanham as manifestações das religiões de matriz africana no espaço público, a constituição do movimento negro no período pós-abolição, a questão racial na formação do pensamento social brasileiro e a história do carnaval pelotense foram alguns dos temas trazidos para o debate.

A Sessão 3 de comunicações orais aglutinou, sobretudo, graduandos da UFPEL e UCPEL, excetuando a presença da Profa. Dra. Letícia de Faria Ferreira da Universidade Federal da Fronteira Sul, cujo relato de pesquisa em uma comunidade quilombola situada no município de Giruá (RS) encontra-se incorporado nesta coletânea que está sendo publicada. Além da temática quilombola, sobressaiu nesta Sessão a apresentação de trabalhos sobre educação e relações étnico-raciais, com relatos de experiências de extensão que tem por objetivo o cumprimento da Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de conteúdos relativos à história e cultura africana e afro-brasileira em todos os níveis de ensino.

As duas edições da Jornada propiciaram um importante espaço de reflexão, discussão e trocas acadêmicas sobre a temática negra, abordada em uma perspectiva multidisciplinar. Ao propiciar o encontro de pesquisadores que se encontram em diferentes níveis de formação, situados em espaços acadêmicos diversos que, no caso da 2ª edição, transcendem as fronteiras

geopolíticas do estado, a proposta do evento cumpre o papel de sedimentar redes de interlocuções interinstitucionais, revelando a importância que a temática vem assumindo em várias áreas do conhecimento. Convém ressaltar ainda o movimento de incorporação ao debate, nas duas edições do evento, de organizações da sociedade civil e educadores que já estão atuando no ensino público ou privado, o que contribui para a disseminação de novos conhecimentos e o cumprimento da função social da universidade pública.

A publicação das intervenções nas Mesas Temáticas e das comunicações orais constitui em mais um passo dado na direção de potencializar o evento enquanto espaço de disseminação de conhecimentos. Nesse sentido, finalizada a 2ª edição do evento, todos os participantes das mesas temáticas e sessões de comunicações foram convidados à submeterem seus textos à publicação por parte do Cadernos do LEPAARQ. Os artigos enviados, que compõe o dossiê aqui apresentado, foram submetidos à avaliação rotineira por parte de avaliadores ad hoc, respeitando-se o aval (ou não) destes, bem como a disponibilidade ou não dos participantes do evento em procederem a esta publicação. A diversidade temática dos textos submetidos, bem como os diferentes graus de aprofundamento que respeitam os variados níveis de formação dos autores, não deixa dúvidas sobre a contribuição da iniciativa para as diversas áreas do conhecimento que se dedicam ao tema.

Dr.^a. Rosane Aparecida Rubert

Coordenadora da II Jornada de Estudos Sobre Escravidão, Resistência e Pós-Abolição

Recebido em:01/07/2014
Aprovado em:02/09/2014
Publicado em:03/10/2014

**A DRT-RS COMO FERRAMENTA DE PESQUISA SOBRE OS
TRABALHADORES NEGROS DE PELOTAS DE 1933-1944**
THE DRT-RS AS A RESEARCH TOOL ON THE BLACK WORKERS OF PELOTAS, 1933-1944

Ângela Pereira Oliveira
Aristeu Elisandro Machado Lopes

Vol. XI | nº22 | 2014 | ISSN 2316 8412



A DRT-RS COMO FERRAMENTA DE PESQUISA SOBRE OS TRABALHADORES NEGROS DE PELOTAS DE 1933-1944

Ângela Pereira Oliveira¹
Aristeu Elisandro Machado Lopes²

Resumo: O presente estudo busca inicialmente apresentar o acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul como uma fonte para pesquisas no mundo do trabalho, mais especificamente, como uma ferramenta para futuras pesquisas que visem encontrar os trabalhadores negros. Serão apresentados dados quantitativos sobre estes trabalhadores como um quadro geral comparativo entre as denominações de cor da pele. Abordaremos essa mão-de-obra atuante no século XX entre os anos de 1933 a 1944, visando localizar a atuação desses operários na cidade Pelotas nas indústrias locais. Destacando aspectos como as profissões e funções desempenhadas por estes profissionais. Por fim, serão destacadas características gerais que possam auxiliar no entendimento de um perfil destes trabalhadores.

Palavras chaves: Delegacia Regional do Trabalho - RS, Trabalhadores de Pelotas, Trabalhadores negros.

Abstract: The present study intends to, initially, introduce the Rio Grande do Sul State Work Office archive as a source of work-themed research, more specifically, as a tool for future research aimed at finding Black workers. Quantitative data on these workers, in a general comparative framework between skin color denominations, will be presented. We also intend to discuss this hand labor acting in the twentieth century, between 1933 and 1944, aiming to find the performance of these workers in the city of Pelotas in local industries, highlighting aspects such as the professions and functions performed by these employees. Finally, we will highlight general features that can assist in the understanding of these workers' profile.

Keywords: Rio Grande do Sul State Work Office, Workers of Pelotas, Black workers.

INTRODUÇÃO

A Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul (DRT-RS) é um valioso acervo documental sobre a história do trabalho do Estado que compreende os anos de 1933 a 1968. Este acervo possui a documentação expedida no momento da solicitação da carteira profissional, denominada de ficha de qualificação profissional. O acervo também possui alguns documentos anexos, como comprovantes da vinculação do trabalhador à empresa e também a residência do solicitante, por exemplo. A DRT-RS é um acervo que contém 627.213 fichas correspondentes a todas as cidades do Estado.

A ficha de qualificação profissional também é chamada de ficha-espelho. Atualmente a documentação está sendo submetida a um procedimento de higienização e de digitação das informações contidas nos registros para um banco de Dados digital que foi confeccionado para conter todos os dados do documento, com exceção das fotografias. Já foi digitado um total de 45.100 fichas, até o presente momento, que correspondem a 7% do total do acervo. Um dos objetivos da transcrição para um Banco Digital é facilitar

¹ Acadêmica do curso de História Licenciatura da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil. Email: angelapoliveira2@gmail.com.

² Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil. Professor Adjunto da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil. Email: aristeuufpel@yahoo.com.br.

o acesso às pesquisas uma vez que ele apresenta a possibilidade de cruzamento de dados das fichas digitadas, viabilizando novas pesquisas.

Outro objetivo que levou a preferência de se optar por um Banco de dados Digital foi pensando na conservação desta rica documentação. Pois, o papel está continuamente exposto a um processo de deterioração proveniente de diferentes fatores, que não serão discutidos neste momento por não ser este o foco, mas que facilitam a danificação do material documental. O Banco de dados Digital além de auxiliar na conservação e preservação do material original por mais tempo, uma vez que se evita o manuseio constante da documentação, também funciona como alternativa na salvaguarda dos dados contidos no acervo. No ano de 2001, este acervo teve sua guarda transferida do Núcleo de Pesquisa em História (NPH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para o Núcleo de Documentação Histórica (NDH) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

No transcorrer dos anos 1930, a política getulista desenvolveu uma série de leis voltadas aos trabalhadores. Parte significativa delas formou a Consolidação das Leis do Trabalho, promulgada simbolicamente no 1º de maio de 1943 e durante a ditadura do Estado Novo, foi a mais significativa. Por outro lado, faz-se necessário ressaltar que mesmo antes da CLT, outros decretos destinados aos trabalhadores já estavam em vigor. Entre estes, o decreto número 21.175, de 21 de março de 1932, que instituía a carteira profissional no Brasil. A nova lei, promulgada por Getúlio Vargas ainda como “Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil” estabelecia a carteira profissional para as pessoas maiores de 16 anos e regulamentava aspectos importantes da vida do trabalhador (LOPES, 2013, p. 2).

Através da citação mencionada acima, por exemplo, conseguimos ter uma pequena compreensão da imensa importância documental do acervo. Apesar de o decreto ser do ano de 1932 é somente em outubro que ele foi regulamentado, sendo-o através do decreto número 22.035 do mesmo ano, que estipulava o prazo de 12 meses para se iniciar a emissão das carteiras profissionais. As carteiras começaram a ser confeccionadas no Brasil no ano de 1933, inicialmente, somente em grandes cidades.

O órgão que expedia as carteiras profissionais era chamado primeiramente de Inspetoria Regional. A Inspetoria do Rio Grande do Sul ficava localizada na cidade de Porto Alegre. Somente a partir de 1940 é que teremos a denominação Delegacia Regional do Trabalho em substituição a Inspetoria Regional. E, também o estabelecimento de postos para a confecção das carteiras em outras cidades do interior do Estado expandindo a realização desta para além da capital. Teremos a implantação de uma Delegacia Regional do Trabalho em Passo Fundo, no ano de 1943 e, posteriormente em Pelotas, no ano de 1948.

Os trabalhadores não eram obrigados a solicitar a carteira profissional, sua solicitação, neste momento, era opcional e, inicialmente, ela era paga. “A carteira profissional emitida pelo governo federal sucedeu as antigas carteiras emitidas pelos sindicatos e associações de classe durante a Primeira República” (SPERANZA, 2013, p. 1) A emissão da carteira profissional era importante para o trabalhador por ser uma forma de garantir e comprovar os seus direitos, tendo em vista que o Código de Leis Trabalhistas só foi criado dez anos depois, em 1943.

A presente pesquisa visa apresentar os trabalhadores negros que solicitaram a carteira profissional na cidade de Pelotas, entre os anos de 1933 a 1944. O intervalo temporal referido foi selecionado por tratar-se do período em que os documentos encontram-se quase todos digitados no banco de dados do acervo. As fichas de qualificação profissional abarcam informações detalhadas sobre os trabalhadores, inclusive sobre aspectos físicos como a cor da pele, a altura, a cor dos olhos, a cor do cabelo e se ele possui sinais particulares, por exemplo. Através dos dados contidos no documento é possível saber o nome do requerente da carteira profissional, o estado civil, a naturalidade, a nacionalidade, o endereço, a escolaridade, a quantidade de filhos e a data de nascimento (sendo possível, através da subtração da data do pedido da carteira, calcular a idade do trabalhador).

O levantamento destas informações possibilita uma análise quantitativa dos trabalhadores bem como, uma qualitativa tendendo para diferentes abordagens e pesquisas. Traçar um perfil dos trabalhadores de uma determinada região é uma das possibilidades de pesquisas com o uso desta fonte. Pode ser feita também a busca por um trabalhador em específico, traçando sua trajetória profissional. Com o auxílio do Banco de dados Digital podemos investigar informações sobre as empresas em que o profissional analisado estava inserido, buscar quais as empresas possuía um maior número de trabalhadores negros, refletindo sobre os cargos ocupados por estes profissionais e os setores em que mais se inseriam, por exemplo.

PESQUISANDO NA DRT-RS

A princípio foi feito um levantamento quantitativo no banco de Dados da DRT-RS, no qual obtivemos um total de 1.455 fichas solicitadas na cidade de Pelotas, entre o intervalo anual de 1933 a 1944. Fundamentado nestas fichas do Banco de dados Digital da DRT-RS encontramos os seguintes números ao pesquisar o campo “Cor”: 82 trabalhadores foram declarados de cor “Preto”; 25 trabalhadores foram declarados de cor “Preta”; 21 solicitantes foram declarados de cor “Moreno”; quatro solicitantes foram declarados de cor “Morena”; seis trabalhadores foram declarados de cor “Misto”; 117 solicitantes foram declarados de cor “Pardo”; 42 trabalhadores foram declarados de cor “Parda”.

Por fim, teremos 970 empregados que foram declarados de cor “Branco”; 179 empregados que foram declarados de cor “Branca”; e sete fichas de solicitantes que não possuem informação no campo “Cor”³. Entre as nomenclaturas preenchidas no campo “Cor” dos trabalhadores, declaradas nas fichas, selecionamos para a pesquisa as que continham as seguintes denominações: preto(a), moreno(a), misto e pardo(a). Essas fichas com as designações mencionadas correspondem a um total de 20% dos solicitantes de carteira profissional na cidade de Pelotas.

Constatamos que as terminologias apresentadas acima referentes ao campo “Cor” da ficha-espelho não faz concordância em gênero com a palavra *cor* e também não faz concordância com o sexo do profissional. Por exemplo, encontramos mulheres com a cor apresentada com o vocabulário de “Preto” o que nos leva a conclusão de que esta era uma adjetivação própria do período. As fichas de qualificação profissional eram preenchidas por um funcionário do governo, o solicitante apenas prestava esclarecimento, não a preenchia.

Essa discussão sobre a adjetivação de cor dos indivíduos abarca uma infinidade de questões que não serão discutidas no presente artigo, pois não se trata dos objetivos buscados no mesmo. Foi apenas ressaltado para esclarecer que há diferenciações entre as fichas. E, essas são transcritas para o Banco de dados Digital tal e qual foram manuscritas, sem alterações, o que por vezes, traz algumas dificuldades de pesquisa no acervo. Apontado conjuntamente que nem todas as declarações de cor são coniventes com as fotos apresentadas, por exemplo, há pessoas que se declaram brancas, mas que são visivelmente de pele mais escura. Contudo, o que será levado em consideração para a pesquisa é a identificação, isto é, a autodeclaração feita de sua cor.

O que será destacado é em quais setores essa mão de obra era mais atuante, além de quais profissões e funções estes trabalhadores ocupavam, citando algumas empresas. Serão apresentadas ainda algumas características comuns que são possíveis de perceber com uma análise da fonte e que auxiliam na elaboração de um perfil do trabalhador gaúcho, um projeto desenvolvido a partir da utilização destas fontes documentais. Neste caso, não apresentaremos um perfil do trabalhador negro de Pelotas, mas algumas características que auxiliariam na construção deste perfil.

³ Teremos um caso em que o trabalhador é declarado com a cor Crespo e um caso em que o trabalhador é declarado com a cor Claro.

11 de 11

Nome do trabalhador: Leandro Data de nascimento: 21/11/1914

Profissão: Operário Endereço: Av. ...

Estado: RS Cidade: Pelotas Distrito: ...

Outros dados: ...

Informações especiais para os empregadores:

Classe de trabalho: ... Anos de experiência: ...

Outros dados: ...

Assinatura do trabalhador: Leandro

Assinatura do empregador: ...

Assinatura do responsável: ...

Figura 01: Ficha de qualificação Profissional. Fonte: DRT-RS/NDH-UFPel.



Figura 02: O acervo da DRT-RS. Fonte: DRT-RS/NDH-UFPel.

BUSCANDO O TRABALHADOR NEGRO

Estudar os negros no mundo do trabalho envolve uma série de discussões sobre a sua participação e contribuição para a economia a contar do período da escravidão no Brasil. O sistema explorava o seu trabalho baseando-se na posse sobre o trabalhador, sendo este utilizado como a principal mão de obra no século XIX. Não se pode desconsiderar, assim a sua importância histórica para esse tema de pesquisa. Muitos historiadores demonstram que com a abolição da escravidão os negros serão abandonados à sua própria sorte sendo estes preteridos das oportunidades do mercado capitalista, como podemos analisar na citação a seguir:

Em vez de ser reabsorvido pelo sistema de trabalho urbano e pela ordem social competitiva, ele foi repellido para as esferas marginais desse sistema, nas quais se concentravam as ocupações irregulares e degradadas, tanto econômica quanto socialmente (FERNANDES, 1972, p.113).

O autor prossegue falando do negro nesse novo mercado, como notaremos na seguinte citação:

As oportunidades concentram-se na esfera dos serviços menos valorizados e menos compensadores numa economia urbana. Ainda assim, com mais de cinquenta anos de atraso, o negro e o mulato transpassam o umbral da nova era, começando a participar normalmente das garantias econômicas asseguradas pela ordem social competitiva (FERNANDES, 1972, p.114).

As citações mencionadas acima servem também para apresentar os locais de trabalho em que estavam inseridos esses empregados que solicitaram a carteira profissional em Pelotas, e refletir sobre as oportunidades disponibilizadas a esse grupo no período pós-abolição. Ao analisarmos os indivíduos do acervo da DRT-RS notamos que a maioria não possuía uma qualificação elevada e que estavam empregados em atividades pouco especializadas. Os maiores índices de profissão declarada recaem sobre o Trabalhador Braçal totalizando 25 trabalhadores que solicitaram a carteira profissional nesta categoria. Em seguida, teremos a profissão de Pedreiro, com 24 solicitantes e de Operário, com 21 solicitantes igualando-se aos índices da profissão de Sapateiro.

Entre os restantes serviços em que se empregam estes trabalhadores juntamente com o número de profissionais atuantes, podemos citar alfaiate (3), auxiliar de comércio (4), carpinteiro (5), cerâmico (3), comerciário (5), cozinheiro (4), curtumeiro (12), estivador (5), fiandeira (3), fogueiro (3), mecânico (5), motorista (9), magarefe (7), oleiro (3), padeiro (4), pintor (4), servente (12), servente pedreiro (11), servente vidreiro (5), tecelão (3), tipógrafo (4), trabalhador de barraca (4)⁴.

Como observamos esses empregos não demandam uma viabilidade de um grau apurado de especialização. Ainda, teremos entre esse grupo de trabalhadores aqueles que aqui optamos por classificar por funções ao invés de profissão, tendo em vista o papel que exercem em atividades periféricas e modestas. Estes empregados são aqueles contratados como ajudante de cozinha (2), ajudante de ferreiro (4), ajudante de fundidor (3), ajudante de mecânico (3), ajudante de padeiro (2), ajudante de pedreiro (4), entre outros⁵.

Dentre os setores industriais, nos quais esta mão de obra foi empregada, destacamos os seguintes: fábrica de calçados, de bebidas, de tecidos, de vidros, de papel, de mosaico, de tijolos, de malas, de conservas, de fumo, de sabão e de velas. Também estavam presentes no comércio⁶, em engenhos de arroz,

⁴Entre as demais profissões que temos um número muito pequeno de profissionais podemos destacar açougueiro (1), ajustador (1), aparelhador (1), baleiro (1), barreiro (2), calceteiro (1), carga e descarga (2), camareira (1), carneador (2), carregador (1), carroceiro (1), confeitiro (2), costureira (2), copeiro (1), encaixotador (2), informador de tijolos (2), empacotador (2), ensacador (1), estaladora de redes (1), fiador (1), funileiro (1), fundidor de granilite (1), jornaleiro (1), ladrilheiro (1), lavador de garrafas (2), lumeiro (1), lustrador (2), maleiro (1), maquinista (1), marceneiro (2), marítimo (2), mosaiqueiro (1), ronda (1), selagem (1), servente pintor (1), tratador de animais (1), torrador de café (2), vendedor (1).

⁵Auxiliar (1), auxiliar maquinista (1), fábrica de bebidas (1), fábrica de fumo (1).

⁶Drogaria, secos e molhados, armazéns, açougue, confeitaria, padaria e restaurante.

em curtumes, em charqueadas⁷, em hotéis, na construção civil⁸, em serrarias, em jornais e no Porto da cidade.

Os estabelecimentos que mais aparecem como empregadores destes funcionários na cidade de Pelotas são listados a seguir, com o nome fantasia e o setor: Carvalho Teixeira e Cia (curtume), Viúva Pedro Osório Ltda. (charqueada e arroseira), Cia. Fiação e Tecido Pelotense (indústria lanífera), Indústrias Reunidas Leal Santos S/A (fábrica de conserva), Cia. Nacional de Óleo de Linhaça, Coutelle Etchebeste Ltda., Curt. Reingantz e Caruccio (curtume), Frigorífico Anglo S.A (frigorífico).

Cogitando traçar um perfil dos trabalhadores negros de Pelotas, ou mesmo apresentar e/ou buscar estes profissionais, podem ser levantados diferentes aspectos e enfoques, tendo em vista a sucessão de alternativas que a fonte permite. Logo abaixo faremos uma apresentação dos empregados negros da cidade de Pelotas enfatizando alguns aspectos pessoais escolhidos para abordagem, não sendo possível apresentar todos, devido a grande gama de possibilidades de análise.

Selecionamos alguns itens para avaliar como o local de nascimento, isto é, a naturalidade, o estado civil dos trabalhadores, o número de filhos declarados e, por fim, sinais particulares que ajudam na identificação do trabalhador. Como perceberemos, na tabela abaixo, apresentamos a naturalidade dos trabalhadores que solicitaram a carteira profissional quando atuavam no mercado de trabalho de Pelotas.

Como já era esperado a maioria dos solicitantes da carteira profissional que labutavam em Pelotas também eram naturais da mesma cidade. Com o levantamento destes dados é possível reparar fluxos migratórios entre cidades e o deslocamento de mão de obra das cidades vizinhas para o pólo de indústrias de Pelotas. Neste caso, observamos que o maior fluxo se dá a partir da cidade de Canguçu, com 21 trabalhadores, seguida da cidade de Piratini, com 18 trabalhadores.

Posteriormente, analisamos o Estado Civil que os trabalhadores declararam em suas fichas de qualificação profissional. Constatamos que este aspecto influiu diretamente no número de beneficiários do solicitante. Verificamos que, repetidamente, quando um trabalhador se declarava solteiro ele colocava como beneficiário os seus pais e, se fosse o caso, filhos. Enquanto que, quando o mesmo se declarava casado ele colocava como beneficiários a sua esposa e os seus filhos.

⁷ Também em matadouros e marchantes apareceram nas fichas de qualificação profissional como setores empregatícios.

⁸ Em obras públicas, também em pedreiras.

ARROIO GRANDE	2	PASSO DAS PEDRAS	1
BAGÉ	11	PELOTAS	182
BOQUEIRÃO	1	PEDRAS ALTAS	1
CACIMBINHAS	4	PINHEIRO MACHADO	9
CAMAQUÃ	1	PIRATINI	18
CANGUÇU	21	PORTO ALEGRE	1
CERRITO	3	POVO NOVO	1
CERRO CHATO	1	RIO GRANDE	2
ENCRUZILHADA	1	SANTA CRUZ	1
ESPÍRITO SANTO	1	SANTA ISABEL	1
GUAÍBA	1	SANTA MARIA	1
HERVAL	13	SANTA VITÓRIA DO PALMAR	1
JAGUARÃO	5	SANTANA DO LIVRAMENTO	2
MELLO	1	SÃO LOURENÇO DO SUL	6
NÃO INFORMADO	5	SÃO GABRIEL	1
NATAL	1	TAQUARA	1
NITERÓI	1	TIJUQUINHA	1

Tabela 01: Naturalidade dos trabalhadores negros atuantes no mercado de trabalho de Pelotas.

Fonte: DRT-RS/NDH-UFPeL.

Quanto as mulheres, isto é, as solicitantes da carteira profissional, percebemos que a maioria delas se declaravam no estado civil de solteiras ou viúvas. As mulheres remetiam à beneficiários os seus pais e também seus filhos, este segundo caso é o que aparece mais constantemente. Elas declaravam um número a menos de beneficiários em relação aos homens. Não foram encontrados casos de mulheres que colocam o marido como um possível beneficiário seu.

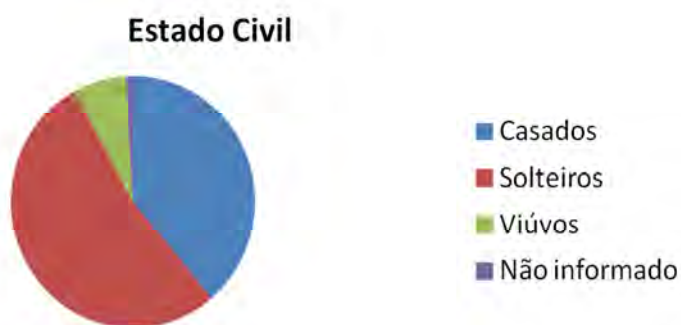


Gráfico 01: Declaração de Estado Civil dos trabalhadores negros de Pelotas.

Fonte: DRT-RS/NDH-UFPeL.

Como se pode notar, no gráfico acima, a maioria dos trabalhadores que solicitaram a carteira profissional no período estabelecido na pesquisa, se declarou solteiro, seguido dos casados e dos viúvos.

Outra análise feita, posteriormente, buscou a quantidade de filhos que possuíam os trabalhadores, traçando um perfil do número de filhos que teriam estes solicitantes da carteira profissional.

Com relação ao número de filhos que os trabalhadores analisados declaravam em suas fichas de qualificação profissional iremos destacar algumas questões a partir da observação do gráfico montado logo abaixo. Inicialmente, como se pode verificar, por exemplo, a grande maioria não informa a quantidade de filhos que possui. Entre esses profissionais que não informam, a maioria opta em ter por beneficiários os seus pais.

A maioria dos trabalhadores que não declararam a quantidade de filhos também se declarou solteiro. O preenchimento poderia ter sido feito com a utilização do número zero para esta opção, como encontramos em alguns casos, mas não o foi. Como isto não ocorreu, concluímos que talvez tenha sido uma opção do funcionário no momento do preenchimento do documento, tendo em vista que tal situação poderia ser modificada futuramente quando o solicitante viesse a ter filhos. Essa não padronização do preenchimento nos leva a percepção de que ele não era muito regrado, sendo que os funcionários responsáveis pelo preenchimento das fichas-espelho acabam interferindo nos esclarecimentos proferidos pelos solicitantes. Estudando o gráfico a seguir, notamos que há uma igualdade entre os trabalhadores que possuem cinco filhos e aqueles que possuem quatro filhos.



Gráfico 02: Número de filhos declarados pelos trabalhadores negros de Pelotas. Fonte: DRT-RS/NDH-UFPel.

Os sinais particulares levantados no Banco de dados Digital do acervo foram bem distintos entre as declarações dos solicitantes. Aqui, normalmente, é onde encontramos particularidades. Neste caso, encontramos seis fichas em que os trabalhadores declararam sinais particulares. Através desta busca podemos perceber casos de acidentes de trabalho, cicatrizes ou sinais de nascença, entre outras possibilidades. Dentre os seis casos relatados, notamos que o primeiro trabalhador encontrado declarou ter a falta do olho direito. O segundo declarava em sua ficha ser estrábico enquanto que o terceiro relatou uma cicatriz no pescoço do lado direito. O seguinte alegava ter uma cicatriz no pulso direito, o subsequente

declarava uma cicatriz entre as sobrancelhas e, por fim, o último descreveu que deixou de figurar o dedo anular esquerdo, pois estava machucado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da realização da pesquisa conseguimos compreender um pouco mais sobre o universo dos trabalhadores da cidade de Pelotas no período de 1933 a 1944. Lembrando que o acervo não abrange todos os trabalhadores da cidade no período, pois, nem todos solicitaram a Carteira profissional, posteriormente chamada de Carteira de Trabalho, destacando somente um pequeno grupo. Ainda assim, abarca uma rica documentação sobre História do trabalho e dos trabalhadores negros.

Através das escolhas feitas conseguimos constatar que os empregados possuíam características comuns que auxiliam na construção do seu perfil, independente de a maioria dos trabalhadores da região ainda não terem aderido à prática da confecção da carteira profissional.

Notamos que a situação do negro assim como em outras cidades onde sua participação durante o sistema de trabalho escravo foi significativo, aqui em Pelotas a sociedade também beirou a omissão em relação a situação desta classe no pós-abolição, reservando-lhe atividades periféricas, isto é, marginalizando este trabalhador no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAVANIS, E. A Memória dos papéis de gênero: homens e mulheres no Universo Fabril Gaúcho do Início da República Velha (1888-1920). *História em Revista*, Pelotas, v. 14, p. 101-113, 2008.
- FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de Classes*. São Paulo, 1964.
- FERNANDES, F. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo, 1972.
- FORTES, A. *Nós do Quarto Distrito: A classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas*. Caxias do Sul/Rio de Janeiro: Educs/Garamond (Coleção ANPUH/RS), 2004.
- FURRET, F. O quantitativo em História. IN: LE GOFF, J.; NORA, P. (orgs.). *Fazer história: novos problemas*.
- GOMES, A. (coord.). *Ministério do Trabalho: uma história vivida e contada*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2007.
- KOSCHIER, P. *Perfil do trabalhador pelotense na década de 1940 a partir das informações contidas nas Fichas de Qualificação da Delegacia Regional do Trabalho – RS*. Monografia (Especialização em História do Brasil) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2006.
- LONER, B. O acervo sobre o trabalho do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel. IN: SCHMIDT, B.B. (org.) *Trabalho, justiça e direitos no Brasil: pesquisa histórica e preservação das fontes*. São Leopoldo: Oikos, 2010, p. 9-24.
- LONER, B.; KOSCHIER, P.; BEM, E. *Perfil dos trabalhadores gaúchos: 1933-1939*. Sociedade Brasileira de Sociologia. Disponível em: <www.sbsociologia.com.br/congresso_v02/papers/gt21>. Acesso em 01/08/2013.
- LOPES, A.E.M. Os trabalhadores negros a partir das fichas de Qualificação profissional da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul (1933-1943). Florianópolis: *VI Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Editora UFSC, p. 01-17, 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/BY4PSd>>. Acesso em 03/12/2013.
- PETERSEN, S.R.F.; LUCAS, M.E. *Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)*. Ed. Universidade UFRGS/Tchê: Porto Alegre, 1992.
- SPERANZA, C. Operários e controle do Estado: a implantação da carteira profissional no Rio Grande do Sul. Passo Fundo: *II Congresso de História Regional*. 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/PxD6kk>>. Acesso em 04/12/13.

Recebido em:04/07/2014
Aprovado em:01/09/2014
Publicado em:03/10/2014

INTELECTUAL NEGRO NO SUL: A TRAJETÓRIA DE OLIVEIRA SILVEIRA
BLACK INTELLECTUAL IN THE SOUTH: THE TRAJECTORY OF OLIVEIRA SILVEIRA

Santa Julia da Silva

Vol. XI | n°22 | 2014 | ISSN 2316 8412



INTELLECTUAL NEGRO NO SUL: A TRAJETÓRIA DE OLIVEIRA SILVEIRA

Santa Julia da Silva¹

Resumo: Este texto propõe retomar alguns aspectos da trajetória política e intelectual do poeta Oliveira Silveira. Observamos que em sua formação não há uma matriz discursiva única, e sim um conjunto de influências, oriundas de diferentes pontos do “Atlântico Negro”: africanas, afro-caribenhas e norte-americanas. Ao mesmo tempo percebemos em sua obra a força da dimensão regional, através da sua reivindicação por uma identidade gaúcha. Enquanto conceituação provisória, propomos situar Oliveira Silveira como um intelectual negro, contemporâneo, híbrido e diaspórico. Seu pensamento e obra representam contribuições importantes para as narrativas sobre a reconfiguração da identidade nacional.

Palavras chaves: Intelectuais, Trajetórias, Contranarrativas.

Abstract: This text aims at reviewing some aspects of the political and intellectual trajectory of the poet Oliveira Silveira. It has been observed that his educational background is not composed by a unique discursive matrix, but by a variety of influences such as African, Afro-Caribbean and North-American, which are originated from different points of the “Black Atlantic”. In addition to these influences, it is possible to notice in Oliveira’s work the strength of a regional dimension, which can be seen through his claim for an identity based on the state of Rio Grande do Sul. As a provisional conceptualization, it is proposed in this text to place Oliveira Silveira as a black, contemporary, hybrid and diasporic intellectual. His thoughts and work represent important contributions to the narratives about the reconfiguration of the national identity.

Keywords: Intellectual, Trajectories, Counter-narratives.

INTRODUÇÃO

Este texto tem como objetivo apresentar uma reflexão sobre a pesquisa em curso, onde se procura investigar a trajetória do poeta Oliveira Silveira² e contextualizá-lo como intelectual negro contemporâneo. O que será apresentado é parte de um projeto mais amplo em desenvolvimento no âmbito do Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas ao qual estou vinculada³, e tem dentre outros objetivos, destacar os significados que essa trajetória comporta aos coletivos negros no Brasil e ao Rio Grande do Sul de forma especial.

A reflexão parte de três convicções *a priori*. Primeira, que as transformações ocorridas no estado brasileiro, no que diz respeito, as desigualdades de origem étnico-racial, são consequências da atuação de

¹ Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil. Aluna do Programa de Pós- Graduação em Antropologia. É graduada em Ciências Sociais (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil. Atualmente está vinculada ao Instituto Federal Sul-riograndense, campus Bagé, Brasil; onde atua como técnica veiculada ao Departamento de Pesquisa, Ensino e Extensão.

² Poeta negro brasileiro, nascido em 1941 na área rural de Rosário do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, filho de Felisberto Martins Silveira, branco, brasileiro de pais uruguaios, e de Anair Ferreira da Silveira, brasileira, de pai e mãe negros gaúchos. Assim se definia o poeta Oliveira Silveira.

³ O trabalho tem como título “Vem vamos juntos! Dá-me tua mão e vamos juntos! Vamos juntos, juntos, juntos!”: Reconhecimentos e narrativas sobre a trajetória de Oliveira Silveira. A referida dissertação tem como orientadora a Prof.ª Dr.ª Rosane Rubert.

homens e mulheres negras. Estes, de forma particular empreenderam lutas históricas de combate ao racismo e ao direito de viver a diferença. Segunda, a obra de Oliveira Silveira nos possibilita ampliar a compreensão sobre essas lutas que impulsionaram as políticas compensatórias implantadas no país nas últimas décadas. E por último, permanece ainda, a necessidade de uma maior divulgação, conhecimento e reconhecimento da amplitude e importância desse intelectual. É um propósito ambicioso deste trabalho, contribuir para apresentação de Oliveira Silveira ao mundo acadêmico, especialmente ao campo da antropologia.

Ao abordar uma trajetória propomos pensar também a relação entre o individual e o social, tomando essa trajetória enquanto forma discursiva, que pressupõem ultrapassar o campo das representações e conceber esse sujeito e sua trajetória como produto de experiências intersubjetivas e com interfaces com os mais variados campos de atuação social. Interroga-se também, o quanto na sua produção intelectual, está presente a diferenciação regional a partir de aspectos históricos e culturais.

O Estado do Rio Grande Sul, quando comparado ao resto do país, incorporou especificidades geopolíticas e econômicas. Isso resultou em consequências importantes para os africanos e seus descendentes. Embora, com participação na atividade agropastoril, atividades domésticas, ofícios especializados (carpinteiros, ferreiros, etc.) e nas guerras de fronteiras, foram as charqueadas que concentraram os registros historiográficos da presença negra. Até idos da década de oitenta. Entretanto, ainda que as abordagens historiográficas estejam sendo revisitadas quanto a este aspecto, permanece no imaginário comum, a ausência da presença dos negros na formação do Rio Grande do Sul. Temos então no discurso hegemônico, um Estado onde padrão étnico-racial resulta com a predominância da colonização europeia.

Gutfreind (1990), analisando o vazio historiográfico sobre o negro no Rio Grande do Sul, expõe de forma visceral o pensamento daquele que foi um dos principais historiadores do sul do país: *Moysés Vellinho*. Ao trazer uma análise sobre obra desse autor, ela evidencia o projeto da historiografia contemporânea gaúcha.

[...] o verdadeiro objetivo da historiografia contemporânea gaúcha foi substantivar uma história sul-rio-grandense desde o início vinculada a Portugal e ao restante do Brasil, excluindo o papel do negro em sua formação. É daí que advém o zelo pela história açoriana, o aprofundamento da busca documental destes laços de origem, o retorno ao passado lusitano, ignorando as íntimas relações com a África negra.

Mesma linha de análise, encontramos no pensamento de Oliven (1996), ao identificar a ausência da presença negra e indígena na formação do gaúcho. A figura do gaúcho tal como ela se apresenta no Rio Grande do Sul, foi inventada a partir desse imaginário excludente. Os diários do viajante francês *Saint Hilaire*

que percorreu o estado em 1820, é uma fonte usada para compor a historiografia do Rio Grande do Sul. Neles, o que predomina é democracia sulina e vida livre do pastoreio da campanha. O antropólogo ressalta que os italianos e alemães que ocuparam a região norte do estado com atividades econômicas díspares da região da campanha, também se apropriam e fortaleceram esse discurso sobre a identidade gaúcha. Nessa composição excluem-se: índios, negros e os próprios colonizadores alemães e italianos.

Como essas diferentes dimensões se transformam em uma narrativa contra hegemônico⁴ na produção intelectual de Oliveira Silveira? De um lado, as influências do “*Atlântico Negro*”⁵ que são descortinadas ao poeta, através do mundo acadêmico, de outro a sua própria biografia, de quem nasceu no mundo rural, mais especificamente na fronteira oeste, também conhecido como pampa gaúcho e lá viveu sua infância e parte da juventude.

A rede de significados que o lugar comportava para Oliveira Silveira ficou expressa em seu livro *Bandoné do Caverá*, onde tomado por um lirismo, o poeta conta a história de sua família e do local onde viviam. Há uma estética apurada nesse livro, de tal sorte, que o leitor é convidado a imaginar lugares como a *Serra do Caverá*, *Touro Passo* e o *Rincão dos Silveira*⁶, não como receptáculos da memória do poeta, mas como locais dinâmicos onde a música empresta sentido a vida e a experiência é revisitada através da poesia.

Partindo da noção que o intelectual é aquele que representa para uma coletividade, tendo uma vocação para condensar e articular uma mensagem, um ponto de vista (SAID, 1995), a pesquisa busca entre os interlocutores de Oliveira Silveira apreender os sentidos dessa vocação. Os primeiros dados biográficos remetem a infância em de Oliveira em Touro-Passo, conforme depoimento de um amigo de infância. “*O Oliveira iniciou estudando na casa de seus pais, no Touro-Passo. Lá Seu Felisberto adaptou metade do galpão - de pedra, chão batido e cobertura de capim - para que a professora [...] pudesse lecionar*” (Prefácio da Antologia Poética de Oliveira Silveira, 2010, p. 4), posteriormente ele prestou exame de admissão ao ginásio e cursou o ginásio morando em pensões na cidade de Rosário do sul.

Após o ginásio, deslocou-se do interior para capital do Estado com o propósito de cursar o que hoje, denominamos ensino médio. Estudou no Colégio Estadual Júlio de Castilho, inicialmente não possuía uma residência fixa em Porto Alegre, quando então passou a morar na Casa de Estudante Juventude Universitária Católica – JUC, observamos que a trajetória de estudante de Oliveira Silveira está marcada por esses dois espaços de intensa vida política: a JUC e o Colégio “Julinho”. Como o próprio Oliveira Silveira reconheceu em depoimento ao Movimento Negro Unificado de Brasília, em 1996, a sua consciência de

⁴ No contexto desse trabalho usamos a definição de “narrativa contra hegemônica” fazendo alusão aos estudos de autores pós-coloniais, que em suas análises do mundo contemporâneo, globalizado, identificam grupos que mesmo a margem do poder, empreende suas lutas de diferentes formas e propõem outras narrativas para contar sua própria história e interpretar seu vivido. Essas, por sua vez acabam impactando as estruturas de poder e as narrativas dominantes, produzindo reconfigurações políticas e culturais.

⁵ Um conceito proposto pelo Sociólogo Paul Gilroy que representa a metáfora do navio em movimento carregando muito mais que africanos, carrega também projetos, ideias, artefatos e ativistas.

⁶ Locais situados na zona rural do município de Rosário do Sul/RS.

homem negro surge na condição de acadêmico do curso de letras na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde ingressou na década de sessenta.

Oliveira Silveira habilitou-se em língua e literatura portuguesa e francesa. Essa formação será um dado importante para a constituição do intelectual. Embora seus escritos tenham começado cedo, quando ainda morava em Rosário do Sul e divulgava seus trabalhos nas emissoras de rádio e jornais da cidade, seu primeiro livro *Germinou* foi publicado em 1962. A consolidação de sua vida literária parece ter acontecido a partir de sua formação como professor de letras. Através dela, Oliveira Silveira aprofundou seu conhecimento sobre o movimento literário *Negritude*. Esse movimento possuía como característica em termos políticos, a luta contra o colonialismo europeu e a violência que esse acarretava aos grupos colonizados. Em termos culturais, também lutavam em favor de um sentimento de valorização e pertencimento ao mundo dos valores e das práticas de “origem” africana. Acreditavam que a descolonização passava pelo processo de constituição de uma autonomia política e pelo enfretamento aos valores dominantes da cultura europeia.

Profundo e consistente nas suas propostas, o movimento *Negritude* apresentou um caráter revolucionário no sentido do pensamento e da prática política. Seus principais expoentes ocuparam posições políticas de destaque. *Léopold Sédar Senghor*, poeta senegalês, um dos mais representativos líderes do movimento *Negritude* tornou-se, primeiro presidente da República do Senegal, *Aimé Césaire* natural da Martinica, poeta e prefeito da cidade de *Fort-de-Lance*, capital da Martinica sendo também deputado pelo partido Comunista (PEREIRA, 2010).

As lutas que se travavam pelos direitos civis americanos também informaram e formaram o percurso desse intelectual. Além desses poetas citados, Oliveira Silveira também conheceu a obra do poeta negro norte-americano James Langston Hughes, falecido em 1967, com uma história relacionada à poesia e ao jazz. O poeta norte-americano era um frequentador assíduo do Harlem, bairro negro de Nova York. No poema *Nomes em Carvão* Oliveira Silveira referencia esse poeta e outros: *Senghor, Césaire, Langston Hughes/- poetas da palavra de ébano - e Martin Luther king, Louis Armstrong/ - o preto do trompete som de prata*. Encontramos ainda, na produção de Oliveira Silveira um poema cujo título é *Angela Davis*⁷, onde ele a compara a um Baobá⁸.

Assim, observamos que embora essas influências de africanos e afro-americanos, estivessem em disputa em termos das culturas da diáspora, percebemos que Oliveira Silveira “bebeu” dessas distintas fontes e no conjunto de sua produção ele parece transitar de forma autônoma e segura, qualificando sua produção intelectual sobre os negros no Brasil e no Rio Grande Sul.

⁷ Ativista Negra, revolucionária integrou grupo denominado Panteras Negras, nos Estados Unidos sendo presa e protagonizando um dos mais polêmicos julgamentos da história dos tribunais norte-americanos.

⁸ Arvore típica do continente africano e de grande significação para diferentes culturas africanas.

Nesse contexto, fica quase inseparável a sua atuação em grupos negros organizados sobre a sua liderança, e a consolidação da sua atividade poética. Um ano antes do Grupo Palmares⁹ fazer a evocação ao *vinte de novembro*, Oliveira Silveira já havia sido premiado com menção honrosa da União Brasileira de Escritores, do Rio de Janeiro, pelo livro *Banzo Saudade Negra*. Ressalta-se assim, o lugar ocupado por Oliveira Silveira, tanto na sua atuação como poeta, quanto na evocação do vinte de novembro, hoje dia nacional da consciência negra. Essa é uma ação que podemos incluir no processo de narrativas contemporâneas que interrogam discursos hegemônicos sobre a identidade nacional e sobre a invisibilidade dos processos de lutas e resistência negra durante a escravidão.

O que é o *vinte de novembro*? O que é consciência negra? O que é política? O que é cultura? O que é ficção ou realidade? A trajetória intelectual de Oliveira Silveira é um desafio e um convite ao a ruptura com as fronteiras fixas. Ficarmos buscando esses limites é uma tarefa tão árdua quanto inócua, devemos atentar para essas fronteiras e perceber quais são as relações que elas produziram e produzem em situações da vida e da sua reprodução. Para compreender a trajetória de Oliveira Silveira, adotamos a perspectiva de que os significados sempre são colocados em risco na ação, pois os sujeitos interpretam os eventos históricos através de conceitos informados pelo sistema cultural e esse é um sistema aberto (SAHLINS, 2006).

É também, nesse contexto de risco que se impõem na sociedade moderna e contemporânea o lugar do intelectual, como alguém que vê o mundo de um lugar de exílio. Explicar, compreender como uma determinada realidade se constituiu como tal, e como ela pode ser modificada são as demandas apresentadas ao intelectual contemporâneo. Oliveira Silveira, como intelectual do seu tempo, interrogou as relações hegemônicas ao mesmo tempo em que expressou e propôs outra performance de estar no mundo na condição da negritude.

Encontramos na poesia de Oliveira Silveira diversos poemas, que são releituras de cânones da literatura nacional. Personagens como do *negrinho do pastoreio*, da *mãe-preta* e *nega fulô*, são reescritos como contra discursos em sua poesia. Nesse momento não é possível trazer aqui uma análise comparativa desses poemas, entretanto, destacamos que eles nos possibilitam pensar como afirma a crítica literária pós-colonial sobre o papel que a literatura desempenha, seja na afirmação de estereótipos como temos, por exemplo, na literatura brasileira, a figura da mulata sensual, seja como contranarrativa e negação de valores hegemônicos no recontar da história e das estórias (BHABHA, 2001).

Sobre essa noção de recontar história e estória encontramos na trajetória de Oliveira Silveira um material muito rico. Como exemplo, citamos o poema de Jorge de Lima¹⁰ *Essa negra Fulô*, que apresenta a triangulação entre a família patriarcal brasileira e a escrava doméstica como objeto sexual do homem

⁹ Grupo organizado sobre a liderança de Oliveira Silveira. Em 1971, esse grupo sugeriu a evocação do 20 de Novembro, como substituição as comemorações do 13 de maio. Em 1978 tornou-se o Dia Nacional da Consciência Negra, denominação proposta pelo Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial, MNUCDR.

¹⁰ Considerado um importante representante da literatura moderna no Brasil. Publicou em 1920 o poema citado.

branco, que passa a acusá-la constantemente de roubo para criar a situação de exploração sexual. *O sinhô foi ver a negra/levar couro do feitor/a negra tirou a roupa/o senhor disse: Fulô!/(a vista se escureceu que nem a negra Fulô)/Essa negra Fulô!/Essa negra Fulô!*

Já em Oliveira Silveira, temos *A outra nega Fulô*. O poeta negro retira de Fulô, o aspecto de passividade e de objeto sensual do homem branco. Nesta segunda versão, a exaltação à Fulô se altera, ele diz:

*sinhô foi açoiar/a outra nega Fulô/- ou será que a mesma?/a nega tirou à saia, /a blusa e se pelou./o sinhô ficou tarado,/largou o relho e se engraçou./a nega em vez de deitar/pegou um pau e sampou/nas guampas do sinhô./- Essa nega Fulô!/Esta nossa Fulô!
“A intenção é definir o grupo social para o qual sua fala está destinada e geralmente, neste discurso, o eu – enunciador reclama para si uma identidade e convoca seus interlocutores a reconhecerem as especificidades e os valores concernentes a ela. Ele dá voz a todo um grupo” (NASCIMENTO, 2009).*

Mesma abordagem, encontramos na sua convicção de articular a identidade afro-gaúcha. Em entrevista concedida em 1993, afirmou: *“somos gaúchos sim, estamos aqui desde as primeiras ocupações do Estado ainda no século XVII. [...] Mas precisamos dar cor aos peões de estância, precisamos dizer que o patrão era branco e peão era negro ou índio”*¹¹.

Na sua obra existem vários poemas classificados pela literatura como regional ou como afro-gaúcha. Escapa a esfera deste texto, retomar aqui a densa discussão existente no campo da literatura, sobre as possibilidades, tanto de uma literatura regional como de uma literatura negra. Entretanto, somos tentados a sugerir que a poesia de Oliveira Silveira nesses dois aspectos, nos aponta uma identidade híbrida, ela se constitui tanto na referência a uma vida nos pampas, quanto a uma referência ancestral em África. A noção de hibridismo remete a apropriação de signos, com valor desigual, mas ao mesmo tempo pressupõem um deslizamento e uma dinâmica constante. Assim os significados são constantemente, alterados e modificados (HALL, 2001).

Entre 1970 a 1974, Oliveira Silveira escreveu um poema denominado *A décima do negro peão*, em uma parte do poema há um desafio de trova entre um peão negro e outro branco, que de certa forma, remete a essa noção de hibridismo. BRANCO: *Se houver por aqui quem cante/que se apresente o cantor/seja branco seja preto/pode ser de toda a cor/prefiro que seja preto/pra surrar de tirador* NEGRO: *Pra surrar de tirador/prefere que seja negro/é preto teu tirador/e branca a lã do borrego/prefiro o contrário branco/pra surrar de pelego*. BRANCO: *Para surrar de pelego não vais matar essa gana/e já que és negro crioulo/das selvas e das choupanas/quero que faças um verso/só com palavras africanas*. NEGRO: *Só com palavra*

¹¹ Parte de uma conversa quando conheci o poeta em uma fase que eu investigava sobre os CTGs de Negros no Rio Grande do Sul.

africana/Bahia tem vatapá/Rio Grande canga e cacimba/e o Brasil tem orixá/eu tenho tunda e culepe/tuzina no teu tundá.

Nas manifestações expressivas das culturas da diáspora encontramos a política de realização e a política de transfiguração (GILROY, 2001). Na primeira teríamos a questão das lutas políticas pelo alcance da igualdade prometida pelo projeto da modernidade. E a segunda seria a ordem do performativo, atuando numa quase invisibilidade e expressando outras formas possíveis de ser e estar no mundo. As manifestações culturais representariam a partir dessa segunda perspectiva, uma forma de narrativa e de luta pelo exercício do poder. E nesse contexto que a literatura torna-se importante, como instrumento no qual a cultura e a política se articulam numa única instância. A literatura torna-se um *entre-lugar*, um interstício de subversão, um lugar de luta política (BHABHA, 2003).

É preciso ler Oliveira com alguém que pretende, como muitos de outros intelectuais seus contemporâneos, reelaborar o passado mítico indo beber, por exemplo, nas próprias tradições correntes, que brotam das instituições religiosas negras, como se pode observar em seu livro de poemas *Orixás*, tendo a cultura brasileira como modelo, e não a inocente crença na *verdadeira origem*, impossível de se resgatar visto que se encontra perdida no continente africano ou no meio do oceano (OLIVEIRA, 2012, p. 04).

Aqueles que se dedicam a compreender sua trajetória informam que Oliveira Silveira, por decisão política, não entregou seus escritos para nenhuma editora. Seus livros foram todos produzidos de forma artesanal, pelas suas próprias mãos. Um dos relatos mais impressionantes que ouvi no meu trabalho de campo tratou-se da editoração de seu livro *Bandone do Caverá*, quando Oliveira Silveira já estava gravemente doente. Eliane, amiga de Oliveira Silveira e bibliotecária que cuida do seu acervo, relatou que um amigo digitou o texto original e levou para uma gráfica fazer a impressão. A montagem do livro aconteceu em seu apartamento. Quando Oliveira Silveira já estava bastante debilitado. Ela afirmou que certo dia encontrou-o junto a uma mesa, no limite de suas forças quando já não podia se deslocar sem ajuda, montando aquela que seria a sua última obra.

Quando situamos Oliveira Silveira na condição de intelectual, de pensador importante, precisamos pensar quais são os elementos representativos dessa questão, a idiosincrasia de sua conduta torna-se um dado a ser analisado no contexto dessa pesquisa. Oliveira Silveira publicou mais de dez títulos individuais, além de outras tantas participações em trabalhos coletivos. Identificar esse espaço de produção é significativo, pois é inconcebível a ideia de um intelectual privado (SAID, 1993). Suas obras são as rotas que nos possibilitam acessar seu pensamento. Reconhecer a trajetória de Oliveira Silveira como sendo de um intelectual cuja força discursiva interrogou o lugar de narrativas dominantes sobre a identidade nacional, obriga um reconhecimento do pesquisador e escritor rigoroso. Sua trajetória é multifacetada, seu trabalho

situa-se numa articulação constante entre um fazer ético e estético. O primeiro representado na sua atuação como protagonista de ações importantes à constituição de organizações contemporâneas de natureza política e cultural. A segunda representada pela complexidade de sua obra intelectual, pois além de poeta dedicou-se a música, a dança ao teatro, sendo também um estudioso autodidata sobre história da África. Percebemos, portanto, uma trajetória múltipla, densa e híbrida, assim como observamos diferentes interpretações que estão sendo desveladas no percurso dessa pesquisa, as quais refletem a complexidade de seu vivido. O intelectual é aquele que empresta voz ao grupo, devemos reconhecer que essas diferenças resultam dessa interação e da forma como cada sujeito participa da experiência cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BHABHA, H. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.
- GILROY, P. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo/Rio de Janeiro: Ed. 34; UCM, 2001.
- GUTFRIEND, I. O Negro no Rio Grande do Sul: o Vazio Historiográfico. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre: PUCRS, XVI (1,2), p. 175- 187, jul-dez., 1990.
- HALL, S. *Da Diáspora*. Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.
- NASCIMENTO, T. A Outra negra Fulô, de Oliveira Silveira, “Pra escândalo do bom Jorge de Lima.” *Diálogo e Interação*, v. 2, 2009.
- OLIVEIRA, H. Oliveira Silveira: política de exceção e poética do além. *VI Simpósio em Literatura, Crítica e Cultura*, PPG em Letras: Estudos Literários. Faculdade de Letras. UFJF 28 a 31 de maio de 2012.
- OLIVEN, R.G. A invisibilidade social e simbólica do negro no Rio Grande do Sul. In: LEITE, I.B. (org.). *Negros no Sul do Brasil*. Invisibilidade e territorialidade. Florianópolis, SC: Letras Contemporâneas, 1996.
- PEREIRA, A.A. *O Mundo Negro: A constituição do Movimento Negro Contemporâneo no Brasil (1970-1995)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense – Programa de Pós-Graduação em História. Rio de Janeiro, 2010.
- SAHLINS, M. *Ilhas de História*. RJ: Jorge Zahar, 2006.
- SAID, E. *Representações do intelectual: as conferências de Reith de 1993*. Trad.Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SILVEIRA, O. *Obra Reunida*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro: CORAC, 2012.
- SILVEIRA, O. *Poema: antologia*. Porto Alegre: Edição dos Vinte, 2009.

Recebido em:15/07/2014
Aprovado em:05/09/2014
Publicado em:03/10/2014

RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA E A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA
RELIGIONS OF AFRICAN ORIGIN AND RELIGIOUS INTOLERANCE

Isabel Soares Campos
Rosane Aparecida Rubert

Vol. XI | n°22 | 2014 | ISSN 2316 8412



RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA E A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA

Isabel Soares Campos¹
Rosane Aparecida Rubert²

Resumo: Este artigo aborda questões relacionando a Antropologia Jurídica e a Antropologia da Religião, criando uma conexão entre estas áreas por meio da temática religiosa. Este tema se insere em uma discussão mais ampla sobre a relação entre o Estado-Nação e a liberdade religiosa, em que o Estado a partir do princípio da laicidade, assume o papel de regulador da diversidade das manifestações religiosas, operando a partir de determinadas noções do que é religião, que não necessariamente são apresentadas de forma explícita. Assim, adota-se como objeto de estudo as diversas manifestações de intolerância em relação às religiões afro-brasileiras dentro do campo religioso como em relação ao espaço público e os aparatos do Estado. O motivo de o meu estudo ter como foco a intolerância religiosa foi trazer para a pesquisa acadêmica a importância da interface entre o estudo antropológico e o campo jurídico, a partir da elucidação dos conflitos do campo afro-religioso.

Palavras chaves: Intolerância religiosa, Religiões afro-brasileiras, Espaço público, Estado.

Abstract: This article discusses issues relating to Legal Anthropology and the Anthropology of Religion, creating a connection between these areas through religious theme. This theme is part of a broader discussion about the relationship between the nation state and religious freedom in the state from the principle of secularism, assumes the role of regulator of the diversity of religious expression, operating from certain notions of what is religion, which are not necessarily given explicitly. Thus, if adopted as the object of study the various manifestations of intolerance towards african - Brazilian religions in the religious field and in relation to public space and state apparatuses. The reason for my study have focused on religious intolerance was to bring academic research the importance of the interface between the anthropological study and the legal field, from the elucidation of conflicts of african - religious field.

Keywords: Religious intolerance, African-Brazilian religions, Public space, State.

INTRODUÇÃO

No Brasil, o campo afro-religioso é marcado por um contexto histórico de busca por reconhecimento perante o Estado desde a instauração da República até a contemporaneidade. Este processo está veemente atrelado ao controle sanitarista e higienista, ao discurso raciológico, concepções presentes nos dispositivos jurídicos, alguns embates com o campo ambiental e conflitos advindos do próprio campo religioso. Assim, para abarcar a discussão sobre a intolerância religiosa em relação às religiões afro-brasileiras, exponho brevemente este processo de legitimação através da interface entre o campo do direito

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil.

² Professora Doutora do Departamento de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil.

e da antropologia, criando uma conexão entre estas áreas por meio da temática religiosa. Este tema se insere em uma discussão mais ampla sobre a relação entre o Estado-Nação e a liberdade religiosa em que o Estado, a partir do princípio da laicidade, atua regulamentando as diversas manifestações religiosas no espaço público conforme determinadas noções do que é religião, as quais não são explícitas. Portanto, neste trabalho foi levado em consideração o impacto de cada um desses discursos e práticas na deflagração de casos de intolerância religiosa em relação às religiões de matriz africana.

A pesquisa foi realizada na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, e um dos objetivos deste trabalho foi compreender como parte do campo religioso afro-brasileiro de Pelotas percebe a intolerância religiosa, através de entrevistas com agentes e membros destas religiões e quais são as mais recorrentes formas de manifestação da intolerância religiosa no contexto local por meio de um ensaio etnográfico.

O método etnográfico é um meio utilizado pela antropologia para realizar a descrição dos significados de algum determinado grupo social, deste modo, a etnografia atua enfatizando um fenômeno social particular. Para obter uma descrição densa de um fenômeno social é necessário realizar entrevistas em profundidade com o grupo social pesquisado, praticar a observação, analisar o discurso dos informantes, investigar os detalhes dos fatos, e por fim interpretar os significados e as práticas sociais. Assim, no processo de etnografia privilegiei a realização de entrevistas, em razão de se tratar de um tema delicado para realização de observação participante, até porque os casos de intolerância acontecem de forma imprevisível, sendo difícil acompanhá-los diretamente. Dessa forma, priorizei os discursos e interpretações que os próprios agentes constroem sobre fatos ocorridos, de forma a inscrevê-lo em uma narrativa etnográfica e torná-lo acessível para um público que transcende a comunidade religiosa estritamente falando (GEERTZ, 1989).

A pesquisa tenta contribuir para a construção de conhecimentos que traduzam para o campo do direito as diferentes lógicas de ação e cosmologias que fazem parte da sociedade brasileira, a qual se caracteriza por ser multiétnica, mas que ao mesmo tempo se sobressai um ordenamento jurídico universalizante. Outro objetivo do estudo foi pesquisar por meio de revisão bibliográfica as diferentes maneiras com que o próprio Estado brasileiro, no decorrer da história, promoveu e legitimou os processos de intolerância religiosa, bem como identificar os diferentes discursos construídos no decorrer da história, de cunho étnico-racial, científicos, legais, religiosos que buscam justificar as ações de intolerância religiosa.

CAMPO AFRO-RELIGIOSO E AS RELAÇÕES COM O ESTADO

Desde o período Colonial e Imperial do Brasil, observa-se a manutenção de relações diretas entre o poder político e a religião católica, sendo esta a religião oficial nestes períodos. O próprio Código Criminal do

Império de 1830 punia: “A celebração, propaganda ou culto de confissão religiosa que não fosse a oficial (art. 276)” (SILVA Jr., 2007, p. 308). Este Código punia diretamente os negros, fossem eles escravos, livres ou libertos, visto que uma forma de controlar as suas vidas era impor a cultura ocidental, incluindo a religião católica, desconstituindo suas referências culturais africanas. Contudo, os negros escravizados ou livres mantinham suas manifestações culturais de diversas formas, inclusive, preservando regras e condutas próprias relacionadas às religiões. Segundo Roger Bastide (1974), mesmo existindo essa resistência da cultura africana, as religiões de matriz africana sofreram impactos do contato com outras culturas, sendo recriadas no Novo Mundo, tendo de se posicionar de diferentes formas de acordo com a região e de se adaptar aos diferentes contextos, acarretando no sincretismo com outras religiões.

Assim, é no ano de 1889 quando se proclamou a República no Brasil que teremos o marco de introdução do princípio de laicidade do Estado, onde há a separação formal entre o Estado e a Igreja Católica. Isso significou a inserção do Brasil em ideários da modernidade, caracterizada por novas ideias referentes à moralidade, a ética, entre outras, sendo também a fase histórica em que surge o Estado-Nação com o papel de formador dos sujeitos-cidadão, o qual tem como ação relevante a secularização do espaço religioso. E como aponta Giumbelli (2008, p. 81), “a presença do religioso na sociedade está sempre relacionada com os dispositivos estatais, apesar ou por causa da laicidade”.

Foi na Constituição de 1891 que se aboliu formalmente o conceito de religião oficial e se proporcionou a liberdade a qualquer tipo de crença. Entretanto, diversas religiões existentes no Brasil, que tiveram um caráter diferente da religião católica, sofreram perseguições, discriminações e preconceitos tanto no espaço público como no meio estatal e policial. As religiões chamadas mediúnicas, nas quais se encontram o espiritismo, umbanda, batuque, candomblé, entre outras, foram as que mais sofreram ataques intolerantes, pois as suas atividades e práticas não eram reconhecidas pelo Estado como tendo um estatuto de religião, tal como este a concebia (MONTERO, 2006; GIUMBELLI, 2008). Deste modo, veremos que esta “liberdade religiosa” concedida pelo Estado republicano, não se proporcionou de uma forma tão simples, pois o Estado necessitava enquadrar todas as formas de religiosidades, diferentes da matriz cristã, existentes naquele período numa mesma concepção de “religião”. Sendo assim, tanto os praticantes do espiritismo como das religiões afro-brasileiras usaram como estratégia se enquadrar na noção de “religião” por meio do argumento que suas práticas eram realizadas sem fins lucrativos, obedecendo ao princípio da *caridade*. Deste modo, como apontam Giumbelli (2008) e Montero (2006), o formato que essas religiões passaram a assumir, especialmente nas suas manifestações rituais, foi o resultado do enquadramento que o Estado impôs.

Em relação à legitimidade das práticas mediúnicas (contempladas, principalmente, pela religião espírita e as religiões afro-brasileiras) perante o Estado, autores como Giumbelli (2008), Maggie (1992), Montero (2006) apontam diversas dificuldades de manifestação destes cultos no espaço público, pois

veremos que as atuações intolerantes serão acionadas tanto pelos aparatos estatais – jurídicos e policiais – quanto pela própria medicina e o controle sanitarista. Estas ações repressivas eram mais severas e rigorosas quando se tratava de manifestações culturais de origem africana, pois era uma época em que as teorias raciológicas constituíam um consenso. Segundo Mariano (2007), *“na segunda metade do século XIX, a escravidão e o racismo- incluindo o racismo científico- resultaram em franca perseguição religiosa ao candomblé e punição a seus seguidores”* (MARIANO, 2007, p.126).

O caráter racista das perseguições às religiões de matriz africana é evidente se considerarmos que no Código Penal de 1890 (vigente até 1942), previa-se também a punição: ao crime de capoeiragem (art. 402); ao crime de vadiagem (art. 399); ao crime de curandeirismo (art. 158); ao crime de espiritismo (art. 157). Este Código Penal com os artigos 156, 157, 158 é muito importante para compreendermos a relação da legislação com as formas religiosas e suas práticas. Entre os “Crimes contra a Saúde Pública”, consta o seguinte: *“Art. 157: Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar de talismãs e cartomancias, para despertar sentimentos de ódio ou amor, inculcar cura de molestais curáveis ou incuráveis, enfim, para fascinar e subjugar a credibilidade pública”* (GIUMBELLI, 2003, p. 254).

Estes três artigos (156, 157, 158) do Código *“tiveram até o início do século um tribunal especial – o Juízo dos Feitos da Saúde Pública”* (MAGGIE, 1992, p. 43). A partir da década de 20, a expressão “baixo espiritismo” (associado ao curandeirismo, espiritismo, magia) começa aparecer nos registros policiais, geralmente associados à acusação do exercício ilegal da medicina e também ao lado de outras categorias como: “macumba”, “candomblé”, “magia negra”. Yvonne Maggie constata que essas acusações contra práticas mediúnicas eram realizadas a partir de um critério moral, que relacionava os acusados dessas práticas diretamente ao mal. Segundo meu entendimento da pesquisa da Maggie (1992, p. 22), a repressão estatal em relação às manifestações espíritas e afro-religiosas contra a *“crença na magia e na capacidade de produzir maléficis por meios ocultos e sobrenaturais”*, ajudou a constituir-las e defini-las. Isso reforça a visão de Kant de Lima de que *“O direito aparece como um caso privilegiado de controle social, não só para reprimir comportamentos indesejáveis, mas também como produtor de uma ordem social definida. A instância jurídica não só reprime, mas produz”* (LIMA, 2009, p. 9).

Já na década de 40, com o novo Código Penal, os centros espíritas voltam a sofrer repressões por parte do Estado, o qual impõe regras para o funcionamento dos centros e uma das regras era o centro ter sede própria e não permitir a “possessão” (ou manifestações sonambúlicas) durante as sessões públicas. Isso mostra como o Estado além de impor regras, determinava as formas ritualísticas, pois normatizava as *“atividades das sociedades espíritas a partir de uma lógica que garantisse, tal como determinava a Constituição de 1937, a adequação do espaço religioso às ‘exigências da ordem pública’”* (GIUMBELLI, 2003, p.274).

Na atualidade preconceitos e perseguições persistem mesmo após a nova Constituição Federal de

1988, na qual se reitera o princípio de laicidade do Estado. É nesta Constituição de 1988 que se assegura o direito de liberdade a qualquer culto e/ou religião, ao mesmo tempo em que proíbe em seu art. 19, inciso I, que o Estado estabeleça alianças ou relação de dependência com qualquer culto e que embarace o funcionamento de culto de qualquer natureza. Deste modo, é com o art. 5º, VI, dos direitos e garantias fundamentais, que se consagra a liberdade de crença, a liberdade de culto e de organizações religiosas. Ademais, o Código Penal Brasileiro de 1940 com a Lei nº 9.459/1997, considera crime a prática de discriminação ou preconceito contra religiões, como aponta no artigo 20³; também consta no mesmo Código, no capítulo I Dos Crimes Contra o Sentimento Religioso, art. 208, punição ao ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo⁴.

O reconhecimento das manifestações afro-brasileiras pelo Estado através da Constituição Federal de 1988 ocorreu especialmente com os artigos 215⁵ e 216⁶, produto de intensa mobilização do movimento negro, o qual estava se reorganizando neste período e que exigia do Estado reparação pelos séculos de escravidão e, conseqüentemente, uma reavaliação do papel do negro na historia brasileira.

Uma elucidação desta luta por reconhecimento do Estado foi a efetivação do primeiro tombamento de um terreiro, localizado no estado da Bahia. O tombamento do terreiro Casa Branca mostrou o reconhecimento da importância das manifestações culturais das camadas populares, reconhecendo o candomblé como um sistema religioso fundamental à constituição da identidade de uma grande parcela da sociedade brasileira. Neste caso também foi solicitado uma *“reparação às perseguições e a intolerância manifestadas durante séculos pelas elites e pelas autoridades brasileiras contra as crenças e os rituais afro-brasileiros”* (VELHO, 2006, p. 240).

Contudo, atualmente, apesar destes dispositivos constitucionais, observa-se a persistência de manifestações qualificadas como sendo de intolerância religiosa, principalmente, contra as religiões de matriz africana. Assim, como aponta o jurista Silva Jr. que *“na cidade de São Paulo ainda hoje nenhum templo de candomblé tem assegurada a imunidade tributária, os ministros não conseguem obter inscrição no*

³Art. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Pena: reclusão de um a três anos e multa.

⁴ Art. 208 - Escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa; impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso; vilipêndiar publicamente ato ou objeto de culto religioso:

Pena - detenção, de 1 (um) mês a 1 (um) ano, ou multa.

Parágrafo único – Se há emprego de violência, a pena é aumentada de um terço, sem prejuízo da correspondente à violência.

⁵ Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

⁶ Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem.

§4º - Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§5º - Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

sistema de seguridade social e os cartórios se recusam a reconhecer a validade dos casamentos celebrados no candomblé” (SILVA Jr., 2007, p. 315).

Além disso, ressurgiu nas últimas décadas manifestações de intolerância contra estas religiões no próprio meio religioso com advento das religiões neopentecostais. Estas religiões se utilizam dos meios de comunicação para divulgar a ideia de que a grande causa dos males deste mundo é atribuída à presença do demônio, o qual está associado aos deuses das religiões afro-brasileiras (ORO, 2007). Isso acontece especialmente com a linha designada “povo da rua”, *“que foi associada inicialmente ao diabo cristão e posteriormente aceita nessa condição por uma boa parcela do povo-de-santo, principalmente o da umbanda”* (SILVA, 2007, p. 11). Contudo, atualmente, uma das ações repressivas mais pertinentes por parte dos neopentecostais se dá no espaço político, no qual políticos evangélicos criam leis para inviabilizar as práticas das religiões afro-brasileiras (SILVA, 2007).

No ano de 2003, no Rio Grande do Sul, por pressão de políticos evangélicos e com o apoio das sociedades protetoras dos animais, foi criado o Código Estadual de Proteção aos Animais, acionado na tentativa de restringir os sacrifícios praticados nos rituais de batuque e/ou umbanda. *“Um parágrafo específico do código, que não foi aprovado por pressão dos religiosos afro-brasileiros, vedava a realização de cerimônia religiosa que envolvesse a morte de animais”* (SILVA, 2007, p.17). Dessa forma, acrescentou-se posteriormente na nova lei que *“não se enquadra nessa vedação o livre exercício dos cultos e liturgias das religiões de matriz africana”* (GIUMBELLI, 2008, p. 88). A necessidade de defesa contra estes ataques tem gerado um reordenamento no próprio campo afro-religioso, *“assim, nos últimos cinco anos, alguns movimentos de defesa das religiões afro-brasileiras têm sido criados e, no âmbito jurídico, ações legais têm sido impetradas pelos babalorixás e ialorixás contra pastores e/ou suas igrejas”* (SILVA, 2007, p.19). Deste modo, representantes de religiões afro-brasileiras organizaram em 2002 a Comissão de Defesa das Religiões Afro-Brasileiras (CDRAB), no mesmo ano a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) instaurou uma Comissão de Relações Étnicas e Raciais (CRER), a qual realizou diversos fóruns, seminários com a temática da intolerância religiosa, resultando numa coletânea, organizada por Vagner Gonçalves da Silva, com artigos escritos por profissionais de diversas áreas das humanas, intitulada: *“Intolerância Religiosa – Impactos do Neopentecostalismo no Campo Religioso Afro-Brasileiro”*, a qual significou um grande progresso na área das humanas.

A partir desta reflexão geral sobre o campo religioso afro-brasileiro e a marcante intolerância religiosa enfrentada por estas religiões, o foco da pesquisa está na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, a qual é uma cidade historicamente caracterizada pela escravidão de africanos e afrodescendentes, tornando-se ao longo do tempo, um local com muitos atributos da cultura africana. Por este motivo a cidade, atualmente, contempla um grande número de adeptos e de casas afro-religiosas. Conforme a declaração do presidente da Federação Sul Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros, em entrevista realizada

nesta pesquisa, há aproximadamente 400 casas de religião vinculadas a esta organização. É importante destacar que as religiões afro-brasileiras do Rio Grande do Sul se dividem em umbanda, linha cruzada (ou quimbanda) e batuque (ORO, 2002; CORRÊA, 2006). De acordo com Ávila (2011), no estado os centros de umbanda chegam a 5% das casas de religião, a linha cruzada ou quimbanda chegam a 85% e o batuque chegando a 10% do total de 30 a 40 mil casas de religião.

BREVE MOSAICO DE CASOS DE INTOLERÂNCIA

Deste modo, apresento no ensaio etnográfico as entrevistas com cinco interlocutores representantes da religiosidade de matriz africana em Pelotas relatando casos de intolerância religiosa sofrida por eles ou por outros representantes religiosos. Busquei direcionar a atenção para o desenrolar desses acontecimentos, se chegou ou não a passar por processos policiais e judiciais, caso sim, como a justiça se posicionou perante o caso. Outra preocupação foi identificar os discursos acusatórios contra essas religiões, os argumentos dos praticantes nos seus processos de defesa e os impactos dessas experiências sobre suas vidas nas várias dimensões: pessoal, profissional e religiosa. Além deste ensaio etnográfico, exponho uma tabela com dez casos de intolerância religiosa em relação às religiões afro-brasileiras ocorridos em Pelotas, bem como fora da localidade e do estado, para demonstrar que o fenômeno em estudo extrapola o âmbito local. No entanto, não apresento esta tabela neste artigo, pois, além desta ser extensa, procurei privilegiar a etnografia.

Assim, no decorrer da pesquisa foram analisados seis casos de intolerância relatados pelos cinco representantes entrevistados⁷, sendo que apenas um caso será apresentado toda a sua trajetória e seu desfecho, uma vez que este acontecimento teve grande repercussão na sociedade pelotense, o qual acompanhei durante a pesquisa por meio de entrevista, análise de materiais na mídia e processos judiciais. Os outros casos igualmente significativos para o desenvolvimento deste trabalho, mas não tão visibilizados na mídia local como este que apresentarei. Destes casos de intolerância religiosa, dois - tanto o caso do Bábá Eurico da casa “Ilé Axé Nagô Oluorogbo” de Batuque de Nação Nagô, como o caso do presidente Joab Bohns da Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-Brasileiros - estão mais voltados a conflitos entre a intensa negociação com a vizinhança e com o poder público. Sendo que a causa destes constrangimentos, por meio de uma percepção dos próprios atores sociais, é o preconceito religioso dissimulado. De acordo com os relatos de Joab, os conflitos gerados por preconceito religioso são ocasionados pela desigualdade de poder entre acusadores e acusados (praticantes dos cultos afro-brasileiros) no acionamento do aparato

⁷ Foram entrevistados cinco representantes das religiões de matriz africana, tendo sido contatada mais uma, mas que não houve tempo para realizar a entrevista. Apresento os interlocutores conforme a ordem cronológica das entrevistas: Bábálorixá Eurico; Joab Luis Bohns – Presidente da Federação; Mãe Gisa de Oxalá; Pai Guterres (Mano) de Oxalá; e Pai Flávio de Xangô.

jurídico, o qual se presta a inúmeros tipos de manipulação. Outro fator reclamado por ele é o não reconhecimento, por parte dos órgãos de Estado, do poder regulatório das associações de religiões de matriz africana.

Os outros casos de intolerância religiosa expostos no meu trabalho também foram ocasionados pelo preconceito religioso, bem como pelo preconceito racial, mas diferentemente dos outros dois casos citados, estes passaram por processos judiciais. Assim, no caso da Mãe Clara de Iansã⁸ percebe-se a intolerância religiosa no âmbito social fundamentada em preconceitos de cunho racial referidos às práticas religiosas de matriz africana, as quais apresentam dificuldades de serem reconhecidas perante o Estado e por falta de conhecimento da cosmologia afro-brasileira tanto por parte do Estado como pela sociedade. O mesmo ocorreu com o caso do Pai Flávio de Xangô⁹, que em razão da intolerância religiosa sofreu denúncias da vizinha evangélica em vários órgãos e cabe salientar que isso ocorreu não só por dificuldades de reconhecimento do Estado, mas, sobretudo em razão desta intolerância advir dos conflitos gerados no campo religioso neopentecostal.

MÃE GISA E O CASO DO BARÁ DO MERCADO

Após este breve resumo de casos de intolerância religiosa em relação às religiões afro-brasileiras que acompanhei nesta pesquisa, apresento um episódio que ganhou grande visibilidade na cidade de Pelotas que foi o caso do Bará do Mercado, no qual foi realizado um ritual de assentamento do Orixá Bará por duas mães de santo, Mãe Gisa de Oxalá da Casa Espírita Assistencial Afro-brasileira Caboclo Rompe Mato Reino de Xangô e Oxalá (CEAAB) de nação cabinda e Joyce de Xangô representante da Sociedade Beneficente São Jerônimo.

O caso de intolerância religiosa sofrido por Mãe Gisa e sua família de santo foi deflagrado com uma matéria publicada no jornal local, Diário da Manhã, no dia 28 de junho de 2012. A reportagem noticiava sobre um ritual “africanista” com sacrifício de animais, ocorrido no Mercado Público da cidade no qual estavam presentes duas sociedades religiosas e o vereador Ademar Ornel, na época candidato a reeleição. A reportagem estampava uma foto em que constava em primeiro plano a Mãe Gisa e sua família de santo, sendo que alguns membros desta coincidem com sua família consanguínea.

⁸ Caso ocorrido em julho de 2010 na cidade de São Lourenço do Sul, próxima de Pelotas, sofrido pela Mãe Clara de Iansã da Casa Associação Africanista OyáNiqué Caboclo Rompe Mato, de Nação Cabinda, na qual Pai Mano de Oxalá é seu padrinho. O caso foi relatado pelo Pai Mano, pois não consegui contatar Mãe Clara para a entrevista. Segundo Pai Guterres, Mãe Clara obteve resultado favorável, porém seu centro atualmente encontrara-se fechado em razão dos conflitos com a vizinhança.

⁹ Pai Flávio de Xangô é de Nação Cabinda da casa Abassa Africano D’Xangô e C.E.U Xangô das Matas localizada em Pelotas. O processo judicial sofrido pelo Pai Flávio foi aberto no dia 18 de dezembro de 2009, sendo que somente no ano de 2012 que o processo produziu um resultado favorável para Pai Flávio, o qual, até o momento, apenas aguardava a última instância do processo que já estava Porto Alegre para ser indenizado pela sua ex-vizinha.

O episódio passou a ter um caráter de intolerância quando o Blog Amigos de Pelotas, por meio de reportagem assinada pelo jornalista Rubens Filho, na época também candidato a vereador pelo PCdoB, que caracterizou o ritual como uma “chinelagem da grossa”. Segundo ele: *“Os corpos dos animais foram enterrados na área do Mercado Municipal, que está sendo restaurado. Objetivo do ritual foi, segundo o jornal, restabelecer o bará (proteção) ao lugar e para que o local, que será reinaugurado em breve, ‘tenha sucesso’”*. Em postura de desaprovação do que aconteceu, o jornalista prossegue: *“Chinelagem (palavra boa esta para algumas coisas) é pouco para descrever o que se passou, mas dá uma ideia da idade mental e cultural dos realizadores da barbárie”* (trecho retirado do blog).

A reportagem originou uma série de comentários, a maioria dos quais concordando com o ponto de vista do jornalista e anônimos, cujos discursos acentuavam os seguintes aspectos: o ritual causaria danos maléficos para toda a comunidade local; o sacrifício de animais é associado à barbárie e selvageria, caracterizando atraso cultural, crueldade com animais e crime ambiental; a realização de ritual religioso em espaço público fere o princípio de laicidade do Estado. Nos comentários chamam-se os integrantes dessas religiões de ignorantes, sendo que alguns sugerem que eles realizariam também, secretamente, sacrifícios humanos.

Em julho de 2012, circulou nas redes sociais e na mídia um manifesto denominado “Manifesto contra a banalização e o desrespeito à religião de matriz africana e afro-umbandista em Pelotas”, o qual teve o apoio de intelectuais de diversas áreas, de representantes religiosos de matriz africana, bem como de entidade de defesa e proteção da Tradição de Matriz Africana e Afro-Umbandista, os quais apresentaram e fundamentaram uma justificativa de cunho histórico, cosmológico e antropológico para ritual ter sido realizado no Mercado Público.

Salienta-se que no Mercado Público do município ocorria a comercialização de africanos escravizados durante o sistema escravagista em Pelotas. É nesse contexto que foi realizada a cerimônia Afro no Mercado Público, em respeito à memória dos afrodescendentes que foram vendidos nesse espaço público (trecho retirado do Manifesto).

Segundo trechos retirados da justificativa do manifesto¹⁰, o assentamento do orixá Bará, o qual se traduz como “Aquele que sustenta a vida”, no Mercado central, tem como objetivo “fazer com que as coisas se dinamizem e produzam prosperidade para todos (as) comparado à força física” daqueles escravos africanos que edificaram a “economia fundante da hoje Pelotas”.

Em seguida, Mãe Gisa foi chamada pelo Ministério Público. Para audiência ela levou a autorização da Prefeitura para realizar a cerimônia religiosa no Mercado Público da cidade, bem como levou consigo um

¹⁰ Manifesto Contra a Banalização e o Desrespeito à Religião de Matriz Africana e Afro-Umbandista em Pelotas. Ver em: <<http://mantodeoxala.blogspot.com/2012/07/manifesto-contra-banalizacao-e-o.html>>.

texto do professor e teólogo Jayro Pereira de Jesus (Membro do Comitê Nacional da Diversidade Religiosa da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República) justificando a realização da cerimônia religiosa. No dia da audiência, além do advogado de defesa, outra mãe de santo, a Iyalorixá Sandrali de Oxum (Conselheira Representante do Povo de Terreiro no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Sul) e o teólogo de religiões afro-brasileiras Jayro de Jesus a acompanharam para auxiliarem na sua defesa. Mãe Gisa, com o apoio destas pessoas, explicou para o Promotor de Justiça (Paulo Roberto Gentil Charqueiro) o fundamento da religião afro-brasileira e o significado do assentamento do Orixá Bará no Mercado Central de Pelotas. Na audiência também esclareceram que na religião não há o sacrifício de animais, e sim, a sacralização:

No ritual religioso, houve a sacralização de animais, que passam por um processo de insensibilização, mediante a ingestão de ervas que produzem princípios ativos dessa natureza. Isto significa dizer que os animais não sofrem. Todos os adeptos são contra os sofrimento dos animais, depois de sacralizados são partilhados com a comunidade. Tais práticas se inscrevem em uma dinâmica cultural civilizatória dos Povos Africanos trazidos compulsoriamente para o Brasil. [...] Esclarece que se os animais a serem sacralizados estiverem e/ou sofreram maus tratos, não podem ser utilizados no ritual¹¹.

A ideia de se fazer o ritual do Bará do Mercado, partiu da Mãe Gisa e de outra mãe de santo, Sandrali de Oxum do Ilê Aiê Orixá Iemanjá, a qual ajudou Mãe Gisa no processo jurídico. O vereador Ademar Ornel, que se coloca como representante das religiões afro-brasileiras no poder legislativo municipal, ao tomar conhecimento das intenções de Mãe Gisa, informou a ela que havia outra mãe de santo interessada em fazer o mesmo ritual e sugeriu que fizessem a obrigação afro-religiosa juntas. Deste modo, Mãe Gisa procurou a mãe de santo indicada pelo vereador, Joyce de Xangô representante da Sociedade Beneficente São Jerônimo.

Depois de a Prefeitura autorizar a realização desta cerimônia religiosa, Mãe Gisa e Mãe Sandrali, representantes da RENAFRO (Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde) na cidade, encaminharam os procedimentos para o ritual. Durante a cerimônia Mãe Joyce tirou umas fotos do ritual, nas quais estava exposta a família de santo de Mãe Gisa, que concordou com o procedimento a título de se ter um registro histórico do acontecimento. No entanto, este não foi o entendimento de Mãe Joyce, que sem autorização de sua companheira, divulgou as fotos para o jornal.

Após a reação negativa provocada pela divulgação indevida das imagens pelo Diário da Manhã e que resultou na abertura de um processo pela Promotoria Pública, Mãe Joyce desapareceu, bem como sua

¹¹ Termo de Declaração. Referente a audiência realizada na 1ª Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas. Fotocopia do documento gentilmente cedida pela Iyalorixá Gisa de Oxalá.

casa de religião não foi encontrada. Ao que tudo indica os esclarecimentos prestados por Mãe Gisa, Mãe Sandrali e o teólogo Jayro de Jesus, foram considerados satisfatórios pela Promotoria. Em relação ao Diário da Manhã, acordou-se que como medida reparatória este cederia uma coluna nas suas edições para fins de esclarecimento da sociedade pelotense sobre os fundamentos destas práticas religiosas. Além disso, o jornal publicou uma extensa matéria sobre o trabalho social realizado no âmbito do CEAAB, de forma que Mãe Gisa fosse o menos possível prejudicada junto aos patrocinadores destas atividades pela difamação sofrida. Na ocasião da entrevista, a família consanguínea e de santo estavam em processo de consulta junto a um advogado para outras possíveis medidas reparatórias.

Portanto, observando este caso, pude perceber que as práticas religiosas de matriz africana, principalmente os rituais que envolvem sacrifícios de animais, são as que mais repercutem na mídia, nas redes sociais, bem como na sociedade envolvente. Em razão deste acontecimento, tive outra percepção que foi em relação ao processo histórico da cidade, na qual a influência cultural africana foi sendo anulada, enquanto que a cultura europeizada prevalece. Assim, observou-se que quando ocorre algum evento afro-religioso em espaços públicos, como o caso do Mercado Público, a sociedade pelotense não percebe a manifestação cultural de origem africana como esta fazendo parte da história da cidade, retomando um passado histórico marcado por repressões e estigmas negativos em relação a estas manifestações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No transcorrer do trabalho até aqui apresentado foi realizada uma breve apresentação do universo da intolerância religiosa sofrida por membros e adeptos das religiões afro-brasileiras. Assim, no decorrer desta pesquisa, procurei demonstrar as diversas formas de manifestação da intolerância em relação à presença afro-religiosa no espaço público, trazendo para a reflexão um conciso aporte teórico que está relacionado a este tema.

Através desta reflexão teórica, percebi que desde a instauração da república em que prevalecia formalmente o princípio da laicidade (separação entre Estado e Igreja), o Estado não usou da imparcialidade para regulamentar a diversidade de manifestações religiosas de matriz não-católica e de legitimá-las para se expressarem no espaço público. Assim, observou-se que estas regulamentações até meados da década de 1940, motivadas por princípios raciológicos e sanitaristas resultaram em valores e dispositivos normativos, expressos, por exemplo, na categoria “baixo espiritismo”, que desqualificavam as religiões afro-brasileiras nos planos moral e religioso, e que legitimavam ações de cunho repressivo por parte do aparato estatal e policial.

Contudo, a partir da década de 1980, observaram-se alterações no plano normativo e político, principalmente com a instauração da nova Constituição Federal em 1988, a qual legitima as manifestações afro-brasileiras, inclusive com os artigos 215 e 216, citados anteriormente. Assim como também teremos a proteção, na forma de lei, as manifestações religiosas, inclusive as religiões afro-brasileiras, assegurando a liberdade de consciência e de crença, bem como o livre exercício dos cultos religiosos e a proteção aos locais de culto e a suas liturgias. Embora exista avanço na legislação brasileira, que legitima as manifestações afro-religiosas, estas ainda sofrem constrangimentos por parte de autoridades públicas, de políticos e de representantes e adeptos de outras religiões para se expressarem no espaço público e para suas práticas religiosas serem reconhecidas perante o Estado.

Considerando os casos de intolerância religiosa que de certa forma acompanhei durante a pesquisa, por meio de entrevistas com cinco interlocutores que passaram por constrangimentos e analisando materiais na mídia e processos judiciais, percebi que a intolerância religiosa se manifestou de diversas formas em diferentes esferas sociais. Pude observar também, principalmente com os casos que passaram por processos jurídicos, como os conflitos estão sendo levados para várias instancias jurídicas, se consolidando cada vez mais uma jurisprudência favorável às religiões de matriz africana que pode ser tomado como efeito de um diálogo cada vez mais estreito que vem se dando entre Direito e Antropologia.

Assim, por meio desta correlação da Antropologia da Religião com a Antropologia Jurídica podemos compreender que as religiões não se configuram de forma única, assim como na sociedade há diversos grupos com suas especificidades culturais, na religiosidade ocorre o mesmo processo. Portanto, o Estado, bem como os aparatos jurídico e policiais, precisa estar informados dessa diversidade cultural brasileira, a qual está presente na religiosidade, assim como em outras diferentes formas de manifestações culturais. Deste modo, o novo estudo do direito, conhecido como pluralismo jurídico, sendo um produto da coletividade, tenta atender essa multietnicidade, essa diversidade cultural, bem como o pluralismo religioso brasileiro.

Sendo assim, o motivo pelo qual o meu estudo teve como foco a intolerância religiosa em relação às religiões de matriz africana, foi trazer para a pesquisa acadêmica a importância da interface entre o estudo antropológico e o campo jurídico, trazendo a elucidação dos conflitos do campo religioso em relação ao ser reconhecimento perante o Estado. Através da análise destes conflitos, percebi como a religiosidade afro-brasileira ainda luta por um reconhecimento nos espaços jurídico e sociais e como isto está diretamente vinculado à luta do movimento negro por igualdade social, sem discriminação e sem preconceito racial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ÁVILA, C.S. *A princesa batuqueira: etnografia sobre a interface entre o movimento negro e as religiões de matriz africana em Pelotas/RS*. 2011. 190f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.
- BASTIDE, R. Os deuses no exílio. IN: BASTIDE, R. *As Américas negras: as civilizações africanas no Novo Mundo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro; EDUSP, 1974.
- BASTIDE, R. Geografia das Religiões Africanas no Brasil. IN: BASTIDE, R. *As Religiões Africanas no Brasil*. São Paulo, Ed. Pioneira, 1985.
- CORRÊA, N. *O Batuque do Rio Grande do Sul - Antropologia de uma religião afro-riograndense*. São Luis: Editora Cultura e Arte, 2006.
- GEERTZ, C. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GIUMBELLI, E. O “Baixo Espiritismo” e a História dos Cultos Mediúnicos. *Horizontes Antropológicos*, Porto-Alegre, ano 9, n. 19, p. 247-281, 2003.
- GIUMBELLI, E. A Presença do Religioso no Espaço Público: Modalidade no Brasil. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 80-101, 2008.
- KANT DE LIMA, R. “*Por uma antropologia do Direito no Brasil*”. Ensaios de Antropologia e de Direito. Acesso a Justiça e Processos Institucionais de Administração de Conflitos e Produção da Verdade Jurídica em uma perspectiva comparada. Rio de Janeiro: Ed. Lúmen Juris, 2009
- MAGGIE, Y. *Medo do Feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- MARIANO, R. Pentecostais em Ação: A Demonização dos Cultos Afro-brasileiros. IN: SILVA, V.G. (Org.). *Intolerância Religiosa: Impactos do Neopentecostalismo no Campo Religioso Afro-Brasileiro*. São Paulo: EDUSP, 2007, p. 119 – 148.
- MONTERO, P. Religião, Pluralismo e Espaço Público no Brasil. *Revista Novos Estudos*, São Paulo, CEBRAP, n.74, p. 47- 65, 2006.
- ORO, A.P. Intolerância Religiosa Iurdiana e Reações Afro no Rio Grande do Sul. IN: SILVA, V.G. (Org.). *Intolerância Religiosa: Impactos do Neopentecostalismo no Campo Religioso Afro-Brasileiro*. São Paulo: EDUSP, 2007, p. 29 – 69.
- ORO, A.P. Religiões Afro-Brasileiras do Rio Grande do Sul: Passado e Presente. *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 24, nº 2, p. 345-384, 2002.
- RODRIGUES, N. Ilusões da catequese no Brasil. IN: RODRIGUES, N. *O animismo fetichista dos negros baianos*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Editora UFRJ, 2006.

SILVA Jr, H. Notassobre Sistema Jurídico e Intolerância Religiosa no Brasil. IN: SILVA, V.G. (Org.). *Intolerância Religiosa: Impactos do Neopentecostalismo no Campo Religioso Afro-Brasileiro*. São Paulo: EDUSP, 2007, p. 303 – 323.

SILVA, V.G. Prefácio ou Notícias de uma Guerra Nada Particular: Os Ataques Neopentecostais às Religioes Afro-Brasileiras. SILVA, V.G. (Org.). *Intolerância Religiosa: Impactos do Neopentecostalismo no Campo Religioso Afro-Brasileiro*. São Paulo: EDUSP, 2007, p. 9 – 28.

VELHO, G. Patrimônio, Negociação e Conflito. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p.237-248, abr. 2006.

Recebido em:11/07/2014
Aprovado em:05/09/2014
Publicado em:03/10/2014

**DA REGIÃO CENTRO SUL ÀS TERRAS VERMELHAS DAS MISSÕES:
UM EXAME COMPARATIVO DA ESTRUTURA DE POSSE DE ESCRAVOS EM CAÇAPAVA
E SÃO BORJA (RIO GRANDE DE SÃO PEDRO, PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX)**

FROM THE SOUTHERN CENTRAL REGION TO THE RED LAND OF MISSÕES:
A COMPARISON BETWEEN THE STRUCTURES OF POSSESSION OF SLAVES IN CAÇAPAVA AND SÃO BORJA
(RIO GRANDE DE SÃO PEDRO, FIRST HALF OF THE 19TH CENTURY)

Leandro Goya Fontella
André do Nascimento Corrêa

Vol. XI | n°22 | 2014 | ISSN 2316 8412



DA REGIÃO CENTRO SUL ÀS TERRAS VERMELHAS DAS MISSÕES: UM EXAME COMPARATIVO DA ESTRUTURA DE POSSE DE ESCRAVOS EM CAÇAPAVA E SÃO BORJA (RIO GRANDE DE SÃO PEDRO, PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX)¹

Leandro Goya Fontella²
André do Nascimento Corrêa³

Resumo: O trabalho escravo constituiu-se numa das principais formas de mão de obra no Rio Grande de São Pedro no século XIX, até mesmo nas áreas predominantemente agropastoris, inclusive naquelas de pouca envergadura econômica. Neste artigo, focamos no exame comparativo da estrutura de posse de cativos entre duas regiões de produção agropastoril modesta: as vilas de Caçapava e São Borja. O período de análise é entre os anos de 1820 e 1850. Destaca-se a disseminação da propriedade escrava pela malha social, e o grau de concentração desta entre os diversos estratos socioeconômicos. Além disto, confronta-se os resultados com estudos realizados para outras áreas brasileiras.

Palavras chaves: Escravidão, Pecuária, Brasil meridional, Século XIX, Estrutura de posse escrava.

Abstract: The slave labor was constituted as one of the major form of labor in the Rio Grande of São Pedro in the nineteenth century, even in predominantly agropastoral areas including those of little economic scale. In this work we focus on a comparative examination of the ownership of captives between two regions of modest agropastoral production: the villages of Caçapava and São Borja. The period of analysis is between the years 1820 and 1850. It is highlighted the spread of the slave property by the social network, and its concentration degree between the several socioeconomic strata. Furthermore, it is confronted the results with studies to other Brazilian areas.

Keywords: Slavery, Livestock, Southern Brazil, Nineteenth century, Slave ownership structure.

INTRODUÇÃO

A análise do escravismo para além dos contextos das áreas de economia agrícola de exportação e de indústrias charqueadoras tem avançado muito nas últimas décadas na historiografia brasileira. O mesmo se pode dizer sobre as pesquisas em história social da escravidão com foco no Rio Grande de São Pedro. No que tange, especificamente, às regiões com estrutura produtiva hegemonicamente agropastoril, os estudos têm demonstrado, que diferente do que as abordagens historiográficas tradicionais sustentavam, o trabalho escravo adquiriu importância fundamental para dinâmica socioeconômica de tais espaços.

O exame sobre a estrutura de posse de escravos constitui-se em um procedimento que nos possibilita entender de modo mais adequado os contornos assumidos pelo sistema escravista em distintas

¹ Neste texto nos utilizamos dos resultados obtidos em nossas respectivas pesquisas de mestrado: Corrêa (2013), que contou com bolsa de estudos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Brasil; e Fontella (2013), financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil.

² Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil; doutorando em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil; bolsista Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Brasil; integrante do Grupo de Pesquisa Sociedades e Hierarquias no Brasil Meridional E-mail: <leandro-goya@hotmail.com>.

³ Mestre em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Brasil; doutorando em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Brasil; bolsista Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Brasil; integrante do Grupo de Pesquisa Sociedades e Hierarquias no Brasil Meridional E-mail: (andrecorreacp@gmail.com>.

regiões. Através dele pode-se apreender, por exemplo, a difusão da posse cativa pela malha social, os níveis de concentração em determinados estratos sociais, a composição sexual das escravarias, as taxas de africanidade, etc. Estas variáveis nos permitem elaborar os perfis específicos de cada área examinada e construir quadros comparativos. Assim, podemos perceber quais padrões são constantes e quais características são peculiares a cada região.

Nas últimas décadas, inúmeros autores têm recorrido ao exame da estrutura de posse de cativos para analisar como se dava a distribuição da propriedade escrava pelos distintos estratos sociais nos contextos de suas pesquisas. Desde o início da década de 1980, os estudos nesse sentido vêm se acumulando para as mais diversas regiões do Brasil colonial e monárquico. Segundo José Flávio Motta:

a análise específica da estrutura de posse de escravos no Brasil dedicou-se pioneiramente Francisco Vidal Luna em seu trabalho intitulado *Minas Gerais: escravos e senhores* (LUNA, 1981). Outros autores que, anteriormente, haviam tangenciado o tema, fizeram-no, geralmente, enfatizando a distribuição dos cativos ao nível dos domicílios, e não ao nível dos proprietários de escravos, tal como efetuado por Luna (MOTTA, [1990] 1999, p. 67 [grifos do autor]⁴.

Já sobre as análises que enfocam a escravidão no Rio Grande de São Pedro, a utilização deste expediente passou a ser recorrente apenas na última década. Devido ao considerável número de trabalhos que têm sido produzidos escolhemos dialogar com um rol de estudos que acreditamos que nos asseguram uma interlocução mais apropriada com o contexto temporal e espacial de nosso estudo. Neste texto, estabelecemos uma comparação entre duas áreas que se caracterizaram pelo desenvolvimento de uma estrutura produtiva agropastoril de pequeno porte voltada ao mercado interno: as vilas de Caçapava e São Borja. O recorte temporal definido é algumas décadas da primeira metade do século XIX, quais sejam: 1820, 1830, e 1840. Faz-se importante esclarecer que para a primeira, contamos com dados para estes três decênios, enquanto que para a segunda, possuímos informações somente a partir do ano de 1828. Assim, consideraremos apenas as dezenas de 1830 e 1840. Isto se deve a disponibilidade dos processos de inventários *post mortem*.

No quadro comparativo esboçado, destacaremos dois critérios: 1) a disseminação da propriedade cativa pelo tecido social, e; 2) o nível de concentração da posse escrava entre as distintas camadas socioeconômicas. Além disso, buscaremos confrontar nossos resultados com outras áreas do Brasil. Antes

⁴ Uma ótima revisão historiográfica sobre pesquisas que se utilizaram de estrutura de posse de escravos está em: Motta ([1990] 1999, p. 67–68). Por seu turno, Fernando Franco Netto (2005, p. 212–222) também revisa boa parte desta historiografia, considerando trabalhos mais recentes, inclusive, a pesquisa do próprio José Flávio Motta. Todavia, nestes textos os autores abordam exclusivamente os estudos realizados para localidades do sudeste e nordeste do Brasil escravista. Portanto, um texto que contemple a produção historiográfica sobre a estrutura de posse cativa nas regiões pastoris brasileiras ainda está por ser escrito. Para um balanço historiográfico de estudos recentes sobre as áreas pastoris do Rio Grande de São Pedro que realizaram estrutura de posse de cativos ver: Fontella e Matheus (2013).

disso, porém, apresenta-se de forma breve a formação histórica das vilas de Caçapava e São Borja juntamente com alguns dados de suas respectivas estruturas produtivas.

AS VILAS DE CAÇAPAVA E SÃO BORJA

A formação histórica destas duas regiões esteve ligada ao avanço da colonização luso-brasileira no sentido leste para oeste do Rio Grande de São Pedro. O início do povoamento luso-brasileiro em Caçapava começou no final do século XVIII, momento em que tal área compunha a grande fronteira do Rio Pardo, e constituía-se como o ponto mais avançado dos limites ocidentais nas possessões meridionais do Império português na América, espaço que era alvo de disputa com o Império espanhol. Com o decorrer dos anos e um aumento significativo de povoadores, no ano de 1800 ocorreu a criação de uma Capela Curada, sob o orago de Nossa Senhora da Assunção de Caçapava. No ano de 1831, Caçapava foi elevada a categoria de Vila, tendo seus territórios desmembrados dos de Cachoeira, Piratini e Rio Pardo e passando a mesma à Freguesia. Com a elevação a Vila, foi estabelecida a Câmara de Vereadores. No entanto, esta somente teve sua efetivação no ano 1834, quando ocorreu a instalação do município (CORRÊA, 2013).

No que diz respeito a sua estrutura econômica, foi possível observar por meio dos inventários *post mortem* que, no recorte temporal considerado, em Caçapava havia uma predominância das atividades agropastoris. Em relação à produção de alimentos, não conseguimos identificar lavouras destinadas à exportação, mas sim para o abastecimento interno das unidades produtivas. Todavia, não se pode descartar que provavelmente tenha existido um modesto circuito mercantil com os excedentes agrícolas de cada estabelecimento produtivo. Já na pecuária, os grandes rebanhos eram de gados *vacuns* e cavalares, sendo que as reses tinham uma grande supremacia quando comparada com os equinos. Diante disso, podemos caracterizar Caçapava como uma localidade que tinha sua base econômica na pecuária bovina, semelhante a São Borja. Porém, a grande diferença ente as localidades esteve na produção mular, que tinha uma representatividade bem significativa em São Borja, diferente do que ocorria em Caçapava, onde a criação de mulas parece não ter atingido grande proporção⁵.

A posse da terra estava diretamente ligada à propriedade do gado *vacum*, não sendo via de regra, mas a grande maioria dos estabelecimentos caracteriza-se desta maneira, não importando o tamanho de sua envergadura. Assim, os criadores de Caçapava estavam divididos de uma forma desigual no que diz respeito aos seus recursos econômicos (posse de escravos, rebanhos e terras).

Por seu turno, a Vila de São Borja foi criada em 1833 e sua Câmara de Vereadores foi estabelecida no ano seguinte. Sob a jurisdição desta Vila ficou praticamente todo o território que antes era denominado

⁵ Para um melhor entendimento ver: Corrêa (2013) capítulos 1 e 2; e Fontella (2013) capítulo 1.

de Província de Missões, sobre o qual haviam sido estabelecidas, ao longo dos séculos XVII e XVIII, as Sete reduções jesuítico-guaranis do lado oriental do Rio Uruguai. A Província de Missões foi anexada às possessões luso-brasileiras no decorrer das três primeiras décadas do século XIX; a partir disto se desencadeou o processo de povoamento luso-brasileiro deste espaço e a sua incorporação ao sistema produtivo agropastoril privado do império escravista português e, posteriormente, brasileiro (FONTELLA, 2013; FLÔRES, 1996; MENZ, 2001).

A diversificação econômico-produtiva foi uma das principais características da zona das Missões entre 1828 a 1850. O pastoreio de gado *vacum* foi a prática produtiva mais recorrente. A distribuição dos recursos produtivos (por exemplo, gado, terra e escravos) se deu de forma bastante desigual. Identificou-se uma estrutura composta por poucos grandes estancieiros que concentravam a maior parte do rebanho e grandes extensões territoriais, e uma ampla quantidade de criadores de poucos animais, mas que em sua maioria eram detentores de pequenos lotes de terras (FONTELLA, 2014 [no prelo]). Em uma perspectiva comparativa, a pecuária bovina da zona das Missões era mais modesta do que a desenvolvida na região da Campanha, onde se encontravam os melhores campos para a atividade pastoril, porém, maior do que a praticada na região do Planalto (FONTELLA, 2013). Já em relação à criação de mulas, ela esteve bastante difundida pela região, e na absoluta maioria dos estabelecimentos produtivos esta atividade dividia espaço com a pecuária bovina. Em comparação a esta, a criação de gado muar não atingiu a mesma monta econômica. A disseminação da criação de mulas tratava-se de um ramo de produção comercialmente atrativo e economicamente viável. Percebeu-se também que, em termos dimensionais, a pecuária muar na região das Missões era maior do que a praticada na Campanha, mas não chegava a dimensão que adquiriu no Planalto (FONTELLA, 2013)⁶.

No tocante à agricultura, segundo os relatos de contemporâneos, o milho, o feijão e a mandioca foram os principais gêneros produzidos na região. Em significativa parte das unidades de produção, as práticas agrícolas coexistiam com atividades pastoris. Por meio delas, os produtores procuravam dar conta de parte de suas necessidades de produtos alimentícios, e os excedentes eram destinados ao mercado regional, voltado, principalmente, à região da Campanha, que possuía produção agrícola bem inferior à constatada para a zona das Missões. Pequena quantidade daqueles excedentes também era exportada à região platina através dos portos do rio Uruguai. O dinamismo deste comércio ensejava uma intensa interação entre os produtores de diferentes envergaduras econômicas, já que, nem uns, nem outros tinham a capacidade de autossuficiência, e por isso precisavam recorrer ao mercado (FONTELLA, 2013).

⁶ Este quadro comparativo da envergadura da pecuária *gadum* e muar foi elaborado através da confrontação de nossos resultados de pesquisa com os estudos de Araújo (2008) e Farinatti ([2007] 2010). Enquanto Araújo focou sua investigação na Vila de Cruz Alta na região do Planalto sul rio-grandense, as análises de Farinatti recaíram sobre a Vila de Alegrete, localizada na região da Campanha sul rio-grandense. Ver: Fontella (2013, cap.1).

Além de tudo isso, ainda havia a produção de erva-mate e, em menor escala, de couro e subprodutos do gado. Estas atividades se constituíram em outros nichos produtivos que abriram possibilidades a um grande número de produtores pobres, sem que os produtores de maior envergadura fossem alijados destes processos produtivos, embora se dedicassem a eles com menor frequência. A cadeia produtiva da erva-mate também auxiliava a diversificar e dinamizar a matriz econômica da fronteira oeste da província, especialmente, na zona das missões e do Planalto. Esses produtos eram dirigidos para a região do Prata por meio do Uruguai, rio que se tornou um canal de articulação entre a fronteira oeste da província e os Estados platinos (FONTELLA, 2013).

Vale ressaltar ainda que os diferentes processos produtivos desenvolvidos na região das Missões se vinculavam a diferentes circuitos comerciais: a pecuária bovina se ligava ao complexo porto-charqueador do leste da província, a pecuária muar a Feira de Sorocaba, as produções de gêneros agrícolas e de farinhas voltadas principalmente à região da Campanha e, por fim, a erva-mate e couros que se destinavam à região platina. Este cenário se torna ainda mais complexo quando lembra-se que muitos destes produtores se articulavam a todos estes circuitos, ou, ao menos, a alguns destes (FONTELLA, 2013).

A ESCRAVIDÃO DISSEMINADA

Levando em consideração a difusão da posse cativa pela malha social averiguamos que em Caçapava e São Borja expressivo número de produtores que se utilizava do trabalho compulsório. Na primeira vila verificou-se que, entre 1821 e 1850, dos 148 processos de inventários abertos, 130 (88%) deles possuíam escravos arrolados. Já em São Borja, entre 1828 a 1850, os cativos estiveram presentes em 43 dos 48 inventários que fizeram parte de nossa amostragem, ou seja, em cerca de 90%⁷.

	Caçapava	São Borja
Com escravos	88%	90%
Sem escravos	12%	10%

Tabela 01: Porcentagem de inventários *post mortem* com e sem escravos.
Fonte: para Caçapava (CORRÊA, 2013), para São Borja (FONTELLA, 2013).

Tais números assemelham-se aos 87% que Helen Osório (2005) encontrou para toda a Capitania do Rio Grande de São Pedro para o período colonial (1765-1825). Na Vila de Rio Pardo, entre 1810 e 1835, cerca de 90% dos proprietários inventariados possuíam ao menos um cativo (PETIZ, 2009, p. 85). Gabriel Aladrén

⁷ Esclarecemos que enquanto para Caçapava analisou-se a totalidade dos inventários abertos no período, para São Borja examinou-se todos os inventários abertos nos anos pares.

(2012, p.99), analisando as regiões de Cachoeira, Rio Pardo e Jaguarão no intervalo entre 1821 e 1840, também constatou que 92% dos inventariados eram senhores de escravos.

Para Alegrete, uma das principais localidades da Campanha sul rio-grandense, região de pecuária de maior vulto em todo o Rio Grande de São Pedro, Luís Augusto Farinatti ([2007] 2010) verificou que nas duas décadas entre 1831 e 1850 o percentual dos criadores de gado que possuíam escravos foi de 86% e 82% respectivamente. Estes valores são inferiores aos averiguados para Caçapava e São Borja. É importante notar também que Farinatti considerou apenas inventários de criadores de gado, enquanto que neste estudo levamos em conta todos os produtores rurais, inclusive aqueles que não praticavam o pastoreio bovino. Este fato torna ainda mais significativo os dados levantados para Caçapava e São Borja, uma vez que a proporção de inventários com escravos tende a ser maior entre o grupo de criadores de gado *vacum* do que entre o universo total de produtores rurais. Como se pode notar, os resultados encontrados para Caçapava e São Borja, zonas de pecuária mais pobre do que a praticada na Campanha, são superiores aos números vistos por Luís Farinatti para esta região. Este dado nos impele a refletir sobre o papel fundamental que o sistema escravista desempenhou em localidades com estruturas econômicas modestas e até mesmo pauperizadas.

Por sua vez, Thiago Araújo (2008) averiguou que em Cruz Alta entre 1834 e 1850, 73% dos processos de inventários tinham escravos. Portanto, o número visto para o Planalto sul rio-grandense também é inferior ao averiguado para as vilas Caçapava e São Borja. Nesse sentido, podemos afirmar que em relação à difusão da posse de escravos, Caçapava e São Borja reproduzia a estrutura do Rio Grande de São Pedro colonial, e se aproximavam mais da região da Campanha (Alegrete) do que a região do Planalto sul rio-grandense (Cruz Alta).

Em outras áreas de pecuária do Império as representatividades dos produtores escravistas estiveram próximas daquela que constatamos. Raimundo N. R. de Souza (2012) verificou que no período colonial (1709-1822) no Sertão do Acaraú, região norte do Ceará, 87% dos inventários abertos possuíam escravos avaliados. Examinando um longo período que vai de 1770 a 1887, Versiani e Vergolino (2003) constataram que no Sertão e Agreste de Pernambuco 83% e 73%, respectivamente, dos proprietários inventariados eram senhores de escravos. Em Rio das Contas na Bahia, “*região essencialmente rural, com uma economia baseada na agricultura, pecuária, e voltada para a subsistência de abastecimento dos mercados vicinais [...]*” (ALMEIDA, 2006, p. 21), ao longo do século XIX, 88% dos inventariados eram senhores de escravos. Em contrapartida, nas regiões pastoris da província do Paraná, a proporção de produtores escravistas esteve bem aquém dos averiguados no Rio Grande de São Pedro. Por meio de um documento intitulado de *Inventário dos Bens Rústicos* (um cadastro de terras), elaborado em 1818, Horácio Gutierrez (2006) verificou que em Castro e Palmeira, núcleos essencialmente pecuaristas da província do

Paraná, o percentual de proprietários com escravos residentes foi de 52,4% e 39%, respectivamente. Na região de Campos dos Goitacazes, Sheila de Castro Faria averiguou que:

de 301 criadores [que não produziam açúcar], 95 [32%] não tinham escravos [...] Dos 301 criadores, 77% [231] também faziam farinha de mandioca numa proporção mais escravista do que se tomados em conjunto: somente 24% [55] dos 231 não tinham escravos” (1998, p. 246). Além disso, a autora percebeu que os “*criadores exclusivos de gado, quando escravistas, tinham mais escravos e gado do que os que consorciavam atividades*” (1998, p. 246).

Em Pelotas, região onde se concentravam as indústrias do charque, nas décadas de 1830 e 1840, 86,5% dos inventariados eram senhores de escravos (PINTO, 2012, p. 47). Nos anos 1850 esse índice praticamente não se alterou, segundo Bruno Pessi (2012), 87% dos inventários abertos naquela localidade tiveram escravos arrolados. Próximo dali, no porto de Rio Grande, cerca de 85% dos proprietários inventariados possuíam escravos entre 1825 e 1865 (SCHERER, 2008 p. 38).

Em que pesem as diferenças de períodos, podemos notar que em contraste tanto com áreas do próprio Rio Grande de São Pedro, quanto de outras regiões pastoris do Brasil, as regiões de Caçapava e São Borja caracterizaram-se por uma expressiva presença de produtores escravistas.

A ESCRAVIDÃO ESPRAIADA E CONCENTRADA

Passa-se, a partir daqui, a avaliar o grau de acumulação da posse cativa entre os distintos estratos socioeconômicos. Apurou-se que em Caçapava 75% dos senhores eram pequenos e médios escravistas, mas que detinham apenas 37% do total de escravos inventariados. Consequentemente, 25% dos donos de cativos eram médios e grandes escravistas, e acumulavam nada menos do que 63% dos cativos⁸. Em São Borja, 77% dos escravistas possuíam até 9 cativos, retendo cerca de 45% destes. Em contrapartida, os grandes escravistas eram 33% do universo de produtores com cativos, e concentravam em suas posses em torno de 55% destes.

⁸ Estabelecemos como pequenos senhores de escravos aqueles que possuíam até 4 cativos, os médios escravistas eram os que tinham entre 5 e 9 escravos. Já os grandes proprietários foram aqueles donos de escravarias com mais de 9 cativos.

Dimensão da escravaria	Caçapava 1821 – 1850		São Borja 1828 – 1850	
	% proprietários	% escravos	% proprietários	% escravos
1 a 9	75%	37%	77%	45%
Mais de 9	25%	63%	23%	55%
Total	100%	100%	100%	100%

Tabela 02: Estrutura de posse de escravos.

Fonte: para Caçapava (CORRÊA, 2013), para São Borja (FONTELLA, 2013).

Em primeiro lugar, constate-se que o nível de concentração da propriedade cativa foi consideravelmente maior em Caçapava. Todavia, de maneira geral, os dados averiguados estão em sintonia com o padrão que vem sendo verificado para o Rio Grande de São Pedro e para a grande maioria das regiões do território brasileiro, seja em zonas de economia ligada à exportação, seja nas áreas voltadas para o abastecimento do mercado interno, como nas indústrias charqueadoras sul rio-grandenses.

Para o meio rural do Rio Grande de São Pedro do período colonial, a concentração foi semelhante a verificada em Caçapava, 75% dos proprietários eram pequenos e médios escravistas, e detinham apenas 35% dos cativos, conseqüentemente, os grandes escravistas (25%) concentravam 65% dos escravos em suas senzalas (OSÓRIO, 2005, p. 14). Com base nos dados levantados por Petiz (2009, p. 83), verifica-se que na Vila do Rio Pardo (1810-1835), 37% dos escravos estavam nas pequenas e médias posses que formavam 75% das senzalas. Sendo assim, os outros 63% dos cativos concentravam-se sob o poder de grandes escravista que se constituíam em 25% do universo de donos de escravos. Em uma ampla área na fronteira sul rio-grandense, compreendendo Cachoeira, Rio Pardo e Jaguarão, de 1832 a 1840, as pequenas e médias escravarias representavam 75,9% do universo de senzalas, mas detinham apenas 41,1% dos braços cativos. Logo, 58,9% dos escravos estavam nas mãos de grandes escravistas que representavam somente 24,1% dos senhores de escravos (ALADRÉN, 2012, p. 100).

Em Cruz Alta, entre 1834 e 1849, 35% dos escravos estavam em poder de pequenos e médios senhores, que representavam cerca de 77% do conjunto de proprietários, em contraste, 23% destes acumulavam 65% dos escravos. Já em Alegrete, no período de 1829 a 1849, o número de grandes escravistas

chegou a aproximadamente 30%, e concentravam em suas senzala cerca de 70% dos escravos, logicamente que os outros 30% dos cativos estavam em pequenas e médias escravarias (MATHEUS, 2012, p. 82). Com base nestes dados, este autor também defende que o sistema escravista desfrutava de uma ampla legitimidade entre a população pobre em meados do século XIX. Em Rio Pardo, no centro do Rio Grande de São Pedro (1840-1880), 77% dos senhores tinham até 09 cativos, mas só possuíam 45% dos escravos, em contrapartida, 23% de grandes escravistas concentravam 55% dos cativos (ZETTEL, 2011, p. 63)⁹.

Para além do Rio Grande de São Pedro, podemos perceber, pelos dados apresentados por Raimundo de Souza, que no Sertão do Aracaú no Ceará, a concentração também foi significativa. Naquela região, no longo período abordado por este autor, 56% dos proprietários possuíam até 4 escravos e concentravam somente 23% destes (SOUZA, 2012). No Sertão de Pernambuco, aproximadamente 82% dos produtores eram proprietários de até 10 escravos, e acumulavam aproximadamente 56% dos cativos. Já no Agreste de Pernambuco, a concentração não foi tão aguda, nesta área, em torno de 42% dos escravos estavam nas escravarias com até 10 cativos, as quais representavam cerca de 82% do universo destas (VERSIANI; VERGOLINO, 2003, p. 362). Em Rio das Contas na Bahia, do início do Oitocentos até 1850, os escravistas, que possuíam de 1 a 10 escravos, representavam 75,8% dos proprietários, abarcando 33,3% dos cativos. Os outros dois terços dos escravos se situavam em senzala com mais de 10 cativos, as quais representavam em torno de um quarto das escravarias. No período entre 1851 e 1871, esta concentração se manteve praticamente igual (ALMEIDA, 2006, p. 40).

Na região pastoril de Araxá nas Minas Gerais, por meio de listas nominativas, Déborah dos Reis verificou que os senhores com até 10 escravos nunca foram menos de 65% dos produtores. No início da década de 1830 eles chegaram a ser aproximadamente 88% do universo dos senhores de escravos, e dividiam entre si em torno de 51% dos cativos, o que quer dizer também, que quase a metade dos escravos estavam sobre o poder de apenas 12% dos proprietários. Essa forte concentração se manteve nas décadas posteriores, entre 1856 e 1858, os grandes escravistas representavam cerca de 30% dos produtores e possuíam aproximadamente 68% dos escravos (autor 2005, p. 11). Em Guarapuava, província do Paraná, na década de 1850, a concentração de escravos nas grandes escravarias foi bastante considerável. Nesta região, em torno de 45% dos cativos pertenciam a 14% dos proprietários com mais de 10 cativos, enquanto que 55% estavam em escravarias com até 10 escravos (FRANCO NETTO, 2005, p. 259). Na região de Palmas, também no Paraná, entre 1850 e 1871, em torno de 73% dos senhores possuíam até 10 cativos, porém, apenas 38,2% dos escravos habitavam suas senzalas. Consequentemente, os grandes escravistas, que eram 27% dos senhores, detinham 61,8% dos escravos (SIQUEIRA, 2010, p. 37).

⁹ É importante frisar que os exames de Matheus (2012) e Zettel (2011) deram-se a partir dos Catálogos Seletivos da Escravidão do Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERES), como alertou-se em estudos anteriores Fontella (2013 e 2013a) e FONTELLA e MATHEUS (2013), a possibilidade de haver incorreções em tal material pode gerar inconsistências nas análises desenvolvidas.

No porto de Rio Grande entre 1825 e 1865, os pequenos escravistas representavam em torno de 78% dos proprietários de escravos e acumulavam cerca de 39% dos cativos, em contrapartida, médios e grandes escravistas que perfaziam 22% do total de senhores concentravam 61% dos escravos (SCHERER, 2008, p. 41). Na região charqueadora de Pelotas, no intervalo entre 1800 e 1835, Jonas Moreira Vargas constatou que 41,1% dos senhores possuíam até 4 cativos, entretanto, somente 7,4% destes estavam em suas escravarias. Por outro lado, *“os proprietários com 50 ou mais cativos, apesar de representarem somente 5,4% dos inventariados, eram donos de 33,6% dos escravos”* (VARGAS, 2013, p. 122)¹⁰. Já nas décadas de 1830 e 1840, aproximadamente 69% dos escravistas possuíam até 9 cativos, mas concentravam apenas cerca de 23% deles. Por outro lado, os outros 77% dos escravos estavam nas escravarias dos senhores com mais de 9 cativos, os quais representavam 31% dos escravistas de Pelotas (PINTO, 2012, p. 47).

No Recôncavo rural da Bahia entre 1779 e 1835, Bert Jude Barickman percebeu que *“a riqueza na forma de escravos era mais concentrada nas freguesias açucareiras tradicionais do lado norte da baía. Nas outras partes do Recôncavo, em áreas produtoras de fumo e mandioca, uma distribuição muito mais uniforme caracterizava a posse de escravos”* (BARICKMAN, 2003, p. 237). Na Freguesia de Nazaré, em 1779, onde se produzia principalmente mandioca, os 10% mais ricos proprietários possuíam 36,2% de todos os cativos. Por outro lado, *“dois terços de toda a população escrava do Iguape [região com predomínio de engenhos de açúcar] pertenciam aos 10% que eram donos dos maiores plantéis. Em São Gonçalo dos Campos [localidade onde se produzia, sobretudo, fumo], os 10% mais ricos possuíam menos de 40% dos cativos residentes na freguesia”* (BARICKMAN, 2003, p. 237)¹¹. Na localidade de Bananal, região cafeeira da província de São Paulo, no ano de 1829, 70,7% dos proprietários possuíam até 9 escravos, mas detinham somente 20,9% destes. Por outro lado, aqueles com mais de 10 cativos eram 29,3% dos senhores, e concentravam expressivos 79,1% dos escravos. Mas é importante destacar que os proprietários com mais de 40 cativos representavam apenas 7,7% dos senhores de escravos e acumulavam nada menos do que 48,9% dos cativos (MOTTA [1990] 1999, p. 168).

Enfim, através dessa perspectiva comparativa, pudemos constatar que embora em Caçapava tivesse havido um grau de concentração um pouco superior ao de São Borja, a disseminação da posse escrava nestas duas regiões reafirmava uma estrutura que se reproduzia por todo o Brasil, seja no período colonial, quanto no monárquico. Isto é, como na maior parte das regiões brasileiras, ao mesmo tempo em que havia a dispersão da posse escrava pelo tecido social com a presença de muitos pequenos e médios senhores de escravos, existia também uma elite de proprietários de muitos cativos, os quais concentravam em suas senzalas a maior parte dos escravos.

¹⁰ Para este período Vargas também se utilizou dos Catálogos do APERS, portanto, a mesma ressalva feita aos exames realizados por Matheus (2012) e Zettel (2011) se aplica à apreciação feita por este autor.

¹¹ Para ver os dados específicos da estrutura de posse de escravos por atividade produtiva do Recôncavo baiano entre 1779 e 1885 ver BARICKMAN (2003, p. 237-252).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALADRÉN, G. *Sem respeitar fé nem tratados: escravidão e guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil* (Rio Grande de São Pedro, c. 1777 – 1835). Niterói (RJ): PPGH/UFF, 2012.
- ALMEIDA, K. L. N. *Alforrias em Rio de Contas – Bahia* (século XIX). Salvador: PPGH/UFBA, 2006.
- ARAÚJO, T. L. de. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário* (vila de Cruz Alta, província do Rio Grande do Sul, 1834-1884). Dissertação (Mestrado em História) – PPGH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CORRÊA, A. do N. *Ao sul do Brasil Oitocentista: escravidão e estrutura agrária em Caçapava, 1821-1850*. Santa Maria (RS): PPGH/UFSM, 2013.
- FARIA, S. de C. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FARINTATTI, L. A. E. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825 – 1865)*. Santa Maria, RS: Editora da UFSM, [2007] 2010.
- FLÔRES, J. R. A. *A Vila de São Borja (1834 - 1887) numa conjuntura de transição: História sócio-econômica e Geopolítica*. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH, UNISINOS, São Leopoldo, 1996.
- FONTELLA, L. G. *Sobre as ruínas dos Sete Povos: estrutura produtiva, escravidão e distintos modos de trabalho no Espaço Oriental Missioneiro* (Vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, c. 1828 – c. 1860). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2013.
- FONTELLA, L. G. *Muitas mãos à obra: escravos, guaranis, mestiços e família nos distintos modos de trabalho no Espaço Oriental Missioneiro* (Vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, 1828 – 1859). Florianópolis, UFSC: *Anais do 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, 2013a.
- FONTELLA, L. G. *O pastoreio bovino na região das Missões* (Rio Grande de São Pedro, 1828 – 1858). Porto Alegre: *Anos 90*, n. 40, 2014 [no prelo].
- FONTELLA, L. G.; MATHEUS, M. S. *Estrutura de posse escrava na província do Rio Grande de São Pedro: um apanhado historiográfico*. *Revista Latino-Americana de História*, v. 2, n. 9, 2013.
- FRANCO NETTO, F. *População, escravidão e família em Guarapuava no século XIX*. Tese (Doutorado em História) – PPGH, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

- GUTIERREZ, H. Donos de terras e escravos no Paraná: padrões e hierarquias nas primeiras décadas do século XIX. *História*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 100-122, 2006.
- MATHEUS, M. S. *Fronteiras da liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império do Brasil*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2012.
- MENZ, M. M. *Tesouro das Missões: a integração do Espaço Oriental Missioneiro na economia sul-riograndense*. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH, UNISINOS, São Leopoldo, 2001.
- MOTTA, J. F. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP: Anablume, [1990] 1999.
- OSÓRIO, H. Campeiros e domadores: escravos na pecuária sulista, séc. XVIII. *Anais do II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Porto Alegre: UFRGS, 2005.
- PESSI, B. S. *Entre o fim do tráfico e a abolição: a manutenção da escravidão em Pelotas, RS, na segunda metade do século XIX (1850-1884)*. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH, USP, São Paulo, 2012.
- PETIZ, S de S. *Caminhos Cruzados: famílias e estratégias escravas na Fronteira Oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835)*. Tese (Doutorado em História) - PPGH, UNISINOS, São Leopoldo, 2009.
- PINTO, N. G. *A benção comadre: experiências de liberdade e parentesco em Pelotas (1830 – 1850)*. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH, UNISINOS, São Leopoldo, 2012.
- REIS, D. O. M. Características demográficas dos escravos em Araxá (MG), 1816-1888. *Anais eletrônicos do XXXIII Encontro Nacional de Economia*, Natal: ANPEC, 2005. Disponível em: <<http://www.anpec.or.br/encontro2005/artigos/A05A018.pdf>>. Acesso em 08/03/2013.
- SCHERER, J. de S. *Experiências de busca da liberdade: alforria e comunidade africana em Rio Grande, século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH, UNISINOS, São Leopoldo, 2008.
- SIQUEIRA, A. P. P. *Cativeiro e Dependência na Fronteira de Ocupação: Palmas, PR, 1850-1888*. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.
- SOUZA, R. N. R. de. *Negros no Sertão do Acaraú (Século XVIII)*. *Anais do VI Simpósio Nacional de História Cultural*, Teresina (PI): UFPI, 2012.
- VARGAS, J. M. *Pelas margens do Atlântico: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)*. Tese (Doutorado em História) – PPGHis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- VERSIANI, F. R.; VERGOLINO, J. R. O. Posse de escravos e estrutura da riqueza/ no agreste e sertão de Pernambuco: 1777-1887. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 33 (2), p.353-393, abr./jun., 2003.

DA REGIÃO CENTRO SUL ÀS TERRAS VERMELHAS DAS MISSÕES:
UM EXAME COMPARATIVO DA ESTRUTURA DE POSSE DE ESCRAVOS EM CAÇAPAVA E SÃO BORJA
(RIO GRANDE DE SÃO PEDRO, PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX)

ZETTEL, R. F. V. *De mútuo consentimento*: os significados das relações familiares cativas para senhores e escravos na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo (1845 a 1865). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2011.

Recebido em:09/07/2014

Aprovado em:02/09/2014

Publicado em:03/10/2014

**COMUNIDADES QUILOMBOLAS NA REGIÃO DAS ANTIGAS
CHARQUEADAS: TERRITÓRIOS NEGROS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL, RS**

COMMUNAUTÉS QUILOMBOLAS DANS LA RÉGION DE LES ANCIENS CHARQUEADAS: TERRITOIRES
NOIRS ET POLITIQUES PUBLIQUES À SÃO LOURENÇO DO SUL, RS

Patrícia dos Santos Pinheiro

Vol. XI | n°22 | 2014 | ISSN 2316 8412



COMUNIDADES QUILOMBOLAS NA REGIÃO DAS ANTIGAS CHARQUEADAS: TERRITÓRIOS NEGROS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL, RS¹

Patrícia dos Santos Pinheiro²

Resumo: A partir desse texto, serão discutidos elementos de organização política de comunidades negras rurais do município de São Lourenço do Sul, Rio Grande do Sul, em especial em suas relações mais recentes com o poder público. O município faz parte da região de Pelotas, polo charqueador movido pela escravidão que teve expressão nos séculos XVIII e início do XIX. Para tanto, o trabalho discorre sobre os processos de conformação dos territórios negros, operados ao longo do tempo pelas famílias quilombolas e seus descendentes e que é renovado atualmente a partir do autorreconhecimento como comunidade quilombola.

Palavras chaves: Comunidades negras rurais, Política pública, Quilombos.

Resumé: À partir de ce texte seront discutés des éléments d'organisation politique des communautés noires rurales de la municipalité de São Lourenço do Sul, en particulier dans ses relations plus récentes avec l'Etat. La municipalité s'inscrit dans la région de Pelotas, centre de production de charque, activité propulsé par l'esclavage, qui a trouvé son expression dans les XVIIIe et XIXe siècles. À cette fin, le travail discute les processus de formation des territoires noirs actionnés au cours du temps par les familles quilombolas et leurs descendants et qui est renouvelé actuellement à partir de la autoreconnaissance en tant que communauté quilombola.

Mots-clés: Communautés noires rurales, Politique publique, Communauté marron.

INTRODUÇÃO

O objetivo desse texto é discorrer sobre as formas de organização política atuais das comunidades negras rurais do município de São Lourenço do Sul, RS, a partir de experiências das comunidades Vila do Torrão, Rincão das Almas e Picada em ações de reconhecimento identitário e acesso a direitos sociais junto ao poder público, reflexões que são fruto de minha pesquisa de doutorado, em andamento.

Durante a referida pesquisa, foram se delineando conexões entre as dinâmicas atuais de intervenção política dessas comunidades negras e suas respectivas trajetórias, ou seja, as diferentes maneiras como foram se configurando os territórios negros em São Lourenço ao longo da história se tornaram um elemento importante de análise. Essas configurações remontam ao período da escravidão, mas se atualizam e se adaptam, evidentemente sem uma linearidade. Incluem trajetórias de pessoas, acontecimentos e lugares, com histórias de vida dos moradores atuais e de seus antepassados, narrativas

¹ Exposição realizada na Mesa redonda intitulada "Comunidades quilombolas na região das antigas charqueadas", na II Jornada de Estudos sobre Escravidão, Resistência e Pós-abolição: territorialidades, cosmologias e relações étnico-raciais, organizado pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil.

² Mestre em Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS), Brasil; doutoranda em Ciências Sociais em Ambiente, Sociedade e Agricultura, pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ), Brasil. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil.

sobre o lugar habitado, sobre os deslocamentos (forçados ou desejados) e sobre as condições vivenciadas, muitas vezes repletas de estigmatização.

Para desenvolver essa discussão, inicio por um debate teórico sobre a própria ideia de territorialização, para adentrar, posteriormente, na análise dos processos de ocupação agrária em sua complexidade étnico-racial e a formação de comunidades negras localizadas na área que corresponde ao município de São Lourenço do Sul, procurando mostrar suas estratégias de permanência em um ambiente frequentemente desfavorável. Para tanto, utilizo obras de correntes historiográficas que procuram se contrapor às narrativas oficiais sobre a presença negra na região e no Rio Grande do Sul, que anteriormente ora era minimizada (e até negada), ora era diluída a uma suposta democracia racial que estaria presente nesse estado mesmo antes da Abolição (BENTO, 1956)³. Ressalto, entretanto, que em relação ao período do Pós-abolição, as pesquisas acadêmicas são mais escassas para essa região e mesmo com esse processo árduo de reconstrução histórica, ainda há um vazio de informações do final do século XIX até o período atual sobre a formação dos territórios negros.

Após essa discussão, será possível realizar alguns apontamentos sobre os processos atuais de “inserção” das comunidades em políticas públicas de reconhecimento identitário e suas possibilidades, formas de modificação, subversão e adaptação no acesso a elas, incluindo mecanismos de organização colocados como necessários, ou seja, como elas se colocam no processo.

O município em questão, São Lourenço do Sul, situa-se às margens da Laguna dos Patos e faz parte da região que compunha a cadeia produtiva das antigas charqueadas, localizadas na vizinha Pelotas, que tiveram expressão no final do século XVIII e ao longo do XIX. São Lourenço é composto de áreas de campo, onde atualmente são praticadas a rizicultura, sojicultura e a criação de gado em grandes e médias propriedades, e áreas de planícies e serrarias, onde há a produção de alimentos como milho feijão e batata e, principalmente, de fumo. A área de serrarias corresponde à Serra dos Tapes, que atravessa São Lourenço e percorre outros municípios, como Pelotas e Canguçu, habitada por indígenas da tribo Tape até pelo menos o século XVII (COSTA, 2007). Esse local se tornou importante referência para a presença negra na região durante e após o período escravagista, e contou também com intensa colonização de origem teuto, principalmente a partir da segunda metade do século XIX.

Há indicações de que aproximadamente 43 comunidades negras rurais vivem atualmente na região denominada como Zona Sul, que tem como polo o município de Pelotas, e podem ser mencionadas, até o momento, sete comunidades em São Lourenço do Sul, a partir de mapeamento realizado pela ONG CAPA (CAPA/MDA, 2010). Destas, cinco já receberam certificados de autorreconhecimento emitidos pela

³ Esses estudos recentes, que se concentram principalmente sobre o período colonial, em especial durante o ciclo charqueador da região e a consequente intensificação da escravidão, abordam, por um lado, sua força e crueldade, mas, por outro, procurando reforçar o viés da humanização das pessoas escravizadas, seus desejos, trajetórias, formas de resistência cotidianas e de adaptação. Podem ser mencionadas, respectivamente, obras como a de Maestri (1997) e Gutierrez (1993, 2010), já na segunda, de Osório (2007), Zarth (2002), Al Alam (2008) e outros.

Fundação Cultural Palmares (FCP), o que significa um reconhecimento oficial por parte do poder público. Essas comunidades são: Monjolo (Serrinha), Picada, Vila do Torrão (Canta Galo), Coxilha Negra e Rincão das Almas. Além destas, as comunidades do Faxinal (Campos Quevedos) e do Boqueirão já foram identificados pela FCP (CAPA/MDA, 2010).

Hammes (2010) menciona ainda grupos quilombolas que teriam habitado outras localidades dentro de São Lourenço, como Pinheiros, Sítio, Boqueirão Velho e a atual sede do município, principalmente em um bairro que era chamado de Vila (atual Barrinha), até meados do século XX. Há também diversas famílias negras dispersas no interior da área colonial e também nos núcleos urbanos próximos (Pelotas, Cristal, São Lourenço do Sul) ou mesmo na região metropolitana de Porto Alegre, mas que mantêm laços familiares com os seus locais de origem, como indicado por seus familiares que permanecem nas comunidades da presente pesquisa.

Dentre as comunidades envolvidas nessa pesquisa duas se localizam no interior da colônia teuto do município: Picada e Vila do Torrão. A Picada, situada em Santa Teresa, distante 43 quilômetros do centro do município, atualmente tem cerca de 15 famílias, em aproximadamente 55 hectares de terras íngremes, com distribuição desigual entre os membros das parentelas ali presentes. A comunidade apresenta forte migração (permanente e sazonal), principalmente dos jovens para a cidade de Cristal, vizinha de São Lourenço, em busca de oportunidades de trabalho. Lá os (as) jovens encontram ocupação em olarias, paradores de viajantes e como empregadas domésticas, entre outros.

Já na Vila do Torrão, no Cantagalo, habitam cerca de 20 famílias, em sete hectares. A comunidade se localiza a cerca de 50 quilômetros do centro urbano de São Lourenço. Além da manutenção de plantios de subsistência e de pequenas áreas de criação de animais, há famílias que plantam em pequenas áreas arrendadas (assim como na Picada), os demais trabalham basicamente como assalariados em lavouras (principalmente de fumo). A outra comunidade mencionada, o Rincão das Almas, localiza-se próximo da rodovia BR 116 e da sede do município, onde trabalham muitos dos seus moradores, além de manterem pequenas criações de animais ou lavouras. Também realizam atividades assalariadas em postos de gasolina e como peões em fazendas. Em seus 50 hectares, atualmente residem mais de 100 famílias.

Ao longo do doutorado, que se iniciou em 2011, com um período mais intenso de trabalho de campo de outubro de 2012 até dezembro de 2013, estão sendo adotados métodos etnográficos, tendo como premissa a relativização. Durante esse período, foram realizadas visitas, conversas informais e entrevistas com famílias das três comunidades, que atravessavam os temas mais diversos, respeitando a crítica dos interlocutores sobre a inserção política diante da presença do poder público e de outros atores, bem como as suas estratégias de participação em espaços coletivos, sem ignorar as relações entre poder, desejo e subjetividade, como lembra Spivak (2010). Nesse texto foi feita a opção por não identificar os interlocutores, apenas a sua comunidade de origem, com o intuito de preservar suas identidades pessoais.

BREVE NOTA SOBRE TERRITÓRIOS E ETNICIDADE

Os processos atribuídos ao território possuem dimensão estratégica para se pensar a relação entre grupos étnicos e destes com o Estado, a partir de diferentes perspectivas e debates. Oliveira Filho (1998) procura trazer esse debate, a partir de uma preocupação central em mostrar como os “índios do Nordeste” – os índios “misturados” – configuraram-se enquanto objeto de análise. Oliveira Filho (1998) debateu o termo territorialização, trabalhado na Antropologia a partir de Maine, no qual estão em jogo processos de reorganização social aos quais um grupo está sujeito, em que grupos externos exercem um papel significativo⁴. No caso abordado por Oliveira Filho, a descrição se dá sobre os processos de territorialização, e a formação do objeto político, com mecanismos de tomada de decisão e de representação que conectam os grupos com o externo, mas não necessariamente nas formas desejadas pelo próprio grupo. Diante disso, afinidades e vínculos são retrabalhados pelos diferentes atores, dentre os quais o Estado tem um papel chave.

Desses elementos, é possível depreender importantes análises. Oliveira Filho discutiu a relevância de se pensar na dissolução de imagens e trajetórias estagnadas e idealizadas de grupos étnicos, que não caberiam diante das demandas políticas, associadas aos modos de organização das populações atuantes, mas sim dar atenção ao contexto intersocietário e aos diferentes parâmetros em jogo nesse contato. Nesse caso, ele discute a necessidade de visualizar essas relações e a forma como se constituem os grupos étnicos a partir de processos identitários, nos quais, lembrando Barth (2011), os limites são construídos no contato.

A noção de territorialização se refere a uma forma de intervenção política que associa coletividades específicas a limites geográficos,

[...] onde o movimento pelo qual um objeto político-administrativo vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais (OLIVEIRA FILHO, 1998, p. 56).

Oliveira Filho vai além da conceituação de Maine, utilizando-se da obra de outros autores, como Balandier (1951), para falar em territorialização enquanto processo político que impõe percursos e reordenações a partir das relações de poder instituídas. Esse fator é caro à Oliveira Filho na medida em que é por intermédio dessas relações que é possibilitada a visualização da realidade de interações e modificações recíprocas. Dessas relações, afirma ele, resultam processos de reorganização sociocultural muito específicos.

⁴ Oliveira Filho diferencia territorialização de territorialidade, tal como utilizada por geógrafos franceses, como algo inerente a cada cultura, mas que, com esse uso, não contemplaria a diferenciação no contato, com implicações para um olhar congelado sobre os grupos étnicos em suas relações entre cultura e ambiente natural. Porém, há outros autores que se utilizam dessa última noção, com os cuidados referidos pelo autor, a partir de vertentes teóricas muito distintas, como na ótica filosófica deleuziana, que não será abordada nesse texto (DELEUZE, PARNET, 1998).

Oliveira Filho, em seu texto, chamou a atenção para o cuidado em se estudar esses processos identitários também como atos políticos, remetendo às “comunidades étnicas”, descritas em Weber (1983). Como Weber observou, essas relações apresentam sua singularidade pela base em uma crença subjetiva de uma procedência em comum, fazendo referência à pertinência à raça, quando sentida subjetivamente enquanto característica comum e levada à formação de objetivos comunitários. Weber citou uma série de elementos que contribuem para a afinidade étnica. São hábitos e costumes da comunidade e suas condições de vida que, de maneira dinâmica, são combináveis e variáveis: as crenças religiosas; a formação de uma comunidade linguística; as formas de vida cotidiana e diferenças esteticamente marcantes; a homogeneidade da regulamentação ritual da vida e a consanguinidade seja ela real ou imaginada.

Poutignat e Streiff-Fenart (2011, p. 40), com base também em Weber, reforçam que as identidades étnicas se reafirmam a partir da diferença, ou seja, não é *“o isolamento que cria a ideia de pertença, mas, ao contrário, a comunicação das diferenças das quais os indivíduos se apropriam para estabelecer fronteiras étnicas”*, com tensões entre estados internos e exigências exteriores. Justamente por serem os indivíduos quem conferem significado a determinada ação, a realidade não tem sentido único, portanto, necessita de análise empírica das construções e convenções sociais. Weber cita o exemplo dos negros nos EUA, onde eles seriam vistos como grupo que é mentalmente desqualificado, remetendo ao histórico de escravidão, em posição diferenciada dos indígenas no mesmo país (WEBER, 1983).

Oliveira Filho (1998), utilizando a metáfora da “viagem da volta”, faz uma análise que relaciona intimamente etnicidade e território:

O que a figura poética sugere é uma poderosa conexão entre o sentimento de pertencimento étnico e um lugar de origem específico, onde o indivíduo e seus componentes mágicos se unem e identificam com a própria terra, passando a integrar um destino comum. A relação entre a pessoa e o grupo étnico seria mediada pelo território e a sua representação poderia remeter não só a uma recuperação mais primária da memória, mas também às imagens mais expressivas da autoctonia.

O sentimento de pertencimento e o comprometimento com o grupo é sentido em especial em situações de contraste com outros grupos de características distintas, desencadeadas ou reforçadas principalmente em momentos de disputas. Porém, Weber chamou a atenção que a repulsão não é restrita aos grupos de características antropológicas comuns, em contraste com outros grupos, e também não tem estritamente definida a intensidade pela afinidade racial do grupo, mas está principalmente relacionada a diferenças socialmente construídas (e não somente os significados objetivos), com base na disposição ou na tradição, agindo em boa medida através da desqualificação do outro (WEBER, 1983).

Esses limites podem ser reforçados, como lembra Weber, nas diferenças exteriormente refletidas, com a ideia de honra e dignidade em relação ao Outro, sentidos pelo indivíduo (de coletividade para coletividade), ou de estigmatização, o que pode influenciar a ação comunitária de um grupo. Diante disso, considero que, para chegar até a configuração atual dos territórios negros em São Lourenço, é preciso descrever algumas das estratégias de territorialização operadas por grupos ou indivíduos negros para permanecer na região, a qual é marcada também pela presença de outros grupos étnicos, como descendentes de indígenas, portugueses e teutos, cada um com condições de acesso a terra distintos, bem como com relações específicas com o poder público, que influenciaram na formação das configurações sócio históricas atuais do município.

TRAÇANDO ALGUMAS LINHAS PARA SE PENSAR A PRESENÇA NEGRA EM SÃO LOURENÇO

Na conformação agrária do Brasil meridional no século XVII e XVIII, a colonização portuguesa nesta região foi estratégica do ponto de vista político e militar, resultando na ocupação das áreas em constante conflito com a Espanha pela doação de sesmarias a luso-brasileiros para assegurar o domínio português através da ocupação de terras e formação de rebanhos (OSÓRIO, 2007). Das sesmarias posteriormente se originaram médias e grandes estâncias que tinham como principal atividade a criação de gado em áreas de campo, baseada no latifúndio agropastoril na região pampeana (a qual englobava também os territórios espanhóis), atividade de grande importância na constituição das elites locais.

Osório traz dados importantes sobre a presença de escravos campeiros e roceiros nestes estabelecimentos, ao lado de peões livres contratados sazonalmente, enfatizando que houve utilização de mão de obra escrava desde o início da colonização do Rio Grande do Sul. Também é destacada a presença de lavradores já nesse período, com a posse de pequenas unidades de produção utilizadas para agricultura e criação de animais (OSÓRIO, 2007).

A partir do final do século XVIII, as estâncias de criação de gado passaram a abastecer as charqueadas que se estabeleceram na Vila de São Francisco de Paula, atual Pelotas, que consistiam em propriedades industriais de produção de charque, atividade que se tornou a principal da região, com seu auge no século XIX. Também baseada no escravismo, porém mais intenso do que nas estâncias, as charqueadas articularam diferentes setores produtivos e municípios, consolidando alguns locais como de criação ou como caminho das tropas de gado vindas de outros estados, caso dos campos de São Lourenço e de Canguçu (OSÓRIO, 2007).

Mais especificamente na área que compreende o município de São Lourenço, ocorreram dois períodos mais intensos de colonização europeia, um com imigrantes luso-portugueses e outro com

germânicos⁵. Inicialmente, a ocupação foi realizada principalmente em áreas de campos, próximos à Laguna dos Patos, ainda no século XVIII, quando ocorreu o povoamento também com a doação de sesmarias onde se formaram estâncias agropastoris, seguindo a lógica de ocupação da região fronteiriça, na qual o sistema escravista estava marcadamente presente.

Inicialmente, um núcleo de povoamento se formou na Fazenda Boqueirão, localizada entre a Serra dos Tapes e as áreas de campo, onde foi construída uma capela. A localidade, que recebeu o nome de Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão, correspondia ao 4º distrito da Vila de São Francisco de Paula (que englobaria hoje, além de São Lourenço, também parte do território do município vizinho Cristal e trechos de Turuçu e Pelotas), e foi habitada por peões livres, agregados e negros forros. Conforme dados do ano de 1833 sobre a população da Vila de São Francisco de Paula, mencionados por Arriada (1994 *apud* BOSENBECKER, 2011), nessa Freguesia o número de habitantes registrado era de 1830 pessoas, distribuídas em 250 casas. Deste total, 800 eram escravos e 250 libertos.

A partir de 1858, a Serra dos Tapes, área pretensamente desocupada, também foi incorporada por projetos de colonização europeia. Os empreendimentos colonizadores em áreas não utilizadas pelas estâncias foram estimulados no século XIX com a intenção de reordenamento dessa área, de modo a estimular a agricultura em pequenas propriedades, para abastecimento interno, e a ocupar espaços ociosos do ponto de vista econômico, colaborando para o processo de mercantilização da terra⁶. Com isso, imigrantes pomeranos e alemães formaram a colônia de São Lourenço (rodeada por estâncias), um empreendimento particular realizado inicialmente em parceria entre o estancieiro José Antônio de Oliveira Guimarães e o empresário Jacob Rheingantz.

Nesse contexto, deparamo-nos com uma configuração interétnica singular. Pelo aquilombamento e pela posse, os matos da Serra dos Tapes já eram habitados e se tornaram uma rota de deslocamentos para lavradores nacionais, agregados, posseiros, indígenas e negros (ZARTH, 2002), grupos que em alguma medida também compartilhavam situações de subordinação. Com isso, esta serra se estabeleceu como um local de fuga de escravos ainda no final do século XVIII, em especial pelo Arroio Quilombo e o Passo dos Negros (RUBERT, WOLFF, 2011)⁷.

Ressalta-se, entretanto, que as condições de acesso à terra dos imigrantes foram distintas das de outros moradores já estabelecidos na Serra dos Tapes e arredores. E como menciona Rubert (2009, p. 171) sobre esses processos de territorialização, a ocupação da Serra dos Tapes por imigrantes “[...] tornou mais

⁵ Há também descrições de povoamento por um grupo familiar extenso oriundo de São Paulo na localidade de Campos Quevedos, em período anterior ao da colonização teuto (BOSENBECKER, 2011). Esse grupo teria origem espanhola (HAMMES, 2010).

⁶ É importante mencionar que antes da implementação da colônia de São Lourenço houve o marco da Lei de Terras, em 1850, que restringiu o acesso a terra para quem não tivesse o título legal, atuando na consolidação dessa mercantilização.

⁷ Uma importante referência à fuga de escravos das estâncias e charqueadas em direção à Serra dos Tapes é ao grupo do *General* Manoel Padeiro, que causou inúmeros prejuízos aos proprietários da região, com saques, roubo de escravos e destruição de casas, explicitamente afrontando a ordem escravista vigente. As ações do Bando de Manoel Padeiro foram registradas em Pelotas em processos criminais do ano de 1835. (MAESTRI, 1997; AL ALAM, 2008).

tensa as relações étnico-raciais, tendo em vista que as áreas de relevo acidentado também passaram a ser cobiçadas para o desenvolvimento de atividades agropecuárias em propriedades de pequeno e médio porte”.

Ao longo do século XIX, quando a população liberta crescia, e mesmo no Pós-Abolição, as condições de vida dos ex-escravos e seus descendentes se mantiveram precárias. Atualmente, a memória dos quilombolas sobre os antepassados discorre frequentemente sobre a exclusão social e a expropriação de territórios de plantio e de morada, limitando a produção própria de alimentos e a relativa autonomia, fator estreitamente relacionado com a consolidação de trabalhos mal remunerados e mesmo casos de situações análogas ao trabalho escravo. Com isso, em uma configuração agrária duplamente limitada (de um lado, pelas colônias de imigrantes, por outro, pelos latifúndios), as estratégias de territorialização e reprodução social de ex-escravos e seus descendentes foi marcada pela resistência (RUBERT, SILVA, 2009).

Desse modo, um elemento constitutivo do município de São Lourenço é a interação entre grupos étnicos, onde as fronteiras são demarcadas, atualizadas e reformuladas constantemente, como menciona Barth (2000). De maneira complexa, ao mesmo tempo em que há elementos de estigmatização racial na memória desses grupos (conflitos, violência, relações trabalhistas consideradas injustas, exclusão), há também a reconstrução de fronteiras a partir de casamentos interétnicos, relações de compadrio e a presença de filhos de criação negros em famílias brancas⁸.

Diversos elementos são constitutivos dos territórios negros atuais, como a posse, o aquilombamento, a doação por testamento, a compra (em dinheiro, trabalho ou outros bens) e mesmo a recompensa pela participação em conflitos armados, elementos que oscilavam entre dependência e antagonismo entre famílias negras e outros grupos (RUBERT, 2009). Recorrendo a esses elementos, um ponto importante foi a tensão entre fixação e mobilidade desses grupos nesses locais. Como menciona Castro (1995 *apud* ARIZA, 2012), se o acesso à mobilidade (sazonal ou permanente) pode ser considerado uma forma de liberdade (acessada ainda no período escravocrata), em busca de melhores condições de vida, a tentativa de fixação em um território era um elemento importante para a consolidação das famílias negras no Pós Abolição. Segundo Ariza (2012):

Somente diante do enraizamento em realidades locais e da consolidação do que chamamos de redes de solidariedade e de reconhecimento social, estreitamente vinculadas à formação de família, vizinhança e ao advento de uma ocupação estável, seria possível assegurar e legitimar uma liberdade construída cotidianamente (ARIZA, 2012, p. 36).

Nesse sentido, um momento marcante na constituição das atuais comunidades do município de São Lourenço do Sul foi a fuga de escravos, na segunda metade do século XIX, de uma estância de Canguçu,

⁸ A literatura atual também menciona essas relações, ressaltando que os imigrantes não possuíam “cultura escravocrata” e eram proibidos por lei de comprarem escravos, em uma visão mais branda dessa relação (HAMMES, 2010). Entretanto, nos relatos dos quilombolas entrevistados, são mencionados casos de formação de relações servis através das adoções, questão que demanda maiores aprofundamentos.

a estância da Figueira. O grupo teria se dividido e acabado formando as comunidades de Torrão, Serrinha, Faxinal e Picada. Segundo relato de uma moradora da Picada, na localidade de Santa Tereza, houve uma peculiaridade em relação a essa fuga: uma criança, seu antepassado, perdeu-se do grupo e foi encontrada e criada por uma família de origem germânica moradora dos arredores do atual território da Picada. A Picada, posteriormente, foi habitada por outras famílias negras, tendo acesso a terra pela posse, doação e compra de terras⁹.

Na memória dos deslocamentos, a presença de um maior número de famílias negras no passado é uma informação muito recorrente nas comunidades de São Lourenço, bem como o acesso a uma rota de deslocamentos entre as comunidades negras da região ainda no período escravista. Essas rotas foram alimentadas ao longo do tempo, tendo com origem ou destinos locais como Canguçu, Pelotas, Camaquã, Cristal e mesmo a Banda Oriental, atual Uruguai¹⁰. Com isso, uma memória em comum a diversas comunidades é a recepção de famílias negras vindas de outras comunidades, bem como os deslocamentos para locais onde já havia algum laço, com a formação de espaços de acolhimento e trocas matrimoniais.

Ao longo do tempo, essas e outras famílias se movimentariam e fixariam “pelos matos”, tendo refúgio em “terras de negros”, justamente onde não eram incomodados, buscando possibilidades de trabalho ou plantio. Como menciona um ancião da comunidade da Picada, em São Lourenço, até mesmo as residências, por serem distintas das demais (de barro) eram distantes das estradas, para não chamarem a atenção como indicativo da presença negra. Na Vila do Torrão, os moradores mais antigos mencionam um intenso ir e vir do município de Canguçu, dada a proximidade desta comunidade com o município, com laços matrimoniais entre parentelas das duas localidades principalmente até meados do século XX.

Mas o Rincão é relatado com um dos locais de mais intenso fluxo de deslocamentos, tornando-se espaço de acolhimento e morada de outras famílias negras, bem como de indígenas e, mais recentemente, também de colonos. Da mesma forma, tornou-se um local de onde saíram muitas famílias, com destinos diversos, como mencionam antigos e atuais moradores. A comunidade, segundo relatos de diversos interlocutores, foi ocupada inicialmente pela herança dada à família Pereira (que ainda vive na comunidade), com relatos vagos sobre o período da doação. Alguns moradores mencionam que ela ocorreu “depois da guerra”, indicada como sendo a Revolução Farroupilha (1835 a 1845), e outros mencionam que foi uma doação da Princesa Isabel (em data posterior à Revolução, portanto).

⁹ Segundo os relatos de campo, trabalhadores do Coronel Centeno teriam se deslocado para parte do território atual, em área que o fazendeiro teria cedido para famílias negras. Depois de muitos anos, duas idosas negras que ainda moravam na área cedida pelo Coronel foram expulsas pelos descendentes dele. Até o momento não foram encontradas mais referências sobre um coronel de sobrenome Centeno no município.

¹⁰ As fronteiras entre nações, como o vizinho Uruguai, não se constituíam de maneira fixa. Como menciona Lima (2007), a fronteira é um espaço de inúmeras trocas materiais e imateriais e de interações, e entre Brasil e Uruguai transitavam soldados, escravos, gado, contrabandos. O autor relata casos da reescravidão de negros nascidos no Uruguai, local onde a escravidão já havia sido proibida em 1842. Neste período também ocorria a fuga de brasileiros para o Uruguai em busca de liberdade.

Como em outros territórios negros brasileiros, nessa comunidade é recorrente a falta de títulos legais da terra. No caso do Rincão, parte do território herdado estaria atualmente em poder de famílias latifundiárias, pela manipulação do código da escrita, acompanhado, no caso, pelo extravio de um mapa que teria a medição das terras doadas, como relatou o morador mais antigo da comunidade, dado confirmado também por vizinhos que habitam a localidade do Prado, ao lado do Quilombo. O mapa com a indicação da doação das terras foi entregue a um colono que teria afinidade com a família Pereira, na tentativa de enviá-lo ao poder público para realizar a regularização das terras, mas foi extraviado, como relatado pelo mesmo ancião. O mapa continha a medição de 1501 braças de terra doadas. Situações de “extravio de documentos” também são relatadas por Rubert (2009) como recorrentes:

[...] pelo extravio dos “papéis” [escritura da terra, testamentos dos antigos senhores ou comprovante de pagamento de impostos junto ao Incra], confiados a pessoas externas às comunidades que se responsabilizariam pela regularização fundiária; pela má fé de agentes judiciários que, mesmo conhecendo mecanismos que amparariam os direitos costumeiros das comunidades, auxiliaram ou deram ganho de causa aos expropriadores (RUBERT, 2009, p. 175).

Mais algumas observações em relação aos processos de formação do território dessa comunidade, que se aproximam da realidade das demais, podem auxiliar no debate sobre as ações do poder público. Como já mencionado, esse é um local de grande fixação de parentelas negras, mas que passou por um fluxo intenso de abandono de terras nessa localidade, principalmente na segunda metade do século XX. Segundo alguns moradores, esse esvaziamento teria ocorrido devido à estigmatização do local, identificado como *terra de negros* e, conseqüentemente, desvalorizado, acrescido da necessidade de busca por locais onde houvesse mais oportunidades de trabalho. Essas delimitações (internas e externas) dos modos de vida, reconhecidas socialmente, podem ser um fator de identificação dos territórios quilombolas, nos quais laços solidários de ajuda mútua que informam sobre as regras que regem a vida cotidiana sobre a terra comum, mobilizadas e reorganizadas de maneira contínua, influenciam na consolidação de estratégias de territorialização.

Atualmente, entretanto, há um movimento de retorno e repovoamento do local, e um dos principais motivos é a oportunidade de acesso a programas de habitação implementados pelo governo federal (Minha Casa Minha Vida, por meio do Programa Nacional de Habitação Rural) no Rincão das Almas e nas demais comunidades quilombolas do município, com a mediação de organizações regionais. No Rincão das Almas estão sendo construídas mais de 120 casas, fato considerado como uma grande vitória para os moradores, apesar dos conflitos no processo¹¹.

¹¹ Após anos de espera pelas habitações através de uma organização de assistência técnica, moradores de diversas comunidades decidiram solicitar suas casas por intermédio de outra organização, uma cooperativa de crédito, situação que dividiu algumas

Assim como as casas que estão sendo construídas pelo Programa, nas comunidades negras do município, as casas que os quilombolas moram atualmente são de alvenaria, feitas com recursos próprios. Entretanto, cabe mencionar que nas comunidades negras da região eram comuns as casas de barro, feitas de torrão (grandes blocos de terra) ou de pau a pique (barreado), cobertas por capim santa fé. Porém, ao visitar as comunidades, percebemos que elas não estão mais presentes, frequentemente indicadas como em desuso e símbolo de atraso. A casa de barro chega a ser apontada como elemento que poderia ser reconstruído, mas como um memorial, mostrando como os negros viveram e as dificuldades extremas que passaram, tempo pretérito.

Esse tipo de construção e arquitetura pouco a pouco estão desaparecendo e são indicados elementos que justificam essa escolha: havia risco de desmoronamento de paredes, principalmente em períodos chuvosos; a possibilidade de incêndio era real, principalmente pelo fato de que os principais meios de elaboração de alimentos eram fogões a lenha ou fogueiras no chão. Porém, essa memória é entremeada por certo saudosismo, por remeter a boas recordações – dos momentos de cantoria em volta do fogão à lenha dentro de uma cozinha de barro, da mãe que sabia construir “feito um João de barro”, com muita alegria; da estabilidade térmica (“*era quente no inverno e fria no verão*”) e outros elementos, como relata também um grupo familiar em especial da Vila do Torrão, local que recebeu esse nome justamente pela presença da construção de barro com a técnica de torrão.

Para uso atual, não sobram dúvidas de que as casas de alvenaria, apesar de apontados alguns problemas, são a única habitação possível. Para se chegar nesta certeza atual, há que se pesar alguns elementos de análise, como a atuação de órgãos públicos, a exemplo da Funasa, que parecem ter sido essenciais na desconstrução e desvalorização das casas de barro, quando estabeleceram que estas casas não seriam adequadas e poderiam disseminar insetos indesejáveis (o barbeiro, no caso). Preponderam, dessa maneira, ideias com traços higienistas sobre elementos culturais em nome de uma noção de saúde idealizada e dedutiva.

Mas o caminho da estigmatização já estava sendo trilhado anteriormente. Até bem pouco tempo, as casas de barreado e de torrão eram um elemento diretamente vinculado ao ser negro na região – que, por sua vez, era vinculado ao ser desprovido de recursos financeiros para a construção de uma casa de outro material. Em um encontro que resultou em uma entrevista conjunta com duas famílias da Picada, o relato de um dos quilombolas foi de que a estratégia possível para evitar a estigmatização foi a própria mudança operada e o abandono de alguns elementos mais marcantes, como a casa de barro: “*Não foi os colonos [de descendência pomerana] que mudaram, foi a gente. Eles nunca entrariam numa casa de barro. Hoje em dia a gente tem casa melhor do que a deles*”.

comunidades. Após, as relações entre essas comunidades e organizações foram abaladas politicamente, mas não encerradas, e as disputas entre *qual organização deve estar nos quilombos* é uma questão presente.

Essa mudança, em certa medida imposta, mas também almejada, dadas as duras condições de vida e a impossibilidade de construir outros caminhos, é conectada com processos mais amplos e com a vigência de um modelo de desenvolvimento econômico que não contempla a diversidade étnica, apoiado por antigas e novas políticas públicas que incidem sobre o rural como um todo e sobre essas comunidades. A afirmação desse modelo incide nessas comunidades negras, seja pela estigmatização quando não acompanham a mesma lógica, seja pela expropriação de terras por outros atores que se consideram mais legítimos detentores de terras, seja ainda pela desvalorização cultural desses grupos identitários, situação que, em tese, começaria a ser modificada com a efetivação de políticas específicas.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE RECONHECIMENTO IDENTITÁRIO EM EVIDÊNCIA NO CONTEXTO LOCAL

O território, mais do que um ambiente geográfico, faz lembrar um sentimento de pertencimento, o "habitar" o lugar. Como espaço de relações, refere-se a práticas locais, do conhecimento local e suas especificidades, mas também a intenções, projetos futuros, realizações, representações que expressem as interações dos indivíduos e grupos, sem necessariamente envolver a ideia de posse ou de propriedade da terra (ANJOS, 2004). Na memória da escravidão para as comunidades negras, segue Anjos, o primeiro território a ser reapropriado pelo escravo, ao ser liberto, foi seu próprio corpo, enquanto território de resistência, do qual seu senhor, na época em que a escravidão estava instaurada, tinha "posse", para explorar seu trabalho.

Mas as memórias da escravidão são muito diversas, ou mesmo podem ser apagadas. No âmbito da presente pesquisa, há uma recorrente associação da escravidão como algo inaceitável atualmente, mas algumas marcas permanecem. Por exemplo, quando emergiu, em uma conversa sobre o tema da presença de trabalho em condições análogas ao trabalho escravo nos dias atuais, os olhos de uma senhora da comunidade quilombola do Rincão das Almas se encheram de lágrimas ao dizer que já teve que trabalhar em troca de comida, atividade que foi associada, durante a conversa, com a escravidão.

Se associações de experiências de trabalho com as mazelas da escravidão ainda são recorrentes, atualmente uma delas é feita junto ao trabalho como diaristas em lavouras de fumicultura, principal atividade realizada no município. Um jovem do Torrão que trabalha nessa atividade lembrou, durante uma conversa que versava sobre a necessidade de autovalorização dos negros, que as remunerações ofertadas no entorno da comunidade, no verão de 2013, chegavam a 25 reais por dia, com cerca de 10 horas de trabalho, colhendo e transportando até 70 kg de fumo, enquanto que em outros locais esse valor chegava a 70 reais por dia. Ele finalizou dizendo que os negros não podiam aceitar valores tão baixos, pois "o tempo da escravidão já passou".

O mesmo interlocutor relatou posteriormente que sabia que poderia processar judicialmente o patrão, mas disse que preferiu negociar diretamente com ele, pois acreditava também que se levasse adiante um processo nunca mais conseguiria emprego na colônia¹². Quando se fala em relações de trabalho, em muitos casos o sentimento de injustiça é acompanhado de uma constatação de que o espaço para manobra é pequeno e o preconceito racial é arraigado, como citou uma liderança quilombola, parafraseando a fala de um amigo: *“Emprego está difícil, e a cor [da pele] ainda não ajuda...”*. Nesse sentido, as políticas voltadas para o fortalecimento das comunidades quilombolas são vistas como trazendo uma possibilidade de mudança de paradigmas no que diz respeito ao preconceito racial.

O processo de reivindicação identitária de comunidades quilombolas, institucionalizado no Brasil posteriormente à Constituinte, em 1988, e sua recente inserção em políticas públicas às quais elas estavam marginalizadas (água, luz, moradia e, em um processo mais difícil, regularização fundiária de territórios tradicionais), é efetivado por diferentes instâncias do poder público e por diversos programas¹³. A categoria em questão é fruto da positivação da categoria histórica de quilombo, local combatido pelo Estado brasileiro no período escravocrata por abrigar escravos fugitivos¹⁴. Atualmente, engloba grupos de todo o país, cada um com suas especificidades e categorias nativas de autorreferência (ARRUTI, 2010).

O situar-se como quilombola, ou seja, identificar-se com históricos de resistência presentes em outras comunidades e poder vislumbrar a possibilidade de valorização e mudança de estigmas pode ser considerado como uma mobilização política importante. Com essa inserção, é possível mencionar aspectos como autoestima, valorização e mudanças de estigmas, ou seja, uma positivação e a possibilidade efetiva de acesso a direitos que apesar de universais, não eram acessíveis a essas comunidades. Por exemplo, o fornecimento de energia elétrica chegou a algumas das comunidades de São Lourenço somente em 2006, por meio de programas públicos.

Entretanto, se essas dinâmicas atuais de ação política presentes nas comunidades negras rurais implicam, por um lado, em uma abertura para direitos sociais, por outro, podem provocar desavenças internas, disputas por recursos etc. Além de classificações, visões de mundo e modelos de desenvolvimento distintos em jogo nos programas e projetos voltados a esses grupos, que em algum momento se encontram e contrastam, as implicações da entrada desses grupos em processos de reconhecimento identitário são muito complexas e, mais do que simplesmente contrastá-las, é interessante visualizar como essas

¹² Uma “boa conduta” e certa proximidade parecem não assegurar o almejado respeito junto aos patrões, como no relato de um morador da Picada que trabalhou muitos anos em uma casa de comércio de colonos, mas teve que entrar na justiça para poder se aposentar, enfatizando sua tristeza no fato de que o ex-patrão não auxiliou no processo.

¹³ Sob a coordenação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR), pode ser destacado o Programa Brasil Quilombola, criado em 2004, articulando ações interministeriais. É uma política que teria como objetivo reduzir desigualdades raciais no país e proporcionar ações de disponibilização de infraestrutura básica, de apoio a projetos de valorização sociocultural e de incentivo a ações de desenvolvimento local.

¹⁴ Esse histórico demonstra que as relações com o poder público são diversas e antigas, atravessando formas de policiamento, de marginalização (exemplificadas pelas políticas de combate aos quilombos) e de expropriação, como a política de terras operada no século XIX.

classificações são tensionadas e são objeto de mediações muito particulares¹⁵. Diversos fatores podem ser mencionados neste tensionamento além das vontades de cada grupo (heterogêneas internamente), tais como as exigências legais do poder público para o acesso a direitos e as disputas entre significados e categorizações sobre “o que deve ser” uma comunidade quilombola.

A própria normatização estatal no Brasil é entendida como inapropriada diante das demandas dessas comunidades, devido aos diversos entraves burocráticos. Destaca-se a dificuldade em assegurar a titulação dos territórios negros historicamente expropriados, ponto de maior questionamento por diferentes atores que compõem quadros de poder instituídos no Brasil, dado que exige um confronto junto a símbolos sacralizados, como a propriedade privada, e também pelas dificuldades do próprio Estado em conduzir o processo de modo a evitar o acirramento de conflitos locais.

Diante desse quadro, um ponto a ser problematizado também é a forma de acesso a essas ações, dado que, para atingir os objetivos almejados pela comunidade, há a entrada desses sujeitos em um jogo político em que são impostas regras definidas pelos atores já presentes, que atuam como mediadores do acesso a essas políticas. Outras regras de tomada de decisão interna a cada grupo, construídas ao longo do tempo, podem ser desarticuladas ou modificadas, devido ao desânimo e frustração diante das ações intermitentes do poder público, da falta de recursos, da dependência em relação a organizações mediadoras e ao Estado, bem como dos tempos da burocracia que são distintos da temporalidade e das urgências dos quilombolas. Da mesma maneira, os objetivos daqueles que se colocam como representantes dos grupos podem ser redelineados ao longo do tempo.

No caso das comunidades negras rurais, uma “associação da comunidade quilombola” foi a forma encontrada junto ao Estado para efetivar o acesso a outras instâncias e para ser um canal de diálogo com o Estado. Com isso, os grupos entrariam na esfera da legalidade e expressariam suas escolhas coletivas através da associação para atender suas necessidades coletivas, como no caso da regularização fundiária com títulos coletivos da terra (BRASIL, 2003). Porém, isso não quer dizer que todos os grupos possuam afinidade com o modo de organização da associação, onde não são priorizados necessariamente laços anteriores, que incluem relações de parentesco e hierarquias familiares.

Com isso, a articulação das comunidades negras em associações, ao mesmo tempo em que estimula a organização coletiva, também pode criar divergências que não necessariamente facilitam as escolhas comuns. O grupo, ao ter que fazer escolhas coletivas, complexas por si, por meio de uma associação, se vê diante das dificuldades de produzir uma unidade que não é dada previamente, que não está isenta de relações de poder e que podem ou não respeitar relações anteriores. Essa forma de organização impõe também uma série de tarefas organizativas, como reuniões, entrega de documentos, representações em espaços públicas etc. Nesse sentido, diversos fatores podem se destacar, como

¹⁵ Uma análise interessante das contradições entre políticas de proteção e protecionistas, bem como suas implicações para o aumento da expropriação de povos tradicionais brasileiros, está em Almeida (2012).

confiança, diplomacia, coragem de enfrentamento dos desafios, carisma e capital político, fazendo e refazendo arranjos, alianças e interlocuções (SWARTZ, 1968).

Mas quando as promessas não se materializam, a frustração é um sentimento presente e as lideranças quilombolas são as mais questionadas pelos seus grupos, mesmo que a efetivação das ações não dependa somente delas. Conectado com isso, para muitos grupos, a efetivação das associações estimulou relações de dependência contínua por recursos do Estado, os quais chegam de forma fragmentada, mediados por atores que se colocam como necessários. É, em certa medida, estratégico para esses mediadores promoverem ações centradas na sua presença (e mesmo no seu capital político para angariar mais recursos), pois a manutenção desse tipo de relações tende a constituir laços de dependência pessoais ou bilaterais. Com isso, a política pública pode atuar também como mecanismo de adequação a sua condição de vida, apesar de se apresentar como transformadora de *status quo*, pois há vias de acesso a recursos que só se abrem quando os grupos aceitam regras já consolidadas.

Além disso, a esfera de participação da associação, na região, leva as lideranças para espaços públicos como fóruns regionais e também as conectam com agentes do poder público, além da presença de outras instituições. Nesse sentido, Dagnino (2002) trouxe elementos importantes sobre a questão da representação. Um deles diz respeito ao *“impacto da passagem para uma forma de atuação que se caracteriza pela ‘inserção institucional’ e privilegia os processos de negociação com o Estado no interior dos novos espaços trazidos pelo avanço democrático”* (DAGNINO, 2002, p. 292), com riscos de subordinação a interesses outros que não os das bases sociais. Essa reflexão é relativa às próprias estratégias assumidas pelos atores, que podem ser alternadas entre a institucionalização e a mobilização social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do texto, procurei discutir, a partir das dinâmicas de configuração territorial em sua complexidade étnico-racial na região, algumas das singularidades que dizem respeito à inserção de grupos quilombolas, considerados como minorias de poder, em políticas de reconhecimento. Entendendo que não se pode colocar os atores em uma posição de vitimização, considero que é preciso ver como negociam, negam, realizam trocas, aceitam e mesmo subvertem o que lhes é ofertado.

Torna-se importante refletir, nesse sentido, sobre como a categoria normativa do Estado, posta como necessária a esse reconhecimento, opera, a partir de ferramentas organizativas e canais de representação que podem se tornar arbitrários, diante da complexidade das categorias que se encontram em cada local e da maneira como se relacionam com a sua memória dos processos históricos (ARRUTI, 2008) e com a sua configuração territorial nessa região.

Em uma reflexão inicial, apesar da maior valorização das comunidades quilombolas e das conquistas de alguns direitos básicos, que seriam universais, mas não tinham sido alcançados anteriormente por esses atores, considero que a condição de subalternidade, porém, segue sendo colocada, pois não se fala em uma mudança efetiva de sua condição social ou em autonomia diante de quem possibilita o acesso a políticas, por exemplo. Desta maneira, o discurso de participação, inclusão e cidadania também merece problematização. Junto com a ideia de cidadania, outros processos sociais se entremeiam, como relações que podem ser consideradas de tutela, identificadas pelos quilombolas como sendo parte de um jogo no qual não se pode confiar plenamente. E as respostas das comunidades podem ser diversas, desde a negação desse tipo de mediação até a adoção de parcerias estratégicas, quando, para atingir seus desejos, internos ou construídos na própria inserção no campo político, as comunidades locais participam de determinada situação.

Mas se por um lado não se pode afirmar que as relações desencadeadas não trazem alterações ao contexto local, desejadas em alguma medida, dada a recorrente falta de condições básicas para o desenvolvimento de projetos de vida, por outro lado cabe problematizar o que é estabelecido como almejado para as comunidades, incluindo uma necessidade linear de desenvolvimento (para fugir do que é visto homoganeamente como pobreza) a partir de tais ações públicas. Ou seja, para romper com situações de estigmatização, seria necessário ser “incluído na sociedade”, apesar de ser oferecida uma posição que frequentemente mantém a situação de subalternidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AL-ALAM, C. C. *A negra força da princesa: polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857)*. Pelotas: edição do autor, Sebo Icária, 2008.
- ALMEIDA, A.W. B. Territórios e territorialidades específicas na amazônia: entre a proteção” e o “protecionismo”. *Caderno CRH*, Salvador, v. 25, n. 64, p. 63-71, Jan./Abr., 2012.
- ANJOS, J.C.G. Identidade étnica e territorialidade. IN: ANJOS, J.C.G.; SILVA, S.B. (org.). *São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade e territorialidade negra*. Editora da UFRGS, Porto Alegre, Brasil, 2004.
- ARIZA, M. B. A. *O ofício da liberdade: contratos de locação de serviços e trabalhadores libertandos em São Paulo e Campinas (1830 – 1888)*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- ARRUTI, J.M. *Antropologia e direito nos embates em torno dos quilombos no Brasil*. VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural. Porto de Galinhas, Pernambuco. 15 a 19 de novembro de 2010.
- ARRUTI, J.M. Quilombos. IN: PINHO, O.; SANSONE, L. (org.). *Raça: Perspectivas Antropológicas*. Salvador: EDUFBA, 2008. 1. ed.
- BENTO, C.M. *O negro descendência na sociedade do Rio Grande do Sul (1635 – 1975)*. Porto Alegre, Grafosul, Instituto Nacional do Livro, 1976.
- BOSENBECKER, P. *Uma colônia cercada de estâncias: imigrantes em São Lourenço/RS (1857-1877)*. Porto Alegre: UFRGS, 2011. 166p. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós- Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- BRASIL. *Decreto 4.887*, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm> Acesso em março de 2003.
- CAPA - Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor/ MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Revelando os quilombos no Sul*. Pelotas: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2010. 64 p.
- COSTA, L. S. *Anastácia, Manuel Barbosa e Ferreira-Fialho, famílias e territórios negros: tradição e dinâmica territorial em Gravataí e Viamão, RS*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.
- DAGNINO, E. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. IN: DAGNINO, E. (org.). *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 279-301.
- DELEUZE, G.; PARNET, C. *Diálogos*. São Paulo: Escuta, 1998.

- GUTIERREZ, E.J.B. *Negros, charqueadas e Olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Pelotas: EDUPPel/Mundial, 1993.
- GUTIERREZ, E.J.B. O Monte Bonito cobriu-se de sangue: história do Sítio Charqueador Pelotense. IN: 2 *Seminário Internacional de Patrimônio Agroindustrial*, 2010, São Carlos.
- HAMMES, E. L. *São Lourenço do Sul: radiografia de um município – das origens ao ano 2000*. São Leopoldo: Studio Zeus, 2010.
- LIMA, R. P. *O poder do sistema escravista e as redes de tráfico terrestre na fronteira do Brasil Meridional* (meados do século XIX). XXIV Simpósio Nacional de História. Associação Nacional de História – ANPUH. São Leopoldo, 2007.
- MAESTRI, M. J. O negro no sul do país. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 25, p. 231-240, 1997.
- MOREIRA, P.; AL ALAM, C. C.; PINTO, N. *Os Calhambolas do General Manoel Padeiro: práticas quilombolas na Serra dos Tapes (RS, Pelotas, 1835)*. São Leopoldo: Oikos, 2013.
- OLIVEIRA FILHO, J.P. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, v. 4, n. 1, p.47-77, 1998.
- OSÓRIO, H. Fronteira, escravidão e pecuária: Rio Grande do Sul no período colonial. IN: *II Jornada de História Regional Comparada*, Porto Alegre: PUCRS, p. 1-16, 2005.
- OSÓRIO, H. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Unesp, 2011. 250 p. 2. ed. Tradução Elcio Fernandes.
- RUBERT, R. A. Comunidades negras no RS: o redesenho do mapa estadual. IN: SILVA, G.F.; SANTOS, J.A.; CARNEIRO, L.C.C. (Org.). *RS Negro: cartografias sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre: EDIPUC/RS, 2009. p. 165-181.
- RUBERT, R. A.; SILVA, P. S. O acampesamento como sinônimo de aquilombamento: o amálgama entre resistência racial e resistência camponesa em comunidades negras rurais do Rio Grande do Sul. IN: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARINA, R. A. (orgs.) *Diversidades de campesinatos: expressões e categorias*, v. 1, Construções identitárias e sociabilidades. São Paulo: Ed. da Unesp/Brasília: NEAD, p. 251-274, 2009.
- RUBERT, R. A.; WOLFF, L. P. S. *Territórios Negros na Região das Antigas Charqueadas (RS): memória e reconhecimento*. IX Reunião de Antropologia do Mercosul. 10 a 13 de julho de 2011 - Curitiba, PR.
- SPIVAK, G.C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- SWARTZ, M. J. *Local Level Politics: Social and Cultural Perspectives*. Chicago: Aldine Publishing Company, 1968.

ZARTH, P. A. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed. da UNIJUÍ, 2002.

WEBER, M. Las comunidades políticas. IN: WEBER, M. *Economía y Sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

Recebido em:08/07/2014
Aprovado em:04/09/2014
Publicado em:03/10/2014

**A QUESTÃO RACIAL NA FORMAÇÃO DO PENSAMENTO SOCIAL
BRASILEIRO - LEI 10639/03, O SERVIÇO SOCIAL E A ACADEMIA**
THE RACIAL QUESTION ON THE FORMATION OF BRAZILIAN SOCIAL THINKING – LAW 10639/03 –
SOCIAL SERVICES AND THE ACADEMY

Nino Rafael Medeiros Kruger
Carla Silva de Avila
Myrian Siqueira da Cunha

Vol. XI | n°22 | 2014 | ISSN 2316 8412



A QUESTÃO RACIAL NA FORMAÇÃO DO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO - LEI 10639/03, O SERVIÇO SOCIAL E A ACADEMIA

Nino Rafael Medeiros Kruger¹

Carla Silva de Avila²

Myrian Siqueira da Cunha³

Resumo:O presente trabalho tem por objetivo subsidiar a discussão que se tem feito a respeito da não concretização dos direitos garantidos pela Lei 10639/03, analisar a origem das relações étnicas raciais desiguais, apresentando o Assistente Social como figura que tem em seu código de ética os fundamentos para atuar ao lado de movimentos sociais, bem como o combate a qualquer tipo de preconceito, e o papel da academia na formação de profissionais que iram colocar esta e outras políticas públicas em pratica.

Palavras chaves:Negro, Assistente Social, Academia, História, Pelotas.

Abstract:This following work has the objective of subsidize the discussion that has been made about the non-concretization of the rights guaranteed by the Law 10639/03, to analyze the origin of the unequal ethnic relations, presenting the Social Worker as a character that has in their ethic code the foundations to act beside the social movements, and to combat any kind of prejudice, and the role of the academy on the formation of the professionals that will put this and others public policies into practice.

Keywords:African-americans, Social worker, Academy, History, Pelotas.

INTRODUÇÃO

Como observador tenho acompanhado e participado de forma ativa de discussões e mesas de debate sobre as relações étnico-raciais, promovida por segmentos acadêmicos, com a intenção de compreender de forma mais profunda suas relações, entender os conflitos e me aproximar da gênese de seus debates. Este artigo é fruto dessas experiências, de pesquisas e estudos realizados em sala de aula durante o semestre e das discussões feitas no Grupo de Estudos e Trabalhos de Questões Étnico Raciais da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL).

Tem como objetivo subsidiar a discussão que se tem feito a respeito da não concretização dos direitos garantidos pela Lei 10639/03, buscando compreender as relações desiguais estabelecidas em nossa sociedade analisando suas origens, desde a apropriação desta terra pelos portugueses e seu modo de se relacionar com negros e índios, apresentando o Assistente Social como figura que luta pela garantia de direitos e realização de políticas públicas, que tem em seu código de ética os fundamentos para atuar ao lado de movimentos sociais, apoiando-os e fortalecendo-os. E, por final, o papel fundamental da academia na formação de profissionais que irão colocar esta e outras políticas públicas em prática, pois entendo que a

¹ Graduando em Serviço Social pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel), Brasil.

² Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil.

³ Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil.

discussão não se encerra por aqui, e tão pouco este é o objetivo, mas, como informado anteriormente, subsidiar a discussão. Para tanto tomaremos como cenário a cidade de Pelotas no estado do Rio Grande do Sul.

O QUE É A LEI 10693/03?

Para responder a esta primeira pergunta, trago parte do texto publicado pelo Diário Oficial da União de Brasília na data de 09 de janeiro de 2003, que foi integrado a Constituição Federal.

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

[...]Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação (Lei Federal nº 10.693/2003).

A presente Lei, assinada e sancionada em 9 de janeiro de 2003, versa sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, tornando obrigatório o ensino da mesma em todas as escolas públicas ou privadas, de ensino fundamental e médio, em todo território nacional. Assim, buscando a valorização e ressaltando a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira. O jornalista Álvaro Guimarães escrevendo para o jornal Diário Popular de Pelotas, em 19 de novembro de 2006 destacou:

Pobres, os negros ou pardos de Pelotas se distanciam dos bancos escolares ainda no Ensino Fundamental e, na sua maior parte, não voltam. É o caso da doméstica Kátia Conceição Souza, de 45 anos, que saiu da escola na 8ª série. *"Tenho colegas brancas que se formaram na faculdade, por isso faço questão que meus filhos estudem para não passarem trabalho no futuro"*, comenta. Dos seis irmãos de Kátia, apenas um conseguiu terminar o Ensino Médio.

Ironicamente, o caminho para mudar essa realidade passa, na opinião do coordenador geral da organização não-governamental Odara, Dilermando Martins Freitas, exatamente

pelas salas de aula. *“Crianças e jovens negros têm dificuldade de frequentar a escola por falta de identificação cultural com o que é ensinado, pois o negro quase nunca aparece e quando surge é como uma figura inferior”*, argumenta (GUIMARÃES, 2006, p. 34).

O cumprimento desta Lei seria a alternativa para manter as crianças negras na escola afirma Guimarães, a partir da valorização de sua cultura. Porém na cidade de Pelotas isso ainda não está acontecendo, mesmo depois de já ter se passado dez anos que a lei entrou em vigor.

Retornemos à história para melhor compreendermos a situação atual em que o negro se encontra em nossa sociedade, também o porquê da necessidade do desenvolvimento de políticas públicas de reparação e, mais que isso, a importância da efetivação das políticas já existentes. Remontaremos alguns episódios que julgamos de extrema importância para essa compreensão.

REMONTANDO A HISTÓRIA

Em Casa-Grande e Senzala livro que teve sua primeira edição lançada em 1933, Gilberto Freyre apresenta as principais características que marcaram a formação da sociedade portuguesa antes de sua migração e apropriação das terras brasileiras; ele apresenta os mitos, a cultura, as lendas e a religião que circundavam o ser português, o que é de extrema importância para compreendermos a relação entre estes e os escravizados africanos. Nesse contexto cabe salientar que os escravizados eram, em sua extrema maioria, assim feitos em guerras tribais em sua terra, eram os “vencidos em conflito”. Deste modo a escravidão africana nada tinha em comum com a portuguesa que buscava na escravização mão de obra para o trabalho e formas de domínio de território, por se tratar de uma pequena nação “com escassez de capital homem”, como afirma Freyre:

supriram-na os portugueses com extremos de mobilidade e miscibilidade: dominando espaços enormes e onde quer que pousassem, na África ou na América, **emprenhando mulheres e fazendo filhos** [...] A miscibilidade, mais do que a mobilidade, foi o processo pelo qual os portugueses compensaram-se da deficiência em massa ou volume humano para a colonização em larga escala e sobre áreas extensíssimas. Para tal processo preparara-os a íntima convivência, o **intercurso social e sexual com raças de cor** (FREYRE, 1998, p. 70-71) (grifo do autor).

Os portugueses então passam a negociar os escravos ou prisioneiros de guerra dos conflitos africanos chegando até mesmo a subsidiar estas guerras, os levam para ser força de trabalho nas regiões de

sua apropriação. Freyre, em seu texto, cita a lenda da moura encantada e ainda destaca: *“Com relação ao Brasil que o diga o ditado: ‘Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar’ ditado em que se sente, ao lado do convencionalismo social da superioridade da mulher branca e da inferioridade da preta”* (FREYRE, 1998, p. 71). Neste contexto, está se formando a ideologia que fez da religião praticada de forma oficial em grande parte da Europa no século XV sua grande aliada, que respaldou a escravidão, o trabalho exaustivo, a tortura, o estupro, e as condições desumanas nas quais trataram e submeteram o negro ao longo de séculos. Quando analisamos a construção histórica do pensamento português narrado por Freyre, e o pensamento dos precursores das Ciências Sociais no Brasil (Nina Rodrigues, Euclides da Cunha, Silvio Romero), que influenciados por autores e teorias da Europa, construíram uma visão histórica da realidade brasileira funcionalista, fazendo que teorias como a racial fossem usadas como fundamento no discurso científico, e traçamos um paralelo com a realidade atual da raça negra, notamos a direta influência dos mesmos no desenvolvimento desta sociedade. As teorias racialistas do fim do século XIX e início do século XX, como a “política de branqueamento”, o atravessamento do estado nas relações sociais (visto que podemos considerar está a primeira política pública brasileira), e o pensamento descrito na obra de Freyre, nos dão fundamentos para traçarmos uma panorâmica sobre as diversas tentativas de teóricos, ao longo da história, que tentaram fundamentar a existência de um “ser brasileiro”. Estas teorias criaram e buscaram tratar a problemática da “identidade nacional” como sendo uma questão “vital” para a evolução social, fazendo com que as questões raciais, tal como fora colocada por eles, adquirisse, na verdade, um contorno claramente racista onde o negro fora diminuído, rejeitado, discriminado, segregado, e as políticas públicas de acesso à saúde, educação etc. lhes fora negada. A mestiçagem (concepção de evolução social), produto do cruzamento das raças “desiguais” que encerraria os “defeitos” transmitidos pela herança biológica, e também acabaria com os traços das raças inferiores (ORTIZ, 2006), foi usada como estigma, marcando e inferiorizando o negro. Essas teorias abalizam não somente o cenário intelectual brasileiro e sim, se estruturam como elementos constituintes do imaginário social a respeito das diferenças étnicas de nossa sociedade.

ANÁLISE DIAGNÓSTICA DO CASO DE PELOTAS

Fazendo um recorte para o desenvolvimento da região sul do País, que passa a ser povoada no século XVIII, após lutas, conflitos, e remarcações territoriais, para servir de apoio e sustentar o desenvolvimento do Estado brasileiro (KÜHN, 2006), podemos observar de forma clara, as raízes de tamanha desigualdade. Ester Gutierrez narra a história da fundação da sesmaria de Pelotas em seu livro: “Negros, Charqueadas & Olarias”, mostra como o então Governador do Rio de Janeiro e capitão geral das capitanias

do Sul Gomes Freire de Andrade, doou à Tomás Luís Osório a sesmaria, ou rincão chamado Pelotas. Para, além disso, discorre sobre as primeiras divisões desta terra, em “cinco estâncias e sete charqueadas”, onde houve: “*vendas, negócios, transações, loteamentos. Os descendentes mantêm-se como os grandes proprietários dessa área. Conservam estâncias, possuem granjas de arroz e loteamentos urbanos*” (GUTIERREZ, 2001) (grifo do autor).

Se analisarmos o texto de Gutierrez, comparando-o com o que Silva descreve por urbano, teremos o entendimento de como se desenvolveu o processo de segregação na cidade.

O urbano, enquanto processo que resulta num ambiente construído, é representado por uma estrutura material e física para produção, circulação, troca e consumo e é produto da ação e inteiração de diversas forças que assumem perspectivas divergentes e antagônicas, isto é, é modelado pela luta de classes gerando interesses e conflitos nos locais de trabalho, com ampliação para outros setores da convivência social do trabalhador. Daí, o domínio do capital se estende para além das fronteiras da fábrica, passando o local de moradia e áreas de consumo coletivo a constituírem, também, centro significativo de embate entre as classes (SILVA, 1983, p. 14).

Tendo em vista que as terras foram doadas no séc. XVIII e os descendentes dos primeiros proprietários continuam a controlá-las na forma de loteamentos urbanos, como afirma Gutierrez em seu texto, e o urbano sendo fruto da individualização e especulação financeira como afirma Silva, não voltada para o bem-estar social, tão pouco para o bem coletivo, se a divisão do espaço urbano tem como uma de suas principais características a divisão das classes sociais, onde estariam os negros nesse cenário? Se não segregados? Discriminados e criminalizados? Expulsos dos grandes centros urbanos para viverem a sua margem. Foi isso que se viu no pós-abolição e é por esta realidade de exploração e transformação em agressores daquilo que são vítimas, pela transferência de responsabilidade da realidade, do meio, da segregação e da pauperização, que procuramos fazer um resgate histórico, buscando fundamentar a discussão sobre a efetivação das políticas públicas, para os que realmente tem sido afetados pela falta delas, sofrendo por isso e tendo seus direitos violados.

Quando compararmos os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) que aponta Pelotas com a maior população negra do interior do estado do Rio Grande do Sul, com mais de 50 mil habitantes que se declaram negros ou pardos, o que representa cerca de 16% da população de 323 mil habitantes, que tem 72,2% da parcela economicamente ativa dessa comunidade vivendo com, no máximo, dois salários mínimos por mês, e que entre os brancos este percentual é de 51,5%, mais de 20 pontos percentuais de diferença; que em 2007 a taxa de analfabetismo aos quinze anos ou mais entre brancos era 5,9%, já para os negros 13,7%, podemos compreender tal disparidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PNAD ainda mostra um crescimento da proporção da população que se declara negra ou parda nos últimos anos: respectivamente 5,4% e 40,0% em 1999; e 6,9 e 44,2% em 2009. O fator principal pelo qual se deu este crescimento é uma recuperação da identidade racial, o que segundo as palavras da ministra da Secretaria Especial de Política para Mulheres, Nilcéa Freire, “as políticas de cotas tem sido um elemento absolutamente importante para este crescimento”, fato este que é confirmando por estudos do IBGE (2009, p. 226). Os dados mostram que o caminho através do qual estamos andando, no que diz respeito às políticas de compensação, estão corretos, mas de forma alguma estas políticas encerram ou definem a discussão. As políticas precisam ser efetivamente aplicadas e novas discussões necessitam ser feitas. Para o jornalista Luiz Vaz, do movimento negro do Rio Grande do Sul, o fato de Pelotas (cidade com a segunda maior população negra do estado) ter aprovado e depois rejeitado o feriado de 20 de novembro, atesta todo preconceito existente na cidade. Está, nesse ponto, nosso objeto de intervenção. Entendendo esta construção histórica, acadêmicos e profissionais do Serviço Social podem e devem acompanhar movimentos sociais e organizações populares, buscando a garantia dos direitos assegurados por lei, pois essa atuação é preconizada pelo código de ética da profissão.

Art.12 Constituem direitos do/a assistente social:

[...].

b- apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania.

Art. 13 São deveres do/a assistente social:

[...].

c- respeitar a autonomia dos movimentos populares e das organizações das classes trabalhadoras (CFESS, 1997, p. 34).

Se o negro fora feito escravo pelos portugueses por razões comerciais, fora liberto pelas mesmas razões. Sem políticas públicas de inserção social, a massa trabalhadora que outrora conviveu com açoites e grilhões em sua carne, agora teria de conviver com estes em sua alma, lutando por um pedaço de chão e de pão. Lutando contra aqueles para quem um dia trabalharam incessantemente, aqueles para quem construíram riquezas. Para ser livre de uma vez por todas, precisariam emancipar-se, e esta luta fora feita, ora com os Cordões e Clubes, ora com o jornal A Alvorada e a Frente Negra Pelotense. Buscaram a inserção que lhes fora negada, organização social, buscaram melhores condições de trabalho, para assim lutar no campo onde havia de ficar suas maiores feridas. Nas memórias, em sua História.

Abordo o papel das universidades na consolidação e efetivação desta política pública, pois somente quando houver uma consciência no universo acadêmico, quanto à necessidade da efetivação da Lei 10639/03, é que conseguiremos reduzir, em parte, a desigualdade gerada no imaginário português do século XV e fundamentada por intelectuais brasileiros do século XIX, que alicerçaram a construção deste abismo social.

Esta consciência parte da criação emergencial de planos de ensino da história e cultura africana e afro-brasileira, pois dentro das universidades estão os profissionais que levaram este ensino para às salas de aula de ensino médio e fundamental e, enquanto a universidade não iniciar esta preparação, a lei não sairá do papel e a evasão por falta de identificação, como afirmou Dilermando Freitas, continuará a acontecer. Este ciclo de segregação e discriminação se perpetuará. Da mesma forma que remontamos a história, para compreender as desigualdades, precisamos retornar à sua construção para desconstruí-la. Desconstrução esta que somente será possível através da educação, meio através do qual foi gerada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CFESS. *Código de ética do/a Assistente Social*. Brasília: CFESS, 1997.
- FREYRE, G. *Casa-Grande & Senzala*. 34ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- GUIMARÃES, A. *Pelotas tem maior população negra do interior*. Diário Popular. Pelotas, 19 nov. 2006.
- GUTIERREZ, E. *Negros, Charqueadas & Olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Pelotas: UFPEL, 2001.
- KÜHN, F. *Breve história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2011.
- ORTIZ, R. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- SENADO. *Constituição Federal de 1988*. Portal Senado Federal, Brasília, 06 ago. 2013. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/legislacao/const>>. Acesso em: 08/10/2013.
- SILVA, M. O. S. (ed.). *Política habitacional brasileira*. São Paulo: Cortez, 1989.

Recebido em: 07/07/2014
Aprovado em: 03/09/2014
Publicado em: 03/10/2014

MITO DE NIORO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: ENTRE HISTÓRIA E FICÇÃO, ASPECTOS DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA SÃO ESTUDADOS

MYTH OF NIORO AND HERITAGE EDUCATION:
BETWEEN HISTORY AND FICTION, ASPECTS OF AFRICAN-BRAZILIAN CULTURE ARE STUDIED

Cristiane Bartz de Ávila
Maria de Fátima Bento Ribeiro

Vol. XI | n°22 | 2014 | ISSN 2316 8412



MITO DE NIORO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: ENTRE HISTÓRIA E FICÇÃO, ASPECTOS DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA SÃO ESTUDADOS

Cristiane Bartz de Ávila¹
Maria de Fátima Bento Ribeiro²

Resumo: O presente trabalho pretende relatar uma experiência escolar que utilizou como referência a Educação Patrimonial. Como conteúdo abordado, procuramos contextualizar para os alunos do ensino fundamental a Cidade de Pelotas - RS no século XIX. Uma cidade charqueadora e escravocrata com relação à qual tomamos ciência, através de documentos oficiais e estudos bibliográficos, dos processos de repressão dos Senhores para com seus escravos, e da luta e resistência dos mesmos. Para tal, utilizamos o Mito de Nioro, pois o mesmo conta de uma forma poética a situação do negro em fins da escravidão e pós-abolição na região, citando especificamente o Bairro Balneário dos Prazeres, também conhecido como Barro Duro em Pelotas-RS. Nosso objetivo ao utilizarmos esse Mito é fazer dele um instrumento didático-pedagógico para o cumprimento da lei 11645/2008, que versa sobre o ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena nas escolas.

Palavras chaves: Resistência, Sincretismo, Branqueamento, Educação Patrimonial.

Abstract: This work intends to report a school experience about Heritage Education. In it, we seek to contextualize elementary students, of Pelotas' City in the 19th century. Its economy is based in a slave work and dried salt meat. Official documents and specialized literature reveals us the repression imposed by the slavelords, as well as the slaves' struggle and resistance. Therefore, we used the Myth of Nioro, because it tells us, in a poetic way, about the situation of the Black people at the end of slavery and in the post-abolition period in this region. It refer to specifically the "Balneário dos Prazeres" district, also known as "Barro Duro". Our purpose in using this myth is to make its a didactic and pedagogical tool for to execute the law 11645/2008, that says about the History's teach and of the African-Brazilian and indigenous culture in the schools.

Keywords: Resistance, Syncretism, Bleaching, Heritage Education.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Neste artigo, temos por objetivo relatar uma experiência em Educação Patrimonial junto a alunos do ensino fundamental em uma escola rural no município de Pelotas-RS.

¹ Professora de História da Rede Municipal de Pelotas, Brasil; formada em Licenciatura Plena em História na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil; Especialista em História da Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas (FAE/UFPEL), Brasil; Mestra em Memória Social e Patrimônio Cultural pelo Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas (ICH/UFPEL), Brasil; participa do grupo de pesquisa Culturas, cidades, políticas e fronteiras da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil; e do Grupo de trabalho do Museu e Espaço Cultural da Etnia Francesa.

² Prof. Dr. Maria de Fátima Bento Ribeiro, vinculada aos cursos de Relações Internacionais e do Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural, Coordenadora do grupo de pesquisa em Culturas, cidades, políticas e fronteiras da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil.

Os alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental³ Ministro Arthur de Souza Costa do 5º Distrito de Pelotas denominado Cascata participaram da Gincana das Cores no aniversário da Escola. Como premiação o grupo vencedor teria direito a um passeio, cujo destino foi a Praia do Laranjal.

Ao tomar conhecimento do local escolhido, e por já estar trabalhando com a história do Distrito Quilombo e da resistência Quilombola e escrava em Pelotas durante o século XIX, surgiu a possibilidade de uma ação educativa em relação à história do Balneário Laranjal e em especial à parte designada Balneário dos Prazeres (Barro Duro) utilizando como instrumento motivador o Mito de Nioro⁴.

Neste sentido, Nogueira atenta para o papel do trabalho com educação patrimonial:

[...] com o objetivo de contribuir para uma reflexão que apreenda os sentidos do patrimônio como um permanente processo de produção de referenciais identitários de grupos, indivíduos, classes, etnias etc., e não mais somente de legitimação de um Estado e memória nacionais [...] caberia à educação patrimonial no projeto de reeducação das relações étnico-raciais [...] (NOGUEIRA, 2008, p. 235).

O referido Mito possibilita uma leitura de nosso passado, das relações de poder estabelecidas e incentiva a procura de novos dados, fomentando novas discussões, uma vez que carecemos de estudos regionais sobre estes temas nas comunidades escolares.

Assim, citaremos que o estudo dos espaços poderia ser uma rica fonte para as narrativas da história dos afrodescendentes⁵ em Pelotas utilizando-nos da toponímia: Simon Schama (1996) nos diz que a paisagem suscita a memória, é nela que se desenrolam os acontecimentos, é nela que os homens designam atribuições ao lugar como sagrado ou profano, alegre ou triste. O autor coloca como objetivo do livro “Paisagem e Memória”:

³ A partir deste momento, utilizaremos a sigla E.M.E.F. quando mencionarmos o termo Escola Municipal de Ensino Fundamental. Esta sigla é utilizada por órgãos oficiais do Município de Pelotas, em especial a Secretaria de Educação e Desporto, para diferenciar escolas de educação infantil e escolas de ensino fundamental.

⁴ O Mito de Nioro foi escrito por Maria Helena Vargas da Silveira, professora e escritora pelotense, trabalhou questões afirmativas valorizando a cultura negra. No livro “Helena do Sul”, a autora justifica o uso de termos iorubanos em sua literatura: Pensei então em “*como seria interessante*” utilizar os termos iorubanos nos contos e crônicas, empregando-os nas comparações e citações ou mesmo, utilizando-os nas narrativas com uma colocação adequada, integrando-os com a Língua Portuguesa. Estaria revitalizando palavras que ainda permaneciam da africanidade, porém só na religião e nos sambas de enredo. Foi quando nasceu o livro Odara-Fantasia e Realidade, com a inclusão dos termos iorubanos... As histórias dos Orixás são fascinantes e me estimularam a possibilidade mágica de inventar novas histórias ligadas ao nosso próprio cotidiano, onde eles aparecem. Fiz isto em Odara... O Barro Duro do Laranjal, um dos contos do livro Odara-Fantasia e Realidade, serviu para subsidiar estudos acadêmicos na área de Educação e de Gênero. Odara-Fantasia e Realidade foi um ato concretizado de coragem. Sou apaixonada por todos os seus contos (SILVEIRA, 2007, p.82-83). O Mito de Nioro faz parte do Livro Odara - Fantasia e Realidade, dessa forma podemos dizer que Nioro é um conto literário, que assume a forma de um mito.

⁵ Neste caso, abordamos a história dos afrodescendentes por estarmos pesquisando o tema em nosso trabalho de mestrado, entretanto, a mesma Paisagem tanto, na região rural de Pelotas - denominada Serra dos Tapes, quanto na região do litoral - Praias - Balneário dos Prazeres, Tóto, Colônia Z-3, Balneário Valverde, Balneário Santo Antônio, Barra, são territórios relacionados a outro grupo minoritário - os indígenas - os quais temos pouca referência regional nas escolas. Apontamos o trabalho de do Professor Pesquisador da UFPEL, Rafael Milheira, 2014. O autor pesquisou sobre a arqueologia guarani na região.

[...] revelar a riqueza, a antiguidade e a complexidade de nossa tradição paisagística para mostrar o quanto podemos perder. Ao invés de postular o caráter mutuamente exclusivo da cultura e da natureza ocidentais, quero mostrar a força dos elos que as unem.

Essa força geralmente se esconde sob camadas e camadas de lugar-comum. Assim, concebi Paisagem e Memória como uma escavação feita abaixo de nosso nível de visão convencional com a finalidade de recuperar os veios de mito e memória existentes sob a superfície (SCHAMA, 1996, p. 25).

O autor diz que, além da paisagem como exuberante, turística, nos lugares “[...] há uma longa, rica e significativa história de associações” (SCHAMA, 1996, p. 25). Neste sentido, nos deteremos no espaço que abrange a Estância do Laranjal e do Balneário dos Prazeres.

ORIGENS DO BAIRRO BALNEÁRIO DOS PRAZERES (BARRO DURO)

A história da Estância do Laranjal inicia com a Sesmaria de Pelotas em 18/07/1758, quando o Conde de Bobadela doou ao coronel de dragões Tomás Luís Osório um rincão chamado Pelotas.



Figura 01: Limites entre as Estâncias, destacando-se a Estância do Laranjal. Fonte: GUTIERREZ, 1993, p. 67.

Gutierrez (1993) aponta que a estância do Laranjal tinha a mesma denominação de estância dos Prazeres, provavelmente por ser Nossa Senhora dos Prazeres a Santa cuja família era devota. Essa estância localizava-se a partir da ligação do canal São Gonçalo com o arroio Pelotas, até a Estância da Galatéia. Seria a região que grosseiramente compreendemos hoje por nossas Praias (Região da Barra, Balneários Valverde, Santo Antônio, Nossa Senhora dos Prazeres)⁶.

Na região do Balneário dos Prazeres ou Barro Duro, podemos ainda nos deparar com elementos que nos remetem à história daquele local. Logo na entrada do Balneário, no final da Avenida Adolfo Fetter (via principal), início da Avenida Amazonas, encontramos uma gruta com a estátua de Nossa Senhora dos Prazeres, e na orla da Laguna dos Patos (Praia), outra gruta de lemanjá, onde este Orixá feminino é cultuado no dia 2 de fevereiro de cada ano.



Figura 02: Pintura ao lado da gruta de lemanjá. Fonte: <<http://goo.gl/HjbVDc>>. Acesso em 23/02/2013

⁶ Ester Gutierrez, explica que: Ao longo do século XIX, a sesmaria de Pelotas resultou em cinco estâncias e sete charqueadas. As fazendas chamaram-se: Patrimônio ou Sá; Graça; Palma; Galatéia e Laranjal, ou nossa Senhora dos Prazeres. Um dos saladeiros situava-se no Laranjal, num lugar chamado Picada Real. Os outros seis, localizaram-se na margem esquerda do arroio Pelotas, nos seguintes lugares: na Graça, no Moreira, na Costa; no Fontoura; no Castro e na Palma. Até hoje, parte das terras permanecem nas mãos da família de Isabel Francisca da Silveira, mulher de seu segundo proprietário. Houve vendas, negócios, transações, loteamentos. Os descendentes mantêm-se como os grandes proprietários dessa área. Conservam estâncias, possuem granjas de arroz e loteamentos urbanos, nas margens do arroio Pelotas (GUTIERREZ, 1993, p. 66).

Este local é prova de que a religiosidade de matriz africana sobreviveu em nosso país, apesar de toda a proibição. Nossa cidade é um dos poucos locais que cultua Iemanjá, juntamente com Nossa Senhora dos Navegantes. Em quase todos os outros municípios, as homenagens se restringem a esta última por ser uma santa católica. Desse modo, podemos perceber a representatividade de negros em Pelotas, de forma que os aspectos religiosos não se perderam através do tempo e sim se transformaram, com a influência de diversas culturas, resultando num sincretismo que hoje faz com que, em determinado horário da tarde do dia 2 de fevereiro, fiéis católicos saiam em procissão com a imagem da Santa da Colônia de Pescadores Z3⁷, na Laguna, em direção ao Porto de Pelotas. Os participantes param seus barcos para saudar a imagem de Iemanjá, que é carregada por seus devotos em um andor para dentro da Laguna, de modo que ao passarem os barcos esta esteja posicionada de frente para eles, numa espécie de bênçãos a serem proferidas pelo que representam essas duas imagens para seus respectivos fiéis.

A escola deste bairro fez uma pesquisa com seus alunos junto aos donos de uma propriedade na Avenida Adolpho Fetter que pertence à família Assumpção.⁸ Naquela ocasião (2004), fora encontrada uma construção sólida e antiga e a família estava acomodando umas imagens de Santos que estavam na sua Capela e por esta não apresentar mais condições de uso iriam levar as referidas imagens para outra propriedade para fazer parte do acervo de um museu.

Seguindo informações do museu que hoje funciona naquela região, o Senador Joaquim Augusto de Assumpção jamais possuiu escravos.⁹ Assim, não temos pistas de por que o Barro Duro ser considerado terra de negros; seria porque estes escolheram o local mais apropriado (com os elementos da natureza necessários para seus rituais religiosos) e próximo do centro urbano? Ou talvez porque eles trabalhassem naquelas terras?

⁷ Colônia Z3, adiante do Balneário dos Prazeres, é o 2º Distrito de Pelotas.

⁸ Em Gutierrez (1993, p. 72), é apresentada a sucessão dos primeiros donos da Sesmaria Pelotas, pois o Coronel Tomás Luis Osório a repassou, e assim sucessivamente, até que identifica-se Maria Augusta da Fontoura, casada com Joaquim José Assumpção, tendo-se aí talvez o início do sobrenome Assumpção, conhecido naquela região por possuir terras, e um casarão antigo na região.

⁹ Conforme o Instituto Nacional Brasileiro Senador Joaquim Augusto de Assumpção. Disponível em: <http://www.saatchigallery.com/museums/full-museum-details/profile/ac_id/4277>. Acesso em 08/02/2012.



Figura 03: Beira da Praia do Barro Duro. Fonte: <http://imagensfatos.blogspot.com.br/2009_12_01_archive.html>. Acesso em 23/02/2013.

Ao pesquisar sobre as origens do Barro Duro¹⁰, os alunos ficaram sabendo que fora por iniciativa do Dr. Ferreirinha que o bairro foi povoado. Foram histórias de moradores antigos que falavam, “*ali na fazenda do Ferreirinha*” e “[...] *foi ele que loteou o Barro Duro assim, diferente*”, referência do mesmo não ser em forma de xadrez como geralmente ocorre, e também das avenidas que têm nome de Estados brasileiros e das ruas que têm o nome de cidades. Dessa forma fomos encontrando fontes que nos levaram a comprovar as histórias dos moradores juntos aos arquivos da FAURB (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPEL) diretamente do administrador da propriedade José Ottoni Ferreira Xavier interventor na concessionária do Loteamento Balneário dos Prazeres, no período de 1979 a abril de 1986, quando do falecimento do Dr. Ferreirinha¹¹.

A festa de Iemanjá¹² é um exemplo de participação e integração comunitária, outro exemplo é o

¹⁰ Temos notícia da idealização do loteamento do Balneário Valverde: Arthur Assumpção deu início, em 1958, ao loteamento do Balneário Valverde, idealizando juntamente com o seu irmão, Antônio Augusto de Assumpção, a Praia do Laranjal. Disponível em: <http://srv-net.diariopopular.com.br/23_01_01/turfe.html>. Acesso em 08/02/2013.

¹¹ Conforme informações disponíveis em: <http://www.pu3yka.com.br/Pelotas/praias/historia/laranjal/_historia.htm> e <http://www.saatchigallery.com/museums/full-museum-details/profile/ac_id/4277>. Acesso em 20/09/2013.

¹² Neste ano de 2014, ocorrerá uma polêmica em relação à Festa. A Prefeitura Municipal de Pelotas e a Federação Sul Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-Brasileiros, a Câmara de Vereadores de Pelotas e o Ministério Público reuniram-se para negociar sobre proibição de acampar na Praia do Barro Duro para realização da Festa. A discussão girou em torno da preservação da mata nativa e da preservação dos cultos ancestrais. Ao final os adeptos às religiões de matriz afro-brasileira tiveram que acampar na Praça Aratiba – Praça principal do Bairro - tendo que readequar suas práticas ancestrais e somente no dia da festa descer à beira da praia.

jogo de futebol em que os homens jogam vestidos de mulher na época do carnaval. A própria praia é um ponto de encontro de membros de fora ou de dentro do Bairro, onde são expostos momentos de convívio familiar num local público.



Figura 04: Encontro da Imagem de Iemanjá com Imagem Nossa Senhora dos Navegantes.
Fonte: <<http://wp.clicrbs.com.br/navegantes/?topo=13,1,1,,13>>. Acesso em 23/02/2013.



Figura 05: Festa de Nossa Senhora dos Navegantes na Colônia Z3. Fonte: <<http://goo.gl/9pel6B>>.
Acesso em 21/01/2014.

Salientamos que temas como escravidão, formas de resistência, quilombos, quilombolas, e outros que se relacionam com a história, cultura ou memória dos afrodescendentes atende uma exigência legal no que se refere ao cumprimento da Lei 11645/2008¹³. A referida lei exige que as escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio, ministrem principalmente nas disciplinas de história brasileira, educação artística e literatura, a história e cultura africana e afro-brasileira e indígena. Acreditamos que através de trabalhos que se utilizam de educação patrimonial os educadores podem numa linguagem adequada a cada faixa etária, fomentar discussões e questionamentos sobre o tema.

MITO DO BARRO DURO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Mito de Nioro- Maria Helena Vargas da Silveira

Nas Terras do Laranjal, na fazenda de Nossa Senhora dos Prazeres, quando Sinhá Dona morreu, deixou testamento. Donga, escrava da fazenda ficaria alforriada. Entre outras heranças de muito valor, Sinhá Dona deixava trezentos mil réis para repartirem com três mulheres brancas e pobres a fim de se vestirem decentemente para frequentar as missas.

Quem devia repartir o dinheiro era um padre novo, recém-chegado da Bahia. O padre, sabendo que os negros eram mais de Batuque do que da Igreja, planejou conquistar Donga para a devoção católica. Deu-lhe de presente os trezentos mil réis que seriam das brancas, em troca de sua frequência à igreja, aos Santos Ofícios Católicos. Recomendou-a que levasse Benedito, seu marido, e Nioro, seu filho. Desta forma, outros negros a seguiriam. Seria bom se levasse também Joaquim e Inacia, pretos de muita liderança e estimados pelos outros. O padre novo desviou o testamento. Afinal, Sinhá Dona, defunta, não podia reclamar nada.

Donga, alforriada e com trezentos mil réis, batia cabeça para Oxum, agradecia a Oxalá, rezava Ave-Maria para Nossa Senhora dos Prazeres. Donga era um todo fragmentado. De um lado, Terreiro, do outro, Igreja. Os mil réis foram escondidos no fundo de uma cacimba que só a Donga conhecia, bem pertinho da vertente mais límpida dos matos dos laranjais.

De vez em quando, guardava mais dinheiro que ganhava fazendo doces para as Sinhás, donas das charqueadas. No fundo da cacimba, a negra Donga acalentava um sonho.

Enquanto os dias passavam, seu filho Nioro ia crescendo bonito, amado de pai e mãe, correndo pelos laranjais, na Fazenda. O menino desfrutava de toda aquela energia cósmica do verde das plantas, das águas da Lagoa dos Patos, da brisa suave, da areia gostosa de pisar. Assim, o menino ia crescendo. Donga desejava o filho lendo, escrevendo, seu doutor, negro Senhor. Não queria ver Nioro um salgador de carne, escorrendo sangue de bicho

¹³ Ainda faz parte do cotidiano escolar o não cumprimento da lei pela maioria dos educadores, apesar das formações e do tempo em que essa lei entrou em vigor.

pelas pernas, servil e maltratado. Dentro da cacimba, escondia-se o tesouro para a realização dos desejos de Donga.

Foi então que apareceu o professor Quintilha. Não possuía escola, nem giz, nem caderno, nem cadeira, nem livro, mas, mesmo assim, ensinava as primeiras letras. Nioro aprendia a lição quase à beira da praia, sentado sob as aroeiras. Donga pagava o Quintilha, e o filho estudava, escondido. Das primeiras letras do Quintilha, o menino passou para o Mestre Gonzáles. Aprendeu Gramática, Latim, Matemática, Geometria e Francês. Donga pagava o Gonzáles, e o filho estudava, escondido. Vieram muitos professores e Nioro aprendeu tudo que lhe ensinavam. Não havia mestres para Nioro, nas Terras do Laranjal.

Donga pescou todos os mil réis da cacimba. Nioro viajou, pegou carreta, navegou navio, foi longe [...] As negras e os negros da fazenda continuavam suas lidas, comandados humildes de serventia braçal. Donga fazia doces, curtia licores. Sentava próximo à escadaria da igreja e vendia seus quitutes num tabuleiro colorido e cheiroso de erva-doce, dos pães, dos licores, das cocadas, rapaduras de leite, quindins e bolos de milho. Sempre a mesma lida, transformava doce em mil réis para os estudos de Nioro. Quando Nioro retornou às Terras do Laranja, estava mais sabido e mais letrado que todos os seus mestres. Foi recebido com toque de tambor, dança de mina, festa alegre de negro contente.

Não esqueciam de pedir proteção para o padre novo que ajudara Donga. Bendiziam-no indo de vez em quando à Igreja, ficando todos de pé, bem visíveis. Naquelas bandas do Laranjal de Pelotas não conheciam negro professor, nem negro doutor. Seria apenas um negro e nada mais nas Terras do Laranjal?

Nioro sem escola, sem alunos, sem clientes, chorava sob as aroeiras. As arvores choravam juntas, gotejavam lágrimas do negro. Donga desesperou-se com o sofrimento do filho. Rezava para Iroko, pedindo que fizesse passar depressa aquele tempo maldito. Implorava-lhe a mudança do Odu de seu filho. Tomada de desalento, consultou Ifá e sugestionou-o a tornar melhores os dias de seu Nioro. Ifá, compadecido de negro Donga, determinou obrigação. Teria de encontrar junto com o filho um lugar nas Terras do Laranjal que fosse mais pródigo em natureza do que todos os outros lugares. Deveria ser um lugar verde e azul, ao mesmo tempo, campos e água, matas e areias divinas. Ao encontrar o lugar, Nioro ficaria ali deitado, aguardando chover.

A obrigação estava marcada. Nioro adormeceu em terras divinas do Laranjal. Recebeu chuva miúda na cabeça. Eram lágrimas de Nanã, chegando ao Sul, mudando o destino do moço negro. Donga aguardava, ao lado do filho, tudo que fora prometido pro Ifá. Quando Nioro despertou de cabeça lavada, tornou-se Mindolé-Miandombé (preto-branco). Donga não o reconheceu, e o filho não reconheceu a mãe, nem seu povo. Entende?

Donga ficou tomada de desespero, mas Nioro foi ser professor, doutor, tudo que sonhara para o seu filho negro. Ifá havia sido muito cruel, retirando a negritude de um negro, em vez de ensinar-lhe a guerrear para vencer. Pobre Donga! Andava pelas Terras do Laranjal em

total obsessão. Encontrou Omolu, que a convidou para seguir-lhe os passos até onde Nioro havia feito obrigação. Louca de saudade de seu filho, ao ver o local tão lindo, junto à praia em que ele estivera adormecido, jogou-se nas águas de Orum para acabar de vez com seus sofrimentos.

Contam que os pescadores encontraram o corpo de Donga às margens da praia, e que, ao tocá-lo transformou-se em BARRO DURO, escuro e brilhante, espalhando-se pela orla. Gritaram assustados: BARRO DURO, TERRA DE NEGRO. Assim batizaram o lugar em que Donga virou barro de tanta saudade de seu filho negro-branco. O Barro Duro tornou-se um lugar mágico. Todos os negros são atraídos para lá, porque Oxalá permitiu-lhes consolar a Negra Donga. Por isso, o Barro Duro é uma irmandade de negros dos mais diferentes níveis socioeconômicos e culturais. Preservem o Barro Duro. Donga não pode ficar sozinha, sem carinho. Precisa de apoio como todas as mães pretas que acreditam mudar o destino de seus filhos para dias melhores. Precisa coragem.

Cuidem bem das aroeiras, elas guardam as lágrimas de Nioro. Todos os negros devem saúda-las com bom-dia, se for de noite; e com boa-noite, se estiver dia. É uma brincadeira de Exus, fazendo com que recordem de Nioro que Ifá fez parecer o que não era. A maldição de Nioro é uma alergia que dá em qualquer negro que fica chorando sob as aroeiras da vida, em vez de ir à luta, acreditando nas possibilidades de inverter posições sociais, conservando a negritude (SILVEIRA, 1993, p 1).

O Mito de Nioro expressa muitos aspectos da sociedade escravista do século XVIII e XIX.

Neste Mito local podemos vislumbrar aspectos de nossa cidade, tais como as charqueadas, quando se fala do trabalho, pois Donga não quer ver sangue de boi escorrendo pelo corpo de Nioro. Ela sonha com um trabalho melhor para seu filho, seu sonho é de vê-lo ser doutor.

Para isso faz sacrifícios e concessões. Trabalha vendendo seus quitutes para as Sinhás e nas escadas da Igreja; Junta seu dinheiro para aplicar nos estudos do filho, que estuda, escondido.

Desde cedo, o Padre sabendo das condições dos negros, toma como estratégia desviar a herança de Sinhá Dona para conquistar a confiança de Donga e conseqüentemente das pessoas ligadas a ela. Então, “[...] Donga bate cabeça para Oxum, agradece para Oxalá, rezava Ave-Maria para Nossa Senhora dos Prazeres. Donga era um todo fragmentado [...]”.

Sabemos que o negro ao ser trazido como cativo, sofreu um processo intenso em prol do esquecimento e silenciamento de suas memórias. Atualmente a memória daqueles que fizeram parte dessa história “não-contada” merece novos estudos para serem discutidos numa nova perspectiva, **sob um ângulo que contemple todos os segmentos.**¹⁴ Tomaz Tadeu da Silva (2000) esclarece sobre o antagonismo dos termos identidade e diferença e diz que é preciso tratar as questões de identidade e diferença como

¹⁴ Grifos nosso.

questões políticas: *“A pergunta crucial a guiar o planejamento de um currículo e de uma pedagogia da diferença seria: como a identidade e a diferença são produzidas? Quais são os mecanismos e as instituições que estão ativamente envolvidos na criação da identidade e de sua fixação?”* (SILVA, 2000, p.99).

Dessa forma, acreditamos que seja importante o estudo desses conceitos, pois segundo o autor, ao longo do tempo, são as instituições as responsáveis pela fixação das identidades culturais. Geralmente, estas instituições são ligadas, de alguma forma, ao governo, e, portanto ligadas à classe dominante, que constitui esforços para “domesticar” as classes dominadas. Durante muito tempo a historiografia oficial¹⁵ uniu-se em torno da construção de uma versão do negro submisso convivendo em harmonia com o seu senhor, para apreender os valores “corretos da cultura europeia-ocidental”. Algumas exceções ocorriam quando havia violência, os escravos eram tachados de criminosos e seu julgamento ocorria de forma unilateral, ou seja, visando proteger o seu senhor ou a sociedade escravocrata. Caso semelhante ocorria com um liberto e a justiça só dava direito a um justo julgamento àqueles que pertenciam à elite¹⁶.

Voltando à lenda de Donga, a tentativa de silenciamento dava-se num ponto estratégico: A religiosidade. O Padre utilizou a herança para que Donga e seu povo se convertessem, porém, ela *“[...] batia cabeça pra Oxum [...]”*, quando Nioro voltou de seus estudos *“Foi recebido com toque de tambor, dança de mina, festa alegre de negro contente [...]”*, ou seja, apesar *“de pedir a proteção para o padre novo que ajudara Donga”*, também continuavam cultivando seus Orixás africanos, o que se verifica em outras passagens do texto que dizem: *“Tomada de desalento, consultou Ifá¹⁷[...] A obrigação estava marcada [...] Encontrou Omolu [...] porque Oxalá permitiu-lhes consolar a Negra Donga [...]”*

Podemos perceber que este processo de assimilação das tradições impostas pela cultura europeia, e ao mesmo tempo negação¹⁸ da cultura africana, resulta no sincretismo religioso que conhecemos hoje. Geralmente, as religiões de matriz africana em suas diversas ramificações, utilizam imagens de Santos Católicos para representar seus Orixás, uma vez que na época da escravidão eram proibidos de cultuar suas divindades ancestrais. Essa proibição fazia parte de uma estratégia adotada pelos Senhores para diminuir a importância dos elementos culturais africanos e exaltar os elementos culturais europeus, no intuito de

¹⁵ Gilberto Freyre em Casa Grande & Senzala, fala do mito da democracia racial. Segundo Skidmore (1976), Florestan Fernandes e Roger Bastide (École Pratique des Hautes Études, Paris) trabalharam em São Paulo num projeto da UNESCO que pretendia corroborar essa ideia de democracia racial. Logo após a pesquisa, Florestan fundou uma escola de pesquisa na Universidade de São Paulo, acompanhado por dois alunos, os quais um foi Fernando Henrique Cardoso que contestou a ideia defendida por Freire. Observamos que Fernando Henrique Cardoso fez sua tese embasado em estudos sobre as charqueadas pelotenses.

¹⁶ Ver nos processos citados na Dissertação de Mestrado de Al Allan (2007): Negra força da Princesa.

¹⁷ Segundo a mitologia africana Ifá é o Deus da adivinhação que se manifesta no jogo de búzios. Omulu é o Deus das doenças e pestes, pode curar ou levar os homens. Oxalá é o responsável pela criação dos homens a mando de seu pai Olorum. A mitologia africana que nos chegou apresenta algumas diferenças em suas versões em função de sua transmissão acontecer através das gerações via oral e sofrendo influências das diversas etnias as quais os africanos e seus descendentes tiveram contato. Ver nas referências: FRANCHINI, A. S.; SEGANFREDO, C. *As melhores histórias da mitologia africana*. 2.ed. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2009.

¹⁸ Algumas pessoas que professam sua crença religiosa de matriz afro-brasileira contestam a tese de negação da religiosidade. Embasam suas afirmativas utilizando-se da descrição dos viajantes que apontam que os escravos tinham uma habilidade no abate do gado nas charqueadas e que esse trabalho ocorria entre meia noite e meio dia. Comparam que esse abate teria semelhança com o batuque e que seria permitido o abate associado ao rito religioso para que resultasse em maior produtividade. Conforme Mallet, 2011.

desmantelar a memória, identidade e conseqüentemente a autoestima dos africanos e seus descendentes.

Utilizando as palavras da autora: *“Ifá havia sido muito cruel, retirando a negritude de um negro, em vez de ensinar-lhe a guerrear para vencer”*. Entretanto, em muitas situações não foi isso o que ocorreu, existem muitos relatos do período escravista brasileiro e os primeiros anos do pós-abolição, que nos dizem que existiram muitas vozes que lutavam contra a discriminação e pela igualdade de direitos do cidadão. Entretanto, sabe-se que essas vozes tinham pouco eco em se comparando com as autoridades responsáveis pela organização social-política-econômica do Brasil. Essas autoridades dominavam os aparelhos ideológicos do Estado¹⁹, o que facilitou a construção de uma memória coletiva favorável às necessidades da classe dominante.

Cunha & Gomes (2007) nos traz uma reflexão sobre os períodos que antecedem e sucedem a abolição do Brasil. A obra demonstra que aqueles que tentavam sair das fazendas não encontravam lugar condizente com a condição cidadã, pois não foram preparados para o mercado de trabalho, principalmente o urbano, e ainda sofreram a concorrência dos imigrantes, que apesar de enfrentarem problemas semelhantes, eram mais bem aceitos para os empregos uma vez já estavam acostumados ao trabalho assalariado, e, sendo assim, poderiam almejar melhores possibilidades de inserção na condição cidadã da época em questão.

A falta de oportunidade aos negros teve continuidade. Fernandes (2008) aponta para a ideia de que a abolição foi reivindicada por muitos, mas não foi planejada para inserir o negro na sociedade e economia brasileira. Dessa maneira, muitos ex-escravos e libertos ficaram à margem da sociedade, conseguindo alguns poucos inserir-se no mercado por conta de apadrinhamentos e esquecimento ou silêncio o que se refere às suas raízes. Como já foi citado, o exemplo da manifestação religiosa que não podia ser pública, surgindo um reordenamento em muitas localidades num sentido do surgimento de um sincretismo religioso, o qual até hoje está presente. São os terreiros de umbanda, macumba, maracatus, festa de reis.

Voltando a Nioro, quando este se torna negro- branco o que podemos depreender do Mito é que para ser aceito o mesmo devia esquecer suas raízes, tradições, companheiros e mergulhar no universo cultural branco para que pudesse exercer a profissão para a qual se preparara. Através desse Mito, poderemos visualizar a teoria do branqueamento de forma muito clara. Esta teoria foi transformada num projeto social brasileiro o qual podemos vislumbrar através das políticas de imigração no país, pois até aproximadamente 1950 essa ideia foi sustentada.

Thomas E. Skidmore (1976) nos relata que vários fatores culminaram com a abolição, dentre estes, a pressão estrangeira; os estudos da época baseados no pensamento positivista e no evolucionismo foram cruciais uma vez que penetraram nas ideias dos jovens da elite da época bem como na Escola Militar. O autor destaca que próximo à abolição, nem o exército e nem os juízes davam atenção às reclamações dos donos dos escravos fujões em função da participação destes no exército em períodos de guerras.

¹⁹ Para um melhor aprofundamento ver: Althusser (2007) e Foucault (2006).

Havia estudos detalhados sobre a questão do “branqueamento”, e a promoção da vinda dos imigrantes italianos e alemães tinha como objetivo o cruzamento inter-racial para que aos poucos a raça negra se extinguisse em nosso país.

Existia uma escala etnográfica que se referia a raças “inferiores” e raças “superiores”. Segundo Skidmore (1976), Silvio Romero criticava os portugueses por se misturarem com as outras raças, contudo admitia que o negro trouxera uma resistência física que ajudava a enfrentar os trópicos. A ideia de raça superior começou a crescer, sendo atribuída aos anglo-saxões (os nórdicos) a pureza da raça aliando a isso o crescimento dos Estados Unidos, pois brancos e negros não teriam se misturado. Assim, enquanto nos Estados Unidos existiam os brancos e os pretos, havendo uma segregação muito forte, no Brasil, tínhamos os brancos, pretos e mestiços (pardos). Dessa forma, atribuiu-se ao Brasil, na figura do mulato uma “democracia racial”.

O autor explica que a teoria do branqueamento no Brasil deixa de ter sua razão de ser por uma conjuntura de fatores internacionais, uma vez que no pós-guerra houve uma onda de libertação política na África e na Ásia: *“Pelo meado da década de 50, o branqueamento deixara de ser objeto respeitável para um país do Terceiro Mundo como o Brasil, se não por outras razões, pelo menos por causa do constrangimento a que isso o levaria nas relações com os governos nacionalistas e não-brancos na África e na Ásia”* (SKIDMORE, 1976, p.234). Na década de 60, nos Estados Unidos, a negritude começava a ser motivo de orgulho para os não-brancos, assim para o Brasil não restou alternativa senão rever suas ideias sobre a questão do branqueamento.

O autor discorre sobre outros estudos após a década de 1950 que tentavam avaliar o novo quadro das relações raciais no Brasil, pois a partir da nova conjuntura internacional, não era “politicamente correto” falar em branqueamento, embora esta ideologia continuasse permeando a sociedade brasileira. O Brasil que tanto se vangloriava de sua mistura racial dizendo que a escravidão fora mais branda no país do que nos Estados Unidos que mantinha uma segregação rígida (que ocasionou conflitos nas ruas) não podia manter oficialmente a ideia de branqueamento.

Ao voltarmos a analisar o Mito, podemos inferir que Niro mesmo negando sua cultura e sendo mais um a integrar a política de branqueamento, provavelmente não teria as mesmas oportunidades e a mesma remuneração que os demais professores. Teria que esquecer suas tradições, família, religiosidade, seus relacionamentos, enfim, sua história e sua identidade deveriam ficar guardadas lá no fundo de sua memória.

METODOLOGIA UTILIZADA JUNTO AOS ALUNOS

Levamos para as salas de aula da escola o "Mito de Nioro", e pedimos aos alunos que arrumassem as classes em círculo para lerem o texto. Surgiram muitos questionamentos, os quais eram esclarecidos, e, após essa leitura houve uma aula expositiva sobre o contexto histórico pelotense durante o século XIX e início do XX. Fizemos um passeio pela região colonial de Pelotas, enfatizando locais significativos por onde os Quilombolas do século XIX passaram, terminando este passeio com um "pic-nic" na Associação da Comunidade Negra Rural do Alto do Caixão, onde as crianças conversaram com a esposa do vice-presidente da associação. Para finalizar esta ação educativa, levamos os alunos à praia do Laranjal e em especial o Balneário dos Prazeres, cujo apelido é Barro Duro, para que os alunos visualizem o Patrimônio Natural da região e associassem as localidades mencionadas à história estudada e ao Mito de Nioro.

Podemos avaliar que através da atividade de educação patrimonial escolar, tivemos como resultado uma melhor compreensão e interesse por parte dos alunos e professores de nossa história local, pois muitos conhecem a história de Zumbi, entretanto, não sabem sobre a importância dos elementos culturais da etnia negra em Pelotas e suas contribuições. Os alunos também puderam refletir sobre a influência desta história na sociedade atual.



Figuras 07 e 08: Alunos da E.M.E.F. Ministro Arthur de Souza Costa no espaço da Gruta de Iemanjá.
Na Figura 07, no fundo a Laguna (Praia) e na Figura 08 ao Fundo a Gruta.
Fonte: Acervo da Professora e Pesquisador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa expectativa é dar continuidade a essas ações e que em longo prazo possamos aferir que a comunidade escolar tomou ciência e consciência da contribuição e participação da etnia negra em nossa sociedade, reconhecendo a cultura afro-brasileira como parte significativa do Patrimônio Cultural brasileiro.

Conforme Maria de Lourdes Parreiras Horta (2001, p. 04) a Educação Patrimonial é “[...] o mais poderoso instrumento, ou veículo, [...] para a ativação e o reforço da Memória Coletiva, através do processo educacional, permanente ou formal”.

Dessa forma, acreditamos que ao desenvolver pesquisas e conciliá-las com um trabalho de educação patrimonial, poderemos contribuir para que haja um debate em torno do Patrimônio local, principalmente o que se refere às manifestações Culturais do Patrimônio Imaterial e que nossos alunos possam talvez identificar-se como participantes deste processo.

Uma questão importante para países em desenvolvimento é a da preservação do Patrimônio Natural, que se torna cobiçado pelos países desenvolvidos em virtude que ao preservar os recursos naturais, se preservam os conhecimentos associados a eles, tais como as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver.

Para essa reflexão, é importante salientar que a preservação do Patrimônio Natural é questão primordial para ser trabalhada, uma vez que alunos, mesmo sendo moradores e estudantes da zona rural e estando em contato direto com o meio ambiente, muitas vezes não têm consciência da importância de sua atuação tanto numa esfera micro quanto macro em relação a ações preservacionistas.

O trabalho de educação patrimonial vem ao encontro dessa necessidade de conscientizar a comunidade escolar da importância do Patrimônio Cultural como um todo, como símbolo de um processo histórico, social, econômico e político, relacionado ao seu presente como um processo dinâmico em que eles devem ter a oportunidade de conhecer, refletir, interagir e modificar sua realidade.

Nesse contexto podemos nos valer das palavras de Paulo Freire:

[...] nas condições de verdadeira aprendizagem os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinando, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo. Só assim podemos falar realmente de saber ensinando, em que o objeto ensinado é apreendido na sua razão de ser e, portanto, aprendido pelos educandos (FREIRE, 1996, p. 14).

Acreditamos na importância do cumprimento da lei 11645/2008 através de ações que envolvam Educação Patrimonial posto que a “*educação Patrimonial tem como ponto de partida o patrimônio como fonte de conhecimento, trata de compreender o seu valor para a VIDA*” (grifo nosso). “ Pode ser definida como um instrumento de ‘alfabetização cultural’, que possibilita o indivíduo fazer leitura do mundo que o rodeia, e pode ocorrer na escola, bem como em todos os espaços sociais” (HORTA, 2006, p. 6).

Ao apontarmos o Bairro Barro Duro em Pelotas como local que associa o Patrimônio Cultural à história do negro e da cidade como um todo, tivemos a intenção de dialogar com as fontes que encontramos. Podemos dizer que estas informações não são encontradas nos meios populares, ou seja,

entre a população que não tem acesso aos bancos acadêmicos. Acreditamos que se estas pesquisas fossem divulgadas e popularizadas, poderiam contribuir para dar visibilidade à história da população negra em Pelotas durante o século XIX, mostrando a contribuição desta na sociedade pelotense desde o referido século até os dias atuais e como aponta Silva (2000), auxiliando na autoafirmação do processo identitário dos mesmos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AL-ALAM, C.C. *A Negra Força da Princesa: polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857)*. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2007.
- ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos do Estado*. São Paulo: Graal Edições, 2007.
- CUNHA, O.M.G.; GOMES, F.S. (Orgs.). *Quase Cidadão: histórias e antropologia da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes: o legado da raça branca*. São Paulo: Globo, 2008.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal Edições, 2006.
- FRANCHINI, A. S.; SEGANFREDO, C. *As melhores histórias da mitologia africana*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2009.
- FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. Editora Paz e Terra. Coleção Saberes, 1996.
- FREYRE, G. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 14ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969,2v.
- GUTIERREZ, E.J.B. *Negros, Charqueadas e Olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Pelotas, RS: Editora Universitária/UFPEL: Livraria Mundial, 1993.
- HORTA, M.L.P. A educação Patrimonial - um processo em andamento. *Museu e Educação: conceitos e métodos*, São Paulo: USP Museu de arqueologia e etnologia, 2001.
- HORTA, M.L.P; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A.Q. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN, Rio de Janeiro: Museu Imperial, 2006.
- MALLET, P. *Sopapo do Padeiro*. Programa Rádio Toques de Aruanda. Porto Alegre. Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=0dAHoGEuxqw>>. Acesso em 21/11/2011.
- MILHEIRA, R.G. *Arqueologia Guarani na laguna dos Patos e serra do Sudeste*. Pelotas. Ed. da UFPEL, 2014.
- NOGUEIRA, A.G.R. Diversidade e sentidos do patrimônio cultural: uma proposta de leitura da trajetória de reconhecimento da cultura afro-brasileira como patrimônio nacional. *Anos 90*, Porto Alegre, v.15, n.27, p.233-255, jul. 2008.
- SCHAMA, S. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SILVA, T.T.S. (Org.); HALL, S.; WOODWARD, K. *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 4.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- SILVEIRA, M.H.V. *Odara: Fantasia e Realidade*. Porto Alegre: Grupo Editorial Rainha Ginga, 1993.
- SILVEIRA, M.H.V. *Helena do Sul*. Rota Existencial. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007.
- SKIDMORE, T. E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEIS E DECRETOS

LEI Nº 11645, *Ensino da Cultura afro-brasileira e indígena na rede de ensino*, de 10/03/2008.

SITES

Instituto Nacional Brasileiro Senador Joaquim Augusto de Assumpção. Disponível em:
http://www.saatchigallery.com/museums/full-museum-details/profile/ac_id/4277>. Acesso em
08/02/2012.

Idealização do loteamento do Balneário Valverde. Disponível em <http://srv-net.diariopopular.com.br/23_01_01/turfe.htm>. Acesso em 08/02/2013.

Informações sobre a origem do Bairro Balneário dos Prazeres. Disponível em:
<http://www.pu3yka.com.br/Pelotas/praias/historia/laranjal/_historia.htm>;<http://www.saatchigallery.com/museums/full-museum-details/profile/ac_id/4277>. Acesso em 20/09/2013.

Recebido em:11/07/2014
Aprovado em:05/09/2014
Publicado em:03/10/2014

**ALGUMAS REFLEXÕES ACERCA DA HISTÓRIA E DA CULTURA
AFRO-BRASILEIRA NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE**
SOME THOUGHTS ABOUT THE HISTORY AND CULTURE OF AFRO-BRAZILIAN
IN THE CITY OF RIO GRANDE

Carmem Burgert Schiavon

Vol. XI | n°22 | 2014 | ISSN 2316 8412



ALGUMAS REFLEXÕES ACERCA DA HISTÓRIA E DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE

Carmem Burgert Schiavon¹

Resumo: O presente texto visa apresentar algumas reflexões acerca dos resultados – parciais – do Projeto de Extensão intitulado “Mapeamento, análise e universalização de políticas afirmativas voltadas à inserção curricular da História e da Cultura Afro-Brasileira no Município do Rio Grande”, financiado pelo Programa de Extensão Universitária (ProExt) do Ministério da Educação, o qual objetiva o mapeamento sobre a institucionalização da Lei 10.639/2003 em nível municipal, com vistas a diagnosticar os avanços e limitações da implantação destas políticas nas escolas municipais locais, de forma a trazer subsídios para os órgãos competentes no que se refere à adoção de medidas necessárias à redução das desigualdades, dos silêncios e do preconceito com as comunidades remanescentes da cultura afro-brasileira.

Palavras chaves: História, Cultura Afro-Brasileira, Educação, Rio Grande.

Abstract: This paper aims to provide some thoughts about the results - partial - Extension project titled "Mapping, analysis and universalize focused on curriculum integration of history and Afro-Brazilian Culture in Rio Grande affirmative action", funded by the Program University Extension (PROEXT) of the Ministry of Education, which aims at mapping on the institutionalization of Law 10.639/2003 at the municipal level, in order to diagnose the advances and limitations of the implementation of these policies in the local public schools in order to provide support to the relevant bodies with regard to the adoption of measures necessary to reduce inequalities, silences and prejudice to the remaining communities african-Brazilian culture.

Keywords: History, Afro-Brazilian culture, Education, Rio Grande.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente texto visa apresentar e discutir algumas reflexões acerca do Projeto de Extensão intitulado “Mapeamento, análise e universalização de políticas afirmativas voltadas à inserção curricular da História e da Cultura Afro-Brasileira no Município do Rio Grande”, financiado pelo Programa de Extensão Universitária (ProExt) do Ministério da Educação, que teve início em maio de 2013 e encontra-se em fase de finalização. A origem deste Projeto tem suas raízes a partir de uma demanda própria, estabelecida por docentes do Município do Rio Grande, por ocasião da realização de oficinas do PIBID (Programa Institucional de Iniciação à Docência) em algumas Escolas Municipais da região; nestes momentos, a preocupação dos professores com a incipiente preparação para o trabalho com a História e a Cultura Afro-Brasileira e Africana, de modo curricular, se mostrou uma constante.

Quanto à metodologia utilizada, destaca-se que pesquisa-ação subsidiou o estudo acerca da realidade rio-grandina no que diz respeito à forma como a história e a cultura afro-brasileira e africana estão

¹ Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Brasil; Professora dos Cursos de História (Licenciatura e Bacharelado) e do Mestrado Profissional em História da Universidade Federal do Rio Grande (PPGH-FURG), Brasil. O presente projeto foi financiado pelo Programa de Extensão Universitária (ProExt) do Ministério da Educação.

sendo trabalhadas no currículo escolar municipal do Município do Rio Grande, assim como sobre a realidade dos envolvidos neste processo; no caso, a comunidade escolar da educação básica local. Nesta direção, a pesquisa-ação pode ser caracterizada como uma série de atividades que envolvem sempre um planejamento, o qual se baseia em objetivos, bem como em um processo de acompanhamento e controle da ação planejada e, também, no relato concomitante desse processo. Sobre este ponto, Michel Thiollent informa que:

a pesquisa-ação tem sido concebida como metodologia de articulação do conhecer e do agir (no sentido de ação social, ação comunicativa, ação pedagógica, ação militante, etc.). De modo geral, o agir remete a uma transformação de conteúdo social, valorativamente orientada no contexto da realidade. Paralelamente ao agir existe o fazer que corresponde a uma ação transformadora de conteúdo técnico delimitado (THIOLLENT, 2003, p. 100).

Dessa forma, os métodos da pesquisa-ação permitiram que cada etapa do Projeto fosse planejada, executada e avaliada com a efetiva participação da equipe de trabalho envolvida em parceria com os seus atores sociais, num processo de ação – avaliação – ação permanente. Assim, estes procedimentos aliados conduziram e produziram o exercício dialógico de interação cultural, iniciando-se pelo estudo da história e da cultura afro-brasileira e africana no cenário do Município do Rio Grande.

Por outro lado, em termos teóricos, o Projeto assentou-se em temas ligados à educação e à diversidade, os quais passam a ter espaço cada vez maior na agenda nacional, pois, conforme a Lei número 10.639, de 09 de janeiro de 2003², que alterou a Lei 9.394/1996, passou a ser obrigatório o ensino sobre a História e a Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados de todo o país. Desse modo, a adoção de políticas públicas que visem o fortalecimento de uma educação voltada ao combate da discriminação racial, assim como a inserção de forma igualitária no ambiente escolar tem se tornado a tônica do governo federal brasileiro, tendo em vista que:

a década de 90, evidentemente, apresenta uma trajetória de melhoria nos indicadores educacionais, [...]. O desafio estrutural de uma reforma educacional implica, portanto, a construção de bases efetivas para implantação de um ensino norteado pela qualidade e equidade, que enfrente os contornos da desigualdade racial que atravessam, de forma contundente, o sistema educacional brasileiro (HENRIQUES, 2005, p. 47).

² A íntegra desta Lei pode ser acessada em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em 10/02/2014.

Dentro desse contexto, o Estado Brasileiro sancionou a lei 10.639/2003, determinando a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana nas escolas do ensino fundamental e médio em estabelecimentos de ensino, tanto na esfera pública quanto particular, em todo o país e, seguindo esta orientação, a Coordenação-Geral de Diversidade e Inclusão Educacional (CGDIE) do Ministério da Educação e Cultura (MEC) realizou inúmeros Fóruns Estaduais de Educação e Diversidade Étnico-Racial em conjunto com Movimentos Sociais Negros, com as Secretarias Estaduais de Educação e, também, com algumas Instituições de Ensino Superior Federais.

Nestes Fóruns buscou-se a discussão acerca da implementação da Lei 10.639/2003 e a realização destes resultou na publicação de um importante material para o estudo e a pesquisa referente às dinâmicas das relações raciais no Brasil; além disso, o Programa Diversidade na Universidade resultou no *“desenvolvimento e a instituição de uma série de publicações vinculadas à Coleção Educação para Todos [...]”. Esses títulos visam a divulgar o referido material de estudo, subsidiar e apoiar as discussões relativas à implementação da lei supracitada, bem como apoiar, por meio de publicação, pesquisas na área de educação e relações raciais*” (HENRIQUES, 2005, p. 8). Estas publicações, de alcance a todos os professores, garantem um espaço de pesquisa para o professor do ensino fundamental e médio e evidenciam um novo olhar da *Coleção Educação Para Todos*³, voltado à necessidade do planejamento de políticas sociais de promoção da igualdade de condições para todos os segmentos sociais do Brasil.

Desse modo, o combate ao racismo no ambiente escolar constitui uma das primeiras medidas de reafirmação de políticas públicas e, para tanto, torna-se necessário o desenvolvimento de projetos que propiciem a percepção acerca do racismo nas Escolas, tendo em vista que isto constitui *“[...] condição sine qua non para se arquitetar um novo projeto de educação que possibilite a inserção social igualitária e destravar o potencial intelectual, embotado pelo racismo, de todos(as) os(as) brasileiros(as), independentemente de cor/raça, gênero, renda, entre outras distinções*” (CAVALLEIRO, 2005, p. 11). Por outro lado, a existência de condições que propiciem a permanência do negro nas Escolas deve representar outro grande ponto de investimento da política governamental, afinal,

na (re) leitura das reformas educacionais dos séculos XIX e XX, deduz-se que a população negra teve presença sistematicamente negada na escola: a universalização ao acesso e a gratuidade escolar legitimaram uma “aparente” democratização, porém, na realidade, negaram condições objetivas e materiais que facultassem aos negros recém-egressos do cativo e seus descendentes um projeto educacional, seja este universal ou específico (SILVA, ARAÚJO, 2005, p. 71).

³ A Coleção encontra-se disponível à consulta no seguinte endereço: <<http://www.portal.mec.gov.br>>.

Além dessas considerações, ressalta-se que o trabalho com a história e a cultura afro-brasileira também implica no desenvolvimento de ações que visem o fortalecimento da identidade negra, sendo que esta aqui é trabalhada conforme o conceito de Gomes, a qual destaca que esta deve ser vista *“como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro”* (GOMES, 2005, p. 43) e, diferentemente do que apregoa a historiografia tradicional, a presença e a identidade negra no Município do Rio Grande são muito fortes e têm raízes profundas.

Nesta direção, se faz necessário a apresentação de estratégias de intervenção política não somente na legislação como, também, na forma como o tema da história e cultura afro-brasileira vem sendo desenvolvido no espaço escolar, tendo em vista que *“a identidade racial brasileira é uma construção histórica que engloba conflitos existenciais, sociais e tendências políticas antagônicas”* (GOMES, 2005, p. 40), logo, torna-se necessário conhecer esta realidade para, em um segundo momento, propor ações afirmativas que reconheçam e valorizem a história e a cultura afro-brasileira.

ALGUMAS REFLEXÕES COM BASE NAS ENTREVISTAS REALIZADAS DURANTE A EXECUÇÃO DO PROJETO (ANO DE 2013)

Em 2013, a Lei 10.639/2003 completou 10 anos, entretanto, na prática o trabalho com a História e a Cultura Afro-Brasileira e Africana pouco foi alterado, pois as ações continuam pontuais e ocorrem de forma insipiente; em outras palavras, em linhas gerais, as atividades são feitas em datas cívicas, principalmente, no dia 13 de Maio ou na data do dia 20 de Novembro. Contudo, muitos dos docentes reconhecem que estas ações não são suficientes e indicam a falta de liberdade de criação/proposição de atividades na área como a grande responsável por essa limitação, como é o caso da entrevista realizada na E.M.E.F.I.V.Q⁴:

[...] na realidade nós não temos muita liberdade, a gente tem a liberdade de fazer projetos dentro da Escola, mas temos que seguir o que vem de cima [...] Mas, creio que teria que ser uma coisa maior, para a comunidade, que abrangesse mais, que saísse dos muros escolares, não só aqueles de 20 de Novembro (Trecho da entrevista realizada na E.M.E.F.I.V.Q, em 28 de Abril de 2013).

⁴ Em virtude do Projeto ainda não ter sido concluído, optou-se pela indicação somente das iniciais do nome da Escola onde a Professora ministra aulas.

A Lei 10.639/2003 indica a preferência de trabalho com a temática da História e da Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos de História, Artes e Literatura e, neste sentido, constata-se que a maioria dos entrevistados (tanto das Escolas urbanas como rurais) elege a temática da diversidade cultural e da inclusão social como os pontos mais propícios para o exercício da docência com esta temática, conforme indica a tabela 01.

CONTEÚDO	ABSOLUTO	%
Diversidade cultural e inclusão social	11	25.5
Diversidade racial na atualidade	6	13,9
Temas Transversais	4	9.3
Valorização da cultura Afro-Brasileira	4	9.3
Recursos variados (teatro, música, contos, vídeos, etc.)	4	9.3
Discriminação	3	6.9
Não deve existir conteúdo específico	3	6.9
Não soube informar	2	4.3
História da África	1	2.3
Formação de censo crítico nos alunos	1	2.3
Conteúdo específico baseado na História do Rio Grande	1	2.3
Conscientização de pais e alunos	1	2.3
Oficinas para capacitação dos professores	1	2.3
Deve haver uma melhor apresentação dos conteúdos já existentes	1	2.3
Total	43	100

Tabela 01: Conteúdos que devem ser inseridos para a discussão referente à educação das relações étnico-raciais.

Fonte: entrevistas realizadas com professores da Rede Municipal de Ensino do Município do Rio Grande, no período de maio a dezembro de 2013.

Além dessas considerações, a falta de investimento na formação de professores – tanto inicial como continuada – e de material didático são outras assertivas que se mostram muito presentes nas falas dos entrevistados, haja vista a ausência da temática nos livros didáticos (em alguns casos, ela até existe, todavia, apresenta-se de forma muito limitada e/ou estereotipada). Ademais, os investimentos na formação de docentes, proporcionados à base de oficinas de ensino na área ocorrem, normalmente, nos finais de semana ou, à noite, e como alguns professores atuam na Rede Estadual neste turno, a participação deles

nestas atividades torna-se completamente inviável. O distanciamento de algumas Escolas – localizadas no setor rural do Município do Rio Grande ou nas Ilhas – também é apontado como um problema a ser enfrentado para o trabalho com a história e a cultura afro-brasileira e africana, pois:

[...] até mesmo os materiais didáticos, muitas vezes, não chegam até a Ilha da Torotama, ou chegam bem depois. Além disso, os convites para eventos e palestras direcionados aos professores, às vezes, chegam um dia antes do evento, ou até mesmo, no dia, impossibilitando-nos de uma organização maior para prestigiar essas atividades (Trecho da entrevista realizada na E.M.E.F.C.P.A., em 22 de Julho de 2013).

A falta de material didático e de formação na área, em muitos casos, acaba tendo que ser “compensada” pela compra de material subsidiado com recursos da própria Escola (custeados à base de rifas, normalmente), pois a ênfase localiza-se na cultura europeia e quando se pretende a realização de trabalhos e atividades com outros olhares, torna-se necessário o investimento na aquisição de materiais, tendo em vista que *“na realidade, a gente não tem quase nada de material, de livros e tudo o mais; o que nós temos, fomos nós que compramos; a Escola comprou, não foi a SMED quem mandou. Nós também compramos a ‘Família Negra’, toda de fantoches prá trabalharmos com eles, porque não tínhamos nada”* (Trecho da entrevista realizada na E.M.E.F.A.D.L., em 22 de Agosto de 2013).

Estas considerações deixam claro que embora a obrigatoriedade da Lei 10.639/2003, o trabalho com a História e a Cultura Afro-Brasileira e Africana, de modo curricular, ainda está muito longe de ser uma prática efetiva e o combate ao racismo e a todo o tipo de discriminação, bem como a adoção de políticas públicas que alterem esse quadro e propiciem a existência de uma sociedade mais igualitária, continuam sendo uma prática distante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no exposto, verifica-se que passado mais de 10 anos de vigência da Lei 10.639/03, na prática, poucos foram os avanços para o estabelecimento de ações afirmativas que efetivem o trabalho com a história e a cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar rio-grandino.

Desse modo, as investigações realizadas indicam o quanto as instituições, em conjunto com os docentes e as Secretarias de Educação precisam empreender esforços para, primeiro, aproximar essas esferas no sentido que de fato a Lei 10.639/2003 aconteça no cotidiano das salas de aula. Em um segundo momento, destaca-se a necessidade de ações coordenadas voltadas à promoção da capacitação dos professores, bem como uma maior agilidade na disponibilização de materiais didáticos específicos e,

também, de ferramentas atuais e dinâmicas que fomentem no dia a dia das Escolas a inserção das temáticas da história e da cultura afro-brasileira e africana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. *Lei Federal nº. 10.639, de 9/01/2003*. Estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira no currículo da Rede de Ensino no Brasil. Brasília: Gráfica do Senado, 2003.
- CAVALLEIRO, E.S. Introdução. IN: *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 11-18.
- FRAGA, W.; ALBUQUERQUE, W.R. *Uma história da cultura afro-brasileira*. São Paulo: Moderna, 2009.
- GOMES, N.L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. IN: *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 39-62.
- HENRIQUES, R. Apresentação. IN: *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 7-9.
- SILVA, G.; ARAÚJO, M. Da interdição escolar às ações educacionais de sucesso: escolas dos movimentos negros e escolas profissionais, técnicas e tecnológicas. IN: ROMÃO, J. (org.). *História da Educação do Negro e outras histórias*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 65-78.
- THIOLLENT, M. *et. all.* (Org). *Extensão Universitária: conceitos, métodos e práticas*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

Recebido em:04/07/2014
Aprovado em:01/09/2014
Publicado em:03/10/2014

**TIA MARIA TEREZA, OS FANTASMAS E O POTE DE OURO.
ESTRUTURAS E REAVALIAÇÕES FUNCIONAIS DE NARRATIVAS MÍTICAS SOBRE A
ESCRavidÃO ENTRE DESCENDENTES DE CATIVOS. OSÓRIO, SÉCULO XX.**

TATA MARIA TEREZA, LES FANTOMES ET LE POT D'OR. STRUCTURES ET REEVALUATIONS
FONCTIONNELLES DE RECITS MYTHIQUES SUR L'ESCLAVAGE PARMi LES DESCENDANTS D'ESCLAVES.
OSÓRIO, XX^{ÈME} SIÈCLE

Rodrigo de Azevedo Weimer

Vol. XI | n°22 | 2014 | ISSN 2316 8412



TIA MARIA TEREZA, OS FANTASMAS E O POTE DE OURO. ESTRUTURAS E REAVALIAÇÕES FUNCIONAIS DE NARRATIVAS MÍTICAS SOBRE A ESCRAVIDÃO ENTRE DESCENDENTES DE CATIVOS. OSÓRIO, SÉCULO XX.

Rodrigo de Azevedo Weimer¹

Resumo: O presente artigo aborda um “causo” segundo o qual Maria Tereza Joaquina, “rainha” do maçambique de Osório, nascida de ventre livre e filha de uma escrava, teria encontrado um pote de ouro conferido pelos fantasmas dos cativos. Articula-se o mito à memória da escravidão, buscando compreender seus significados simbólicos, particularmente o lugar conferido à ancestralidade escrava por parte de seus descendentes. Investigam-se as “reavaliações funcionais” procedidas na estrutura do mito.

Palavras chaves: Memória da escravidão, Mito, Ancestralidade.

Résumé: Cet article discute une légende selon laquelle Maria Tereza Joaquina, «reine» du «maçambique» de Osório (État de Rio Grande do Sul, sud du Brésil), affranchie et fille d’une esclave, aurait trouvé un pot d’or conféré par les esprits des captives. On articule ce mythe-ci à la mémoire de l’esclavage, pour comprendre ses significations symboliques, particulièrement le lieu conféré à l’ancestralité esclave par ses descendants. On fait une enquête sur les « réévaluations fonctionnelles » procédées dans la structure du mythe.

Mots-clés: Mémoire de l’esclavage, Mythe, Ancestralité.

INTRODUÇÃO

Segundo seus sobrinhos Antônio Francisco e Manoel Francisco Antônio, Maria Tereza Joaquina (c. 1887-1980) encontrou um pote de ouro, que lhe foi dado pelos fantasmas dos escravos que habitavam as ruínas da casa-grande ao lado da qual ela morava. Mais do que avaliar a veracidade da lenda, contada por seus sobrinhos, cabe ao pesquisador analisar seus possíveis significados. As narrativas sobre estes fantasmas dadivosos oferecem uma janela para a memória da escravidão entre descendentes de escravos: com efeito, Maria Tereza nasceu de ventre livre e sua mãe havia sido cativa². Algumas pesquisas antropológicas demonstram que “o mundo do além” pode ser uma profícua via de acesso ao social (ver a reflexão de DAMATTA, 1991 e a pesquisa de BARCELLOS, 2000). Qual relação se travava entre vivos e mortos, particularmente quando estes mortos haviam padecido as agruras do cativo? Em que medida a memória do cativo tal como expressa por filhos e netos de ex-escravos pode ser observada a partir deste exemplo

¹ Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil. Pós-doutorando em História na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Brasil. Bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul no Programa de Bolsas de Fixação de Doutores (FAPERGS/DocFix), Brasil.

² Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, Centro de História da Família, microfilme 1391100, Item 5, livro 14 de batismos de Conceição do Arroio, f. 85v, nascimento em 7 de fevereiro de 1887.

particular? Estas são algumas questões a que me proponho a elucidar.

Maria Tereza Joaquina foi uma figura multifacetada, e mesmo nos dias de hoje goza de grande veneração entre os seus. Vivia onde hoje é o município de Maquiné, no local onde se localiza, atualmente, a comunidade remanescente de quilombos de Morro Alto³. Após encontrar o pote de ouro, comprou um terreno em Osório, aonde veio a tornar-se “rainha ginga” no maçambique, ritual religioso afro-católico em louvor a Nossa Senhora do Rosário. Nos dias de hoje, é lembrada como rainha exemplar e sua autoridade é invocada no sentido de chamar a atenção aos integrantes do grupo quanto a alguma prescrição disciplinar: “*se fosse no tempo de Maria Tereza tu ia ver...*”. Foi, poucos anos após sua morte, homenageada com seu nome (e título de rainha!) nomeando uma rua – no bairro onde reside sua descendência.

Sua longevidade, que levou à permanência de sua condição de *filha* de escravos já bastante adiantado o século XX, levou a comunidade à qual pertencia a escolhê-la, nos anos de 1970, como representante autorizada para representá-la judicialmente em um processo de contestação ao usucapião interposto por um intruso que pretendia apropriar-se de terras de uso comum doadas por uma senhora escravista em 1887. Claro que para a eleição somava-se, também sua autoridade “monárquica”.

Não é de se estranhar que, diante de tantas “camadas de memória” vinculadas a esta personagem espetacular poucos lembrassem – ou soubessem – acerca do mito do pote de ouro. Em realidade, ele só foi relatado por seus sobrinhos Manoel Francisco Antônio e Antônio Francisco⁴ e, mesmo assim, em caráter de segredo: ambos, antes de narrarem a lenda, afirmaram que ouviram diretamente de sua boca, que ela solicitara que não falassem para ninguém e asseguraram que era a primeira vez que reproduziam a lenda. Assim sendo, é provável que muitos não a soubessem ou que não se tenham sentido à vontade para confiar o segredo.

De toda forma, este relato é apenas aparentemente pouco representativo.⁵ Ainda que estatisticamente pouco narrado, ele dá conta da relação estabelecida pela parentela de Maria Tereza – linhagem mui significativa de um grupo étnico que hoje emerge, em Morro Alto, a partir da assunção de uma

³ Esta comunidade originou-se de uma antiga fazenda escravista de criação de gado, plantio de cana e moenda de açúcar. Mediante diversas formas de permanência – aquisição de terrenos, doações de terras por antigos senhores, posse, os descendentes dos cativos, dentre os quais Maria Tereza, lograram permanecer, depois de 1888, na região onde seus pais haviam sido escravos. Não obstante, foram diversos os episódios de expropriação de terras ao longo do século XX, razão pela qual emergiu, na década de 1990, com base em artigo constitucional da Carta Magna de 1988, a reivindicação de reconhecimento, por parte do Estado Nacional brasileiro, como “remanescentes de quilombos”. Nos anos de 2001-2002, uma equipe de pesquisa – da qual este pesquisador fez parte – realizou investigações geográficas, históricas e antropológicas, visando o dito reconhecimento, que se efetivou em maio de 2004. No presente momento, sob a responsabilidade do INCRA, encontra-se encaminhado o processo administrativo visando a titularização de suas terras. Para detalhes, ver Barcellos *et al.*, (2004).

⁴ Manoel Francisco Antônio relatou ter 93 anos em outubro de 2013. Desconhece-se a idade de Antônio Francisco, mas é sabido que ele era mais novo que seu irmão.

⁵ A questão da “representatividade” vem sendo problematizada no sentido de não tomá-la mecanicamente como efeito do mais incidente em termos estatísticos. Por exemplo, os micro-historiadores propuseram e problematizaram a noção de “excepcional-normal”, buscando no documento – ou na situação – desviante uma chave de acesso ao considerado “normal” em determinado contexto histórico. Para as diversas acepções tomadas pelo “excepcional-normal” ver Serna, Pons, 2012, p. 42-43. Acredita-se, no caso analisado, que as duas entrevistas selecionadas possam dizer respeito à noção acerca do além por parte de toda uma geração de contemporâneos.

identidade coletiva como “remanescente de quilombos” – entre vivos e mortos, ou ainda, entre descendentes e escravos. Temos, portanto, uma rica via de acesso à memória da escravidão. É um mito complexo,⁶ que dá conta de aspectos diversos relacionados às relações com seus antepassados.

COM A PALAVRA, OS SOBRINHOS

Existem pequenas dissonâncias – os mitos não são uniformes e apresentam variações – entre a versão narrada por Antônio e Manoel. Contudo, existe um pano de fundo comum, no qual o tesouro é indicado por um fantasma, encontrado pela futura rainha, que era a única a ter acesso a ele por ser considerada merecedora e a ela ele estar predestinado. A principal diferença reside na maneira pela qual a “assombração” apontou a localização do tesouro. Segundo Antônio, sua tia ouvia muitos barulhos aterrorizantes – particularmente louça quebrada – vindos da direção das ruínas. Assustada, planejou partir, mas um dia ouviu uma batida na porta, quando “aquele moreno”⁷ lhe chamou. O sobrinho reproduz o diálogo que sua tia teria tido com a aparição:

Maria, eu tô esses anos todos sem descanso na minha vida, se eu ganhei [...] eu tô tomando conta de um objeto aqui e tu fez a tua casa quase em cima. Ela contava. Disse ali do lado da porta casa do lado cerca, casa de madeira, continue dali pra cima. Então ela aí disse [...] aí ela ficou, assim, aí falou, não precisa ter medo de mim. Disse eu tenho objeto, tu não tem marido, tu vive lutando pra sobreviver, eu te achei tu sofrendo tanto, eu tenho um objeto pra te dar que *eu mereço a minha salvação*. (Grifos meus).

No relato de Manoel, pelo contrário, a localização do tesouro foi indicada em um sonho tido recorrentemente por sua filha Antonieta⁸. Afirma ele que muitos procuraram pelo ouro, porém sempre eram rechaçados por chuvas de pedras ou assombrações. Ele destaca que uma família vizinha de Maria Tereza e que ali vive até hoje não deixa ninguém se aproximar daquela localização; porém não se atreve a ali escavar⁹. Sabem que a futura rainha apenas encontrara o tesouro porque “era para ela”: fazia-se merecedora por sua bondade e vida árdua. Este elemento também está presente no relato de Antônio Francisco:

⁶ Ainda que só tenhamos registros de dois relatos em Morro Alto, sentimo-nos confortáveis para qualificar como “mito” tais narrativas pelo fato de relatos da mesma natureza serem recorrentes em outras comunidades negras rurais (ANJOS, 2004; RUBERT, 2010; RUBERT, ROSA, MONTEIRO, 2011; MELLO, 2012).

⁷ Um fantasma.

⁸ Antonieta permaneceu solteira, cuidou de sua mãe durante toda vida, e segundo netos da rainha sempre foi dada a visões e a vínculos com o além.

⁹ Este exemplo indica para a crença na *persistência* dos fantasmas, o que matiza ou até mesmo contradiz a interpretação apresentada ao fim deste artigo.

E tu não precisa dizer nada pra ninguém, eu tô dizendo pra ti, tu guarda dentro de ti, logo de noite tu vai mexer ali. [...] Disse, tu cava um pouquinho ali, dali por diante tu não vai mais precisar trabalhar, eu vou te dar uma ajuda pra ti, *porque eu mereço descanso*. E eu foi feito assim, assim pra mim cuidar disso, meu filho tu tá vencido, eu me lembrei de ti, tu tem coração tão bom, tu ajuda tanto as crianças, vou te ajudar com isso ai. Tu pode mexer, tu pode mexer que eu vou botar na tua mão. (Grifos meus)

Os relatos convergem quando se afirma que ela efetivamente encontrou o pote de ouro, cavando no local indicado, e partiu para Osório – segundo Antônio Francisco, “para não se complicar”,¹⁰ onde comprou uma quadra inteira, aquela em que na atualidade localiza-se o corpo de bombeiros.

O relato de Manoel Francisco Antônio é enriquecido por detalhes concernentes à origem do tesouro encontrado por sua tia. Segundo ele, os “ricos” enterravam o que tinham “durante as revoluções” para que ninguém encontrasse.

Rodrigo – E naquela época, tinha muito o hábito de enterrar pote de ouro?

Manoel – Ah, tinha, pois naquele tempo não tinha. Naquele tempo, todo dinheiro [...] Não existia banco, não é. Quando vinha aquela revolução, o dinheiro pra eles não [...] Eles vinham... e levavam! A revolução vinha, aquele povo que vinha pegam, não é. Pegam o que eles acham e levam, então eles davam, pegavam aquele dinheiro e enterravam. O dinheiro, depois de enterrar, às vezes o cara perde e não acha mais.

No entanto, ao fazer isso, obrigavam um escravo a cavar o buraco e, após, o assassinavam e enterravam seu corpo junto com as riquezas: para que ele não testemunhasse para ninguém a localização do tesouro, para que não o tomasse para si, para que seu espírito, sem descanso, seguisse rondando e afugentasse quem eventualmente dele quisesse apossar-se¹¹.

Francisco¹² – Enterravam a pessoa, faziam fazer o buraco, enterravam e depois colocavam em cima pra cuidar daquilo ali.

Rodrigo – E quem ficava em cima?

Manoel e Francisco – O morto!

Francisco – Aquele morto, matavam!

Manoel – O senhor matava... matavam a pessoa, enterravam, faziam a cova e depois matavam a pessoa e tu fica, tu fica cuidando aqui. Por isso que diz que assusta a pessoa

¹⁰ *Idem* nota anterior.

¹¹ Trata-se de uma narrativa bastante recorrente, constituindo um etnotexto – entendido como um discurso compartilhado por um grupo étnico (JOUTARD, 1980; SOARES, 2000; MATTOS, 2004; WEIMER, 2013). Para exemplos de outras localidades no Rio Grande do Sul rural, ver Rubert (2010) e Rubert, Rosa e Monteiro (2011). *Sui generis*, no entanto, é o relato de Maria Tereza *ter encontrado* o tesouro.

¹² Francisco Manoel Antônio, filho de Manoel Francisco Antônio, também presente no momento da entrevista.

aquilo ali que viesse sem ser o dono que deve, que é, que dá praquilo ali. Eu acredito que deve ser.

Como veremos logo adiante, a figura do “fantasma” se presta à análise de diversas significações sociais.

REFERENCIAIS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

A história oral foi a via de acesso empregada para aproximação do mito do pote de ouro. Sendo mais preciso, os pesquisadores foram “surpresos” por esta lenda em situações de pesquisa que objetivavam outros fins. Contudo, ela não recebeu até hoje tratamento sistemático. As entrevistas com os irmãos Antônio Francisco e Manoel Francisco Antônio foram realizadas em situações de pesquisa distintas, com um intervalo de mais de década. O primeiro foi entrevistado pelas antropólogas Miriam Chagas, Mariana Fernandes e Cíntia Müller em 2002, em um contexto de elaboração do relatório de reconhecimento da comunidade de Morro Alto como remanescente de quilombos. O segundo, pelo autor deste artigo, em 2013, em uma pesquisa de pós-doutoramento, centrada na biografia de sua tia. Em ambos os casos, porém, o relato sobre o pote de ouro surgiu de forma espontânea, por meio das peripécias de Maria Tereza.

Com a história oral, não se pretende uma aproximação objetiva com “o que de fato ocorreu”; pelo contrário, deve-se entender a memória como uma construção retrospectiva a partir de demandas do presente. Especificamente no que toca ao historiador oral, não toca ao pesquisador desautorizar a versão dos entrevistados ou, ainda, dar-lhes chancela. Pelo contrário, cumpre interpretá-la no sentido de indagar acerca de suas convicções, visões de mundo, cosmogonias. Nesse sentido, a proposta metodológica aqui esboçada é proceder a uma aproximação das representações sobre o passado escravista latentes às memórias do cativo.

Uma referência fundamental para a análise mítica é o estruturalismo de Claude Lévi-Strauss. O autor dedicou diversos trabalhos à análise dos mitos, propondo uma metodologia que ia do particular ao geral (LÉVI-STRAUSS, 1971, 1996a, 1996b, 2006, 2011). Busca-se em Lévi-Strauss tão-somente uma preocupação com a capacidade para particularizar elementos do mito e inferir conclusões a partir da comparação e extrapolação dos mesmos. Aqui, limitar-me-ei à análise das versões anteriormente mencionadas.

Segundo a interpretação lévi-straussiana, os mitos constituem uma “*máquina para subtrair o tempo*” (LÉVI-STRAUSS, 1996a, p. 25). Ainda que sujeitos a variações diacrônicas e espaciais, Lévi-Strauss ressalta que cada manifestação mítica em particular, ao mesmo tempo em que ordena episódios em um tempo pretérito – “as origens” –, opera no presente, na medida em que define universos simbólicos que

extrapolam o tempo primordial. Tais esquemas culturais “presentificados” adquirem eficácia simbólica *hoje*. Trata-se de uma “*sequência de acontecimentos passados, mas também esquema dotado de uma eficácia permanente*” (LÉVI-STRAUSS, 1996b, p. 241). Mito, portanto, não representa arcaísmo ou inverdade, mas, pelo contrário, esquemas lógicos que funcionam no presente e nele adquirem sentido e veracidade¹³.

Assim sendo, e no que toca aos objetivos deste artigo, mais relevante do que estabelecer o lugar e o papel que o pote de ouro desempenhou na vida de Maria Tereza, está a definição das maneiras pelas quais a crença em tal acontecimento repercutiu, século XX adentro, na memória e representações do cativo expressas pelos seus sobrinhos, considerados representativos da coletividade em que se inserem. Com efeito, a família dos “Tereza” – nome herdado à escrava que deu origem à parentela – quer por seu engajamento político, quer pelo lugar de destaque no maçambique, goza de amplo prestígio na comunidade de que faz parte. Os dois irmãos foram indicados por muitos como narradores autorizados, “aqueles que sabem das coisas”, guardiões da memória coletiva.

Além da referência a este autor, busca-se fundamento conceitual na bibliografia histórica e antropológica sobre pós-Abolição, sobretudo aquela consagrada à análise dos processos mnemônicos (BARCELLOS *et al.*, 2004; RIOS, MATTOS, 2005; CHAGAS, 2005; WEIMER, 2013). Tais perspectivas, centradas na análise da memória do cativo, têm sublinhado que a recordação enfatiza a subtração de passados de sofrimento ao grupo familiar, e suas transferências para terceiros definidos em abstrato. Há, ainda, uma busca de elementos de diferenciação e valorização do núcleo familiar, mesmo que no ambiente hostil do cativo. É uma maneira de tornar suportável uma memória incômoda e sofrida (POLLAK, 1989). Como veremos adiante, esta forma de organizar a memória também operou na narrativa mítica estudada.

MARSHALL SAHLINS E AS REAVALIAÇÕES FUNCIONAIS

Se Lévi-Strauss sublinhou que o mito desempenha um papel na ordenação simbólica do presente – do que não se discorda – o antropólogo Marshall Sahlins (1990, 2008) ponderou que a mitologia possui, ela mesma, sua dinâmica e historicidade. Com efeito, o autor critica as oposições entre história e estrutura, ou mudança e estabilidade, como uma distinção ocidental que carece de sentido para populações tradicionais. Sahlins propõe que os havaianos interpretaram a chegada dos europeus a partir de seu repertório mítico, e apresenta a sucessão de mal-entendidos na interação entre ingleses e nativos. Tais dissonâncias culminaram na morte do capitão Cook, associado ao deus Lono, em sacrifício ritual.

É possível colocar sob suspeição, de um ponto de vista etno-histórico, até que ponto os havaianos

¹³ No caso específico do mito observado: ainda que com variações de narrador – Antônio Francisco e Manoel Francisco Antônio – e no tempo – 2002 e 2013 – o mito evidencia esquemas simbólicos que funcionam para ambos entrevistados – e provavelmente para a comunidade de que fazem parte, ao menos entre as pessoas de sua mesma geração – no que toca à relação entre vivos e mortos, investigadas neste artigo.

realmente acreditaram na identificação entre o conquistador e a divindade, e os procedimentos tomados pelo antropólogo para chegar a uma conclusão tão difícil e crucial; todavia, para além de possíveis debilidades empíricas, seu argumento é bastante poderoso no sentido de apresentar questionamentos à estática através da qual o mito é entendido por Lévi-Strauss. Se a chegada dos ingleses foi interpretada em termos do mito – e nesse sentido eles coincidem, dado que “o mito opera no presente” – por outro lado o *evento*, o *contingente*, a *ação*, produzem transformações na compreensão deste. Esta dialética é presidida pela “reavaliação funcional” do mito. Após o sacrifício de Cook, Lono nunca mais será o mesmo.

Assim, Sahlins insiste em que toda reprodução é reavaliação, porque as categorias através das quais o mundo é ordenado adquirem novo conteúdo empírico na prática social. A relação entre história e estrutura é dialética: “*a história havaiana está, toda ela, baseada na estrutura, na ordenação sistemática de circunstâncias contingentes, ao mesmo tempo que a estrutura havaiana provou ser histórica*” (SAHLINS, 1990, p. 180).

Como historiador, sou bastante simpático à abordagem de Sahlins; inobstante, não creio que as ponderações do estruturalista francês sejam descartáveis. Pelo contrário, meu percurso de pesquisa consistirá na montagem da “estrutura” do mito, em termos lévi-straussianos, e na verificação quanto à existência de “reavaliações funcionais” nos termos de Sahlins. Ou, em outros termos, a problemática deste artigo será verificar se a “estrutura” resiste quando confrontada com o “evento”.

MARIA TEREZA JOAQUINA, ANTES DE VIRAR RAINHA

Maria Tereza, conforme mencionado, pertencia à primeira geração de filhos de escravos e nasceu de ventre-livre. Como muitos coetâneos, permaneceu na mesma região onde seus pais haviam sido escravos, compondo o campesinato negro que seguiu ocupando a fazenda do Morro Alto (BARCELLOS *et al.*, 2004; WEIMER, 2013). Os relatos dão conta de que se estabeleceu junto às ruínas da senzala do Ribeirão por ser muito pobre e não ter para onde ir. Aquele terreno era considerado mal-assombrado, o que evidencia que a convicção de que ali havia fantasmas precede o mito referente ao encontro do pote de ouro.

O marido de Maria Tereza, Abel, também era oriundo da senzala do Morro Alto, e como ela, havia nascido de ventre-livre¹⁴. Por ocasião do episódio analisado, todavia, já era ela viúva, e estava envolvida em muitas dificuldades para a criação de seus filhos Antonieta, Isabel, Josefina, Abel, Tereza Maria e Tomázia. Além disso, cuidava de sua mãe idosa, a ex-escrava Tereza. Tais circunstâncias – a localização junto às ruínas e suas dificuldades e esforço solitário para a sustentação do núcleo familiar – desempenharam, conforme vimos, um papel central no mito nela encarnado: ao lhe conferir o tesouro como dádiva, a aparição assinalou

¹⁴ Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, Centro de História da Família, microfilme 1391101, Item 6, livro de batismos de libertos de Conceição do Arroio, f. 48, nascimento em 29 de janeiro de 1877.

sua batalha para a sobrevivência.

CLAUDE LÉVI-STRAUSS E OS FANTASMAS

Lévi-Strauss (1986) registrou, dentre os grupos indígenas por ele estudados, serem comuns duas posturas perante a morte: a pactuação de um convívio pacífico entre vivos e mortos ou a franca hostilidade entre eles. Em diversas sociedades – é o caso da nossa e também daquela analisada –, todavia, pode haver uma correlação entre as situações descritas pelo antropólogo francês, variando conforme o morto e a circunstância da morte.

O que define o pacto entre vivos e mortos é o respeito e o render homenagens aos últimos, em retribuição a que eles renunciam a condutas persecutórias; pelo contrário, os mortos tornam-se hostis quando lhes é recusado o repouso ambicionado. Nesse caso, configura-se uma postura agressiva: “*Os mortos fazem com que os vivos paguem caro por essa recusa de um último sono*” (LÉVI-STRAUSS, 1986 p. 239).

O último caso pode ser exemplificado, no caso estudado, com aqueles escravos assassinados pela avareza de seus senhores para guardar por toda eternidade os potes de ouro. Estas almas são perigosas, e era elas que Maria Tereza temia ao ouvir os ruídos vindos da direção das ruínas da casa-grande. Estes estão inseridos no registro do *ressentimento*, e por serem potencialmente vingativos, assustadores. Certamente ela não sentia o mesmo temor de seus avós, os escravos Severina e Ramão (pais de Tereza), que estavam inseridos no pacto homenagem/renúncia à perseguição. Em suma, em termos de *afeto* pelos que já se foram (fundamentais para a identidade coletiva, já que vinculados diretamente à formação de linhagens; SLENES, 1999; WEIMER, 2013).

Em trabalho anterior (WEIMER, 2013), amparado na pesquisa de Rios e Mattos (2005), propus a existência de uma ambiguidade entre um escravo “genérico”, ao qual se atribui toda carga de sofrimento – e *por meio do qual se fala* de toda carga de sofrimento – que jamais é nomeado (no caso em questão, “um moreno” que bateu à porta de Maria Tereza); e outro escravo pertencente a um âmbito doméstico, que é identificado e ao qual se associam referenciais positivos e afetivos. Com efeito, são virtualmente inexistentes, ao menos na mesma comunidade anteriormente estudada, relatos do tipo “meu avô apanhou” ou “minha avó sofreu”¹⁵. Pelo contrário, as vítimas de animalização/objetificação são “o negro”, “um moreno”. Da mesma forma – ainda que amostra seja pequena – estes fantasmas que “aparecem” jamais são de um familiar, um avô, uma tia, um bisavô, um conhecido. Eles não têm nome, não têm laços, não têm raízes.

Da mesma forma como há um campo de oposições entre ambas posturas perante a morte,

¹⁵ Não se pretende, é evidente, negar a existência de castigos físicos, mas sim observar que a maneira de lidar com uma memória imensamente sofrida, de torná-la suportável, foi subtrair suas piores facetas aos seus, associando-as a terceiros, a “outros”. Ver Pollak, 1989.

também se opõem estes “escravos familiares” e os “escravos genéricos” – os ancestrais de Maria Tereza e aqueles que lhe deram o ouro. Os primeiros são nomeados; os segundos, anônimos. Os primeiros possuem vínculos familiares, mas os demais são desenraizados. Enquanto os “familiares” têm, via de regra, “bons senhores”, os “genéricos” têm “maus senhores”.¹⁶ Os primeiros cultivam a gratidão; os demais, ressentimento.

RESSENTIMENTO E RECONCILIAÇÃO

Os fantasmas são, pois, perigosos porque ressentidos. Por esta razão, Maria Tereza assustou-se ao se deparar com um deles disposto a oferecer-lhe um pote de ouro (ou indicando sua localização no sonho de sua filha). Mas, afinal, como conceituar ressentimento? Pierre Ansart (2004) propôs-se a este desafio. O autor encontrou em Nietzsche (*apud* ANSART, 2004) a concepção do ressentimento como ódio recalcado, e um desenvolvimento desta ideia em Robert Merton (*apud* ANSART, 2004), para quem se trata de “*um conjunto de ‘sentimentos’ em que predominam o ódio, o desejo de vingança e, por outro lado, o sentimento, a experiência continuada da impotência, a ‘experiência continuamente renovada’ da impotência rancorosa*”. (ANSART, 2004, p. 18).

A impotência para expressão ativa é característica do ressentimento, sobretudo entre grupos que historicamente passaram por intenso sofrimento. O ressentimento é o ódio entre desiguais, é o desejo frustrado de vingança dos impotentes. E, de fato, no “etnotexto” analisado, os escravos “genéricos”, convertidos em fantasmas, são representantes por excelência do intenso sofrimento de um grupo como um todo. A impotência associada à condição cativa é metaforizada naquela situação liminar entre o mundo dos vivos e o além, em que se encontram os fantasmas. De fato, que mais podiam fazer aqueles a quem foi negado o eterno descanso, se não atirar louças, assustando outros que não a quem se pretendia atingir? Porém, nesse emaranhado de oposições irreduzíveis (vivos/mortos, escravos “familiares”/escravos “genéricos”, gratidão/ressentimento) há espaço para uma espécie de reconciliação no episódio da entrega do pote de ouro a Maria Tereza (particularmente no relato de Antônio Francisco).

Em primeiro lugar, alguns elementos demonstram fissuras nas compartimentações binárias estanques. Por exemplo, há um relato em Barcellos *et al.* (2004, p. 94), segundo o qual uma senhora geralmente admitida como “boa”, tinha o hábito de furar os dedos de suas escravas quando erravam o ponto de crochê. Talvez essa fissura evidencie que, para além do esforço para tornar suportável a memória do cativo, toda experiência escravista conserva alguma dimensão de sofrimento e ressentimento. Atribuir o próprio ressentimento a um “outro” fantasmagórico é uma maneira de dele falar, sem assumir, contudo, a

¹⁶ Enquanto os últimos foram assassinados por avareza, Tereza, mãe da futura rainha, ganhou terras em doação de sua senhora Rosa Osório Marques.

lembrança – que se quer evitar – de passados de sofrimento e humilhação. Uma maneira específica – e legítima – para lidar com a contradição identificada por Gilroy (2001, p. 413): “*o desejo de esquecer os terrores da escravidão e a impossibilidade simultânea de esquecer*”.

O autor atento terá reparado que eu grifei, nos relato de Antonio Francisco, as falas da alma penada que teria dito que dava o tesouro para Maria Tereza *porque merecia seu descanso/salvação*. Na intersecção entre bondade e necessidade, a futura rainha libertava o fantasma do escravo da sina de permanecer para sempre ao encalço de quem ousasse se aproximar do ouro maldito. Da mesma forma que o ressentimento do outro pode ser utilizado para falar do ressentimento próprio, o encontro do tesouro pôde representar uma reconciliação entre vivos e mortos. Ao fazer-se merecedora do tesouro, o ressentimento irreduzível pôde ser vencido por uma memória afetiva de ancestrais escravos.

O percurso deste investimento investigativo partiu, assim, de Lévi-Strauss e chega a Sahlins, que demonstrou o poder do evento no reordenamento da ordem mítica. Aparentemente o encontro do tesouro por Maria Tereza repactuou a referida relação entre vivos e mortos. O mito é reavaliado funcionalmente. Uma *ação* interrompeu uma dada situação estrutural, para a qual não se retornou,¹⁷ conferindo historicidade ao relato.

EPÍLOGO

Segundo Manoel Francisco Antônio, sua tia não sabia o valor que o ouro tinha, e tampouco o que fazer com ele. Sua filha Isabel trabalhava com “um doutor” em Porto Alegre “que morava perto do estádio do Grêmio” e ele dispôs-se a vender aquela fortuna. Ao que consta para Manoel, ele subavaliou o tesouro achado por Maria Tereza e ficou com a diferença para si. “*A Maria Tereza não conhecia nada*” “*enganaram ela*” relata, resignado.

¹⁷ Deixo, porém, tal aspecto aberto ao arbítrio do leitor, porque, como visto nas notas 9 e 10, existem alguns indícios de permanência dos fantasmas naquele lugar, quer pela vigilância dos vizinhos para que “ninguém dali se aproxime”, quer pelo temor de Maria Tereza em ali permanecer após encontrar o tesouro. De toda forma, são vigorosas as “falas” das almas, no relato de Antônio Francisco, de que lhe entregaram o tesouro porque desejavam encontrar seu descanso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANJOS, J.C. Identidade étnica e territorialidade. IN: ANJOS, J.C .; SILVA, S.B. *São Miguel e Rincão dos Martimianos*. Ancestralidade negra e direitos territoriais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- ANSART, P. História e Memória dos ressentimentos. IN: BRESCIANI, S.; NAXARA, M. *Memória e (Res)sentimento*. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.
- BARCELLOS, D.M. O fantasma de dona Branca: assombrações e ameaças num assentamento rural. *Barbarói*, Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, n. 12, jan/jun, 2000.
- BARCELLOS, D.M. *et al. Comunidade negra de Morro Alto*. Historicidade, identidade e direitos constitucionais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- CHAGAS, M.F. *Reconhecimento de direitos face aos (des)dobramentos da História: um estudo antropológico sobre territórios de quilombos*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- DAMATTA, R. *A casa e a rua*. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A., 1991.
- GILROY, P. *O Atlântico negro*. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.
- JOUTARD, P. Un projet régional de recherche sur les ethnotextes. *Annales, Économies, Sociétés, Civilisations*, ano 35, n. 1, p. 176-182, jan-fev., 1980.
- LÉVI-STRAUSS, C. *Mitológicas 2. De la miel a las cenizas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1971.
- LÉVI-STRAUSS, C. A visita das almas (1951-1952). IN: LÉVI-STRAUSS, C. *Minhas palavras*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- LÉVI-STRAUSS, C. *Mitológicas 1. Lo crudo y lo cocido*. México: Fondo de Cultura Económica, 1996a.
- LÉVI-STRAUSS, C. A estrutura dos mitos. IN: LÉVI-STRAUSS, C. *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1996b.
- LÉVI-STRAUSS, C. *Mitológicas 3. A origem dos Modos à Mesa*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- LÉVI-STRAUSS, C. *Mitológicas 4. O homem nu*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- MATTOS, H.M. *Marcas da Escravidão*. Biografia, racialização e memória do cativo no História do Brasil. Tese (Professor Titular em História) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2004.
- MELLO, M.M. *Reminiscências dos Quilombos*. Territórios da memória em uma comunidade negra rural. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. IN: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, Cpdoc/FGV.
- RIOS, A.; MATTOS, H.M. *Memórias do Cativo: Família, trabalho e cidadania no pós-Abolição*. 1ª edição. Rio

de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RUBERT, R.A. Entre assombros e desejos: a memória da ancestralidade escrava em comunidades remanescentes de quilombos. II Encontro Internacional de Ciências Sociais: *As Ciências Sociais e os desafios para o século XXI* (Anais Eletrônicos - CD-ROM). Pelotas: Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, p. 1-9, 2010.

RUBERT, R.A.; ROSA, R.; MONTEIRO, C.S. De Rincão dos Negrinhos, à Recanto dos Evangélicos à Comunidade Quilombola Arnesto Carneiro Penna: mutações identitárias e (des)territorializações. IN: MELO, A.L.A (org.). *“Palmas” para o quilombo: processos de territorialidade e etnicidade negra*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2011.

SAHLINS, M. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

SAHLINS, M. *Metáforas históricas e realidades míticas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

SERNA, J.; PONS, A. O buraco da agulha. De que falamos quando falamos em micro-história? IN: MARTINS, M.C.B.; MOREIRA, P.R.S. *Uma história em escalas. A microanálise e a historiografia latino-americana*. São Leopoldo: Oikos, Editora Unisinos, 2012.

SLENES, R. *Na Senzala, uma flor*. Esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, M.C. *Devotos da cor*. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, Século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

WEIMER, R.A. *A gente da Felisberta*. Consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação. (c.1847 – tempo presente). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

Fontes orais

Entrevista com Antônio Francisco por Miriam de Fátima Chagas, Mariana Balen Fernandes e Cíntia Beatriz Müller em Osório, no dia 22 de fevereiro de 2002.

Entrevista com Manoel Francisco Antônio por Rodrigo de Azevedo Weimer em Osório, no dia 10 de outubro de 2013.

Fontes escritas

Arquivo Histórico de Osório. Tia Maria Tereza (Rainha Ginga). In: *Folha do Litoral*, 19 de dezembro de 1980.

Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, Centro de História da Família, microfilme 1391100, Item 5, livro 14 de batismos de Conceição do Arroio.

Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, Centro de História da Família, microfilme 1391101,

Item 6, livro de batismos de libertos de Conceição do Arroio.

Recebido em:10/07/2014

Aprovado em:02/09/2014

Publicado em:03/10/2014

**MINERÍA A CÉU ABERTO: OS EMBATES DA COMUNA AFRODESCENDENTE
PLAYA DE ORO, ESMERALDAS - EQUADOR**
THE MINING OPEN SKY: THE CLASH OF THE AFRODESCENDANT COMMUNE PLAYA DE ORO,
EMERALD-ECUADOR

Janaina Lobo

Vol. XI | n°22 | 2014 | ISSN 2316 8412



MINERÍA A CÉU ABERTO: OS EMBATES DA COMUNA AFRODESCENDENTE PLAYA DE ORO, ESMERALDAS - EQUADOR¹

Janaina Lobo²

O PRELÚDIO DE UMA PESQUISA

Antes de iniciar a narrativa sobre o caso da *minería* a céu aberto e seus efeitos na Comuna afrodescendente de Playa de Oro, eu gostaria de fazer alguns breves apontamentos sobre a eleição do *lugar* dessa pesquisa. Ou melhor, gostaria de situar o leitor nessa incursão etnográfica pelo Equador. Explico essa escolha: não é por acaso o meu deslocamento para uma comunidade negra na parte setentrional deste país que sequer faz fronteira com o Brasil. Por pelo menos dez anos eu estive envolvida entre coletivos afrodescendentes brasileiros e seus pleitos de justiça - por direitos fundamentais - nos quais a autonomia do território ancestral prefigura como uma importante matriz de luta. Tudo começa em Alcântara, no Maranhão, em 2004, com a etnografia sobre os embates com o governo brasileiro em razão de seu excludente e violento programa nacional espacial que desconsiderou parte desses grupos negros e suas histórias; e, compulsoriamente, os colocou à margem de seus próprios territórios em razão da construção de uma base de lançamentos de foguetes no município alcantarense. Já em 2008, repenso essas lutas pelo território, dessa vez partindo de uma gramática expressiva – sonoro-ritual -, no Rio Grande do Sul, entre quilombolas do município de Tavares. Etnografei os vínculos sagrados desses quilombolas com Nossa Senhora do Rosário e como o ritual do Quicumbi (re)instaura a autonomia sobre esse território. Em síntese, esse foi o percurso etnográfico que antecedeu minha ida ao Equador.

Caberia ainda, como parte desse prelúdio, uma exposição sobre os 25 anos da Constituição Federal de 1988, quando finalmente o Brasil reconhece no ADCT, através do art. 68, o direito legal dos quilombolas aos seus territórios, porque provavelmente minha trajetória de pesquisa seja revêrbere dessa garantia constitucional. Ainda que este não seja o objetivo desta apresentação, aqui cabe um parêntese que se entenderá com essa escolha pelo Equador: após esse reconhecimento de direito, surge uma incrível produção bibliográfica sobre o tema das comunidades remanescentes de quilombos brasileiras, motivadas pela expertise antropológica na elaboração de relatórios técnicos. Quero destacar uma das primeiras, o livro “O

¹ O presente texto é resultado da comunicação apresentada durante a II Jornada de estudos sobre escravidão, resistência e pós abolição– territorialidades, cosmologias e relações étnico-raciais, na mesa redonda “Quilombos e diásporas na América”, realizada na Universidade Federal de Pelotas, nos dias 09 a 12 de dezembro de 2013. Outra versão, porém, foi apresentada durante o evento “Ética na pesquisa antropológica: práticas e políticas”, promovido pelo Núcleo de Antropologia e Cidadania, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, juntamente com a Associação Brasileira de Antropologia, o qual foi realizado em Porto Alegre em maio de 2013. Agradeço, portanto, aos comentários da Prof.ª Rosane Rubert.

² Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGAS/UFRGS), Brasil. O trabalho de campo que possibilitou a escrita deste artigo foi realizado de forma descontínua entre os anos de 2011 a 2013, financiado pela bolsa do Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Brasil.

Quilombo do Rio das Rãs”, do antropólogo José Jorge de Carvalho, publicado em 1995. No preâmbulo, Carvalho destaca outras experiências históricas dos ‘quilombos’ nas Américas, exatamente para cotejar com a variabilidade de circunstâncias no Brasil. O autor pondera, nessa primeira parte, que:

Apesar de contarmos com excelentes estudos sobre quilombos e comunidades negras tradicionais no Brasil, informações sobre a experiência histórica do negro escravo no Novo Mundo, como um todo, são ainda bastante escassas entre nós, o que traz à consciência, tanto do negro brasileiro, como dos estudiosos da tradição afro-brasileira, um certo sentido de isolamento (CARVALHO, 1995, p. 13).

De fato, ainda que a produção bibliográfica no Brasil sobre os quilombos fosse considerável, mantínhamos (ou mantemos?) uma distância desse “movimento histórico mais amplo”, como diz Carvalho. Não objetivo, nesse meu prelúdio, escrutinar as razões pelas quais a antropologia brasileira constituiu-se intramuros, ou *at home*, como já discutiu Peirano (1999), baseada em diversas camadas de alteridades. Mas, o que parece indiscutível é que, especialmente os estudos a respeito da experiência negra nos países latinoamericanos, a despeito das muitas conexões com o Brasil, mantiveram-se em um primeiro momento – pelo menos entre os antropólogos brasileiros – à margem. Poderia arriscar que, por volta dos anos 2000, há tentativas de diálogo não apenas entre antropólogos de países vizinhos, mas com a dimensão etnográfica. Dentre uma finitude de trabalhos, recordo que Arruti, ainda no ano 2000, publica um artigo que objetivava confrontar ‘duas situações sociais emergentes’, ao discutir as mobilizações de negros e índios para a efetivação de direitos étnicos no Brasil e na Colômbia. No PPGAS-UFRGS é emblemática a pesquisa de Laura Lopez (2009) sobre as políticas do ativismo negro no Cone Sul. Entretanto, tais iniciativas ainda são escassas, especialmente quando se trata de etnografias sobre *palenques*, *cimarrones*, *cumbes* e *maroons*.

Os esforços para ampliar tais estudos, nos últimos anos, ainda que restritos, partiram não apenas da academia. O governo brasileiro, em 2010, através do projeto “Quilombos das Américas – Articulação de Comunidades Afrorrurais”, encabeçado principalmente pela SEPPIR (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) e pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), objetivava investigar a promoção da soberania alimentar e a ampliação do acesso aos direitos econômicos, sociais e culturais de comunidades afrorrurais nas Américas (com ênfase no Equador, no Panamá e no Brasil), ademais de fomentar uma rede de cooperação interinstitucional. No final de 2011, já constavam os primeiros resultados dessa pesquisa que, no caso do Equador, concentrou-se na região andina, nas comunidades negras do *Valle del Chota* e de *La Concepción*.

Ademais, meu interesse sobre essas experiências outras era crescente, mobilizado inclusive pelas inquietantes leituras sobre os quilombos no Brasil. O’Dwyer (2010), no artigo intitulado “Os quilombos e as fronteiras da Antropologia” destacava os embates acerca da “*pouca contrastividade cultural das*

comunidades afro no Brasil”, particularmente fundados nos argumentos de Richard Price, aos quais a antropóloga se contrapõe. O’Dwyer recupera as discussões de Price que versam sobre a inexistência no Brasil de comunidades quilombolas que tenham alguma “continuidade histórica evidente” com o tempo da escravidão. Tais comunidades, ainda de acordo com a avaliação de Richard Price, tampouco apresentariam formações políticas semi-independentes, tal como encontradas na Colômbia (exemplificado a partir do caso de San Basilio de Palenque), no Suriname, na Jamaica e na Guiana Francesa. O que estava em jogo para O’Dwyer é que se tomássemos irrefletidamente tal premissa, poucos dos hoje nomeados remanescentes de quilombos seriam, de fato, considerados como tal. O contraponto residia justamente sobre a continuidade temporal pouco aparente e nas diferenças culturais dificilmente tangíveis das comunidades quilombolas brasileiras. O’Dwyer aponta como resolução para tais divergências o pensar a etnicidade como parte de processos sociais que comunicam a diferença cultural performaticamente e, não o contrário, que resultaria em identificar a etnicidade como propriedade de grupos culturais.

Feita essa brevíssima digressão, retorno aos objetivos dessa comunicação. Trarei um pequeno recorte da minha tese de doutorado, que se encontra em fase de conclusão, cujo título é “À margem do Río: a comuna afrodescendente de Playa de Oro – agenciamentos territoriais e a política do lugar”, a qual visa – através da etnografia – depreender as perspectivas e políticas locais que norteiam as ações dos *playadoreños* na defesa e manutenção do território erigido ancestralmente. Dessa forma, dentre tais ações, destacarei nesse trabalho o circuito da *minería a cielo abierto*, ou garimpo, em português, o qual circunscreve e tenta impor um regime limitante à autonomia dos *playadoreños* sobre seu território. O que quero pontuar, nessa mesa, é uma experiência concreta de enfrentamento e luta pelo território, dessa vez, entre afroequatorianos – enfrentamentos que, de certa forma, estão em consonância com embates que acompanhamos aqui no Brasil.

SOBRE A MINERÍA E OS CONSTRANGIMENTOS INICIAIS

Não são fortuitos os relatos, que comumente antecedem etnografias, sobre os constrangimentos ou sobre as condições do trabalho de campo. Trata-se de uma exposição que, para além de um cânone metodológico, situa o leitor nesses trânsitos e diálogos que oportunizaram a criação de relações de confiança com nossos interlocutores. Essa marca dos estudos etnográficos, nos quais buscamos evidenciar essa experiência do encontro para ambos – pesquisador e interlocutores –, é em razão do método etnográfico requerer a constituição de confiabilidade, pois é a partir desse adensamento das relações que somos capazes de aceder às “cenas dos bastidores” (SHEPER-HUGUES, 2009) ou, em outros termos, torna-se possível uma troca de perspectivas (STRATHERN, 1999).

Em situações-limite, como episódios de extrema violência, a exposição dos percursos etnográficos tende a ser prescritivo: além da explicitação, cabe-nos fazer uma análise dos lugares ocupados pelo pesquisador nesses cenários. Tal incumbência deve-se menos pela indicação de qualquer preceito ou imposição de um modelo do que evidenciar as circunstâncias da construção do conhecimento, tendo em vista que a etnografia requer uma sensibilidade específica que evade qualquer apropriação metodológica (FLEISCHER, SCHUCH, 2010).

Aqui, portanto, abordarei a *minería*, na região norte do Equador, precisamente na Comuna³ afrodescendente Playa de Oro: trata-se, primeiramente, de um esforço para compreender os efeitos das ações de agentes *mineros* que diretamente afetam e ameaçam a autonomia territorial de Playa de Oro. O que conduzirá a narrativa será, portanto, meu *lugar* de pesquisadora em uma zona tensionada pela violência da exploração não autorizada do ouro, onde a pronúncia de qualquer elocução não consentida pode desencadear conflitos e expor a Comuna aos efeitos cruéis e repressivos de agentes mineros. Paralelamente, objetivo alcançar as estratégias dos *playadoreños* na inversão dessa “economia do terror” (TAUSSIG, 1993) – ou seja, compreender a inscrição de uma contranarrativa *playadoreña* mediante o recrudescimento da exploração do ouro no entorno de Playa de Oro. É nessa contranarrativa, portanto, que meu lugar de etnógrafa também se assoma.

Um desses temas que discutirei é a censura. Ou ainda, um interdito que pode ser lido, em um primeiro momento, como censura. Para começar, recorro a uma topografia do campo para localizar a *minería* – e também a minha pesquisa – nesse cenário de terror. Fazer essa topografia, antes de narrar os exemplos etnográficos, reside na preocupação de compreender os “regimes de vida” (COLLIER, LAKOFF, 2005), visto que se tergiverso o tema ética, rechaço – de antemão – sua condição generalizada. Tal como descrito no artigo *On Regimes of Living* (*idem*, 2005), o desafio é investir no conhecimento da especificidade local e no persuasivo entendimento dos motivos e contextos dos atores, pois a atenção às práticas, histórias e aos modos possíveis de ação locais nos ajudará a aceder territórios existenciais pouco evidentes ou, para retomar a expressão de Sheper-Hughes (2009), nos acercará das cenas de bastidores.

Playa de Oro, como mencionei, é uma Comuna afrodescendente, situada na *provincia* de Esmeraldas, às margens do Rio Santiago, em uma zona *ribereña*, nas bordas da Reserva Ecológica Cotacachi-Cayapas. Localiza-se em um “território-região”⁴ (ESCOBAR, 2010) com altos índices de exploração abusiva

³ Playa de Oro é, legalmente, uma *Comuna*. Trata-se de uma entidade jurídica criada pelo Estado equatoriano para a regularização da posse da terra ocupada ancestralmente, em nome da qual se garante o exercício dos direitos coletivos das comunidades afrodescendentes. A Constituição da República do Equador, de 1998, ao versar sobre o direito das comunidades, povos e nacionalidades (Capítulo IV do Título II) afirma no art. 60 que “*se reconoce a las comunas que tienen propiedad colectiva de la tierra, como una forma ancestral de organización*”. Playa de Oro, segundo Charvet (2010, p. 143) possui há mais de duzentos anos o registro da existência da comunidade, embora os relatos dos *playadoreños* apontem para uma formação muito mais anterior, de pelo menos quatrocentos anos, relacionado aos grandes ciclos de extração do ouro nessa região.

⁴ Playa de Oro localiza-se na região, nomeada na década de 50 do século passado, pelo geógrafo Robert West, de ‘terras baixas do Pacífico’, cuja área abarca a provincia Darién, no Panamá e inclui toda a extensão do Pacífico colombiano, até a provincia de Esmeraldas. Charvet (2010, p. 102) complementa que a região integra, atualmente, um sistema ecológico, igualmente transnacional,

dos recursos naturais. Trata-se de uma zona geoestratégica, seja pela sua biodiversidade, seja pelas possibilidades de extração de matérias-primas diversas. Inversamente a essas possibilidades exploratórias, as comunidades negras que aí vivem operam com uma exiguidade (que não se relaciona, portanto, com a riqueza de todo ecossistema úmido-tropical da região) e com uma ‘ecologia política do lugar’ que, historicamente, fez frente aos despojos de recursos naturais nessa região. Escobar (2010, p. 21), ao se referir aos grandes ciclos exploratórios do Pacífico colombiano (estendo essa análise à parte norte do Equador), afirma que essa zona tem sido incorporada à economia mundial desde a época colonial, através da escravidão, exploração de matérias-primas, extração de ouro e sujeição e eliminação de indígenas, cujos efeitos de destruição ficaram indelevelmente marcados. Mas é no início da década de oitenta, prossegue Escobar, que essa região do Pacífico é “submetida a uma estratégia global e explícita de incorporação nas esferas nacionais e internacionais em nome do desenvolvimento” (2010, p. 21). Em outras palavras, é uma região ameaçada por uma ‘persistente colonialidade’ (Alimonda, 2011).

Tal estratégia, a que se refere Arturo Escobar, assume no Pacífico colombo-equatoriano muitas faces, profundamente aferradas na violência. Playa de Oro, por sua vez, uma pequena comunidade com cerca de trezentos habitantes, vê-se confrontada com os respingos do conflito armado – alçado nessa fronteira norte do país –, com a exploração massiva de madeira dos seus bosques primários e com o circuito da *minería* a céu aberto (MCA), o qual detalharei a seguir. Tais conjunturas exploratórias dessa parte setentrional do Equador parecem estar em constante descompasso com os desígnios das comunidades negras que ancestralmente residem nessa região sob outros regimes de aproveitamento dos recursos naturais. Em Playa de Oro, por exemplo, até pouco tempo, era a extração artesanal do ouro realizada manualmente em pequenas *bateas*, pelas famílias *playadoreñas*, que complementava a renda mensal.

OURO E SILÊNCIO: LOS MINEROS NO PERDONAN

Em minha primeira estadia em Playa de Oro, em outubro de 2011, fui orientada a não esboçar nenhum interesse pela *minería*. Aconselhada pelos meus professores de Quito e Esmeraldas, mediadores na minha entrada em campo e experientes nos conflitos dessa zona setentrional, os *playadoreños* (ou pelo menos os primeiros com os quais tive algum contato) igualmente endossavam, ainda que sub-repticiamente, esse discurso de recusa pelo tema *minería*. Não por acaso. Na Comuna Playa de Oro, a gestão e a segurança

denominado de ‘Chocó Biogeográfico’, considerado um dos territórios mais ricos do planeta (*hot spot*), todavia ameaçado. Arturo Escobar (2010) opta pelo termo território-região para repensar o “lugar” do Pacífico colombiano. Segundo Escobar, o reconhecimento desse território-região, categoria recrutada dos ativistas do movimento social, remete a um projeto político-conceitual que traduz-se em uma “estratégia subalterna de localização” (*idem*, p. 72). Tomar essa localização – ou, nos termos de Escobar, política do lugar – desconstruirá discursos meramente estatísticos ou geobiológicos, restituindo a ênfase na *política do lugar* e na ação de diversos atores, especialmente das comunidades negras que atuam em seus territórios para conter despojos.

do território são temas recorrentes nas conversas mais informais. A *minería* a céu aberto, atividade considerada ilegal porque escapa da definição do que o Estado equatoriano considera como pequena *minería* ou *minería* artesanal, visto que suas operações não observam princípios de solidariedade e sustentabilidade, é apontada como a principal mazela que sobressalta os *playadoreños*: localmente, portanto, é concebida como uma atividade que instiga o encerramento (ou melhor, a circunscrição) de um território do medo. Comumente, durante alguma conversa trivial entre meus colaboradores, ouvia a máxima, em tom de rumor: *mineros no perdonan*. Ao que complementavam com algum dado recente, sempre insuficientemente pormenorizado, de assassinatos na região.

Ainda que a segurança do território e dos *playadoreños* seja matéria costumeira no dia a dia da Comuna, tais diálogos não são evidentes. Nos entre-meios de uma explicação sobre o plantio do cacau, uma das principais atividades econômicas de Playa de Oro, surgia sob uma forte discrição os sinais de uma gramática proibida: a assunção do terror provocada por *mineros* que exploram ouro nessa região ribereña. Concomitante à essa semântica proibida que emergia nas entrelinhas de uma conversa trivial, minha presença – com a sucessão dos dias na Comuna – se tornava, não familiar, mas consentida. Nessa aproximação, cada vez mais recôndita, a censura e a ambiguidade iniciais que cercavam o tema *minería*, se revelavam na modalidade de um “discurso oculto” (SCOTT, 1990). Tal como Scott pondera (*idem*, p. 184), ao abordar formas pouco evidentes de ação de grupos subordinados, havia um dúvida sentido nas inauditas narrativas sobre violência e *minería*: aos estranhos e às autoridades se reservava a inexatidão ou mesmo a inexistência do discurso. Nesse caso, para a pesquisadora recém-chegada, as notícias eram vagas e hesitantes.

O aprofundamento das relações com meus interlocutores dava-se na medida em que essas narrativas, quase inauditas, eram sussurradas. Com a constância do tema, ainda que sob reserva, eu estava irremediavelmente incluída no circuito infrapolítico (SCOTT, 1990) de Playa de Oro, no qual as estratégias para conter a violência da MCA, as quais concebi posteriormente, incluem o silenciamento público e agenciamentos diversos, frequentemente anônimos. A recusa ou censura iniciais (e, igualmente, os rumores pouco perceptíveis) não eram escrúpulos rigorosos, mas indicativos de que a MCA movimenta um circuito do terror, para além de todo o prejuízo ao meio ambiente. Acessar essa temática é como abrir uma caixa de pandora: a irreversibilidade é o que caracteriza essa abordagem.

O adensamento da pesquisa, que abordarei em seguida, e o conseqüente deslocamento da posição de pesquisadora – a qual ocupa, em um primeiro momento, um lugar “público” para um âmbito mais privado na Comuna – trouxe à tona, além dos temores, a silenciosa esperança. Adianto que o ato de falar para uma pesquisadora, anonimamente, não configurou apenas um acercamento das relações, mas sobretudo – como parte dessa infrapolítica – uma tentativa, precavida, de publicizar a insubordinação à regra do silêncio imposta por *mineros*.

De certa forma, a contenção da cadeia violenta da MCA promovida pelos *playadoreños*, assemelha-se ao já fora destacado por Arturo Escobar no livro *El final Del Selvaje* (1999, p. 22): “*nessa região do Pacífico são as práticas e estratégias das comunidades negras e indígenas, e não as ações do Estado, as que constroem a democracia e a sustentabilidade*”. Feito esse preâmbulo, seguirei essas pistas silenciosas para descortinar os agenciamentos, nos quais fui incluída, levados a cabo para a construção de projetos liberadores. Um exemplo sobre essas ações ocultas em aparência pode ser ilustrativo.

AGENCIAMENTOS E SILÊNCIOS: HAY QUE HACERLO

Restaurar as narrativas dos impactos e efeitos da MCA é recorrer a um terreno incerto. Grande parte dos testemunhos é silencioso, metonimicamente transformados em um desviar de olhos. Perguntas comumente não têm respostas, embora haja uma disposição furtiva em tangenciar o assunto. Porém, ainda que o silêncio seja recorrente, há uma inscrição subjacente que o reverte em linguagem. Nessas circunstâncias, o silêncio deve ser entendido em uma escala de repressão da voz e do testemunho.

Playa de Oro, Província de Esmeraldas, norte do Equador. Cheguei, pela primeira vez, no período das chuvas. A estação dos aguaceiros anunciava tensão na Comuna. Nada mais em Playa de Oro parecia escapar do receio do *aguaje*, categoria local que designa a crescente impetuosa, em razão das tempestades, do Rio Santiago, o qual margeia toda a Comuna. O temor não era inadvertido. Há muitos anos, que não souberam precisar, a Comuna ficou abaixo de água. As chuvas intensas da região, especialmente entre os meses de janeiro e março, fizeram com que o volume fluvial do Santiago subisse drasticamente. Em 2010, segundo contam, o fenômeno do *aguaje* se repetiu e Playa de Oro se viu desamparada e vulnerável: as famílias foram obrigadas a abandonar suas casas e a perda material foi total, especialmente para aqueles que possuíam suas residências erguidas ao longo da Avenida Malecón, à beira do Río. Esse evento de 2010 foi tão devastador que todas as conversas com meus interlocutores, cedo ou tarde, terminavam com essa lembrança do *aguaje* e o medo iminente de novas enchentes. O tema não apenas era recorrente, mas surgia anexado a qualquer outro assunto.

Depois dessa tragédia de 2010, como proposta para evitar maiores prejuízos e desastres futuros, o governo da Província de Esmeraldas sugeriu o deslocamento da Comuna para uma área mais segura, longe do rio, o que foi de antemão rejeitado pela maioria dos *playadoreños* sob a justificativa de Playa de Oro possuir uma *tradición* de vida junto ao curso fluvial. Além disso, argumentavam que todos os espaços comunais como a Igreja, a escola e a creche seriam perdidos. O cemitério também ficaria para trás: - *nos quedaremos sin el agua del Santíago? No, no es posible. Y el cementerio? Tendremos que cargar los huesos? Pues, que construyam el muro de contención y hagan un desvío pa' el Río!*

A contraproposta dos dirigentes da Comuna, portanto, previa a construção de um muro de contenção para evitar que as enchentes atingissem as moradias mais próximas ao rio. De acordo com o planejamento local, o muro seria construído ao longo de toda a margem habitada da Avenida Malecón. A outra medida, por sua vez, previa a abertura de um desvio para que o rio transbordasse parte das águas para o outro lado da margem, de modo a não afetar a comunidade. Essas proposições dos *playadoreños* visavam evitar a drástica medida de remoção da Comuna, objetivo primeiro de setores ligados à administração da província de Esmeraldas. De fato, o que se discutia era que se a única possibilidade apresentada se resumia à transferência de Playa de Oro, muitos a recusariam. Não cabe, nesse pequeno texto, explicitar todos os aspectos sociocsmológicos que unem o Rio Santiago aos *playadoreños*, mas registro que a empreitada da remoção era considerada inviável e, assim como o *aguaje*, igualmente devastadora.

Após meses de negociação com o governo provincial de Esmeraldas, o muro começou a ser construído, mas não foi concluído. Em seu lugar restaram pedras e armações de arame abandonadas, um trabalho inacabado que não resolvia o temor das crescentes das águas do Santiago. Com a iminência do período chuvoso, os ânimos na comunidade recrudesciam porque não havia definição para as medidas de contenção das águas. O muro, como dito, ficou pela metade. A resolução, urgente e imediata, seria então o desvio de parte das águas.

Em meio à negligência e imprecisão do governo *esmeraldeño* para a adoção das medidas de contenção das águas, apareceram inesperadamente, poucas semanas antes do início da temporada de chuvas, retroescavadeiras no ponto exato do rio onde seria construído o desvio. Mas a dúvida que pairava sob a Comuna era quanto à origem do maquinário, dado que não havia qualquer indicativo do governo para tal obra. Como os *playadoreños* não foram avisados sobre o início desse trabalho, e em razão da constante protelação, já não acreditavam que se tratava de uma ação para a contenção dos transbordamentos. Em meio à incerteza da procedência e da finalidade do maquinário, estrategicamente disposto na outra margem do rio, a Comuna se viu sob a ameaça da instalação de minas. Não por acaso. A principal hipótese era que se tratava de máquinas de *minería*. O rumor ganhava força porque eram retroescavadeiras, símbolo da destruição massiva da MCA. Ainda que a margem oposta não estivesse incluída nos quase dez mil hectares que legalmente pertencem aos *comuneros* de Playa de Oro, o receio da proximidade da MCA assustava o que de certa forma os insuflava a agir, ainda que cautelosamente, para evitar todo o circuito de terror e destruição que a exploração furtiva de ouro traz consigo.

Sob o rumor da instalação de uma MCA do outro lado da margem, alguns *playadoreños* fizeram denúncias anônimas sobre a existência de maquinário suspeito. O exército equatoriano, que empreende ações de combate à atividade minerária nessa região fronteira (e, comumente, com ações tão violentas quanto a dos *mineros*) viajou até o local indicado para explodir o maquinário. Após a destruição, ninguém

ousava tocar no assunto. Nem mesmo as informais avaliações, em tom de murmúrio, eram admitidas. O silêncio sobre a MCA pairava sobre Playa de Oro e minha chegada à Comuna dava-se nesse ínterim.

Tais informações sobre as suspeitas da Comuna que culminaram com denúncias anônimas surgiram apenas algumas semanas após a minha chegada, tendo em vista que, conforme orientação prévia, não ousei perguntar sobre a *minería*. Isto posto, o quebra-cabeça sobre o tema do *aguaje*, sempre tão recorrente, inicialmente não fazia nenhum sentido para mim. A pergunta que me ocorria, em meio a tantos elementos exíguos, era que se o governo *esmeraldeño* enviou o maquinário para o tão esperado desvio do Rio, por que, afinal, o exército equatoriano destruiu o que seria a redenção para os *playadoreños*? O que chegava a mim, até então, se resumia ao medo constante do transbordamento do Rio Santiago, somado às críticas ao governo da província – que versavam ora sobre a omissão, ora sobre a explosão das máquinas, esta sem nenhuma explicação adjacente, o que me levava a questões irremediavelmente sem respostas. Essa pergunta sobre a destruição do maquinário, sempre que ousei fazer (talvez porque não associei imediatamente com a MCA) parecia se encerrar em um silêncio que, pressupus, era particularmente acionado com a minha presença.

Se o silêncio sobre a MCA parecia intransponível, os discursos sobre o medo da enchente eram assíduos. Logo, em uma noite de tempestade, assim como outros *playadoreños*, me mantive desperta. O local onde estava hospedada ficava exatamente às margens do Santiago, de modo que todas as frequentes narrativas sobre os riscos das enxurradas me fizeram temer a força das águas: eu estava absolutamente afetada pelo temor do aguaje, no sentido de amplamente sentir os efeitos reais (FAVRET-SAADA, 2005, p. 157) desse medo. Assumi para meus interlocutores, no dia seguinte ao temporal, que ficara insone toda a madrugada, receando a crescente do rio.

Talvez na minha assunção do medo residiu o partilhamento dessa confiabilidade que a pesquisa etnográfica não pode prescindir. No caso da MCA, que movimenta todo um circuito de terror, sabem os *playadoreños* que qualquer enunciado pode desencadear efeitos violentos, justamente porque há uma lei do silêncio (*no vemos nada, tampoco sabemos lo que sea!*) que é alimentada pelo rumor – pelas histórias (factuais!) de repreensão provocadas por agentes *mineros*. Mas eu, que ali assumira, pela leitura de indícios local, uma parceria de sentimentos, o silêncio já me era direcionado como um dado, não mais como um interdito. Os indicativos de uma reversão na relação entre meus interlocutores começavam a se fazer visíveis a partir do tema, tão regular, do aguaje. Não raro ouvi conversas entre os próprios *playadoreños* que versavam sobre o meu medo: - *Oye, ella no dormió, se quedó en vela, con harto miedo.*

Nas semanas seguintes, a resposta que tanto esperei sobre a destruição do maquinário (que, a princípio, concebia como absurda) era ainda mais surpreendente que a revelação sobre as denúncias feitas pela própria Comuna em razão das suspeitas de criação de uma MCA do outro lado da margem. As retroscavadeiras, então, não estavam destinadas à introdução de minas, mas à construção do desvio.

Embora as máquinas não fossem para a finalidade imaginada, reiteravam, ação de denunciá-las foi indispensável porque ressoou, em toda região, a posição insubmissa de Playa de Oro frente à MCA e, conseqüentemente, frente aos abusos de agentes *mineros*. O equívoco dos *playadoreños* se convertia em uma precisa estratégia que declarava o desacordo da Comuna face ao circuito de terror ao qual tentam submetê-los.

Citei esse exemplo porque, creio, foi o que desencadeou a enunciação da cadeia violenta promovida pela MCA e, também, porque a partir dele posso inferir muitas outras questões, que vão desde o meu lugar de pesquisadora até as ações dos *playadoreños* na tentativa de reversão desse quadro tão ameaçador. Tomando o primeiro ponto, é somente a partir do compartilhamento de referentes comuns que sou integrada em um contexto de intimidade, no qual a assunção de posicionamentos e de táticas de enfrentamento só são possíveis em virtude da constituição de laços de confiança. Entretanto, não se trata apenas de uma relação baseada na estreiteza dos laços, ainda que este seja o definidor de toda uma experiência etnográfica. Nesse circuito violento, alianças que podem reverberar a conjuntura nessa fronteira equatoriana são imperiosas. Assim, depois de narrarem as circunstâncias da destruição do maquinário, ouvi com alguma frequência que eu poderia, enfim, sustentar em minha pesquisa a posição orgulhosamente subversiva da Comuna: *la gente de Playa de Oro tiene sangre guerrero*. Nesse sentido, para os *playadoreños*, as narrativas que poderia produzir após a convivência entre eles reforçaria essa luta silenciosa.

São essas narrativas, das quais esse texto é exemplo, que me impõem algumas questões, sobretudo relacionadas aos compromissos éticos que o antropólogo assume com seus interlocutores. Além disso, me pergunto como realizar uma antropologia que seja capaz de colaborar nesses embates que defrontamos em campo. Ou, para refazer a questão, como - dentro de um campo possível de ação - podemos reinscrever sensibilidades éticas (SEGATO, 2006) para difundir uma contranarrativa que surge às margens. Nesse caso, creio que a etnografia deva ser um instrumento para “nos interpelar e nos desafiar com as pressuposições do outro a cuja pesquisa se dedica” (*idem*, 2006, p. 224). Se os *playadoreños* me incluem nesse circuito de estratégias, me deixo ser instigada por essa relação.

Quanto ao segundo aspecto relacionado às estratégias dos *playadoreños*, reitero que a Comuna desconhecia a origem e as finalidades do maquinário. Porém, sob a ameaça de instalação de uma mina, nas proximidades do território de Playa de Oro, ainda que perante um violento regime repressivo, os *playadoreños* se motivaram a agir. Mesmo que silenciosas e anônimas, as ações dos *comuneros* de Playa de Oro indicavam uma concretude para refrear as ações de *mineros*. Cabe pontuar que o enfrentamento direto nessa circunstância adversa, na qual prevalece a lei do sicariato, cuja síntese - em tom de advertência - “*los mineros no perdonan*” indica a matiz violenta para a resolução de contratempos, seria lesivo para a Comuna. Em contrapartida a essa conjuntura hostil, sob um forte sentido de justiça, o qual conjuga a plena proteção aos organismos-mundo que compõem Playa de Oro, o axioma local sugere que “*hay que hacerlo*” - o

enfrentamento, mesmo que o agravo não seja frontal, público e explícito. Dessa forma, acrescento que nesse regime discreto de ação está inscrito o vínculo comigo: depois de exporem a posição da Comuna frente a MCA, fui incluída em um rol de agentes parceiros, cuja expectativa é exatamente evidenciar de forma igualmente precavida a situação das comunidades negras dessa parte setentrional do Equador.

ESTRATÉGIAS INÓCUAS: NOTAS FINAIS

Esse exemplo me foi narrado depois de alguns dias em que já estava em campo, em 2011. Antes de ter conhecimento sobre essas ações veladas, pressupus – precipitadamente – que os *playadoreños*, em razão da coação, pactuavam através do silêncio. A etnografia e o adensamento das relações me fizeram crer em um ‘silêncio insubmisso’. Considero que minha inserção nesse desvelamento, protegido sob códigos de confiança mútuos, também é mais um elemento nessa esfera de luta infrapolítica, visto que dissemino, desde outros meios (como a partir dessa comunicação), a postura da Comuna perante o problema da MCA.

Poderia ainda enfatizar, além desse exemplo, uma série de formas de subversão, as quais incluem disfarces linguísticos, códigos rituais e elementos mágicos, que não poderiam ser descritos em razão do sigilo requerido em campo. Em um circuito de terror, como o que movimenta a MCA, temem os *playadoreños* que qualquer elocução - que não tenha sido minuciosamente mensurada a partir de seus potenciais riscos - pode ser perigosa. Assim, mais que estabelecer uma confiabilidade com meus interlocutores, cabe cumprir protocolos diligentes locais que me situam nessa relação de lealdades. Nem tudo que é silencioso, aprendi, pode ser publicizado.

A epígrafe desse artigo, do escritor afro-esmeraldeño Nelson Estupiñan Bass, fala de um rio invisível que auxilia outros rios ocultos para a manutenção da vida. Acredito que esses rios invisíveis, mas não menos poderosos, podem ser comparados às ações dos *playadoreños* na reversão de um quadro de terror. São as lutas cotidianas e sorradeiras que subvertem esse quadro. A censura ou silêncios iniciais destinadas a alguém pouco familiar são um resguardo: anunciam, ponderadamente, que as regras tácitas do terror não são infringidas. O oculto é uma forma de fazer justiça, ainda que em aparência seja uma justiça circumspecta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALIMONDA, H. La colonialidad de la naturaleza: una aproximación a la ecología política latinoamericana. In: ALIMONDA, H. (org.). *La Naturaleza colonizada*. Ecología política y minería en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2011.
- CARVALHO, J.J. (Org.) *O quilombo do Rio das Rãs: histórias, tradições, lutas*. Salvador: EDUFBA, 1996.
- CHARVET, E.S. *Feminidad y Masculinidad en la cultura afroecuatoriana*. El caso del norte de Esmeraldas. Quito: FIG-ABYA YALA, 2010.
- COLLIER, S.J.; LAKOFF, A. On Regimes of Living. In: COLLIER, S.J.; ONG, A. (eds.). *Global Assemblages: technology, politics and ethics as anthropological problems*. Oxford: Blackwell Publishing, 2007.
- INGOLD, T. *The perception of the environment: essays in livelihood*. London: Routledge, 2000.
- ESCOBAR, A. *El final del Selvaje: naturaleza, cultura y política en la antropología contemporánea*. Santafé de Bogotá: CEREC, 1999.
- ESCOBAR, A. *Territorios de diferencia: lugar, movimientos, vida, redes*. Colômbia: Envión Editores, 2010.
- FRAVET-SAADA, J. Ser afetado (tradução de Paula de Siqueira Lopes). *Cadernos de Campo*, n. 13, p. 155-161, 2005.
- FLEISCHER, S.; SCHUCH, P. Antropologia, ética e regulamentação. In: FLEISCHER, S.; SCHUCH, P. (orgs.). *Ética e regulamentação na pesquisa antropológica*. Brasília: Letras Livres; Ed. UNB, 2010.
- LOPEZ, L.C. "Que América Latina se sincere": uma análise antropológica das políticas e poéticas do atavismo negro em face às ações afirmativas e às reparações no Cone Sul. Tese (Doutorado em Antropologia) - PPGAS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- O'DWYER, E.C. Os quilombos e as fronteiras da antropologia. In: O'DWYER, E.C. *O papel social do antropólogo. A aplicação do fazer antropológico e do conhecimento disciplinar nos debates públicos do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.
- PEIRANO, M. "Antropologia no Brasil (alteridade contextualizada)". In: SERGIO, M. (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Editora Sumaré/Anpocs, 1999.
- SCOTT, J. *Domination and the arts of Resistance*. Hidden Transcripts. New Haven and London: Yale University Press, 1990.
- SCHEPER-HUGHES, N. The ethics of engaged ethnography: applying a militant anthropology in organ-trafficking research. *Anthropology News*, p. 13-14, set., 2009.
- SEGATO, R. Alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais. *Mana*, 12(1), p. 207-236, 2006.
- STRATHERN, M. *Property substance and effect: anthropological essays on person and things*. London: The Athlone Press, 1999.

TAUSSIG, M. *Xamanismo, Colonialismo e o Homem Selvagem*: um estudo sobre o terror e a cura. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1993.

Recebido em:01/07/2014
Aprovado em:28/08/2014
Publicado em:03/10/2014

TRABALHADORES DO SETOR DOMÉSTICO NA CIDADE DO RIO GRANDE
WORKERS OF THE DOMESTIC SECTOR IN RIO GRANDE

Ana Paula do Amaral Costa

Vol. XI | n°22 | 2014 | ISSN 2316 8412



TRABALHADORES DO SETOR DOMÉSTICO NA CIDADE DO RIO GRANDE¹

Ana Paula do Amaral Costa²

Resumo: Este texto versa sobre as formas de controle direcionadas aos criados de servir e as resistências dos trabalhadores frente às leis que regulavam suas vidas e trabalho, tomando como cenário a cidade do Rio Grande, no final do século XIX.

Palavras chaves: Criados de servir, Rio Grande, Século XIX.

Abstract: This paper analyzes the forms of control directed the servants to serve and the resistance of workers in the face of laws that regulated their lives and work, taking as scenario the city of Rio Grande, in the late nineteenth century.

Keywords: Created to serve, Rio Grande, Nineteenth century.

A breve exposição deste texto discute as tentativas de disciplinamento direcionadas aos criados de servir da cidade do Rio Grande, no fim do século XIX, destacando as leis específicas de controle sobre os servidores domésticos e as formas de resistência destes contra o aparato disciplinador.

As funções ligadas aos afazeres domésticos absorveram e absorvem grande parte dos trabalhadores brasileiros. O fim da escravidão e a proclamação da República despertavam, pelo menos, em parte da população negra um sentimento de inserção na nova sociedade em formação e alimentavam as preocupações de senhores e patrões em relação ao trabalhador que passava a adquirir a liberdade. Neste contexto, o trabalho dos criados de servir ganhou atenção redobrada nos últimos anos da escravidão e no imediato pós-abolição.

Ainda no período escravista, a fonte que apresenta detalhadamente dados sobre a população e as ocupações exercidas pelos habitantes do Império, das Províncias e dos Municípios é o censo de 1872. Ao analisar as funções exercidas, em grande escala, pela população pobre da cidade do Rio Grande é possível observar uma concentração nas atividades manuais e mecânicas e em duas categorias (criados de servir e jornaleiros e serviço doméstico) do grupo classificado pelo censo como “outros”.

¹ Este artigo, originado a partir da palestra proferida na mesa-redonda “Trabalho e Inclusão no Pós-Abolição”, da II Jornada de Estudos sobre Escravidão, Resistência e Pós-Abolição, possui conclusões da dissertação desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (PPGH-UFPEL), Brasil; intitulada Criados de servir: estratégias de sobrevivência na cidade do Rio Grande (1880-1894), que, posteriormente, foi publicada na forma de livro pela coleção Teses & Dissertações da Editora da UFPel. A mesa-redonda, “Trabalho e Inclusão no Pós-Abolição”, procurou discutir as vivências, inclusão e lutas dos trabalhadores negros no pós-abolição, conjugando três pesquisas que possuem suas distinções e semelhanças nas análises sobre o trabalhador negro. Marcus Vinicius Spolte, Fernanda Oliveira da Silva e Ana Paula do Amaral Costa foram os membros da mesa.

² Graduada em História pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Brasil; mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (PPGH/UFPEL), Brasil; doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGH/UFRGS), Brasil; e professora da rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul, Brasil.

A Paróquia de São Pedro do Rio Grande do Sul era situada na região comercial e portuária do Município do Rio Grande³, concentrando, assim, um considerável número de trabalhadores. As ocupações consideradas mais degradantes, como costureiras, criados e jornaleiros e serviço doméstico eram o foco dos ofícios exercidos no município. 3.836 trabalhavam no serviço doméstico, com preponderância de brasileiras livres (1.812) acompanhadas de perto pelas escravas (1.078). Deste total de servidores domésticos, 3.164 exerciam a ocupação nos limites territoriais que compreendiam a Paróquia de São Pedro do Rio Grande do Sul, as escravas (967) e brasileiras livres (1.318) eram maioria, precedidas pelos estrangeiros (349)⁴.

Mesmo não concentrando a atenção nas demais profissões exercidas em Rio Grande, torna-se relevante observar as ocupações que reuniam um considerável número de trabalhadores. O censo classificou seis grupos de profissões: “liberais”, “outros”, “industriais e comerciais”, “manuais e mecânicas”, “agrícola” e “sem profissão”. No grupo das “profissões liberais”, os brasileiros livres empregados no serviço público representavam o maior número de trabalhadores. A terceira categoria de trabalho mais numerosa da classificação “outros” foi a de marinho, apresentando homens livres e estrangeiros, muitos destes últimos poderiam ser escravos. As profissões “industriais e comerciais” têm predominância da categoria comerciante, guarda-livros e caixeiros, com destaque para o grande número de estrangeiros nestas ocupações. No grupo de profissões “manuais e mecânicas”, os estrangeiros são o grande número de trabalhadores nas fabricações ligadas à madeira, calçados e metais. Nas profissões agrícolas, os lavradores superam os criadores. Por fim, o grupo “sem profissão” apresentava um número considerável de pessoas.⁵

A gama variada de ocupações no município e no meio urbano de Rio Grande não impedia que o setor doméstico fosse o destino de considerável parte da população. Certamente, a superioridade de brasileiras livres nesta ocupação era alforriada, que, ao adquirir a liberdade, permaneciam nas mesmas ocupações da vivência escrava. Uma constatação que não ocorreu apenas em Rio Grande, visto que, ao analisar a escravidão urbana no Rio de Janeiro, durante o século XIX, Luiz Carlos Soares observou que os libertos que “[...] ainda tinham condições de trabalho geralmente continuavam nas mesmas atividades desenvolvidas quando escravos. Os servidores domésticos procuraram se empregar como trabalhadores assalariados nas diversas casas da cidade” (2007, p. 302).

O número, cada vez maior, de libertos na sociedade despertava a atenção das autoridades e dos senhores/patrões para as atividades ligadas ao setor doméstico, pois acreditavam no perigo de contágio físico e moral que o criado poderia levar para a casa do patrão. No intento de disciplinar o trabalhador livre, a elaboração de Regulamentos de Locação dos Serviços de Criados de Servir e Amas de Leite ocorreu em diferentes cidades brasileiras.

³ Atualmente, os limites que compreendiam a Paróquia fazem parte do centro histórico da cidade.

⁴ Fonte: NPHED - Censo de 1872. Disponível em: <<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop72>>. Acesso em: 16/01/2013.

⁵ Fonte: NPHED - Censo de 1872. Disponível em: <<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop72>>. Acesso em: 16/01/2013.

A regulamentação sobre o serviço de criados de servir ocupou espaço nas discussões das Câmaras Municipais, principalmente, ao longo dos anos de 1880. Os estudos de Sandra Graham (1992), Olívia Cunha (2007) e Flávia Souza (2009) assinalaram as preocupações dos patrões relacionadas aos condicionamentos sobre criados na cidade do Rio de Janeiro. Maria Izilda Matos (2002) observou as apreensões nas cidades de São Paulo e Santos. Henrique Espada (2009) analisou os impactos das regulamentações para Santa Catarina. Já Maciel Silva (2011) pesquisou os regulamentos de Recife e Salvador. Interpretando as elaborações de regulamentos de serviços de criados no Rio Grande do Sul, Margareth Bakos (1984) constatou as distinções e semelhanças entre os condicionamentos das dezesseis cidades que elaboraram esse aparato de controle. A maioria das cidades, incluindo Porto Alegre, adotou o regulamento de Pelotas como modelo, pois foi o primeiro aprovado pela Província.

O regulamento do município do Rio Grande possuía maior especificação sobre as obrigações e os direitos de patrões e criados que Pelotas. O Regulamento de Locação dos Serviços de Criados e Amas de Leite de Rio Grande exigia um cumprimento excessivo de obrigações dos criados, os 27 artigos versavam sobre as formas de contratação e exoneração, as causas justas para despedir os criados, as obrigações de patrões e criados, o estado de saúde do trabalhador, entre outros dispositivos que visavam controlar a população trabalhadora, principalmente, negra.

Em exercício nos períodos de junho de 1887 a fevereiro de 1890 e de novembro de 1893 a dezembro de 1894, a eficácia da lei foi observada por meio dos contratos e exonerações que compõem o Livro de Registro de Conduta dos Criados de Servir e Amas de leite da cidade. O artigo 1º do regulamento define as ocupações qualificadas na categoria de criados de servir. Rio Grande considerava como criado,

[...] quem quer que, sendo de condição livre, tiver ou tomar, mediante salário, a ocupação de moço de hotel ou de casa de pasto e hospedaria, cozinheiro, copeiro, hortelão, cocheiro, lacaio, ama de leite, ama seca, e, em geral, de qualquer serviço doméstico (ECHO DO SUL, 29 de junho de 1887)⁶.

Para exercer a ocupação de criados era necessário possuir uma caderneta que servia para as anotações das admissões, demissões e da conduta dos mesmos. De acordo com a norma, os criados deveriam apresentar as cadernetas ao secretário da Câmara Municipal para transcrição do conteúdo para o livro de registro de conduta dos trabalhadores, com o prazo de vinte e quatro horas após a anotação dos patrões. Tanto contratantes quanto contratados não cumpriam rigorosamente as normas, muitos assentamentos foram registrados posteriormente ao prazo estipulado. O *Livro de Registro dos Certificados*

⁶ O Regulamento de Locação dos Serviços dos Criados de Servir e Amas de Leite foi publicado no *Echo do Sul*, 29 de junho de 1887.

de Conduta apresenta um significativo número de contratos e exonerações de trabalhadores ligados ao setor doméstico.

Em junho de 1887 os contratos e exonerações passaram a ser transcritos para o livro de certificados de conduta dos criados, apresentando um pequeno percentual de registros (2 homens e 40 mulheres contratados / 4 homens e 35 mulheres exonerados). De acordo com a análise de Margareth Bakos (1984), a cidade apresentava 844 escravos matriculados naquele ano, distribuídos nas atividades agrícola (201), artística (23) e a jornal (620). A presença expressiva de jornaleiros (diaristas), com predominância feminina, identifica a atividade ligada ao trabalho de criado de servir, ou alugados que pagavam jornal a seus senhores.

Os registros de 1888 apresentam considerável quantidade de contratos (67 homens e 307 mulheres), principalmente, após a abolição. As mudanças substantivas promovidas pela abolição afetaram o regime de trabalho, desapareciam os anúncios de aluguel de escravos e proliferavam os anúncios à procura de criados, neste sistema, de grande oferta de trabalho, a liberdade propiciava a escolha do local de trabalho, levando a uma troca contínua de emprego. Os registros de 1888 apresentam uma considerável rotatividade dos criados, como observado nas exonerações (35 homens e 145 mulheres)⁷.

O reduzido número de contratos e exonerações de 1889 (17 homens e 67 mulheres contratados / 11 homens e 61 mulheres exonerados) expressa a calma, após a efervescência do 13 de maio de 1888. O ano de 1890 foi ímpar, admissões (10 homens e 34 mulheres) e demissões (3 mulheres) foram registrados até 07 de fevereiro daquele ano, nos demais meses, não há registros. Os lançamentos dos assentamentos voltam em novembro de 1893 (65 homens e 481 mulheres contratados / 1 homem e 19 mulheres exonerados) e encerram no ano 1894 (3 homens e 123 mulheres contratados / 2 homens e 165 mulheres exonerados)⁸.

Dos 1.214 registros de admissões e 479 registros de demissões apenas 113 contratos e 51 exonerações mencionam a cor dos criados de servir. Silvia Lara alerta os pesquisadores sobre o cuidado com os critérios de classificação baseados na cor e na mestiçagem, pois, durante todo o período colonial brasileiro, a autora observou a ambiguidade dessas denominações, *“designando sucessivamente uma mesma pessoa”*. Além disso,

a oscilação entre pretos e negros, quando se tratava de escravos, era muito comum, permitindo a existência de alternâncias mais variadas, como o caso de Apolinário [...] que aparece designado no processo ora como “o escravo Apolinário”, como “um preto chamado Apolinário”, “um crioulo” ou ainda um “preto escravo” (2007, p. 143).

⁷ Fonte: APMRG - *Livro de Registro de Certificados de Conduta dos Criados de Servir e Amas de Leite – 1887-1894*.

⁸ Fonte: APMRG - *Livro de Registro de Certificados de Conduta dos Criados de Servir e Amas de Leite – 1887-1894*.

Essas oscilações na classificação da cor da população não estavam presentes apenas no Brasil Colonial. Ao analisar o Sudeste escravista, Hebe Mattos detectou a ausência da cor nos processos criminais e o silêncio dos libertos sobre sua cor, ausências que possibilitaram uma interpretação sobre o significado da liberdade. Para a autora, o silêncio sobre a cor, a partir da segunda metade do século XIX, marca uma profunda diferenciação da classificação de cor do período colonial.

O sumiço da cor referencia-se, antes, a uma crescente absorção de negros e mestiços no mundo dos livres, que não é mais monopólio dos brancos, mesmo que o qualificativo “negro” continue sinônimo de escravo, mas também a uma desconstrução social do ideal de liberdade herdado do período colonial, ou seja, a desconstrução social de uma noção de liberdade construída com base na cor branca, associada à potência da propriedade escrava (MATTOS, 1998, p. 99).

Mesmo com número irrisório de referências à cor dos criados, as demais fontes (censo de 1872, cartas de liberdade, publicações jornalísticas e os registros estatísticos de 1888) utilizadas na pesquisa para a dissertação mostram que no serviço doméstico predominavam os criados negros. Mas é importante salientar que essas atribuições foram dadas pelos patrões no ato do contrato e da exoneração, possuindo distinções de empregador para empregador.

Em 30 de janeiro de 1890, o delegado de polícia intensificou o controle sobre os criados de servir, exigindo a presença de todos na delegacia para apresentarem suas cadernetas, o não comparecimento qualificava os criados como vadios, sujeitos, assim, à pena de prisão. Devido a esta exigência do delegado, os criados organizaram, em 30 de janeiro de 1890, uma reunião, convidando apenas os criados e pessoas de cor empregadas em serviços domésticos, para encontrar meios de extinguir o uso das cadernetas, com a justificativa de ferir o direito à liberdade. O direcionamento do convite às pessoas de cor certifica a presença marcante da população negra no exercício da atividade ligada ao setor doméstico.

Manter a ordem social significava controlar a população negra e associar, preferencialmente, os criados de servir com a vadiagem. A indignação dos criados, contra esse controle, criou subsídios para uma tentativa conjunta dos trabalhadores “de cor” contra o uso das cadernetas, pois ela feria o direito à liberdade, motivando, assim, um pertencimento à cor nas lutas pela liberdade adquirida após 13 de maio de 1888, mas restringida pela elite.

Dias após a reunião dos criados, o hebdomadário riograndino *Bisturi* publicou um artigo intitulado “Um comício de criadas e criados”, narrando, de forma sarcástica, a fala do orador do comício:

[...] Minhas senhoras e meus senhores, sabeis que a lei de 13 de maio trouxe escrito na sua bandeira as palavras Liberdade e Igualdade [Muito bem, o orador é interrompido por muitos bravos].

Pois bem, se assim é, meus senhores e minhas senhoras, devemos nos congregar para ante os poderes do Estado federativo protestar em nome da civilização de um povo livre, contra o uso humilhante e vexatório das cadernetas de criados, etc, etc (*BISTURI*, 09 de fevereiro de 1890).

Esta é a parte mais significativa do texto publicado no *Bisturi*, ela relata o objetivo do comício: fim do uso das cadernetas de criados, representativas da afronta ao direito de liberdade. Além disso, a menção a lei de 13 de maio mostra, novamente, que a maioria dos trabalhadores domésticos era composta por egressos da escravidão e seus descendentes.

Acredita-se que esta tentativa de organização dos criados tenha gerado a interrupção no uso das cadernetas, ocorrida entre os anos de 1890 e 1893, e a criação da Sociedade Cooperativa Filhos do Trabalho, fundada em novembro de 1890, composta apenas por pretos e pardos, a qual admitia mulheres em seu quadro associativo e permitia a elas direito ao voto para a composição da diretoria da agremiação.

O artigo de Guedes Coutinho, publicado no *Echo Operário* em 1897, alimenta esta hipótese da formação da Filhos do Trabalho. De acordo com Coutinho, a primeira sociedade operária fundada na cidade foi a Liga Operária, tendo, aproximadamente, cinco meses de duração. O autor discorre que os princípios da Liga Operária “baseavam-se na união dos operários para a defesa dos seus interesses de classe, mas tudo esperando dos poderes constituídos, a quem imploravam misericórdia, como aconteceu com a célebre lei das cadernetas e vassouras para os criados e desocupados em 1890 e 91” (*ECHO OPERÁRIO*, 24 de outubro de 1897). Nota-se que existiu uma organização contrária ao uso das cadernetas, que feriam o direito a liberdade e não propiciavam garantias aos criados.

Acredita-se que a Filhos do Trabalho nasceu a partir destas reivindicações, salientadas pelo relato de Coutinho: “o rol ocupado pelas associações operárias desta cidade foi quase nulo o que não aconteceu devido à revogação ou pelo menos não realização das referidas leis municipais”. Além disso, o tempo de duração da Filhos do Trabalho foi de, aproximadamente, um ano e meio.

Enfim, o uso do regulamento não ocorreu sem a contestação dos trabalhadores. As formas de descontentamento dos criados podem ser observadas individualmente, no ato do trabalho, ou de forma coletiva. Após a abolição, a liberdade de escolher o emprego gerava também a não submissão a determinadas ordens dos patrões e o sentimento de dignidade do trabalhador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKOS, M. Regulamentos sobre o serviço dos criados: um estudo sobre o relacionamento Estado e sociedade no Rio Grande do Sul (1887-1889). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n/c, n/c, p. 94-04, 1984.
- COSTA, A.P.A. *Criados de Servir*. Pelotas: Ed, Universitária UFPel (Coleção teses e dissertações), 2013.
- COSTA, A.P.A. *Criados de servir: estratégias de sobrevivência na cidade do Rio Grande (1880-1894)*. Pelotas, Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, UFPel, 2013.
- CUNHA, O.M.G. Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição. IN: CUNHA, O.M.G; GOMES, F. (org.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, p. 396-404, 2007.
- GRAHAM, S. *Proteção e obediência: criadas de servir e seus patrões no Rio de Janeiro 1860-1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- LARA, S.H. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- LIMA, H.E. Trabalho e lei para os libertos na ilha de Santa Catarina no século XIX: arranjos e contratos entre a autonomia e a domesticidade. *Cadernos AEL*, São Paulo, v. 14, n. 26, p. 11-45, 2009.
- MATOS, M.I. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. São Paulo: EDUSC, 2002.
- MATTOS, H. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- SILVA, M.C. *Domésticas criadas entre textos e práticas sociais: Recife e Salvador (1870-1910)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, 2011.
- SOUZA, F.F. *Para casa de família e mais serviços: o trabalho doméstico na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História Social) - UERJ, 2009.

Recebido em:05/07/2014
Aprovado em:30/08/2014
Publicado em:03/10/2014

**PLANTADORES DE FEIJÃO DE MAÇAMBIQUE-CANGUÇU/RS:
IDENTIDADE E TERRITORIALIDADE**
BEAN PLANTERS OF MAÇAMBIQUE-CANGUÇU/RS: IDENTITY AND TERRITORIALITY

Solange de Oliveira

Vol. XI | n°22 | 2014 | ISSN 2316 8412



PLANTADORES DE FEIJÃO DE MAÇAMBIQUE-CANGUÇU/RS: IDENTIDADE E TERRITORIALIDADE

Solange de Oliveira¹

Resumo: Este trabalho tem como propósito revelar a identidade e territorialidade da comunidade de remanescente de quilombos de Maçambique, através do processo de trabalho, focado no cultivo do feijão. Entende-se que essa prática os caracteriza enquanto plantadores de feijão, pois nela se manifestam as formas peculiares de cultivo. A comunidade se localiza no terceiro distrito de Canguçu/RS, fronteira com o município de Encruzilhada do Sul, e distribuem-se por entre as localidades de Santo Antônio, Rincão do Progresso e Vau dos Prestes, ocupando uma extensão de aproximadamente 12 km em um território descontínuo.

Palavras chaves: Identidade, Territorialidade, Remanescentes de quilombos, Cultivo do feijão.

Abstract: This paper has as purpose to reveal the identity and territoriality of the community of remnants of Maçambique quilombos, through the process of working, focused on the cultivation of bean. It is understood that this practice characterizes them as bean planters, because in that are manifest the peculiar forms of cultivation. The community is located in the third district Canguçu/RS/Brazil, bordering the municipality of Encruzilhada do Sul, and is distributed among the localities of Santo Antônio, Rincão do Progresso and Vau dos Prestes, occupying an area of approximately 12km in a discontinuous territory.

Keywords: Identity, Territoriality, Quilombo remnants, bean cultivation.

INTRODUÇÃO

Este artigo é parte da dissertação de mestrado apresentado no curso de Geografia. Ele é fruto do trabalho realizado durante alguns anos na comunidade de Maçambique, localizada no terceiro distrito do município de Canguçu. São 70 famílias associadas que se distribuem por entre serras, e possui um histórico de ancestralidade escrava na região, a qual se consolidou em várias parentelas extensas. Através dos relatos percebeu-se que o grupo era bem maior no passado, e que muitos moradores acabaram se deslocando para outras regiões em busca de melhores condições de vida.

O presente texto tem como objetivo evidenciar alguns aspectos que foram discutidos na dissertação, como identidade e territorialidade das famílias enquanto plantadores de feijão das serras. O grupo de remanescente de quilombos apresenta várias peculiaridades no seu modo de vida, que estão interligados com a identidade como plantadores de feijão, legitimando a territorialidade da comunidade no local onde vivem. A atividade como plantador de feijão vem do passado, seus ancestrais cultivavam o produto.

É dentro dessa atividade, que ainda se reproduz de maneira rústica, que se encontram algumas peculiaridades que diferencia o grupo em relação aos outros moradores. Embora outros plantem feijão, eles

¹ Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Brasil.

se organizam e mantem essa atividade de forma diferenciada, em primeiro lugar não utilizam grandes instrumentos de trabalho, seguem algumas práticas e saberes que julgam melhorar a produtividade, e uma que se sobressai é a relação que prepondera dentre as famílias que não possuem terras e trabalham em um regime denominado na região de “parceria” ou “sócio”, onde arrendam a terra para poderem cultivar feijão e milho. O feijão foi escolhido por se ter referências históricas do plantio do produto na região e também por ser ainda hoje comercializado pelos moradores negros.

Ao longo do trabalho mostram-se algumas reflexões sobre identidade e territorialidade que se fundem com aquilo que a comunidade exprime dentro de cultivo do feijão. No entanto esta atividade é apenas uma das formas da comunidade expressar sua cultura e identidade, que vai, além disso, pois se trata de um grupo que apresenta uma ancestralidade escrava bem presente e possui uma trajetória no local onde reside que subsidia sua permanência no território.

COMUNIDADE DE REMANESCENTES DE QUILOMBOS DE MAÇAMBIQUE

A comunidade de remanescente de quilombos de Maçambique localiza-se no terceiro distrito de Canguçu, em uma região historicamente denominada Serra dos Tapes, conhecida também como encosta do sudeste, próxima ao rio Camaquã no limite com o município de Encruzilhada do Sul, como podemos visualizar na sequência.

Internamente as famílias quilombolas residem em diferentes localidades, pelos quais os grupos se reconhecem e se identificam: Serra dos Gomes, Serra dos Almeidas, Serra dos Ribeiros, Serra dos Nunes, Rincão e Várzea, também chamada de Pantanoso, área que fica na região plana, propícia ao cultivo do arroz. Uma das principais estradas internas que interliga as serras é a chama Estrada Geral (em documentos históricos chamada de Estrada Real). Com exceção da Várzea, as outras localidades situam-se sobre a Serra. O grupo se autodeclarou quilombola em 2004 (RUBERT, 2005), mobilizado por reuniões organizadas pela sociedade civil com temáticas sobre famílias negras. Nesse processo publicaram-se vários materiais referentes às comunidades da região, inclusive Maçambique, que almejavam a certificação e o processo de regularização fundiária, muitas dessas organizadas pela CAPA². A formalização da associação quilombola se fez em 2007, propiciando a certificação pela Fundação Cultural Palmares e a entrada no processo de regularização fundiária junto ao INCRA. A certificação foi legitimada em 2009, e em 2010 iniciou-se o

² Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, vinculado à Igreja Luterana, que desenvolve projetos no meio rural, inclusive com famílias quilombolas. O artesanato e o trabalho com sementes são alguns projetos que se destacam.

processo de regularização fundiária com o convênio firmado entre INCRA³ e Universidade Federal de Pelotas – UFPel.

O nome Maçambique, escolhido pelos moradores, faz referência a um homem que deu início à constituição do território. Embora hoje a história tome rumos distintos entre alguns núcleos familiares, ela se insere em uma narrativa coletiva passada de geração a geração por todos os membros da comunidade, principalmente os mais velhos, ou seja, *“A memória coletiva se constitui, aqui, em um conjunto de referências históricas comuns, que permitem a reprodução inventiva básica de fundação do território”* (ANJOS, 2004). Nesse caso pode-se dizer que a comunidade se auto representa a partir de um histórico comum a todos, que tem como um dos pontos de partida a morte do personagem Maçambique.

No entanto, embora a história de Maçambique seja o mito fundador da comunidade, outros nomes aparecem, de escravos(as), ex-escravos(as) ou filhos(as) destes(as) que receberam terras de herança no local ou as compraram, ou se deslocaram para lá em regime de apossamento espontâneo de locais de serra e matas e com o passar dos anos constituíram as várias parentelas extensas que se espalham no território.

Os moradores da comunidade apresentam uma forte ancestralidade escrava, isso em razão de estarem em uma região fortemente escravocrata e também servia de refúgio para os negros fugidos das charqueadas, estancias ou do meio urbano. Isso se justifica por a serra dos Tapes ser uma região de serranias e de difícil acesso no passado. O documento policial abaixo é uma das referências do local de refúgio dos escravos, pois se trata de uma solicitação do aumento do efetivo policial da vila sob a justificativa de que na Serra dos Tapes deste município haviam muitos escravos fugidos. Para a elite local esse fato era de grande desconforto, já que no documento está explícito que havia uma rota de escoamento de produção, e que se tinha a ameaça de saques, por aqueles que se refugiavam por entre as matas da Serra dos Tapes.

³ A partir do decreto 4.883 de 2003, o Ministério da Cultura transferiu para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA a competência para demarcação, delimitação e regularização das terras Quilombolas. Em muitos casos o INCRA faz parcerias com entidades pesquisadoras que se interessem em realizar o Laudo Antropológico, Sócio-histórico e Geográfico das comunidades que já possuem a Certificação pela Fundação Cultural Palmares.

MAPA DISTRITAL DE CANGUÇU (RS), DESTACANDO A COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBOLA - MAÇAMBIQUE

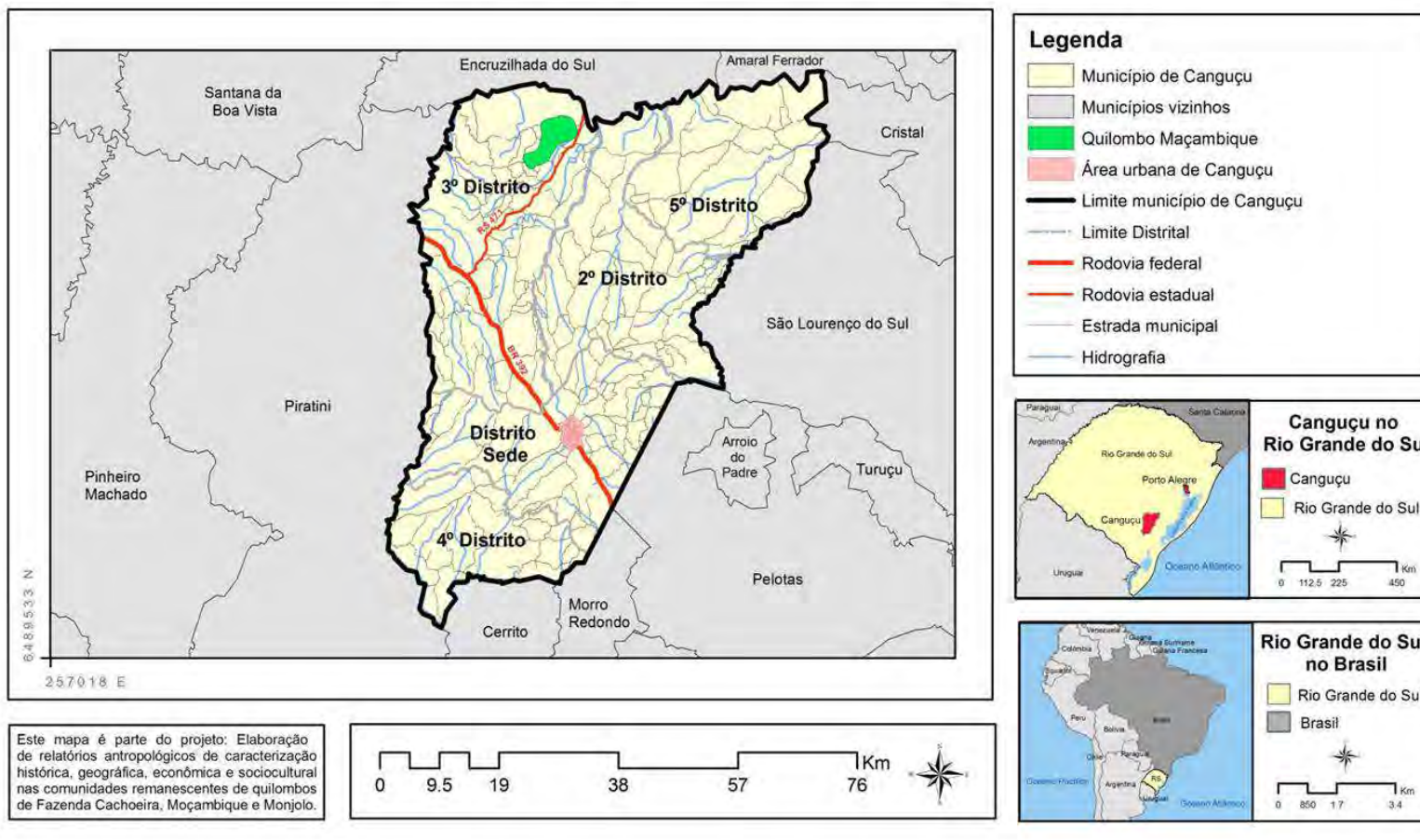


Figura 01: Mapa distrital de localização da comunidade Maçambique.

Canguçu (1º distrito)

Polícia – Maço

Subdelegacia de Polícia – correspondência expedida

João Baptista P. Galvão

1855

Ilmo. Exmo. Sr.

Animado por ter toda a confiança que V. Excelência não deixa nunca de atender e providenciar a bem da boa administração da justiça e da província que tão dignamente preside, é que vou representar a Vossa Excelência que a reabrida (?) da delegacia polícia neste lugar se torna tão urgente que sem ela nenhuma providência se pode dar para prevenir crimes e obstar abusos. Já esta reabrida (?) representei a Vossa Excelência em meu ofício de 12 de [?] do ano passado a que Vossa Excelência se dignou responder em 27 do mesmo indicando a maneira esta falta; mas permita-me Vossa Excelência saintificar-lhe (?) que apesar de ter remetido por cópia ao Comandante da Companhia da G. [Guarda?] N. [Nacional?] deste distrito, o mesmo ofício, e de por vezes ter requisitado força para diligências nem si só ver se levou a efeito tais diligências, ouve por não se apresentarem os homens requisitados, ou porque quando se apresentaram era com tal demora que já não tinha lugar a diligência, padecendo com isso a segurança individual e de propriedade.

Por estas e outras razões que decerto não são desconhecidas a Vossa Excelência muito respeitosamente vou a implorar de Vossa Excelência a graça de mandar e ordenar que da força que se acha destacada no distrito de Piratinim ao mando do Capitão Rafael Machado, seja fornecida da polícia composta de um cabo e quatro praças para esta povoação.

A situação desta povoação próxima a **serra dos tapes aonde se acoitam desertores e negros fugidos, a sua importância comercial cuja importação em diversos gêneros excede anualmente a mais de cento e cinquenta contos de reis se torna merecedora e reclama esta urgente** reabrida (?) que espero não deixará de atender, como é de esperar da retidão (?) de Vossa Excelência.

Deus guarde a Vossa Excelência...

Subdelegacia de polícia do primeiro distrito de Canguçu, 8 de março de 1855

Ilustríssimo e Excelentíssimo Sr. Dr. João Lins Vieira [?] de Sinimbu

Presidente desta província do Rio Grande do Sul

João Baptista P. Galvão

A comunidade apresenta inúmeras formas de enraizamento que legitimam a sua presença por entre serras. Durante a pesquisa e com o tempo de convivência foram aparecendo vários resquícios do passado, como taperas, topônimos, locais simbólicos guardados na memória, áreas onde seus antepassados trabalharam que se dividiram em áreas próprias e áreas de “sócio”, forma como designam o regime de parceria com pequenos e médios estancieiros da região. Outro ponto forte da territorialidade do grupo é a organização e distribuição de seus mortos por entre vários cemitérios localizados na serra e na várzea.

A maioria das famílias hoje sobrevive da agricultura mesclada com trabalhos eventuais em outras propriedades dentro ou fora do município. Trabalho essencial para complementar a renda das famílias que não possuem terras para cultivarem e ficam presos ao regime que se instaurou há séculos na região, o trabalho de “sócio” ou “parceria”. Nesse processo os trabalhadores necessitam arrendar os lotes de terras para continuarem plantando, mas também faz com que essas pessoas continuem em um sistema de dependência.

Essa forma de trabalhar é vista aqui como uma peculiaridade dessa comunidade, pois seus moradores são explorados, mas continuam a produzir feijão e milho assim como seus antepassados, pois é uma atividade que aprenderam com seus familiares, quando ainda crianças, e sentem prazer em reproduzi-la. Nesse sentido o texto apresenta o processo de trabalho como uma das formas de preservação da identidade, a manutenção e organização do trabalho no feijão dentro do território negro, reafirma a questão da cultura e identidade do grupo, que não aparece somente como padrões concretos (o modo de cultivo), mas está enraizado nas famílias é algo que se externaliza a partir do conjunto de mecanismos de controle, ou seja, as regras, planos e instruções seguidas por eles de livre acordo.

Hoje a comunidade vive uma crise no processo produtivo em função da desvalorização dos produtos cultivados e da falta de terras, ocasionada pelos esbulhos de terras por grandes empresas plantadoras de pinus e eucalipto, além da exploração dos grandes proprietários da região, em geral famílias brancas descendentes dos antigos escravocratas. Essas por sua vez estão decadentes e muitos já venderam seus lotes de terras para empresas de silvicultura, o que também prejudica a fauna e flora da comunidade, trazendo assim grandes impactos na vida das famílias que ali residem. Muitos reclamam que esse tipo de serviço não traz nenhum benefício, visto que prejudica e necessita de um grande investimento para que um dia volte a produzir alimentos.

O artigo tem por objetivo evidenciar a identidade e a territorialidade das famílias da comunidade, fundamentada pelos pontos que foram discutidos nessa breve apresentação da comunidade, deixando claro que uma complementa a outra, pois a identidade do grupo nada mais é do que fruto do modo de vida peculiar que se estabeleceu nesse lugar, através do trabalho e das ações realizadas para isso. O ser plantador de feijão vai além do trabalho e se torna uma forma de preservação das tradições e ações e se tornam fundamental para remontar a história dos negros da região, que há muitas gerações trabalham nessas terras, aliadas ao trabalho elas se somam e assim dão margem a territorialidade do grupo, que se manifesta pela circulação das parentelas no território, formação de núcleos, as relações mantidas entre membros e não membros da comunidade além de outros fatores que serão discutidos ao longo do texto.

REFLEXÕES SOBRE IDENTIDADE E TERRITORIALIDADE DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Levando em consideração que uma comunidade de remanescentes de quilombos é legitimada por suas ações dentro de seu território e como esses se organizam independentemente da atividade que realizem desde que se auto reconheçam enquanto nesta categoria jurídica, conforme coloca a Associação Brasileira de Antropologia – ABA:

Contemporaneamente, portanto, o termo quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebeldes, mas sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio (O'DWYER, 2002, p.18).

Na comunidade de Maçambique, se faz presente essas características no modo como seus moradores, vêm se mantendo no território, resistido as dificuldades impostas pela falta de terras próprias e pelas relações que estabelecem na manutenção e reprodução de suas atividades.

Ser plantador de feijão a principio é uma atividade comum para quem vive no interior. Na comunidade, a maioria de seus moradores costumam plantar feijão, milho, e outros produtos em pequena quantidade. Optou-se no trabalho, por focar no feijão já que é um dos produtos que os moradores comercializam, e que nela se insere vários fatores que se interligam criando assim uma identidade coletiva, que leva em consideração,

como os próprios sujeitos se auto representam e quais os critérios político-organizativos que norteiam suas mobilizações e forjam a coesão em torno de certa identidade (ALMEIDA, 2002, p.68).

Essa atividade se espalha por entre serras, assim como acontecia no passado. No período que se segue a atividade os moradores se interligam de certa forma com o proposito de fazer uma safra lucrativa. A partir do processo de trabalho da comunidade, constituem-se as relações internas e externas que reforçam os vínculos familiares e a união do grupo, *“onde se manifesta as formas de cumplicidade, reciprocidade, afetividade e amizade entre os membros, dando base para que a comunidade se mantenha viva”* (LIMA, 1995, p. 68).

Para a construção de uma identidade se faz necessário uma bagagem histórica dos moradores no local. Essa construção será mediada também pela geografia do lugar, além das relações do indivíduo com o meio e com outros grupos. A identidade ainda pode ser construída com um propósito, como explica Castells (2000), que apresenta em sua obra três tipos de identidades: 1) identidade legitimadora: seria a identidade dominadora ou nacionalista difundida pelo Estado; 2) identidade de projeto: pode ser caracterizada pela construção de uma nova identidade que redefine os indivíduos na sociedade e se liga à construção de si próprio dentro de um grupo maior; 3) identidade de resistência: construída pelos indivíduos que ficam à margem da sociedade e que são desvalorizados e estigmatizados, sendo assim acabam criando uma identidade com o propósito de defesa.

Levando em consideração essas três formas de identidade, as comunidades de remanescentes de quilombos se inserem na identidade de resistência, pois as formas de manutenção e organização interna se deram pela resistência as formas opressoras, resquícios dos anos de escravidão. Isso está claro dentro da comunidade de Maçambique que traz nas narrativas, uma série de subterfúgios utilizados por seus antepassados para pertencerem no território. Uma delas seria a luta e a sobrevivência no trabalho como “sócio”, sendo explorado pelas famílias de pequenos e médios estancieiros, em muitos casos sem lugar fixo para a moradia da família, obrigando a itinerância dessas. Ocorrendo assim o deslocamento dos moradores por várias serras reforçando a territorialidade delas no local.

Podemos ainda dizer que uma nova identidade surge hoje nesses grupos, a identidade de projeto. Eles se resignificaram para poderem legitimar a identificação e titulação de seu território, conforme prevê o Decreto Presidencial de nº 4.887 de 2003, que alterou as definições do decreto anterior e passou a integrar algumas reflexões antropológicas. Segundo Ilka Boaventura Leite, isso aconteceu porque quilombo passou a ser “o conceito principal para se discutir uma parte da cidadania negada” (LEITE, 1999, p. 141) aos afrodescendentes, em razão da completa falta de assistência por parte do estado brasileiro e da permanência da discriminação racial após a abolição.

Isso serviu como base para chegar à discussão de identidade étnica, termo que está sendo amplamente usado no Brasil pelos grupos que sofreram com as discriminações e injustiças históricas. Essa é a base da organização política de grupos que reivindicam o reconhecimento dos territórios que ocupam, como os indígenas e as chamadas comunidades remanescentes de quilombos (O'DWYER, 2005).

Para Claval (2001), que trabalha dentro da perspectiva da Geografia Cultural, a identidade se forma a partir de três características: a primeira se faz presente quando um grupo possui uma forte ligação, defronta-se com as mesmas dificuldades, sejam elas no trabalho ou nas condições materiais de sobrevivência, aparece como gêneros de vida em tempos tidos como lentos, ou seja, o meio rural ou pequenas vilas no interior. A segunda característica se relaciona ao fato de os membros da comunidade possuírem vínculos de consanguinidade e aliança, por meio dos quais os integrantes do grupo se interligam

uns aos outros. O autor salienta que nesses casos se fundamenta a territorialidade do grupo. E a terceira estaria ligada à “ideia de pessoa”, na qual deixa de ser o grupo para ser o indivíduo que toma suas decisões conforme a sua moralidade. Com certeza todas essas características se ligam umas às outras formando assim uma identidade étnico-cultural.

Essas ideias vêm ao encontro do que Frederik Barth (2000) elucida, pois para os grupos constroem uma fronteira étnica bem definida, independentemente dos fluxos de pessoas que as atravessam, pois essas fronteiras vão se dar através do histórico de cada um, que vai decidir seu pertencimento ou não ao grupo. O autor ainda ressalta que as interações sociais permitem a construção de sistemas sociais abrangentes, nos quais a cultura não se acaba, ela pode se resignificar, se reconstruir, mas os valores dos grupos étnicos permanecem. Na visão do autor, os grupos étnicos se evidenciam em contrapartida com outros, construindo-se a partir das diferenças organizacionais e de sinais diacríticos (BARTH, 2000, p.34-35).

Falando diretamente das comunidades de remanescentes de quilombos, eles chegaram até aqui mantendo relações com o todo no meio social. Neste sentido o autor alerta para as fronteiras das identidades étnicas, que são definidas pelos próprios atores, e o grau de pertencimento aos valores e objetivos que o grupo elege como importantes.

O reconhecimento dessas terras se deu pelo fato de a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) ter se baseado na teoria da etnicidade de Barth, que privilegia o fato de os atores se identificarem e manterem um vínculo com o local. Nesse sentido outra antropóloga explica que, ao tratar-se de remanescentes de quilombos:

Trata-se, portanto, de um direito remetido à organização social, diretamente relacionado à *herança*, baseada no parentesco; à *história*, baseada na reciprocidade e na memória coletiva; e ao *fenótipo*, como um princípio gerador de identificação, onde o casamento preferencial atua como um valor operativo no interior do grupo (LEITE, 2000, p. 28).

Os aspectos levados em consideração dão subsídio à territorialização dos grupos, na qual se fundem uma série de princípios, leis e organizações diferentes do todo, legitimando a posse do território por parte das famílias negras.

A territorialidade da comunidade de Maçambique se exprime sobre as marcas do vivido, aquelas que os ancestrais deixaram no espaço de convivência, tanto materiais quanto imateriais. Sendo assim, foi construída uma rede sólida de parentesco que ocupa historicamente as terras, mesmo que em regime de parceria, e as partilham de forma a preservá-las. A Geografia Cultural nos permite a interpretação mais aprofundada das questões de organização social, política e cultural da comunidade, além de suas formas de apropriação e ligação com a terra.

Todo grupo social tende a apropriar-se de um dado território com o objetivo de fixar suas raízes. A apropriação do território pode ocorrer de formas distintas, depende de como os atores sociais se organizam, além das relações estabelecidas entre outros grupos sociais que convivem no mesmo espaço.

A permanência do grupo em um mesmo espaço faz surgir marcas que ficam por gerações e sinalizam o território, representando e remontando a trajetória de vida de seus antepassados. Com base no território surge a territorialidade, que segundo Saquet (2007), seria um fenômeno social que envolve indivíduos do mesmo grupo social, que se ligam diretamente ao lugar, pois adquirem características étnicas culturais influenciadas pelos fatos históricos e geográficos ocorridos no local.

Na consolidação de um território simbólico-cultural, Haesbaert (2004) nos diz que a delimitação se dá através de traços étnicos, sendo consolidados pelos vínculos de parentesco entre as famílias, contendo fortes laços de afetividade, e podem apresentar lugares considerados importantes e até mesmo sagrados para seus moradores como resgate de um tempo vivido. Isso não significa que os moradores vivam isolados do resto da sociedade, eles interagem, mas resguardam suas crenças, mitos e valores, que perpassam gerações.

No caso de Maçambique apresenta uma série de relações territoriais bem definidas que se apresentam pela forma de distribuição dos núcleos familiares por entre as serras, os antigos locais de plantação e de moradia dessas famílias negras, tudo isso aliado aos aspectos subjetivos e imateriais que vem com a memória coletiva que leva uma série de crenças e conhecimentos sobre o processo de trabalho ou até mesmo outros conhecimentos como ervas medicinais e benzeduras.

PLANTADORES DE FEIJÃO: IDENTIDADE E TERRITORIALIDADE

Quem são esses homens e mulheres que possuem esse modo peculiar de plantação do feijão nas serras? Aqui se torna pertinente conhecer um pouco da trajetória de vida de alguns trabalhadores. Quando começaram a trabalhar, com quem aprenderam a atividade e como estão vivendo hoje?

Eles se entendem e se reconhecem a partir de suas semelhanças de vida enquanto grupo negro, descendentes de (ex) escravos que enfrentam as mesmas dificuldades e possuem a mesma visão de mundo. Isso se explica pelo seguinte viés dentro da Geografia Cultural.

Quando as pessoas parecem pensar e agir similarmente, elas o fazem porque vivem, trabalham e conversam juntas, aprendem com os mesmos companheiros e mestres, tagarelam sobre os mesmos acontecimentos, questões e personalidades, observam ao seu redor, atribuem o mesmo significado aos objetos feitos pelo homem, participam dos mesmos rituais e recordam do mesmo passado (WAGNER, MIKESELL, 2010, p. 28).

Os homens em idade produtiva relatam que começaram a trabalhar na lavoura entre 7 e 9 anos de idade, ajudando da maneira que podiam. Em um dos relatos o(a) interlocutor(a) informa que com seus irmãos, que somavam nove, costumavam ir pra lavoura bem cedo. Dividindo as tarefas, uma abria as covas e outros plantavam as sementes, ao meio dia voltavam pra casa pra ajudarem a mãe com o almoço.

Interlocutor(a)⁴: desde pequena, desde nove anos de idade mais ou menos era isso, tudo cavando de enxada as mais graudinha levava tudo pra enxada de manhã bem cedo, e aí cava até as onze e meia por aí, ia largando de a “mocado”, agente cansava com cabo da enxada verde, pesado aquelas enxadas grandes [...] Todos os irmãos, os nove, era um carreiro no meio, depois iam largando para ajudar a mãe em casa a fazer as comidas.

(Entrevista realizada em 9 de janeiro de 2012)

O(a) interlocutor(a) ressalva que as enxadas eram pesadas e que os irmãos formavam um carreiro quando iam trabalhar, o que pra época era normal entre as famílias extensas, onde os filhos eram a mão-de-obra pra lavoura.

Outro senhor também morador da Serra dos Ribeiros, diz ter começado a trabalhar como sócio aos 11 anos de idade, e conciliava com as atividades escolares. Com essa idade ganhou os cavalos e um arado pra preparar a terra e semear a sua primeira lavoura de feijão. Eles eram nove irmãos vivendo em um pequeno lote de terra, e todos tinham que trabalhar pra ajudarem seus pais. Em geral era com essa idade que homens e mulheres começaram a trabalhar nas lavouras e assim foram incorporando a técnicas e saberes que possuem.

Apesar da grande maioria dos moradores terem se iniciado na agricultura junto com seus familiares, em meio a brincadeiras entre irmãos e primos, outros, porém tiveram uma infância mais dura. Essa é a história de alguns homens da comunidade que quando crianças trabalharam na casa de famílias brancas como “filhos de criação”. Os trabalhos eram os mais variados, como doméstico (lavar louça, arrumar a casa e cuidar das crianças) ao trabalho na agricultura. Muitas dessas crianças foram deixadas nessas casas em razão da falta de condições de serem criadas por seus pais. Há casos de crianças que passaram a residir com outras famílias a partir dos três anos de idade, outros já com 13 anos, em alguns casos os pais trabalhavam de peões nesses locais e os filhos ficavam para dormirem e se alimentarem, como explica um dos moradores.

Pesquisador(a)¹: E como é que era ser filho de criação, vocês moravam na casa ou não?

Interlocutor(a)³⁶: Não, eu tinha um quarto no galpão.

[...]

⁴ Os nomes dos entrevistados foram resguardados, como forma de preservar a integridade dos moradores da comunidade.

Pesquisador(a)¹: E que tipo de trabalho você fazia?

Interlocutor(a)³⁶: Eu trabalhava no campo, cortava lenha, varia terreiro, até a louça eu lavava ao meio dia, lavava pra eles lá. Alambrava arame, limpava campo, quando tava parado, arrancava carqueja no campo.

(Entrevista realizada em 20 de dezembro de 2011).

Ele ainda relata os maus tratos que sofreu no período que viveu com a família levando ao desentendimento entre o senhor e o “filho”.

Pesquisador(a)¹: E por que saiu do Londinha?

Interlocutor(a)³⁶: Ele queria chegar e queria lasquear os caras de relho, assim.

Pesquisador(a)¹: Ah, é mesmo?

Interlocutor(a)³⁶: Ele gostava muito, ele gostava muito de querer lasquear os caras de relho.

(Entrevista realizada em 20 de dezembro de 2011).

Embora tenham sofrido muito enquanto filhos de criação, era neste meio que os agricultores da comunidade de Maçambique aprenderam a plantar e cultivarem o feijão e outros produtos, além de se iniciarem nas condições de “sócio” ou “parceiros” arrendando pequenos lotes de terra de seus pais de criação para plantarem feijão. O perfil desses moradores se assemelha entre si, pois todos eles iniciaram-se como plantadores, ainda crianças, viveram situações de dificuldades nas famílias, viram seus familiares trabalhando em terras alheias e a maioria perdeu o pai quando ainda era criança.

Parte das famílias negras hoje não possui terra para o plantio, por fatos que ocorreram no passado como a venda de seus lotes por valores baixíssimos ou pela própria expropriação por parte de outros moradores. Nesse processo se instaurou uma relação de trabalho a qual esses plantadores de feijão estão presos (sócio ou parceria), que nada mais é o arrendamento de lotes de terras. Neste tipo de relação de trabalho são feitos alguns acordos em relação a quantia a ser paga pela terra, a qual denominaram de “meia” onde o dono da terra entra com alguma ajuda no preparo da terra ou com a mão de obra e depois o plantador dá metade da produção. Outra forma de acordo é chamada de “terça”, onde realiza todo o processo, sem nenhum tipo de ajuda e no final paga trinta por cento do que foi colhido ao arrendatário.

O feijão não é o único produto a ser produzido pelo grupo, no entanto na maioria das vezes é o único a ser comercializado por eles, alegando ser uma cultura que não necessita de grandes recursos, apenas contam com a ajuda da natureza. Neste processo de produção do feijão, os moradores aplicam seus conhecimentos que vai do preparo da terra (o tempo de semear, capinar, colher, os saberes tradicionais) até a maneira de organização para a comercialização do produto, parte final do processo. Embora o trabalho

seja todo braçal o individuo necessita aplicar seus saberes e informações acumuladas e ao mesmo tempo se atualizarem (WOORTMANN, WOORTMANN, 1997).

Durante a etnografia houve o acompanhamento do processo de trabalho como participante do preparo da terra a venda do produto. Nos meses de julho, agosto e setembro inicia-se o preparo da terra. Alguns trabalhadores que não possuem terra arrendaram seus lotes para começarem a plantar. Uma das alternativas são as terras de uma das empresas de florestamento que se instalou na região e teve suas atividades suspensas por decisão do IBAMA⁵. Também acontece parceria entre esses trabalhadores, com os que já possuem lotes de terras, que geralmente são moradores que saíram da comunidade, constituíram poupança e voltaram para adquirir pequenas propriedades rurais. Outros juntam-se para dividir as despesas arrendando terras juntos e assim dividindo o trabalho e os lucros.

O preparo da terra é feito com tração animal, em geral utilizam o cavalo por se adaptar ao terreno íngreme. Como se visualiza nas imagens a seguir o plantar feijão entre as serras exige muito desses trabalhadores. Nessa etapa do trabalho, há uma reciprocidade entre esses trabalhadores, pois os que possuem instrumentos de trabalho acabam emprestando para os que não tem, muitas vezes em troca de ajuda em outras fases da produção. Nos meses seguintes acontece a plantação do feijão, tudo manual, onde é utilizada a “matraca”, nos próximos meses acontece a germinação e o crescimento do feijão que as vezes é prejudicada pelas intemperes do clima. A colheita do feijão que acontece geralmente nos meses de dezembro e janeiro, é feita pela manhã, começando antes do sol nascer, fazendo pequenos montes nas lavouras para secar no sol. À noite as famílias recolhem o feijão ou estendem lonas para proteger do orvalho da noite ou das chuvas. Quando seco acontece o processo de debulhamento que no passado era feito manualmente, na eira⁶ ou com o “mangual”⁷, hoje os moradores pagam uma quantia em valor ou em produto para utilizarem um debulhador mecânico.

Após a limpeza o feijão é embalado em sacos de 50 Kg para a comercialização. A troca das sacas de feijão nos estabelecimentos comerciais por gêneros alimentícios e insumos agrícolas é comum entre os moradores. Em alguns casos as famílias compram a prazo e acabam por pagar com o produto, recomeçando o processo de dívida e assim sucessivamente. Conseqüentemente essas famílias acabam contraindo uma eterna dívida, o que os faz ficar em uma situação de vulnerabilidade financeira.

⁵ A região hoje apresenta algumas empresas de Silvicultura, uma delas possui uma vasta quantidade de área que foi comprada dos estancieiros que mantinham estreitas relações de trabalho com as famílias negras da comunidade. Com a venda e o embargo das atividades pelo IBAMA, em consequência de atividades ilegais em algumas áreas, a empresa passou a arrendar as lavouras onde essas famílias já trabalhavam. Outros ainda seguem trabalhando com moradores da região. Muitos dos contratos firmados são feitos apenas de boca, sem nenhum registro, o que dificulta a busca de certos direitos por parte desses trabalhadores.

⁶ No decorrer da pesquisa, não foi encontrada as eiras, pois se tratava de um círculo aberto no chão e limpo, onde se depositava o feijão e colocava os cavalos ou bois para caminharem em cima, a palha ia sendo retirada aos poucos e depois as famílias peneiravam o feijão no vento para tirar qualquer resquícios de casca.

⁷ O “mangual” como é chamado é um instrumento rústico feito a partir de duas partes de madeira ligados por uma corda e serve para bater quebrar a casca do feijão. Hoje eles utilizam pouco esse instrumento, apenas para pequenas quantidades de feijão.



Figuras 01 e 04: Preparo da terra para o plantio. Lavoura pronta para sementeira.



Figuras 05 e 06: Sementeira do feijão. Crescimento das mudas.



Figuras 07 e 08: Colheita e secagem. Senhora limpando o feijão de forma artesanal.

Esse quadro vem se modificando, após o reconhecimento da comunidade como remanescentes de quilombos, pois novas frentes de comercialização foram abertas⁸, quebrando o vínculo de dependência que se instaurava há décadas com estabelecimentos comerciais da região. Vínculo prejudicial ao desenvolvimento dos membros da comunidade de Maçambique, pois além de darem a “meia” ou a “terça” para os donos de terras o restante fica nas mãos dos comerciantes, como pagamento dos produtos agrícolas e alimentos comprados durante a safra do feijão, como é relatado na entrevista com um dos plantadores.

Pesquisador(a)¹: O senhor falou de empatar com a conta na venda. Essa conta na venda, vocês compram o que na venda?

Interlocutor(a)³⁹: Nós compramos bóia pra comer.

Pesquisador(a)¹: O que vocês não plantam, no caso?

Interlocutor(a)³⁹: O que nós não plantemos aqui, nós compramos.

Pesquisador(a)¹: E na venda vocês chegam a comprar também insumos pra lavoura?

Interlocutor(a)³⁹: As vezes compramos. Às vezes nós compramos pra botar.

Pesquisador(a)¹: E isso tudo fica pra pagar na colheita?

Interlocutor(a)³⁹: As vez nem dá pra pagar né. Às vezes o cara tem que fazer outro biscatezinho, como diz o outro, meio de peão, alguma coisinha, pra poder pagar.

(Entrevista realizada em 20 de dezembro de 2011)

O “empatar” que o morador coloca na entrevista se refere a zerar a dívida com a “venda”, o que às vezes perpassa para a próxima colheita. Esse vínculo com esses estabelecimentos vem há gerações e em geral os donos desses locais são da rede de parentesco das famílias que arrendam a terra para as famílias quilombolas

Nesse processo de trabalho das famílias se manifesta a territorialidade da comunidade. A circulação dessas famílias no território em razão da forma de trabalho, ou seja, a troca de áreas para o plantio. No passado há muitos relatos de famílias que residiam onde arrendavam, ou até mesmo quando trabalhavam em seus próprios lotes de terras tinham que se deslocar em razão de ameaças feitas pelas famílias brancas. Isso esta presente no relato que se segue.

Interlocutor(a)¹: A gente saiu de lá porque era naquele tempo que tomavam a terra das pessoas, só chegavam e diziam que um pobre não podia ter pouca terra no meio de uma extensão grande. A gente saiu e ficaram de dono da terra.

(Entrevista realizada em 2 de março de 2011)

⁸ Cooperativa Sul Ecológica de pequenos agricultores e UNAIC- União da Associações do interior de Canguçu.

Dessa forma os moradores acabavam por ter varias moradias ao longo da vida. Através da memoria dos mais velhos da comunidade, foi possível fazer um mapeamento da localização das taperas, tentando assim visualizar a abrangência do território dessas famílias no passado. Nesse processo foram registrados tanto taperas de pessoas que ainda residem na comunidade como dos que hoje estão ausentes. Abaixo podemos visualizar na imagem de satélite os pontos coletados.

No processo de demarcação das taperas, percebe-se que havia pequenos redutos de moradores como vilas que se formavam em alguns casos pela compra de terras entre familiares, ou por trabalharem na mesma terra. Com o processo de esbulho das famílias negras, muitos acabam trabalhando e buscando formas de adquirirem lotes de terras onde a família permanecesse. É nesse processo que se forma a comunidade aliada aos lotes que alguns escravos ou filhos de criação receberam no passado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho tentou demonstrar um pouco da identidade e territorialidade da comunidade por meio da atividade produtiva das famílias assentadas na produção de feijão. Cada comunidade possui uma forma de legitimar seu território e fazer com que as pessoas fora do âmbito do grupo, percebam essas características que muitas vezes são bem visíveis.

Foi através da pesquisa, que se teve acesso a todas as lógicas que se centralizam dentro do processo de trabalho como plantador de feijão. É através desse trabalho que a comunidade reforça seus laços enquanto pessoas que partilham de uma única história e se encontram em situações semelhantes. A forma de aquisição dos lotes de terras para plantio seria uma fato que vem acontecendo ha gerações, e que continua a se repetir, ou seja, muitos ainda dependem dos lotes de terras de famílias brancas que residem na serra em um modo de produção de dependência. Percebe-se ai que mesmo com todos os mecanismos jurídicos disponíveis e acessados algumas comunidades negras ainda continuam dependentes de outros meios para poderem se sustentar.

A cumplicidade entre os moradores, a ajuda mutua são princípios que se explicitaram nessa atividade. A troca de instrumentos de trabalhos e de ajuda foram uma das peculiaridades comuns e revelam as características do grupo enquanto comunidade. Para, além disso, há toda uma lógica de saberes, que são postos em prática no processo de trabalho do homem do campo. São diferentes formas de abstração e de valores que se mantém fundamentados em uma vida simples, onde o plantador e sua família detêm todo o saber de cultivo do produto. O que se constata entre as famílias que compõe a comunidade são conhecimentos que vem sendo postos em prática há gerações, o homem como detentor de uma saber maior que alicerçam todo o processo de trabalho.

Durante o tempo decorrente de pesquisa, percebeu-se que para além do processo de trabalho a comunidade é muito rica em sua trajetória histórica, e também possui um potencial imenso de alternativas de trabalho que transcendem o cultivo do feijão, no entanto essa atividade vem sendo reproduzida há gerações, e pode-se dizer que é uma tradição que a comunidade traz, pois nela estão contidas a identidade do grupo e todo o seu histórico dentro do território.

Taperas demarcadas

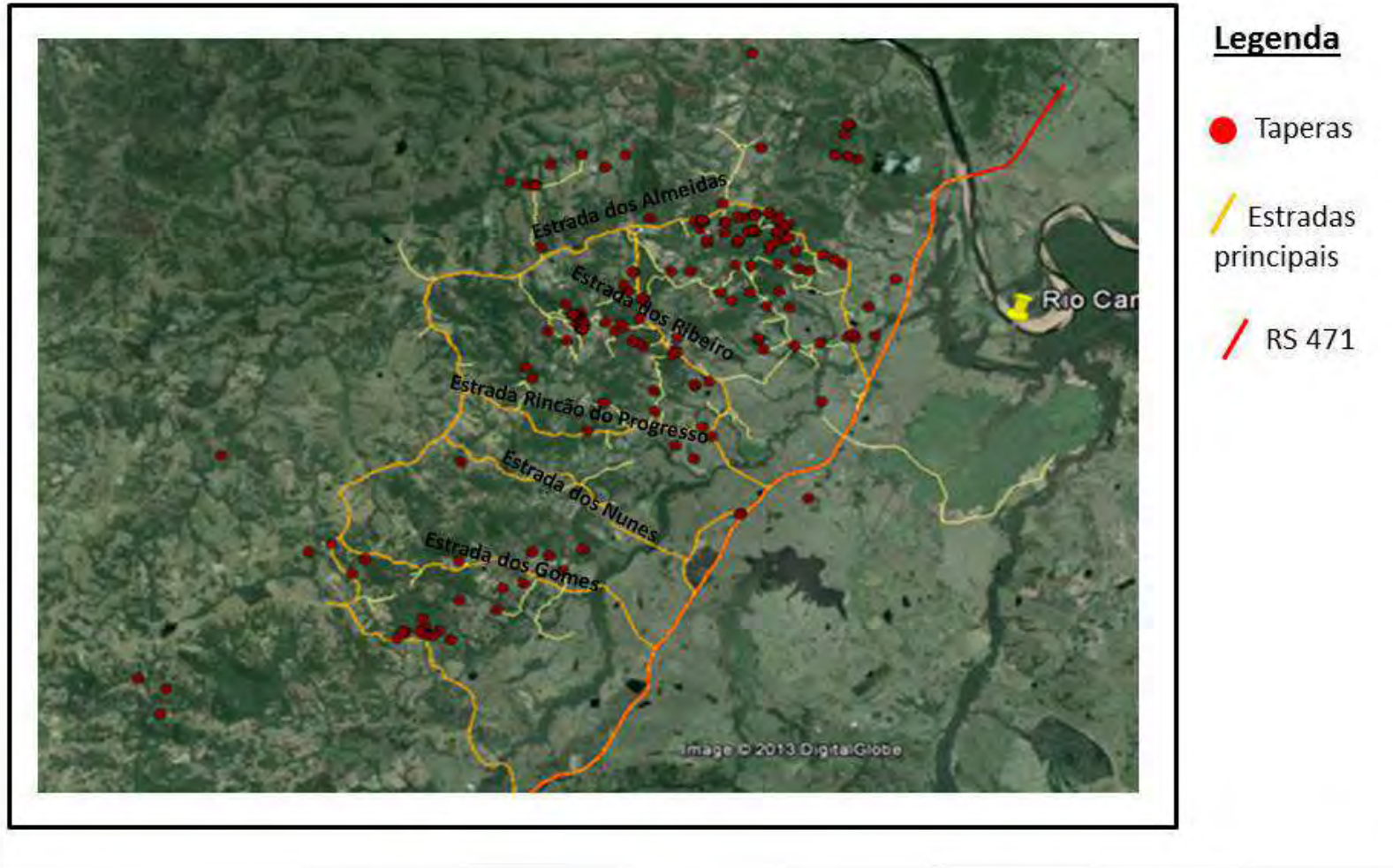


Figura 02: Demarcação das taperas da comunidade. Fonte: imagens do Google Earth.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, A.W.B. Os Quilombos e as Novas Etnias. IN: O'DEWYER, E.C. (org). *Quilombos: Identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: FGV/ABA 2002.
- ANJOS, J.C.G. Identidade Étnica e Territorialidade. IN: *São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade de negros e direitos territoriais*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS/Fundação Cultural Palmares, 2004.
- BARTH, F. Grupo étnicos e suas fronteiras. IN: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. *Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: UNESP, 1998. p. 187-227.
- BARTH, F; LASK, T. *O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro. Contra Capa Livraria, 2000.
- CASTELLS, M. *O poder da identidade*. Tradução GERHARDT, K.B. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CLAVAI, P. *Geografia Cultural*. 2 ed. Florianópolis: Ed da UFSC, 2001.
- HAESBAERT, R. *O Mito da Desterritorialização: do "do fim dos territórios" à Multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- LEITE, I.B. *O legado do testamento: a comunidade de Casca em perícia*. Florianópolis: NUER/UFSC, 2002.
- LEITE, I.B. Os Quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. *Etnográficas*, v. 04, n. 02, Lisboa, 2000.
- LIMA, D.A. *As Relações Sociais de Produção dos Pescadores do Canto do Mangue - Natal / RN*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – CFCH, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.
- LIMA, D.A. *O lugar Marambaia*. Tese (Doutorado em Geografia) – FCT – UNESP, Presidente Prudente, SP, 2003.
- O'DWYER, E.C. Os Quilombos e as fronteiras da Antropologia. *Antropolítica*, Rio de Janeiro, v.19, 2005.
- RUBERT, R. A.; ROSA, R.; MONTEIRO, C. S. Regime escravocrata e direitos costumeiros IN: MELO, A.L.A. (org.). *"Palmas" para o quilombo: processos de territorialidade e etnicidade negra*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2011, v.1, p. 29-99.
- SAQUET, M.A. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SEGATO, R.L. Em busca de um léxico para teorizar a experiência territorial contemporânea. *Série Antropologia*, Brasília: UnB, n. 373, 2005.
- WAGNER, P.L; MIKESSELL, M.W. Os temas da Geografia Cultural. IN: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (org.). *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010;
- WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K. *O Trabalho da Terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: UNB, 1997.

Recebido em:11/07/2014
 Aprovado em:03/09/2014
 Publicado em:03/10/2014

**DIFERENTES TEORIAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE ARTE NA
CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA**

DIFFERENT THEORIES AND PEDAGOGICAL PRACTICES OF ART
APPLIED TO THE CONSTRUCTION OF CITIZENSHIP

Diego Schmitz
Paula Lima Pacheco
Rosemar Gomes Lemos

Vol. XI | n°22 | 2014 | ISSN 2316 8412



DIFERENTES TEORIAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE ARTE NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

Diego Schmitz¹
Paula Lima Pacheco²
Rosemar Gomes Lemos³

Resumo: O presente trabalho trata de uma experiência realizada através de oficinas didático-pedagógicas em duas Instituições Públicas, sendo uma de ensino e outra assistencial, especificamente uma escola municipal de ensino fundamental e uma Casa Lar para Menores. A investigação realizada foi do tipo pesquisa-ação. Os autores levando em consideração o pensamento de teóricos da área de educação verificaram e analisaram os diferentes comportamentos observados no processo de ensino-aprendizagem nas duas instituições a partir do público-alvo envolvido. Os graduandos tiveram por referência alguns teóricos abordados, especialmente, nas disciplinas de Pedagogia e Arte-educação, do Curso de Artes Visuais Licenciatura.

Palavras chaves: Comportamentos, Ensino da Arte, Meio Ambiente, Arte-educação.

Abstract: This paper deals with an experiment carried out through didactic and educational workshops in two public institutions, one of education and other assistencialist, specifically a municipal elementary school and a House for Children. The investigation type was the action-research type. The authors considering the thought of the theoretical area of education, verified and analyzed the different behaviors observed in the teaching-learning process in two institutions from the audience involved. The theoretical reference for graduate had addressed, especially in the disciplines of Education and Arts Education, the School of Visual Arts Degree.

Keywords: Behaviors, Art teaching, Environment, Education-Art.

INTRODUÇÃO

A ideia da realização desta investigação surgiu após a aplicação de oficinas de arte-educação ministradas em dois ambientes, compostos por crianças de diferentes realidades, cujo objetivo principal era oportunizar aos alunos debates sobre contribuição indígena e africana na cultura brasileira, além do tema relacionado à questão ambiental, mediante a utilização de recursos didáticos diversos, entre eles, os materiais recicláveis na confecção de brinquedos e utensílios de utilidade doméstica.

As oficinas foram elaboradas por alunos universitários pertencentes ao Grupo de Pesquisa e Extensão Universitária da Universidade Federal de Pelotas, denominado D.E.A. – Design, Escola e Arte. As mesmas constam de duas etapas, na primeira são apresentados filmes, seguidos de debates pertinentes aos

¹ Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil; Graduando, Artes Visuais Licenciatura.

² Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil; Graduanda, Artes Visuais Licenciatura.

³ Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil; Professora Adjunta, Curso de Pós-graduação Lato Sensu – Especialização em Ensino e Percursos Poéticos.

temas referidos no parágrafo anterior, para a segunda, atividades didático-pedagógicas são definidas conforme o tema proposto (tema este escolhido pela coordenação da Instituição onde as oficinas ocorrem).

Um dos locais atendidos localiza-se na zona norte de Pelotas – RS, uma escola pública de ensino fundamental, pertencente à rede estadual de educação e o outro, constitui-se como um dos lares para menores (apoiado pelo Ministério Público de Pelotas e coordenado pela Prefeitura Municipal de Pelotas), local onde estão abrigadas crianças em vulnerabilidade social.

Com a aplicação das oficinas foi possível constatar reações comportamentais diversas, sendo estes resultados submetidos às teorias de autores conceituados e a textos congruentes ao âmbito acadêmico, determinando-se assim, o registro das avaliações efetuadas neste trabalho científico.

METODOLOGIA

A ação pesquisada tem origem na realização de um subprojeto de extensão universitária denominado “Diversão com pipoca: viajando pelo mundo e construindo histórias”, pertencente a um grupo interdisciplinar composto por acadêmicos de diversos cursos da UFPEL, que buscam conciliar conhecimentos distintos para resultados mais amplos e perspicazes em prol das problemáticas sociais o D.E.A. Grupo de Extensão e Pesquisa Design, Escola e Arte “Construindo Conhecimento e Fazendo Arte”, cadastrado na Pró-reitoria de Extensão Universitária da Universidade Federal de Pelotas e coordenado pela Professora Doutora Rosemar Gomes Lemos. Tal projeto tem por objetivo conscientizar e proporcionar às crianças (pertencentes às instituições públicas de Pelotas) uma reflexão sobre diversas problemáticas envolvendo, o indígena, o meio ambiente, a lei 10.639/03 e reflexões sobre temas da atualidade que se inserem no âmago das periferias através de filmes e oficinas práticas de Artes, fazendo uso de materiais didáticos (vídeos, jogos e livros) do projeto “A Cor da Cultura”, além de outros produzidos pelo próprio grupo de extensão e pesquisa.

O grupo Design, Escola e Arte elaborou um subprojeto chamado “Diversão com pipoca: viajando pelo mundo e construindo histórias” (ainda em andamento) a partir de junho de 2013. O trabalho consiste na apresentação de filmes tratando de temas que levistem a discussão sobre a preservação do meio ambiente em conexão com as contribuições indígenas e africanas à cultura brasileira (cumprimento da lei 11.645). Essa atividade está sendo complementada com outros encontros onde são desenvolvidas aulas que aliam prática de Arte, reciclagem de materiais e conscientização étnico-racial. O sub-projeto tem como ponto de partida a abordagem de filmes referentes aos três temas já citados. Outras questões vitais à formação integral do aluno, relacionadas à autoconfiança, *bullying* e preconceitos diversos são inseridos na medida em que se fazem oportunas ou requeridas pelas escolas.

A ideia de uma oficina de cinema foi pensada pelo Grupo de Extensão e Pesquisa Design, Escola e Arte (DEA), grupo interdisciplinar composto por acadêmicos de diversas áreas da UFPEL que buscam

conciliar conhecimentos distintos para resultados mais amplos e perspicazes, de modo a trabalhar com os alunos, de forma lúdica, os temas anteriormente referidos, visando à construção do conhecimento, o desenvolvimento do pensamento crítico e sensibilidade nos diversos níveis de ensino: séries iniciais, finais do nível fundamental, ensino médio e EJA.

Sendo o cinema uma linguagem complexa que capta e retrata pensamentos, atitudes, características e a cultura das populações em âmbito geral, a sua utilização de forma construtiva, na sala de aula, enquanto sétima arte é inquestionável. Além disso, para que o compartilhamento do conhecimento seja ainda mais perspicaz, a inserção de outras atividades artísticas, além da cinematográfica, foi realizada.

O grupo Design, Escola e Arte, tendo conhecimento de diversas técnicas de produção de brinquedos a partir de materiais recicláveis para compartilhar com os alunos (FIGURA 01), inicialmente, fez uso da Arte pelo viés dos filmes e, após, através da confecção de objetos artesanais (brinquedos, elementos decorativos, utilidades domésticas, entre outros) relacionados aos temas preestabelecidos (FIGURA 02).

Tal metodologia foi aplicada buscando produzir maior entrosamento entre os universitários e os alunos, além de construir conhecimentos em prol de ações que favoreçam a comunidade pelotense em termos de preservação do meio-ambiente. Além disso, sabe-se que a construção de histórias parte do percurso de cada um de nós, no mundo, de uma viagem até nossas sensações. Tem-se em mente que trabalhar com a sensibilidade é o que move o educador (além da esperança no aluno e na educação) na busca de bons resultados. Com isso, o projeto “Diversão com pipoca: Viajando pelo mundo e construindo histórias” foi elaborado, na busca de ampliar a visão de mundo dos alunos motivado pela construção (em conjunto, com a comunidade) da cidadania responsável. Acredita-se que o destino das pessoas depende muitas vezes de atitudes como, por exemplo, estas, em que foram colocadas em prática, ações com a finalidade de auxiliar aos estudantes na edificação de suas histórias.

Ao colocar o projeto em prática, em um primeiro momento, constataram-se comportamentos diferenciados na recepção da proposta. Para que se pudesse compreender o porquê destes comportamentos, ampliando nossa percepção do ponto de vista pedagógico, a respeito do trabalho desenvolvido, investigaram-se suas causas. Inicialmente, foram buscados conceitos que explicassem o fenômeno e posteriormente, analisou-se o fato a partir das referências bibliográficas fornecidas pelos professores das disciplinas pedagógicas do Curso de Artes Visuais - Licenciatura e no material didático fornecido pelo Curso de Formação para professores, realizado pelos graduandos – a Cor da Cultura.



Figura 01: Alunos do grupo DEA confeccionando brinquedos de material reciclável durante período de capacitação.



Figura 02: Alunos da Escola e Grupo DEA construindo um bicicletário utilizando pneus usados.

A princípio, o desafio do grupo era realizar uma Oficina de Cinema para alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental e também para o ensino de jovens e adultos, o EJA. O cinema, neste caso, seria um meio, uma espécie de instrumento para se inserir o que realmente importava para o grupo naquele momento, de colocar em discussão um tema importante na atualidade: a preservação do meio em que se vive, através da conscientização e conhecimento deste e dos conceitos de sustentabilidade, termo usado

para definir ações e atividades humanas que visam suprir as necessidades atuais dos seres humanos, sem comprometer o futuro das próximas gerações. A sustentabilidade está diretamente relacionada ao desenvolvimento econômico e material sem a agressão do meio ambiente, utilizando os recursos naturais de forma inteligente a fim de que os mesmos se mantenham no futuro.

Entre os meses de junho e julho de 2013 os graduandos do grupo DEA frequentaram o curso de preparação (elaborado e desenvolvido pela coordenação do mesmo) para desenvolver, com competência, atividades didático-pedagógicas com a comunidade. Entre os cursos realizados podem ser citados: oficina para escrever textos didáticos e artigos científicos; oficinas de criação de objetos com materiais reciclados, além de pesquisas sobre didática de ensino. A seguir, os alunos participaram do curso de formação, promovido pela Secretaria De Políticas De Promoção Da Igualdade Racial (SEPPIR) e Ministério da Educação - A Cor da Cultura.

Aliou-se ao projeto de pesquisa um subprojeto desenvolvido pelo DEA, no caso, o Projeto VIDA (Valorização de Ideias e Desenvolvimento Autossustentável), que leva para os alunos das escolas e demais instituições públicas diversas propostas e discussões sobre os problemas ambientais, tendo como foco a sustentabilidade; outro ponto assiduamente interligado aos interesses de ambos os projetos. Com essa parceria, foram definidos materiais didáticos elaborados, além da preparação dos universitários que ministrariam as oficinas por eles elaboradas.

A segunda etapa do trabalho foi a definição dos filmes para a constituição de um portfólio elaborado pelo grupo DEA. A seguir, partiu-se para a apresentação do mesmo pela coordenação do grupo DEA às direções e coordenações de entidades públicas da periferia de Pelotas e foram definidos os locais onde o subprojeto seria desenvolvido – Guarda Mirim Municipal, Casas Lares sob Administração do Município e uma escola pública de ensino fundamental localizada na zona norte da cidade de Pelotas-RS. Outras escolas mostraram interesse na sua inserção no projeto, porém considerando-se o número de pessoas de que o grupo DEA dispunha, não foi possível atendê-las.

No que se refere à escolha do tema a abordar em cada local, cada direção definia o tema mais apropriado a ser tratado. A diretora da Escola localizada na zona norte solicitou que as atividades fossem focadas na educação ambiental e na sustentabilidade. A seguir, a escolha das turmas foi feita por ela, sendo que, segundo a mesma, eram os alunos que mais necessitavam dessa conscientização.

Já, nas Casas Lares, a gerente solicitou aos universitários do grupo DEA para que fossem a cada uma das casas onde as crianças e adolescentes vivem ao invés de reuni-los num só local. Segundo a gerente, as crianças estavam muito dispersas, brigando entre si e este procedimento, então, era julgado por ela o mais adequado. Além disso, a gerente apresentou aos graduandos a realidade de cada casa lar, caracterizando, desta forma, o público-alvo da intervenção e os problemas sociais enfrentados por cada grupo pedindo, por fim, para que o grupo DEA, então, definisse que filmes deveriam ser apresentados e

explorados. O grupo decidiu começar pelo Abrigo Casa dos Meninos I, com crianças com idade entre 7 e 12 anos para que assistissem primeiramente aos Livros Animados da coleção da A Cor da cultura (A COR DA CULTURA, 2006).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Partindo-se para a execução do subprojeto, começa-se por descrever a experiência ocorrida na Escola localizada na zona norte de Pelotas. Para os sextos e sétimos anos, alunos com idades de aproximadamente 10 a 15 anos, foi escolhido o filme Wall-E que fala sobre meio ambiente e sustentabilidade. Para as outras turmas de quintos e sextos anos, alunos com idade entre 8 e 13 anos, trabalhou-se com o filme Dom Quixote Reciclado. E, ainda na mesma escola, para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi apresentado o documentário: Ilha das Flores e o filme Dom Quixote Reciclado.

Nesta escola o grupo DEA esteve por dois dias. Primeiramente, duas turmas de sextos anos e uma turma de sétimo ano, assistiram aos filmes. Foram necessários cinco oficinairos de cursos distintos da UFPEL (Artes Visuais Licenciatura, Design Digital, Geoprocessamento e Ciências Sociais) para que a oficina acontecesse como havia sido planejada, ou seja, com a sessão de cinema seguida de discussão no final do filme.

No dia seguinte, novamente, cinco oficinairos do DEA apresentaram o filme para duas turmas de quintos anos e duas de sexto. Como no dia anterior, ao final do filme, aconteceu outra discussão pertinente ao tema ambiental. Ainda, à noite, foi apresentado o filme para o EJA. Foram mais de quarenta alunos, sendo que, ao final, foi realizado um debate sobre o assunto abordado no filme. Apesar do empenho do grupo, o resultado não foi o esperado.

Segundo a narrativa dos oficinairos, despertar à atenção dos alunos para as tarefas a realizar foi difícil. A atenção deles era de fácil dispersão, tanto durante quanto posteriormente a exibição do filme escolhido. Durante a execução dos questionamentos elaborados e realizados pelos oficinairos após a exibição do filme, apesar do resultado ter sido aquém do que era esperado, conseguiu-se a cooperação de alguns alunos, especificamente, aqueles mais atenciosos e dedicados. Desta forma, ocorreu um diálogo mais fluido sobre questões relacionadas à sustentabilidade e, apesar da aparente falta de interesse dos alunos em aprofundar o assunto, houve um debate interessante com aqueles que estavam em sintonia com a proposta apresentada.

A dificuldade maior residiu no fato dos alunos não exporem suas opiniões. Os oficinairos tentaram alertar para o fato de o quanto o tema em discussão afeta, de forma recorrente, os seus cotidianos, porém, a grande maioria permaneceu calada.

No decorrer da oficina, a preservação do meio ambiente foi discutida. Assim, osicineiros exemplificaram: quando a chuva cai na cidade, alagando tudo devido ao excesso de lixo entulhado dentro dos bueiros. Ao ser mencionado este exemplo, os alunos, embora não se manifestando sobre o assunto, passaram prestar atenção na discussão.

Após a realização da atividade na Escola, procurou-se relacionar os resultados de sua implementação às teorias estudadas no curso de Artes Visuais Licenciatura/UFPel, a fim de explicar pedagogicamente o comportamento verificado na escola. Paulo Freire, no livro “Pedagogia da Autonomia” (1996), salienta que o professor, certo de suas incertezas, ensina, na maioria das vezes, o que é certo para ele, levando em conta o rigor da formalidade escolar. Este motivo pode estar associado ao distanciamento entre o mundo contemporâneo e a escola arcaica. Desse modo, tal pensamento pode explicar o fenômeno observado. Em outras palavras, a experiência realizada, que fugia ao processo de ensino-aprendizagem formal, habitualmente desenvolvido nas escolas públicas, pode ter causado estranhamento aos alunos.

Dessa forma, percebe-se a necessidade da escola ter profissionais comprometidos, que não sejam somente máquinas passando conteúdos pré-estabelecidos, mas sim, que ao mesmo tempo, além desse trabalho “maquinal” possam ter um olhar de afeto, mesmo que isso não seja a função, a sociedade tem em si carências abertas a soluções, se não soluções, ao menos tentativas que possam abrir caminho para soluções.

Ao analisar e comparar a realização desta atividade na Escola e na Casa Lar, pode-se perceber que na fase onde se efetivaram os questionamentos, foi verificado outro tipo de comportamento a partir do debate proposto, outras sensações e, principalmente, uma nova forma de aprendizado. Os meninos, sem muito se expressarem, somente escutavam. Pode-se afirmar que foi dada uma aula do tipo oral expositiva, não se estabelecendo um debate como se pretendia.

Eles ficaram agitados com o aparelho de som que estava acoplado ao aparelho de vídeo e percebia-se que estavam com mais vontade de ouvir música, do que propriamente ver o filme. Suas expressões gestuais e orais não deram o retorno que osicineiros do grupo DEA queria, mas sim, o que de fato queriam de cada um, ou seja, um pouco de atenção, um colo para dormirem, um rosto para tocarem.

Umicineiro que estava dando atenção para um menino tido como peralta ganhou alguém para quem abraçar. Este menino ainda, durante as histórias, falava sobre música, queria saber se tínhamos algum som “maneiro”. Em dado momento, ele se virou para oicineiro; estavam sentados em uma cama, e sem mais palavras, o menino se recostou em um dos membros do DEA, ao tentar tirar o braço para que ele pudesse se ajeitar melhor, teve-o segurado e dirigido pelo menino a si mesmo, para que lhe desse um abraço e, sem esperar pelo ocorrido, oicineiro ficou sem reação.

Partindo para a análise destes fatos, verifica-se que oicineiro não considerava a possibilidade de ocorrer uma relação mais estreita com seu público-alvo. Em compensação, as crianças contempladas

acreditaram ter junto de si não professores, mas novos amigos. Assim, apoiando-se nos livros da coleção “A Cor da Cultura”, encontrou-se justificativa para os comportamentos observados, além da preocupação que o professor deve apresentar frente a sua atuação profissional:

O entendimento sobre o desenvolvimento e a construção da autoestima, do autoconceito e da identidade nos leva a crer que a despreocupação com a convivência multiétnica, quer na família, quer na escola, concorre para a construção de indivíduos preconceituosos e discriminadores. O não-questionamento dessa questão pode levar inúmeras crianças e adolescentes a cristalizarem aprendizagens baseadas, muitas vezes, no comportamento acríptico dos adultos à sua volta (CADERNO 1, A COR DA CULTURA, p. 88).

Com as ações extensionistas do grupo DEA, planejadas e realizadas de forma comprometida com a sociedade, tentou-se mostrar, principalmente, para essas crianças, que no mundo existiam pessoas preocupadas com elas. Verificou-se, por parte dos oficinairos, a tentativa de dar exemplo, de nortear futuros, de promover uma boa ação.

Prosseguindo a oficina, os meninos foram levados ao pátio do Instituto para realização de atividades físicas sugeridas pela coleção A Cor da Cultura (2014). Foram realizadas atividades que estimulassem a percepção da identidade de cada um, promovendo o auto reconhecimento físico e outras, que tinham por objetivo estreitar as relações sociais. Quanto o auto reconhecimento físico, sabe-se que:

não basta ter um corpo, é necessário senti-lo, amá-lo, cuidá-lo respeitosamente, conhecê-lo, vivê-lo na totalidade, para que possamos, na relação com o outro, assumir com autoria o que somos, sentimos, desejamos, pensamos, fazemos com nosso corpo, nossa vida, nossa história (FREIRE *apud* A COR DA CULTURA, 2006, p. 103).

No que se refere à última experiência é importante reportar-se também a João Francisco Duarte Junior, em sua obra "A Montanha e o Videogame" (2010), no momento em que ele afirma que há três dimensões na educação estética quando realizada por meio das artes: a experiência, a autoexpressão e a reflexão. A única verdadeiramente imprescindível é a experiência.

Nos dois eventos mediados pela Arte, percebeu-se que a sensibilização das crianças foi conseguida, e a Arte auxiliou, através dos atos expressivos contidos na expressão do cinema, através do filme apresentado a eles. Percebeu-se que esta forma de abordagem foi crucial para que os sentidos humanos aflorassem por via da experiência possibilitada.

Em síntese, pode-se afirmar que os resultados foram além do esperado. Pois, o que deflagrou o encontro de diferentes grupos sociais de forma positiva não foi, desta vez, o fazer artístico em si, mas sim a

necessidade experienciada pelo grupo de alunos universitários de educar o corpo para sentir a Arte, para ver as diferenças de si e dos outros, por via da sensibilização dos sentidos. Este procedimento é efetivado através do que Duarte Júnior (1983) chama de Educação Estética, a educação da sensibilidade.

Depois de desenvolvida a atividade com aquelas crianças, narram os integrantes do grupo DEA, que partiram "com o coração na mão", pois as crianças, muito felizes e entusiasmadas pediram para que os oficinairos voltassem. Estes narram que, neste momento, julgaram-se o centro das atenções e, que aqueles meninos demonstravam necessitar da sua ajuda. Logo, uma passagem do livro *Modos de Ver* possibilitou o diálogo com o momento: "*Cada pessoa constrói o seu modo próprio de ser, viver, conviver, isto é, a sua identidade*" (CADERNO 3, A COR DA CULTURA, 2006, p. 85). Ao colocar sentido nos objetos, nos acontecimentos, nas relações entre as pessoas, entre elas e a natureza, os alunos puderam perceber a necessidade daqueles jovens para terem relações engrandecedoras a fim de que pudessem crescer enquanto cidadãos.

Desta forma, as reflexões geradas após o fenômeno aqui descrito confirmam a teoria de Rubem Alves, no seu livro "*Conversas com quem gosta de ensinar*" (1980), onde ele disserta sobre a repetição. Ele diz que repetir, e saber o que se repete, culmina no saber para o novo, e com isso, dá a ele, ao aluno, a opção de viver levando à frente não o mundo previsto por que foi o que a vida lhe deu, mas sim, o mundo que ele transformará segundo sua essência.

CONCLUSÕES

Através dos resultados obtidos na realização da pesquisa-ação verificou-se o quanto é importante aliar-se as teorias abordadas na academia à prática docente diária.

Foi possível verificar que a experiência foi muito importante e gratificante para as trajetórias acadêmicas dos envolvidos devendo ser repetida em 2014. Os acadêmicos de Artes Visuais-Licenciatura/UFPel acabaram por revalorizar a teoria aprendida em sala de aula, visto que seus sentimentos, foram ao encontro da teoria. Verificaram-se os sentimentos abordados na disciplina de Educação Estética, que discorrem sobre a necessidade de humanizar a educação e de sensibilizar através da pele, pois, a arte carrega um tipo de conhecimento que se dá no corpo, que para o saber sensível, a estesia (DUARTE JR., 2001).

A experiência realizada demonstrou a necessidade de conhecer-se profundamente o público-alvo para que uma proposta de arte-educação seja bem sucedida. Além disso, percebeu-se que a prévia formação dos acadêmicos possibilitou o poder de educar com competência, responsabilidade e tranquilidade, mesmo no surgimento do imprevisto. E assim, a obra anteriormente citada, de Rubem Alves, a partir de uma

experiência prática, adquiriu outro sentido. Suas ideias adquiriram uma cor de poesia, que teve mais “sabor”, demonstrando que o amor pela educação, pelo ensinar, do qual o autor escrevia, era real.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A COR DA CULTURA. Disponível em: <<http://www.acordacultura.org.br>>. Acesso em 20/10/2013.
- A COR DA CULTURA. Modos de Ver. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho: *Saberes e Fazeres*, v. 1, p. 88-103, 2006.
- A COR DA CULTURA. Modos de Sentir. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho: *Saberes e Fazeres*, v. 2, 2006.
- A COR DA CULTURA. Modo de Interagir. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho: *Saberes e Fazeres*, v. 3, 2006.
- ILHA DAS FLORES, A. Direção: Jorge Furtado. Brasil: Casa de Cinema de Porto Alegre, 13min., 1989.
- ALVES, R. *Conversas Com Quem Gosta De Ensinar*. São Paulo: Cortez, 1984.
- DUARTE JÚNIOR, J. F. *Por que Arte-Educação?* Campinas: Papirus, 1983.
- ESCOLA INTERATIVA. *Arte em Estudo*. Disponível em: <<http://goo.gl/6FKujA>>. Acesso em 10/10/2013.
- FREIRE, M. Sinais do Corpo. *Diálogos Corporificados*, n. 7, ano 3, jul. 2000. Disponível em: <<http://www.pedagogico.com.br/info7a3.html>>. Acesso em 10/10/2013.
- FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997b.
- QUIXOTE RECICLADO. Roteiro: Philippe Henry. Disponível em: <<http://youtu.be/DCvOockZlrl>>. Acesso em 11/10/2013.
- WALL-E. Direção: Andrew Stanton. Produção: Jim Morris. EUA: Disney, 98 min., 2008.

Recebido em:09/07/2014
Aprovado em:01/09/2014
Publicado em:03/10/2014

AGOSTO NEGRO – MÊS DE CONSCIÊNCIA NEGRA “FORA DE ÉPOCA”
BLACK AUGUST - BLACK AWARENESS MONTH “OUT OF SEASON”

Sabrina de Souza Silva
André Gomes de Almeida
Eliane de Oliveira Rubim

Vol. XI | nº22 | 2014 | ISSN 2316 8412



AGOSTO NEGRO – MÊS DE CONSCIÊNCIA NEGRA “FORA DE ÉPOCA”

Sabrina de Souza Silva¹
André Gomes de Almeida²
Eliane de Oliveira Rubim³

Resumo: Este texto tem por objetivo relatar a experiência da realização do “Agosto Negro”, que conta com três edições na cidade de Pelotas, sendo realizadas pelo Coletivo Negada. Coletivo este que se percebe inserido em uma época onde há um sentimento de ausência de discussões mais acaloradas sobre as necessidades da comunidade negra e a necessidade do diálogo entre a comunidade externa e a universidade. Por isso constrói ações na tentativa de compartilhar um pouco do conhecimento acadêmico, adquirido pelo grupo, em atividades educacionais e culturais no mês de agosto, visando assim contribuir com a histórica luta negra na cidade de Pelotas.

Palavras chaves: Movimento Negro, Agosto Negro, Juventude, Ativismo.

Abstract: This article aims at describing the completion of "Black August", which has three editions in the city of Pelotas, being held by the Collective Negada. This collective is perceived inserted in an era where there is a feeling of absence of more heated discussions about the needs of the black community and the need for dialogue between the university and the external community. So build actions in an attempt to share some of the academic knowledge acquired by the group in educational and cultural activities in the month of August, thus aiming to contribute to the historic black struggle in the city of Pelotas.

Keywords: Black Movement, Black August, Youth, Activism.

Desde 2011, vem ocorrendo na cidade de Pelotas, o evento Agosto Negro promovido pelo Coletivo Negada que tem como proposta, ao longo de duas semanas corridas, refletir, debater e atuar sobre questões referentes à comunidade negra, no que tange a saúde, educação, cultura e arte, em diversos espaços da cidade.

O Agosto Negro surgiu nos Estados Unidos, nos campos de concentração da Califórnia (prisões) para homenagear os *Freedom Fighters* (guerreiros da liberdade) caídos, Jonathan Jackson, George Jackson, William Natal, James McClain e Khatari Gauden. Jonathan Jackson foi morto a tiros no presídio de Marin County, na Califórnia, em 07 de agosto de 1970, durante uma rebelião, onde ele tentava libertar três Combatentes da Libertação: James McClain, William Natal e Ruchell Magee.

Ruchell Magee é o único sobrevivente dessa rebelião. Ele é o ex-co-réu de Angela Davis e foi preso por 40 anos, a maior parte em confinamento solitário. George Jackson foi

¹ Graduanda em Ciências Sociais Licenciatura na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil – sa.souzasss@gmail.com.

² Graduando em História Licenciatura na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil – andregdealmeida@gmail.com.

³ Graduanda em Jornalismo na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil – losdientesdeava@gmail.com.

assassinado por guardas da prisão durante uma rebelião na prisão de Black San Quentin em 21 de agosto de 1971. Três agentes penitenciários também foram mortos durante rebelião, os funcionários da prisão acusaram seis prisioneiros negros e latinos da morte desses guardas.

Estes seis irmãos ficaram conhecidos como o San Quentin Six. Para honrar esses soldados caídos os irmãos que participaram da fundação coletiva do Agosto Negro usavam braçadeiras negras em seu braço esquerdo e estudavam obras revolucionárias, enfocando as obras de George Jackson.

A partir do mês de agosto, eles passaram a não ouvir o rádio ou assistir televisão. Além disso, eles não comiam ou bebiam nada de nascer do sol até ao pôr do sol, e comportamento alto e arrogante não era permitido. Foi proibido o uso de drogas e bebidas alcoólicas e os irmãos realizavam exercícios diários, porque durante o Agosto Negro a ênfase é colocada em sacrifício, coragem e disciplina. O Agosto Negro é tempo de abraçar os princípios de unidade, auto-sacrifício, educação política, formação física e resistência.

Em 31 de agosto, a Festa do Povo é realizada e o jejum é quebrado. O jejum deve servir como um lembrete constante das condições que nosso povo enfrentou e ainda enfrenta. O jejum é desconfortável, às vezes, mas é bom lembrar a todos daqueles que vieram e se foram antes de nós, se estamos grandes hoje é porque nós estamos sobre os ombros de muitos antepassados.

Em 2011, de forma independente, tomamos a iniciativa de adaptar uma “versão” do Agosto Negro para Pelotas. Outras cidades no Brasil já tinham suas edições, como o caso de São Paulo, que desde 2000 realiza atividades para lembrar a luta e a resistência do povo negro por lá. A necessidade de realizar esse evento por aqui, se dava em função da história fortemente marcada pela presença negra na cidade. Pelotas foi um dos maiores pólos escravagistas do Brasil, em função da produção e comercialização do Charque⁴. Sua história de pós-abolição é muito parecida como em várias partes do Brasil, com a diferença do grande contingente de negros, muito superior à população negra.

Com o plano de extermínio aos negros, propagado pelos governos da recente república, muitos foram os destinos dessa população. Muitos se “aquilombaram”, outros através do exército, serviços na viação férrea, e ofícios como alfaiates, sapateiros, costureiras, quituteiras, lavadeiras entre outras profissões, alcançaram emancipação econômica, mas infelizmente nunca alcançavam uma posição social de respeito. Os negros eram propositalmente apartados, não conseguindo obter nenhuma espécie de benefício do governo e da sociedade.

Espaços importantes de resistência negra foram se formando na zona urbana. Agremiações, sindicatos, jornais, e mais que nada, clubes sociais foram essenciais para a construção da luta contra todos os tipos de violência sofrida pela população negra em Pelotas.

Assim, que na primeira edição do Agosto Negro buscamos resgatar essa memória, e a identidade que unifica a luta negra. “Memória e Luta” foi o tema para nossa primeira experiência em realizar um evento de longa duração, realizando atividades que visavam refletir essa problemática.

I AGOSTO NEGRO – MEMÓRIA E LUTA

Com o apoio do Diretório Acadêmico da História da UFPel “A Desalambrar”, o Levante Popular da Juventude, a Rádio Comunidade 104,5 FM e o Coletivo Tranca Rua, além do apoio financeiro de alguns Sindicatos (Alimentação, Bancários, Metalúrgicos, Associação de Docentes da Universidade Federal de Pelotas - AdufPel e Associação de Servidores da Universidade Federal de Pelotas - AsufPel) realizamos do dia 14 ao 31 de agosto de 2011, o I Agosto Negro – Memória e Luta (FIGURA 01).

**de 14 a 31 de agosto
2011 - Pelotas - Brasil**

Programação (e o que + rolar)

14/08 dom. Rádio Com 104.5 fm (ou via internet <http://radiocom.org.br/>)
15 h. Programa Samba e Liberdade
21 h. Programa Subversão

15/08 seg. Instituto de Ciências Humanas (Alberto Rosa, 154) Sala 352 - FAE
17h. Cine Debate - Filme "Agosto Negro" (de Samm Styles, EUA, 2007.)

16/08 ter. Instituto de Ciências Humanas (Alberto Rosa, 154) Sala 352 - FAE
17:30 h. Ciclo de Conversas: "Pelotas 200 anos - A questão negra"

17/08 qua. Instituto de Ciências Humanas (Alberto Rosa, 154) Sala 352 - FAE
17:30 h. Ciclo de Conversas: "A mulher negra: movimentos sociais e educação"

18/08 qui. Instituto de Ciências Humanas (Alberto Rosa, 154) Sala 352 - FAE
17:30 h. Ciclo de Conversas: "A questão Quiombola"

19/08 sex. Instituto de Ciências Humanas (Alberto Rosa, 154) Sala 352 - FAE
17:30 h. Ciclo de Conversas: "Cotas e ações afirmativas"

14h. Oficina de Confeção de Tambores (no Ateliê de Arte, IAD)

20/08 sab. Casa 171 (15 de novembro, 171)
14h. Oficina de confecção de Berimbau Roda de Samba
Exibição de filme e debate sobre samba.

21/08 dom. Rádio Com 104.5 fm (ou via internet <http://radiocom.org.br/>)
21h. Programa Subversão

22/08 seg. Clube Cultural Chove Não Molha (R. Benjamin Constant, 2118)
18h. Oficina de dança afro
Instituto de Ciências Humanas (Alberto Rosa, 154)
17h Cine Debate: "Mooladée" (de Ousmane Sembene, Senegal, 2004.)
Abertura da Exposição do Coletivo de Artistas Negros (Hall do ICH)

23/08 ter. Instituto de Ciências Humanas (Alberto Rosa, 154)
17h. Cine Debate: "Pantefas Negras" (de Mario Van Peebles, EUA, 1995.)

24/08 qua. Casa 171 (15 de novembro, 171)
14h. Oficina de Violão para não entendidos

25/08 qui. Instituto de Ciências Humanas (Alberto Rosa, 154)
17h. Cine Debate: "Good Hair" (de Chris Rock, EUA, 2009.)

26/08 sex. Rádio Com 104.5 fm (ou via internet <http://radiocom.org.br/>)
14:30. Programa Som do Tempo
Conde de Porto Alegre esq. Alberto Rosa (ao lado do Instituto de Artes e Design)
18:30. Cinema na Rua
Clube Cultural Chove Não Molha (R. Benjamin Constant, 2118)
23h. Festa Preta

27/08 sab. Casa 171 (15 de novembro, 171)
13h Oficina de cozinha Baiana
18h Ciclos de Cine 171: "Todo poder ao povo"

28/08 dom. Rádio Com 104.5 fm (ou via internet <http://radiocom.org.br/>)
21h. Programa Subversão

29/08 seg. Casa 171 (15 de novembro, 171)
18h. Oficina de serigrafia

30/08 ter. Casa 171 (15 de novembro, 171)
15h. Oficina de Stencil e Faixas

31/08 qua. Muro da UFPel - Campus Anglo (Rua Gomes Carneiro, 1)
Apartheid nunca mais!
A partir das 14h. Feira de troca, oficinas, percussão e protesto!

**“eu bato contra o muro
duro
esfolo minhas mãos no muro
tento longe o salto e pulo
dou nas paredes do muro
duro
não desisto de forçá-lo
hei de encontrar um furo
por onde ultrapassá-lo”**

articação:

Casa 104,5
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

(Oliveira Silveira) O MURO

Figura 01: Cartaz de divulgação do I Agosto Negro.



Figura 02: Cartaz de divulgação da Festa Preta.

Para além das atividades, e da Festa Preta, conseguimos uma boa mobilização de pessoas que participaram, ou pelo menos ouviram falar sobre o evento, o que nos auxiliou muito para o estabelecimento de uma primeira rede de parceiros interessados em criar mais ações do tipo. Conversas, mostras de cine, “tamborada”, oficinas, culminaram em um encerramento que entrou para história do movimento negro em Pelotas. A “Quebra do Muro”.

A “Quebra do Muro” foi um evento que reuniu apresentações artísticas, feira de troca, oficinas, percussão e protesto. O nome do evento se deu em função de um muro construído para separar o novo prédio da Universidade Federal de Pelotas da comunidade de Balsa. A Balsa é um loteamento pertencente ao Bairro Navegantes, conhecido por ser um local habitado predominantemente por negros. A comunidade já havia feito investidas em derrubar esse muro, que era o símbolo máximo de segregação da elite, mas foi interpelada pela polícia.

Nessa segunda tentativa, mobilizamos a comunidade, através do contato com a Associação de Bairro da Balsa, mais a Escola Municipal de Ensino Fundamental Ferreira Vianna, na qual concordou em se somar a atividade levando a banda marcial da escola para tocar para o “muro”, ou seja, de costas para a universidade, e impedidos fisicamente de tocarem para sua comunidade. Foi um momento emocionante, ver toda a comunidade demonstrando seu descontentamento de maneira pacífica, deixando policiais e seguranças desconcertados com a situação. Tempos depois o muro foi derrubado.

II AGOSTO NEGRO – VIVA A VERDADEIRA NEGRA HISTÓRIA!

Em 2012 o Agosto Negro tinha como subtítulo “Viva a Verdadeira Negra História”, ano em que a Prefeitura confraternizava os 200 anos da cidade de Pelotas mostrando o Patrimônio e a história da burguesia, seus casarões históricos e Charqueadas pela cidade sem considerar as verdadeiras mãos que construíram boa parte de seu patrimônio histórico material e também muito do imaterial.

Em meio as articulações para implementação das Cotas Raciais na UFPel, decidimos rearticular esse evento que no ano anterior tinha contemplado e agradado a população negra e carente da cidade. Onde o Coletivo Negada se encontrava em um maior grupo de integrantes trabalhando de forma amiga e responsável, todos militantes em prol da causa negra, e com desejo de realizar o evento da maneira que melhor contemplasse a população que realmente necessita de informação, a jovem e também a da periferia, que além de ser a região mais estigmatizada da cidade é também a com maior número de habitantes negros. Então em uma das reuniões trouxemos alguns assuntos que não poderiam faltar na programação desse evento que tentaria levar o máximo de desenvolvimento cultural para as pessoas que lá vivem. Alguns deles foram: África na escola, História dos Negros em Pelotas, Patrimônio Afro, Violência Periférica, Feminismo da Mulher Negra, Negros LGBT, Racismo na Mídia, Meio Ambiente nas comunidades (Quilombolas e Populares), Saúde da População Negra, Capoeira, Religiões de Matriz Africana, Cotas, Hip-Hop, Dança Afro, Samba, Percussão, Além de exibição de filmes com a temática negra e uma Festa para além de angariar fundos para o evento mostrasse um pouco da música fora do circuito e também de artistas independentes da cidade.

O Coletivo, a partir daí, inicia a articulação com contatos parceiros tanto culturalmente como financeiramente, onde sindicatos como; da Alimentação, Bancários, Rodoviários e Servidores da UFPel, colaboraram financeiramente e estrutural e culturalmente os grupos; TAMBÉM, Casa de Nagô Oluorogbo, Projeto Quilombos da FaE-UFPel, COMUF (Comunidades FURG), Instituto Mário Alves, Coletivo Tranca Rua e RádioCom. Que além dessa atividade já colaboraram com outros eventos do Coletivo Negada.

A RádioCom, Rádio Comunitária da cidade de Pelotas sempre está pronta para colaborar com os movimentos sociais e dar notoriedade para os descasos e mazelas que na cidade ocorrem, e em seu aniversário nos presenteou oferecendo-nos um programa aos sábados que estreamos no dia 4 de agosto de 2012, quase uma semana antes de iniciarmos o Agosto Negro. Nesse Programa que aconteceu no dia da Festa de aniversário da Rádio, falamos um pouco da recente trajetória do Coletivo Negada, da Lei 10.639/03⁴, Situação do Quilombo Rio dos Macacos (BA), Dia da Mulher Negra e Africana e como uma inauguração, destacamos a importância de se ter uma mídia veiculando o que acontece com a população negra em um geral, além de mostrar tudo que se produz nesse meio. Nesse dia uma ouvinte nos ligou,

⁴ Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”, e dá outras providências

dizendo não ser preciso um programa que falasse sobre racismo, no momento que tratávamos sobre racismo institucional no ensino, pois isso já estava vencido, e como desembargadora que era, quando ela cursava direito na Universidade até havia uma menina negra em sua turma. Nesse momento tivemos mais do que certeza de que aquele espaço público, de relação direta com a população nos era uma imensa ferramenta ao que estávamos propondo.

Na identidade visual da comemoração do “aniversário da cidade” havia uma menina negra, a qual tinha sua imagem estampada em um imenso banner na frente do prédio da Prefeitura, mas em relação à contemplação de Políticas Públicas para com população negra e pobre da cidade não eram tão imensas. Então nossa identidade visual remetia a imagem dessa menina, mas com elementos que categorizava a população negra e pobre na cidade.



Figura 03: Cartaz de divulgação do II Agosto Negro.

A lata de spray além de ser um elemento que remete ao hip-hop, é também um instrumento de expressão na cidade, assim como nos grandes centros de contraste social do Brasil e do mundo. Pelotas é recheada de graffiti e pichações que vulgarizam certas questões sociais em seus bairros. O muro, que remete ao mesmo muro que foi manifestado na comunidade da Balsa na edição anterior do Agosto Negro, que apesar do rechaço, ele ainda permanecia lá, não só fisicamente como também sócio-culturalmente.

Nesta segunda edição as atividades além de acontecerem em espaço público, também foram realizadas em espaços parceiros que acolhem a ideologia do Coletivo, entendendo a importância do diálogo direto com a comunidade para bem informá-la sobre sua situação e formar assim um espírito crítico capaz de reivindicar seus direitos e de manifestar sua cultura sem nenhum receio. Os espaços públicos geralmente eram nas periferias, assim como nas escolas também optamos em maioria nessa região e também o Clube Cultural Fica Aí Pra ir Dizendo, Clube Social Negro, um espaço de militância e um dos patrimônios mais importantes para a população negra em Pelotas, não só por sua história, mas também por todos os projetos que hoje o Clube encaminha. O Clube colaborou para a realização da II edição da Festa Preta, a qual agrupou alguns dos principais nomes da cena hip-hop de Pelotas e o Serginho da Vassoura e banda, com seu Ilusionismo Sonoro, celebrou a diversidade e protestou conosco com suas letras sobre as afetações e mazelas da burguesia pelotense.

A identidade visual do cartaz da festa remete aos tradicionais doces pelotenses de chocolate que são chamados de negrinhos, com um garfo (pente para cabelos afro) como símbolo de resistência.



Figura 04: Cartaz de divulgação da Festa Preta.

III AGOSTO NEGRO – MOBILIZANDO A LUTA NEGRA



Figura 05: Cartaz do III Agosto Negro.

A terceira edição do evento, em 2013, acontece em meio ao efervescente período de manifestações sociais no âmbito nacional. Muitas são as pautas aclamadas nas vozes da multidão, mas um olhar ligeiro é capaz de perceber qual o perfil desses que agora saem às ruas. Há anúncios de que o “Gigante Acordou”, de que uma classe média entediada fará a revolução (ou reforma) dessa sociedade. Mas as pautas da população negra, que diariamente sente na pele a violência do Estado e o racismo institucional segue velado. Há um genocídio da população negra no Brasil, não só devido ao tráfico e violência nas comunidades populares, como também por preconceitos da Polícia Militar.

Quando pessoas da Comunidade da Rocinha também manifestaram “indo para o asfalto” na mesma época, foram reprimidos violentamente pela Polícia Militar. Um dos moradores (Amarildo Souza Lima) após fazer uma denúncia na Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) do bairro, ele desaparece alçando

uma revolta ainda maior em meio às manifestações, lançando a campanha “Cadê o Amarildo?”⁵, questionando o racismo e violência policial em relação a população pobre e negra.

As reivindicações da Classe Média estão longe das reivindicações da população pobre e negra e em algumas ocasiões essa classe também é uma das que reforça os discursos contra as pautas de promoção de igualdade como as Cotas, à regulamentação trabalhista das empregadas domésticas, não Redução da Maioridade Penal e o direito de ir e vir.

As tensões e embates ideológicos se acirram e faz todos refletirem o país em que vivem e a mídia manipuladora a favor da burguesia incitando a violência e alienação dos que menos tem condições de se expressar. Assim, resolvemos mobilizar a luta negra pelotense através de mais uma edição do Agosto Negro, dando o subtítulo desta de “Mobilizando a Luta Negra”.

Enquanto grupo, seria complicado que apenas três pessoas realizassem o projeto de duas semanas chamando a atenção para essas questões postas acima, mas havia diversos amig@s e parceir@s solidárias ao combate ao racismo e engrandecer a Luta Negra em Pelotas. Foi que nos surgiu a ideia de criar um edital aberto para inscrições de atividades a serem ofertadas no III Agosto Negro, com o intuito de agregar mais pessoas:

Edital de Seleção de oficinas para o III Agosto Negro de Pelotas-RS 2013.

O Coletivo Negada torna público e convoca para inscrição os interessados em participar da seleção de oficinas para a realização do III Agosto Negro de Pelotas. O evento ocorre de 16 a 31 de agosto de 2013, no município de Pelotas. Osicineiros selecionados (à princípio) não receberão remuneração pelas atividades propostas, mas terão os materiais necessários para a realização das oficinas supridos, ficando ciente que essa ação visa fins educativos e culturais sobre a população negra.

Objetivo

O Agosto Negro surgiu na década de 70 nos Estados Unidos com o objetivo de durante um mês levar as pessoas a uma reflexão acerca da discriminação e da desigualdade de direitos entre negros e brancos.

Além disso visa a difusão dos Movimentos de Luta Negra, em memória aos vários militantes presos e assassinados em prol do respeito e a dignidade do povo negro.

Aqui no Brasil, no ano 2000, São Paulo foi a primeira cidade a organizar atividades de difusão e emancipação da cultura afro-brasileira relativas ao Agosto Negro. Em Pelotas, partimos para a organização da terceira edição, a qual a temática será “Mobilizando a Negra Luta”.

⁵ Amarildo Souza Lima, um pedreiro e morador da Rocinha que desapareceu no dia 14 de julho de 2014 após fazer uma denúncia na UPP da comunidade. Após investigações foi descoberto que o morador foi torturado e morto por policiais militares da Unidade, mas seu corpo ainda não foi encontrado.

A proposta é que sejam oferecidas à comunidade pelotense, entre os dias 16 e 31 de agosto, atividades descentralizadas, podendo permear ações de empoderamento e autonomia através da arte, saúde, educação e economia solidária.

A atividade não visa fins lucrativos, logo, todo dinheiro arrecadado para a organização desse evento será destinado à compra de materiais para as oficinas. Contamos com o trabalho voluntariado daqueles que são e se fazem parceiros na luta antirracista.

Inscrições

Poderão se inscrever pessoas que vivem no município de Pelotas, até o dia 28 de julho de 2013, encaminhando para o email coletivonegada@gmail.com os seguintes itens:

Identificação (Nome, idade e grupo)

Breve apresentação da oficina;

Materiais e equipamentos necessários (especificar se os participantes necessitam levar material, e o material que precisa ser adquirido para a realização da oficina – orçamento organizado em tabela);

Identificar público alvo e local onde deseja realizar oficina (faixa etária, bairro, casa de detenção, escola... etc.);

Tempo de duração da oficina;

Cópia da Carteira de Identidade e CPF.

Resultados

Até o dia 4 de agosto serão divulgados, na página do Facebook (facebook.com/coletivo.negada) e no blog (coletivo-negada.blogspot.com) do Coletivo Negada, os nomes dos participantes selecionados para realizar as oficinas no III Agosto Negro – Mobilizando a Negra Luta.

Dúvidas e mais informações pelo email: coletivonegada@gmail.com , pelo facebook.com/coletivo.negada ou pelo cel.: (53) 8402 6494 (Lili)

Pelotas, 1 de julho de 2013.

Obtivemos uma resposta muito positiva. Com o apoio de alguns veículos midiáticos, a boa divulgação do edital ajudou a por em pauta, novamente, a discussão da comunidade negra. Essa repercussão ampliou ainda mais nossos contatos e parcerias, onde escolas públicas nos procuraram demonstrando interesse em receber oficinas, conversas, atividades, e afins.

Passado o prazo de inscrições começamos a organizar a logística. Através de reuniões abertas, fomos construindo o evento, embasados um dos objetivos do Agosto Negro: lembrar os ancestrais, que tanto resistiram e lutaram pela igualdade racial, e que possibilitaram a nossa existência encorajada no seus exemplos de superação, perseverança e resistência às várias tentativas de extermínio. Assim que definimos, como responsável de abrir os trabalhos, nossa Mestre Griot Sirley Amaro.

Abaixo o cartaz com a programação completa, dos 15 dias de atividades do III Agosto Negro – Mobilizando a Negra Luta⁶:

III agosto negro pelotas 2013

<p>16 (sexta-feira) 19hrs <i>Apresentação Geral do III Agosto Negro</i> Local: Colégio Municipal Pelotense (Rua Marcílio Dias, 1597. Centro)</p> <p>17 (sábado) 10hrs <i>Culinária Afro-brasileira</i> Documentário Barro Duro 15hrs <i>Dança Afro</i> Festival de Inverno do Dunas Local: Centro de Desenvolvimento Dunas (Av Ulisses Guimarães, 2057)</p> <p>19 (segunda-feira) 8hrs <i>Cotas - Lei 12.711/12</i> Local: Colégio Estadual Dom João Braga (R. Bento Martins, 1656 - Centro) 14hrs <i>Capoeira de Angola</i> Local: EMEF Ferreira Viana (Rua João Thomaz Munhoz, 321. Porto) 19hrs <i>Alongamento geral com técnicas de Yoga</i> Local: Espaço Kontra-Kultural Casa 171 (Rua 15 de novembro, 171. Centro)</p> <p>20 (terça-feira) 14hrs <i>Confraria do Fuxico - Resgatando Africanidades</i> Local: EMEF Piratinino de Almeida (Av Domingos de Almeida, 4057, Areal) 15hrs <i>Conferência "Mundo Atlântico e escravidão moderna ou pensar a modernidade a partir da escravidão"</i> Local: Centro de Integração Mercosul (Rua Andrade Neves, 1529 - Centro)</p> <p>21 (quarta-feira) 14hrs <i>Técnicas de Permacultura/ Energias renováveis</i> Local: EMEF Getúlio Vargas (Av 2 Lotm Getúlio Vargas, s/n - Três Vendas) 19hrs <i>Cotas - Lei 12.711/12</i> Local: EEM Dr. Antônio Leivas Leite (R. Leopoldo de Souza Soares, 333 - Três Vendas)</p>	<p>22 (quinta-feira) 14hrs <i>Oficina de Percussão</i> Local: EEM Areal (Av Domingos de Almeida, 2684, Areal) 17hrs <i>Oficina Capoeira de Angola</i> Local: EEM Navegantes (Rua João Thomaz Munhoz, 321. Porto) 19hrs <i>Religiosidade Afro e Hip-Hop</i> Local: EMEF Piratinino de Almeida (Av Domingos de Almeida, 4057, Areal)</p> <p>23 (sexta-feira) 14hrs <i>Técnicas de Permacultura/ Tie-dye</i> Local: EMEF Nossa Senhora dos Navegantes (Rua João Thomaz Munhoz, 321. Porto)</p> <p>24 (sábado) 14hrs <i>Batucada na Praça coronel Pedro Osório</i> Lançamento do livro "O ser Capoeirista" Local: Casarão 6 (Praça coronel Pedro Osório, 6. Centro) 16hrs <i>Exposições Discos de Capoeira</i> Ritu Den-Cidade Doc Barro Duro Discotecagem Local: Woodstock Discos (R. General Telles, 807 - Centro)</p> <p>25 (domingo) 14hrs <i>Introdução à pintura/ Tie-dye</i> Cine-debate: Move 9 Local: Espaço Kontra-Kultural Casa 171 (Rua 15 de novembro, 171. Centro) Sofá na rua Local: Casa Fora do Eixo (Rua Almirante Tamandaré, 608)</p> <p>26 (segunda-feira) 8hrs <i>Cotas - Lei 12.711/12</i> Local: Colégio Estadual Dom João Braga (R. Bento Martins, 1656 - Centro) 14hrs <i>Técnicas de desenho</i> Local: EMEF Ferreira Viana (Rua João Thomaz Munhoz, 321. Porto)</p>	<p>27 (terça-feira) 14hrs <i>Reconhecendo a Habitação</i> Local: EMEF Ferreira Viana (Rua João Thomaz Munhoz, 321. Porto) Religiosidades Afro-brasileiras Local: EEM Areal (Av Domingos de Almeida, 2684, Areal) 19hrs <i>Técnicas de desenho</i> Local: Colégio Municipal Pelotense (Rua Marcílio Dias, 1597. Centro) Trapézio e Tecido aéreo Local: Espaço Kontra-Kultural Casa 171 (Rua 15 de novembro, 171. Centro)</p> <p>28 (quarta-feira) 14hrs <i>Energias Renováveis</i> Local: EMEF Dunas 1 (Rua 3, 470 - Dunas)</p> <p>29 (quinta-feira) 14hrs <i>Religiosidade Afro e Hip-Hop</i> Local: EMEF Dunas 1 (Rua 3, 470 - Dunas) 15hrs <i>Oficina de Produção de Beats</i> Local: DCE UFFPel (R. Gonçalves Chaves, 660 - Centro) 15hrs <i>Capoeira de Angola</i> Local: Colégio Estadual Dom João Braga (R. Bento Martins, 1656 - Centro) 19hrs <i>Cotas - Lei 12.711/12</i> Local: EEM Areal (Av Domingos de Almeida, 4057 - Areal)</p> <p>30 (sexta-feira) 14hrs <i>Ervas Medicinais</i> Local: EEM Areal (Av Domingos de Almeida, 4057 - Areal)</p> <p>31 (sábado) 18hrs <i>Encerramento com Homenagens</i> Conferência - Redução da Maior Idade Penal Apresentações musicais Local: Auditório Colégio João XXIII (R. Sete de Setembro, 201 - Centro)</p>
--	---	---

+info
facebook/coletivo.negada
coletivo-negada.blogspot.com

Figura 06: Programação do III Agosto Negro.

No decorrer do evento, do qual dessa vez não estivemos sempre presentes em função da intensidade de atividades, sentíamos que a proposta de “dividir” a tarefa de construção do Agosto Negro contribuiu muito para que o debate se ampliasse em outros “territórios” da cidade. A religiosidade afro vinha passando por um ataque severo por parte da administração, a qual tentava desarticular as terreiras criando impostos e regulamentações incabíveis, tais como cobrança de taxas comerciais, assim como a proibição de suas manifestações religiosas (os despachos) em locais públicos. Dessa forma, insistimos que esse assunto fosse abordado nos espaços educacionais, mesmo com o nariz virado de muit@s, dit@s, educadores para com a religião professada por grande parte da população de periferia de Pelotas.

Salvo algumas exceções, toda programação conseguiu ser executada. O encerramento do evento teve como proposta uma tarde de atividades em um “beco” no centro da cidade, localizado entre a Biblioteca Pública, um Banco Privado, a Praça Central, e o Calçadão. “Pareço Suspeito?” reuniu música,

⁶ Programação e descrição das oficinas, disponível no Blog do Coletivo Negada.

grafitti, ciranda, tambores e várias pessoas a fim de prestar uma homenagem ao companheiro recém falecido (no dia 8 de agosto) Rubinei Machado. Foi confeccionada uma faixa de 6 metros grafitada por várias mãos, expressando desejos de justiça, igualdade, e principalmente reparação aos 400 anos de exploração do povo negro.



Figura 07: Divulgação do “Pareço Suspeito?”

Vários são detalhes para contar, que sempre nos empolga a cada sorriso e compreensão das crianças e jovens que temos a possibilidade de compartilhar oficinas, assim como as escolas e comunidades que sempre pede para que o evento retorne no ano seguinte e os parceiros que colaboram com seus conhecimentos.

Conhecimentos específicos, gerais, históricos, sustentáveis e de subsistência tem sido o foco do Agosto Negro, não só sentados em uma cadeira de escola, mas também em cirandas, cantando, em espaços públicos para contemplar o máximo de pessoas a dividir conhecimentos.

Existem diversas em imagens, falas, e manifestações mostrando a transformação que esse evento proporciona⁷ (já que a mudança é constante) e a elevação da auto-estima da população negra pelotense. Empoderamento na voz, nas ações, nos cabelos, nos corpos, visíveis e encorajados pelas ruas. Fortalecidos na possibilidade de união, e reconhecimento de sua história, da qual também fazemos parte, e estamos ajudando a escrever.

⁷ Disponível em conta do Coletivo Negada no Facebook.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COLETIVO NEGADA. Disponível em: <<http://coletivo-negada.blogspot.com.br/>>. Acesso em 18 de janeiro de 2014.

COLETIVO TRANCA RUA. Disponível em: <<http://coletivotrancarua.noblogs.org/post/2011/08/08/agosto-negro/>>. Acesso em 18 de janeiro de 2014.

LEI N° 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm> Acesso em 26 de janeiro de 2014.

DIÁRIO POPULAR. Disponível em: <<http://goo.gl/oLFbfW> >. Acesso em 26 de janeiro de 2014.

DIÁRIO POPULAR. Disponível em: < <http://goo.gl/hWuRW8> >. Acesso em 26 de janeiro de 2014.

Recebido em:20/07/2014
Aprovado em:04/09/2014
Publicado em:03/10/2014

**DUZENTOS MIL REIS PELA CABEÇA DO CHEFE PRETO PADEIRO E CEM MIL
RÉIS PELAS DOS DEMAIS MALFEITORES:
NOTAS DE PESQUISA SOBRE O QUILOMBO DO PADEIRO (PELOTAS, 1835)**
TWO HUNDRED THOUSAND REIS BY THE HEAD OF THE BLACK CHIEF "PADEIRO" AND AND A
HUNDRED THOUSAND REIS FOR THE OTHER EVILDOERS: A BRIEFING ON THE "QUILOMBO DO
PADEIRO" (PELOTAS, 1835)

Caiuá Cardoso Al-Alam
Natália Garcia Pinto
Paulo Roberto Staudt Moreira

Vol. XI | n°22 | 2014 | ISSN 2316 8412



**DUZENTOS MIL REIS PELA CABEÇA DO CHEFE PRETO PADEIRO E CEM MIL
RÉIS PELAS DOS DEMAIS MALFEITORES:
NOTAS DE PESQUISA SOBRE O QUILOMBO DO PADEIRO (PELOTAS, 1835)**

Caiuá Cardoso Al-Alam¹
Natália Garcia Pinto²
Paulo Roberto Staudt Moreira³

A oportunidade oferecida pela organização da “II Jornada de Estudos Sobre Escravidão, Resistência e Pós-abolição” para podermos apresentar o projeto do livro “Os Calhambolas do *General* Manoel Padeiro: práticas quilombolas na Serra dos Tapes (RS, Pelotas, 1835)”, foi extremamente importante para as intenções dos autores. Este livro foi pensado para ser lido por um público amplo, com o objetivo de instrumentalizar análises a respeito da história dos quilombolas no sul do estado do Rio Grande do Sul, tomando como caso em específico a experiência do quilombo de Manoel Padeiro e seus parceiros, na Serra dos Tapes, em 1835.

Desde o final da década de 1970 as produções acadêmicas sobre a experiência do grupo de Padeiro começaram a ganhar campo na academia. O fenômeno desta experiência nos últimos quinze anos se alastrou em definitivo na sociedade da região, sendo a figura de Manoel Padeiro enaltecida como importante representação da resistência de africanos e afrodescendentes contra a escravidão. De certa forma, mesmo com uma produção razoável, os autores do projeto sentiram-se tentados a contribuir com um trabalho que pudesse entender de uma forma mais plural esta experiência, inclusive, como se pode observar no livro aqui que está sendo apresentado, descentrando-se um pouco da própria figura de Manoel Padeiro e observando melhor os outros integrantes deste fenômeno na sociedade escravista de Pelotas.

Nesta perspectiva, seria fundamental oferecer aos interessados em geral no assunto, possibilidades de contato com os vestígios desta experiência que dessem maior autonomia para as interpretações. Assim, buscamos construir um projeto que oferecesse aos leitores, a leitura dos documentos que ficaram a respeito da trajetória dos calhambolas de Manoel Padeiro.

De início a ideia foi transcrever a documentação mais rica a respeito desta experiência dos calhambolas de Manoel Padeiro: as fontes judiciais. Documentos estes que muito pouco chegam ao conhecimento de um público mais amplo, que não são historiadores: afinal nem todos gostam de lidar com documentos antigos, manuscritos, as condições materiais destes e inclusive a escrita, que para quem não tem costume, torna-se um desafio penoso. Os dois processos criminais que envolvem os calhambolas e

¹Professor da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), Brasil; campus Jaguarão, é licenciado em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil; mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Brasil; e doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), Brasil.

²Graduada em História Bacharelado pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG -2007), Brasil. Especialista em História do Rio Grande do Sul pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos - 2010), Brasil. Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos - 2012), Brasil; doutoranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil.

³ Professor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Brasil; Doutor pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil; Bolsista de Produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil.

também a figura de Simão Vergara, acusado e condenado por ter vendido pólvora ao grupo, foram primeiramente fotografados pelos autores, após foram transcritos segundo normas utilizados pelo grupo de trabalho do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul em seus projetos de transcrição, e ainda cuidadosamente lidos os documentos e as transcrições letra por letra a fim de observar algum erro no trabalho.

Foram muitas revisões e a transcrição que chega ao livro e ao público leitor foi feita com muito cuidado no sentido de preservar a linguagem da época e mesmo vestígios de oralidade. A provocação inicial nos convenceu que a transcrição e publicação dos processos originais, mais uma adensada análise destes documentos, dialogaria com a história e com a memória. Os dois processos judiciais editados neste livro, são custodiados pelo Arquivo Público do estado do Rio Grande do Sul, são eles:

[01] - Comarca de Rio Grande – Tribunal do Júri – Maço 3A, Auto nº 74, autora: a Justiça, réu: Simão Vergara [preto forro], ano: 1835, Juízo do Tribunal do Júri da Cidade de Pelotas;

[02] - Comarca de Rio Grande. Tribunal do Júri da Cidade de Pelotas, caixa 006.0300, maço 3A, auto 81, Ano: 1835, estante 07, Autora: a Justiça, réus: Mariano [preto, escravo do Barão de Jaguari, réu preso], Manoel [castelhano, morador em casas da viúva Joaquina], José Pernambuco [preto, escravo do Comendador Boaventura Rodrigues Barcelos], Simão Vergara [preto forro - Réu preso], e os quilombolas réus ausentes Manuel Padeiro, Alexandre Moçambique, Antônio Mulato, Antonio [escravo de Joaquim José da Costa Campelo], Francisco [escravo de D. Maria Teodora], Francisco Moçambique, Benedito Moçambique, João [escravo de Joaquim Ribeiro Lopes da Silva], Manoel e Mateus [escravos de Boaventura Rodrigues Barcelos].

O primeiro processo, catalogado com o número 74, objetivava apurar a cumplicidade de Simão Vergara com os quilombolas, vendendo-lhes gêneros diversos e fornecendo abrigo e informações privilegiadas. Simão era africano e conseguira se alforriar há pelo menos 12 anos, pois este era o tempo em que estava estabelecido com uma *tasca* ou taberna, localizado próximo a algumas das maiores charqueadas do período, na Boa Vista. Simão era casado (ou amasiado) com a também africana Tereza Vieira da Cunha. Trata-se de um documento judicial manuscrito (de apenas 18 folhas) incrivelmente rico em informações sobre as sociabilidades negras daquele mundo criado pelas diásporas transatlânticas e reinventado pelos agentes africanos e crioulos em suas relações diárias.

Incriminado como cúmplice dos *malfeitores* quilombolas, o africano Simão Vergara foi listado como réu no processo seguinte (numerado como auto 81), que versava diretamente sobre as ações insurgentes acionadas pelo grupo liderado pelo *General* Padeiro, o *Juiz de Paz* João e dos *Pais* Matheus, Francisco e

Simão, além da Rosa. Este documento investiga um número maior de réus e uma quantidade bem superior de delitos, por isso comporta 63 folhas manuscritas.

À transcrição paleográfica destes documentos judiciais acrescentamos notas de rodapé com dados retirados de fontes diversas (judiciárias, administrativas, eclesiásticas)⁴ e em anexo inserimos alguns documentos da Câmara Municipal de Pelotas do período. Após este trabalho, os autores não puderam se esquivar da riqueza de informações destes documentos e resolveram traçar uma análise sobre o fenômeno, compondo uma alentada introdução crítica, escrita pelos três autores-historiadores. Das 196 páginas do livro, 100 são de análise, 68 da transcrição dos processos e o resto de anexos, índice nominativo e bibliografia. Esta análise não deve ser entendida como definitiva, pois cremos que muitas leituras ainda podem ser feitas desta experiência, assim como outros arquivos podem ser buscados, como o Arquivo Nacional e a própria documentação no Uruguai, no Arquivo *General* de La Nación, que podem trazer novos elementos para o entendimento do acontecido.

Durante os trágicos acontecimentos que transcorreram naquela temporada de pavor, quando os quilombolas espiaram medo pela Serra dos Tapes e pelos arredores de Pelotas, a jovem Câmara Municipal ainda tentava se organizar. Vigia a segunda Câmara de Pelotas, eleita em 18 de setembro de 1832, tomando posse em 16 de março de 1833 e que encerrou o seu mandato no mês de fevereiro de 1836, já com os canhões farroupilhas e legalistas troando pela província. Os ilustres vereadores eram: Alexandre Vieira da Cunha (*presidente*), João Alves Pereira, Cipriano Rodrigues Barcellos, Domingos José de Almeida, Manuel Alves de Morais, Dr. João B. de Figueiredo Mascarenhas e João Antônio F. Vianna (OSÓRIO, 1961).

As atas da recém-criada Câmara Municipal de Pelotas denunciam a confusão destes edis com as medidas urgentes que deveriam ser tomadas, para restaurar a paz escravista na Serra dos Tapes. Em 30.05.1835 os vereadores apóiam a proposta do presidente da casa, de contratação de 12 moradores daquela serra "*para soldados permanentes, sendo ali pré-existentes, a fim de se empregarem nas diligências de prenderem os quilombolas*". O destaque a que estes civis engajados como soldados anti-quilombolas fossem *preexistentes* é uma óbvia referência a que tinham que ser *matreiros* como os malfeitores que iam perseguir, conhecedores dos atalhos e esconderijos da serra, dos locais de abastecimento e dos potenciais aliados e inimigos que ali residiam⁵. Contudo, mesmo cientes desta necessidade urgente de mobilização de recursos humanos compatíveis com a *matreiragem* quilombola, os vereadores não se sentiam aptos a tomar uma medida destas, sem o aval do Presidente da Província, o qual foi imediatamente alertado do "*aspecto ousado com que se apresentam hoje os quilombolas, se faça sentir a sua Excelência a necessidade que há de uma força suficiente á disposição do Juiz de Paz do terceiro distrito, para tais diligências*". Além disto,

⁴ A reconstituição das práticas sociais dos quilombolas foi possível através de um exaustivo cruzamento de fontes, pois além dos autos criminais, foram utilizados registros paroquiais (batismos, óbitos e casamentos), inventários *post-mortem*, cartas de alforrias, testamentos e documentação da Câmara Municipal de Pelotas. A ideia foi localizar socialmente os personagens destes processos: quilombolas, senhores, autoridades judiciais, testemunhas e mesmo jurados.

⁵ Preexistir: "*Ter existência antecipada, ser primeiro em tempo, que outro*" (SILVA, 1813, p. 489).

oficiaram aos "*juízes de paz do terceiro distrito, quarto e quinto distritos para com a maior urgência tratarem de comum acordo da destruição dos quilombos e prisão desses malévolos*"⁶.

Dois meses depois, em 9 de julho de 1835, os vereadores alertavam o Presidente da Província de que a quantia de um conto e seiscentos mil réis enviada, era insuficiente para ressarcir os gastos com a destruição dos quilombos. Os edis estavam certos, pois havia sido prometido

aos que apreendessem, e destruírem os dez quilombolas considerados motores dos roubos, incêndios, e assassínios perpetrados no município, porquanto, tem prometido 400 mil reis pelo chefe preto Manoel Padeiro, e 200 mil reis por cada um dos nove companheiros do referido Padeiro⁷.

As autoridades municipais e os proprietários concentravam seu ódio em Padeiro, tomado como o líder daqueles movimentos quilombolas. O termo cabeça era usado nos documentos em duplo sentido. Num deles, politicamente, Padeiro era visto como "*chefe, regedor*" dos insurgentes (ou malfeitores) quilombolas. Em outro, a cabeça de Padeiro era considerada anatomicamente como "*a parte dos animais, que ordinariamente está unida ao corpo pelo pescoço ou garganta, e que é o assento dos órgãos sensórios*" (SILVA, 1813, p. 312). Como sabemos, anatomia e política não estavam nada dissociados na mentalidade e nas ideias de poder e hierarquia social daquele Antigo Regime. O cabeça era o líder, que naquela conjuntura bélica, deveria concentrar o papel de mobilização e a tomada de decisões quanto aos rumos a tomar e a quem atacar ou preservar. Mas aquela sociedade era também dada ao espetáculo, às aparências, a uma certa estética cerimonial, assim, extirpar a cabeça de padeiro significava investir na acefalia da comunidade quilombola, mas também exteriorizar a vingança da sociedade branca aos insurgentes pretos: "*Num mundo em que a maior parte das pessoas era analfabeta, ver era experiência das mais importantes: o poder e o prestígio deviam saltar aos olhos*" (LARA, 2007, p. 86).

Claro que a cabeça dos quilombolas também serviu para comprovar os pagamentos dos prêmios estipulados, das recompensas aos integrantes das partidas que os perseguiram na serra. O interessante é que não achamos nenhum documento que comprovasse o cerimonial político e lúgubre de exposição destas cabeças ao público em geral. Talvez isso resida em que existe distância entre *intenção e gesto*, ou seja, o cerimonial podia ser montado com a intenção de diminuir o inimigo e mostrar a vingança que esperava os que ousavam se levantar. Mas acontece que ninguém garantia sobre os significados que o plural público que assistia estas exposições atribuiria a ver a cabeça dos quilombolas exposta. Talvez as autoridades e os charqueadores tenham pensado que a discricção era o melhor caminho, e o espalhafato podia parecer provocação e gerar uma reação coletiva *negra*, a qual eles sabiam não estar preparados para resistir.

⁶ Biblioteca Pública Pelotense - Atas da Câmara Municipal da Vila de São Francisco de Paula (004), Pág. 58.

⁷ Biblioteca Pública Pelotense - Atas da Câmara Municipal da Vila de São Francisco de Paula (004), Dia 9 de julho de 1835, página 60.

Em 3 de novembro de 1834, o Inspetor do 3º Quarteirão comunicava ao Juiz de Paz do 3º Distrito de Pelotas Joaquim José da Cruz Secco o seguinte, a respeito dos combates com os quilombolas:

Copia. Ilmo. Senhor.

Participo á V. Sa. que no dia 2 do corrente alcançou a escolta os insultantes, ali opuseram-se os ditos a escolta fazendo fogo com cinco armas.

A escolta em sua defesa fez fogo, matando um, dois baleados, julga-se morrerem, e um pegado, cujo vai.

Diz o que vai, que toda a força consta de 23, entrando neste numero quatro negras, e que a sua tenção era reunir mais gente, e continuar os saques.

Resgatou-se todo o saque, que levaram da chácara.

V. Sa. deverá cooperar a beneficio destes homens pela prontidão e atividade, com que se aprontaram para esta ação, e estão prontos para seguirem estes malvados, mas para isto precisa-se de armas, munição e mantimentos.

Consta que o Comendador Boaventura Rodrigues Barcelos dá duzentos mil reis pela cabeça do negro Padeiro, e o Dr. Mascarenhas cem mil reis pelo mesmo, e se for certo animará mais a gente.

As armas que tinha da policia, e munições, entreguei ao capitão de mato José Inácio. Incluso remeto a lista dos cidadãos, que foram na escolta.

O portador deste é Adão dos Santos. È o quanto tenho a requisitar á V. Sa. Deus guarde á V. Sa. Chacara da Boa Vista. [...] ⁸

O mesmo Inspetor Secco, que será jurado em ambos os processos transcritos, mandará da Boa Vista um ofício para a Câmara Municipal de Pelotas, em 6 de outubro de 1834, comunicando que no dia anterior, de noite, uma vizinha, a viúva Paula, "*ouviu tocar **tambor** e muitas salvas de armas ao mesmo lado que foram a casa dos negros e no dia 4 de manhã ouviram três tiros ao mesmo rumo*". Nesta rápida menção feita pela viúva Paula, percebemos uma lacuna importante, ainda a ser preenchida: a questão da religiosidade entre os heterogêneos quilombolas. O uso do tambor indica que rituais religiosos também faziam parte da rotina guerreira dos quilombolas, provavelmente sendo usado também para transmitir receio entre os moradores brancos locais e atrair a simpatia ou o apoio explícito dos parceiros ainda nas senzalas⁹.

Na apresentação do livro no evento, foi mostrado ao público uma espécie de mapeamento cartográfico da rota dos quilombolas de Padeiro durante o período. Tal rota pode ser pensada a partir das

⁸ Biblioteca Pública Pelotense - Fundo Escravidão.

⁹ Ver SCHERER (2008), principalmente o subitem 4.2: "Um Tambor de negros de nação": evidência material da herança cultural africana. Também sobre o uso em Porto Alegre de um *surdo tambor* por um africano rebolo que pedia autorização da polícia para uma reunião que costumava "*nos dias de preceito, com os pretos de sua nação, fazerem o seu baile com um surdo tambor, e então se tiram esmolas para sufragar as almas dos seus parentes*" (MOREIRA, 2014).

referências dos territórios que aparecem na documentação judicial: como os nomes das localidades; dos espaços geográficos como rios, arroios, morros; donos de propriedades como as chácaras e fazendas. O traçado acompanha as representações do imaginário da população da região sul sobre a presença de quilombolas na Serra dos Tapes, inclusive atingido nomenclatura de território, como o Arroio Quilombo, o que reforça as experiências trocadas pelas populações destas regiões. Esta descrição cartográfica em um mapa específico a ser reproduzido no livro foi uma das faltas do projeto, e poderá ser realizado quiçá posteriormente. O mapeamento destas rotas demanda efusiva pesquisa em outras tipologias de documentos, como os inventários onde poderemos mapear os proprietários de terras da região.

O desejo dos autores é de que os trabalhadores na educação e o público interessado possam ter contato com a documentação da época, construindo novos olhares sobre esta experiência quilombola, reconhecendo a pluralidade de experiências de africanos e afrodescendentes na região, e que assim possam oferecer práticas que busquem um melhor entendimento da vida e das intenções destes indivíduos na época.

Nesse âmbito, a intenção dos pesquisadores ao esboçarem uma análise densa sobre os vestígios documentais sobre as práticas quilombolas na Serra do Tapes, foi uma tentativa de traçar um diálogo com a história e a memória, na ânsia de tentar compreender as estratégias sociais dos indivíduos que tentavam sobreviver às agruras do sistema escravista de antanho. Todavia é notável salientar que a análise sobre o movimento dos quilombolas do Manoel Padeiro naquele longínquo ano de 1835 nos ajuda a refletir sobre as práticas dos movimentos quilombolas atuais. Mas claro, respeitando a historicidade do tempo desses movimentos sociais.

Vale destacar que os autores não tiveram apenas o objetivo de focar o estudo das experiências do Quilombo do Padeiro pelo papel da rebeldia ou da resistência escrava. A tentativa foi de tentar captar o cotidiano daquelas pessoas, como se dava o movimento das relações sociais entre quilombolas e o restante da sociedade (libertos, escravos e senhores), qual o ponto de vista da classe senhorial diante dos ataques dos calhambolas à sociedade pelotense, as práticas econômicas desenvolvidas pelos quilombolas e as ações políticas dos mesmos. A tentativa dos pesquisadores foi de tentar explorar as experiências sociais dos quilombolas na Serra dos Tapes como um espaço reivindicatório de liberdade, assim como de forjamento de identidades sociais e laços familiares. Os historiadores também se dedicaram a observar as hierarquias sociais existentes dentro do próprio quilombo, tentando desvendar a complexidade desse fenômeno dentro do sistema escravista brasileiro.

Convenhamos (e é bom assumir) que é impossível esgotar todas as variáveis explicativas que comporta o caso do quilombo do *General* Manoel Padeiro. São muitos personagens e muitos deles ainda parecem demasiado insubstanciais. Mesmo o destino de alguns, inclusive do próprio Padeiro, é uma incógnita.

Chamamos a atenção para um último documento, *descoberto* recentemente. Trata-se de um ofício de 29 de junho de 1836 do Comandante interino das Armas farroupilhas João Manoel de Lima e Silva ao Coronel Chefe de Legião Domingos José de Almeida.

Illmo. Sr.

Ordeno a V. Sa. me mande hoje apresentar os Guardas Nacionaes do Districto do **Serrito João Jose Ribeiro, Marianno dos Santos, Jozé Dias, e Marianno Guilherme** que se achão nessa força para seguirem em deligencia dos calhambolas no **Boqueirão**, aonde elles tem cometido as maiores atrocidades. Deos Guarde a V. Sa. Quartel do Commando interino das Armas na **Costa de Pelotas** 29 de Junho 1836.

Illmo. Sr. **Domingos Jose de Almeida.**

Coronel Chefe de Ligião.

[assinado] **J. M. de Lima e Silva**

Commando interino das Armas¹⁰.

Este documento acima pertence ao acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, parte da Coleção Varela (CV-8759), fundo reunido inicialmente pelo Ministro e charqueador Domingos José de Almeida e posteriormente engrossado pelo historiador Alfredo Varela e adquirido pelo Estado em 1936. Na época da emissão do documento acima, o distrito de Boqueirão pertencia administrativamente a São Lourenço e eclesiasticamente a Pelotas.¹¹ O Major João Manoel de Lima e Silva era tio do então Barão de Caxias, tendo ambos lutado juntos na luta pela Independência na Bahia, sendo depois voluntário na Guerra da Cisplatina. Poucos meses antes de redigir o ofício acima, o Major e Comandante Interino das armas provinciais Lima e Silva invadiu e tomou Pelotas, com o apoio de Antonio de Souza Netto e Crescêncio de Carvalho. Em 12 de setembro de 1836, antes mesmo da proclamação da República pelo coronel Antonio de Souza Netto, o major João Manoel de Lima e Silva criou em Pelotas o 1º Corpo de Lanceiros de 1ª Linha farroupilha, composto de escravos¹².

¹⁰ ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, 2014, p. 274.

¹¹ "Boqueirão: Freguezia no municipio de São Lourenço e diocese de Pelotas. Data da criação: Foi creada por lei provincial de 11 de dezembro de 1830; transferida para o porto de São Lourenço pela lei provincial n. 470, de 12 de Novembro de 1861 e para a povoação de São Lourenço, com esta denominação, pela de n. 909, de 20 de Abril de 1874; restaurada pela de n. 1031, de 29 de Abril de 1876; elevada à categoria de villa pela de n. 1.449, de 26 de Abril de 1884, sendo instalada em 11 de Fevereiro de 1886; rebaixada de categoria pela de n. 1831, de 18 de Junho de 1889. Orago: Nossa Senhora da Conceição" (FARIA, 1914, p. 52).

¹² "É de Pelotas e possivelmente de suas charqueadas que saem as primeiras levas de escravos para as fileiras rebeldes. Quando ainda estavam organizando suas tropas, antes mesmo de ser proclamada a República Rio-Grandense, em princípios de 1836 (mais precisamente a sete de abril deste ano) o General João Manoel de Lima e Silva, levou consigo cerca de quatrocentos a quinhentos escravos para integrarem as tropas que invadiram Pelotas. Ao descrever o mesmo episódio, Spencer Leitman afirma que se não fosse a ação dos charqueadores pelotenses fugindo para Rio Grande – com suas escravarias – os rebeldes teriam feito muito mais soldados. Fica nítido, portanto, que estes primeiros escravos que compuseram as tropas rebeldes foram recrutados entre os inimigos da causa Farroupilha" (CARVALHO, 2013, p. 39).

Calhambolas cometendo atrocidades no Boqueirão, no ano logo seguinte a eclosão do quilombo do General Padeiro será apenas uma coincidência? Ou serão os quilombolas sobreviventes numa trajetória de fuga, incendiando os distritos por onde passavam? Só novas pesquisas dirão.

Em suma, para os autores do livro foi fundamental tentar compreender como os companheiros do *General Padeiro* “forçaram os limites do sistema escravista” e como jogavam com os recursos disponíveis que tinham para tentar sobreviver dentro das estruturas hierárquicas do mundo do cativo. Segundo os autores, “*as comunidades relacionais criadas por negros e livres, junto a brancos pobres, que compartilhavam a vida na pobreza, e que buscavam vivenciar seus dias da melhor forma possível*”, foi reelaborada em um campo onde a desigualdade imperava “*e no qual a violência e matreiragem tinham de ser acionadas constantemente*” (MOREIRA, AL-ALAM, PINTO, 2013, p. 98-99) pelo território da liberdade.

Recebido em:16/07/2014
Aprovado em:01/09/2014
Publicado em:03/10/2014

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AL-ALAM,C.C.; MOREIRA, P.R.S.; PINTO, N.G. *Os Calhambolas do General Manoel Padeiro: práticas quilombolas na Serra dos Tapes (RS, Pelotas, 1835)*. São Leopoldo: Editora Oikos, 2013.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Os Soldados Libertos são os mais valentes: Documentos sobre a Revolução Farroupilha*. São Leopoldo: Oikos, 2014, p. 374. (Organização: Paulo Roberto Staudt Moreira; Rejane Penna; Raul Róis Schefer Cardoso)
- CARVALHO, D. V. de. 2013. *Nas fronteiras da liberdade: experiências negras de recrutamento, guerra e escravidão (Brasil Meridional – 1830-1850)*. Rio de Janeiro, RJ. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 367 p.
- FARIA, Octavio Augusto. *Diccionario geográfico, histórico e estatístico do Estado do Rio Grande do Sul*. 2ª edição. Porto Alegre/Santa Maria: Livraria do Globo, 1914.
- LARA, S.H. *Fragmentos Setecentistas: Escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- MOREIRA, P.R.S. Escravidão, Família e Compadrio: A Comunidade Escrava no Processo de Ilegalidade do Tráfico Internacional de Escravos (Porto Alegre, RS, 1831/1850). *Revista História Unisinos*,v. 18, n. 2,mai./ago. 2014.
- OSÓRIO, F. *A cidade de Pelotas*. Porto Alegre: Editora Globo, 1962.
- SCHERER, J. S. *Experiências de Busca da Liberdade: Alforria e Comunidade Africana em Rio Grande, século XIX*.Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.
- SILVA, A.M. *Diccionario da Língua Portuguesa*. Tomo 1, Lisboa, Tipografia Lacerdina, 1813[1789].

**NA “CASA DOS MORENO”:
RELAÇÕES INTERÉTNICAS OU SOLIDÃO NEGRA EM TERRA DE ALEMÃO?**
IN THE “HOUSE OF THE DARK SKINNED”:
INTERETHNIC RELATIONS OR BLACK LONELINESS IN A GERMAN’S LAND?

Letícia de Faria Ferreira
Patrícia Marasca Fucks

Vol. XI | n°22 | 2014 | ISSN 2316 8412



NA “CASA DOS MORENO”: RELAÇÕES INTERÉTNICAS OU SOLIDÃO NEGRA EM TERRA DE ALEMÃO?

Letícia de Faria Ferreira¹
Patrícia Marasca Fucks²

Resumo: Na localidade de São Paulo das Tunas, em Giruá/RS, ainda hoje se identifica a “casa dos morenos”, lugar onde habita a comunidade rural Quilombo Correa. O artigo objetiva compreender, por meio das narrativas dos seus moradores e da observação do seu modo de vida e de trabalho, os processos históricos de formação e constituição de um estilo particular de vida por parte dessas pessoas, que estão circunscritas numa região na qual predominam descendentes dos imigrantes de origem alemã e polonesa. Na construção da sua identidade, a distinção étnica revelou-se um aspecto importante para a família Correia se autodefinir como quilombola e assumir essa condição. O fato de existir na comunidade variadas percepções sobre a categoria remanescentes de quilombos pressupõe na pesquisa a necessidade de considerar-se a multiplicidade de definições possíveis.

Palavras chaves: Quilombolas, Identidade étnica, Memória, Racismo.

Abstract: In the village of Sao Paulo das Tunas, in Girua/RS, it is still identified the “house of the dark skinned”, a place where the rural Quilombo Correa community lives. Through its inhabitants’ narratives and the observation of their daily life, the article aims to comprehend the historical processes of formation and constitution of these people’s particular lifestyle, who are circumscribed in an area which predominates German and Polish descendants. While constructing their identity, ethnic distinction was an important aspect for the Correia family to define themselves as “quilombola” and take on this role. The fact that there are various perceptions about the remaining category of quilombos in the community implies the necessity to considerate in the research the multiplicity of possible definitions.

Keywords: Quilombolas, Ethnic identity, Memory, Racism.

INTRODUÇÃO

*no baile da corte
foi o conde d’eu quem disse
pra dona benvinda
que farinha de suruí
pinga de parati
fumo de baependi
é comê bebê pitá e caí*
(Relicário, poema de Oswald de Andrade)

Na localidade de São Paulo das Tunas, no interior de Giruá/RS, no noroeste gaúcho, ainda hoje se identifica a “casa dos morenos” como o lugar onde habita a comunidade rural Quilombo Correa e que permanece assim conhecido, nas cercanias, pela concentração singular de famílias afrodescendentes em

¹ Doutora em Ciências Sociais, professora da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Brasil.

² Mestre em Extensão Rural, professora da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Brasil.

meio a um contexto no qual predominam moradores de descendência europeia, em sua maioria com origem na imigração alemã e polonesa.

A proposta da pesquisa que informa este artigo trata das relações familiares e interétnicas, atentando para a constituição de estilos particulares de vida nesse contexto, assim como, os costumes e as identidades culturais são interseccionados com a sociedade envolvente. Interessa, portanto, saber como os quilombolas, sujeitos etnicamente diferenciados nesse contexto, constroem sua identidade e seu cotidiano no local observando suas estratégias de sobrevivência cultural.

Pôde-se conhecer, por intermédio das narrativas dos seus moradores e da observação no lugar onde vivem, como se configura o seu modo de vida e os trabalhos exercidos por homens e mulheres no meio rural e, ainda, de que modo articulam-se aspectos da sua sociabilidade no convívio com os familiares, bem como nas relações com os vizinhos. No ano de 2011 realizaram-se algumas visitas ao quilombo, no entanto o trabalho de campo da pesquisa foi realizado ao longo do ano de 2012 e 2013, com frequência esporádica, ou seja, idas e vindas caracterizadas pela permanência durante o dia, especialmente nos almoços organizados pela família Corrêa e com alguns pernoites e permanências durante fins de semana na casa de Marilene, situada no primeiro terreno próxima a estrada que dá acesso ao Quilombo.

O artigo também problematiza a constituição da comunidade rural “Quilombo Correa”, que passou por um processo de reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares e teve a sua certificação, oficialmente em 2010. Nesse sentido, buscou-se apreender o significado que esta atribuição representou para os sujeitos envolvidos e as repercussões no grupo.

VIDAS ENTRELAÇADAS PELAS RELAÇÕES FAMILIARES E DE MORADIA

A história da comunidade e da família Corrêa recorre à memória oral de seus integrantes, onde sua constituição envolve as narrativas e as relações que ao longo do trabalho de campo foram sendo, dentro do possível, apreendidas pelas pesquisadoras. Nesse sentido, a pesquisa intenta percorrer esse caminho da memória, levando em conta seus desvios e labirintos onde os modos e usos da vida, no presente, se imiscuem com o passado. Observa-se que as relações de parentesco são vividas intensamente na comunidade, podendo ser consideradas como uma espécie de fio condutor que liga essas diferentes temporalidades, articulando o seu modo de vida e as formas tradicionais de trabalho praticadas, em consonância com os ciclos da natureza e um tempo particular de arranjar as tarefas e as lógicas de produção agrícola.

Com exceção de uma sobrinha, um cunhado e uma cunhada, todos os demais moradores da Comunidade Quilombola são irmãos, descendentes de Alzimiro Batista Corrêa, nascido em 1918 e falecido

em 1987, o qual era casado com Eloína Luiz Corrêa, nascida em 1927 e falecida em 1964. Ambos eram filhos de agricultores que residiam nas proximidades do atual território do quilombo e moravam em diferentes condições, como meeiros, empregados e agregados nas fazendas do entorno onde foram criados. O casal teve onze filhos, dos quais oito ainda vivem e, em sua maioria, ficaram morando nas proximidades, compartilhando o território comunitário do Quilombo Correa, sendo nominados a seguir por ordem de nascimento: Eva (falecida), José e Noé (gêmeos, o último é falecido), Armando, Doralina, Dorvalina, João, Maria, Tereza (falecida), Maria Olinda e Cleuza Maria.

O fato de terem nascido e vivido em meio a uma sociedade envolvente branca, de descendência europeia (alemã e polonesa, em sua maioria), que sempre vislumbrou a família Corrêa, de certo modo, como “*exceção*” no interior do contexto rural que sempre habitaram as relações entre essas diferentes etnias da região carregam em si uma tensão constante. Sucodem situações que se manifestam não apenas como discriminação e racismo explícito por parte da maioria de brancos residentes, mas também relações de ajuda mútua, apoio e respeito. Assim que, evita-se definir, a priori, como racistas ou mesmo como harmoniosas as relações que são travadas entre os quilombolas e as famílias circunvizinhas para não correr o risco de encerrar em constatações simplificadoras relações intrincadas, marcadas por singularidades e dinâmicas em constante movimento. Isso não significa negar que ocorram situações graves de racismo e segregação; contudo, e na mesma medida, pode-se afirmar a ocorrência de outras modalidades de relações entre certas famílias de descendência alemã ou polonesa e a família negra, onde amizade e respeito mútuo são elementos decisivos.

A propriedade rural da família, com relevo acidentado, de restrito acesso e difícil aproveitamento para produção agrícola, possui apenas 5ha e tem sua origem no trabalho de décadas realizado por Alzimiro como agregado em uma fazenda vizinha. Essa área jamais foi inventariada e, ainda hoje, permanece no nome do genitor, sendo usada de modo coletivo pelos filhos que residem no local. Desde 2010, quando houve o reconhecimento do grupo, ao aproximar-se do quilombo e descer pela estrada vicinal que lhe dá acesso, avista-se uma ampla placa colocada pela Fundação Palmares que anuncia a chegada à “Comunidade Quilombola Corrêa”.

Seguindo adiante por uma ramificação dessa estrada, em declive, percorre-se uma espécie de corredor ladeado por lavouras e logo se chega ao terreno onde estão as modestas moradias. Na primeira casa à direita reside seu Armando Corrêa com a esposa Maria, os quais têm a companhia de um dos seus três filhos que frequenta regularmente a Comunidade. Além dele, apenas Cleuza e Maria são casadas, os demais irmãos permanecem solteiros³. Situada quase à frente dessa moradia, mais abaixo no terreno, fica a

³ A questão dos “não casamentos” no interior da Comunidade Corrêa chama atenção, especialmente pelo fato de a população no entorno ser, em sua maioria, de descendência alemã. Esse é um tema que se pretende tratar em outro artigo, mas a partir de distintas circunstâncias foi possível constatar que, para ambas as partes, as relações dessa natureza seriam inviáveis; seja por razões de preconceito étnico-racial, por parte dos alemães, ou pela percepção desse preconceito por parte dos negros, o que sempre os manteve afastados, inclusive privando-os durante longos anos de frequentar as festividades comunitárias.

casa de Cleuza, casada com Volmir (Juca). Um pouco adiante, descendo por um caminho estreito e desnivelado pela erosão das águas pluviais, situa-se a casa de Dorvalina e Maria Olinda; tendo ao lado esquerdo a moradia de João e a de José (Tigre), que ele particularmente denomina “minhas peças”, que se identifica como um abrigo simples onde ele faz um fogo de chão e guarda a seu modo os seus pertences.

Quase todas as casas na comunidade apresentam semelhança, com telhas de barro e paredes de madeira, sentadas um pouco acima do chão, dispendo à frente de uma varanda. As casas foram construídas ali mesmo, tendo sido acrescentados sanitários em algumas delas, posteriormente, como é o caso da moradia de Cleuza.

Uma das famílias que lá residem, a da Maria Corrêa, casada com um morador da região, só foi possível conhecer após um ano e meio após terem-se estabelecido as visitas esporádicas da pesquisa. Maria estava de relações cortadas com o restante da família, especialmente com Cleuza e seu marido, permanecendo sem relações de proximidade com os outros irmãos até o momento em que Cleuza foi para a Argentina acompanhando Juca, onde residiam alguns parentes do marido. A partida do casal foi motivada por diversos desentendimentos entre Juca e a família da cunhada Maria, que reside na única casa de alvenaria situada relativamente atrás da de Cleusa. A família de Juca, de descendência alemã e polonesa, não mantinha boas relações com “os Corrêa” e desaprovaram o casamento do filho com uma mulher negra. Por sua vez, os filhos de Maria, sobrinhos de Cleuza tinham uma relação com Juca, a tal ponto tumultuada, que se configurou em situações de violência; chegando a ser caso de polícia e a conter recíprocas ameaças de morte.

Assim, observou-se que a presença de Juca no seio da família Corrêa, criou uma espécie de desarmonia que se pode atribuir não necessariamente ao pertencimento étnico de Juca a outras etnias, mas segundo os relatos, devia-se à personalidade de Juca, considerado violento e inseqüente, em situações vivenciadas também fora do quilombo, sendo, por isso, preterido por outras famílias da localidade. A relação de Cleuza com Juca parece ter sido causa recorrente de preocupação a seus irmãos; sobretudo, sua partida para a distante cidade de Oberá, na Argentina, foi motivo de muito sofrimento para os irmãos mais velhos.

RECONHECIMENTO DOS SUJEITOS COMO ‘QUILOMBOLA’: FAMÍLIA E TERRITÓRIO

No caso da Comunidade Quilombola Corrêa constituir-se como a única família negra hoje residente na região e a Fundação Cultural Palmares - instituição responsável pelo reconhecimento - considerar o núcleo da família e o território como elementos definidores do pertencimento ao quilombo, apenas os Corrêa residentes na propriedade agrária da família foram considerados quilombolas. Os outros parentes, que evadiram do lugar, indo morar na vila Cruzeiro na cidade vizinha de Santa Rosa, onde residem atualmente, ficaram sentindo-se excluídos desse processo de reconhecimento e, por conseguinte, dos

possíveis benefícios que “ser quilombola” acarretaria. Especialmente a tia dos Corrêa, Ilda, com idade de cerca de 90 anos, sentiu-se ofendida diante dessa situação e praticamente rompeu relações com os sobrinhos quilombolas. Segundo conta dona Dorvalina, moradora do quilombo, a reação dessa sua tia deu-se por ela acreditar que os parentes que ficaram na propriedade em Giruá teriam sido beneficiados com dinheiro e auxílios do governo ao se “tornarem quilombola”.

De tal modo, essa questão que divide a família Corrêa revela o quanto é necessário que sejam repensados com cuidado os limites que deliberam quem entra e quem fica de fora da denominação quilombola, ou seja, à identidade quilombola não é isenta de conflitos e interpretações diversas sobre o pertencimento a comunidade. Considerar-se-á que esse pertencimento se define pela presença no território demarcado como quilombola ou, e não excluindo a primeira hipótese, seriam considerados ‘quilombolas’ os integrantes da família e, dentre estes, apenas aqueles que residem no território? Ou ainda, considerar-se-á ‘quilombola’ os parentes dos Corrêa, que residiram e, agora, não mais residem na localidade rural onde a família outrora se estabeleceu? Pode-se, além disso, questionar se não seria todos os integrantes da família Corrêa, ligados por laços de parentesco, igualmente ‘quilombolas’?

RELAÇÕES DE VIZINHANÇA E DE TRABALHO

Não o canto de mentira e falsidade
que a ilusão ariana
cantou para o mundo
na conquista do ouro
nem o canto da supremacia dos derramadores de sangue
das utópicas novas ordens
de napoleônicas conquistas
mas o canto da liberdade dos povos
e do direito do trabalhador...
(Canta América de Solano Trindade)

Na comunidade rural de São Paulo das Tunas, em Giruá/RS, onde se situa o Quilombo, as propriedades agrárias são bastante diversas e heterogêneas, havendo proprietários de granjas de alta produtividade ao lado de pequenos proprietários com dificuldades de manterem-se na terra apenas com o trabalho na agricultura. No entanto, observa-se que muitos deles têm em comum a opção por atividades produtivas como o plantio da soja e a criação de animais domésticos, especialmente suínos e aves.

No caso da família Corrêa, as condições de relevo e solo da sua pequena propriedade, de apenas 5ha, limitam o desenvolvimento de projetos agrícolas, pois o terreno é acidentado e bastante recoberto por

rochas. Desse modo, o trabalho fora da propriedade, especialmente nas granjas vizinhas pertencentes aos descendentes de imigrantes alemães ou poloneses, revelou-se a alternativa possível para suprirem necessidades não providas pela pequena agricultura de suas terras. Desde longa data, na trajetória dos seus antepassados, esse trabalho era realizado, sobretudo, de modo sazonal, por meio de contratos informais e, na maioria dos casos, sem vínculos regulares de emprego e, conseqüentemente, sem a garantia de seguridade social e quaisquer direitos trabalhistas.

Nas condições da propriedade que dispõem e, ainda, dos raros casamentos dos atuais moradores do Quilombo, os Corrêa residem e compartilham o modo de vida e de trabalho em um território que é usufruído em regime comunitário. Entre os Corrêa, as atividades exercidas por mulheres e homens visando a sobrevivência familiar eram, e ainda se observa que o são, marcadamente divididas por gênero, tanto quando eram realizadas dentro da propriedade da família ou fora dela, nas circunvizinhanças.

Para os homens da família Corrêa, há algumas décadas atrás, o serviço mais comum era carpir as lavouras, considerando-se que não era ainda usual a prática da aplicação de venenos e herbicidas. Assim, o trabalho mais árduo era, sem dúvida, o de arrancar ervas daninhas e combater possíveis pragas. Já na época em que a aplicação de venenos tornou-se frequente, o trabalho pelo qual os irmãos Corrêa eram contratados era pulverizar as lavouras com esses herbicidas altamente tóxicos e, conforme conta Tigre, sem jamais receber e utilizar nenhum equipamento de proteção. Conta ainda que outra atividade, comumente realizada por ele e seus irmãos, era carregar e cortar pedras em uma pedreira da região.

No caso das mulheres da família, o trabalho doméstico nas residências da vizinhança foi o mais habitual, assumindo diversas modalidades, como faxineira, cozinheira e lavadeira, entre outros. D. Dorvalina revelou as condições da sua atividade como lavadeira, desempenhada durante anos a fio para uma família vizinha (de descendência alemã), sem nunca ter recebido qualquer direito trabalhista ou salário fixo, apenas o pagamento relativo às peças de roupas lavadas. Mas o que mais a marcou, parece ter sido o fato de não receber nenhuma consideração, uma visita que fosse depois que ficou doente. No entanto, carpir e roçar lavouras em troca do pagamento diário também fazia parte da rotina de trabalho das mulheres, principalmente quando escasseava outra forma de atividade que permitisse obterem o seu sustento.

Sobretudo, observa-se que o trabalho possível, ofertado para os negros, no caso, homens e mulheres da família Corrêa, era aquele mais pesado e em condições precárias nas propriedades da região de São Paulo das Tunas e arredores.

TERRITÓRIO QUILOMBOLA: PROPRIEDADE DA TERRA, SIGNIFICADOS E VALORES

No que diz respeito à apropriação do território, nos estudos sobre quilombos, sabe-se que são pouco recorrentes as situações onde a propriedade da terra não é um bem em disputa e que não necessita

do parecer legal instituído por meio de processos jurídicos e de laudos étnico-territoriais, problema este reentrante nas pesquisas. Nesse sentido, é diversa a realidade da Comunidade Quilombola Corrêa a qual ainda vive atualmente no quinhão de terras que foi adquirido por sua família, sendo relevante seu modo de existência e os arranjos sociais e culturais da Comunidade, os quais ensejam a reflexão que nos permite realizar na pesquisa os deslocamentos necessários no conceito de quilombo. É nesse sentido que procuramos re-pensar a ideia dos Corrêa serem denominados como “*remanescente de escravos*” (MELLO, 2012; ARRUTI, 2006). Suas formas de relação com o passado, tramado em práticas múltiplas de resistência e de manutenção no território ao longo do tempo, precisam ser observadas atualmente na esteira da nova situação que o universo legal (fundamentalmente o artigo 68) colocou para a família: a categoria de comunidade quilombola.

Nesse sentido, é importante problematizar a constituição do Quilombo Correa não apenas no que se refere à constituição - por processos legais, externos à comunidade - do seu território enquanto quilombola, o qual passou oficialmente por um processo de reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares e teve a sua certificação, em 2010. Interessa compreender os impactos socioculturais e mudanças que essa atribuição legal representou para as relações familiares na comunidade e, sobretudo, os valores e significados que essa “nova condição” passou a ter para a existência dessas pessoas.

Ao observar-se a interação dos Corrêa com a sociedade envolvente, pôde-se constatar que sempre ocorreu uma clara distinção étnica a qual pode ter sido, entre outros, um elemento crucial para a família Corrêa se “autodefinir” enquanto quilombola. Isso possibilita refletir o quão determinantes podem ser as condições do meio, ainda que não sejam as mais favoráveis (como a distinção étnica), para a construção da identidade do grupo; algo que paulatinamente interfere na percepção dos sujeitos e pode promover ou não determinadas atitudes, como o empoderamento (LEITE, 2008).

Todavia entre os parentes quilombolas, essa (auto) definição ou (auto) atribuição não foi percebida da mesma forma por todas as pessoas. Houve distintas percepções que surgiram no grupo entre aqueles familiares que oficialmente ficaram incluídos na categoria (que são moradores da pequena propriedade rural em São Paulo das Tunas, em Giruá) e aqueles que, por estarem desvinculadas desse território (inclusive por força do êxodo rural e/ou das limitações produtivas da propriedade), ficaram alijados do processo sem poder usufruir dos benefícios que o reconhecimento como quilombola propiciou.

Mas, especialmente para os mais velhos do Quilombo Corrêa, em Giruá, essa ‘nova condição’ causou uma certa surpresa levando a crer que, antes de mais nada, é fundamental observar-se na pesquisa que há, de fato, uma multiplicidade de definições possíveis, o quê não pode ser ignorado, posto que, no interior da própria Comunidade Corrêa, encontram-se variadas percepções sobre a categoria remanescentes de quilombos.

Sobretudo nesse sentido, das relações de vizinhança e trabalho com os agricultores de origem europeia, é que as observações de Fredrik Barth (2000) sobre etnicidade podem nos ajudar a pensar. Melhor explicando, a constituição das fronteiras étnicas e suas interações interculturais, onde as escolhas de identidades são constitutivas das experiências ao alcance, e permitem que se observe, no caso dos Corrêa, as escolhas identitárias por proximidade e por distanciamento, em diferentes circunstâncias dos sistemas culturais dos grupos camponeses alemães e poloneses. Ainda, pode-se dizer, com isso, que em determinados aspectos, os membros da família Corrêa identificam-se como uma família rural, de pequenos proprietários com hábitos e costumes comuns aos demais vizinhos com os quais se interrelacionam no lugar. Exemplo disso está no fato de “os Corrêa” não apenas nominarem ferramentas e maneiras de conduzir o trabalho em língua alemã, mas também utilizarem expressões nesse idioma em muitas das piadas feitas no quilombo. Todavia, em nenhum momento, isso significou a possibilidade concreta de esquecer o pertencimento a um grupo étnico muito singular naquele contexto, afinal mesmo que, da parte dos Corrêa, provavelmente sintam-se de algum modo integrados à vida social, religiosa e produtiva da sociedade circundante, a qual não os deixa esquecer que são negros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRUTI, J.M.A. Agenciamentos Políticos da "Mistura": Identificação Étnica e Segmentação Negro-Indígena entre os Pankararú e os Xocó. *Estudos afro-asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, 2001.
- ARRUTI, J.M.A. *Mocambo: antropologia e história no processo de formação quilombola*. Bauru: EDUSC, 2006.
- BARTH, F. Os grupos étnicos e suas fronteiras. IN: LASK, T. (org.). *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.
- LEITE, I.B. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 3, dez., 2008.
- LEITE, I.B. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. *Etnográfica*, Lisboa, v.4, n. 2, 2000.
- MELLO, M.M. *Reminiscências dos quilombos: territórios da memória em uma comunidade negra rural*. São Paulo: Editoria Terceiro Nome, 2012.

Recebido em:03/08/2014
Aprovado em:05/09/2014
Publicado em:03/10/2014

MATAR, MORRER E CRER EM BOTOPÁSI, ALTO SURINAME
KILLING, DYING AND BELIEVING IN BOTOPÁSI, UPPER SURINAME

Rogério Brittes Wanderley Pires

Vol. XI | n°22 | 2014 | ISSN 2316 8412



MATAR, MORRER E CRER EM BOTOPÁSI, ALTO SURINAME

Rogério Brittes Wanderley Pires¹

Resumo: Uma reflexão sobre a interação entre o cristianismo e outras práticas e saberes mágico-religiosos afro-americanos, na aldeia maroon saamaka Botopási, no Alto Suriname. Ao buscar entender como a filosofia moral saamaka lida com graves crimes como o assassinato, é aberta uma discussão sobre a agência sobrenatural do Deus criador, dos espíritos vingativos conhecidos como kúnu, das receitas mágicas chamadas óbia e de outras entidades e divindades. A importância da noção de crença, aparece com vigor neste pensamento, bem como uma visão particular da temporalidade e da intencionalidade das ações humanas e não-humanas.

Palavras chaves: Saamaka, Maroons, Cristianismo, Espíritos vingativos, Crença.

Abstract: A small reflection on the interaction between Christianity and other African-American magico-religious practices and knowledges in Botopási, a saamaka maroon village in Upper Suriname. While trying to understand how saamaka moral philosophy deals with serious crimes such as murder, we arrive in a debate on the supernatural agency of God, of the avenging spirits known as kúnu, of magical formulae called óbia and of other deities and entities. The idea of belief is key in this system of thought, as is a particular vision of temporality and intentionality of human and non-human actions.

Keywords: Saamaka, Maroons, Christianity, Avenging spirits, Belief.

Algumas coisas que parecem triviais a princípio acabam sendo reveladoras ao longo do campo². Em saamaka há muitas expressões idiomáticas que usam os termos “morrer” ou “matar”. Relatando algum problema corriqueiro, dizem “*bijna mi dēdē!*” (“quase morri!”, misturando, como é comum, o holandês com a língua saamaka), digamos, quando a chuva fez a viagem de barco mais turbulenta, ou o sol forte deixou o trabalho da roça mais pesado. Antecipando grandes gastos, para construir uma casa, por exemplo, dizem “*mi dēdē kaa!*” (“já morri!”). Quando alguém demora a pagar algo que deve, o credor pode dizer “*i tá kii mi!*”, (“você está me matando!”). À primeira vista, isto parece desimportante, meras expressões de desconforto.

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil. O trabalho de campo que possibilitou a escrita deste trabalho foi realizado durante treze meses intermitentes entre 2010 e 2013, financiado por editais de auxílio à pesquisa internas ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (PPGAS-MN), Brasil; e pela bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil; a mim concedida através da mesma instituição durante quatro anos.

² Apresentei duas versões deste texto, a primeira em junho de 2013, no seminário “Pré/Pós-Campo no Caribe: compartilhando impressões” organizado no Museu Nacional, Rio de Janeiro/RJ, pelo LAH (Laboratório de Antropologia e História) e pelo NuCEC (Núcleo de Pesquisas em Cultura e Economia); a segunda na “II Jornada de Estudos Sobre Escravidão, Resistência e Pós-abolição”, em dezembro de 2013 na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), em Pelotas/RS, Brasil. Agradeço especialmente a Rosane Rubert pelo convite para o evento em Pelotas. Também agradeço profundamente aos colegas que ouviram, leram e comentaram o trabalho, sobretudo Flávia Dalmaso, Edgar Barbosa Neto, Bethânia Zanatta, Janaina Lobo e Marcelo Moura Mello. Friso, entretanto, que as ideias contidas nas próximas páginas são ainda preliminares, e devem ser melhor desenvolvidas em minha tese de doutorado, a ser defendida em 2015. O artigo serve, portanto antes de tudo como amostra das ideias de um trabalho em construção, e deve ser lido sob esta ótica.

A relevância de tais expressões me apareceu mais tarde, quando conversei com meus informantes sobre os Dez Mandamentos bíblicos³. Duas pessoas bem diferentes me disseram coisas bem parecidas sobre o assunto. Uma delas foi S., uma senhora de meia idade convertida ao pentecostalismo há 18 anos, que leva muito a sério as estritas regras de sua denominação. A outra foi D., um homem de 45 anos criado e batizado na igreja moraviana, mas que não frequenta os cultos dominicais e que lida bastante com *óbia*⁴. Ambos dizem que, dos mandamentos, o mais importante, sem dúvidas, é o sexto, “não matarás”. Pois ele subsume vários outros, “não furtarás”, “não adulterarás”, “não dirás falso testemunho”, “não cobiçarás coisa alguma do próximo”. Segundo eles, mentir, roubar, trair, invejar são atos que acabam levando à morte. Não instantaneamente, mas, como diz o ditado saamaka, “não é no dia que a folha cai na água que ela apodrece”. Os efeitos das ações nem sempre são imediatos. Roubar, enganar, tomar a mulher de alguém pode colocar alguém em dificuldades, pode trazer para a vida de alguém tristeza, pobreza, fome, problemas de nervos e, a longo prazo, levar à morte.

É claro que um assassinato direto é sempre mais grave. Matar é o pior *zõndu*, pior pecado que se pode cometer. Aparentemente, para os ndyuka, povo maroon do Suriname vizinho aos saamaka, praticar feitiçaria é o “grau zero da imoralidade”, é o ato humano mais execrável⁵. Não surpreende, portanto que

³ Breve contextualização: escrevo sobre os saamaka (ou saramaka), uma das seis populações maroons do Suriname e da Guiana Francesa, descendentes de escravos fugidos, sobretudo no séc. XVII e XVIII, das plantations da costa para o interior da antiga colônia holandesa. Após guerras contra o poder colonial, os saamaka conseguiram se estabelecer ao longo do rio Suriname e em 1762 assinaram um tratado de paz com a coroa, mais de um século antes da abolição da escravidão, que só veio em 1863. Meu trabalho de campo foi centrado em Botopási, aldeia do clã Dómbi. Dadas as transformações de regras e costumes entre cada uma das dezenas de aldeias do rio, e entre os saamaka que habitam Paramaribo, a Guiana Francesa, a Holanda e alhures, é importante frisar que verso sobretudo acerca de Botopási, ainda que muitas informações aqui contidas sejam generalizáveis ou adaptáveis para pensar os saamaka como um todo. Botopási possui a peculiaridade de ser uma das poucas aldeias cristãs do Alto Suriname. Os missionários da Igreja dos Irmãos Morávios – denominação protestante histórica de origem alemã – chegaram no Suriname em 1735. Em 1765 chegaram aos saamaka. Sua influência na região é complexa, assim como suas relações sincréticas com os saberes e práticas mágico-religiosas locais.

Na década de 1890, na antiga aldeia Dómbi chamada Sofibúka houve um episódio de messianismo iconoclástico. Um homem saamaka, Anake Paulus, teve visões do futuro e destruiu alguns importantes altares da aldeia. Após um período de crise, decidiram fissionar a aldeia: os seguidores de Anake fundaram a aldeia Futunaákaba; os que queriam seguir com a religião tradicional fundaram Pikísééi; os que queriam tornar-se cristãos, mas sem a forte influência de Anake, fundaram Botopási. Um grupo ainda fundou uma quarta aldeia, à jusante do rio, Abénásítónu.

Com a exceção de Abéna, estas outras três aldeias Dómbi são próximas, estão há menos de uma hora de caminhada uma da outra. Futuná tem cerca de cem habitantes fixos, Botopási cerca de 500 e Sééi mais de mil. Todo mundo ali possui relações e parentes distribuídos pelas aldeias do clã. Hoje em dia, além do tamanho, a principal diferença entre elas é a religião. Futuná, após a morte de Paulus, converteu-se ao pentecostalismo do movimento do Evangelho Pleno (Volle Evangelie), nos anos 1970. Botopási é moraviana. Pikísééi segue majoritariamente com a “religião tradicional”, mas conta com uma pequena comunidade rastafári e com um número significativo de cristãos. Há muita circulação de pessoas, espíritos e serviços entre elas. O cristianismo, ali, não se sustenta sozinho. Em Botopási, apesar de não haver altares públicos para antepassados e espíritos, apesar de magias e oráculos serem utilizados na esfera privada, tudo isto continua sendo uma parte importante da vida das pessoas.

Trabalhos importantes sobre os maroons das Guianas incluem Beet, 1981; Bilby, 1990; Groot, 2009; Herskovits & Herskovits, 1934, 1936; Köbben, 1967, 1968, 1969; Parris, 2011; R. Price, 1975, 1983, 2008, 2011; Price & Price, 1991; S. Price, 1984; Thoden van Velzen & Wetering, 2004; e Vernon, 1992. Falam sobre o cristianismo entre esses povos Beet & Thoden van Velzen, 1977; King, 1973; Lenoir, 1973; R. Price, 1991; e Voorhoeve, 1983. Falam especificamente sobre o movimento messiânico liderado por Anake: Albitrouw, 1978; Renselaar & Voorhoeve, 1962; e Thoden van Velzen & Wetering, 1988.

⁴ Óbia são receitas mágicas típicas entre os saamaka. Ver mais abaixo.

⁵ Entre os ndyuka, o assassinato e a feitiçaria são colocados em pé de igualdade, pois ambos geram kúnu, de acordo com Stuart Strange, por comunicação pessoal, 2013.

entre os ndyuka exista toda uma história de movimentos anti-feitiçaria (THODEN VAN VELZEN, WETERING, 1988, 2004). Em Botopási, e, creio, em saamaka em geral, é diferente. O grau zero de imoralidade é o assassinato direto. A magia negra é temida e condenada moralmente, mas não é um pânico quase constante, como parece ser entre os ndyuka.

Há em saamaka, também, *wísi*, feitiços, que podem levar à morte. O mais famoso dele é o *kái akáa* (“chamar alma”), que consiste em, através de uma receita mágica, invocar à noite a alma do alvo, para que se então possa dar um tiro nela, ou pregá-la a uma árvore, levando à morte da vítima se ela não for protegida espiritualmente (*tapá*). Mesmo assim, dizem que matar alguém diretamente, com um tiro ou uma faca, é pior do que matar através de feitiços, afinal de contas, quando o homicídio é sobrenatural, a identidade do feiticeiro e a *causa mortis* são sempre dúvidas. Ainda mais sendo uso de oráculos, numa aldeia cristã, pouco difundido, feito de maneira secreta. Se alguém deu um tiro em alguém há menos dúvidas em relação ao culpado. Continua havendo alguma, é verdade, pois as motivações por trás do assassinato permanecem: ele pode ter cometido o crime quando possuído por alguma entidade maléfica ou mesmo enfeitiçado.

De qualquer forma, o assassinato direto é o pior crime e a pena para ele é a pior punição humana legítima: o opróbrio, a expulsão perpétua da aldeia e do território saamaka. Nem a família do assassino falará mais com ele. Cortará os laços, pois, do contrário, correm o risco de serem vistos – por vivos e mortos – como estando apoiando o assassino, como cúmplices. Digo por vivos e mortos porque há um mal que recai sobre o assassino que é mais violento do que a exclusão, a abjeção pública, ou qualquer punição humana: a ira do *kúnu*, uma ameaça ainda mais temida que a feitiçaria.

Os *kúnu* são espíritos vingativos que surgem quando alguém é culpado (direta ou indiretamente) pela morte de alguém. São poderosos e implacáveis, e seu objetivo é destruir a matrilinearidade (*mamá bĕĕ*) do culpado. Causam infortúnios, doenças, acidentes, mortes. Escolhem médiuns dentro da matrilinearidade e de tempos em tempos os possuem, lembrando o motivo de sua fúria e exigindo reparação. Há maneiras de acalmá-los, através de rezas e ofertas de comida, aguardente e tecidos. Há quem, mais confiante no cristianismo, se fie apenas na reza para Deus e para Jesus. Seja como se resolva lidar com eles, os *kúnu* jamais se esquecem, jamais perdoam, permanecerão eternamente atormentando a família, causando desgraças e mortes. Não importa se decidiram recorrer a rezas para Jesus, como fazem os pentecostais, ou ao método mais tradicional de oferendas e conversas com os médiuns: a luta não acaba, eles são para sempre uma tormenta.

Cabe dizer que, apesar de ser menos comum em Botopási, há também *kúnu* oriundos de não humanos, como *apukú*, espíritos da floresta que tiveram sua morada invadida; *vodú*, espíritos de jiboias queimadas quando se põe fogo em uma capoeira; e outros. Enquanto possibilidade lógica, qualquer animal, árvore ou ente que tiver alma (*akáa*) pode tornar-se *kúnu*, mas na prática não é isto que ocorre. O que

demonstra que, além do assassinato, outros atos imorais causados por seres humanos também são dignos desta que parece ser a pior punição cosmologicamente concebida: a criação de um *kúnu*.

Interessa particularmente o ato de matar um animal. Os saamaka caçam, portanto matar animais é algo bastante comum. Mas, muitos informantes me explicaram veementemente, apenas se deve fazê-lo em autodefesa ou para se alimentar. É costume, antes e depois da caça, fazer uma prece para *gádu a kamían*, a divindade local, pedindo permissão pela vida que será tirada e explicando seus motivos para fazê-lo⁶. Porém, apenas os grandes predadores possuem almas, e estes animais não são considerados comestíveis, de modo que matá-los é quase sempre injustificado. Uma jiboia morta ao queimar uma roça é um acidente como uma morte humana ocasionada por um descuido. Por isto, as jiboias se tornam *kúnu*. Entretanto, como os humanos são a criação em imagem e semelhança de Deus, e, logo, têm mais *kaakíti* (“força”) que os animais, seus *kúnu* são mais frequentes e perigosos⁷.

Matar, gente ou bicho, é condenável. É uma injustiça que se comete contra alguém que, como todo mundo, preza por sua vida. Numa lógica de retribuição, o *kúnu* adquire então o direito de matar seu assassino. Mais que isto, ele atacará não apenas o culpado, mas toda a sua matrilinearidade, o que aponta para o fato de que a culpabilidade, neste contexto, é distribuída pelo parentesco. É significativo que, em casos de crimes menores, como o adultério, se o acusado não for encontrado, seu irmão classificatório pode sofrer o castigo em seu lugar, no caso um espancamento coletivo pelos homens da família da vítima. Da mesma forma que os homens, os *kúnu* distribuem a culpa e a vingança por toda a família. Pois não há indivíduo isolado, todos são frutos de um ventre⁸. A existência desses espíritos vingativos é vista como agregadora das matrilineagens. As pessoas dizem com todas as letras que é por partilharem um mesmo *kúnu* que o *běë* tem que se manter unido. Quem é afetado pelos mesmos males deve viver em harmonia, para não auxiliar esses espíritos em sua missão de destruir a linhagem.

Vemos então que os *kúnu* seguem de perto a moral saamaka, e a explicitam. Aquilo que é visto como mais errado gera um *kúnu* mais forte – matar um humano é pior que matar uma cobra boídea, que por sua vez é pior que matar um macaco. A forma como os *kúnu* se vingam corresponde à forma que os saamaka punem quem fez mal para eles – distribuindo a culpa pelo parentesco. Os *kúnu*, dizem, apesar de violentos, acabam fazendo um bem para a comunidade, geram união no seio da família. São seres espirituais que agem como instrumentos da moral. Ou, para reificar, eles mesmos são a moral – personalizada e desejante. Uma

⁶ Sobretudo grandes animais. O caso mais sério é o da anta, que por algumas de suas características, é um problema de classificação: ela é muito grande, mas pode se mover furtivamente, como uma pessoa. Além disso, algumas pessoas que têm *tjína* (tabu alimentar) de carne vermelha podem comer anta. Após abater uma anta, faz-se um ritual com oferendas para *gádu a kamían* e o caçador deve distribuir parte da carne pela aldeia.

⁷ É interessante notar que derrubar árvores carregadas de frutas comestíveis é também considerado *zöndu*, pecado. A alimentação e a comensalidade, portanto, são partes importante da ética saamaka.

⁸ A palavra para “linhagem” e “barriga” é a mesma (*běë*) o que aponta para o fato de que todos os membros de uma matrilinearidade saamaka são em última instância descendentes de uma mesma ancestral apical. Cada *clã* (*lõ*) é formado por um conjunto de *běë*, que por sua vez é subdividido. Porém, o grupo corporado exogâmico por excelência é a matrilinearidade, e é por esta via que passam a herança de terra e de cargos políticos.

moral, note-se, na qual a origem do mal fundamentalmente repousa nas ações humanas equivocadas, mal intencionadas ou descuidadas.

É significativo que não seja preciso matar alguém com suas próprias mãos para gerar um *kúnu*: se eu convidar alguém para ir à floresta e essa pessoa morrer em um acidente, ela se torna meu *kúnu*. Uma mulher que trai o marido, o deixando mal a ponto de se suicidar, gera um *kúnu* na matrilinearidade dela. Como me explicaram ao falar sobre o Decálogo, o ponto aqui é que há várias formas de fazer mal que levam à morte, e que, portanto, podem ser consideradas formas de assassinato. Cometer qualquer ofensa ou ataque a uma pessoa é pecado especialmente porque pode ser o gatilho para uma morte no futuro. As ações de uma pessoa se estendem no tempo, causando efeitos mesmo anos, décadas, séculos depois. Como não se esquecem, os *kúnu* não são esquecidos, pois, quando o *běě* se descuida deles, causam mais uma morte, mais um *kúnu*, que pode agir em conjunto com os previamente existentes. É relevante, para um povo que dá tanta importância à história e à memória quanto os *saamaka*⁹, que os significados de matar e morrer sejam perceptivelmente expandidos, difundindo-se numa ideia mais geral de “fazer mal”, e estendendo-se no tempo. Há maior longevidade das ações humanas nos domínios do parentesco, sobrenatureza e história. Pois também a noção de agência é expandida, sobretudo num contexto ético-moral.

A existência dos *kúnu*, bem como os conceitos nativos de matar e de morrer, nos permitem pensar nas ideias nativas de agência e causalidade. Como é comum em cosmologias onde a feitiçaria possui um papel importante, não há muito espaço para o acaso, para coincidências. Tudo acontece por um motivo. Há uma teleologia, mas esta não necessariamente implica em Providência. Pois o Deus criador age, sim, em última instância seus desígnios governam o mundo, mas sua intervenção tem algo de imprevisível, de incompreensível. Muitos dizem que se pode rezar para Deus, mas nem sempre ele ouve. Por isso, pedem aos antepassados, aos espíritos do rio, da floresta e da terra que os ajudem: estas forças estão mais próximas de Deus que os humanos, por habitarem um plano além do terreno; e são mais fortes que os vivos, pois não possuem as limitações físicas de um corpo. Também não se trata de providência divina porque o que guia o mundo não são apenas propósitos de Deus. Esses outros espíritos não são meros intermediários entre homens e Deus, são mediadores, também suas vontades afetam o real. A intencionalidade – de vivos e mortos, humanos e não humanos – é peça chave para entender as engrenagens do universo.

Há várias formas para prescrever os desejos destas agências sobrenaturais abaixo de Deus. Nos casos de infortúnios pode-se recorrer a oráculos. Também muitos tipos de espíritos “vão à cabeça” das pessoas, as possuem para expressar diretamente suas vontades e motivações. Os sonhos também são reveladores, suas interpretações, feitas por leigos ou especialistas, indicam os males em jogo. Também é possível operar por dedução lógica, juntar evidências, lembrar de acontecimentos, e chegar a conclusões acerca da origem do problema.

⁹ Conforme deixa claro a obra de R. Price (1983, 1991), que resgata fragmentos importantes da história oral *saamaka*. Parris (2011) discute pontos importantes da história oral *ndyuka*.

O fundamental é que com a ação humana interagem diversos tipos de ações sobrenaturais. Este é um ponto pacífico para todos os saamaka com os quais conversei. Que tratem apenas com *óbia* e *gádu*, que sigam o movimento rastafári, que tenham se convertido ao pentecostalismo, ou que frequentem a igreja moraviana, não importa. Todos sabem: outros espíritos, outros seres, outros poderes habitam o mundo.

Questão complexa é o cristianismo neste contexto etnográfico. Não há muita dúvida de que em Botopási enxergam a igreja enquanto adição a uma cultura saamaka preestabelecida – ou melhor, a um modo de fazer as coisas previamente existente. É um saber que vêm dos brancos, e que, como outras “novidades” estrangeiras, encaixa-se na trama social provocando dilemas e realocações.

Em Botopási não há *faáki tiiki*, altares com bandeiras para os ancestrais, onde também se reza para os *kúnu*; não há *óbia wósu*, casas de fetiche para *komatí*, *vodú*, *apukú* e tantas outros *gádu* (divindades). Mas tais seres continuam habitando a aldeia e seus entornos. As pessoas se lavam com *óbia* atrás de suas casas, em suas roças. Um pouco escondidas, mas é um segredo de polichinelo, todos sabem o que está se passando. Pois estes actantes estão lá, apesar de menos presentes, e de serem classificados por alguns – sobretudo os pentecostais – como demoníacos. Além disso, é muito comum que se vá a aldeias vizinhas, não-cristãs, em busca de *óbia*, de oráculos ou remédios espirituais, para rezar para os *kúnu* ou outros espíritos. Há um forte intercâmbio espiritual entre as aldeias.

Pensar o local da igreja em Botopási é buscar uma teoria do cristianismo que leve a sério simultaneamente a ação de Jesus, de Deus, e de toda uma miríade de divindades não-cristãs. Ninguém nega a existência dessas coisas, apesar de algumas serem mais respeitadas e temidas que outras. Pode-se ignorar conselhos para não queimar *akatásí*, um ninho de cupins no qual habita um espírito da floresta, mas não se ignora o poder dos *kúnu*. Não obstante, como vimos, ao lidar com os *kúnu* pode-se tentar usar o método tradicional, fazer oferendas para ele, ouvir seu médium; ou pode-se confiar no poder da oração para Deus e Jesus. Até onde aceitar as regras do cristianismo é em parte um cálculo de equilíbrio de forças. As análises são caso a caso sobre como as forças do universo podem ser manipuladas pelos vivos.

Há, verdade, diferenças fundamentais na lógica da igreja e dos *kúnu*. Para começar, os *kúnu* jamais perdoam, enquanto o cristianismo é uma religião do perdão. Isto gera dilemas. Durante meu campo ouvi relatos de um caso no qual um assassino foi perdoado e acolhido, arrependido de seu pecado. Mas não foi acolhido em Botopási, onde cometeu o crime. Buscou santuário na aldeia vizinha, Futunaákaba, há décadas convertida ao pentecostalismo do *Volle Evangelie*. Lá é mais forte a fé no perdão divino e no poder da oração contra os *kúnu*. Ainda assim, não são todos que o aceitam. E ele não pisa em Botopási.

Certa vez perguntei a D. como ele via esta contradição entre a crença na vingança inexorável dos *kúnu* e a crença na salvação pela aceitação de Cristo como senhor. Ele disse que, de fato, isto é um problema, ele mesmo não sabe se o perdão virá para um assassino, quando ele morrer. Afinal de contas, não se sabe direito o que acontece depois da morte, não se sabe como é *dědě kōndě*, o país dos mortos. Na vida

prática, D. escolhe trabalhar com as duas coisas, com Jesus e com os *kúnu*, com preces e com sacrifícios, pois “as duas coisas ajudam”. Cada um lida com seus problemas espirituais dosando os remédios e precauções à sua maneira.

Muitas vezes, ouvi uma espécie de resposta padrão quando questionava saamaka de diferentes aldeias e alinhamentos religiosos sobre a visão que possuíam acerca de religiões ou denominações que não seguiam, e em particular sobre a diferença existente entre elas no que tange a caracterização de *mása gadu*, o Deus criador. Diziam que Deus é sempre o mesmo em qualquer lugar do mundo. Defendendo-se da acusação de estarem praticando “idolatria”, saamaka não-cristãos sempre lembravam que, em qualquer reza ou invocação, em qualquer trabalho com *óbia*, em qualquer altar de *kúnu*, em qualquer conversa com espíritos, sempre colocam “*mása gadu a fés*”, sempre chamam primeiro Deus. Não haveria diferença entre o Deus cristão e o Deus das aldeias ditas pagãs. Quando a conversa estende-se, porém, diferentes ideias sobre o criador aparecem: um Deus mais associado com a natureza, outro com a palavra; um Deus mais interventor, que só permite a entrada nos céus daqueles que aceitam seu filho enquanto salvador, outro mais distante, inacessível. Talvez Deus seja sempre o mesmo – uma afirmação necessária para pensar a unidade ontológica do mundo – mas a forma como ele é concebido por diferentes pessoas varia imensamente. E sobretudo varia a forma de pensar – e crer – no que está em volta de Deus, na ligação dele com os humanos, o que, no fim das contas, é o mais relevante para a vida.

A noção de crença (*biibi* em saamaka) que opera aqui é dupla: não tem apenas o sentido de “acreditar”, mas também de “confiar”. Crer em algo significa, por um lado, não pôr sua existência em dúvida e, por outro, ter fé em sua potência. Confiar em certa força (*kaakíti*) não humana – seja advinda de *óbia*, *wísi*, divindades do rio e da floresta, ou de Jesus, Haile Selassie ou de Deus diretamente – é necessário para que suas intervenções no mundo sejam eficazes. Não basta fazer um ritual, banhar-se com ervas, rezar para Deus ou para os antepassados, é preciso fazê-lo acreditando que vai funcionar, senão os efeitos desejados não surtirão. Igualmente, feitiços, maldições ou tabus quebrados afetam com muito mais facilidade aqueles que os temem por neles acreditarem.

Porém, mais uma vez há exceções, forças no mundo que atingem mesmo aqueles que não creem nelas ou que ignoram sua existência. Alguém que não acredita no espírito do *káima*, o jacaré-coroa, pode até comer sua carne que não será afetado por ele. Alguém que não acredita em feitiço, talvez seja menos vulnerável a eles, apesar de que – como sempre dizem – não custa nada se proteger. Porém, de nada adianta os brancos ignorarem a existência dos *kúnu*, estes continuam lhes fazendo mal, mesmo sem eles saberem. Prova disto, me dizem, são as grandes catástrofes que volta e meia acontecem pelo mundo, e que víamos pela televisão na aldeia: terremotos, tsunamis, incêndios. São vinganças dos *kúnu* que os antepassados dos brancos mataram nas guerras que lutaram. Igualmente, de nada adianta ser ateu: Deus é quem em última instância dá vida e escolhe a hora de nossa morte. Certas forças, portanto, por sua

inexorabilidade, por ultrapassarem até mesmo a proteção da descrença, parecem ser os conceitos centrais para entender a cosmologia saamaka, as ideias que ultrapassam quaisquer fronteiras, os poderes que governam o mundo, os entes com maior grau de estabilidade ontológica, as verdades mais indiscutíveis. Refiro-me sobretudo ao Deus criador e aos espíritos vingativos, os *kúnu*.

Mas mesmo nestes casos certa incerteza permanece, como vimos, não uma dúvida acerca de sua existência, mas sobre como lidar com ela. Isto vale inclusive para a Bíblia: muitos dos que se dizem cristãos e usam histórias bíblicas como parábolas para entender e pensar o mundo lembram também, em outros momentos, que o livro foi escrito por homens, que tinham motivações, ideias e defeitos humanos, e que deve ser lido com isto em mente. Parece-me bastante significativo também que haja certa fascinação com histórias sobre evangelhos apócrifos.

Um dos pontos mais interessantes da relação do cristianismo com os saberes e crenças saamaka diz respeito aos conceitos vizinhos de *uwii*, *deési* e *óbia*. *Uwii* significa folha, mas as que me refiro aqui especificamente são as folhas, galhos, cascas de árvores, raízes, os vegetais que são usados pelos saamaka para se curarem de qualquer mal que seja. *Deési* é um remédio, seja receitado por um médico, seja uma receita baseada em plantas locais (*goón uwii*), feita para curar de dores de cabeça, pressão alta, até afecções por espíritos, mortos e feitiços. *Óbia* é um conceito complexo, designa compostos, objetos e receitas mágico-religiosas nas quais plantas possuem um lugar central, mas que podem incluir também metais, minerais, ossos, estátuas, garrafas e ingredientes secretos conhecidos como *biöngö*. Nos *óbia* entram em jogo forças espirituais, sendo os mais poderosos tratados como pessoas: possuem nomes, poderes e vontades próprias. Alguns são propriedades de seres da floresta, outros de antepassados, e é preciso fazer libações para estes espíritos ao utilizá-los.

Há ambiguidade entre os três termos, uma mesma receita pode ser descrita por qualquer um deles – *kötö sēmbē óbia* (“*óbia* para espíritos de mortos”) é também *kötö sēmbē deési* (“remédio para espíritos de mortos”) ou simplesmente *kötö sēmbē uwii* (“planta para espíritos de mortos”). Estas receitas de banhos, emplastos e beberagens servem para se proteger de feitiços, para curar doenças e ferimentos, para sorte na caça, para atacar inimigos, para ganhar mais disposição, etc. Ainda que alguns sejam mais assíduos que os outros, para um fim ou para outro, todo mundo utiliza algum tipo de erva em Botopási, mesmo os pentecostais. O que muitos postulam, porém, é que há uma diferença entre chamar as forças dos espíritos – sejam antepassados ou divindades – e simplesmente usar o poder que vem das plantas, colocados nelas por Deus. Esta diferença implica no que é legítimo ou não, enquanto cristão ou saamaka, adicionar aos compostos. Fato é que duas pessoas podem estar usando exatamente a mesma receita, mas uma a chama de *deési* e invoca Deus ao usá-la, enquanto outro a chama de *óbia* e, além de *Mása gádu*, utiliza *keéti* (argila branca) e faz uma libação de rum para os antepassados, chamando seus nomes, ao prepará-la.

A disputa, neste sentido, é pela definição ontológica de seres e poderes. Escolher o que se “coloca em cima” da força divina que já está nas plantas. O que para alguns significa alcançar maior força e mais proximidade de Deus, através da mediação de antepassados e espíritos, para outros significa lidar com fantasmas e demônios, com forças que se mascaram como benfeitoras, mas que na verdade são “ferramentas do diabo” e enganam as pessoas, colocando-as num caminho errado, pois não cristão.

O universo saamaka é um universo moral, no qual seres sobrenaturais seguem de perto e ajudam a regular o caráter dos homens, e no qual ações humanas estão na raiz dos principais males que afetam o mundo. É um universo do “dever ser”, do “dever agir”, de regras (*wěti*) variadas, colocadas pela família, pela convivência social, pelos territórios, pelas divindades, pelos mortos, e, também, no caso de Botopási, pela igreja, esta instituição externa que há muito já se internalizou, já se tornou parte crucial do sistema. Por outro lado, há claras possibilidades de flexibilizar, discutir, rever muitas dessas regras. Há também um uso algo promíscuo dessas múltiplas potências, suas atualizações sendo sempre parciais, pois sempre atentas aos riscos de se lidar com o desconhecido, e sempre levadas a cabo com propósitos contextuais em mente. A proliferação das regras e dos deveres é acompanhada, portanto por um primado pela liberdade e pela definição pessoal das situações e do mundo (PRICE, 2011, p. 49-53). A particular visão saamaka da crença se encaixa aí: acreditar é dedicar-se, pois é trabalhar em conjunto com o objeto da crença; acreditar é uma escolha, talvez não totalmente racional, mas calculada, que atualiza no mundo humano potências não humanas a partir de uma atitude que deriva de um propósito, de um desejo. Assim, para além do “dever ser”, a moral saamaka aponta também para um “querer fazer”.

Porém, como vimos, se uma ação imprudente, mas a princípio inocente, pode ter efeitos nefastos quase idênticos a ações mal-intencionadas, perversas; se roubar é em algum nível equivalente a matar; se um acidente gera um *kúnu* da mesma forma que um tiro à queima-roupa o faz, então aqui desejos e deveres, intenção e responsabilidade não estão nunca dissociados. De fato, o par seguro/perigoso me parece mais relevante na moral saamaka do que o dualismo bem/mal. A teoria da ação saamaka é também uma teoria da intencionalidade e da responsabilidade: acontecimentos relevantes derivam de gestos motivados, que devem ser calculados com prudência, pois há permanência das ações no tempo e no espaço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBITROUW, I. *Tori foe da bigin foe Anake: Verslag van een Messianistische Beweging. Bronnen voor de Studie van Bosneger Samenlevingen*, Utrecht: Inst. Cult. Antropologie, v. 2, 1978.
- BEET, C. *People in Between: The Matawai Maroons of Suriname*. Meppel: Krips Repro, 1981.
- BEET, C.; THODEN VAN VELZEN, H. U. E. Bush Negro Prophetic Movements: Religions of Despair? *Bijdragen tot de Taal-, Land- en Volkenkunde*, v. 133 (1), p. 100-135, 1977.
- BILBY, K.M. *The Remaking of the Aluku: Culture, Politics and Maroon Ethnicity on French South America*. Dissertation (Ph.D) - Johns Hopkins University, 1990.
- GROOT, S.W. *Agents of their own Emancipation: Topics in the History of Surinam Maroons*. Amsterdam: Eigen beheer, 2009.
- HERSKOVITS, M.J.; HERSKOVITS, F.S. *Rebel Destiny: Among the Bush Negroes of Dutch Guiana*. New York: McGraw Hill, 1934.
- HERSKOVITS, M.J.; HERSKOVITS, F.S. *Surinam Folk-lore*. New York: Columbia University Press, 1936.
- KING, J. *Life at Maripaston. Verhandelingen van het Koninklijk Instituut voor Taal-, Land- en Volkenstudie*, The Hague: Martinus Nijhoff, v. 64, 1973.
- KÖBBEN, A.J.F. Unity and Disunity: Coticca Djuka Society as a Kinship System. *Bijdragen tot de Taal-, Land- en Volkenkunde*, v. 123 (1), p. 10-52, 1973
- KÖBBEN, A.J.F. Continuity in Change: Coticca Djuka Society as a Changing System. *Bijdragen tot de Taal-, Land- en Volkenkunde*, v. 124 (1), p. 56-90, 1968.
- KÖBBEN, A.J.F. Classificatory Kinship and Classificatory Status: The Coticca Djuka of Surinam. *Man*, New Series, v. 4 (2), p. 236-249, 1969.
- LENOIR, J. D. *The Paramacca Maroons: A Study in Religious Acculturation*. Dissertation (Ph.D) – New School for Social Research, 1973.
- PARRIS, J. *Interroger les Morts: Essai sur le Dynamisme Politique des Noirs Marrons Ndjuka du Surinam et de la Guyane*. Matoury: Ibis Rouge, 2011.
- PRICE, R. *Saramaka Social Structure: Analysis of a Maroon Society in Surinam*. San Juan: Institute of Caribbean Studies, University of Puerto Rico, 1975.
- PRICE, R. *First-Time: The Historical Vision of an Afro-American People*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1983.
- PRICE, R. *Alabi's World*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1991.
- PRICE, R. *Travels with Tooy: History, Memory and the African American Imagination*. Chicago: The University of Chicago Press, 2008.

- PRICE, R. *Rainforest Warriors: Human Rights on Trial*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2011.
- PRICE, R; PRICE, Sally. *Two Evenings in Saramaka*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.
- PRICE, Sally. *Co-Wives and Calabashes*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1984.
- RENSELAAR, H. C.; VOORHOEVE, Jan. Messianism and Nationalism in Surinam. *Bijdragen tot de Taal-, Land- en Volkenkunde*, v. 118 (1), p. 193-216, 1962.
- THODEN VAN VELZEN, H.U.E.; WETERING, W. *The Great Father and the Danger: Religious Cults, Material Forces and Collective Fantasies in The World of the Surinamese Maroons*. Dordrecht: Foris, 1988.
- THODEN VAN VELZEN, H.U.E.; WETERING, W. *In The Shadow of the Oracle: Religion as Politics in a Suriname Maroon Society*. Long Grove: Waveland, 2004.
- VERNON, D. *Les Representations du Corps chez les Noirs Marrons Ndjuka du Suriname*. Paris: Orstom, 1992.
- VOORHOEVE, J. The Obiaman and his Influence in the Moravian Parish. *Bijdragen tot de Taal-, Land- en Volkenkunde*, v. 139 (4), p. 411-420, 1983.

Recebido em:06/08/2014
Aprovado em:05/09/2014
Publicado em:03/10/2014

TERRITORIALIDADES NEGRAS DO PÓS-ABOLIÇÃO NO OESTE PAULISTA
POSTABOLITION OF BLACK PEOPLE TERRITORIALITIES IN WEST PAULISTA

Natalia Alexandre Costa

Vol. XI | n°22 | 2014 | ISSN 2316 8412



TERRITORIALIDADES NEGRAS DO PÓS-ABOLIÇÃO NO OESTE PAULISTA

Natalia Alexandre Costa¹

Resumo: O período da segunda metade do século XIX no Brasil foi marcado por grandes mudanças na organização socioeconômicas do país (proibição do tráfico africano, Guerra do Paraguai, grandes secas, Abolição, República) e teve como uma de suas implicações o fenômeno dos amplos movimentos de população pelo território nacional, acompanhado pelo incremento da formação social de homens livres. É, portanto, nessa conjuntura que o presente trabalho se mune de conhecimentos arquitetônicos e urbanísticos ao se debruçar sobre a situação dos negros no território da cidade. Explora as territorialidades negras em São Carlos-SP na passagem do século XIX para o XX, a partir de questões urbanas e arquitetônicas, do ponto de vista físico-territorial.

Palavras chaves: Cidade no século XIX, Ex-escravos, Negros, Periferia.

Abstract: The period of the second half of the nineteenth century in Brazil was marked by major changes in the socioeconomic organization of the country (prohibition of the African slave trade, the Paraguayan War, major droughts, Abolition Republic) and had as one of its implications the phenomenon of large movements population throughout the country, accompanied by the increase of the social formation of free men. It is therefore in this context that the present study arms itself of architectural and urban planning expertise in addressing the situation of blacks in the city territory. Explores black territoriality in San Carlos-SP in the late nineteenth to the twentieth century, from urban and architectural issues, physically-territorially.

Keywords: City in nineteenth century, Ex-slaves, Black people, Periphery.

É de grande relevância entender os processos que a Abolição impôs não só ao que toca o recém-liberto, mas à sociedade como um todo: a chegada da Lei Áurea não significou apenas o fim da escravidão. Ela pode ser entendida como parte de um complexo processo, envolvendo primeiramente uma gradual, mas profunda, transformação nas relações entre senhores e cativos, iniciada em meados do século XIX através da proibição do tráfico negreiro, percorrendo as leis do Ventre Livre e do Sexagenário, e considerando igualmente a regulamentação de punições e castigos aos cativos.

Nas últimas décadas a historiografia vem aprofundando os estudos sobre o negro no Brasil², assim, a imagem que se tem do escravo no cativo brasileiro vai igualmente se modificando, pois mesmo presente em vários processos que configuraram a história do Brasil colônia e império, o negro quase sempre foi excluído de suas páginas. Com as recentes pesquisas, nos deparamos com a visão de um escravo capaz de ação histórica, com família, vida cultural e comunitária, negociante e algumas vezes até atuante no mercado, produzindo e vendendo bens e serviços por conta própria.

Essa situação se acentuou com a lei de revogação da pena do açoite, de 1886, pois mesmo sem a garantia de ser seguida a risca, sua existência já simbolizava mais uma interferência do Estado na relação

¹ Mestranda da Universidade de São Paulo (USP), Brasil; no Programa de Pós Graduação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo - Campus de São Carlos-SP, Brasil. Apoio financeiro FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, Brasil.

² Nesse sentido ver, por exemplo: RIOS, A.L. Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. p. 26, 2005.

senhor-escravo. Dessa forma, os senhores se viram obrigados a elaborar outro tipo de poder que não o físico, a partir daquilo que ainda lhes restara e que era igualmente poderoso: o “poder moral”. Era, por exemplo, uma decisão do senhor a venda de seus escravos, separando ou não familiares³ e amigos próximos. Esse domínio moral exercido pelo senhor era configurado a partir da concessão ou anulação dos privilégios aos cativos, podendo privá-los do acesso a casa e cozinha próprias, de uma pequena roça, de trabalhos mais leves. Portanto, as expectativas e desejos dos escravos eram controlados pelos senhores, garantindo-lhes domínio e poder mesmo com algumas interferências do Estado.

O período que sucede a proibição do tráfico negreiro coincide com o momento em que a produção cafeeira no Sudeste brasileiro mais se desenvolvia, com demandas crescentes de mão-de-obra escrava. Foi, portanto, bastante natural que nesse momento se iniciasse um sistema de tráfico interno de cativos vindos das áreas escravistas menos prósperas para as mais ricas, especialmente do Nordeste para as fazendas de café do oeste paulistas. Para além de demonstrar um enfraquecimento do sistema escravista nas regiões exportadoras de escravos, esse movimento de negros já “brasileiros” causou efeitos inesperados na relação entre senhor e escravo:

Os escravos transferidos já estavam no domínio de determinados códigos de funcionamento da escravidão no país e buscaram universalizar os princípios desse mesmo código. Até então, os senhores podiam basear boa parte do seu “poder moral” e, por extensão, boa parte da disciplina nas senzalas, na ideia de que determinadas prerrogativas, em geral conquistadas pelos cativos mais antigos, eram concessão pessoal do senhor, podendo ser retirada a qualquer momento. Tais direitos tornavam-se, assim, de fato, privilégios [...]. Ora, os escravos que chegavam estavam acostumados a tais prerrogativas nas fazendas onde cresceram, e era com desgosto que percebiam que, no novo local de escravidão, esses mesmos privilégios estavam reservados aos escravos mais antigos. Tendiam então a ver-se como roubados de direitos já adquiridos (RIOS, 2005, p. 150-151).

Importante ressaltar aqui o fato de que a desunião e os conflitos entre os escravos eram interessantes para os senhores, pois facilitava o controle sobre os mesmos. No entanto, enquanto o tráfico transatlântico incentivava a discórdia entre os cativos ao juntar africanos de diferentes nacionalidades (algumas vezes rivais), o tráfico interno era feito com negros (geralmente jovens nascidos no Brasil ou vindos para cá muito novos) que não reviviam rivalidades próprias dos seus ancestrais. Estes valorizavam mais obter a aceitação e o acesso à comunidade escrava já estabelecida, bem como reconquistar certos privilégios, para eles tão caros.

³ Apenas em 1869 é proibida a separação dos escravos legalmente casados, sendo que a separação dos casais consensuais sempre pôde ser feita.

No tocante à organização familiar dos cativos, Slenes ressalta a importância do estabelecimento de laços conjugais estáveis. Adquirir maior autonomia para o controle de inúmeros aspectos da vida material e cultural era além de um benefício, uma arma na luta contra os senhores:

[...] o que chama a atenção na maioria destes depoimentos é que casar-se [...] conferia acesso a um espaço construído próprio, seja um cubículo num barracão/pavilhão, seja num barraco separado. [...] Além disso, e mais importante, era uma habitação dividida com um parceiro de vida, não apenas de roça. Enfim, casar-se frequentemente implicava para o escravo ganhar mais espaço construído; mas, sobretudo, significava apoderar-se do controle desse espaço, junto com o cônjuge, para a implementação de seus próprios projetos (SLENES, 1999).

De acordo com Marquese (2005), os escravos tentaram configurar suas moradias baseando-se em formas e técnicas africanas, exercendo sempre que podiam relativo grau de autonomia. A arquitetura era, portanto, carregada de sentidos utilitários e simbólicos, já que através dela o escravo demonstrava uma espécie de poder.

A partir disso, vale ressaltar a luta ativa dos negros mesmo no período do cativo, na busca de algum tipo de liberdade, saindo de uma posição passiva frente ao papel social por eles ocupado.

No que diz respeito ao ambiente urbano, o último quartel do século XIX foi responsável pela intensificação, numérica e geográfica, das levas de migrantes nacionais e estrangeiros que foram para as cidades. Em contrapartida, esse grande crescimento populacional urbano ocorreu sem o acompanhamento de uma correspondente expansão na infraestrutura citadina e na oferta de empregos e moradias. Foi em meio à multiplicação da pobreza, as precárias condições de vida e principalmente na diversidade de tipos étnicos e sociais que compunham as camadas mais populares que as cidades cresceram.

Irrrompendo em um momento em que se buscava viabilizar projetos de modernização e embelezamento nos cenários urbanos centrais, esse adensamento da população, que acentuava o contraste entre as desiguais classes sociais, provocava uma espécie de mal estar generalizado entre as autoridades e os setores dominantes.

O temor social que nas épocas anteriores à Abolição provinha da figura do escravo, em suas rebeldias domésticas, suas revoltas coletivas e ligações pontuais com a plebe urbana, espalhava-se agora na direção de figuras multifacetadas de diferentes etnias e composições de mestiçagem que iam do branco estrangeiro ou nacional pobre, passando pelo mulato e chegando ao negro retinto, localizados indistintamente nas moradias coletivas e nos cortiços, nas áreas insalubres da cidade, invadindo cotidianamente as ruas, os mercados e as praças públicas (WISSENBACH, 1998, p.92).

As urgências do sobreviver delimitaram as formas de ocupação desordenada no solo urbano por esse contingente da população, composto por negros libertos e brancos pobres. Tomando conta das periferias e instalando-se nos interstícios da cidade (fundos de vale, várzeas de rios, mangues, subindo pelos morros), as moradias populares se instalaram, evidenciando a mistura de diferentes tipos sociais e nacionais.

Vale ressaltar que a noção de liberdade era valiosa não apenas ao ex-escravo, uma vez que algumas vilas operárias prolongavam no domicílio a disciplina da fábrica. Aos brancos pobres a escolha pela liberdade no uso de habitações precárias era preferível ao relativo conforto das vilas, sempre acompanhado de controle.

Dessa forma, os espaços ocupados pelas classes populares na cidade são cobertos de ressignificação do privado, desenvolvendo outra relação com o espaço, do qual tiram partido de modo a compensar as deficiências do seu habitat. Foi necessária a elaboração de alguns mecanismos essenciais para a sobrevivência dos grupos populares, tais como os padrões de solidariedade e trocas sociais e a busca pelos espaços externos em contrapartida à reduzida área interna de suas moradias: faziam uso dos quintais coletivos, se apropriavam das calçadas em frente às casas, das próprias ruas e dos pontos de encontro pela cidade, como botequins e mercados. Suas relações eram, portanto, mediadas por elementos diferentes do que os que orientavam o viver das camadas dominantes naquele período. Constrangidas a viver nas ruas, as classes populares passaram a buscar as virtualidades dos bairros e dos espaços intermediários, investindo com seu desejo sobre a cidade e usando-a.

Mas o perigo social de tais classes ainda estava presente no imaginário político da época e aparece claramente nos processos de repressão, por exemplo, à ociosidade ou à vadiagem. Para além de ser um problema para a organização do trabalho nos centros urbanos, ou para a manutenção da ordem pública, as classes pobres começam a ser vistas como perigosas principalmente quando elas passam a representar uma ameaça de contágio, em um momento em que as epidemias atingiam grande contingente da população.

Por diversas vezes o progresso urbano de São Carlos foi abalado por epidemias, praticamente incontroláveis, causando a morte de muitas pessoas e afugentando outras tantas para as fazendas e municípios vizinhos na esperança de se livrarem do terrível mal. Em 1874, ocorreu a primeira e mais grave epidemia de varíola; em 1879, nova epidemia de varíola; de 1895 a 1898 foi o período da epidemia de febre amarela e, ainda em 1911, mais uma epidemia de varíola (BORTOLUCCI, 1991, p. 15-16).

Foi nesse contexto que os intelectuais-médicos da época deram o diagnóstico às habitações e aos modos de morar das camadas pobres: nocivos à sociedade, focos de irradiação de epidemias e também de propagação de vícios de todos os tipos (CHALHOUB, 1990, p.29). Colocada na ordem do dia, a questão da

saúde pública e das condições higiênicas da cidade fez com que fossem criadas medidas de regulamentação das moradias e dos hábitos e costumes no que tange a questão higiênica. Tais medidas surgem na forma de *Códigos de Postura*, que na cidade de São Carlos passaram a existir desde 1866⁴.

Mais do que sugestões de condutas, os Códigos funcionavam a partir da regulamentação de normas, que eram fiscalizadas, se preciso, com aplicação de multas. Abrangia todo o território urbano, incluindo as periferias e subúrbios, e tinha um caráter normativo que incluía os hábitos da população quanto as construções e arruamentos da cidade.

O comércio do leite é um exemplo, uma vez que passa a ser exigido não apenas o seu envasilhamento em recipiente esterilizado, mas a distribuição em viaturas apropriadas, fechadas e com venezianas nas laterais. O mesmo se passou com a venda de doces na cidade, que sofre a transição de tabuleiros abertos para caixas fechadas, com utilização de instrumentos para o manuseio e embalagens próprias (SANCHES, 1920, p.43).

No que toca a figura do negro, escravo ou ex-escravo, os Códigos de Postura fornecem algumas informações da situação do negro no ambiente urbano, mas são poucas as vezes em que o assunto aparece e quando o faz normalmente vem em forma de proibição. No entanto é bem nesse ponto que chegamos à certeza da existência de hábitos da época: se há a proibição de uma ação, podemos concluir que essa ação existiu, independente de ter sido ou não legalizada. É o caso dos adivinhadores, feiticeiros, curandeiros, ou mesmo as danças e músicas que *“ficam proibidas [...] sem preceder licença das autoridades policiaes, sob pena de multa de 30\$000 a cada um dos concurrentes, sendo disperso o ajuntamento”* (CÓDIGO DE POSTURAS DE SÃO CARLOS DO PINHAL, 1882, p.8).

Para além do caráter de inibição de expressões culturais indesejadas, vemos que as medidas sanitárias, através dos Códigos de Postura, tiveram um papel muito forte e decisivo no processo de urbanização de São Carlos, abrangendo a normatização das construções e arruamentos da cidade, “pelo bem” da saúde pública e da higiene urbana. A São Carlos dos primeiros tempos teve uma arquitetura mais marcada pelo tradicional, arquitetura e modos de construir geralmente trazidos dos lugares de origem de seus moradores mais antigos, vindos de outras regiões. Assim:

a taipa, tão largamente usada em São Paulo e uma das características das construções bandeiristas, foi também a opção inicial para as primeiras construções de São Carlos (acompanhada de beirais estreitos, em telhado de duas ou quatro águas, cobertos com telha-canal, paredes lisas, caiadas e de poucas aberturas, definindo uma volumetria simples, às vezes circundada por alpendres à mineira ou na forma bandeirista) (BORTOLUCCI, 1991, p.25).

⁴ Durante a pesquisa, foram abordados os Códigos de Postura de São Carlos de 1866, 1873, 1882, 1886, 1902 e 1929, de modo a obter as normas que abrangiam o viver urbano para a população negra.

Apenas depois da ligação ferroviária com Santos (1867) e demais regiões paulistas é que a situação começou a mudar, pois a ferrovia não era apenas um meio para escoar a produção cafeeira, mas também trazia mão de obra nova, algumas vezes imigrante, materiais e técnicas importadas.

Gradativamente, a velha São Carlos foi desaparecendo e as construções antigas cedendo lugar às novas, seja através de demolições, ou pelas reformas: ao invés do beiral, a platibanda; no lugar de guilhotinas, janelas de abrir com vidro e veneziana; entre outras modificações. Tais encaminhamentos eram pelos Códigos de Posturas, de modo a conseguir através de incentivos e multas a adoção de medidas que atendiam aos novos padrões estéticos, em nome também da higiene urbana.

Art.27- [...] Nas construções e reconstruções serão empregados materiais sólidos e resistentes, seccos e refractarios a humidade. As paredes externas devem ter espessura 30 centímetros e as internas devem ser impermeáveis, ficando expressamente prohibidas as divisões de taboas nos commodos destinados a dormitórios ou naquelles em que por qualquer motivo ellas prejudiquem a hygiene. [...]

Art.30- As janellas das casas, que se construírem ou se reconstruírem, terão no mínimo 2 metros de altura e 1 metro e 10 centímetros de largura, e as portas terão pelo menos a mesma largura das janellas, e a altura medida da lumieira ao solo, salvo as das casas de architectura especial.

Art.31- O solo das habitações deve ser assoalhado, ladrilhado ou cimentado, sendo previamente retirada toda a matéria orgânica nelle contida (Código de Posturas de São Carlos do Pinhal, 1902, p. 9).

A maior parte das adaptações feitas consistia em aberturas em cômodos fechados, impermeabilização e ventilação do porão, levantamento de paredes até a altura normatizada, modificações nos telhados, reformas completas em áreas como cozinhas e banheiros. E por mais que impositiva, as reformas eram mostradas como *lucro*: “nenhum proprietário se arrependeu de ter mandado reformar a sua casa. Graças aos melhoramentos feitos, viam elles as casas beneficiadas e cobiçadas por todos” (SANCHES, 1920, p.52).

Mas mesmo com a crescente demanda por habitação na cidade durante as últimas décadas do século XIX, o acesso à propriedade era bastante restrito e o medo do surgimento de cortiços, frente a todo o discurso higienista, fez com que fossem criados incentivos para a construção de casas de aluguel:

Lei nº225 Art. 1º: A Câmara Municipal de São Carlos concederá isenção de todos os impostos municipais pelo prazo de 20 annos, em favor dos proprietários que fizerem edificar, nesta cidade, em sitios escolhidos de accordo com a Prefeitura e nas conformidades das plantas que forem approvadas, grupos de, pelo menos, cinco casas cada

um, obedecendo as precisas condições hygienicas, e destinarem taes casas a serem alugadas por preços não excedentes a 30 mil réis mensaes cada uma (Código de Posturas de São Carlos do Pinhal, 1902, p. 23).

Dessa forma, há de se supor a predominância da população pobre na periferia da cidade, ou seja, nos ditos locais escolhidos pela prefeitura para tal. A Lei acima citada confirma os dados do Recenseamento Populacional de São Carlos, de 1907, que mostra a distribuição dos 38.641 habitantes em área central e periférica da cidade: se 23,8% dos negros estavam localizados nos bairros periféricos, apenas 8,2% dos brancos estavam nesses locais, número três vezes menor.

O processo de periferização do negro em São Carlos foi acompanhado pela rejeição em relação aos modos de vida da parcela nacional pobre, considerados inadequados e distantes dos tão desejados moldes europeus de comportamento. A exclusão dos ex-escravos era também feita no âmbito do convívio social, a partir da prerrogativa de “contaminação” social e cultural dos indivíduos considerados perigosos à ordem.

Se o *Almanaque de 1894*, da cidade de São Carlos, traz em uma de suas páginas a notícia da sensatez dos proprietários de escravos, que não precisaram esperar pela Abolição:

No fim do anno de 1887 e começo de 1888 houve libertação em massa da escravaria do município, de modo que quando foi promulgada a lei de 13 de Maio de 1888 raríssimos foram dos seus 3.726 escravos, aquelles que deveram sua liberdade a esse humanitário decreto, recebido com applausos pela população são-carlense (*Almanach de São Carlos de 1894*, p. XXXV).

Logo abaixo na mesma página do dito Almanaque, porém, outra notícia vinha denegrir a imagem do ex-escravo inserido na sociedade de classe:

*No mesmo anno de 1888, foi pela primeira vez – e, até o presente, pela única – executada neste município a lei de Lynch⁵: o objeto das iras dos populares executores foi um preto, ex-escravo, cujo delicto fôra um violento attentado, revestido de circunstancias revoltantes, contra o pudor de uma distincta senhora encontrada só e inerme, em uma chácara pouco distante desta cidade (*Almanach de São Carlos de 1894*, p. XXXV).*

Publicada da forma como foi, a notícia não tinha como intenção unicamente informar à população sobre o crime ocorrido, mas, antes disso, estigmatizar um comportamento e um personagem social.

5 Linchamento ou lei de Lynch é o assassinato de um indivíduo, geralmente por uma multidão, sem processo judicial e em detrimento dos direitos básicos de todo cidadão. Fonte: <http://pt.wikipedia.org>.

Seguindo essa linha de pensamento, não é surpreendente que mesmo 7 (sete) anos após a Abolição, a cidade de São Carlos inaugure um Jardim *Público* gradeado, de modo a defender a área de penetração de indesejáveis, em outras palavras, dos pobres e negros. Em 1914, quando se deu a retirada das grades, muitos foram os que repudiaram a ação, uma vez que ela permitia que qualquer um entrasse e desfrutasse do Jardim, antes reservado “*ao flunar de ‘gentlemen’, dolentes de ‘spleen’ britânico*” (NEVES, 2007, p.96).

Certamente, a cidade da última década do século XIX e início do século XX não estava configurada de forma receptiva à inserção dos negros recém-libertos. Não apenas marginalizando sua mão de obra, mas também criando normas de comportamento que proibiam suas expressões culturais. Foi com essa difícil conjuntura urbana que se depararam os ex-escravos que optaram por morar na cidade de São Carlos, após a abolição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BORTOLUCCI, M.A.P.C.S. *Moradias urbanas: construídas em São Carlos no período cafeeiro*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - EESC-USP: São Carlos, 1991.
- CHALHOUB, S. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- MARQUESE, R.B. *Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba, c. 1830-1860*. São Paulo, 2005.
- NEVES, A.P. *São Carlos na esteira do tempo*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.
- RIOS, A.L. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SANCHES, A. *Dois Anos de Trabalho da nova Delegacia de Saúde de São Carlos e seus resultados*. São Paulo e Rio: Weiszflog Irmãos, 1920.
- SLENES, R. *Na senzala uma flor: As esperanças e as recordações da família escrava – Brasil sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- WISSENBACH, M.C.C. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. IN: SEVCENKO, Nicolau. *História da Vida Privada no Brasil 3*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 49-130, 1998.

Recebido em:01/08/2014
Aprovado em:01/09/2014
Publicado em:03/10/2014

**RECONFIGURANDO PRÁTICAS SOCIAIS: AS COMUNIDADES
QUILOMBOLAS E O FÓRUM DE AGRICULTURA
FAMILIAR DA REGIÃO SUL DO RIO GRANDE DO SUL**

RECONFIGURING SOCIAL PRACTICES: THE MAROON COMMUNITIES AND THE FORUM FOR FAMILY
AGRICULTURE IN THE SOUTHERN REGION OF RIO GRANDE DO SUL

Carla Rech
Pedro Robertt

Vol. XI | n°22 | 2014 | ISSN 2316 8412



RECONFIGURANDO PRÁTICAS SOCIAIS: AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS E O FÓRUM DE AGRICULTURA FAMILIAR DA REGIÃO SUL DO RIO GRANDE DO SUL

Carla Michele Rech¹
Pedro Robertt²

Resumo: O presente artigo tem por objetivo apresentar parte dos resultados da pesquisa de mestrado acadêmico na qual se analisou uma série de nove anos de atividades do Fórum de Agricultura Familiar da Região Sul do Rio Grande do Sul (2004-2012), período na qual se integraram representantes de diversas comunidades quilombolas localizadas no extremo sul do Brasil. Procurou-se identificar os elementos que oportunizaram a aproximação das comunidades ao Fórum, esse com mais de uma década de funcionamento à época do ingresso dos representantes das primeiras comunidades quilombolas e as repercussões advindas desta participação. Os resultados da pesquisa indicam que o ingresso das primeiras comunidades ao Fórum não foi automático, sendo ao contrário, influenciado pelo contexto político-institucional, pela ação de mediadores sociais e pela disponibilização de recursos.

Palavras chaves: Comunidades quilombolas, Participação social, Mediação.

Abstract: This paper aims to present some of the results of the research academic master which examined a series of nine years of activities of the Forum of Family Farming of the Southern Region of Rio Grande do Sul (2004-2012), a period in which integrated representatives of various maroon communities located in southern Brazil. We sought to identify the elements that made possible the approximation of the communities to the Forum, this with more than a decade of existence at the time of entry of the representatives of the first maroon communities and the resulting impact of that involvement. The survey results indicate that the entry of the first communities to the Forum was not automatic, as opposed to being influenced by political-institutional context, the action of social mediators and the mobilization of resources.

Keywords: Maroon communities, Social participation, Mediation.

Durante mais de um século, sociedade e Estado brasileiro ignoraram a presença de inúmeras comunidades quilombolas, localizadas em áreas de difícil acesso no campo. Este cenário permaneceu oculto no rural brasileiro até o início deste século, especialmente no Rio Grande do Sul (RS), estado que ocupou lugar de destaque no contexto escravagista brasileiro.

Na região sul do Rio Grande do Sul, apesar da presença expressiva de comunidades quilombolas, é somente na segunda metade da primeira década do século XXI que as mesmas passam a conquistar maior visibilidade e inserção no Fórum de Agricultura Familiar, espaço multiorganizacional criado em 1995 junto à

¹ Socióloga, mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil.

² Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil; Professor Adjunto da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil.

Embrapa Clima Temperado³, com objetivo de propor e implementar ações para o desenvolvimento sustentável do meio rural dessa região.

O objetivo do presente artigo é apresentar, segundo pesquisa realizada, os elementos que oportunizaram a aproximação das comunidades ao Fórum, esse com mais de uma década de funcionamento à época do ingresso dos representantes das primeiras comunidades quilombolas e as repercussões advindas desta participação.

Utilizamos como referência teórica os pressupostos da epistemologia crítica (DE LA GARZA, 2001); da sociologia da interdependência⁴ (ELIAS, 2008); e pesquisas realizadas em processos participativos de implementação de políticas públicas no mundo rural brasileiro (SILVA, FAVARETO, 2009; DEMARCO, MATTEI, 2009; CAZELLA, SCHNEIDER, 2009; SCHMITT, 2012). Também foram utilizados aportes teóricos da sociologia norte-americana relativos à interdependência entre o contexto político institucional e os repertórios de ação coletiva (MCADAM, TARROW, TILLY, 2001; SKOCPOL, 2003) e das relações de mediação social (NEVES, 2008; NUSSBAUMER, ROS, 2011).

Como fonte de obtenção e interpretação dos dados foi utilizado predominantemente a observação participante (ANGROSINO, 2009; GIL, 2009; BECKER, 1999), observação retrospectiva⁵ (MARTINS, 2008) e a análise documental (CELLARD, 2010). Os dados obtidos por meio da observação, realizada de forma assistemática de 2004 a 2010 e de forma sistemática nos anos de 2011 e 2012, foram acompanhados da análise documental (de documentos arquivados desde 2004 a 2012) e cotejados com a realização de

³ “A Embrapa Clima Temperado é uma unidade descentralizada da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Embrapa, vinculada ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), localizada em Pelotas/RS, formada a partir da fusão de dois centros de pesquisa existentes na região sul do Rio Grande do Sul: o Centro de Pesquisas de Terras Baixas – CPATB e o Centro de Pesquisas de Fruteiras de Clima Temperado – CPFT. Uma das bases físicas que compõe esta Unidade é a Estação Experimental da Cascata” (PERERA, GOMES, 2009, p. 137).

⁴ Para fins de compreensão deste estudo torna-se importante destacar o conceito de configuração do qual decorre a compreensão do processo ora analisado. Tomamos este como referência, tendo em vista que “o conceito de configuração chama a atenção para interdependência das pessoas [...] coloca o problema das interdependências humanas no centro da teoria sociológica” (ELIAS, 2008, p. 144 - 147). Partindo desse pressuposto teórico, passamos a compreender que, conforme destaca Elias (2008, p. 73-74), ocorreu ao longo do desenvolvimento histórico da sociedade humana e das ciências sociais um conjunto de transformações e processos de consciência, ligados a cadeias de interdependências, nas quais as pessoas conjuntamente formaram várias espécies de relações funcionais internamente consistentes, grandemente autorreguladas e relativamente autônomas, e configurações em constante mudança.

⁵ Perspectiva metodológica inaugurada pelo sociólogo Jose de Souza Martins. Nela, utilizam-se como banco de dados as próprias lembranças. Os fatos experienciados, são reconsiderados "a posteriori" como dados, ao interior de uma espécie de observação participante. A escolha dessa abordagem metodológica justifica-se pelo fato de que a presente pesquisadora acompanhou as atividades do Fórum de 2003 a 2010, inicialmente como secretária executiva e posteriormente como assessora técnica da política de desenvolvimento territorial.

entrevistas (GIL, 2009) qualitativas (focadas e por pauta), no segundo semestre de 2012, com membros do Fórum, especialmente em cargos de direção deste espaço, e representantes das comunidades quilombolas.

NOTAS SOBRE AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DA REGIÃO SUL DO RIO GRANDE DO SUL

A região sul do Rio Grande do Sul teve sua trajetória marcada pela instalação da indústria saladeril, que no século XIX absorveu significativo contingente de africanos e africanas escravizados(as) utilizados(as) como mão-de-obra para desenvolvimento desta atividade.

Segundo estudos historiográficos realizados por Zarth (2002), a partir de censos da época, é possível verificar a participação da mão-de-obra cativa em diversos setores da economia gaúcha, não se restringindo somente ao espaço das charqueadas. Mesmo expressivos, “são das últimas duas décadas os avanços da historiografia sobre a efetiva inserção dos escravos nas várias dimensões da vida social e econômica desta província desde o período colonial” (RUBERT, SILVA, 2009, p. 253).

Nessa região, ao longo de dois séculos, foram se formando - parte decorrente de fugas e ocupações de áreas de difícil acesso e parte produto da doação de terras a escravos alforriados e/ou ocupações de áreas devolutas no período pós-abolicionista - inúmeras comunidades negras rurais, muitas delas originadas dos antigos quilombos. Conforme assinala Rubert e Silva (2009) o termo quilombo surgira ainda no período colonial como espaço de resistência ao cativo e categoria jurídico-administrativa. Conforme destacam os autores,

Quilombo passa a significar, então, não só os confrontos abertos com instituições escravistas, mas toda uma variedade de enfrentamentos indiretos e negociações sutis, por meio dos quais se logrou a conquista de espaços de autonomia no interior do próprio regime escravocrata. Os estudos atuais sobre remanescentes de quilombos revelam que a constituição de territórios negros, no transcorrer e após o desmantelamento do regime escravocrata, se deu pelas mais variadas estratégias, cotejadas entre os anseios por criação de espaços de autonomia e a segregação do entorno: o tradicional esconderijo/refúgio; doação testamental por parte do antigo senhor [...] compra com pagamento não só em dinheiro, mas também com trabalho e/ou outros bens; posse de terrenos “devolutos” e impróprios às atividades produtivas dominantes; recompensa por participação em revoluções (RUBERT, SILVA, 2009, p. 258).

Com o passar do tempo, o conceito de quilombo recebe uma configuração instituída pelo governo federal brasileiro, por meio do artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias que instituiu a categoria jurídica de “*remanescentes das comunidades dos quilombos*” (BRASIL, 1988).

Posteriormente, a Fundação Cultural Palmares, uma instituição pública vinculada ao Ministério da Cultura criada em 1988, que tem a finalidade de promover e preservar a cultura afro-brasileira, preocupada com a igualdade racial e com a valorização das manifestações de matriz africana, formula e implanta políticas públicas que potencializam a participação da população negra brasileira nos processos de desenvolvimento do País (BRASIL, 2010), explicita o conceito de quilombo, conforme pode ser observado no Art. 2, da Portaria 98/2007:

[...] consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnicos raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com formas de resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, 2007).

Cabe destacar também que durante muito tempo parte importante da história brasileira havia sido omitida ou distorcida pela falta de estudos na área e pelo descaso do Estado brasileiro com estas populações que até o início deste século viviam em condições muito semelhantes ao início do século XIX: sem acesso à documentação civil básica, à terra, à moradia digna, à luz e aos programas sociais de transferência de renda.

A invisibilidade é, sem dúvida, uma característica comum destas comunidades negras rurais. Mesmo instaladas anteriormente aos processos de colonização europeia na região, as comunidades remanescentes dos antigos quilombos, durante muito tempo permaneceram invisíveis aos olhos da sociedade regional.

O Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), uma organização não governamental, criada em 1978 para desenvolver ações junto a agricultores familiares e outros públicos ligados à área rural mesmo com mais de 25 anos de trabalho na região sul desconhecia até o ano 2.000 a existência destas comunidades: “*O próprio Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), que tem um trabalho de muitos anos na região, pouco sabia da existência dos quilombolas – quase invisíveis*” (CAPA, 2007, p. 17). Para os governos locais e governo federal esta invisibilidade permaneceu por quase mais dez anos. Cabe destacar que até 2008, apenas duas comunidades estavam registradas no Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares, cadastro oficial do governo federal que permite a esses grupos o reconhecimento público e acesso à políticas sociais e direitos específicos.

Sobre a invisibilidade das comunidades quilombolas cabe destacar a implicação dessa situação para essas comunidades, conforme Rubert e Silva (2009, p. 272)

[...] sofrem uma “invisibilidade expropriadora de duplo sentido” Gusmão (1995, p. 65) ao compartilharem os atributos de *negros* e *rurais*, ou seja, estão submetidos a um duplo sistema de relações verticais: do urbano sobre o rural e de brancos sobre negros. Adolfo de Oliveira chama atenção, porém [insistimos nesse ponto!], para o fato de que, além dessa invisibilidade imposta, há também “toda uma esfera de práticas sociais igualmente invisibilizadoras” exercidas no cotidiano pelos próprios atores.

Apesar de um longo período de invisibilidade, este quadro começa a se modificar a partir de estudos realizados, especialmente a partir da década de 1990, contribuindo para a emergência destas comunidades, conforme argumenta Rubert e Silva (2009, p. 252),

As recentes pesquisas historiográficas e antropológicas sobre a formatação da estrutura agrária e a escravidão no Rio Grande do Sul – entre as quais os laudos técnicos produzidos com a finalidade de fundamentar o pleito das comunidades remanescentes de quilombos pela regularização de seus territórios – têm tornado visível um segmento social até então pouco contemplado nos imaginários construídos sobre a sociedade regional: os descendentes de escravos africanos.

Em levantamento realizado no ano de 2004, por encomenda do governo estadual através do Programa RS Rural - resultado de acordo realizado em 1999 entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Mundial, com a participação dos municípios e beneficiários, para responder aos problemas sócio-econômicos e ambientais que estariam causando processos de exclusão de agricultores familiares, como consta em RS RURAL (PERERA, GOMES, 2009, p. 132) - Rubert realizou um recorrido pelo estado do Rio Grande do Sul e pôde visitar 42 comunidades negras rurais.

Nessa ação, denota-se o esforço do gestor à época, em parte desencadeada pela pressão dos movimentos sociais de incluir nas intervenções voltadas a comunidades rurais caracterizadas por pobreza e exclusão as comunidades quilombolas, conforme destaca a pesquisadora em recente trabalho publicado (RUBERT, SILVA, 2009).

Mesmo assim, ao observar as comunidades listadas desta região pelo estudo realizado, pré-classificadas como “*região dos pampas e antigas charqueadas*” (RUBERT, SILVA, 2009, p. 260), é possível verificar que nem todas as comunidades mapeadas⁶ no trabalho realizado em 2009 pelo Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) já constavam da lista, mas cujo estudo serviu para referendar a existência destas comunidades. É importante destacar o que os autores concluem sobre as comunidades listadas,

⁶ “No total foram visitadas 43 comunidades para a realização de um diagnóstico abrangente compondo o mapa temático. Dessas, 32 já receberam seus certificados da Fundação Palmares” (CAPA, 2010, p. 18).

As comunidades citadas se encontram atualmente no mais diversos níveis de organização. Algumas apenas conhecem vagamente a legislação que torna possível a auto-definição como quilombola aguardando um trabalho mais incisivo de mobilização por parte de ONGs e/ou do Movimento Quilombola já constituído (IBID, p. 262).

Rubert e Silva (2009, p. 266-267) destacam “*um atributo largamente apontado como característico das comunidades remanescentes de quilombos [...] ‘as terras de uso comum’ [...] e a existência de uma lógica de transmissão do patrimônio compatível com o que a bibliografia especializada instituiu como própria ao campesinato*”. Segundo os autores, estas comunidades quilombolas utilizaram e utilizam até os dias de hoje “categorias⁷ nucleantes da visão de mundo camponesa” (*ibidem*, p.268) como estratégias de resistência racial. Para eles,

[...] o atual processo de autoidentificação como remanescentes de quilombos vem dinamizar essa formas de resistência [...]. Este processo não se resume a uma simples red denominação [...] trata-se, sim, ‘de reconhecer naquele grupos, até então marginais, um valor cultural absolutamente novo’ (ARRUTI, 1997, p.21-3), o qual alterará de maneira significativa a autoimagem e o ordenamento político identitário [...] a correlação de forças com os atores políticos locais e regionais e as interações com a vizinhança [...] Em síntese: encaminha-se a criação de uma nova realidade embasada não só nos novos recursos materiais e simbólicos a que os grupos passam a ter acesso, mas também na ressignificação e no reordenamento de conteúdos e atributos referidos em uma memória coletiva, e na desnaturalização das relações de desigualdade (*ibidem*, p. 273).

Em termos de características destas comunidades é importante destacar, com base nos estudos realizados por Rubert e Silva (2009) que, diferentemente de outras regiões do país, as áreas de terra ocupadas são pequenas, em termos comparativos, e possuem fraca densidade demográfica.

Segundo relatos do CAPA (2007, p. 17), as comunidades quilombolas “*possuem características rurais [...] desenvolvem agricultura de subsistência, trabalham como mão-de-obra eventual, junto aos pequenos agricultores e fazendeiros, produzem artesanato tradicional e de utilidades nas lides agrícolas*”.

Observaremos na seção seguinte, a inserção gradual das comunidades quilombolas no Fórum de Agricultura Familiar, bem como os resultados desta integração.

⁷ Estas categorias que caracterizam a campesinidade são a terra, o trabalho e família, descritas por Woortmann (1998) *apud* Rubert e Silva (2009, p. 268).

AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS E O FÓRUM DE AGRICULTURA FAMILIAR DA REGIÃO SUL DO RIO GRANDE DO SUL

Como já foi destacado, o Fórum foi fundado em meados de 1995, atuando desde então, ininterruptamente, por meio de encontros mensais⁸, nas quais participam organizações governamentais e não governamentais ligadas aos agricultores familiares, assentados de reforma agrária, pescadores artesanais e comunidades quilombolas.

Marcado inicialmente pela participação majoritária de representantes de órgãos públicos e não-governamentais ligados à agricultura familiar e, da participação de representantes do sindicato de trabalhadores rurais, o Fórum foi se reconfigurando ao longo dos anos, incluindo gradativamente novos grupos ligados à agricultura familiar⁹.

Nesta trajetória de quase duas décadas de funcionamento, cabe destacar um fato relevante que alterou sobremaneira as configurações desse espaço. Em 2004, o Fórum adquiriu uma interface socioestatal, passando a atuar como colegiado territorial do território Zona Sul do Estado. Este processo decorreu da implantação do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, uma proposta de descentralização do governo federal brasileiro (2003-2011), coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA).

Esta nova e importante configuração trouxe para o Fórum, enquanto espaço de articulação das ações da SDT/MDA, a necessidade de adequar-se as determinadas diretrizes propostas pelo governo federal, destacando-se a Resolução nº 48 do Condraf, a qual propõe as diretrizes e atribuições para a rede de Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável – CDRS, nos diferentes níveis de atuação.

Segundo § 1º do Art. 1º da Resolução nº 48, o Fórum deveria contemplar a representatividade, diversidade e pluralidade dos atores envolvidos nas diferentes dimensões do desenvolvimento rural. Considerando as características da região de abrangência do Fórum e, em especial, o grande número de comunidades quilombolas, entendidas como segmento da agricultura familiar, fazia-se necessário à época incluí-los no processo.

Cabe registrar que essa demanda foi pautada durante as reuniões do Fórum, bem como debatida com as organizações presentes. Um aspecto da dinâmica do Fórum feita durante a observação participante chama atenção e merece ser destacado: para além da formalização dos convites para as reuniões, existe

⁸ Ordinariamente, as reuniões do Fórum tem ocorrido sem interrupção desde a sua fundação, na forma de um encontro mensal, de março a dezembro, sempre na 2ª terça-feira de cada mês.

⁹ De acordo com a Resolução n. 48/2004/MDA/CONDRAF, entende-se por agricultor(a) familiar, o conceito adotado pelo Pronaf, que inclui: a) produtores(as) rurais cujo trabalho seja de base familiar, quer sejam proprietários(as), posseiros(as), arrendatários(as), parceiros(as) ou concessionários(as) da Reforma Agrária; b) remanescentes de quilombos e indígenas; c) pescadores(as) artesanais que se dediquem à pesca artesanal, com fins comerciais, explorem a atividade como autônomos, com meios de produção próprios ou em parceria com outros pescadores artesanais; d) extrativistas que se dediquem à exploração extrativista ecologicamente sustentável; e) silvicultores(as) que cultivam florestas nativas ou exóticas, com manejo sustentável; e f) aquícultores(as) que se dediquem ao cultivo de organismos cujo meio normal, ou mais freqüente de vida seja a água.

uma realidade sociológica que determina a participação efetiva das organizações. Apesar da secretaria executiva do Fórum enviar os convites, a maioria via e-mail, especialmente a partir de 2004, mas também por correio, fax e contato telefônico, foi possível observar ao longo dos anos de acompanhamento do Fórum que são as próprias organizações que participam com mais frequência que mobilizam seus parceiros, dependendo do tema que será abordado.

Além disso, um fato importante a ser destacado a partir da observação e da análise documental, é o de que foi a primeira vez na trajetória do Fórum que recursos financeiros foram disponibilizados para a implantação de projetos elaborados pelas organizações que participavam desse espaço, bem como para custear a realização de eventos do Fórum e a contratação de assessoria técnica permanente.

A proposta de descentralização da tomada de decisão sobre a destinação de recursos públicos tanto de investimento como de custeio incluiu o estabelecimento de parcerias com entidades locais. Para a aplicação dos recursos de investimento, a cada ano as organizações estabeleciam acordos com as prefeituras municipais dos municípios a serem implantados os projetos; já para os recursos de custeio, a SDT/MDA estabeleceria contratos de repasse por meio de um agente financeiro, com uma entidade ligada ao território. O Fórum realizou, ao final do ano de 2004, um debate específico sobre esse tema e escolheu, pelas características do trabalho na região e participação do Fórum desde sua gênese, o CAPA como entidade executora para a aplicação dos recursos do custeio.

Analisando a documentação disponível, constatou-se que a partir de 2007 ocorreu o ingresso de representantes de comunidades quilombolas. Examinando as listas de presença desse ano constatou-se que a partir de abril desse ano, representantes de cinco comunidades quilombolas¹⁰ da região passaram a participar das reuniões do Fórum. Segundo os dados analisados referentes ao ano de 2007, em mais da metade das reuniões realizadas havia presente na plenária uma liderança comunitária dos quilombolas.

Foi também no ano de 2007, segundo dados analisados, que os quilombolas participaram pela primeira vez do debate sobre os projetos territoriais com aprovação de demandas, o que se manteve nos anos posteriores, bem como a participação das comunidades quilombolas nas reuniões, um número que gradativamente foi aumentando até 2012, último ano da série analisada.

Para além do acesso aos projetos territoriais, um conjunto de programas públicos foi integrado às ações da SDT/MDA junto às organizações ligadas ao Fórum, especialmente junto às comunidades quilombolas, devido a grande demanda existente, entre os principais: o Programa Nacional de Documentação das Trabalhadoras/as Rurais (PNDTR); o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica (Luz para Todos); o Programa Arca das Letras; o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) – Grupo I; o Programa Bolsa Família, ampliado para o meio rural; o Programa de Aquisição de

¹⁰ Comunidades Quilombolas *Monjolo* (também conhecida por Serrinha e Campos Quevedos), *Torrão* e *Coxilha Negra*, localizadas em São Lourenço do Sul; e *Armada* e *Maçambique* localizadas em Canguçu.

Alimentos (PAA); o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); e, mais recentemente, o Programa Fomento às Atividades Produtivas lançado pelo MDA, em execução pela Emater.

Em 2008, novos acontecimentos alteram a configuração do Fórum e impactaram as comunidades quilombolas. Conforme os dados encontrados, ocorreu no início desse ano o lançamento do Programa “Territórios da Cidadania”¹¹ - programa de caráter interministerial coordenado pela Casa Civil da Presidência da República. Constatou-se que o lançamento desse novo programa aglutinou um grande número e diversidade de público representado no evento realizado em fevereiro, particularmente de comunidades quilombolas. Nota-se também a participação de gestores públicos municipais e de prefeitos no evento.

Segundo relatório do evento de lançamento do novo programa, realizado em fevereiro de 2008, constituiu-se durante o mesmo um Comitê Gestor Territorial¹² para acompanhamento e gestão das ações previstas no Programa Territórios da Cidadania. Esse comitê foi formado a partir da ampliação da coordenação do Fórum que era também o Núcleo Dirigente à época. Um dos objetivos desse comitê era a constituição de um novo colegiado territorial, a partir das orientações do Programa Nacional.

Como já destacamos, desde 2005 o Fórum exercia o papel de Colegiado Territorial, no entanto, em virtude da sua dinâmica aberta e flexível, segundo registros da época, a partir de fevereiro de 2008 o mesmo deixa de exercer o papel de colegiado, isso porque o Programa Territórios da Cidadania exigia que o colegiado devesse ser paritário, ou seja, ser composto por 50% de representantes da sociedade civil e 50% de representantes do poder público. Frente à esse quadro, o Fórum não se submeteu à rigidez imposta pelo programa.

De todo modo, a análise dos documentos disponíveis e a observação realizada durante o período, possibilitam afirmar que o Fórum continuou sendo a grande base de sustentação, principalmente de mobilização e de articulação das organizações dos agricultores familiares, pescadores artesanais, assentados de reforma agrária e das comunidades quilombolas do território. O Fórum também manteve o papel propositivo dos projetos territoriais de investimento e de deliberação sobre os recursos da SDT/MDA, a partir desse ano, como um fórum setorial do novo Colegiado Territorial (CAPA, 2009).

¹¹ Segundo Art. 2º do Decreto de 25 de fevereiro de 2008 que instituiu o Programa Territórios da Cidadania, este tem por objetivo promover e acelerar a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, inclusive as de gênero, raça e etnia, por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável que contempla: I - a integração de políticas públicas com base no planejamento territorial; II - a ampliação dos mecanismos de participação social na gestão das políticas públicas de interesse do desenvolvimento dos territórios; III - a ampliação da oferta dos programas básicos de cidadania; IV - a inclusão e integração produtiva das populações pobres e dos segmentos sociais mais vulneráveis, tais como trabalhadoras rurais, quilombolas, indígenas e populações tradicionais e; V - a valorização da diversidade social, cultural, econômica, política, institucional e ambiental das regiões e das populações.

¹² Formado pela Embrapa, Emater, Furg, um representante dos prefeitos municipais; pelo CAPA, Unaic, Cecov, quilombolas e MST.

Por exemplo, no mês de março, foram realizadas sete reuniões¹³, principalmente com organizações que participavam das reuniões do Fórum. Aqui cabe destacar o desencadeamento do processo de reconhecimento público das comunidades quilombolas, a partir da articulação do Fórum, evento que alterou o cenário da região.

Segundo os dados apresentados pelo Programa Territórios da Cidadania, a população alvo constituía à época 32.160 agricultores familiares (segundo censo IBGE 2006), 117 assentamentos de reforma agrária, cerca de 6.000 pescadores artesanais e quatro comunidades quilombolas (Fundação Cultural Palmares, 2008).

Os dados da Fundação Cultural Palmares geraram reação das cinco comunidades quilombolas que já participavam das reuniões do Fórum, e foram convidadas a participar do evento em fevereiro, bem como das demais comunidades que foram mobilizadas pelas comunidades já integradas e pela equipe técnica do CAPA. Cabe destacar que havia uma expectativa de que esse novo programa pudesse atender as necessidades dessas comunidades.

Segundo documentos de registro e observação à época, o fórum setorial das comunidades quilombolas da região realizado em março de 2008 contou com a presença de representantes de 25 comunidades da região. A partir daí elas demandaram a realização dos procedimentos para o reconhecimento. Para execução das atividades necessárias indicaram o CAPA que já tinha trabalhado com as comunidades, o que será melhor descrito a seguir.

A indicação do CAPA resultou ao final desse ano, na formalização de contrato de repasse com a SDT/MDA para o acompanhamento das comunidades. Como veremos adiante, esta ação resultou no reconhecimento de 29 comunidades quilombolas.

Além do lançamento deste novo programa, em 2008 a coordenação do Fórum se amplia mais uma vez¹⁴, incluindo um representante das comunidades quilombolas. Com relação às organizações que participam do Fórum, foi realizado no final do ano de 2012, um novo levantamento, o qual pode ser observado no quadro 01, em especial na coluna em destaque, com a relação das 26 comunidades quilombolas que passaram a participar das reuniões no período de 2007 a 2012, além da participação de representantes da Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas - Conaq.

Para fins de análise dos elementos que oportunizaram essa aproximação e manutenção no processo de participação, cabe ressaltar que, segundo documentos analisados, verificou-se que de 2005 em

¹³ Reuniões setoriais com os seguintes atores: 1) prefeitos do território; 2) quilombolas e o Incra; 3) assentados de reforma agrária e o Incra; 4) assistência social e segurança alimentar; 5) educação e cultura; 6) saúde e 7) organizações da pesca artesanal e Seap;

¹⁴ De 1995 a 2005 a coordenação do Fórum era tripartite, composta por um representante dos órgãos governamentais, um das organizações não governamentais e um das organizações dos agricultores familiares. A partir de 2006, mais dois representantes passaram a fazer parte da coordenação do Fórum: um representante das organizações da pesca artesanal e um dos assentados de reforma agrária. Os mandatos são anuais, sendo os representantes escolhidos pelos seus pares, geralmente nas primeiras reuniões do ano.

diante, todas as despesas de deslocamento, alimentação e eventualmente de hospedagem passaram a ser custeadas com recursos da SDT/MDA, por meio do contrato de repasse com o CAPA.

Organizações/Entidades que participam da construção territorial				
Acop	Associação dos Produtores de Marango	Colônia de pescadores Z-24	Coanepo	Embrapa
ADCPR	Associação Estreito	Colônia de pescadores Z-25	Coonapas	Federarras
AGPP	Associação Ilha Marinheiros	Comitê Arroio grande	Cooneterra	Fepagro-Sul
ALM/Ufpel	Associação Novo Amambézer	Comitê	Coopal	Fetag
Amplépa	Associação Naves Cambéas	Comunidade Quilombola Boqueirão/Cangaçu	Coopantarta	Fetraf
APAR	Associação Parabiá	Comunidade Quilombola Campos Quevedo	Coopap	Fórum Reg. de Desenv. Manejo das Águas e Combate à Eutrofia
Apesmi	Associação Pescadores do Porto	Comunidade Quilombola Candiota	Coopar	Furg
Apeva	Ass. Pescadores de Santa Vitória do Palmar	Comunidade Quilombola Cerro das Velhas	Coopava	Grupo de Agricultores Passo da Lourença
Apisal	Ass. Regional das Pequenas Agricultoras	Comunidade Quilombola Casilha Negra	Coopetar Rio Grande	Grupo de Agricultores Cerro da Boneca
APPEPEJA	Associação Rama do Taquaral	Comunidade Quilombola da Armada	Cooperal	Grupo Tesoureiro
APRIJ	Associação São Coetano	Comunidade Quilombola da Mutuca	Cooperativa Arpasul	Intecoap/Furg
Assaf	Associação São Geraldo	Comunidade Quilombola da Picada	Cooperativa Indesiva	Mapa
Assesores Parlamentares	Associação Sapé Tiarajá	Comunidade Quilombola do Algodão	Cooperativa Lagoa Viva	MPA
Associação Arpasul	Associação Sulriograndense de Cebola	Comunidade Quilombola do Alto do Galvão	Cooperativa Santa Izabel	MST
Associação Assis Brasil	Associação Unidos Cresceremos	Comunidade Quilombola Estância do Figueiro	Cooperativa Sul Ecológica	Nudese/Furg
Associação Barrancas	Associação Vitória Certa	Comunidade Quilombola Igatuemi	Cooperativa Sul Leite	PGDR/UFRGS
Associação Barroão	Atia	Comunidade Quilombola Moçambique	Cooperativa Teia Ecológica	PPGSAF/UFPel
Associação Bojerú	Azenal	Comunidade Quilombola Manoel do Rêgo	Cooperativa Terra Nova	Prefeituras Municipais
Associação Brilha do Sol	Bionatur	Comunidade Quilombola Moçala	Cooperativa Unido	Quiosqui Z3
Associação Butiá	CADM/PAF	Comunidade Quilombola Rincão da Fácina	CooperHerval	Rede Semental
Associação Caipira	Cafsul	Comunidade Quilombola Rincão das Almas	Coopermil	SDR/RS
Associação Capão do Meio	Câmaras de Vereadores	Comunidade Quilombola Rincão do Coura	Coopersul	SDT/MDA
Associação Capivara	CAMGL	Comunidade Quilombola São Manoel	Cooperturaci	Seapa/RS
Associação Conquista	CAPA	Comunidade Quilombola Serrinha	Coopesca	Sebrae
Ass. Conquista da Liberdade	CAPEC	Comunidade Quilombola Tio Di	Coopesi	Setorial das Mulheres
Ass. Conquista do Jaguarão	Casa Civil/RS	Comunidade Quilombola Terra	Coopisco	Sicredi
Ass. Criadores de Gado Jersey	Casa do Pimentão	Comunidade Quilombola Vila Nova	Cootec	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
Ass. de Agr. e Pesca São Coetano	CANG	Comunidade Quilombola Vila Progresso	Coptil	Sítio Talismã
Ass. de Cooperação Sapé Tiarajá	Cecov	Comunidade Quilombola Vi Elvira	Coored Sul	Unic
Ass. de Moradores, agr. e pesc. Raízes da Terra	Cafel RS	Comunidade Quilombola Vi Ernestina	Coosulati	Vereadores municipais
Ass. de Produtores do Passo do Sabe	Centro Caronilha de Agroecologia	Conaq	CPT	Via Campesina
Ass. de Produtores Rurais de Butiá	Coppa	Concema	Crubiar	
Ass. de Produtores Rurais São Geraldo	Cetap	Cooslan	Cresol	
Associação Diversa	CIEM	Coomelca	Estater	

Quadro 01: Lista das organizações que participam das atividades do Fórum (2004–2012). Fonte: CAPA (2013).

Foi possível observar ao longo dos anos, incluindo o de 2005, que, mesmo em momentos de interstício entre a liberação das parcelas por parte do agente financeiro ou de renovação entre os contratos, o CAPA garantiu, com recursos próprios, que os agricultores, assentados e pescadores não tivessem gastos decorrentes da participação no Fórum. Essa instituição também colocou sua capacidade instalada à disposição, incluindo a equipe técnica e sua infraestrutura, bem como sua trajetória associativa anterior.

Em segundo lugar, ressaltasse que o CAPA também manteve com recursos próprios da instituição, o pagamento do auxílio-deslocamento a todos os representantes das comunidades quilombolas visto que as exigências impostas pelo agente financeiro (Caixa Econômica Federal - CAIXA) inviabilizaram o pagamento via contrato de repasse. A CAIXA exigia que os pagamentos fossem realizados mediante depósito em conta corrente, um impedimento para esse grupo social, que à época, a maioria não erabancarizada ou via problema nessa forma de pagamento. .

RECONFIGURANDO PRÁTICAS SOCIAIS: A INFLUÊNCIA DO CONTEXTO POLÍTICO-INSTITUCIONAL E A AÇÃO DE MEDIADORES SOCIAIS

Conforme referencial teórico utilizado, partimos do pressuposto de que os processos de gestão local e participação cidadã envolvem uma complexidade de fenômenos, que configuram relações que se estabelecem entre os agentes, muitos deles promovidos por processos de mediação social. Estas relações geram interdependências multidimensionais, que para além dos aspectos econômicos e políticos, envolvem questões culturais e afetivas.

Ademais, os repertórios de ação coletiva, segundo tal referencial, são influenciados pelos contextos político-institucionais, e contribuem para as configurações sociais nos diferentes períodos. No caso estudado, é possível afirmar que a reconfiguração do Fórum em 2004, a partir de um novo contexto político-institucional, estimulou e oportunizou o ingresso e a participação das comunidades quilombolas neste espaço, bem como o acesso a políticas públicas e projetos.

Como vimos, a SDT estabelecia em suas diretrizes, já citadas, a necessidade por parte dos colegiados territoriais, no caso o Fórum, de incluir representantes dos diferentes grupos que fazem parte da agricultura familiar nos processos de decisão, ou seja, estimulando que representantes das comunidades quilombolas fizessem parte do Fórum.

Além disso, neste novo contexto o Fórum teve à disposição, por meio do CAPA, recursos financeiros para custear suas atividades e especialmente, dar apoio aos representantes dos agricultores familiares, pescadores(as) artesanais, assentados de reforma agrária e comunidades quilombolas. Esse apoio ocorreu, em parte, mediante o ressarcimento das despesas decorrentes da sua participação.

Neste sentido cabe destacar os estudos realizados em outros contextos semelhantes de implementação de políticas públicas por Moruzzi Marques (2009); Favareto e Demarco (*apud* SILVA, MARQUES, 2009); Schmitt (2012); Silva, Marques (2009) que demonstraram que a falta de recursos financeiros é um dos principais constrangimentos à participação. Em se tratando dos representantes das comunidades quilombolas, podemos afirmar que os constrangimentos aumentam pelo maior grau de exclusão social, econômica e política ao qual estavam submetidos.

De fato, no caso estudado, a disponibilização de recursos para esses grupos foi fundamental para o seu ingresso e permanência no processo. No entanto, de acordo com a observação realizada durante todo o período, pode-se afirmar que a existência de espaços de participação abertos e ativos, como o Fórum, em contextos político-institucionais favoráveis a determinados repertórios; e a participação efetiva dos grupos mais fragilizados, como das comunidades quilombolas não é um processo automático, nem se limita apenas ao pagamento das despesas.

A observação realizada ao longo de todo o período em análise, junto com outras informações obtidas, permite afirmar que a existência de uma organização regional, com uma trajetória institucional associativa sólida, capaz de estimular a participação de determinados grupos e garantir que as ações tenham continuidade, mesmo com a interrupção no repasse dos recursos, foi fundamental para o êxito no processo.

No caso estudado, cumpre destacar a trajetória do CAPA na região sul do RS. Segundo os seus documentos institucionais, desde 1980 inserido na região, o CAPA busca através da organização social, da agroecologia e do acesso a mercados a melhoria da qualidade de vida do público atendido (IDE, 2008). Ao longo dos mais de 30 anos de atuação, vem ampliando o público originalmente atendido: pequenos agricultores ligados à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Essa política de inclusão do CAPA é anterior, inclusive, ao período sob análise. Conforme destaca Dutra (2011, p. 72): "*Uma primeira mudança ocorreu quando o CAPA propôs incluir os assentados de reforma agrária em seu público de atendimento, há 21 anos*".

O trabalho do CAPA na região inclui: a criação e o acompanhamento de 14 organizações¹⁵ de agricultores familiares; o apoio à implantação dos primeiros assentamentos de reforma agrária na região, além de contribuir na fundação de organizações da pesca artesanal e apoiar o reconhecimento público e organização de comunidades quilombolas.

Em relação às comunidades quilombolas pode-se afirmar que o CAPA criou as condições de possibilidade de sua participação no Fórum, iniciando em 2000 um projeto piloto com acompanhamento sistemático às primeiras comunidades quilombolas que se integraram ao Fórum em 2007 (Serrinha/Monjolo, Torrão, Coxilha Negra, Campos Quevedos, Armada e Maçambique):

Instigados pela Fundação Luterana de Diaconia (FLD), organização que o acompanha, o CAPA iniciou em 2002 um projeto-piloto voltado ao desenvolvimento das comunidades de remanescentes dos antigos quilombos nos municípios de Canguçu e São Lourenço do Sul (CAPA, 2007, p. 17) [...] De 11 comunidades identificadas, quatro integraram-se ao projeto (DUTRA, 2011, p. 74) [...] comunidades quilombolas Torrão, Monjolo, Maçambique e Armada (no interior dos municípios de Canguçu e São Lourenço do Sul) (CAPA, 2007, p. 09).

Segundo CAPA (2007, p. 17), foi realizado um conjunto de ações integradas junto as comunidades quilombolas atendidas, conforme pode ser notado no trecho a seguir:

¹⁵ Entre elas destacam-se Coopar, Unaic, ArpaSul, Coopal, Cresol, Cooperativa Sul Ecológica, Cooperturuçú, Cafsul, Sintraf-Sul e Cooperativa União

O projeto Pequenos Agricultores Quilombolas considerou ações nas áreas de segurança alimentar e agroecologia; saúde comunitária e plantas medicinais; geração de renda; resgate histórico, cidadania, cultura e etnia. Ainda buscou a participação e representação social deste segmento, como instrumento decisivo de visibilidade pública, para servir como base de reconhecimento e acesso de políticas públicas.

Em 2005, com o apoio do Governo Federal, através do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o CAPA avançou no trabalho com o projeto "Fomento às Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural, visando a promoção do etnodesenvolvimento sustentável de sete comunidades quilombolas do território sul do Rio Grande do Sul". As atividades incluíram a capacitação e a qualificação para o avanço das ações na geração de trabalho e renda através da melhoria do "artesanato étnico" e da venda dos produtos agrícolas; o resgate histórico e a valorização das expressões culturais e do cotidiano das comunidades; e o reforço da identidade étnica (CAPA, 2007, p. 18).

Segundo Dutra (2011, p. 75) "*De 2002 a 2008 o CAPA veio trabalhando com as comunidades, aproximando-as dos movimentos dos agricultores familiares, dos espaços de comercialização e de tomadas de decisão, dos quais o principal é o Fórum de Agricultura Familiar*". O CAPA também conseguiu, por meio de suas ações, mobilizar um grande número de comunidades quilombolas nos encontros realizados em anos anteriores:

O intercâmbio entre os diversos fazeres e saberes de cada localidade foi um item importante do projeto desenvolvido pelo CAPA [...] realizou-se o I Encontro Regional de Comunidades Quilombolas, em fevereiro de 2004, no município de São Lourenço do Sul (RS) [...] setembro de 2005, acontecia o II Encontro¹⁶ Regional das Comunidades Quilombolas da do Território Sul do RS, reunindo 1.300 quilombolas em São Lourenço do Sul (CAPA, 2007, p. 53).

De acordo com a coordenadora dessa instituição, o trabalho foi gradual e contínuo: "*Começamos com quatro comunidades e fomos descobrindo muitas outras. Em 2008, fomos indicados pelos quilombolas para realizar um levantamento e apoio para o reconhecimento formal das comunidades*" (CAPA, 2010).

Essa trajetória de trabalho e aproximação das comunidades quilombolas se vê reafirmado na avaliação positiva das organizações que se incorporaram ativamente ao Fórum no decorrer do período

¹⁶ O tema do evento foi "Resgate, Valorização e Resistência da Cultura nas Comunidades Quilombolas" (ZONA, 2005, s/p)

analisado, por meio da mediação realizada pelo CAPA. Durante a realização das entrevistas, representantes das comunidades quilombolas afirmaram terem sido convidadas por esse centro para participarem do Fórum:

Fomos convidados pelo CAPA, quando as comunidades estavam totalmente esquecidas e não tinham conhecimento de política nenhuma. Foi aí que as comunidades começaram a conhecer as políticas na área social e as políticas na área rural. A gente começou no Fórum e depois fomos convidados pelo CAPA – que subsidia nossas passagens e nossa alimentação, senão não teria como participar – e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para participar no Território da Zona Sul (Entrevista com liderança quilombola).

Em depoimento coletado em entrevista como liderança quilombola, verifica-se o sentido atribuído por esses atores sociais à participação no Fórum:

O território [Fórum] foi uma das ferramentas que aumentaram a visibilidade das comunidades quilombolas, pois o espaço e a representação fez com que a gente pudesse ter o direito à vez, à voz e a voto nas discussões de projetos e políticas públicas (Entrevista com liderança quilombola).

Segundo depoimento colhido em entrevista, o reconhecimento gerou impactos positivos junto às comunidades:

Todo este processo fez com que se rompessem os lacres do que estava entravado. Fez com que aumentasse a autoestima, que era baixa porque não se conseguia acessar nada, por que não se tinha um documento que comprovasse quem a gente era (Entrevista com representante dos quilombolas na coordenação do Fórum).

Esse processo de ingresso no Fórum e obtenção do reconhecimento público provocou também mudanças nas relações com os gestores públicos municipais, como pode ser observado no seguinte trecho de entrevista:

Antes, nas prefeituras, por exemplo, eram portas fechadas. Mas o território [Fórum] e nós organizados fez com que hoje, a qualquer momento que precisamos sentar com o prefeito, vice-prefeito ou outra pessoa, a gente agenda e é recebido. Na primeira vez, estávamos tensos para ver como seria – foi em 2010. A recepção foi muito boa. Fomos ouvidos [...] Acima de tudo, o que queríamos era ser ouvidos. Naquela reunião, botamos em pratos

limpos o que precisávamos, que era a contrapartida na construção do centro comunitário. Da primeira vez, não conseguimos, mas voltamos e conseguimos. Assim, hoje, a prefeitura é parceira e atende na medida do possível. A gente não espera mais. Agora, temos coragem de cobrar nossos direitos (Entrevista com liderança quilombola).

O significado do acesso a esses programas pode ser observado no seguinte trecho de entrevista, ao fazer referência aos mutirões de documentação do PNDTR:

Éramos vistos como indigentes, como gente sem valor (Entrevista com representante das comunidades quilombolas na coordenação do Fórum).

Atualmente, segundo o mesmo entrevistado, 70% da população quilombola está documentada. Sobre o programa de habitação, o entrevistado destaca:

As pessoas estavam morando em situação bem precária, agora estão construindo casas que, para mim, é a segunda coisa mais importante de se ter. Primeiro, os documentos, depois, uma casa. Não adianta ter saúde, sem ter onde morar (Entrevista com representante das comunidades quilombolas na coordenação do Fórum).

Em outra entrevista se destaca, fazendo referência ao Programa Luz para Todos:

Desde 2009, as comunidades quilombolas estão iluminadas (Entrevista com liderança quilombola).

Outro entrevistado observa que, no início, não esperavam que a participação do grupo no Fórum geraria algum resultado:

Quando fomos convidados, pensamos que era para uma reunião – não tínhamos ideia de quanto isso ia refletir nas comunidades e nas famílias. Nunca imaginamos conquistar tanta coisa [...] Perdemos a vergonha e o medo de falar em reuniões, em eventos e queremos ter uma participação ativa nos diversos conselhos municipais. Eu mesmo participei do Conselho de Saúde do município e assim conseguimos apressar a reabertura do posto de saúde, que estava fechado há anos (Entrevista com representante das comunidades quilombolas na coordenação do Fórum).

Além de investimentos, o Fórum também conseguiu incluir os novos grupos na coordenação, alteração na configuração destacada por um desses novos atores:

Estar na coordenação do Fórum, que antes era só de agricultores, assentados e pescadores, significa muito. Quando não tens um espaço tu não existes. A gente, agora, é existente. A gente participa das discussões, pode mostrar os projetos. A cada representação que se faz, é um sentimento de estar engajado na luta das comunidades. E o bom é que os agricultores, assentados, pescadores, quilombolas, todos estão ali porque precisam das mesmas coisas, de melhorias, de trabalho (Entrevista com liderança quilombola).

Cabe destacar, por fim, que o presente estudo não se deteve na investigação das assimetrias de poder existentes no Fórum de Agricultura Familiar, visto que esta é uma condição própria de cada configuração que foi se estabelecendo ao longo do tempo. De todo modo, ressalta-se que alguns relatos das entrevistas de representantes dos novos grupos chamam atenção para certo “equilíbrio de poder”, relacionado ao fato de se sentirem integrados ao Fórum de forma igualitária:

No território [Fórum], estamos sentados de igual para igual, homens e mulheres. Tem o chefe da Embrapa e tem a pescadora, e os dois são ouvidos. Outra questão é que a nossa cor, dentro de uma discussão, já não é entrave. Mesmo que algumas pessoas ainda nos olhem meio de lado, nós temos ‘topete’ – estamos ali para defender nossos direitos (Entrevista com liderança quilombola).

É preciso destacar também que o CAPA não apenas mobilizou recursos materiais, mas também simbólicos, que se imbricaram nesse espaço de jogo composto por atores com diferentes dotações de recursos, saberes e interesses. Foi possível detectar, principalmente através das entrevistas que os atores envolvidos nessa relação construíram confiança no CAPA, assim como encontrado em outros estudos realizados sobre mediação social.

Observamos também os benefícios obtidos nas relações de mediação social estabelecidas entre o CAPA e as organizações da agricultura familiar, especialmente com as comunidades quilombolas. Nos últimos sete anos, a organização ganhou dois prêmios nacionais, dois prêmios internacionais e um prêmio estadual em reconhecimento ao trabalho realizado na região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme os dados demonstraram, a participação desses grupos foi oportunizada pelas mudanças no contexto político institucional e se viabilizou a partir da disponibilização de recursos, e principalmente

pela ação efetiva de mediadores sociais, especialmente do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor/ Núcleo Pelotas.

No caso do Fórum, contrariamente a pesquisas realizadas em outras instituições participativas, não foram observados obstáculos ao seu funcionamento, tais como os relacionados à participação efetiva dos grupos sociais nas decisões que lhes dizem respeito, como no caso das comunidades quilombolas. No período investigado houve um esforço em participar de todos os grupos ligados à agricultura familiar, sendo os limites “legais-regimentais” facilitadores do acesso e permanência de todos eles junto ao Fórum, como por exemplo, a Resolução nº 48. Além disso, o Fórum foi capaz de se adaptar à entrada de novos grupos, incluindo-os inclusive na coordenação.

O CAPA e o Fórum geraram, também, vínculos de confiança que permitiram o desenvolvimento de práticas cooperativas entre as organizações que compõem este espaço, não somente no espaço do Fórum, mas também em outras redes associativas. Além disso, no Fórum, as entidades foram construindo parcerias entre si e também articulando sua atuação nos demais espaços públicos construídos, paralelos ao Fórum, muitos destes em torno do Programa “Territórios da Cidadania”.

Observou-se na trajetória do CAPA, um estímulo aos quilombolas a se engajarem de forma contínua nas discussões de questões de relevância para a região, não se restringindo apenas às aspectos específicos das atividades de produção agrícola, prática semelhante realizada pela instituição junto às organizações de agricultores familiares acompanhadas desde a década de 1980.

É possível afirmar que a reconfiguração do Fórum em 2004, a partir de um novo contexto político-institucional, estimulou e oportunizou o ingresso e a participação das comunidades quilombolas neste espaço, bem como o acesso à políticas públicas e projetos. Ao mesmo tempo, o ingresso das comunidades quilombolas reconfigurou o Fórum, além desta participação reconfigurar as comunidades, num processo interdependente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANGROSINO, M. Observação Etnográfica. IN: *Etnografia e observação participante*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- BECKER, H. Problemas de inferência e prova na observação participante. IN: *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BRASIL. Constituição Federal, 1988. *Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, Art. 68*. Disponível em: <http://www.dji.com.br/constituicao_federal/cfdistra.htm>. Acesso em: 20/06/2014.
- BRASIL. Constituição Federal, 1988. *Decreto de 25 de fevereiro de 2008*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Dnn/Dnn11503.ht>. Acesso em 29/07/2012.
- BRASIL. Constituição Federal, 1988. *Portaria FCP nº 98 de 2007 - Fundação Cultural Palmares*. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/legis21.pdf>. Acesso em 29/07/2012.
- BRASIL. Constituição Federal, 1988. Resolução nº 48 de 16 de setembro de 2004. Propõe diretrizes e atribuições para a rede de Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável – CDRS, nos diferentes níveis de atuação. *Diário Oficial da União*, Seção 1, p. 113, Brasília - DF 23/09/2004.
- BRASIL. Constituição Federal, 1988. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF. *Institucionalidades para a Gestão Social do Desenvolvimento Rural Sustentável*. Série Documentos do CONDRAF 1; CONDRAF, Brasília, DF. Setembro de 2005.
- CELLARD, A. A análise documental. IN: *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. POUPART, J. et al. Trad. NASSER, Ana Cristina. 2 ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2010.
- Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor - CAPA. *Descobri que tem raça negra aqui*. Pelotas, s.ed., 2007.
- Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor - CAPA. *PTDRS Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: território da cidadania Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul*. Pelotas, 2009.
- Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor - CAPA. *Revelando os quilombos no Sul*. – Pelotas: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2010.
- Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor - CAPA. *Um novo olhar sobre o Território Zona Sul*. Pelotas, 2013.
- DE LA GARZA. La epistemología crítica y el concepto de configuración. *Revista Mexicana de Sociología*, 2001. Disponível em <<http://docencia.izt.uam.mx/egt/publicaciones/articulos/configuraciones.pdf>>. Acesso em 14/11/2012.
- DUTRA, M. V. F. *Direitos quilombolas: um estudo de impacto da cooperação ecumênica*. Rio de Janeiro: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, 2011.
- ELIAS, N. *Introdução à sociologia*. Lisboa / Portugal: EDIÇÕES 70, Ltda., 2008.
- ELIAS, N. *Envolvimento e alienação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

- ELIAS, N. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- ELIAS, N. Escritos & ensaios. IN: *Estado, processo, opinião pública*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- FAVARETO, A.; DEMARCO, D. Entre o capital social e o bloqueio institucional: uma avaliação dos CMDR em cinco Estados brasileiros. IN: SCHNEIDER, S; SILVA, M. K; MORUZZI MARQUES, P. E. (orgs). *Políticas públicas e participação social no Brasil Rural*. 2. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- GIL, A.C. Observação. IN: *Métodos e técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas, 2009.
- MARTINS, J.S. *A aparição do demônio na fábrica* (Origens sociais do Eu dividido no subúrbio operário). 1 ed., São Paulo: Editora 34, 2008.
- MATTEI, L; CAZELLA, A. A. Planejamento e gestão do Pronaf Infra-estrutura e Serviços: evidências a partir do Estado de Santa Catarina. IN: SCHNEIDER, S; SILVA, M. K; MORUZZI MARQUES, P. E. (orgs). *Políticas públicas e participação social no Brasil Rural*. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- McADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. *Dynamics of contention*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- MORUZZI MARQUES, P. E. Participação e Pronaf: um estudo do poder, dos atores e dos conflitos em torno dos conselhos municipais e de desenvolvimento rural. IN: SCHNEIDER, S; SILVA, M. K; MORUZZI MARQUES, P. E. (orgs). *Políticas públicas e participação social no Brasil Rural*. 2 Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- NEVES, D.P. Mediação social e mediadores políticos. IN: Neves, D.P (org.). *Desenvolvimento Social e mediadores políticos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- NUSSBAUMER, B.; ROS, C.C. Trayectoria conceptual de la mediación social: expedicionarios, patrones, políticos y profesionales técnicos en la interconexión y producción de mundos de significados. IN: NUSSBAUMER, B.; ROS, C.C (ed.). *Mediadores sociales: en la producción de prácticas e sentidos de la política pública*. Buenos Aires: Fundación CICCUS, 2011.
- PERERA, F.A.; GOMES, C.C.J. O uso de metodologias participativas na democratização do conhecimento: avaliação de rede de referência na Região Sul do RS. *Revista Extensão Rural*, Santa Maria: DEAER/PPGExR – CCR – UFSM, Ano XVI, n. 18, p. 123 – 146, jul/dez 2009.
- RUBERT, R. A., SILVA, P. S. O acamponesamento como sinônimo de aquilombamento: o amálgama entre resistência racial e resistência camponesa em comunidades negras rurais do Rio Grande do Sul. IN: *Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades*. v. 1, São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2009.
- SCHMITT, C.J. (coord.). *Políticas em rede: uma análise comparativa das interdependências entre o Programa de Aquisição de Alimentos e as redes associativas na Bahia e no Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2012.

- SCHNEIDER, S; CAZELLA, A. A; MATTEI, L. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional da Agricultura Familiar. IN: SCHNEIDER, S; SILVA, M. K; MORUZZI MARQUES, P. E. (orgs). *Políticas públicas e participação social no Brasil Rural*. 2 Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- SILVA, M. K. De volta aos movimentos sociais? Reflexões a partir da literatura brasileira recente. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 46, n. 1, p. 2-9, jan./abr, 2010.
- SILVA, M. K; MORUZZI MARQUES, P. E. Democratização e políticas públicas de desenvolvimento rural. IN: SCHNEIDER, S; SILVA, M. K; MORUZZI MARQUES, P. E. (orgs). *Políticas públicas e participação social no Brasil Rural*. 2 Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- SKOCPOL, T. *Diminished Democracy: from membership to management in American civic life*. Norman: University of Oklahoma Press, 2003.
- TILLY, C. *Regimes and repertoires*. Chicago: University of Chicago Press, 2006.
- TILLY, C.; TARROW, S. *Contentious politics*. Boulder: Paradigm Publishers, 2007.
- ZARTH, P. A. Do arcaico ao moderno: O Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.
- ZONA SUL: Capa realiza o 2º Encontro Regional de Comunidades Quilombolas em São Lourenço do Sul. *Diário Popular*, Pelotas, 12 set. 2005. Disponível em: <<http://goo.gl/jfgB79>>. Acesso em 15/11/2012.

Recebido em:05/08/2014
Aprovado em:03/09/2014
Publicado em:03/10/2014

**A RACIALIZAÇÃO OBSERVADA PELA ÓTICA DA EXPERIÊNCIA DOS CLUBES
E CENTROS CULTURAIS NEGROS NA DIÁSPORA NEGRA AO SUL DO
ATLÂNTICO (BRASIL-URUGUAI) - NOTAS DE PESQUISA COMO FORMA DE
ILUMINAR A NOVA HISTÓRIA DO TRABALHO**

THE RACIALIZATION OBSERVED BY THE OPTICAL OF EXPERIENCE OF BLACK CLUBS AND CULTURAL
CENTERS IN BLACK DIASPORA TO THE SOUTH OF ATLANTIC (BRAZIL, URUGUAY) - RESEARCH NOTES
AS A WAY OF LIGHTNING THE NEW WORK HISTORY

Fernanda Oliveira da Silva

Vol. XI | n°22 | 2014 | ISSN 2316 8412



A RACIALIZAÇÃO OBSERVADA PELA ÓTICA DA EXPERIÊNCIA DOS CLUBES E CENTROS CULTURAIS NEGROS NA DIÁSPORA NEGRA AO SUL DO ATLÂNTICO (BRASIL-URUGUAI) – NOTAS DE PESQUISA COMO FORMA DE ILUMINAR A NOVA HISTÓRIA DO TRABALHO

Fernanda Oliveira da Silva¹

Resumo: A história do trabalho na América Latina foi marcada por um giro na década de 1980. Este giro trouxe uma série de críticas e análises, assim como a utilização de novos documentos para a escrita da história. A investigação presente nesse artigo oferece subsídios para mediar a escrita de uma história social dos processos de racialização vivenciados pelos grupos negros – trabalhadores - que construíram espaços segregados socialmente e racialmente no sul do Rio Grande do Sul e no norte do Uruguai. Espaços esses criados em relação direta com a racialização vivenciada pelo Estado, percebendo as nuances que estão inseridas nas suas ações. Essa escrita é viabilizada pela utilização de documentos diversos, dentre eles fontes das próprias associações negras.

Palavras chaves: Racialização, Negros, Associações negras.

Abstract: The history of labor in Latin America was marked by a turn in the 1980s. This turn brought a lot of criticism and analysis, and the use of new documents to the writing of history. This research article that provides grants to mediate writing a social history of racialization processes experienced by black groups - workers - who constructed socially and racially segregated areas in southern Rio Grande do Sul and northern Uruguay. These spaces created in direct relation to racialization experienced by the State, realizing the nuances that are embedded in their actions. This writing is made possible by the use of various documents, including sources of own black associations.

Keywords: Racialization, Blacks, Black associations.

A década de 1980 foi marcada por um giro no ramo da historiografia denominado *história do trabalho*, configurando a emergência de uma nova agenda de problemáticas. Estas advindas de uma crítica às análises desenvolvidas até então, centradas principalmente nas controvérsias sobre a formação do movimento operário na República brasileira. Este giro estava no seio de uma disputa acadêmica no que tangenciava não apenas a história do trabalho, mas também as ideias em voga no mundo objetivo; seguido ainda muito de perto pela polarização política em que os trabalhadores estavam no centro do debate, somada à militância de grupos de esquerda em competição entre si e com as classes dirigentes, pois como bem pontuou Lucien Febvre *a história é filha de seu tempo*. Dessa forma ficam em destaque os contextos políticos do presente em sua relação com o passado por vezes se fundindo na produção do conhecimento histórico. Neste artigo pretende-se problematizar a forma como a categoria raça e/ou racialização foi acionada para iluminar o Estado na ótica da nova história do trabalho. Para tanto, a primeira parte do texto concentra-se em um breve apanhado de como as referidas categorias passaram a ser salientadas nos

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil; doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História; bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Brasil.

estudos de cunho teórico, que se preocuparam em mapear os assuntos em pauta, e a consequente metodologia como forma de alcançar as novas problemáticas. Posteriormente detenho-me sobre o estudo mais concentrado em dois trabalhos específicos cuja categoria(s) foi (foram) abordada(s) com maior profundidade e rigor teórico metodológico². Para então, finalizar com um apontamento de utilização da(s) mesma(s) no estudo do processo de racialização ao sul do Rio Grande do Sul e ao norte do Uruguai no pós-abolição.

As novas problemáticas para a história do trabalho são fruto do processo de efervescência da pesquisa com novos documentos. Estes advindos de um giro que deslocou a história dita tradicional, de tradição sociológica - baseada fortemente em maior aporte teórico em contraposição a menor utilização de documentação empírica - para a história feita a partir de fontes empírica, advindos por sua vez de um processo de consolidação de acervos e acesso universal. Esse contexto bem específico trouxe a tona novos personagens, conjuntura, fontes, perguntas e a influência do diálogo internacional proporcionaram o surgimento da nova história do trabalho.

A análise empreendida em *O Jogo da dissimulação*³ inova na historiografia brasileira contemporânea, ao operar com outros requisitos para abordar as questões que circundaram a abolição e a cidadania negra. Nesse sentido e indo ao encontro do tema dessa exposição, a ênfase na racialização é o principal giro na abordagem, como esclarecido já na introdução da referida obra:

O próprio termo racialização ganhou propósito investigativo na medida em que pesquisadores como Barbara Fields passaram a inquirir como e por que a noção de raça fundamentou hierarquias sociais nos Estados Unidos. Para tanto, Fields enfatiza a importância de conferir-se historicidade à ideia de raça, ressaltando que mesmo os historiadores tendem a considerá-la como uma questão trans-histórica. Por isso, o uso da palavra *racialização*, em vez de *raça*, por exprimir um discurso sempre em construção e à mercê das circunstâncias de cada tempo e lugar. Ela afirma que a “noção de raça, como se expressa popularmente, é uma construção ideológica e acima de tudo um produto histórico”; portanto, diz respeito a contextos e realidades sociais particulares⁴.

Wlamyra Albuquerque em *O jogo da dissimulação* relaciona os processos de racialização e racismo, mas os diferencia, visto que enquanto aquele está vinculado à percepção das diferenças baseadas em determinados signos, como no caso brasileiro, da cor e da condição social, este está vinculado à recepção das teorias raciais, as quais foram biologizadas e corroboradas pela ciência principalmente entre 1880-1930.

² COOPER, F.; HOLT, T.C.; SCOTT, R.J. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. ALBUQUERQUE, W.R. *O jogo da dissimulação: Abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

³ ALBUQUERQUE, W.R. *O jogo da dissimulação... passim*.

⁴ *Ibidem*, p.35.

Ao dialogar com a historiografia internacional a autora em questão permite a visualização da racialização como um processo mais amplo, o qual pelo menos desde o século XIV já permite ver a racialização da cor, ou seja, antes mesmo da concepção científica de raça. Dessa forma, o racismo, faz parte desse processo que é mais amplo.

A análise em questão foi considerada importante para a abordagem que aqui se desenvolve, pois o processo de racialização está presente na forma como a autora articula estrutura – nessa análise tomado sob o aspecto do Estado, o qual é percebido através de diferentes atores os quais são seus interlocutores – e sujeito – aqui tomado enquanto a agência dos grupos negros⁵.

O termo em questão – agência – é de fundamental importância para a análise que se desenvolve nesse artigo, toma-se a mesma para além da percepção de humanidade, sofrimento, e/ou resistência, mas principalmente como os sujeitos – aqui enfatizados no grupo negro - floresceram nos sistemas em que estavam sendo subjugados, nesse sentido, como alerta Johnson⁶ é necessário atentar para as discussões sobre a política interna da comunidade, as identidades dos sujeitos históricos das ações analisadas, assim como, e principalmente, atentar para as formas como *“teorizaram suas próprias ações e o processo prático através do qual fornecem predicado para as novas formas de pensar sobre a escravidão e a resistência”* (tradução livre)⁷.

As perspectivas aqui abordadas estão diretamente relacionadas com a tese que estou desenvolvendo, a qual busca identificar e analisar aspectos da história das organizações negras, diretamente vinculados ao processo de racialização próprios do grupo negro nas seguintes cidades do Sul do RS: Pelotas, Rio Grande, Bagé e Jaguarão e aquelas de Melo e Tacuarembó, situadas ao Norte do Uruguai. Essa ideia corrobora com a análise do caráter racial dentro dos estudos de história do trabalho, visto que os sujeitos da tese eram homens e mulheres trabalhadores. E, as reivindicações encontradas junto às organizações negras estavam diretamente ligadas à inserção no mercado de trabalho visualizada na busca por uma cidadania efetiva em que os negros *sulinos* não permanecessem invisibilizados. O fio condutor da análise está na percepção da construção dos processos de racialização e, na reconstituição de algumas de suas experiências associativas de caráter racial advindas dos processos históricos de ambos os países, entre os anos de 1931 e 1957. A investigação traça uma História Social dos processos de racialização vivenciados pelos grupos negros que construíram espaços segregados socialmente e racialmente, criados em relação direta com a racialização, percebendo as nuances que estão inseridas nas suas ações. Dentro disso, almeja-se perceber as mudanças nas categorias raciais, reconstituir o perfil dos sujeitos e comparar tais perfis no RS e UY.

⁵ A agência aqui é evocada na mesma linha descrita ao longo da análise do 1º e 2º tópicos desse artigo, para tal ver referência a Johnson, Walter. On Agency...

⁶ JOHNSON, W. On agency. In: *Journal of Social History*, vol. 37, nº 1, p. 113-124, 2003.

⁷ [...] theorized their own actions and the practical process through which those actions provide predicate for new ways of thinking about slavery and resistance. *Ibidem*, p. 118.

Os clubes sociais negros, nesse sentido se colocam como importantes lócus de análise visto que permitem identificar práticas de sociabilidade hierarquizadas referendadas pelos seus membros, mas atualizadas pelas discussões políticas cotidianamente e, ainda questionar os significados políticos em jogo no contexto do pós-abolição, assim como em que medida a escravidão e os problemas da liberdade sedimentavam as percepções que os sujeitos tinham dos lugares que ocupavam na sociedade. Acessam-se ainda as relações tecidas a partir dos mesmos, e as formas de reconhecimento do pertencimento à parcela específica de uma sociedade de forma a estruturar as disputas por eles vivenciadas num jogo social de diferentes tonalidades de pele, do mesmo modo que se pode perseguir como os códigos de distinção com base na racialização balizavam as relações sociais, dentre as quais as de trabalho são abertamente pontuadas e servem como porta de acesso às tensões que permeiam os sujeitos desse processo. Observar isso permite acessar os significados racializados a partir dos grupos, tomados aqui enquanto sujeitos e seus intercâmbios com o Estado.

Na esteira de Scott, analisar os componentes raciais podem bem iluminar não apenas suas heranças escravistas, mas suas continuidades no pós-abolição, pautando as formas de exclusão dos grupos negros da organização política do Estado mesmo em contextos diferentes visto que: *“um substrato de tensão, estereótipo e preconceito pode bem ser a herança universal dos sistemas de escravidão definidos como raciais. Mas a questão do significado da raça na vida pública abriu-se mais do que encerrou-se durante o processo de transição para a mão-de-obra livre”*⁸. Assim, embora o recorte da tese esteja concentrado na primeira metade do século XX e a abolição seja um marco cronológico que varia entre meio e um século nos países contemplados pela tese, as discussões dialogam diretamente com a mesma, e evocam em ambos os espaços experiências que única e exclusivamente não explicam a si mesmas, embora apresentem traços em comum.

A perspectiva de imbricação entre estrutura e sujeito, permite observar a necessidade de romper com as fronteiras nacionais para focar nas trocas a fim de iluminar a estrutura. Esta pode ser observada a partir de algumas características, como por exemplo, a ideologia nacional de democracia nacional que no Brasil valorizava a mestiçagem no discurso público em princípios da década de 1930, por parte considerável dos intelectuais interlocutores do Estado nacional imbuídos de formação de uma identidade para o Estado-nação, enquanto parcelas dos grupos negros, principalmente os urbanos e concentrados em associações, com destaque para os clubes, se apropriaram do discurso e tensionaram o debate ao denunciar abertamente o preconceito racial. O final da mesma década foi marcado ainda pela lei de nacionalização, de 1939, pelo governo Vargas, a qual numa análise superficial poderia levar a interpretação de uma preocupação em assegurar mercado de trabalho para os negros, lidos como trabalhadores nacionais, no

⁸ COOPER; HOLT; SCOTT. *Além da escravidão....*, p. 200.

entanto, a lei abrange todos os nacionais, e, dentre estes, muitos já eram os descendentes de imigrantes, mantendo os negros subjugados a péssimos postos de trabalhos.

No Uruguai, por sua vez, existia um discurso público de democracia social sem problemas de preconceito racial justamente em decorrência do suposto número irrisório de negros e indígenas, corroborado por grupos de intelectuais, no entanto, ao comemorar-se o centenário da independência, em 1925, o Estado nacional se autoprotomava uma nação branca, e a década de 1930 foi marcada pelo surgimento de novos periódicos da imprensa negra, um desses, *Acción*, diretamente vinculado ao Centro Uruguai (associação cultural negra objeto da tese), os quais abertamente expunham o discurso dos clubes e centros culturais negros de denúncia do preconceito racial.

Todas essas questões que rapidamente dão conta de mostrar as similaridades compreensíveis que caracterizam o processo histórico, as quais são bem mais complexas do que apontadas brevemente aqui, permitem observar e interpretar as tensões em que a sociedade está exposta nos processos de mudança histórica, essas mudanças por sua vez permitem então uma interpretação que expõe o mecanismo geral pelo qual as estruturas articulam seu funcionamento em perdas e reequilíbrio de poder; assim como os fenômenos de consciência coletiva, aqui através dos clubes negros enquanto atores de movimentos sociais, e a própria dimensão social das mudanças identitárias pautadas pelas questões racializadas num complexo sistema de resignificação.

As discussões presentes permitem visualizar ainda na primeira metade do século XX a busca por uma cidadania efetiva, em que a cor da pele não fosse uma condição para uma cidadania menor, de 2ª classe como ainda estavam observando. Dessa forma, é possível alargar as próprias fronteiras do pós-abolição e observá-lo em diálogo com questões anteriores já presentes no período escravocrata, e assim imergir numa longa duração a partir do espectro de referências. Além disso, as categorias acionadas ao longo da exposição - com ênfase à agência dos sujeitos, Estado e estrutura - auxiliam a pensar essa complexidade que não se encerra em si mesma, mas permite iluminar práticas sociais pautadas pela racialização pelo Estado e pelos grupos negros de forma a esclarecer a dinâmica concernente à diáspora africana como apontam os estudos focados nas experiências negras a partir da ótica de uma história atlântica.

Dessa forma, experiências associativas próximas se colocam como importantes a fim de observar como o processo de construção social das diferenças acionados pela diferença na cor da pele e de pertencimento à comunidade negra enquanto portadores de práticas sociais podem mediar formas de iluminar o Estado. As análises acionadas nesse artigo apontam para a necessidade de atentarmos para as conexões e dissensões entre realidades históricas distintas em que os sujeitos buscavam forjar identidades a partir de discursos racializados, sem perder de vista a heterogeneidade do grupo.

Assim, o objeto de análise no referido recorte lança luz ainda sobre as dinâmicas históricas que se mantiveram entre a década de 30, conhecida na historiografia como uma década de consolidação do “novo negro”⁹, e a década de 1970, na qual aponta-se a consolidação do movimento negro contemporâneo com a posituação do termo negro¹⁰. Terminologia esta, que no contexto das lutas coletivas de denúncia do preconceito racial já estava sendo acionada e possivelmente encontra-se aí sua raiz.

A partir da perspectiva de análise da história social de observar os sujeitos no tensionamento com a estrutura que condiciona suas ações sem, no entanto ser um determinante mantém o argumento implícito de que as experiências negras da diáspora podem contribuir para serem interpretadas enquanto expressões e comentários sobre as ambivalências geradas pela pós-abolição, de forma a manter sempre presente a tensão de forma a fugir de imposições simplistas e homogeneizadoras, como por vezes algumas explicações buscam imputar aos grupos negros. Obviamente, como os estudos abordados ao longo do artigo enfatizam, existia um campo de possibilidades e uma hierarquia de poder imposta pela estrutura, mas que a todo o momento foi tensionada pela ação dos sujeitos. Essas tensões entre as vontades dos sujeitos que confere dinâmica a história e dá surgimento às mudanças históricas. Observar esses tensionamentos a partir das ações dos membros dos clubes negros pode iluminar então a forma como o processo de racialização foi ressignificado pelos grupos negros e, como essa ressignificação ilumina a sociedade na qual estavam imersos de forma a traçar paralelos que podem referir as realidades do pós-abolição nos espaços que foram atingidos pela diáspora negra de forma a visualizar uma história cuja perspectiva transnacional auxilia bem mais do que os encerramentos nas fronteiras do Estado-nação.

⁹ ANDREWS, G.R. *América Afro-Latina - 1800-2000*. São Carlos (SP): EdUFSCar, 2007; Butler, Kim D. *Freedoms given, freedoms won: afro-brazilians in post-abolition São Paulo and Salvador*. New Brunswick, New Jersey: Rutgers University Press, 1998.

¹⁰ PEREIRA, A.A. *O mundo negro: as relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo*. Rio de Janeiro: PALLAS/FAPERJ, 2013.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, W.R. *O jogo da dissimulação: Abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2009.
- ANDERSON, P. The Common and the Particular. IN: *International Labor and Working-Class History*, vol. 36, n. 1, p. 31-36, 1989.
- ANDREWS, G.R. *América Afro-Latina - 1800-2000*. São Carlos (SP), EdUFSCar, 2007.
- BERGQUIST, C. Labor History and Its Challenges: Confessions of a Latin Americanist. *The American Historical Review*, vol. 98, n. 3, p. 757-764, 1993.
- BUTLER, K.D. *Freedoms given, freedoms won: afro-brazilians in post-abolition São Paulo and Salvador*. New Brunswick, New Jersey: Rutgers University Press, 1998.
- COOPER, F.; HOLT, T.C.; SCOTT, R.J. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- COSTA, E.V. Brazilian Workers Rediscovered. *International Labor and Working-Class History*, vol. 22, n. 1, p. 28-38, 1982.
- COSTA, E.V. Experiência versus estruturas: Novas tendências na história do trabalho e da classe trabalhadora na América Latina – O que ganhamos? O que perdemos? *História Unisinos*, p. 17-51, 2001 (1989).
- COSTA, E.V. *Coroas de glória, lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- JOHNSON, W. On agency. *Journal of Social History*, vol. 37, n. 1, p. 113-124, 2003.
- JOHNSON, W. The Pedestal and the Veil: Rethinking the Capitalism/Slavery Question. *Journal of the Early Republic*, vol. 24, n. 2, p. 299-308, 2004.
- LARA, S.H. *Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil*. *Projeto História*, São Paulo, n. 16, 1998.
- MILES, R. *Racism after 'racerelements'*. Londres: Routledge, 1993.
- PARTHASARATHI, P. The State and Social History. *Journal of Social History*, vol. 39, n. 3, p. 771-778, 2006.
- PEREIRA, A.A. *O mundo negro: as relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo*. Rio de Janeiro: PALLAS/FAPERJ, 2013.
- SPALDING, H.A. Somethings Old and Somethings New. *International Labor and Working-Class History*, vol. 1, n. 36, p. 37-43, 1989.
- THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. 2009 [sem copyright].
- WEINSTEIN, B. The New Latin American Labor History: What We Gain. *International Labor and Working-Class History*, vol. 36, n. 1, p. 25-30, 1989.

Recebido em:26/07/2014
Aprovado em:30/08/2014
Publicado em:03/10/2014